

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ALDO DURÁN GIL

ESTADO MILITAR E INSTABILIDADE POLÍTICA NA BOLÍVIA
(1971-1978)

*Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo.*

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
29/09/2003

Banca:

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo

Prof. Dr. Armando Boito Júnior

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

Prof^a. Dra. Maria Lígia Coelho Prado

Prof^a. Dra. Lígia Osório Silva

Suplente: Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes

Agosto/2003

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

D931e **Durán Gil, Aldo**
 Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978) /
 Aldo Durán Gil. - - Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Caio Navarro de Toledo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Militarismo. 2. Crise econômica - Bolívia. 3. Bolívia –
Política e governo, 1971-1978. 4. Bolívia - Exército. I. Toledo,
Caio Navarro de. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**Para
Ernesto Durán**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço o Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo, orientador desta tese, pela sua compreensão, amizade, solidariedade e a ampla liberdade de pesquisa que proporcionou. As incoerências e erros de português, bem como os erros teóricos e metodológicos são de minha completa responsabilidade. Agradeço também o Prof. Dr. Décio Saes e o Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto que participaram da banca do Exame de Qualificação, pelas críticas e sugestões, principalmente as do Prof. Décio, que contribuíram muito para a versão final desta tese.

Devo também registrar meu cordial agradecimento a Guillermo Lora pelas duas valiosas entrevistas realizadas em La Paz (maio e junho de 2000), bem como pelas sugestões bibliográficas e informações históricas sobre o processo político boliviano do período. Agradeço também a *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* (FSTMB) e o Sistema de Documentación e Información Sindical (SIDIS) pela utilização de seu valioso material e arquivo sobre o movimento sindical mineiro em 2000. Meus agradecimentos à diretora da Biblioteca Municipal de La Paz, bem como também à diretora da Biblioteca do Banco Central de Bolívia (BCB) e aos funcionários, especialmente a Sra. Mercedes. Na minha pesquisa de campo em 2000 e 2002 em La Paz, eles permitirem o acesso ao material bibliográfico utilizado nesta tese.

Quero também deixar registrado meus especiais e carinhosos agradecimentos a Ana Cláudia Fernandes Ferreira pela sua constante preocupação, solidariedade e apoio moral que foram muito gratificantes em todo o período de elaboração e redação desta tese.

Devo agradecer também várias pessoas que contribuíram, de um modo ou de outro, nesta tese: especialmente a Eurotides Loyola, pela revisão de alguns capítulos da tese; a William Pickering pela busca e envio de livros dos Estados Unidos; enfim, a Antonio Fernando Mitre pelo cordial obséquio de dois exemplares de seus últimos livros.

Finalmente, para a confecção deste estudo contei com o apoio decisivo (bolsa de doutoramento) da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP), sem o qual não poderia ser concretizado este trabalho. Fica aqui registrado meu reconhecimento a essa instituição.

“Si comparamos la época precapitalista de Rusia con la capitalista [...] habrá que reconocer que el desarrollo de la economía nacional es extraordinariamente rápido con el capitalismo. Si comparamos, en cambio, la rapidez dada de desarrollo con la que sería posible atendido el nivel moderno de la técnica y de la cultura en general, habrá que reconocer que el desarrollo dado del capitalismo en Rusia es, en efecto, lento. Y no puede por menos de serlo, pues en ningún país capitalista se han salvado con tanta abundancia las instituciones del pasado, incompatibles con el capitalismo, que frenan su desarrollo y empeoran sin medida la situación de los productores, los cuales ‘*sufren tanto a causa del capitalismo como a causa del insuficiente desarrollo del capitalismo*’”.

Lenin, *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*

“[...] a COMIBOL se converteu na correia [de transmissão] pela qual o imperialismo saqueava nossas riquezas nacionais. Este é um marco no qual nós não temos nenhuma possibilidade de fixar os preços no mercado internacional. Entretanto, é necessário reivindicar a existência da empresa estatal no contexto de defesa da classe trabalhadora, tal como o assinalou o companheiro Ramírez. Podemos identificar com a nossa presença que as estruturas que se ergueram no interior da COMIBOL estão diretamente relacionadas com este papel predador que lhe assinaram: com uma descomunal burocracia que se ocupa unicamente em garantir maiores lucros às transnacionais de minérios e permitir à burguesia intermediária em nosso país uma quantiosa riqueza. Riqueza que também se faz pela transferência de divisas da exploração mineira, na qual a COMIBOL, apesar de ter gerado o ano retrasado 60% destas, apenas teve acesso a 20%. Estamos falando em divisas efetivas e não em pesos bolivianos. Esta situação [...] realmente é negativa porque a empresa privada, que também gera divisas, porém o faz através do Estado via empréstimos em pesos bolivianos para pagar salários e todas as divisas que gera as transfere para fora do país”.

José Pimentel, dirigente da FSTMB

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	11
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	12
RESUMO	15
INTRODUÇÃO	16

CAPÍTULO I — ASPECTOS TEÓRICOS E O CONTEXTO

SÓCIO-HISTÓRICO	41
1.1 Crise política e instabilidade política no Estado burguês	41
1.1.1 Instabilidade política no quadro do Estado militar boliviano (1971-78)	59
1.2 Significado do golpe militar de 21 de agosto de 1971	61
1.3 As crises políticas na conjuntura 1970-71:	
o governo Torres e a Assembléia Popular	66
1.4 Periodização do processo político	82
1.5 Principais crises políticas e fontes de instabilidade política no período 1971-78.....	92

CAPÍTULO II — A FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA PERIFÉRICA

BOLIVIANA NOS ANOS 70	100
2.1 Principais traços da formação social capitalista periférica boliviana nos anos 70	100
2.2 Principais aspectos socioeconômicos	126
2.3 Caracterização das classes dominantes na Bolívia	131
2.3.1 Capital estrangeiro de origem americano	131
2.3.1.1 Setor mineração	133
2.3.1.2 Setor energético: gás e petróleo	138

2.3.1.3 Setores comercial, bancário e financeiro	141
2.3.2 Classes dominantes bolivianas	143
2.4 Balanço global: uma interpretação alternativa	
sobre as classes dominantes na Bolívia.....	164

CAPÍTULO III — ASPECTOS ECONÔMICOS DA INSTABILIDADE POLÍTICA

180

3.1 Caráter da crise de acumulação	181
3.2 Caráter da prática econômica das classes dominantes nos anos 70	199
3.2.1 caráter da intervenção do capital americano/estrangeiro	205
3.2.1.1 Tipos de intervenção/participação do capital americano	208
3.2.1.2 Capital bancário/financeiro americano e instabilidade política	210
3.2.1.3 Intervenção/participação do capital americano/estrangeiro	
e as nacionalizações	225
3.2.1.4 Intervenção/participação do capital americano	
e processo de modernização do aparelho estatal boliviano.....	227
3.2.1.5 Exemplos emblemáticos da prática de extração	
de matérias-primas e sobrelucros imediatos pelo capital americano	242
3.3 Caráter da prática econômica das classes dominantes bolivianas.....	247
3.3.1 Instabilidade política como vantagem no processo de acumulação de capital	256
3.3.2 Exemplos emblemáticos da prática de extração de lucros imediatos	
pelas classes dominantes bolivianas.....	262

CAPÍTULO IV — APARELHO MILITAR BOLIVIANO

E INSTABILIDADE POLÍTICA	271
4.1 Processo de militarização-desestabilização política	272
4.1.1 Principais crises e contradições no seio das Forças Armadas na ditadura banzerista	274
4.1.2 Principais facções militares e crise de sucessão militar e governamental	278
4.2 Principais crises e contradições no seio do aparelho do Estado sob o comando do Exército	296
4.2.1 Caráter da crise de sucessão governamental	296
4.2.2 Processo de estabilização da ditadura banzerista e instabilidade política	307
4.2.1.1 Política de “estabilização com desenvolvimento”	308
4.2.2.2 Funcionamento da Frente Popular Nacionalista	309
4.2.2.3 Reorganização da estrutura castrense e expansão da militarização do Estado	314
4.3 Caráter da crise de organização e representação partidária burguesa	328
4.4 Crise de legitimidade.....	339

CAPÍTULO V — ESTADO MILITAR, CLASSES DOMINANTES

E INSTABILIDADE POLÍTICA.....	354
5.1 Caráter da hegemonia política.....	355
5.2 Caráter do processo de desnacionalização da economia boliviana e instabilidade política.....	369
5.3 Conteúdo da política de “estabilização com desenvolvimento”	382
5.4 Processo de desestabilização do Estado militar e a política de “estabilidade com desenvolvimento”	391
5.4.1 Elaboração da política de estabilidade e instabilidade política.....	393
5.5 Burocracia estatal, frações subalternas e hegemonia vacilante.....	415
5.5.1 Luta intraburguesa, burocracia estatal e instabilidade política	420

5.5.2 Contradições no seio da burocracia estatal	430
5.6 Indicadores da hegemonia vacilante e a crise final do sistema hegemônico	434

CONCLUSÃO	443
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	462
---	------------

I. FONTES PRIMÁRIAS	462
----------------------------------	------------

1. Documentos das associações sindicais	462
---	-----

2. Documentos Oficiais	462
------------------------------	-----

3. Documentos de Associações e Órgãos da Empresa Privada.....	463
---	-----

4. Partidos políticos	464
-----------------------------	-----

5. Revistas e Jornais	464
-----------------------------	-----

II. FONTES SECUNDÁRIAS	464
-------------------------------------	------------

1. Livros e Artigos	464
---------------------------	-----

CRONOLOGIA DO PROCESSO POLÍTICO BOLIVIANO.....	484
---	------------

ANEXO DE QUADROS E GRÁFICOS.....	488
---	------------

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Indicadores do grau de atraso dos países em processo de industrialização (Europa: século XIX)	191
Gráfico 1: “Ciclo minero-riesgo y flujos de caja” (de Woodhall)	495
Gráfico 2: “Los beneficios del proyecto minero” (de Jones).....	496

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANMM	Asociación Nacional de la Minería Mediana
ADELA	Organización para el Fomento de Inversiones en América Latina
ASOBAN	Asociación de Bancos y Entidades Financieras
BAB	Banco Agrícola de Bolivia
BAMIN	Banco Minero
BCB	Banco Central de Bolivia
BID	Banco Interamericano de Desarrollo
BM	Banco Mundial
CAO	Cámara Agropecuaria del Oriente
CAINCO	Cámara de Industria y Comercio de Santa Cruz
CBF	Corporación Boliviana de Fomento
CEPAL	Comisión Económica para América Latina
CEPB	Confederación de Empresarios Privados de Bolivia
CIE	Consejo Internacional del Estaño
CNC	Cámara Nacional de Comercio
CNI	Cámara Nacional de Industrias
COB	Central Obrera Boliviana
CNTCB	Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolivia
CSUTCB	Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
COFADENA	Corporación de las Fuerzas Armadas para el Desarrollo Nacional
CONARE	Consejo Nacional de Reformas Estructurales
CONASE	Consejo Nacional de Seguridad
CONEPLAN	Consejo Nacional de Economía y Planificación
COMIBOL	Corporación Minera de Bolivia
COMSUR	Compañía Minera del Sur
CORDECRUZ	Corporación de Desarrollo de Santa Cruz
CORDEPAZ	Corporación de Desarrollo de La Paz
DEA	Department Enforcement Agency
EMUSA	Empresa Minera Unificada S. A.
ENAF	Empresa Nacional de Fundiciones
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo

FMI	Fondo Monetario Internacional
FSTMB	Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia
FURMOD	Fuerzas Unificadas de Represión para el Mantenimiento del Orden Democrático
GRACE	Empresa Minera W. R. Grace & Co.
INALPRE	Instituto Nacional de Preinversión
INDEF	Instituto Nacional de Financiamiento Externo
INI	Instituto Nacional de Inversiones
INE	Instituto Nacional de Estadísticas
LAB	Lloyd Aéreo Boliviano
MMC	Matilde Mines Corp.
PABON	Empresa Minera Pabón Ltda.
SIDIS	Sistema de Documentación e Información Sindical
SOMCO	Sociedad Minera y Comercial
UAGRM	Universidad Autónoma Gabriel René Moreno
UMSA	Universidad Mayor de San Andrés
UMSS	Universidad Mayor de San Simón
USAID	Agência para o Desenvolvimento Internacional norte-americano
USSC	United Sates Steel Company
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

Partidos Políticos

ADRN	Alianza Democrática de la Revolución Nacional (MNR-Estenssoro)
AFIN	Alianza del Frente de Izquierda Nacional
ALIN	Alanza de la Izquierda Nacional
DC	Democracia Cristiana
FRA	Frente Revolucionario Antiimperialista
FSB	Falange Socialista Boliviana
FSBI	Falange Socialista Boliviana de Izquierda
FPN	Frente Popular Nacionalista
FUDP	Frente Unidad Democrática y Popular (MNR-Siles/COB)
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionario

MITKA	Movimiento Indio Tupac Katari
MNR	Movimiento Nacionalista Revolucionario-Paz Estenssoro
MNR-I	Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda-Siles Suazo
MNRP	Movimiento Nacionalista Revolucionario del Pueblo
PCB	Partido Comunista de Bolivia (linha moscovita)
PCML	Partido Comunista Marxista-Leninista (linha maoista)
PDC	Partido Demócrata Cristiano
PIR	Partido de Izquierda Revolucionaria
POR	Partido Obrero Revolucionario-Lora
PRA	Partido Revolucionario Auténtico - Guevara
PRIN	Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional – Lechin
PURS	Partido Unión Republicana Socialista
RADEPA	Razón de Patria (logia militar)
PS-1	Partido Socialista Uno - Quiroga Santa Cruz
PS	Partido Socialista (facção dissidente do PS-1)
UDP	Unidad Democrática y Popular
UNP	Unión Nacionalista del Pueblo

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de reprodução de crises e instabilidade política no quadro de funcionamento do Estado militar boliviano do período 1971-78. Afasta-se dos tradicionais enfoques sobre o fenômeno da instabilidade política e da problemática militar e propõe uma análise teórica alternativa. Parte-se da discussão de que tal fenômeno político deve ser examinado à luz da relação entre crise política e instabilidade política no quadro de funcionamento reprodutivo do Estado burguês. Detecta-se que as principais causas da instabilidade política no período em foco foram provocadas pela relação entre Estado militar e classes dominantes. Mais especificamente, demonstra a tese segundo a qual as principais causas da instabilidade política foram desencadeadas por três crises devastadoras, intimamente relacionadas: a crise de hegemonia, a crise de acumulação de capital e a crise de sucessão militar-governamental. A primeira se relaciona com a crise de hegemonia vacilante do capital monopolista americano no país. A segunda se relaciona com o processo de acumulação de capital pautado pela prática de extração de mais-valia e sobrelucros imediatos pelas classes dominantes, viabilizado por uma política de desnacionalização da economia boliviana a longo prazo e que, no período, adotou a forma de um processo de transferência acelerada de capital público ao setor privado. E a terceira se relaciona com a condensação das crises internas da instituição castrense, que contribuíram com o agravamento da crise institucional, patenteada na figura do golpe de Estado. As principais crises e contradições políticas no período foram agravadas pelo impacto desestabilizador destas três crises que provocaram instabilidade política permanente. Assim, tanto o funcionamento do Estado militar como o processo de acumulação estiveram sobredeterminados pela deflagração dessas crises, configurando-se esse Estado como um Estado militar-de-crise e como um Estado potencialmente desestabilizador. Nesse contexto, o agravamento da crise de legitimidade do governo ditatorial do período seria uma consequência do desencadeamento dessas crises.

ABSTRACT

This work analyzes the process of the reoccurrence of political crises and instability, in the context of the function of the Bolivian military state in the period from 1971-1978. The work distances itself from the traditional focus on the phenomena of political instability and the military question, and proposes an alternative theoretical analysis. It is argued that the relation between political crisis and instability must be examined in terms of in the context of the reproductive function of the bourgeois state. It is found that the principle causes of political instability in the period in focus were provoked by the relation between the military state and the dominant classes. More specifically, it is demonstrated that the principal causes of political instability were unleashed by three intimately related devastating crises: the crisis of hegemony, the crisis of capital accumulation, and the crisis of military-governmental succession. The first crisis is related to the vacillating hegemony of American monopoly capital in the country. The second is related to the process of capital accumulation based on the practice of extraction of surplus value and immediate profit by the dominating classes. This process is exemplified by the policy of the denationalization of the Bolivian economy over the long term, which, in the period under examination, took the form of an accelerated transfer of public capital to the private sector. The third is related to the confluence of internal problems in the armed forces which contributed to the aggravation of a crisis of the military institution as such, which manifested itself in the form of attempted coup d'état. The principal political crises and contradictions of the period from 1971-78 were aggravated by the destabilizing impact of these three crises, thus provoking permanent political instability. The functioning of the military state as well as the process of accumulation were determined by the unleashing of these crises, configuring the Bolivian state as a military-in-crisis state and as a potentially permanently unstable state. In this context, the aggravating of the crisis of legitimacy of the dictatorship is shown to be a consequence of the unleashing of these crises.

INTRODUÇÃO

Dentre os governos do regime militar boliviano (1964-82), o de Banzer foi o único que permaneceu sete longos anos (1971-78). Os demais tiveram um tempo de duração efêmera, instaurados ou interrompidos por golpes e contragolpes de Estado: sem contar o governo em questão, a média de duração dos doze governos militares (que chegam a treze) foi de sete meses. Mesmo incluindo o governo ditatorial banzerista, a média geral de tempo de duração governamental permanece baixíssima: treze meses. Por outro lado, entre 1971 e 1974, o governo em questão não consegue estabilizar o regime com base no apoio da coligação político-partidária (FPN – *Frente Popular Nacionalista*) – composta pela CEPB (*Confederación de Empresários Privados de Bolivia*) e pelos partidos MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionário* - facção Estenssoro) e FSB (*Falange Socialista Boliviana*) - que aplicaram, junto com os militares nacionalistas-conservadores, o golpe militar que depôs o governo Torres e a Assembléia Popular. No final de 1974 a facção militar que controlava o regime aplica um “autogolpe” e expulsa os dois partidos políticos que participaram no governo, e o Exército passa a governar exclusivamente com o apoio dos empresários até 1978. Em julho deste ano, Banzer é deposto por outro golpe militar. Nesse quadro político instável, a longa permanência desse governo aparece como uma exceção. Tal aparência levou a maioria dos autores que analisaram-no a concluir que a sua permanência se deveu ao caráter fascista ou ao caráter meramente violento da repressão sobre massas populares.

O objeto deste trabalho é a *instabilidade política no Estado militar boliviano do período 1971-78*. Buscamos conhecer o caráter da relação entre as principais crises políticas e as diversas modalidades de instabilidade política manifestadas no período. Mais especificamente, pretendemos analisar se as principais crises políticas se constituíram em fontes potenciais de instabilidade política durante o funcionamento do Estado militar. A análise se concentra em dois aspectos importantes do processo de reprodução de instabilidade política, os quais são indicados através das seguintes

perguntas: 1) por que o governo militar boliviano logra permanecer sete longos anos? Teria conseguido neutralizar as principais crises políticas que provocaram instabilidade política institucional? 2) como se reproduziram os fatores potenciais de instabilidade política no quadro de funcionamento desse Estado? Ou então, quais as crises peculiares que produziram modalidades específicas de instabilidade nos níveis econômico e político na formação social boliviana em transição capitalista periférica no período em foco?

A primeira questão busca analisar, através da ação política dos agentes estatais, o empenho do Estado militar na busca de estabilização num contexto político instável. Isso implicará no exame da relação entre o aparelho de Estado, principalmente o Exército, e as classes dominantes com o objetivo de detectar se tal relação, em vez de estabilizar o regime, provocou constante instabilidade política. A segunda questão busca analisar as principais causas potenciais de instabilidade política. Mais especificamente, pretende-se descobrir se o tipo de acumulação de capital, viabilizado pelos agentes econômicos e estatais no período, teria alguma relação de causalidade com o fenômeno, e se teria provocado algum impacto tanto no regime político e no aparelho estatal como nas massas trabalhadoras. Trata-se de analisar a dinâmica do processo de reprodução dos principais fatores potenciais de instabilidade política no quadro do Estado militar, sua coexistência ou aparecimento simultâneo provocados por crises políticas oriundas das relações entre: 1) o regime militar e o Exército; 2) as classes dominantes e o Estado militar; e 3) o Estado militar e o movimento operário. Este trabalho privilegiará o exame das condições socioeconômicas e políticas de reprodução da instabilidade política no âmbito dos dois primeiros níveis de relações – isto é, na relação entre o Estado e as classes dominantes (conforme veremos mais à frente, ao lançarmos as nossas hipóteses de trabalho).¹

¹ Os principais aspectos de instabilidade política provocados pela resistência e luta do movimento operário aparecerá indiretamente na medida em que se relaciona com a crise de legitimidade do Estado ditatorial-militar e com a crise de hegemonia – isto é, a análise da instabilidade política no último nível de relação não terá um tratamento sistemático como os outros dois níveis de relações ao longo deste trabalho.

A instabilidade política no regime militar desse período foi abordada de forma indireta e estudada parcialmente. Mormente, o tema foi inserido nas análises sobre a instabilidade política em geral, como parte integrante de um fenômeno (de cunho transhistórico) que estaria sempre presente nos processos políticos bolivianos desde a emergência da república (1825), especialmente desde a Revolução Nacional de 1952. Entre os trabalhos que abordaram o assunto, identificamos duas interpretações gerais (que serão melhor explicitadas mais à frente): 1) as causas do fenômeno estariam na cultura política boliviana (predomínio da cultura índio-ibérica), na pobreza endêmica do país, na permanente revolta popular e, mais especificamente, no caráter fascista ou altamente violento da ditadura militar; 2) outra explicação, que avança em relação à primeira na medida em que associa as causas do fenômeno à predominância de práticas políticas pré-capitalistas e pré-modernas como, por exemplo, o caudilhismo, prebendalismo e pretorianismo, que teriam favorecido a permanente intervenção militar. Contudo, nenhum trabalho, publicado ou divulgado até o momento, tomou como objeto de estudo a relação entre instabilidade política e crises políticas no regime militar boliviano do período em questão.

No processo político numa formação social capitalista, atravessada pela luta de classes e pelo papel fundamental que desempenha a estrutura jurídico-política (Estado burguês) como amortecedor dessa luta, a emergência da instabilidade política relaciona-se com a deflagração das crises políticas. Todavia, numa formação social capitalista periférica como a boliviana, as crises políticas podem apresentar maior intensidade, devido a dois fatores importantes: 1) a presença de relações pré-capitalistas de produção (conservação do latifúndio e da produção camponesa) que coexistem com o modo de produção capitalista que domina a formação social; 2) o papel fundamental que exerce o Estado - ao acelerar ou retardar as transformações econômicas e políticas capitalistas - no processo de transição capitalista periférica. Nesse contexto, as expressões de instabilidade política boliviana, que no final dos anos 60 e nos anos 70 apareceram de forma “explosivas”, podem estar relacionadas com a deflagração das crises políticas do período. O tema assim focalizado evita a caracterização tanto

negativa quanto anormal do fenômeno, afastando a concepção de que a estabilidade política seria um fator necessário e, portanto, inerente das formações sociais capitalistas, do funcionamento da democracia política burguesa e do Estado burguês. Isso não significa que estejamos sustentando o contrário – isto é, a instabilidade política como um fenômeno necessário. Sem pretender esgotar a problemática, partimos do suposto da reciprocidade (caráter dialético) entre, de um lado, crise e instabilidade política, e de outro, entre instabilidade e estabilidade política. Praticamente não temos encontrado um trabalho ou análise da problemática com base nestes aspectos do fenômeno, pelo menos no que diz respeito ao caso boliviano.

Em suma, considerar a relação entre crise política e instabilidade política numa formação social capitalista em geral, particularmente numa de tipo periférica, como a boliviana, permite que se tome como objeto de estudo autônomo o processo de reprodução de instabilidade política no quadro de funcionamento do Estado militar boliviano do período 1971-78.

Assim focalizado, o tema é novo, conforme veremos logo, ao passarmos brevemente em revista os principais trabalhos existentes sobre o assunto.

Entre as análises mais importantes sobre a instabilidade política boliviana do período, estão as de René Zavaleta e Guillermo Lora. Entretanto, os diversos trabalhos destes autores, escritos ao longo dos anos 60 e 70 (com exceção de alguns escritos nos anos 80), mostram um tratamento assistemático sobre o assunto. No seu livro publicado em 1983 *Causas de la inestabilidad política y de la crisis de las Fuerzas Armadas*, Lora defende a tese segundo a qual as causas do caudilhismo e da instabilidade crônica boliviana estariam na estrutura (base) econômica - isto é, no fraco desenvolvimento capitalista e na ausência da democracia burguesa, dois fatores importantes que possibilitaram a emergência de práticas políticas baseadas no caudilhismo e no militarismo. Nesse contexto, impuseram-se as forças pré-capitalistas materializadas nos interesses gerais dos latifundiários e da oligarquia. Através dos militares, que teriam praticado o caudilhismo mais grosseiro, tais forças dominaram a política nacional ao longo da república.

Como derivação dessa tese geral, Lora defende outra mais específica, que relaciona crise política e instabilidade política. Trata-se da relação entre a descomunal crise das forças armadas (crise institucional e crise ideológica), expressa através dos constantes golpes de Estado desde meados dos anos 60 e a crise da burguesia boliviana: durante o longo período aberto pela Revolução Nacional de 1952, tal burguesia foi incapaz de transformar o país nos moldes capitalistas e impor a democracia política burguesa (defesa da constituição democrática, periódica sucessão governamental via sufrágio universal etc.). Ao não se constituir em burguesia nacional e criar um Estado soberano, ela não conseguiu também criar uma nova instituição castrense, fornecendo-lhe uma doutrina militar autônoma e consistente. Assim, a crise da instituição militar seria o fiel reflexo da crise da burguesia boliviana que, induzida pelo imperialismo, recorreu aos militares para instaurar uma ditadura fascista contra as massas populares.² Embora a primeira parte desta tese se ajuste ao processo político boliviano no pós-52 e pós-64 em vários aspectos, sem endossarmos a concepção segundo a qual as crises do Exército seriam mero epifenômeno das crises no seio das classes dominantes (conforme será analisado ao longo deste trabalho). Este aspecto da tese não foi suficientemente aprofundado nem trabalhado sistematicamente, já que o objetivo de Lora era produzir um texto de caráter político e não acadêmico.

Já Zavaleta se propõe estudar a realidade socioeconômica e política da Bolívia, um país atrasado, tomando como método de análise a crise geral, pois seria a única forma de conhecimento de uma formação social *abigarrada* (isto é, invertebrada, devido ao caráter amorfo, disperso e desarticulado da estrutura social) como a boliviana. Somente a crise revelaria os aspectos constitutivos dessa formação social: trata-se da crise social geral.³ Com base nessa concepção de

² É constante nos trabalhos de Lora a afirmação do caráter fascista do regime militar boliviano: a ditadura banzerista foi uma de tipo fascista. Ver *Inviabilidad de la Democracia* (1980) e “Bolivia: de la Asamblea Popular al golpe fascista”, in *Estudios Histórico-Políticos sobre Bolivia* (1978).

³ Nos seus primeiros trabalhos escritos no início dos anos 70, Zavaleta se apóia no conceito leninista de crise nacional geral. Logo incorpora o conceito de crise elaborado por Habermas (1994), o qual integra crise política, social, crise de valores, crise no plano da intersubjetividade – trata-se de uma concepção ampliada de crise que corre o risco de dissolver o caráter específico das crises políticas. É este conceito que acaba prevalecendo nos últimos trabalhos do autor. Esta informação é importante na medida em que permite entender tanto as análises das diversas crises identificadas pelo autor como as explicações sobre a instabilidade política

crise, as suas análises detectaram várias causas da instabilidade política mas não apresentam uma linha de argumentação unívoca sobre o fenómeno. Dada essa dificuldade, procedemos, através de uma análise global das obras do autor, à extração de suas teses gerais sobre o assunto.

Podemos detectar um consenso entre Zavaleta e Lora em relação à identificação de alguns aspectos que eles consideram causas gerais da instabilidade política boliviana. Dentre elas enumeremos as seguintes: o fraco desenvolvimento capitalista; a ausência da democracia política burguesa (a Bolívia nunca teve uma constituição democrática etc.) devido ao fracasso da revolução democrático-burguesa iniciada nos anos 50; o carácter não burguês da “burguesia” ou das classes dominantes bolivianas: tais classes são caracterizadas como sendo pré-capitalistas, oligárquicas, daí a sua fragmentação, fraqueza, e seu apelo constante ao Exército para procurar sua unidade; a crise do Estado formado em 1952 e a crise da instituição castrense; enfim, a imposição da sucessão governamental pela via do golpe militar. Para os dois autores, esse método de sucessão utilizado pelas classes dominantes permitiu a alternância do poder entre suas diferentes frações, contrariando assim a democracia representativa. Por outro lado, ambos autores explicaram aspectos importantes do sentido político do golpe de Estado: se, para Lora (1980:23-24), o golpe - que funcionou como uma lei despótica não escrita das classes dominantes bolivianas, em detrimento da carta constitucional - teve um carácter desorganizador das massas populares, para Zavaleta (1987:15), ele seria um “hábito social” que denotaria outra forma de representação política: a enunciação *patrimonial* do poder.

boliviana no período em foco. Com isso estamos querendo sublinhar que, apesar do tema não ocupar um lugar central na análise do autor, a questão da relação entre crise e instabilidade política em Zavaleta tem um tratamento indireto, cujas teses gerais baseiam-se em formulações implícitas e indefinidas. Senão, vejamos. Na análise deste tipo de sociedades, Zavaleta prefere aplicar teorias de curto alcance, consideradas por Antezana J. (1991) como “teorias locais”, utilizando a *crise* como conceito-chave; esta é entendida como um momento *anômalo* na vida de uma sociedade, “como a aparição patética das pontas da sociedade que, de outra maneira, se manteriam submersas e gelatinosas”. Assim, a crise adquiriria uma conotação particular, principalmente em sociedades de difícil “quantificação” como a boliviana. Nas palavras do autor: “É a própria necessidade que faz que cada modo de ser convoque uma forma de conhecimento e por isso argumentamos que será discutível falar de um método de conhecimento geral a todas as sociedades. [...] A quantificação [...] tem um papel mais relativo quanto mais abigarrada [= invertebrada] é uma sociedade; antes, é na crise ou no seu equivalente (a instância de intensidade) que pode manifestar sua síntese, pois trata-se da única fase de concentração ou centralização, de uma formação [social] que, de outra maneira, apareceria como arquipélago” (Zavaleta, 1986:21).

É nesse último ponto que Zavaleta parece avançar em relação às análises de Lora: essa forma de manifestação do poder, através do golpe militar, seria o efeito do resquício do “Estado oligárquico” que vigorou no pré-52. Noutros termos, apesar de o Estado burguês boliviano – para Zavaleta – ser formado na Revolução Nacional de 1952, e devido ao fracasso da revolução democrático-burguesa, tal Estado acabou adotando uma organização interna próxima a dos Estados patrimonial e estamental conceituados por Max Weber.⁴ Pelo fato de ser o reflexo da sociedade boliviana – caracterizada como uma sociedade atrasada e *abigarrada* (= invertebrada) – o Estado seria instrumentalizado diretamente pelas classes dominantes. Em razão desse duplo caráter, o autor tende a concluir que o Estado boliviano seria constitutivamente instável. Estaria esboçada, aí, uma explicação heurística da instabilidade política boliviana do período pós-1952, a qual avança em relação às análises de Lora no que toca à incorporação da análise do aparelho de Estado e seu tipo de organização interna. Contudo, Zavaleta não aprofunda essa análise porque parte do suposto da influência desses dois tipos de organizações estatais (patrimonialismo e a prebenda) no Estado de 1952 sem demonstrar essa tese, pois sua preocupação fundamental era analisar a contradição, na acepção weberiana, entre democratização social e forma estatal.⁵

Os únicos exemplos de manifestação do patrimonialismo e da prebenda oferecidos por Zavaleta estão nos artigos publicados em 1980 e 1983: “Bolivia: la fuerza de la masa” e “Las masas en noviembre” (Zavaleta, 1980 e 1987).⁶ Dois fatores internos ao aparelho de Estado possibilitaram a permanência e queda da ditadura banzerista: 1) a amálgama da corrupção-terror-inteligência, denominada pelo autor de mediação *prebendal* (isto é, um método que combinou terrorismo estatal, elaboração pragmática da política econômica ditada pelo imperialismo americano e a corrupção generalizada); 2) a instrumentalização direta do aparelho estatal pelas classes dominantes: a direção

⁴ Constante em *Economia e Sociedade* (1999).

⁵ Esse é o plano de estudo da última obra do autor, *Lo Nacional-Popular en Bolivia* (1986). Embora seu objetivo fundamental era analisar o Estado boliviano desde 1879 (a Guerra do Pacífico) até 1980, tal obra analisou somente o período 1879-1952.

⁶ O primeiro artigo analisa a ascensão e queda da ditadura banzerista e o segundo o conjunto de crises políticas e os golpes sucessivos da conjuntura boliviana de 1979-80.

desse aparelho pelos gerentes burgueses. Esses dois fatores configurariam a regressão do aparelho estatal e a degenerescência do Estado de 52. Se esse Estado passou por um processo de modernização ao longo do pós-1952, sob a ditadura banzerista encontrava-se francamente deslegitimado diante das massas populares. Nesse contexto, um terceiro fator, externo ao aparelho estatal, contribuiu decisivamente para o colapso da ditadura: a pressão difusa da massa popular (alusão à greve de fome iniciada no final de 1977 por quatro trabalhadoras mineiras contra a ditadura, a qual se espalhou por todo o país através da adesão de mais de duas mil pessoas e provocou a abertura política do regime: convocação de eleições gerais para julho de 1978).

Nesse sentido, a crise do Estado de 1952, expressa pelo caráter patrimonial e estamental da organização do aparelho estatal e na descomunal crise do Exército, teria provocado constante instabilidade política nos anos 70. Com base nessa análise, Zavaleta passa a defender duas teses semelhantes, mas não equivalentes, sobre o caráter da crise do Estado. A primeira tese sustenta que essa crise reflete um confronto entre a sociedade civil e o Estado. Este teria obstruído a manifestação política da sociedade civil através da repressão e da eliminação da democracia política, mas não podia controlá-la; e a sociedade civil teria amadurecido e demonstrado uma férrea capacidade de resistência à ditadura banzerista através do movimento operário, mas não podia derrotar o Estado. Trata-se de uma situação em que ambos setores mostravam estar “inorgânicos” - isto é, um estado de igualdade marcado pela incomunicação entre os dois setores e pela fraqueza deles, diferentemente de uma situação de crise revolucionária, pois o Estado não estava em “concentração dissolutiva”, mas numa situação de isolamento da sociedade civil ou de autonomia relativa provocada pelo “atraso estatal” (Zavaleta, 1980:91). Na conjuntura de 1978, marcada pelo fim da ditadura banzerista, o setor “constitucionalista” do Exército demonstrou uma capacidade elementar de negociação para solucionar a crise política: o abandono da direção do Estado pelos militares (veremos que tal abandono não ocorreu nesse ano e somente em 1982). Conclusão: Zavaleta está sugerindo que a solução da crise teria sido de tipo bonapartista nessa conjuntura.

A segunda tese é uma variação da primeira, porém dotada da seguinte particularidade: trata-se de uma crise de equilíbrio político entre as forças sociais presentes e concretizado no confronto acirrado entre o proletariado e o Exército. Tal confronto (que teria começado nos anos 40 e se prolongado até o final dos anos 70) teria provocado uma situação de latente insurreição das massas populares e de golpes militares – isto é, contínua instabilidade política. Essa tese aparece em estado prático em *El Poder Dual* (1987a: ver os dois prólogos dessa edição) e é exposta claramente nos dois artigos supramencionados. Mais especificamente, trata-se de um confronto político entre dois blocos hegemônicos: o bloco popular-proletário, dirigido pela COB (*Central Obrera Boliviana*), e o bloco burguês-imperialista, sob a égide dos militares. E o caráter desse confronto estaria na incapacidade de ambos blocos imporem a hegemonia política tanto sobre o bloco contendor quanto sobre o conjunto da sociedade. De um lado, o proletariado seria incapaz de organizar a sociedade de acordo com seu programa político e seus interesses gerais, cuja causa fundamental estaria na inexistência do próprio partido da classe operária e pela sobrestimação do espontaneísmo. De outro lado, pelo fato da burguesia boliviana não se transformar numa classe efetivamente burguesa (permaneceu sendo uma fração ou “casta oligárquica” com costumes burgueses), foi incapaz de realizar a revolução democrático-burguesa. Nessa situação, teria ocorrido, no limite, uma “circulação hegemônica”, na qual os dois blocos alternaram-se em pequenos períodos de tempo mas sem solucionar a questão do poder.⁷ Enfim, Zavaleta parece estar evocando a ocorrência simultânea de uma crise de hegemonia prolongada e de uma crise de equilíbrio político que estaria se transformando numa crise de tipo catastrófica entre as forças presentes.⁸

⁷ Por exemplo: a instauração da Assembléia Popular em 1971, porém derrotada pelo golpe banzerista; a queda desta ditadura pela ação “difusa da massa”; a unificação entre os camponeses e o proletariado contra a ditadura em 1978-79, porém derrotada com os golpes militares de Natusch em 1979 e García Meza em 1980.

⁸ A crise política de tipo catastrófica é evocada claramente quando Zavaleta analisa o “*empantanamiento*” político de 1979 e a solução desse impasse pela eleição de W. Guevara como presidente do país: “Guevara está manifestando este fato indiscutível. Num poder como o boliviano, no qual a própria desarticulação deve-se expressar como presidencialismo, evitar tal tipo de solução (impensável, à margem do próprio Guevara) não servia senão a convocatória de uma nova fase de incerteza na qual lutariam acirradamente o autoritarismo militar e o messianismo esquerdista, ambos impondo-se em cada um de seus bandos” (Zavaleta, 1980:96).

Finalmente, uma terceira tese pode ser extraída dos dois artigos mencionados e do Prólogo da última obra de Zavaleta publicada em 1986, *Lo Nacional-Popular en Bolivia*: as causas da instabilidade política boliviana estariam na ausência da democracia representativa. Essa ausência seria determinada por dois fatores importantes: 1) o caráter *abigarrado* (invertebrado) da formação social boliviana: o atraso endêmico e a extrema desigualdade social existente no país se devem ao fraco desenvolvimento capitalista; 2) a exclusão do método de sucessão democrático e a utilização permanente da sucessão pela via do golpe de Estado por parte da burguesia boliviana, claro fracasso dessa classe na prática da democracia representativa. Esse fracasso demonstraria, de um lado, o caráter não burguês dessa classe, pois esta não seria outra coisa senão um velho núcleo oligárquico com costumes burgueses; de outro, a acentuada fragmentação da burguesia, daí seu constante apelo ao Exército para conseguir sua unidade.⁹ Vemos que Lora e Zavaleta detectaram os diversos aspectos da nossa problemática, os quais são importantes – sem que por isso endossemos as suas interpretações – na medida em que, de um lado, mostram o grau de avanço do estudo sobre o assunto, e de outro, o ponto de partida para elaborarmos a nossa crítica a essas teses, para depois, formularmos uma interpretação alternativa do fenômeno em pauta.

A linha de análise traçada por Zavaleta sobre o caráter da instabilidade política boliviana dos anos 70 influenciou boa parte dos sociólogos e analistas políticos bolivianos nos anos 80 e 90. É o caso de René A. Mayorga que publicou um artigo intitulado “Empate histórico y debilidad constructiva: la crisis del proceso de democratización en Bolivia (1978-1979)”.¹⁰ Mayorga incorpora a tese da crise de hegemonia (derivada dos dois blocos hegemônicos) sustentada por Zavaleta e a

⁹ Para Zavaleta, o golpe de Estado seria “uma mudança dentro da não mudança”, uma “substituição temporal” entre as frações da burguesia. Assim, “a eliminação do âmbito democrático impediu a manifestação da sociedade civil. O poder domina cegamente porque não dispõe dessa leitura. Nestas condições, a instabilidade política é inevitável. Aqueles que não podiam votar sua insatisfação dizem-no no motim ou na desconfiança da ‘economia moral’ da multidão”, (Zavaleta, 1987b:44; tradução nossa; ver também 1986:19-20).

¹⁰ Mayorga (1985). Sobre o mesmo tema, ver também F. García: *Razón de Estado y el empate histórico boliviano* (1993).

reformula sob o conceito “empate histórico” entre as Forças Armadas e a COB - isto é, uma situação de equilíbrio catastrófico devida à incapacidade dos dois blocos contendores de imporem a hegemonia. Para o autor, esse “empate” político explicaria a descomunal crise do Estado e a ascensão do poder militar. Em alusão direta ao cesarismo e à crise orgânica analisada por Gramsci, Mayorga entende o “empate histórico” como um bloqueio mútuo e uma incapacidade política e ideológica das forças sociais para solucionar a crise de hegemonia e a crise do Estado. Do lado do Estado, o empate é qualificado como uma situação de força em que a “crise global da sociedade” tende a procurar o poder das Forças Armadas, e estas, aproveitando a constante fragmentação interna do campo popular, aplicam a violência e a repressão. A ditadura militar empenhou-se em resolver, ilusoriamente, o empate a seu favor, pois foi incapaz de construir, de cima, uma alternativa nacional de poder, por isso, passa a se enfrentar de forma permanente e violenta contra o movimento popular. Do lado do movimento popular, o empate é entendido como a incapacidade da COB de propor uma alternativa de poder nacional baseada na hegemonia popular para solucionar essa crise. Por último, cabe salientar que, diferentemente de Zavaleta, Mayorga considera que a causa fundamental da crise de hegemonia, e, portanto, da instabilidade política, estaria na mencionada incapacidade da COB. Assim, nos anos 70, a Bolívia teria mostrado a debilidade construtiva do campo popular (= proletariado-COB), debilidade essa articulada à crise político-ideológica dos partidos de esquerda e aos limites políticos inscritos na COB. Num contexto político em que não haveria vencedores nem vencidos,¹¹ a única solução seria a bonapartista, o que de fato teria ocorrido no período em questão. E essa solução é vista pelo autor como “mal necessário” frente à incapacidade “congenita” do campo de esquerda e popular de propor uma alternativa “viável e eficaz” à principal crise política do país.

¹¹ Essa conclusão é patente no seguinte parágrafo: “Estamos obrigados a considerar que existem etapas históricas trágicas nas quais a luta de classe se paralisa numa guerra de posições sem possibilidade de resolução da crise orgânica. Não se encontrará a Bolívia de modo fatal numa etapa semelhante? Não estaremos submersos numa terrível situação de supressão de alternativas viáveis ou de ‘obliteração da história possível’? Obliteração que estaria determinada pela estrutura e dinâmica de uma sociedade enclausurada em sua própria crise orgânica que, portanto, não pode absorver suas contradições nem é capaz de gerar forças sociais de transformação qualitativa? (Mayorga, 1985:423).

Finalmente, o trabalho mais aprofundado sobre a instabilidade política na Bolívia contemporânea, até o momento, é *L'instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas bolivien* de Jean-Pierre Lavaud.¹² Em relação aos anteriores trabalhos apresentados, o de Lavaud avança na análise na medida em que utiliza um modelo teórico definido para explicar a extrema turbulência e instabilidade política no país. Embora o autor não explicita, a relação entre instabilidade e crise política aparece indiretamente: as crises políticas e sociais são entendidas como consequência da *instabilidade social*. Nesse aspecto, a análise de Lavaud apresenta uma semelhança com a de Zavaleta, quem deu maior ênfase à crise social geral. Por outro lado, os dois autores compartilham a concepção do caráter patrimonial da organização do aparelho de Estado: de um lado, enquanto aparelho fundamental, o Estado aparece passivo, sendo instrumentalizado pelos grupos de interesses para alcançar algum benefício; de outro, sua natureza é corrupta e sua estrutura tende a funcionar de forma hipertrofiada e irracional. Finalmente, para ambos os autores, tanto as relações sociais pré-capitalistas ou pré-moderna (*mediação prebendal* para Zavaleta; a *relação de clientela* para Lavaud, conforme veremos logo), como o Estado aparecem completamente negativos e contrários à racionalidade do capitalismo e da democracia representativa.

E qual é a tese fundamental de Lavaud? Ela parte da “constatação” de que a instabilidade política e a instabilidade social estariam estreitamente interligadas: esta alimentaria a primeira e ajudaria a perpetuá-la. Isto é, a rotação rápida dos governantes, as sucessões presidenciais não regradas e violentas e a recorrente anulação da constituição, provocaria uma rotação acelerada do conjunto do pessoal do Estado, como um *spoil system*, e acaba substituindo até as lideranças das principais instituições da sociedade civil. Logo, a tamanha turbulência e instabilidade estariam no fato de a maioria dos setores da sociedade boliviana, muito mais do que em outros países, encontram-se em situações de extrema dependência do Estado, cujo controle seria de vital importância. Tal

¹² *L'Instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas bolivien* (1991). Esta versão original é a tese de doutorado defendida pelo autor em 1988 na Universidade de Paris-Sorbonne. Na Bolívia, tal obra foi publicada em 1998 com o título *El Embrollo Boliviano*

dependência e vínculo estatal se traduzem na prática do *clientelismo* em todos os níveis da sociedade, prática essa que acaba reforçando ainda mais esses vínculos entre o Estado e a sociedade civil, fomentando assim a instabilidade.¹³

Nesse tipo de sociedade, o conjunto de relações sociais e políticas estaria fortemente marcado pelo clientelismo ou sistema de patronato político.¹⁴ Este instauraria um círculo vicioso de pressões recíprocas entre os governos e todos os grupos de interesse organizados. Tais grupos tendem a privilegiar as organizações setoriais e milicianas em detrimento da organização partidária. O que incrementaria a insegurança civil e produziria instabilidade generalizada. Se ocorre alguma estabilidade governamental baseada nesse tipo de relação – isto é, um certo equilíbrio entre os setores concorrentes, mas controlado por um partido dominante –, ela seria muito fraca e pouco duradoura. Mormente, o governo exigiria provas de lealdade aos grupos de interesse; se a lealdade não é demonstrada, o castigo e a repressão seriam a moeda corrente. Já os grupos de interesse organizados, com o fim de defender-se ou com a esperança de obter benefícios rápidos, exerceriam pressões mais ou menos violentas sobre o governo (manifestações, greves, demonstrações armadas, assassinato etc.). Nesse clima de insegurança, se o governo perde o apoio dos setores populares majoritários e de suas milícias, ou então, não logra mobilizá-los suficientemente para obter seu apoio, não teria outra alternativa senão recorrer aos militares. Assim, para Lavaud, não seria estranho que as Forças Armadas bolivianas se convertam no setor melhor organizado do país, passem a concorrer pelo poder com outros setores e tomem o poder para si.

– *Turbulencias sociales y desplazamientos políticos (1952-1982)*. Na exposição das principais teses do autor nos baseamos na edição boliviana. As traduções das citações dessa obra são nossas.

¹³ Nas palavras do autor: tal “dependência e vínculo para-estatais se traduzem numa desmesurada amplitude do clientelismo e de seus fenômenos, o que, por um efeito *boomerang*, reforçam ainda mais os vínculos entre o Estado e a sociedade civil, fomentando a instabilidade” (Lavaud, 1998:24).

¹⁴ Lavaud entende a relação de clientela “como um intercâmbio de favores entre duas pessoas, patrão e cliente, os quais controlam recursos desiguais. Trata-se de uma relação personalizada e vertical, implicando um grau variável de dependência do cliente” (Lavaud, 1987:108). Sobre o assunto, o autor se apoia nas conclusões de Lemieux em *Le patronage politique, une étude comparative* (1977).

Em suma, o clientelismo aparece no trabalho do autor como uma variável intermediária chave para explicar o sentido da relação entre a “sociedade civil” e o Estado, entre instabilidade social e instabilidade política. Apesar dessa importante descoberta, Lavaud não consegue ir além, isto é, explicar a relação de causalidade entre os dois tipos de instabilidade, qual fenômeno determina ou causa o outro e quais as causas fundamentais do clientelismo. É aqui que se revela o modelo teórico utilizado pelo autor: o que causaria a instabilidade social e, por conseqüência, o clientelismo, seria *o confronto violento dos agentes sociais organizados*, cuja ação obedece a racionalidades próprias.¹⁵ Através dessa conclusão Lavaud está afirmando que as causas fundamentais da instabilidade estariam na própria *natureza da sociedade boliviana*, entendida como constitutivamente violenta e anômica. E qual é esse modelo teórico?

O próprio Lavaud destaca que seu modelo heurístico de instabilidade política aplicado ao caso boliviano baseia-se nas conclusões de Huntington (1975)¹⁶ referentes à sociedade pretoriana de massa, a qual se caracteriza por uma elevada politização e uma baixa institucionalização do sistema político. Para Lavaud, a Bolívia enquadra-se nesse tipo de sociedade, onde a politização não se limita às categorias dominantes (classe proprietária e classe política): pelo fato de todos os setores estarem politizados, cada um deles utilizaria os meios de pressão disponíveis a seu alcance para tentar impor sua causa. As reivindicações apresentadas aos governos utilizam mecanismos de violência civil e intervenções militares. Trata-se de uma situação em que o uso da violência seria uma norma: cada grupo de interesse organizado procura dotar-se de uma força armada. Assim, numa sociedade pretoriana de massa, “os ricos subornam, os estudantes se amotinam, os operários fazem greve, a

¹⁵ “Optei, assim, por uma aproximação estritamente sociológica que explica a instabilidade a partir dos confrontos mais ou menos violentos entre os agentes sociais organizados, cuja conduta obedece a suas próprias racionalidades” (Lavaud, 1998:22).

¹⁶ Para Huntington, numa sociedade pretoriana os grupos sociais se empenham na participação política: “o que faz esses grupos parecerem mais ‘politizados’ [...] é a ausência de instituições políticas efetivas capazes de mediar, refinar e moderar a ação política dos grupos”. Isso implica que “num sistema pretoriano, as forças sociais se encontram cara a cara” (1975:208). Em conclusão, para Huntington, “numa sociedade sem instituições políticas efetivas e incapaz de desenvolvê-las, o resultado final da modernização social e econômica é o caos político” (1975:210).

multidão realiza manifestações e os militares aplicam golpes de Estado” (Huntington, apud Lavaud, 1998:381).

Chegamos assim ao final desta parte. No início, delimitamos nosso objeto de estudo. Logo, passamos em revista os principais trabalhos sobre a instabilidade política boliviana pós-1952 e pós-1971: esse seria o estado do estudo sobre a problemática alcançado até o momento. Mais especificamente, mostramos que nenhum trabalho colocou como objeto de estudo as causas que produzem o processo de instabilidade política no Estado militar no período 1971-78. Mesmo que alguns autores tenham identificado causas sócio-históricas relevantes, não encontramos uma interpretação teórica do fenômeno a partir da relação entre o aparelho de Estado, as classes dominantes e o movimento operário.

Duas hipóteses alternativas

Podemos desde já colocar as nossas hipóteses de trabalho que serão desdobradas ao longo desta tese.

Primeira hipótese de trabalho - Os principais fatores potenciais que reproduziram instabilidade política no Estado militar no período 1971-78 foram desencadeados pela intensificação e agravamento de três crises importantes: a crise de acumulação de capital, a descomunal crise do Exército e um tipo crise de hegemonia. As crises e contradições deflagradas no período estiveram comandadas pelo impacto do agravamento destas três crises que sobredeterminaram o funcionamento do Estado militar boliviano, passando este a se configurar como um Estado militar-de-crise e como um Estado potencialmente desestabilizador.

Segunda hipótese de trabalho – A reorganização do bloco no poder possibilitou a instauração de um sistema hegemônico composto pela nova burguesia mineiro-exportadora, o capital bancário estrangeiro e o grande capital financeiro americano, sob direção deste. O que derivou na instauração

de uma forma de Estado que acelerou o processo de transferência de capital público ao setor privado, aprofundando assim o processo de desnacionalização da economia boliviana. E essa transferência de capital se patenteou na maximização da extração de mais-valia e de lucros imediatos no menor tempo possível: uma prática peculiar de acumulação de capital imposta pelas classes dominantes.

Através da primeira hipótese tentaremos demonstrar que essas três crises apareceram inter-relacionadas: a primeira se relaciona com a crise de hegemonia vacilante; a segunda com o processo de acumulação de capital pautado pela prática de extração de mais-valia e sobrelucros imediatos, e se manifestou no processo de transferência acelerada de capital público ao setor privado; e a terceira com a condensação das crises internas da instituição castrense, que repercutiram incisivamente na crise de unidade e na crise de sucessão governamental. Noutros termos, as crises e contradições políticas que provocaram instabilidade política permanente foram comandadas pelo impacto do agravamento dessas três crises principais. Neste contexto, o agravamento da crise de legitimidade do governo ditatorial do período seria uma consequência do desencadeamento dessas três crises.

Através da segunda hipótese tentaremos demonstrar que os principais fatores potenciais de instabilidade política derivaram, sobretudo, da relação entre o Estado militar e as classes dominantes. E os elementos cruciais que reproduziram instabilidade estão relacionados com os seguintes fatores: a) a prática de acumulação de capital dos principais agentes econômicos e estatais; b) o funcionamento do sistema hegemônico (sob a direção do grande capital financeiro americano); e c) a instauração de uma forma de Estado que viabilizou o aprofundamento do processo de desnacionalização da economia boliviana. Este processo possibilitou a transferência acelerada de capital público ao setor privado, o que foi viabilizado pela política econômica da ditadura, denominada “estabilidade com desenvolvimento”. Assim, seria no âmbito de relação entre o sistema hegemônico, bloco no poder e burocracia estatal que devemos desvendar as principais fontes e causas de instabilidade política. Por outro lado, o funcionamento desse sistema esteve marcado por uma variante de crise de hegemonia: a hegemonia vacilante - um indicativo da incapacidade de tal sistema

impor uma dominação política e ideológica duradoura na formação social capitalista periférica boliviana. O aprofundamento do processo de acumulação de capital e a emergência desse tipo de crise de hegemonia provocaram, de um lado, um impacto político devastador no seio do Exército (intensificação de suas crises) que repercutiu no recrudescimento da repressão sobre as classes trabalhadoras, e de outro, no agravamento da crise de legitimidade. Tais crises políticas se converteram nos fatores diretos do colapso da ditadura banzerista, na qual se apoiava a dominação do grande capital americano e, por conseguinte, da diluição do sistema hegemônico em 1978. Neste sentido, qualificamos o Estado militar como um Estado potencialmente desestabilizador nas esferas econômica e política.

As nossas hipóteses são praticamente novas. Nos principais trabalhos revistos, vimos que as causas fundamentais da instabilidade política boliviana do período 1952-1982 foram identificadas basicamente em três níveis: 1) no fraco desenvolvimento do capitalismo e da democracia burguesa; 2) na essência da sociedade boliviana que tende a ser violenta e caótica, devido à predominância de relações de produção pré-capitalista e pré-moderna, basicamente nas relações clientelista e prebendalista (uma variante explicativa da identificação de causas no primeiro nível); 3) na crise de hegemonia permanente; ou inversamente, na ausência de hegemonia devida a uma crise política de tipo catastrófica entre as forças sociais presentes. Essa crise foi basicamente qualificada ora como “empate histórico” entre os militares e a classe trabalhadora, ora como a instauração de um tipo de bonapartismo que foi incapaz de “arbitrar” as forças sociais contendoras.

Por outro lado, alguns autores abordaram indiretamente a problemática da instabilidade política e sua relação com o processo de acumulação de capital. Basta aqui apresentar a tese de um autor que tentou explicar os nexos entre o sistema de acumulação de capital que vigorou no período 1971-78 e o regime político: Toranzo. Tal sistema é denominado *banzerato*: um padrão de acumulação baseado, de um lado, na transferência dos lucros das empresas estatais para o setor privado, e de outro, em outras formas de acumulação como, por exemplo, contrabando de todo tipo,

extorsão e desfalque dos recursos públicos, bem como acumulação de capital pela via do narcotráfico. Apesar de Toranzo identificar uma franca crise de acumulação, suas principais causas são detectadas num plano subjetivo, isto é, no caráter ético/moral da burguesia boliviana: sua atitude irresponsável diante do país, pois não investiria o excedente (reprodução ampliada do capital) porque o consome irracionalmente (consumo suntuário). Uma consequência inevitável dessa tese é a conclusão de que o sistema de acumulação boliviano no período em questão seria irracional, porém totalmente incompatível com o funcionamento da economia capitalista (esta tese se encontra em estado prático nos trabalhos de Zavaleta em relação ao tema da mediação *prebendal*, que aparece sob a descrição corrupção-terror que vigoraria durante a ditadura).¹⁷

No que tange às interpretações sobre a longa permanência do governo Banzer, Ramos (1980), de la Cueva (1983) e Echazú (1988) defendem a tese de que o êxito inusitado do regime militar do período estaria na sua natureza *fascista*,¹⁸ sendo considerada a repressão/violência como o fator determinante. Outros, como por exemplo, Whitehead (1990) interpretam que as causas estariam na combinação das variáveis maquiavélicas da *fortuna* do líder militar (Banzer) e do *medo* (imposição do regime de terror). Uma variante desta interpretação aparece no trabalho de Sandoval (1979 e 1999), para quem a longa permanência da ditadura Banzer se deveu à instauração do *modelo* de dominação baseado na *segurança nacional* (um “projeto político militar” aplicado conscientemente pelo Exército).

¹⁷ Toranzo, “Banzerato: nuevo modelo de acumulación?” (1988a). Ver também Grebe, “El excedente sin acumulación” (1983).

¹⁸ Influenciados pela interpretação sobre a institucionalização do regime militar brasileiro, Guevara (1981) e Ramos (1980, 1983) concluem que o regime militar do período Banzer não conseguiu se institucionalizar como aquele regime devido à incapacidade de estabelecer regras políticas institucionais que assegurassem a sucessão governamental. O fracasso de institucionalização do regime militar *à la* brasileira teria redundado tanto no aumento do grau da repressão das massas trabalhadoras (“terrorismo de Estado”) quanto da corrupção generalizada. Através desta, o regime teria conseguido uma base de legitimação nos setores das massas populares e da classe média. Estes dois fatores (corrupção e repressão) teriam contribuído decisivamente para a manutenção do poder militar, passando assim os autores a classificar, abusivamente, o regime militar boliviano como regime fascista. Ora, é evidente o problema da sucessão governamental na ditadura banzerista, porém não se restringe a esse governo. O outro problema sério desta tese é que os autores fazem uma descomunal confusão geral desconhecendo: 1) o caráter do regime fascista europeu (este não teria se institucionalizado): este é sinônimo de corrupção e terror; 2) o caráter do regime militar brasileiro (este se institucionaliza, sem mostrar em que consistiu essa institucionalização); 3) os regimes militares do tipo boliviano não se institucionalizam, porém se legitimam (ou seja, temos aqui um curioso fenômeno político: um poder político não institucionalizado mas que se legitima). É ocioso insistir nestas absurdas interpretações.

Diante desse quadro exposto, as nossas hipóteses de trabalho pretendem propor uma análise do fenômeno da instabilidade política do período em foco sob a inspiração duma problemática teórica diferente às das apresentadas até o momento – isto é, o nosso tratamento da questão se afasta das análises tradicionais mormente feitas tanto sobre a problemática militar como da instabilidade política. Finalmente, não pretendemos fazer uma crítica minuciosa a cada uma das obras mencionadas; se necessário, elas aparecerão, ao longo do trabalho, de acordo com o assunto abordado.

A demonstração das nossas hipóteses será feita em cinco capítulos.

O primeiro capítulo tem um duplo objetivo fundamental. Através do primeiro objetivo delimitamos o nosso marco teórico e a metodologia a ser aplicada ao longo do trabalho. Para tanto, elaboramos uma proposta teórica alternativa de abordagem da problemática da instabilidade política – isto é, tentamos construir o objeto de estudo inserindo-o na discussão da relação entre crise política e instabilidade política no quadro de funcionamento reprodutivo do Estado burguês (o que implicou na elaboração de um conceito de instabilidade política). Assim, partimos de um duplo suposto: de um lado, a existência da relação entre crise e instabilidade política, cuja ocorrência de ambos elementos estaria sobredeterminada pelo caráter da formação social capitalista concreta e pela função que detém, aí, a estrutura jurídico-política (Estado burguês); de outro, o fenômeno em pauta tem um caráter dialético: estabilidade/instabilidade política. Numa formação social em transição capitalista periférica como a boliviana, marcada por um grau de desenvolvimento das relações de produção/forças produtivas, o Estado burguês dependente tende a deter um papel crucial e redobrado nesse processo de transição capitalista. Com base nessa abordagem teórica, podemos detectar, de um lado, a emergência de crises econômicas oriundas do funcionamento do sistema capitalista que se convertem em fontes potenciais de instabilidade e repercutem na esfera política; de outro, podemos também detectar crises políticas derivadas do próprio funcionamento do Estado que se convertem igualmente em fontes genéricas potenciais de instabilidade política. No quadro de funcionamento de um Estado

burguês sob a forma ditatorial-militar, a última tende a ser potencializada devido à permanente intervenção do Exército. Para operacionalizar nosso conceito, nos baseamos num quadro mínimo de ocorrência de possibilidades de crises políticas que se convertem em fatores potenciais de instabilidade na esfera política, como ser: crise de sucessão governamental, crise de hegemonia e crise de acumulação de capital, crise de legitimidade etc.

O segundo objetivo fundamental deste capítulo visa fornecer uma análise introdutória, de um lado, de alguns aspectos essenciais do contexto sócio-histórico em que emergiu o governo ditatorial-militar do período, e de outro, de alguns temas da nossa problemática: o significado do golpe de agosto de 1971, as principais crises políticas da conjuntura 1969-71, a proposta de uma periodização do período em foco e, por fim, a apresentação de um resumo sintético das principais crises e fontes de instabilidade política.

O segundo capítulo tem como objetivo desenvolver três temas importantes: 1) fazer uma caracterização da formação social capitalista periférica boliviana com o objetivo de examinar seus principais traços essenciais - isto é, buscamos verificar se efetivamente a sociedade boliviana seria constitutivamente instável, anômica e violenta. Essa tarefa exigiu uma crítica sistemática da caracterização da formação social *abigarrada* (= invertebrada) e de suas congêneres (pretorianismo, clientelismo, formação social amorfa), presentes nos âmbitos acadêmicos bolivianos; 2) apresentar os principais aspectos socioeconômicos do período: detectamos um processo acelerado de acumulação de capital pautado pela transferência de capital público ao setor privado, num momento de auge econômico provocado pela relativa situação favorável do setor externo: crescente fluxo de empréstimos externos, alta dos preços dos metais e do petróleo no mercado mundial – porém tal situação não alterou as condições de atraso da economia boliviana; 3) examinar pormenorizadamente o caráter das classes dominantes e frações de classe dominante na Bolívia com o fim de desvendar tanto a natureza da participação do capital estrangeiro, principalmente o de origem americano, como o tipo de associação desse capital com o capital nacional. Noutros termos, tentamos decifrar, de um

lado, o caráter da participação dos principais agentes econômicos envolvidos no processo de acumulação de capital; de outro, detectar se o processo de concentração e centralização de capital em poucas mãos (principalmente no capital monopolista americano/estrangeiro) se relaciona com a reprodução de fatores genéricos potenciais de instabilidade econômica e política num país com acentuado grau de atraso econômico, marcado pelas suas estruturas mineiro-extrativa e agrário-camponesa.

Dando continuidade aos temas analisados no capítulo anterior, o terceiro capítulo visa desvendar os principais aspectos econômicos da instabilidade política. Propõe-se, sobretudo, examinar detalhadamente o caráter da crise de acumulação de capital na Bolívia no período em foco. A maioria dos autores que analisaram o tema tende a considerar que o processo de acumulação seria irracional, não se processando conforme o modelo de acumulação “típico” dos países capitalistas centrais; seria, portanto um modelo de acumulação que tenderia a bloquear a reprodução ampliada de capital. A nossa análise parte da crítica desse tipo de interpretação e propõe uma hipótese alternativa. Consideramos que a compreensão dos principais aspectos desta particular crise é da maior importância para entender os elementos cruciais relacionados com a reprodução de fatores potenciais de instabilidade econômica que repercutem na esfera política: os principais fatores estariam relacionados com a prática de acumulação adotada pelos principais agentes econômicos externos (o capital americano) e internos (classes dominantes locais). Trata-se de uma prática econômica peculiar: a extração de mais-valia e de lucros imediatos e no menor tempo possível. Para desvendar tal prática, examinamos, de um lado, o caráter da intervenção/participação do capital americano/estrangeiro no país (os tipos de relações com a economia do país); e de outro, a forma de acumulação realizada pelas classes dominantes bolivianas. Nos dois casos, veremos que essa prática econômica se relacionou com dois processos importantes intimamente relacionados: o processo de desnacionalização da economia boliviana a longo prazo e o processo de transferência acelerada de capital público ao setor privado nos anos 70.

Já o quarto capítulo tem como objetivo fundamental analisar os aspectos essenciais da instabilidade na esfera propriamente política: o funcionamento do aparelho militar. Mais especificamente, buscamos desvendar o processo de reprodução das principais crises e contradições políticas no seio das forças armadas bolivianas e sua repercussão no aparelho de Estado. Para tanto, examinaremos os seguintes pontos: 1) o processo de militarização/desestabilização do Estado militar; 2) o caráter da crise de sucessão governamental; 3) o empenho do Estado na busca incessante de estabilização política através de vários mecanismos políticos (principalmente através da instauração da política de “estabilidade com desenvolvimento” e da política de recuperação do litoral boliviano); 4) o caráter da crise de representação partidária burguesa e seu impacto no seio do Exército; e 5) o caráter da crise de legitimidade. Veremos que as principais crises políticas foram potencializadas pelo agravamento de duas crises intimamente relacionadas: a crise de sucessão militar e a crise governamental, ambas patenteadas na figura do golpe de Estado. Todavia, mostraremos que as crises do Exército boliviano sofreram uma influência notável da crise de hegemonia, das crises oriundas do bloco no poder, bem como da crise de acumulação. Noutros termos, embora as causas das crises intramilitares não sejam um reflexo (epifenômeno) das crises oriundas das classes dominantes (bloco no poder), estas tiveram um impacto devastador no seio do Exército na medida em que funcionou como partido político das classes capitalistas exploradoras. E isto se deveu ao fato de que, ao organizar a hegemonia do capital financeiro americano, o Exército acabou acelerando a crise de sucessão governamental. O setor militar dirigente controlará a hierarquia militar de forma violenta, mas será assolado pela proliferação de tentativas golpistas realizadas pelos setores militares opositores (ex-palacianos e da caserna) que discordaram da evolução e condução do regime e, principalmente do papel do Exército como partido político. Neste sentido, mostraremos que o caso boliviano se configurou como um caso peculiar. A relação do setor militar dirigente com esse capital contribuiu com o aprofundamento do processo de desnacionalização da economia boliviana e, por essa via, se converteu num dos fatores cruciais da transferência acelerada de capital público ao setor

privado. Por outro lado, ao tentar controlar suas crises internas e ao se empenhar na busca de estabilidade política (uma exigência *sine qua non* desse capital para “investir” no país) o Estado militar acaba incrementando a instabilidade política. Enfim, veremos que o conjunto de crises e contradições políticas se relacionam, de um lado, com o processo de militarização/desestabilização, e de outro, com o processo de desnacionalização da economia boliviana, pautado pela transferência acelerada de capital público ao setor privado. Trata-se de dois processos que apareceram simultaneamente e, quando coincidiram, nos seus momentos mais intensos, provocaram um impacto devastador no seio do aparelho estatal, principalmente no Exército. Nesse sentido, o Estado militar se configurou como um Estado-de-crise e como um Estado potencialmente desestabilizador.

O quinto e derradeiro capítulo analisa a relação entre Estado militar, classes dominantes e instabilidade política. Mais especificamente, buscamos demonstrar, neste capítulo, de forma condensada as nossas principais hipóteses: as principais causas da instabilidade política no período foram provocadas pela relação entre esses dois setores. Para tanto, nos detemos no exame do caráter da hegemonia política (crise de hegemonia vacilante) e das condições que possibilitaram a emergência do sistema hegemônico num país com acentuado grau de atraso econômico. Tentaremos justificar que tanto a emergência do sistema hegemônico como o caráter da hegemonia política estiveram relacionados com quatro fatores cruciais: 1) o aprofundamento do processo de desnacionalização da economia boliviana, induzida principalmente pelas frações de capital que compõem o sistema hegemônico, principalmente pelo grande capital financeiro americano; 2) a prática de acumulação de capital viabilizada pelo capital preponderante, o que, por sua vez, se relaciona com a sua sistemática intervenção na economia do país e com a prática de acumulação das classes dominantes bolivianas; 3) o processo acelerado de transferência de capital público ao setor privado viabilizado pela política de investimento, calcada na política de “estabilidade com desenvolvimento”, cujo conteúdo será detidamente analisado; 4) a relação do setor militar dirigente (banzerista) com o grande capital financeiro americano. Esse conjunto de fatores teve um impacto devastador no Estado militar e no

seio do bloco no poder, o que acabou provocando crises econômica e política que se converteram em fatores potenciais de instabilidade política no período. Conforme já mencionamos, se o Estado militar, na sua busca intensa de estabilidade política acabou aprofundando o processo de militarização/desestabilização, neste capítulo mostraremos que ele aprofundará um outro processo semelhante: o de desnacionalização/desestabilização nas esferas econômica e política. Por outro lado, este capítulo também busca examinar os seguintes temas: 1) o caráter da luta entre o sistema hegemônico, as classes subalternas do bloco no poder e a burocracia de Estado; 2) as lutas entre tais classes subalternas e entre estas e a burocracia estatal; e 3) a identificação de alguns indicadores específicos da hegemonia vacilante e a crise final do sistema hegemônico.

Devemos ainda fazer alguns esclarecimentos adicionais. Primeiro, nosso trabalho não pretende esgotar o assunto em consideração, principalmente a problemática militar. Embora a abordagem realizada neste trabalho se distancie das análises tradicionais sobre a questão militar, o nosso interesse centra-se na problemática da relação entre o Estado militar e as classes dominantes (bloco no poder). Segundo, não examinaremos a relação Estado-classes dominadas, principalmente a relação com o movimento operário: a nossa análise abordará tão-somente alguns aspectos dessa problemática de forma indireta, na medida em que se relacionou com a problemática da legitimidade e com uma das fontes importantes de instabilidade política no Estado burguês (a mobilização das classes populares). A análise da instabilidade política a partir dessa problemática requer, a nosso ver, um trabalho aparte. Terceiro, a nossa análise sobre as condições de atraso da economia boliviana excluiu a comparação com economias contemporâneas com o mesmo grau de atraso econômico (países andinos, países da América Central etc.). A nossa resposta é dupla: de um lado, o objetivo de nossa análise não é comparativo; de outro, preferimos privilegiar as análises feitas por Lenin e Gerschenkron sobre as economias européias periféricas do século XIX que atravessaram um grau de atraso econômico – os seus trabalhos foram de vital importância para nosso estudo na medida em que nos auxiliaram no entendimento teórico e histórico da problemática das formações sociais em

transição capitalista periférica. Quarto, foi difícil encontrar um trabalho que analise as condições de atraso dos países latino-americanos a partir do recortes teórico e histórico (embora tais recortes não sejam idênticos) feito pelos dois autores mencionados, bem como sobre a participação/intervenção do capital americano/estrangeiro nos países com acentuado grau de atraso como o caso boliviano (salvo o trabalho de Chudnovsky [1974] sobre o caso colombiano).

Finalmente, este trabalho é produto de uma pesquisa de campo realizada na Bolívia em dois períodos: abril-julho de 2000 e maio-junho de 2002. Os locais de pesquisa foram: universidades públicas, centros de pesquisa e instituições públicas e privadas nas cidades de Santa Cruz (UAGRM), Cochabamba (UMSS) e La Paz. O maior tempo de trabalho foi realizado nessa última cidade, principalmente nos seguintes instituições: FSTMB, SIDIS, UMSA, BCB, e Biblioteca Municipal de La Paz.

CAPÍTULO UM

ASPECTOS TEÓRICOS E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Este capítulo tem como objetivo fundamental desenvolver duas tarefas importantes. A primeira visa apresentar uma abordagem teórica alternativa sobre a problemática da instabilidade política no quadro de funcionamento reprodutivo do Estado burguês – isto é, a nossa empreitada teórica se apóia no conceito do Estado burguês na acepção proposta por Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (1986) e nas observações teóricas pertinentes formuladas por Saes nos seus principais trabalhos; o que é feito através de uma leitura pessoal das propostas teóricas desses dois autores. A segunda tarefa procura fornecer os principais aspectos do contexto sócio-histórico do golpe de agosto de 1971, dando ênfase ao processo político boliviano com o intuito de possibilitar a compreensão da emergência das principais crises políticas que se converteram em fatores potenciais de instabilidade política. Para tanto, devemos abordar os seguintes temas: 1) a relação entre crise política e instabilidade política no Estado burguês; 2) o significado do golpe de 21 de agosto de 1971; 3) as crises políticas decorrentes da conjuntura 1970-71 (o governo Torres e a Assembléia Popular); 4) uma proposta de periodização do processo político do período em foco; e 5) uma apresentação sintética das crises políticas e fontes de instabilidade política. Passemos a desenvolver o nosso primeiro ponto.

1.1 Crise política e instabilidade política no Estado burguês

Desde já alertamos que a demonstração das nossas hipóteses de trabalho requiere a delimitação de um marco teórico e uma metodologia definida. A seguir, passamos a propor alguns elementos teóricos relevantes com o fim de compreender e analisar nosso objeto de estudo. Mais

especificamente, neste item tentamos definir o que entendemos por crise política e instabilidade política e refletir teoricamente a sua relação no âmbito do Estado burguês. Logo buscamos compreender como determinadas crises políticas se traduzem em fontes ou modalidades importantes de instabilidade política no âmbito do tipo de Estado burguês de exceção: o Estado militar.

O tratamento analítico do fenômeno da instabilidade política supõe uma prévia reflexão teórica sobre a sua construção como objeto de estudo e sobre o lugar que ocuparia, de acordo com a opção teórica aqui adotada, na teoria marxista regional do político.¹ As causas fundamentais da instabilidade política devem ser identificadas em dois níveis importantes: 1) no do funcionamento da economia no modo de produção capitalista (estrutura econômica), o qual tem um caráter contraditório e instável e que provoca efeitos no âmbito do aparelho de Estado; 2) no do funcionamento do Estado (estrutura jurídico-política), o qual também tem um caráter contraditório e gerador potencial de instabilidade político-institucional.

Em relação ao nível da estrutura econômica, sabemos, principalmente pelas análises de Marx em *O Capital*,² que a lógica de funcionamento desse sistema é caracterizada por sua natureza contraditória e instável, provocadas tanto pela anarquia da produção capitalista como pelas crises periódicas nos planos da produção, distribuição e circulação.³ Um aspecto importante da contradição

¹ Essa teoria foi elaborada por Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (1986) em 1968, cujo conceito central é o conceito de Estado capitalista.

² Crises periódicas de curto e médio prazos – com uma duração média de 10 anos - marcadas por várias fases: desenvolvimento do capital fixo (expansão), depressão, atividade média, precipitações e crises. Tais crises tendem a provocar crises de longo prazo, as quais estão relacionadas com a intensificação de uma crise particular (que emerge do próprio processo de produção capitalista): a baixa tendencial da taxa média de lucro. Consultar *O Capital*, principalmente volume II. Gorender (1985:XLII) apresenta uma síntese didática desse tema.

³ Na sua célebre obra *O capital financeiro* (1985), publicado em 1910, Hilferding parece ser o pioneiro em elaborar uma teoria marxista consistente das crises no modo de produção capitalista – Lenin (1989) se baseia neste trabalho para elaborar sua teoria sobre o imperialismo. Para Hilferding e Lenin, a preponderância do capital financeiro na fase imperialista tende, através do agravamento das crises e contradições inscritas no funcionamento do sistema capitalista, à guerra inter-imperialista. Já para Bukarin, conforme aponta Bottomore (ver “Introdução à edição inglesa” do livro de Hilferding [1985:10]), o capital financeiro, baseado na política imperialista, conduz necessariamente à guerra. Nos anos 20, o economista russo N. D. Kondratiev formulou um padrão de desenvolvimento econômico do capitalismo a partir do século XVIII através de uma série de “ondas longas” de cinquenta a sessenta anos; tais ondas seriam precedidas e seguidas por “curvas descendentes”, provocando crises e depressões acentuadas. As suas descobertas estão em três trabalhos importantes: *The World Economy and its Condition During and After the War*, de 1922; no seu artigo de 1926, “The Long Waves in Economic Life”; e *The Long Wave Cycle*, de 1928. O outro autor marxista importante que avançou nessa direção foi Kalecki. Retomando as observações de Hilferding, Kalecki tenta aperfeiçoar, em 1933, a teoria marxista do ciclo econômico capitalista e de suas crises inerentes. O mecanismo do ciclo econômico se baseia em quatro fases acompanhadas de sucessivas flutuações de seus fatores constitutivos (investimento, acumulação bruta, volume do

é detectado no próprio processo de acumulação: este é determinado pela apropriação do trabalho do produtor direto pelo proprietário dos meios de produção – isto é, a mais-valia extraída do trabalhador assalariado é açambarcada pela classe capitalista exploradora, instaurando-se assim, no próprio processo de produção a tendência da luta entre trabalho versus capital. Na fase da reprodução ampliada (passagem da extração de mais-valia absoluta à relativa), emerge uma outra contradição fundamental: a baixa tendencial da taxa média de lucro. Os diversos momentos da produção capitalista (circulação, distribuição, consumo) na suas fases de reprodução simples e ampliada são reproduzidos com essa contradição inerente ao processo de acumulação. Por outro lado, essa lógica de funcionamento da economia capitalista é atravessada por uma tendência permanente de crises gerais (ondas longas, com carácter mais desestabilizador do sistema capitalista) e de ciclos e flutuações económicas de prosperidade e declínio, que provocam crises económicas potenciais a curto e médio prazos. No entanto, detecta-se também uma contra-tendência: a neutralização das crises gerais e o amortecimento das crises de curto e médio prazos. Esse movimento contraditório do sistema capitalista está eivado de crises que se convertem em fontes potenciais de instabilidade económica que repercutem incisivamente em instabilidade no plano político. No estágio do capitalismo monopolista de Estado, tais ciclos e flutuações são agravados pela baixa tendencial da taxa média de lucro: um índice importante de instabilidade crescente do sistema capitalista. Em suma, a instabilidade do funcionamento do sistema capitalista, que tem um carácter invariante (nos dois sentidos: a tendência/contra-tendência de reprodução e neutralização das crises) decorre do efeito das contradições tanto no nível da produção e das relações de produção como no nível da reprodução ampliada do capital.

equipamento de capital): recuperação, expansão, recessão e depressão (Kalecki, 1980a e 1980b). Esses trabalhos serviram de fundamento para formular suas teorias tanto da tendência e ciclo económico como da dinâmica da economia capitalista, constantes no seu livro *Teoria da dinâmica Económica*, publicado em 1952 (ver Kalecki, 1983). Neste livro, o autor se refere às flutuações estáveis, amortecidas e explosivas, aos ciclos amortecidos originais cuja duração seria de 8,5 anos, bem como à amplitude dos ciclos, cuja duração oscilaria entre 12 e 25 anos. Finalmente, Hobsbawm (1999) utiliza o sugestivo modelo de Kondratiev na sua análise histórica do século XX, detectando uma “era de catástrofe”, uma “era de ouro”, seguida de uma “era de desmoronamento”. O carácter instável (nomeadamente os ciclos e crises económicas) do funcionamento e da acumulação

No âmbito da estrutura jurídico-política (Estado), os principais fatores invariantes causadores de instabilidade política potencial estão relacionados aos efeitos produzidos pelo desempenho das funções fundamentais do Estado burguês.⁴ Em primeiro lugar, esse Estado desempenha uma “função-limite” de frustrar, através do exercício da força, “a revolução social anticapitalista”. Tal função-limite “é desempenhada pelos Estados capitalistas de um modo *regular e contínuo*, e não apenas em situações revolucionárias; a força, quando deixa de ser aplicada por tais Estados, é pelo menos ostentada e exibida, produzindo desse modo efeitos intimidatórios sobre as forças potencialmente revolucionárias” (Saes, 2001:49; grifo nosso). Pode-se deduzir que o desempenho dessa função é um indicador relevante (mas não o único) do empenho desse Estado na busca de regularidade e estabilidade na formação social, nas esferas econômica (garantir o funcionamento e reprodução do sistema capitalista) e política (garantir o funcionamento e reprodução da estrutura jurídico-política). Logo, o empenho na busca de estabilidade pelo Estado burguês não é exclusivo da sua função-limite, conforme veremos a seguir, pois tal função não é a única a ser desempenhada por esse tipo de Estado.

Mais especificamente, os fatores potenciais de instabilidade política estão relacionados com a dupla função essencial do Estado burguês, constitutiva do conceito desse tipo particular de Estado: 1) a individualização dos agentes da produção ou a sua conversão em sujeitos de direito; e 2) a neutralização da tendência do trabalhador assalariado (produtor direto) a se organizar em *classe*

capitalista também foi estudado, nos anos 10 e 20, por autores não-marxistas como Shumpeter (1988; ver capítulo VI: “O ciclo econômico”) e Keynes nos seus diversos trabalhos (ver Vicarelli, 1980).

⁴ Deve-se esclarecer que o fenômeno da instabilidade política não é exclusiva do tipo burguês de Estado. Partimos do pressuposto de que tal fenômeno (e a nossa tarefa, aqui, limitada por certo, tenta elaborar um conceito alternativo de instabilidade política) é constitutivo do Estado em geral. Caravaglia (1974:14-15), ao analisar o sistema de dominação política nas formações sociais coloniais na América (séculos XVI em diante) detecta, por assim dizer, um bloco dominante amplamente instável, conferindo um caráter politicamente instável ao funcionamento do Estado nessa formação social: “[...] o domínio político do sistema estaria dado por um acordo ou *aliança* (esta terá particularidades específica em cada região e será muito mais instável do que correntemente se supõe) entre um *aparato burocrático* como representante, por certo bastante intermediado, do Estado metropolitano – e portanto, da coroa e das classes dominantes na metrópole – e as *diversas frações das classes proprietárias*, tanto dos meios de circulação, como dos meios de produção vigentes na formação regional” (grifo do autor). Por outro lado, Saes (1990:94-95) vai mais longe ao utilizar o conceito de bloco no poder formulado por Poulantzas (1986) – este restringe o uso exclusivo de tal conceito ao Estado burguês – na análise da formação social escravista brasileira do período colonial. E detecta uma *instabilidade hegemônica* – conceito poulantziano também criativamente utilizado por Saes - no seio do bloco dominante no Estado escravista colonial: “era hegemônico o subbloco que obtinha, a cada momento, maiores vantagens no comércio colonial: ora as classes dominantes locais, ora as classes dominantes metropolitanas. Ao longo do período colonial, registram-se inúmeras redefinições da hegemonia [...]” (p. 95). Referindo-se à observação de Caravaglia, Saes conclui: “Essa instabilidade hegemônica perdurou até a definição, em caráter permanente, de uma nova situação [...]” (idem.).

social para se contrapor ao proprietário dos meios de produção (note-se a importância que exerce o direito burguês na esfera da produção na medida em que confere uma regularidade e previsibilidade do comportamento dos agentes econômicos). Em relação ao produtor direto, através da segunda função, o Estado *dissolve* a classe social e impõe uma representação coletiva de caráter superclassista: o Povo-Nação.⁵

No nível da estrutura jurídico-política, esse tipo de representação – que também pode ser denominada representação burocrática - é invariavelmente exercida pela burocracia estatal sob o comando do burocratismo. Numa formação social capitalista concreta, ela entra em contradição com as formas de representação propriamente política (formas de dominação burguesa como, por exemplo, a democracia política), cuja solução, em geral, tende à liquidação desta. A natureza autoritária do burocratismo burguês e a intervenção da burocracia provocam instabilidade política potencial na medida em que viabiliza a instauração constante de formas de Estado de exceção (fascismo, ditadura militar) constitutivas do Estado burguês e a tendência ao autoritarismo estatal nas formas democráticas que assume esse Estado.

Em segundo lugar, existe um outro conjunto de funções fundamentais do Estado burguês, não exclusivo desse tipo de Estado, que tem um caráter conflituoso e contraditório (porém não-antagônico, salvo numa situação de crise revolucionária no segundo tipo de função) e que produz

⁵ Conforme Saes (1994a:29-32; grifo do autor), seguindo Poulantzas, o Estado burguês desempenha uma dupla função: 1) *individualizar os agentes da produção* (produtor direto e proprietário dos meios de produção): conversão desses agentes, distribuídos em classes, em sujeitos de direito; “essa individualização confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais” (o *contrato* de compra e venda da força de trabalho). Trata-se de uma imposição, que se materializa no contrato, ao produtor direto da prestação de sobretrabalho como um ato de vontade; 2) “*neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva*”, que decorre do caráter socializado do processo de trabalho capitalista; “e determinar, *por esse modo*, a predominância, no produtor direto, a tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo”. Através desta função, o Estado burguês neutraliza a tendência dos produtores diretos a se organizarem em classe social, contrapondo-se, num coletivo antagônico, ao proprietário dos meios de produção; numa palavra, dissolve a classe social colocando no seu lugar uma representação coletiva: o Povo-Nação. Preferimos utilizar o duplo efeito (de isolamento e de representação da unidade no Povo-Nação) formulado por Poulantzas nos termos colocados por Saes, quem critica o caráter genérico, portanto problemático, do segundo efeito no esquema poulantziana: ele nada agregaria diante o primeiro efeito. Daí a qualificação da função neutralizadora da representação da unidade como a dissolução da classe social, através da constituição do Povo-Nação. Essa última crítica a Poulantzas, aprofundada nesse trabalho através da inclusão de alguns aspectos essenciais do papel do *direito burguês* e do *burocratismo*, não abordados por este autor, é confirmada num outro artigo de Saes, para quem o elo mais fraco do sistema de quatro conceitos fundamentais do trabalho teórico de Poulantzas seria o conceito de representação da unidade: “Poulantzas não se empenhou em demonstrar teoricamente – embora tivesse os

fontes genéricas potenciais de crises e instabilidade política: 1) a unificação política das diversas classes ou frações de classe capitalista num bloco dominante e, por conseguinte a organização da hegemonia política sob a égide de uma classe ou fração de classe dominante; 2) a desorganização/reorganização das classes dominadas (desorganização da classe operária e representação política das classes da pequena produção – pequena burguesia, campesinato); 3) a elaboração da política de Estado - feita pela burocracia em conjunto com as classes dominantes que compõem o bloco dominante – em consonância com os interesses econômicos restritos da classe ou fração hegemônica.

Deve se sublinhar, desde já, que uma das causas fundamentais que determina as expressões invariantes de instabilidade no nível político – essa é a nossa hipótese – seria a incapacidade de qualquer classe ou fração de classe capitalista conquistar a hegemonia política (no conjunto da classe dominante e no conjunto da sociedade) sem a ação do Estado. Daí a importância do papel do Estado de organizar a hegemonia política. Embora não exista em Marx uma teoria sobre a problemática aqui enunciada, podemos encontrar argumentos em “estado prático” a favor da hipótese sobre a relação entre crise e estabilidade/instabilidade política. Referindo-se à relação estreita entre os interesses da aristocracia financeira, a Bolsa de Valores e Bonaparte, Marx afirma em *O 18 Brumário*:

A posição da aristocracia financeira está pintada de forma magistral em uma passagem de seu órgão europeu, *The Economist* de Londres [edição de 1º/02/1851]: ‘tivemos oportunidade de comprovar em numerosas fontes que a França deseja, acima de tudo, a tranqüilidade. O presidente o declara em sua mensagem, à Assembléia Legislativa; e o mesmo é repetido da tribuna; afirmado nos jornais; anunciado do púlpito; e é demonstrado pela sensibilidade dos títulos públicos à menor perspectiva de perturbação, e por sua estabilidade quando se torna evidente que o Poder Executivo sai vitorioso (1997:107; grifo do autor).

[Citando o *Economist* de 29/11/1851] ‘O Presidente é o guardião da ordem, e é agora reconhecido, como tal em todas as Bolsas de Valores da Europa’. A aristocracia financeira condenava, portanto, a luta parlamentar do partido da ordem contra o Poder Executivo como uma perturbação da ordem, e comemorava cada vitória do presidente sobre os supostos representantes dela como *vitórias da ordem*. Por aristocracia financeira não se deve entender aqui apenas os grandes promotores de empréstimos e especuladores de títulos públicos, a respeito dos quais torna-se imediatamente óbvio que seus interesses coincidem com os interesses do poder público. Todo o moderno círculo financeiro, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público [...]. Os depósitos de que dispõem, o capital colocado a sua disposição e por eles distribuído entre comerciantes e industriais, provém em parte dos dividendos de possuidores de títulos do governo. Se em todas as épocas a *estabilidade* [grifo nosso] do poder público significava tudo para o mercado financeiro e para os oficiais desse mercado financeiro, porque não o seria hoje, e com muito mais razão, quando cada dilúvio ameaça destruir os velhos Estados e, com eles, as velhas dívidas do Estado? (1997:107-108; grifo do autor).

instrumentos para fazê-lo – que só uma burocracia estatal socialmente aberta e apoiada no princípio da competência pode inculcar nos agentes da produção um sentimento nacional, de caráter superclassista” (Saes, 1998a:51, nota 4).

E em relação à burguesia industrial:

[...] esse partido burguês [partido da ordem], que exigia que seus representantes permitissem, sem oferecer resistência, que o poder militar passasse das mãos de seu próprio Parlamento para as de um pretendente aventureiro – não era sequer digno das intrigas desperdiçadas em sua intenção. Demonstrou que a luta para manter seus *interesses públicos*, seus próprios *interesses de classe*, seu *poder político*, só lhe trazia embaraços e desgostos, pois constituía uma perturbação de seus negócios privados (1997:108; grifo do autor).

Vemos assim que Marx mostra claramente duas importantes características inerentes à prática das classes dominantes na formação social capitalista: 1) a luta entre as diversas frações de classe e sua constante fragmentação devido à concretização de seus interesses econômicos imediatos ou à corrida pela maximização dos lucros; 2) a dependência do aparelho de Estado para organizar a hegemonia política.

Em suma, a incapacidade das classes dominantes e frações de classe dominante de conquistar a hegemonia política sem a ação do Estado provém, de um lado, do profundo fracionamento característico, que começa no nível das relações de produção, da classe capitalista em frações antagônicas de classe; e de outro, da luta da classe ou fração hegemônica (e por extensão, do bloco no poder) contra as classes dominadas, da dificuldade de realizar sua hegemonia política em relação a estas. No nível da dominação política, elas não apenas vivem atravessadas por lutas e fricções internas, mas também “afundadas em contradições que as tornam incapazes de governar politicamente”. Assim, a confluência de contradições (a principal e as secundárias) origina, dado o seu funcionamento de classe, uma situação *sempre instável* da dominação no nível político.⁶ Essa dupla incapacidade origina crises políticas constantes, dentre as quais as mais importantes estão a crise de hegemonia, a crise de Estado e, no limite, a crise revolucionária.

Por outro lado, podemos mencionar outros dois fatores relevantes que se convertem em fontes importantes de instabilidade política no quadro de funcionamento do Estado burguês evocados por Saes (1994a:139-40): 1) o golpe de Estado (intervenção civil e/ou militar), um dos fatores potenciais que produz instabilidade na esfera política; 2) a movimentação (ou mobilização) política das classes

⁶ Essa linha de análise é seguida por Engels, Lenin, Gramsci e Poulantzas (1986:294-95).

dominadas, que se constitui como o fator principal de instabilidade desse tipo de Estado. Podemos acrescentar que nas formas de Estado democrático e de regime democrático emergem tipos de instabilidade decorrentes de um elenco de fatores oriundos de crises do sistema político-partidário, dos conflitos entre a burocracia e o bloco no poder, dos sistemas de governo etc. (Executivo versus Parlamento, com dominância, no sistema presidencialista, do primeiro), que redundam em modalidades de instabilidade política governamental. Na atual fase do processo político na América Latina, o segundo tipo de instabilidade aparece reforçado pela ação das massas trabalhadoras em resistência à limitação das dimensões de cidadania, já conquistadas por estas numa fase anterior (certos direitos políticos e sociais), pelas classes dominantes; ou então, contra um vasto programa neoliberal (desmantelamento do “Estado intervencionista” que aparece como um combate redistributivo de renda “a favor da massas populares”) encetado pelas classes dominantes e pela burocracia de Estado. Já numa forma de Estado autoritário e regime ditatorial-militar (que vigorou a partir de meados dos anos 60), a resistência das massas contra esse Estado potencializa a instabilidade política, na medida em que aquele é incapaz de desmobilizar politicamente, parcial ou completamente, o movimento operário e popular. Nesse sentido, pode se denominar o Estado militar como um Estado constitutivamente instável.

Visto isso, surge agora o problema de compreender o sentido da variação do fenômeno da instabilidade política. O seu caráter variante estaria determinado, de um lado, pela relação do Estado com a luta de classes, e de outro, pelas modalidades ou tipos de crise política correspondentes a uma conjuntura específica de uma formação social capitalista concreta. Vale dizer, os limites de variação do fenômeno são fixados tanto pela intervenção do Estado através de suas funções como pelo papel que desempenha, aí, a luta de classes. Pode-se deduzir teoricamente que as diversas modalidades de crise política, como produto da relação entre o Estado e a luta de classe numa formação social capitalista concreta – isto é, no funcionamento desse tipo de sociedade - , circunscrevem ou delimitam (a variância) as modalidades de instabilidade política. Trata-se de uma variação dentro de

uma invariância, carregada da seguinte contradição: o empenho do Estado em estabilizar as relações de classe (através do amortecimento do antagonismo de classe nos níveis das relações de produção e na estrutura jurídico-política; ou dito de outro modo, nos níveis do aparelho econômico e do aparelho estatal) que tendem a funcionar de forma instável. Assim, a relação complexa do Estado com a luta de classes produz uma tendência oscilatória inerente à reprodução do Estado burguês: a estabilidade/instabilidade política. A ruptura dos limites impostos por essa relação é a emergência da revolução social.

Em suma, através das suas principais funções, o Estado garante as condições ideológicas/políticas necessárias para a reprodução das relações de produção capitalista e organiza de um modo particular a dominação de classe: organização interna do aparelho de Estado comandada pelas regras do burocratismo. Estabiliza as relações sociais capitalistas com vistas a amortecer o antagonismo de classe (luta de classes) nos níveis das relações de produção e da estrutura jurídico-política. Ao estabilizar as relações sociais capitalistas (no nível econômico), constitutivamente contraditórias, o Estado cria as condições genéricas potenciais de instabilidade nos níveis político e ideológico. Segue-se disso que uma análise da instabilidade política deve tomar em conta os seus aspectos teóricos essenciais (invariância) para identificar as suas diversas modalidades (variância) determinadas pela relação do Estado e a luta de classes numa formação social concreta.

Essas observações teóricas devem ser complementadas com outro aspecto igualmente importante: o caráter da relação entre crise política e instabilidade política numa formação social atrasada, em transição capitalista periférica. Pensamos que tal relação segue, nos seus traços essenciais, os princípios teóricos gerais da relação entre esses dois elementos numa formação capitalista central. Numa formação capitalista periférica, o caráter dessa relação passa a ser determinada duplamente: pelo funcionamento do Estado burguês dependente e pelas economias capitalistas centrais, nomeadamente pelo imperialismo americano. O que significa que existem diferenças importantes no funcionamento das duas formações capitalistas, apesar de ambas

atravessarem, no período pós-1945 e pós-1964, a fase do capitalismo monopolista de Estado: defasagem histórica das formações capitalistas periféricas tanto na ocorrência das revoluções burguesas em geral como nas fases ou etapas do desenvolvimento capitalista; atraso significativo do processo de industrialização em relação às formações capitalistas centrais; industrialização acelerada (num tempo relativamente curto) e induzida nas formações sociais da periferia do capitalismo, entre outros fatores.

A esse respeito, impõem-se duas observações importantes. Primeiramente, devemos evitar uma comparação *vis-à-vis* entre as formações sociais do capitalismo periférico e as das formações do capitalismo central – isto é, afastar a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo e da democracia burguesa (revolução burguesa em geral) iniciado nas últimas formações sociais seja o único modelo histórico generalizável a ser aplicado às formações capitalistas atrasadas. O que estamos querendo sublinhar é que não devemos confundir a revolução política burguesa (= a formação do Estado burguês) com a revolução burguesa em geral (= constituição de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova estrutura do Estado, uma nova ideologia dominante): esta se inicia antes e termina depois da primeira. O que vai de encontro com a concepção - presente em vários autores, como Zavaleta, Lora, Lavaud, Evers etc. - “da revolução política burguesa como o momento histórico único de concretização da passagem ao capitalismo, ou como o ponto-limite para além do qual uma formação social passa a se desenvolver plenamente segundo as leis de movimento do capitalismo”.⁷

⁷ Saes (1990:16), baseado principalmente nas conclusões de M. Grenon & R. Robin: “A propos de la polémique sur l’Ancien Régime et la Révolution: pour une problématique de la transition”, *La Pensée*, nº 187, Paris, junho de 1976.

Em segundo lugar, na fase de transição capitalista periférica o Estado cumpre um papel crucial.⁸ Vale dizer, o Estado intervém maciçamente na aceleração do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e na reprodução das relações de produção correspondentes; ou inversamente, intervém na retardação desse processo (embora a tendência geral seja a de dissolver as relações de produção pré-capitalistas). E esse papel do Estado não é isento de contradições devido a uma dupla situação: a dependência diante dos países capitalistas centrais, principalmente do imperialismo americano, e a presença de relações sociais correspondentes a modos de produção pré-capitalistas (latifúndio, classes da pequena produção, campesinato). As formas intermediárias ou variações de desenvolvimento, no caso da América Latina, se processam de acordo com esse caráter oscilatório da intervenção. Daí as caracterizações da industrialização não apenas dependente, mas também retardatária e periférica; ou retardatária, dependente e acelerada, como o caso brasileiro; países que atravessam um processo de desenvolvimento capitalista recente (a partir das décadas de 50 e 60), porém com baixíssimo nível de industrialização, como é o caso boliviano. Assim, tanto as transformações substanciais como as de cunho mais leve na esfera econômica tendem a se processar através do político, tendo a intervenção do Estado um caráter redobrado nessa fase de transição.

Em meados dos anos 60 Kalecki⁹ observava que entre os problemas mais urgentes que se debatia o Estado nos “países subdesenvolvidos” estavam a intervenção na esfera do investimento,

⁸ Dada as posturas teóricas problemáticas sobre o tema da transição em Balibar e em Poulantzas de *Poder Político e Classes Sociais* (Cf. Saes, 1994b e 1998b; Boito, 1998), restringimos, aqui, a nossa argumentação à questão teórica da transição, no modo de produção capitalista, de uma fase para outra, problemática distinta da transição de um modo de produção para outro. De Poulantzas, somente retemos a idéia de que na passagem do estágio do capitalismo monopolista ao do capitalismo monopolista de Estado, a intervenção do Estado tende a ser acrescida; e nas formações capitalistas da periferia européia do período do fascismo, nos elos mais fracos da cadeia imperialista, o Estado teve a um papel não apenas crucial mas também redobrado (Poulantzas, 1978:21-22; e 1975). Em relação à temática da transição capitalista periférica e o papel do Estado ver: Kalecki (1980), Tavares (1978), Cardoso & Brignoli (1983), Cardoso de Mello (1998) e Saes (1985 e 2001, basicamente o artigo “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”).

⁹ Ver principalmente os artigos do autor escritos em 1965: Kalecki (1980c e 1980e). Para Kalecki, nos países subdesenvolvidos podem apresentar dois tipos de desenvolvimento (possivelmente com alguns casos intermediários): um de tipo não inflacionário, porém extremamente lento, ou então um relativamente acelerado, mas acompanhado por violentas pressões inflacionárias. Para o autor, essa seria a verdadeira razão das *tensões políticas* nestes países, “mantida em xeque pelas ditaduras militares ou por outros mais sutis estratégias”. E a diferença fundamental entre uma economia desenvolvida e outra subdesenvolvida estaria em dois aspectos importantes: 1) “os recursos existentes têm de ser mobilizados, e o capitalismo moderno aprendeu o truque de fazê-lo”; 2) “os recursos têm de ser construídos, e isto requer profundas reformas implicando mudanças revolucionárias”. Logo conclui: “esse simples fato explica a diferença da situação econômica e política nos dois grupos de países, e, em certo sentido, determina a presente fase da história” (Kalecki 1980c:140; grifo nosso).

num contexto de escasso investimento privado, para acelerar a expansão da capacidade produtiva necessária para o crescimento da renda nacional. E o sucesso da intervenção estatal para acelerar o desenvolvimento capitalista estaria determinado por obstáculos de ordem *política*: a dificuldade de planificação econômica, a não realização de uma reforma agrária efetivamente capitalista devido ao predomínio de relações sociais pré-capitalistas no campo e a fraca capacidade de tributação às classes dominantes.

Nesse contexto de transição capitalista periférica, as transformações socioeconômicas, impulsionadas ou relativamente bloqueadas pela intervenção do Estado, têm implicações políticas da maior importância. Mencionemos rapidamente as quatro mais relevantes: 1) a ascensão política da classe trabalhadora: esta contribui a organizar politicamente as massas populares (pequena burguesia, camadas médias e campesinato) e passa a influenciar a política de Estado; 2) a pressão direta (sem mediação partidária, ou através das organizações sindicais, como o caso boliviano) das massas trabalhadoras urbanas sobre o Estado para que este implemente uma estrutura necessária às exigências da reprodução da força de trabalho – tal reivindicação converte-se em luta política permanente; 3) a redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder, a qual transforma a forma de Estado e o regime político e acaba provocando a emergência de novas crises políticas – esta seria a implicação política crucial; 4) o processo de industrialização tende a ser comandado pela burocracia estatal, o que provoca constantes conflitos entre esta e as classes ou frações que compõem o bloco dominante e lutas intensas entre elas. A maioria desses fatores socioeconômicos e políticos emergiu, na América Latina, com a instauração do sistema populista tradicional (1930-60), que executou uma política de integração das massas trabalhadoras no sistema político (outorga de legislação social e trabalhista) com o objetivo de buscar uma base social de apoio para realizar seus projetos desenvolvimentistas – isto é, uma política de integração/controlar das massas trabalhadoras. Enfim, o populismo marcou uma fase de transição que é caracterizada pela crise crônica de hegemonia no interior do bloco dominante e pela necessidade do Estado de mobilizar as massas

trabalhadoras com o fim de diminuir a instabilidade política que decorre dessa crise (Saes, 2001:77-78). E a fase de transição seguinte é marcada pela ascensão da hegemonia política do grande capital monopolista estrangeiro e a instauração do Estado militar, que liquida o Estado e sistema populista. Mas tal período se caracteriza pela emergência de novas crises e contradições políticas, abrindo assim uma nova fase de instabilidade política decorrente, basicamente, da incapacidade do Estado militar de desmobilizar/desorganizar politicamente as massas trabalhadoras, como no caso boliviano.

Em suma, a fase de transição capitalista periférica pela qual atravessam as formações sociais latino-americanas carrega novas formas de luta de classes e de crises políticas intensas, marcadas pela ascensão política da classe trabalhadora, a emergência de novas frações burguesas e a não liquidação política e econômica da grande propriedade fundiária. As lutas e crises políticas causam modificações na composição do bloco no poder (que fica mais complexo), na redefinição da hegemonia política e na relação desse bloco com as classes dominadas, o que repercute na instauração de novas formas de Estado e de regime político, provocando assim novas formas de crise e instabilidade política. Conforme Saes,

Os processos de redefinição da hegemonia política no seio da classe dominante — processos esses inevitáveis no curso da transição de uma formação social qualquer para o capitalismo — tendem a se suceder, nesse caso, em espaços de tempo também mais curtos. Ora, a redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder supõe usualmente a transformação da forma de Estado e do regime político; isso ocorre porque a fração de classe anteriormente hegemônica se apóia na forma de Estado e no regime político vigentes para preservar a sua hegemonia política (por exemplo, alimentando — no mínimo — a subordinação ideológica das Forças Armadas, no caso de uma ditadura militar; ou manipulando o processo eleitoral, no caso de uma democracia representativa). Conseqüentemente, a fração de classe dominante que aspirar à conquista da hegemonia política no seio do bloco no poder terá de interromper o funcionamento das instituições políticas vigentes e de promover a sua substituição forçada (sejam elas ditatoriais ou democráticas). Nessa perspectiva, pode-se concluir que, nas democracias capitalistas, as *crises de hegemonia* no seio do bloco no poder abrem o caminho — na medida em que culminam num processo de redefinição dessa hegemonia — para a revogação das instituições políticas democráticas (2001:123-124; grifo do autor).

Trata-se assim de uma fase de transição que se configura como politicamente crítica e instável, instabilidade essa que se interpõe nesta fase do processo político, na qual o aparelho do Estado é o alvo privilegiado da luta de classes.

No caso de um país periférico baseado numa economia mineiro-exportadora (como o caso boliviano, conforme veremos ao longo deste trabalho), o capital estrangeiro, ao induzir o Estado a

retardar ininterruptamente a diversificação econômica no próprio setor mineiro-metalúrgico, contribuiu mais para reforçar esse tipo de economia, obrigando o país a manter níveis baixos de industrialização. E o revigoramento desse tipo de economia resultou no reforço da extrema instabilidade política do país no período pós-1952. Esse fenômeno pode ser explicado com o conceito, baseado nas análises de Marx e Lenin, de *dissolução-conservação*, o qual conota o movimento complexo e contraditório do domínio do modo e de formas de produção capitalistas sobre os outros modos e formas de produção pré-capitalistas. Dado que a Bolívia se situa no elo mais fraco da cadeia imperialista na América do Sul, o modo de produção capitalista - presente no setor chave da economia (mineração), numa fraca indústria tradicional, num setor comercial-financeiro altamente concentrado e em nichos de agricultura capitalista - , ao invés de ampliar as relações capitalistas de produção, agiu no sentido de manter esse tipo de economia e, sobretudo, conservar as relações sociais pré-capitalistas. Daí o impacto desestabilizador na formação social boliviana expressada através das crises políticas e alta instabilidade política.

Das observações teóricas supramencionadas podemos extrair três proposições básicas que visam orientar a análise da nossa problemática:

1) Ao propiciar as condições necessárias para a reprodução das relações capitalistas de produção, o Estado burguês produz, através das suas funções essenciais, contradições e crises provocadas pela luta de classes nos níveis econômico, político e ideológico. Ou por outra, ao cumprir o papel de amortecer e estabilizar os conflitos e antagonismos de classe (através de sua função-limite de frustrar a revolução anticapitalista), criando as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações capitalistas de produção, o Estado burguês tende a se constituir como um Estado portador de crises e contradições em razão da luta de classes nos diversos níveis da estrutura social. Logo, ele tende também a se constituir como um Estado que é atravessado pela constante instabilidade política devido ao efeito dessas crises e contradições das relações de classe.

2) A instabilidade política no Estado burguês dependente tende a ser mais acentuada devido à intensidade das crises políticas e contradições das relações de classe na fase de transição capitalista pela qual atravessam as formações sociais da periferia do capitalismo, como o caso dos países latino-americanos.

3) Conclui-se assim que não é possível analisar a instabilidade política sem referenciá-la às crises políticas que as originam no âmbito do funcionamento reprodutivo do Estado burguês: a primeira pressupõe teoricamente as segundas.

Posto isso, o seguinte passo será o de definir o conceito de *crise política* e precisar melhor o conceito de *instabilidade política* a fim de que seja passível de ser operacionalizado ao longo deste trabalho. A crise política¹⁰ consiste essencialmente em uma série de características particulares do campo da luta de classes e que é entendida como uma “situação de condensação das contradições” inerentes à estrutura social.

Em relação à condensação de contradições no nível político, as crises políticas afetam tanto as relações de classe na luta política quanto o aparelho de Estado, sendo a crise do Estado um dos seus aspectos importantes. Por seu turno, uma crise econômica não se traduz necessariamente em crise política, nem uma crise política resulta necessariamente em uma crise econômica. Entretanto, ocorre que, em circunstâncias específicas, é possível que uma crise econômica se traduza em crise política que afete profundamente o conjunto das relações sociais. Mas a especificidade dessa crise não apenas reside na sua manifestação econômica, como também no seu desdobramento em crise política, crise ideológica e crise do Estado. Este tipo particular de crise política é denominada *crise de hegemonia* (crise orgânica ou crise estrutural).

¹⁰ Neste trabalho adotamos o conceito marxista de *crise política* proposto por Poulantzas em *Fascismo e Ditadura* (1978), ver parte II, item 1: “A crise política: fascismo e Estado de exceção”, e em “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado” (1977).

A crise de hegemonia é devida à incapacidade de uma classe ou fração de classe dominante impor sua direção política às demais classes ou frações que compõem o bloco no poder e ao conjunto da sociedade (formação social). Esta é uma crise profunda “que afeta o conjunto das relações sociais (crise econômica e crise política) e que se manifesta, numa conjuntura, como situação de desvendamento e de condensação das contradições inerentes à estrutura social” (Poulantzas, 1977:10). Enquanto manifestação das contradições do bloco dominante, ela tem uma repercussão notável na crise do Estado. Mais especificamente, a crise de hegemonia projeta elementos da crise no seio dos aparelhos de Estado, provocando rupturas profundas dos mesmos. Pode-se dizer que a essas rupturas responde o Estado de exceção (Estado militar etc.).

Passemos agora a precisar o conceito de instabilidade política. Ela não deve ser vista como anomalia, como um fenômeno que interrompe o funcionamento “harmonioso do sistema”, ou rompe o equilíbrio de um sistema supostamente “integrado”. Nem deve ser entendida como um fenômeno sempre presente, permanente, como possuindo causas transhistóricas (cultura política do país, domínio do Estado sobre a “sociedade” etc.). Tampouco deve ser vista como o “oposto” de estabilidade política – isto é, como duas situações que contêm uma relação antinômica; bem pelo contrário, trata-se de dois conceitos que se referem a um só fenômeno. No entanto, considerar o caráter dialético do fenômeno (estabilidade/instabilidade) não implica que a sua análise deva se restringir à observação do restabelecimento do equilíbrio do sistema, conforme defende a teoria funcionalista-sistêmica.¹¹

Pensamos que a instabilidade política apresenta uma *homologia* conceitual com o conceito de crise política. Ligada ao campo da luta de classes e à relação deste com o Estado, a instabilidade

¹¹ Essa teoria empenha-se em buscar uma definição capaz de verificar que estabilidade seria “um estado do sistema, num determinado espaço de tempo” - isto é, ela seria “o resultado de uma certa disposição dos elementos do sistema”. Assim, estabilidade política é definida como a “capacidade previsível que um sistema tem de se prolongar no tempo” ou de se “manter através das adaptações”. Isso significa que tal definição, além de não ultrapassar o nível empírico, parte do suposto do restabelecimento do “equilíbrio sistêmico” de um determinado sistema político. É por isso que os autores desta linha teórica se empenham somente em descobrir o *grau* de estabilidade de um sistema particular. Ver “Estabilidade política”, in Bobbio et al. (2000:394-395).

política também manifesta, através de “efeitos pertinentes”, uma “situação particular de condensação das contradições”. Entendida assim, a instabilidade política – as suas variações ou seus diversos tipos particulares - , embora diga respeito a uma situação-conjuntura precisa, não se reduz a uma espécie de deflagração momentânea ou instantânea, “mas constitui um *processo efetivo*, com ritmo próprio, com tempos fortes e fracos, com altos e baixos, e que pode freqüentemente se estender por um longo período” (Poulantzas, 1977:12). Isso significa que as diversas modalidades (variância do fenômeno) de instabilidade política dependem da relação da luta de classes com as estruturas do Estado, cujos limites são fixados por estas, numa conjuntura específica de uma formação social capitalista concreta. Em síntese, a variância do fenômeno depende da conjuntura concreta de uma formação social e a sua invariância está determinada pelas funções essenciais do Estado burguês e da sua relação com a luta de classes.

Por outro lado, partimos do *suposto teórico* de que haveria uma relação entre crise política e instabilidade política, e de forma geral, uma relação entre crises econômicas que provocam instabilidade na esfera política. Acreditamos que tal relação pode apresentar-se, repetimos, de forma *dialética* – isto é, haveria uma reciprocidade entre os dois fenômenos, o que nos alertaria para não cairmos seja num determinismo econômico, seja num determinismo político ou ideológico. Mais especificamente – e aqui nos apoiamos nas conclusões relevantes de Saes sobre a relação entre dialética e história - , devemos tomar em conta o desenvolvimento da teoria marxista da história que implica a formulação de leis distintas para ordens distintas do processo social: “a lei da interconexão sem determinação – ou a implicação recíproca – entre estruturas de um modo de produção é *aplicável na análise dos processos sociais de curto prazo*, ou seja, dos processos de funcionamento reprodutivo das sociedades humanas. E a lei do caráter em última instância determinante do ‘fator econômico’ (mais exatamente, do desenvolvimento das forças produtivas) é aplicável na análise dos processos sociais de longo prazo, que implicam a transformação qualitativa das sociedades humanas: são os processos de transição de um modo de produção a outro” (Saes, 1994c:56-57; grifo nosso). Nessa

linha de raciocínio, Saes - apoiado em Bettelheim, para quem, nas sociedades de classe, “opera um processo de negação-conservação” - , argumenta que esta conclusão estaria mais perto da expressão utilizada por Marx nas suas análises da reprodução do capital, particularmente na “Introdução à crítica da economia política”, de 1857. Haveria, assim, nos processos de funcionamento reprodutivo sociais de curto prazo “*um mecanismo de negação-conservação* que opera no processo de reprodução social” (idem:59; grifo nosso). As nossas observações teóricas sobre o caráter dialético da estabilidade/instabilidade política devem ser circunscritas a esse aspecto teórico crucial.¹²

Assim, a análise da relação entre crise e instabilidade política, bem como a relação instabilidade/estabilidade política deve tomar em conta esses elementos teóricos mencionados.

Em suma, as crises gerais, e as crises políticas em particular, estão estreitamente articuladas com o fenômeno da instabilidade política; ou então podem ser causadoras potenciais de instabilidade no nível político. Daí a nossa proposição geral (já enunciada mais acima): se o Estado burguês é um Estado eivado de crises e contradições (política, econômica, ideológica), se é portador de elementos genéricos de crise que “estão presentes e permanentemente em ação na reprodução das relações capitalistas” (Poulantzas, 1977:6), ele também se configura como um Estado potencialmente instável. Mais especificamente, ele oscila entre estabilidade e instabilidade política de acordo com a luta de classes e a deflagração das contradições e crises numa determinada formação social. Nesse sentido, longe de considerar o Estado burguês como um Estado que mantém uma instabilidade política endêmica, ele tem a capacidade – limitada, portanto, pela luta de classes – de absorver suas crises e de adaptar-se diante das novas exigências determinadas pela fase pela qual atravessa, entrando, assim, em novas crises e contradições, passando a manifestar novas modalidades de instabilidade política.

¹² Se a nossa leitura sobre esse aspecto teórico não estiver errada (isto é, uma redução do conceito negação-conservação pelo conceito marxiano, que a seguir se especifica), um mecanismo semelhante foi detectado por Marx (nas *Formen* e em *O Capital*): o de dissolução-conservação, amplamente utilizado nas suas análises sobre os modos de produção e das formações sociais. Esclareça-se: na linha de raciocínio de Saes, apenas estamos levantando a hipótese indicativa da possibilidade de que o conceito de negação-conservação de Bettelheim tenha se baseado nas observações teóricas, de caráter prático, formuladas por Marx, sobre o conceito dissolução-conservação. Esta observação, a nosso ver, de maneira nenhuma altera o conteúdo e potencialidade da tese brilhantemente defendida por Saes sobre a distinção fundamental dos dois processos reprodutivos das sociedades humanas no seu artigo mencionado.

1.1.1 Instabilidade política no quadro do Estado militar boliviano (1971-78)

Devemos ainda restringir o nosso conceito a fim de adequá-lo ao objeto de estudo deste trabalho. Ele deve ser delimitado no quadro do Estado militar e do regime ditatorial-militar que lhe corresponde.¹³

Diversas análises sobre essa forma de Estado, principalmente as de Poulantzas em *Fascismo e Ditadura* (1978), concluem que, no que tange à sua organização interna, o Estado militar configura-se como um Estado constitutivamente instável. No fundamental, isso se deve ao fato de o Exército passar a funcionar como partido político com o fim de reorganizar o bloco no poder e articular a hegemonia política de uma classe ou fração preponderante e satisfazer prioritariamente seus interesses econômicos. Ao cumprir essa função, o Estado militar sofre um processo de organização interna baseado numa “divisão muito delicada entre clãs e facções, entre ramos e aparelhos prodigiosamente emaranhados, reiterados e hierarquizados nas respectivas funções e esferas de competência” (Idem:74). Trata-se de um processo necessário, porém contraditório. Necessário, na medida em que, de um lado, possibilita a contenção e controle das contradições internas e de seus aparelhos dominantes, e de outro, assegura o funcionamento da autonomia relativa do Estado diante da fração hegemônica e diante dos diversos clãs e facções militares, já que alguns dos quais, ao defender seus privilégios, “podem criar constantemente obstáculos às eventuais tentativas de ‘normalizar’ e ‘fazer evoluir’ o regime de outras facções” (Idem). Contraditório, na medida em que torna este Estado demasiado vulnerável a qualquer mudança ou reorganização de seus aparelhos, em virtude do “desequilíbrio permanente” na sua relação com a luta das classes que tenta neutralizar, em um duplo sentido: no conjunto da formação social e no seio do bloco dominante.

¹³ Uma análise, a partir da perspectiva teórica aqui adotada, sobre a problemática da instabilidade política que corresponde à forma de Estado e de sistema político democráticos é feita por Saes no seu artigo já citado: “Democracia e capitalismo no Brasil”.

Visto isso, o próximo passo será o de especificar, à luz do nosso conceito, a instabilidade que corresponde ao Estado militar boliviano do período 1971-78. Tal especificação passa pela identificação das principais fontes de instabilidade baseadas em dois níveis de critérios fundamentais: 1) a detecção do caráter da prática econômica dos agentes econômicos e estatais (classes dominantes, categorias sociais de Estado) que tendem a provocar crises econômicas e que repercutem em crises políticas e, por conseguinte, provocam instabilidade política potencial; 2) a detecção das principais crises políticas e das contradições tanto nos âmbitos do aparelho do Estado como do exercício do poder político. Trata-se da identificação, de um lado, das crises peculiares do Estado e sua relação com a natureza da hegemonia política (relação Estado-classes dominantes), e de outro, do impacto de ambas crises nas classes dominadas. Para tanto, avancemos na seguinte proposição: a análise da instabilidade do Estado militar do período deve partir de um quadro de possibilidades de ocorrência das crises e contradições que inclua pelo menos quatro fatores importantes que produzem fontes potenciais de instabilidade política:

- 1) a ausência de regularidade e frequência de rotatividade no cargo dos agentes estatais (“pessoal do Estado”) – crise de sucessão governamental;
- 2) caráter da fragmentação da instituição castrense - crise do Exército e seus efeitos no conjunto do aparelho do Estado;
- 3) o tipo de acumulação de capital praticada pelas classes dominantes e o grau de dificuldade da fração de capital mais poderosa para manter a sua hegemonia política no seio do bloco dominante e diante das classes dominadas – crise de acumulação e crise de hegemonia;
- 4) o grau de resistência e de luta das massas trabalhadoras à exploração da força de trabalho e a sua pressão contra o sistema político ou regime vigente – crise de legitimidade.

É com base nesse quadro teórico e metodológico que tentaremos demonstrar as nossas hipóteses de trabalho lançadas na introdução deste trabalho.

Passemos agora à segunda parte deste capítulo: a apresentação dos principais aspectos do processo político boliviano do período 1969-71 e 1971-78 com o fim de identificar o caráter das crises políticas e sua relação com a instabilidade política.

1.2 Significado do golpe militar de 21 de agosto de 1971

Começamos analisando o significado do golpe militar de agosto de 1971. A conjuntura de 70-71 condensou as principais crises políticas e contradições: crise do Exército, crise do nacionalismo revolucionário, crise final do sistema político e do Estado populista, e possibilidade real da tomada do poder pelo proletariado boliviano - germe de uma crise revolucionária, próxima de uma situação de duplo poder com a instauração da Assembléia Popular. Para mostrar o caráter que adquiriu a empreitada golpista, devemos analisar dois aspectos importantes: o sentido da contramobilização feita pela coalizão político-partidária viabilizada pela FPN e o caráter internacional do golpe.

Em primeiro lugar, o sentido da contramobilização, comandada pelas classes dominantes antes e imediatamente depois do golpe, de maneira nenhuma se configura como uma situação semelhante à mobilização realizada pelo partido fascista, como ocorreu no processo de ascensão do fascismo na Itália e na Alemanha. Lora e Zavaleta¹⁴ referem-se – alusivamente – à manifestação massiva de apoio ao golpe realizada no dia 23 de agosto em La Paz, cuja composição expressava a presença majoritária das camadas médias urbanas e da pequena burguesia. Houve também manifestações a favor do golpe nas outras cidades importantes. O movimento golpista em Santa Cruz

¹⁴ “A multidão concentrada na Praça Murilo não foi pequena – diz Lora - , mas estiveram ausentes universitários e operários. Começaram a se agrupar, ao redor do MNR e do FSB, capas da classe média composta por pequenos comerciantes e proprietários, empregados públicos, desempregados, empresários, que desejavam que se estabelecesse um regime de *estabilidade institucional*, social e de garantias para eles, e que lhes providenciasse oportunidades para melhorar economicamente”. E as consignas eram: “fim da anarquia e do abuso; ordem, trabalho e disciplina; respeito da propriedade privada; desterro do comunismo e da violência e sua substituição pela lei etc.”, Lora (1978:268-69; grifo nosso). Já Zavaleta afirma que “a manifestação antifascista realizada no dia anterior ao golpe foi numerosa, mas estava composta em sua grande maioria por operários e universitários, isto é, pela juventude da pequena burguesia. Também era numerosa a que festejou o trunfo de Banzer, mas estava composta unicamente por gente das capas médias. Esta divisão expressa aproximadamente como estavam distribuídos os bandos [em luta]”, *El Poder Dual* (1987a: 261, nota 60).

de la Sierra foi emblemático: as classes dominantes locais, com seu ativismo regionalista, conseguiram mobilizar – através do Comitê de Defesa pela Democracia - não apenas certas camadas médias ligadas ao FSB e ao MNR, mas também amplos setores das classes populares contra o “regime comunista”. Não foi por acaso que essa cidade converteu-se no “quartel geral” do movimento empenhado em derrubar o governo Torres. Dois fatores importantes contribuem para explicar esse fenômeno: 1) trata-se da região do país onde se concentra a grande propriedade fundiária, cuja classe é denominada, no jargão boliviano, “oligarquia cruceña”, da qual surgiu uma fração burguesa agro-industrial (uma das frações da burguesia interior); esta fração liderou a luta política do conjunto da classe fundiária no interior do bloco dominante, luta essa que aparece sob a forma de regionalismo e separatismo; 2) o grande capital financeiro americano - frações de capital articuladas às companhias petrolíferas, sob a égide da Gulf Oil,¹⁵ detentora do monopólio do petróleo boliviano desde 1956 – buscou apoio político no conjunto das classe proprietárias da região para manter seu monopólio e a induziu, através da promessa de outorga de alguns “benefícios” econômicos (aumento do impostos petrolíferos que ficariam na região, fornecimento de gás gratuito para a cidade etc.), a aprofundar as práticas regionalistas dessa classe contra o governo central. Por seu turno, as frações do capital bancário americano (Banco de Boston, Bank of America, com o apoio do BID, ADELA e USAID) também buscaram apoiou político dessas classes para incentivar a criação de um pólo agrícola capitalista voltado para a exportação na região.¹⁶

¹⁵ Uma fração da burguesia e setores das camadas médias locais estavam articuladas aos interesses das companhias petrolíferas, principalmente à Gulf Oil: advogados, economistas, engenheiros e especialmente empresários, cujas firmas (composta de médio capital) estavam especializadas em fornecer uma ampla rede de serviços (transporte, importação-exportação) às empresas estrangeiras petrolíferas. Inclusive, detectamos que uma fração do capital minerio-exportador participava nas atividades petrolíferas: trata-se de uma firma da família Hoschschild, a Samincorp. O grupo Coper, de Lavadenz, representava aquela firma, bem como a Parker Drilling (especializada em fornecer equipamento e insumos para a indústria petrolífera) e a Gulf (Cf. Almaraz, 1988:105). No golpe falido de janeiro de 1971, Banzer se refugiou nas dependências da Gulf, mas logo foi preso e exilado. Veremos, ao longo do trabalho, o caráter da articulação entre o capital mineiro-exportador e as frações burguesas desta região (burguesia agrária, agro-industrial, comercial e a grande propriedade fundiária).

¹⁶ Sobre a questão das transformações da estrutura agrária da região de Santa Cruz, ver: Eckstein, “El capitalismo mundial y la revolución agrária en Bolivia” (1979) e “Transformation of a ‘Revolution from Below’” (1983); Castillo et al. *Santa Cruz. La Reforma Agrária* (1983); Ybarnegaray (1992), Bojanic (1988) e Arrieta et al. (1990).

Podemos assim entender porque o conjunto da classe fundiária dessa região, sob a égide da burguesia agro-industrial, passou a representar ideologicamente o bloco dominante, em franca desorganização na conjuntura 1970-71. Uma vez reorganizado esse último, ela passará a aspirar, ao longo dos anos 70, à conquista da hegemonia por considerar que sua participação na derrubada do governo Torres teria sido crucial. Podemos entender também porque nessa região ocorreu a maior quantidade de invasão de fazendas pelos trabalhadores rurais e camponeses durante o governo mencionado. O conjunto da classe fundiária se vê também ameaçado pela ascensão do movimento operário que, nesse momento, estava trabalhando na construção da Assembléia Popular local.¹⁷

Em segundo lugar, para completar o quadro da mobilização militar e “cívica” contra o governo Torres devemos também mencionar o caráter internacional que adotou movimento golpista. O contexto político sul-americano estava praticamente polarizado entre regimes militares autoritários (Brasil, Argentina, Paraguai) e os de ascendência nacionalista ou “progressista” (Chile, Peru, Bolívia e Uruguai). Além do mais, o imperialismo americano estava envolvido na guerra contra o Vietnã e não se arriscaria a realizar uma invasão direta a qualquer país sul-americano. Contudo, conforme o Relatório Rockefeller de 1969, esse ator estava empenhado na instauração de regimes autoritários, o que implicava a busca – uma vez redefinida sua política de intervenção na região - de consenso ideológico e militar para impor sua política de defesa hemisférica.

É neste contexto que os militares de direita bolivianos, alinhados com essa política de defesa e a favor da instauração da dominação do grande capital monopolista americano, utilizaram como pretexto ideológico a “endêmica” instabilidade política e a suposta “vietnamização”¹⁸ da Bolívia para

¹⁷ Tal processo estava sendo encaminhado quando ocorreu o *putsch* militar, motivo pelo qual um significativo número de dirigentes da esquerda partidária e sindical, junto com universitários, foram executados pelo Exército no dia do golpe. Santa Cruz de la Sierra era a segunda cidade, depois de La Paz, onde se experimentou um maior avanço do movimento operário e por isso resistiu ao golpe com maior intensidade e, por conseguinte, sofreu baixas humanas consideráveis. Um cálculo conservador revela cerca de 50 pessoas assassinadas e mais de 200 presos, muitos deles desapareceram ou foram cruelmente torturados. Na cidade de La Paz morreram cerca de 500 pessoas no confronto com o Exército. Esses dados são fornecidos por Gallardo (1991), Sandoval (1979), Echazú (1988) e a APDHB.

¹⁸ Os termos utilizados por Banzer são indistintamente “vietnamização” e “cubanização (Cf *Hoy*, 27/8/71 e “Mensaje a la Nación”, *Presencia*, 13/10/71). A participação dos Estados Unidos foi aberta e ostensiva: além do apoio econômico, forneceu apoio logístico através da embaixada do país, da CIA e da base aérea em La Paz (denominada “guantanamo”). As atividades

justificar a empreitada golpista contra um governo considerado comunista. Se tal empreitada adquiriu conotação internacional deveu-se ao fato de ser impulsionada pelo imperialismo americano, com apoio do bloco de países alinhados com essa política de defesa. Mesmo partindo do suposto de que os militares brasileiros aspiraram a representar ideologicamente os interesses americanos, pelo menos na América do Sul, vários autores¹⁹ sobrestimaram o “sub-imperialismo” brasileiro e argentino – isto é, exageraram sobre o papel desses dois países, principalmente do Brasil, no golpe na Bolívia, caindo numa concepção conspirativa. A pergunta é: não será que estaríamos diante uma situação de uma ofensiva ideológica do regime militar brasileiro no contexto de concorrência econômica, política e militar contra a Argentina, o que teria contribuído para reforçar a *hegemonia* americana no Cone Sul?²⁰ A análise desse tema, complexo por certo, escapa aos nossos objetivos aqui propostos.

golpistas estavam comandadas pelo Mj. Robert Lundin (papel semelhante teve o cnl. Fox no golpe de 1964). O jornal *The Washington Post* ratifica a participação do governo americano no golpe. Como era de esperar, o Departamento de Estado desmentiu tal informação (Cf. *Hoy*, 31/8/71). Além do Exército Cristão Nacionalista, outro grupo paramilitar teve também um papel crucial no golpe: a “guarda pretoriana” do grupo banzerista. Este estava sob o comando do nazista, o carnicheiro de Lyon, Klaus Barbie (na verdade foi a CIA que o recrutou e lhe deu cobertura institucional, passando a ser um membro do serviço secreto na Bolívia). Além do mais, o grupo estava composto por nazistas, neofascistas e terroristas italianos (Joakim Fielberkon, Paglai e outros), suboficiais criminosos e anticomunistas, como Arce Gomez, cnl. Selich, bem como por indivíduos recrutados do *lunpem* a serviço do Exército. Ao mesmo tempo, tal grupo constituiu-se em braço armado de um setor da máfia do narcotráfico, controlado por Roberto Suárez, primo de Banzer. Lembremos que um grupo paramilitar semelhante (FURMOD) funcionou no governo Barrientos, sob comando do sargento A. Arguedas (Cf. Cuevas, 2000). Em suma, este grupo, subordinado ao Ministério do Interior e ao Exército, terá ampla liberdade de ação: espalhará terror nas cidades e, principalmente no campo, na caça aos “comunistas”, ao mesmo tempo que se articula ao narcotráfico. Durante quase todo o período do governo Banzer, a França pediu extradição de Barbie, sem sucesso, pois tinha proteção do governo boliviano e da CIA (Cf. Soria, 1986 e Sivak, 1997, 2001). Sobre a tendência da privatização dos meios repressivos militar-policial, posta em prática pelo Departamento de Estado e pelo Pentágono americano, ver Klark & Stein (1978) e Huggins (1998).

¹⁹ Sem contar com a doutrina nacionalista dos militares da ESG, e dos militares e civis que exerceram funções diplomáticas na Bolívia (que participaram ativamente no golpe), os autores que levaram a sério o “sub-imperialismo” brasileiro são: Gallardo (1991), Sandoval (1979, 1988), Needleman (1974) e Botelho (1977). A mesma postura podemos detectar em certos autores em relação ao “subimperialismo” argentino: Cf. Sivak (1957:55). Já as teses conspirativas sobre a origem da instabilidade política boliviana são abundantes e absurdas: se baseiam num determinismo geográfico (Bolívia = Estado tampão: espaço onde se concentraria o equilíbrio das potências das repúblicas vizinhas, e o país que controle o território ocupado pela Bolívia teria as chances de controlar o Cone Sul; ou então, o país sobreviveria, enquanto tal, devido a manutenção desse equilíbrio pelos seus vizinhos poderosos etc.). Tais teses remontam a Badia Malagrida (1919) (quem sustentou que a Bolívia seria um “paradoxo geopolítico” e “mero expediente da história”) no início do século XX e sistematicamente reproduzidas pelos funcionários e geógrafos americanos, que ganharam maior ímpeto nas concepções de H. Mackinder sobre o “*heartland*” (região pivô natural ou zona de poder): os trabalhos mais conhecidos, antes do manual de G. do Couto e Silva (que também repete essas teses), são os de J. L. Bryce, A. C. Coolidge e J. B. Alberdi. L. Tambs (“Geopolitical Factories in Latin-America”, 1967) e a geógrafa inglesa V. A. Fifer (*Bolivia: Land, Location and Politics since 1825*, 1972) levaram a sério esses trabalhos: dado que a Bolívia seria um acidente histórico, cujo Estado foi criado artificialmente, ele padece de instabilidade política crônica. Estaria, aí, a origem da concepção de que o país seria um “refém geográfico”, da inviabilidade histórica da sua existência, uma explicação heurística da instabilidade política boliviana. Até Whitehead (1969) e Sandoval (1988:122) caíram na armadilha da concepção do “Estado tampão”. Uma crítica dessas concepções se encontra no extenso livro de Eduardo Arze (1979). Ver também Godoy Scarlett (1984).

²⁰ Sobre o alinhamento direto dos militares brasileiros consultar: Quartim de Moraes (2001) e Miyamoto (2000). Temos sublinhado a palavra hegemonia para nos distanciar das hipóteses mormente lançadas sobre o “sub-imperialismo” brasileiro (ou

Entretanto, de um fator podemos estar seguros: a concorrência entre os dois países não é nova. Basta aqui mostrar somente um aspecto dessa concorrência e seu impacto na Bolívia: a polêmica em torno do projeto de exploração das enormes reservas de jazidas ferrosas de El Mutún, situadas na região extremo leste (Departamento de Santa Cruz, perto da fronteira com o Brasil). Em 1974, o governo Banzer assina um contrato com o governo Geisel para estabelecer um pólo de desenvolvimento nessa região com base nesse projeto, incluindo a venda de gás. O que desperta o receio da Argentina e alimenta o nacionalismo de setores militares e das camadas médias bolivianas contra o acordo (Cf. Quiroga 1982a e 1982b). O governo argentino acusa o governo Banzer de se polarizar abertamente a favor do Brasil e desestabilizar o suposto equilíbrio regional. Conclusão: o projeto nunca se concretizou porque estavam em jogo poderosos interesses econômicos em ambos os países que influenciaram para bloqueá-lo. O conflito entre os três países estava instalado; e o acordo entre Bolívia e Brasil contribuiu para aprofundar o atraso da economia boliviana. Contudo, as razões do fracasso do projeto Mutún não se explicam unicamente por essas questões externas: há também fatores internos importantes em jogo. É nesse contexto que deve entender-se o caráter internacional do golpe militar de 1971 na Bolívia.

argentino etc.). Mesmo considerando a possibilidade de que, num contexto de transição capitalista periférica, em certos países considerados como potência média o fascismo assumiria uma forma sub-imperialista, achamos problemática a tese de que o Brasil teria assumido um papel crucial na América Latina, como tende a crer Marini (1965, 1969 e 1973:74-75). Já mencionamos que vários autores consideram que a ditadura brasileira do período ter-se-ia alinhado diretamente com a política de defesa hemisférica do Pentágono e aspirou a “liderar”, ideologicamente, o Cone Sul. Contudo, devemos manter cautela diante das interpretações de Marini. Deve-se salientar que esse autor em momento nenhum elabora um conceito de “sub-imperialismo”, como ele próprio aponta, somente se limita a descrever o fenômeno com base em algumas variáveis econômicas; isto é, o autor tende a cair num outro extremo: endossa uma interpretação economicista do “subimperialismo”. Ora, não negamos que no contexto internacional exista uma estrutura hierarquia de países, de acordo com o desenvolvimento do capitalismo e o tipo de industrialização instaurado, o grau de participação do capital estrangeiro, bem como o tipo de intervenção do imperialismo americano, conforme veremos no terceiro capítulo. Mas não podemos reduzir esse fenômeno a um aspecto puramente econômico; ou ao contrário, o aspecto político externo. E aqui as lições de Mao Tsé Tung (*On Contradiction*) são fundamentais: as variáveis externas agem e se reproduzem através da internas. A nosso ver, o problema é mais complexo que o imaginado por Marini. Basta colocar um argumento importante para refutar sua interpretação: a superioridade econômica de um país sobre outro mais fraco nem sempre está determinada pela exportação de capitais e mercadorias (se aplicamos o conceito de imperialismo na acepção leninista), mas pode adotar uma forma política e ideológica: a luta pela atração do grande capital estrangeiro, cujas formas são variadas. Uma delas seria bloquear certos projetos de industrialização no país mais atrasado: isto teria acontecido com a ditadura brasileira diante da ditadura banzerista. Este fenômeno será explicado mais a frente, quando abordarmos o tema da busca da estabilidade política desta ditadura.

Em suma, o golpe de 71 não teve um caráter fascista, preventivo e “cirúrgico”, tampouco o regime se configurou como fascista, conforme sustenta Lora e a maioria dos autores bolivianos. A condensação das crises e contradições da conjuntura de 70-71 – portanto, do peso específico das variáveis internas – mostra que se trata de um golpe militar que destruiu o sistema político populista e a Assembléia Popular, num contexto de alta polarização política e acentuada luta de classes, próxima de uma guerra civil. Assim, instaura-se um regime ditatorial-militar de exclusão das massas populares e que tenta desmobilizar e liquidar politicamente o movimento operário. Se o golpe de 64 foi movido por esses objetivos, mas sem concretizá-los com êxito pelo governo Barrientos, o golpe de 71 seria o corolário desse ensaio. O grande capital financeiro americano, associado ao capital mineiro-exportador, conquista a hegemonia política e acaba com a fase acentuada de desorganização do bloco dominante e do “equilíbrio instável”, porém entra numa nova fase de instabilidade, conforme veremos ao longo deste trabalho, principalmente nos capítulos quarto e quinto.

Para complementar o significado da empreitada golpista de agosto de 1971 devemos ainda fornecer uma avaliação geral do contexto social e político imediatamente anterior (1969-71).

1.3 As crises políticas na conjuntura 1970-71: o governo Torres e a Assembléia Popular

No pensamento sociológico e político boliviano existe um consenso de que a conjuntura aberta pelo governo Torres manifestou a simultaneidade de três crises (de hegemonia, do nacionalismo revolucionário e do movimento proletário liderado pela esquerda sindical e partidária) que remeteriam à crise do Estado que emergiu da Revolução de 52. Mas não foram, a nosso ver, suficientemente explicadas, o que limitou a compreensão tanto das tentativas de sua solução realizadas pelas classes em luta nessa conjuntura, bem como do caráter da solução implantada pela direita militar no golpe de 71. Não é objetivo deste trabalho analisar esses temas, já que eles são complexos e requerem uma avaliação mais aprofundada. O nosso objetivo é bem mais modesto:

identificar o caráter das principais crises e contradições desse período para entender melhor os principais aspectos relacionados com a crise de hegemonia e sua solução no golpe de agosto de 1971. Para os nossos propósitos, é suficiente avaliar, aqui, alguns elementos essenciais do debate mais relevante: o travado entre Lora e Zavaleta.²¹ Nos seus aspectos gerais, a discussão girou em torno do caráter do governo Torres, da ascensão do movimento popular, da instauração da Assembléia Popular e da sua derrota.

O debate centrou-se na questão de se houve ou não duplo poder com a instauração da Assembléia Popular em 71. Refutando a tese de Lora, Zavaleta sustenta que não existiu um “verdadeiro” duplo poder, mas apenas um “embrião avançado” do Estado proletário, o qual morreu logo porque não dispunha de seu aparelho armado – e este seria o erro fundamental do proletariado; o Exército, braço armado do Estado burguês, acabou destruindo a Assembléia Popular. Não entanto, Zavaleta está concordando, em termos, com Lora na medida em que houve, em todo caso, duplo poder (o fato de Zavaleta sustentar que houve apenas um “germe” ou “embrião” não altera a concordância com as interpretações de Lora). Para Lora, o duplo poder era um *fato* e devia ser utilizado como estratégia de expansão do poder proletário até a tomada definitiva do poder, o que implicava derrubar o governo Torres e derrotar o Exército. A ponta de lança dessa estratégia consistia no progressivo controle do aparelho econômico pela classe trabalhadora: o controle direto das empresas estatais, que deveria começar pela COMIBOL (o controle dessa empresa equivaleria a controlar o país). As massas populares entenderiam o significado dessa estratégia, espontaneamente pegariam as armas e, direcionadas pelo exército proletário, se lançariam no confronto final com o

²¹ Para o que segue ver: 1) Zavaleta, *La caída del MNR y la conjuración de noviembre* (1995); *El Poder Dual* (1987a), onde há uma análise das duas experiências revolucionárias bolivianas (1952 e 1971) - o conteúdo da crítica do autor ao duplo poder sustentado por Lora apareceu primeiramente na primeira obra, escrita em 1969; e “Bolivia – Military Nationalism and the Popular Assembly” (1972) – a primeira versão deste artigo apareceu na Bolívia num texto anônimo (“Porque Bolivia cayó en manos del fascismo?”) depois do golpe de 71 e foi posteriormente incluído em *El Poder Dual*; 2) Lora, “La Revolución Boliviana” (1996); “Bolivia: de la Asamblea Popular al golpe fascista” (1978) e *El proletariado en el proceso político* (1980a). Ver também: Strenger (1992). Existe um trabalho recente que amplia o leque de informações, incluindo outros elementos do debate, mas no essencial, não ultrapassa nem supera o sentido nos termos colocados pelos dois autores bolivianos – a nossa avaliação é a de que o autor tende a se parcializar com as posturas e interpretações de Lora, limitando o escopo de sua análise: ver Andrade, “A Comuna de La Paz” (2002).

Exército. Com a derrota da Assembléia, Lora reconhece o erro de não armar o proletariado mas não o considera como o problema fundamental, pois tratava-se de um problema político e não meramente militar.²²

Contudo, é sobre a estratégia - que para Zavaleta seria a co-gestão operária - que este autor concentra sua crítica contra a Assembléia Popular e contra Lora. Tal estratégia manifestava o caráter economicista do programa do proletariado na medida em que se restringia a um “reivindicacionismo ampliado de classe” (trade-unionismo), isto é, a satisfação dos interesses econômicos imediatos em detrimento dos interesses da classe trabalhadora a longo prazo. Nesse sentido, a Assembléia possuiria um caráter sindicalista, atrelada ainda ao espontaneísmo, porque a co-gestão era mais importante do que armar as massas. Em síntese, para Zavaleta, a Assembléia do proletariado, acobertada pelo governo Torres, “em vez de ser o primeiro órgão de poder da revolução socialista”, não passou de ser “a fase mais alta do processo populista das massas populares bolivianas”, o que significava um fracasso “prático” e político ao mesmo tempo.²³

Não analisaremos os supostos que estão por traz da argumentação de cada autor. Para os nossos propósitos é suficiente mostrar que, a despeito de certas deficiências teóricas e analíticas (que serão identificadas mais à frente de acordo com os tópicos abordados), as duas análises não são necessariamente excludentes. É evidente a importância dada pelos dois autores à ascensão radical do

²² Diferentemente da interpretação catastrofista de Zavaleta em relação ao problema das armas e da derrota da Assembléia, Lora atenua o impacto da derrota argumentando que foram múltiplas suas causas: 1) a defasagem entre alta mobilização das massas e seu fraco armamento; 2) imprevisibilidade do confronto entre o Exército, modernizado e melhor equipado, e as massas populares; 3) luta do proletariado, de um lado, contra posições foquistas e vanguardistas dos setores da pequena burguesia radicalizada (que pregavam a tomada imediata do poder pelas armas); e de outro, contra os setores que pregavam uma aliança orgânica com o governo Torres.

²³ Zavaleta (1987a:219-220, 223). Para o autor, a maior evidência do caráter populista da Assembléia estava em Lechin, representante do nacionalismo revolucionário (populismo local): pelo fato de possuir a maioria dos votos chegou a ocupar a presidência desse órgão; o que demonstraria, para o autor, a composição classista e político-partidária da Assembléia, e que teria se polarizado na figura populista de Lechin. Quanto ao populismo, Zavaleta em momento nenhum define o que entende por esse termo. Entretanto, podemos deduzir que se refere, indistintamente, a uma modalidade de relação e mediação política “líder-massa”, e a ideologia pequeno-burguesa (o nacionalismo revolucionário, que se expandiu depois de 1952). Em ambos os casos, a conotação dada ao termo é negativa (isto é, pré-capitalista e pré-moderna). Quanto à ideologia do “nacionalismo revolucionário”, a definição oferecida por Antezana J. (1983:61) é tão ampla que acaba diluindo a especificidade do conceito: “conjuga ideologemas [...] socialistas, nacionalistas, indigenistas, antimperalista, facistizantes e esquerdistas”; ou então, teria o caráter de uma “ponte tendida entre os extremos do espectro político boliviano”. A nosso ver, trata-se de uma ideologia superclassista, que é constitutiva de toda ideologia nacionalista, da qual o nacionalismo boliviano, encampado pelo MNR, é uma variante, e cuja

movimento operário. Do ponto de vista do proletariado, Lora demonstra, de um lado, a importância da superação ideológica do nacionalismo pelo proletariado e a defesa de seu próprio programa político, e de outro, as dificuldades reais com que se deparou a classe trabalhadora tanto na construção da sua hegemonia como na implementação de sua estratégia para a conquista do poder. Já Zavaleta se empenha em mostrar as contradições do movimento operário e da direção sindical e partidária decorrentes da influência ideológica do nacionalismo revolucionário, considerado como o equivalente do populismo na Bolívia.

A nossa hipótese é a de que a conjuntura aberta pelo governo Torres (outubro de 1970-agosto de 1971) marca a crise final do sistema político e do regime populista. Vale dizer, tal conjuntura manifesta a condensação de contradições do Estado populista e de suas principais crises (de hegemonia, do Exército, do nacionalismo e do movimento popular) e delineia o caráter da mobilização antipopulista que derrubou o governo Torres e a Assembléia Popular.

Passemos a explicitação da nossa hipótese. Sabe-se que a maior fonte de instabilidade do Estado populista é a ascensão política real do proletariado. Isso se deve ao fato de esse Estado implementar um mecanismo simultâneo de integração e de manipulação da classe operária (a “dialética do populismo”). Trata-se de uma ambigüidade que reflete a essência e a contradição fundamental do populismo. Mesmo tendo ele retirado do proletariado a possibilidade de realizar uma política autônoma ou revolucionária, não consegue impedir a ascensão política do proletariado e das massas populares concretizada na constante pressão real sobre as estruturas do Estado. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos concluir que “se o populismo sufoca o movimento operário ascendente, a pressão operária provoca a radicalização” daquele (Saes, 1985:105).

O instrumento de radicalização do populismo boliviano foi o movimento nacionalista, conduzido por um setor das categoria sociais de Estado: os militares nacional-reformistas comandado

especificidade combinou-se com a ideologia populista. Lora analisa muito bem esse fenômeno mas o desvincula da problemática populista (Cf. Lora, 1978, item “Acerca de la burguesia nacional”).

pelo general Ovando. Este setor - que vive a tragédia da crescente perda de soberania do Estado e do aumento da dependência externa desde o golpe de 64 (que se agravou no governo Barrientos, 1966-69) - , intervém através de um golpe militar e bloqueia o processo de restauração e de desnacionalização da economia iniciado em 1956 e aprofundado em 1964. Numa palavra, acaba com o primeiro ensaio de redefinição da hegemonia no seio do bloco dominante e limita a intervenção do capital monopolista americano no país: autoriza a volta do sindicalismo e da COB, que foram declaradas ilegais desde 64, derroga o Código do Petróleo de 1956 e nacionaliza a *Gulf Oil*, detentora do monopólio do petróleo.²⁴ No setor mineiro, o Estado reforça o monopólio da produção de estanho detido pela COMIBOL e recupera a comercialização de minérios através do BAMIN.

Só que o governo Ovando não consegue ir além das reformas implementadas. Vale dizer, é incapaz de ultrapassar os limites colocados pelo “compromisso político” e cede ante as pressões dos setores dominantes para manter a política de ordem (manutenção da grande propriedade fundiária e as relações sociais no campo, repressão do novo movimento guerrilheiro em Teoponte) e o bloqueio do avanço do processo de nacionalização do capital privado (estrangeiro e nacional). Os setores dominantes do capital mineiro vivem uma descomunal tensão pelo temor de um novo surto de nacionalizações que afete as empresas mineradoras privadas, controladas pelo capital americano. Encurralado entre a pressão das classes dominantes - decididas em afastar Ovando da direção do Estado - e as categorias sociais nacionalistas radicalizadas (militares, burocracias, “intelectuais” que participam no governo etc.), estas empenhadas em dar continuidade ao processo de nacionalização e a recuperação da soberania do Estado, o governo Ovando abandona seus objetivos propostos no Mandato das Forças Armadas e logo é deposto pelos militares de direita articulados ao capital

²⁴ A postura política e ideológica do nacionalismo defendido por Ovando está em “*El Mandato de las Fuerzas Armadas*” (1969). Basicamente, tal governo pretendia renovar o populismo, que entrou em crise desde 64, reintegrando as massas populares e o movimento operário e de esquerda no sistema político, além de criar uma “burguesia nacional”. O que implicava reconquistar a soberania do Estado e reiniciar o processo de nacionalização da economia. Contudo, a ambigüidade e a contradição do populismo no período manifestou-se no seguinte aspecto: empenha-se em reintegrar as massas populares, mas ao mesmo tempo tenta impedir uma mobilização revolucionária como se dera em 52, sendo incapaz de deter a franca ascensão política do proletariado.

monopolista americano (no próximo capítulo examinaremos tanto o caráter como a intervenção deste capital no país).

Mas as classes trabalhadoras reagem imediatamente contra o golpe através de uma greve nacional seguida de uma massiva manifestação popular decretada pela COB em apoio ao general Torres, que assume a presidência, impedindo assim a ascensão ao poder governamental do setor de direita do Exército. Temos, aqui, um caso em que um setor reformista radical da pequena e média burguesia, com o apoio crucial das massas trabalhadoras radicalizadas, se constitui como força social e se alça como fração detentora do aparelho de Estado num momento de descomunal desorganização do bloco no poder. Mas tal situação se manteve por pouco tempo.

A nosso ver, Torres seria a encarnação da radicalização do nacionalismo boliviano e, em particular, do nacionalismo militar. Foi o autor intelectual do “*Mandato de las Fuerzas Armadas*” do governo Ovando - documento nacionalista que propõe uma “ideologia de Estado” às massas populares e ao conjunto da sociedade: a retomada da Revolução Nacional significava recuperar a soberania do Estado e a nacionalização da economia, dois aspectos da mesma política de defesa do país diante dos grandes monopólios estrangeiros; na ausência de uma burguesia industrial ou nacional, o processo revolucionário deveria ser dirigido pelos militares nacionalistas. As idéias propostas pelo grupo comandado por Torres retomam as experiências dos militares nacionalistas desde o final dos anos 30 (Busch e Villarroel) e do processo nacionalista iniciado em 1952; sofre influências do processo político nacionalista que ocorria no Peru sob o governo Velasco e do movimento militar nasserista. Nos seus aspectos teóricos gerais (o conteúdo teórico do documento é eclético), detecta-se influências de alguns autores marxistas que refletiram sobre o papel dos militares na América Latina.²⁵

²⁵ Ver Nun, “Os golpes militares da classe média” (1970). Essa influência ideológica diversificada aparece em alguns autores mais radicalizados como, por exemplo M. Quiroga e Zavaleta. Também influenciou alguns autores que participaram no governo Torres: Gallardo, cuja obra mais conhecida é *De Torres a Banzer* (1991), que foi ministro do Interior; e Sandoval, que escreveu um livro intitulado *Culminacion y Ruptura del Modelo Nacional-Revolucionario* (1979), que foi ministro do Trabalho. Estes dois

Em novembro de 1969 Torres critica as diretrizes da política de defesa continental praticada pelos Estados Unidos (baseada no aniquilamento da guerrilha e na repressão dos movimentos populares e de esquerda) e propõe uma nova política baseada no desenvolvimento socioeconômico dos países latino-americanos, afundados no atraso e na miséria; os militares jogariam um papel fundamental nesse processo, sobretudo redefinindo o conceito de defesa nacional: a defesa continental não deveria contradizer a defesa dos recursos naturais nacionais diante da *voracidade dos monopólios estrangeiros*.²⁶ Já o Relatório Rockefeller²⁷ desse ano marcava a mudança da política americana em relação à América Latina: mostrou a inviabilidade dos regimes democráticos e a urgência de instauração de ditaduras militares para facilitar, a nosso ver, o exercício da hegemonia do capital monopolista americano. A esse respeito, tanto o governo Velasco (Peru) como os governos Ovando e Torres parecem ter se antecipado à previsão desse Relatório em relação à emergência de regimes militares nacionalistas aliados às massas populares e ao proletariado, contrários ao estabelecimento do capital americano nesses países. Na Bolívia, já antes de 69 esse capital procurava instaurar uma implacável e prolongada ditadura comandada por Barrientos, mas o projeto foi frustrado com a morte deste em 69.²⁸

Com isso estamos querendo mostrar que os setores militares que lutam por pela vaga nacionalista se radicalizam e conseguem atrair as massas populares, amplos setores das camadas médias e da pequena burguesia, bem como setores do proletariado. O campesinato está ausente neste

autores travaram outro debate paralelo (sobre a ascensão e queda do governo Torres) ao de Lora e Zavaleta, cujas conclusões tendem a ser apoloéticas sobre tal governo.

²⁶ “Nós não contrapomos a estratégia global, como a defesa continental, com a estratégia nacional. Não o fazemos porque não consideramos que se apresente algum gênero de contradição entre a defesa de nosso continente e a obrigação de defender nossas nações da voracidade dos monopólios”, disse Torres na Junta Interamericana de Defesa reunida em La Paz em 14 de novembro de 1969, ver J. J. Torres, “El nuevo papel de las Fuerzas Armadas latinoamericanas” (1985:20). Tal política de defesa se opunha frontalmente à defendida pelo grupo da sorbonne brasileira (ESG) que aparece como representando a política de defesa hemisférica americana no Cone Sul.

²⁷ Ver N. A. Rockefeller, “Quality of Life in the Americas – Report of a President Mission for the Western Hemisphere”, Department of State Bulletin, December 8, 1969, apud Klare & Stein (1978:96-97). Cf. também Ianni (1977:295). Segundo Rockefeller, os militares seriam “a força essencial na mudança social construtiva”.

²⁸ Arguedas, o ex-ministro do Interior do governo Barrientos havia manifestado essa intenção através do seu contato com a CIA (Cf. Roberto Cuevas, *Arguedas* [2000]). Essa informação foi confirmada por uma declaração do gerente da COMIBOL, cnl. Lechín Suárez no governo Barrientos: o embaixador americano Henderson exigiu a repressão do proletariado mineiro (instauração de

processo, salvo um pequeno grupo (os “independentes”) que, posteriormente, pediria ingresso na Assembléia Popular. Isso significa que a radicalização do nacionalismo provoca a radicalização do populismo mas, ao mesmo tempo, este não consegue impedir a ascensão política do proletariado que logra conquistar sua autonomia política. Vale dizer, mesmo permanecendo aliado do populismo, o proletariado se desembaraça da ideologia populista (nacionalista revolucionária), a supera e se prepara para tomar o poder. Por outro lado, o nacionalismo, que se empenha em criar, sem êxito, uma “burguesia nacional” e se apresenta como o representante dos interesses universais da burguesia nativa, é rejeitado por esta. E na sua radicalização, converte-se no veículo da expressão política concreta da ascensão do movimento operário, provocando não unicamente a rejeição mas o seu combate pela burguesia nativa (eis o paradoxo aparente do nacionalismo).²⁹

Com a conquista da autonomia política não estamos querendo dizer que o proletariado conseguiu essa façanha somente nessa conjuntura. A rigor, podemos dizer que os setores avançados da classe trabalhadora, os setores dirigentes do sindicalismo e da esquerda partidária, já estavam lutando pela conquista da autonomia política do movimento operário e popular, pelo menos, desde a criação da COB (abril de 1952) e da negativa experiência do co-governo MNR-COB (1952-55). Mas tal luta foi tortuosa, cheia de ambigüidades e contradições.

Se a COB nasce como um órgão proletário politicamente independente e autônomo, um verdadeiro soviet boliviano, como diz Lora,³⁰ não devemos concluir que manteve esse caráter ao longo do tempo, nem se configurado como um órgão totalmente “contraestatal” nos anos 50 e 60; ou então como se tivesse um poder societal que funcionaria como contrapeso do poder estatal, como

uma ditadura) como condição *sine qua non* da ajuda econômica desse país (Cf. Almaraz, 1988:39-40, ver nota 1). Ver também Gallardo, *La nación postergada* (1984). Retomaremos este tema no quinto capítulo.

²⁹ Tais observações foram extraídas da análise de Saes (1985:120-121) sobre o caso brasileiro. A comparação entre os dois casos se limita tão-somente ao sentido da crise do populismo e da rejeição dessa ideologia pelas classes dominantes na Bolívia.

³⁰ “La Revolución Boliviana” (1996). Para Lora, trata-se de um sindicalismo revolucionário forjado pelo proletariado boliviano desde o lançamento da Tese de Pulacayo em 1946.

tendem a interpretar alguns autores.³¹ Tampouco podemos dizer que se trata de um sindicalismo de Estado, como no caso do Brasil do pós-30. Então, qual é o caráter do sindicalismo boliviano representado pela COB?

A primeira questão que aparece é a distinção do caráter histórico do movimento operário, suas diversas formas de luta sindical, e o caráter da Central Operária nacional, máximo órgão sindical boliviano (COB) criado no bojo da revolução de 52. Não pretendemos abordar aqui esses temas, pois escapam a nossos propósitos delimitados. Somente nos concentraremos no avanço da seguinte hipótese: o sindicalismo boliviano representado pela COB se configurou como um sindicalismo que combinou a luta reivindicatória e luta revolucionária,³² cuja oscilação se manifesta de acordo com as determinações do processo político boliviano (limites colocados pela estrutura estatal à ação sindical) e pelo momento conjuntural da luta político-sindical. A primeira não se reduz a uma luta puramente corporativa e espontaneísta e a segunda a uma luta pelo socialismo. Vale dizer, se o proletariado boliviano constituiu-se na classe “revolucionária por excelência”, como afirmam a maioria dos autores, é porque ela encarnou a luta pelas transformações democrático-burguesas na ausência de uma “burguesia nacional” e diante da incapacidade da pequena burguesia de realizar tal revolução. A combinação da luta pela democracia burguesa e pelo socialismo, tal como aparece na Tese de Pulacayo, é defendida veementemente por um dos partidos mais radicalizados: o POR (Lora) e

³¹ Zavaleta endossa essa interpretação. Entre outros exemplos, temos: Lazarte (1989), Jetté (1989). Entre as interpretações hostis e negativas contra a função da COB e do movimento popular, estão: a) Mansilla, “Apogeo e declinación del movimiento sindical boliviano (1982-1985)” (1989) e b) R. A. Mayorga (1985). Lembremos que Zavaleta abriu margem para esse tipo de interpretação quando se referiu ao governo Torres, em *El Poder Dual*, como “um empate” entre os militares e a COB.

³² Bem entendido, não estamos dizendo que se trata de um “sindicalismo revolucionário”, semelhante ao que apareceu na Itália nas duas primeiras décadas do século XX, antes da ascensão do fascismo, e cujo defensor foi Arturo Labriola e adotado por G. Sorel na sua concepção da minoria ativa (Cf. Poulantzas, *Fascismo e Ditadura* [1978:215-219]). Contudo, não deve espantar se há alguns aspectos coincidentes do sindicalismo praticado pelas lideranças do MNR nos anos 50 e 60 e aquele sindicalismo, os quais influenciaram o movimento operário boliviano: isso deve-se ao fato da contaminação da ideologia operária pela ideologia da pequena burguesia em revolta e das diversas manifestações de “culto ao Estado”. E as coincidências não estão no fato de o líder da COB, Lechin, se referir no I Congresso da central operária (1954) de que se estava praticando um “sindicalismo revolucionário”. Lechin estava se referindo ao alinhamento da política sindical do governo do MNR com o da COB. Os pontos coincidentes são: 1) o sindicato como poder dos “produtores” em detrimento do partido; 2) prática da greve geral e do espontaneísmo em vez da tomada do poder do Estado; 3) exaltação da “autogestão” operária. A rigor, a influência desses elementos no seio do movimento sindical boliviano confirmam a ambigüidade do sindicalismo praticado pela COB na medida em que houve um relativo predomínio, no período 1952-1963, do sindicalismo populista.

setores do PCB.³³ E a tensão reflete-se na busca permanente da independência e autonomia política da classe trabalhadora em contraposição à luta puramente reivindicatória.

Em suma, a COB nasceu com uma dupla influência: do sindicalismo proletário da *Tesis de Pulacayo* e do sindicalismo populista do MNR, concretizado na liderança de Lechin. Não devemos esquecer que o populismo penetrou tanto na classe trabalhadora em constituição como nos setores ativos das classes populares, e se converteu na sua forma essencial de expressão política.

O predomínio do ativismo reivindicatório aparece em situações em que esse órgão não passa de um instrumento ou “aparelho” de Estado, como no caso do co-governo MNR-COB entre 1952-55, em que se configurou um sindicalismo populista; e em situações de retrocesso ou paralisação do movimento, como no caso da luta e repressão governamental contra a COB no período 1956-1964. A combinação das lutas reivindicatória e revolucionária aparece claramente nos períodos de repressão da ditadura militar (1964-69); o primeiro tipo de luta é predominante no período 1971-78, com um intervalo de radicalização no período 1978-80. Já o predomínio da luta revolucionária aparece em conjunturas específicas de ascensão acentuada do movimento popular, como nos períodos 1952-53 e 1970-71. Esclareça-se, trata-se de uma avaliação geral que deve ser entendida como uma hipótese indicativa.

Com isso estamos querendo mostrar dois aspectos fundamentais do sindicalismo representado pela COB. Primeiramente, ela não é um bloco monolítico, isenta de rasuras e contradições, impermeável tanto às ideologias burguesa (trade-unionismo e reformismo) e pequena burguesa (anarco-sindicalismo, espontaneísmo, “jacquerie putschista”), como à influência da política simultânea de integração/manipulação do Estado populista em relação à classe trabalhadora. Se a COB mostra a heterogeneidade do mundo do trabalho própria de uma etapa de transição capitalista periférica, na medida em que integra o sindicalismo proletário e camponês, o sindicalismo médio e

³³ Não por acaso o POR foi o alvo privilegiado das críticas tanto dos diversos setores da esquerda como da direita. Cf. Andrade (1996).

pequeno burguês (trabalhadores não-manuais), a hegemonia do proletariado mineiro não se estabeleceria sem, de um lado, a contestação dessa hegemonia, e de outro, sem que ocorressem lutas intensas dos outros setores sindicais pela hegemonia no seio da COB.³⁴ Em segundo lugar, a ambigüidade de sua ação sindical (ação reivindicatória e revolucionária) não deve ser vista como uma anomalia, antes como a maior contradição e como a essência do sindicalismo boliviano. Os dois aspectos se patenteiam na própria prática da ação político-sindical, particularmente nos diversos níveis de defasagens: 1) entre sindicato e partido; 2) entre programa e estratégia de luta, e entre luta econômica e luta política; 3) entre cúpula dirigente e as bases, entre ação dirigida e ação espontânea das massas populares. Não podemos, aqui, nos estender na identificação de outras defasagens e contradições do movimento sindical boliviano.

Dito isso, voltemos ao tema da radicalização do populismo e da superação da ideologia nacionalista e populista pelas massas populares radicalizadas na conjuntura aberta pelo governo Torres e pela Assembléia Popular. Desde já podemos dizer que a nossa interpretação das crises políticas deste período afasta-se da interpretação elaborada por Lora e Zavaleta. Este último sustenta que o governo Torres foi semi-bonapartista e a Assembléia Popular a expressão mais acabada do populismo boliviano; e a derrota da Assembléia se deveu a inexistência de um partido revolucionário (do tipo leninista) e, por conseguinte, a não criação do seu aparelho armado.³⁵

Ora, o governo Torres foi a expressão mais acabada do nacionalismo de esquerda, o qual foi obrigado a se radicalizar pela pressão do proletariado; e este, por sua vez, estava decidido a derrubar o governo e tomar o poder. Em momento nenhum tal governo manifesta ser portador de poder próprio; ascendeu ao poder governamental com o apoio decisivo do proletariado e das massas

³⁴ Restringindo-nos ao anos 50, os setores que lutaram contra a hegemonia do proletariado mineiro e disputaram a direção da cúpula da COB foram os ferroviários e os *fabriles*. Mormente, o sindicalismo médio aliou-se aos ferroviários e *fabriles* na luta pela hegemonia sindical. No âmbito político-partidário, a luta pela direção do máximo órgão sindical foi travado entre o POR, as diferentes facções do PC e as facções do MNR. Ver: Lazarte, 1989.

³⁵ Cf. *El Poder Dual* e “Bolivia – Military Nationalism and the Popular Assembly”, obras citadas. Não devemos esquecer a postura político-ideológica oscilatória de Zavaleta: foi militante do MNR e ministro de Minas do último governo Estenssoro (1964); passou a militar no PCB para logo abandoná-lo por volta de 1970; na Assembléia Popular aparece como militante do

populares aliadas ao populismo; logo converte-se em refém do proletariado e do Exército. Pressionado pela classe operária e a esquerda partidária, fará importantes concessões políticas ao proletariado mas não consegue impedir a instauração da Assembléia Popular e, uma vez instaurada, tenta, sem êxito, mobilizar os camponeses para neutralizar o poder emanado daquela. Quanto ao Exército, o governo Torres não consegue controlá-lo e desmantelá-lo, além de ser indulgente com os oficiais golpistas (a primeira tentativa de golpe dos setores conservadores da burguesia e do Exército contra o governo foi em janeiro de 71). Portanto, é problemático caracterizar o governo Torres como bonapartista.

Em relação à Assembléia Popular, é também problemático caracterizá-la como a máxima expressão do populismo. Zavaleta não consegue explicar porque tal órgão proletário configurou-se como populista. E isto se deve ao fato de que o autor parte do suposto de que o populismo seria uma modalidade de relação ou mediação política “líder-massa”, relação essa entendida como uma anomalia; não consegue entender a estrutura e a dinâmica do populismo como regime e sistema político e como forma de Estado. É por isso que Zavaleta concentra sua crítica no aspecto economicista do programa (co-gestão operária), do seu gradualismo, e do caráter espontaneísta da estratégia de luta do proletariado, o que teria revelado a ausência da ação dirigida e planejada por um partido hegemônico. E as respostas desses problemas estariam – para Zavaleta – em três fatores: as massas populares bolivianas seriam populistas; seu método de luta seria o espontaneísmo; e a ausência do partido proletário - a esquerda partidária nunca teria conseguido dirigir o movimento popular, antes foi a reboque dele.

Ora, mesmo aceitando os erros do proletariado concretizados na Assembléia Popular apontados por Zavaleta (certo economicismo do programa, falha estratégica das armas, e defasagem entre estratégia e ação espontânea) não podemos reduzir tais problemas a uma concepção

MIR, partido que era aliado do grupo Espartaco e do ELN: setores da pequena burguesia radicalizada que defenderam a estratégia da luta armada como a única solução no momento, não escondendo seu vanguardismo e voluntarismo, típico dessa classe social.

essencialista do campo popular: a debilidade congênita das massas (populismo, espontaneísmo) e da esquerda sindical e partidária (fragmentação e incapacidade de direção); portanto, fatores transhistóricos seriam as verdadeiras causas da derrota do proletariado. Afirmar que a Assembléia Popular e o proletariado sofreram influência da ideologia populista e das diversas expressões da ideologia das camadas médias e da ideologia da pequena burguesia em revolta, é muito diferente, o que Zavaleta não o faz. A nosso ver, a Assembléia popular condensou, de forma incisiva, as contradições da ação política-sindical do proletariado na medida em que sofreu influência da ideologia pequena burguesa: a oscilação entre a luta reivindicatória e a luta revolucionária. Mas não se descarta a possibilidade de que também tenha aparecido uma terceira via da luta sindical através da influência da ideologia burguesa: o da combinação do trade-unionismo e do reformismo, mesmo tendo aparecido de uma forma difusa no seio da Assembléia.³⁶ E essa via aparece solapadamente nos grupos ligados à “classe média” que participaram na Assembléia. Esse seria o caso do MIR, do grupo Espartaco e dos setores de esquerda do MNR.

A conjuntura em questão marca a crise final do populismo boliviano. Trata-se de uma crise profunda, cujas raízes se encontram na aguda expressão da luta de classes, tendo uma repercussão notável nos aparelhos do Estado. O bloco no poder é assolado pela crise de hegemonia, do “equilíbrio instável” que caracteriza o Estado populista. O “compromisso político” passa a ser quebrado pelo Estado populista e não por uma das frações de classe dominante que sustentam tal compromisso: o seu afastamento diante do conjunto da classe dominante se revela, simultaneamente, na violação da política de ordem e do princípio da propriedade privada. Os aparelhos de Estado são penetrados e abalados pelo acirramento da luta de classes: o Executivo controlado tanto pelas forças nacionalistas e populistas (militares e civis); a Assembléia Popular substitui o Parlamento e realiza funções executivas e judiciárias; o executivo local controlado pelas centrais sindicais regionais; e o aparelho

³⁶ Zavaleta não consegue entender, de um lado, por que o sindicalismo populista desvaloriza o partido político e valoriza o Estado e, em certas condições, valoriza o sindicato; e de outro, por que o trade-unionismo combina um ativismo reivindicatório e a

militar atravessado por uma profunda crise de unidade institucional, de quebra da disciplina e da hierarquia como efeito da luta de classes no seu seio.

Durante praticamente todo o governo Torres o país vive um “clima revolucionário” na cidade e no campo como resultado das ações espontâneas das massas populares radicalizadas, situação que se agrava com a criação da Assembléia Popular. Vejamos alguns exemplos importantes: a COB obriga o governo a repor os salários congelados desde 1965 e a reconstrução do contingente de trabalhadores demitidos na ditadura barrientista; obriga também a reverter os contratos leoninos com a firma mineradora americana MMC; os camponeses invadem fazendas na região Leste do país, onde existe a maior concentração da grande propriedade fundiária; os trabalhadores mineiros tomam várias minas estatais e privadas; os trabalhadores da imprensa aplicam o controle operário no principal jornal conservador (*El Diario*); a pequena burguesia (principalmente universitários) radicaliza-se com os protestos de ruas contra a embaixada americana e consegue a expulsão do “Corpo de Paz” pelo governo; os estudantes impõem a autonomia universitária em todas as universidades do país; a pequena burguesia em armas (Exército de Libertação Nacional – ELN) seqüestra empresários e realiza atentados armados contra a grande propriedade; através da VRP (*Vanguardia Revolucionaria del Pueblo*) que permanece no anonimato, as tropas e suboficiais das Forças Armadas lançam manifestos públicos protestando pela opressão e despotismo da hierarquia e da cúpula militar etc. Já a Assembléia Popular funciona de forma autônoma e independente diante o governo Torres: implanta seu programa político (co-gestão e controle operário das empresas estatais); realiza funções executiva e legislativa; instaura tribunais populares para julgar os crimes dos militares que massacraram operários mineiros (por exemplo, se estava tramitando a extradição do gal. Ovando, que se encontrava no exílio, para ser julgado pela Assembléia); e se apresta a criar Assembléias locais nas principais cidades etc.

valorização, “através de uma concepção economicista do partido”, da prática política partidária. Sobre essas observações teóricas, Cf. Saes (1985:227-28).

A radical ascensão política das massas populares teve um impacto fulminante para o capital estrangeiro e para as classes dominantes bolivianas: estas são obrigadas a se unificar e a mobilizar as camadas médias, a pequena burguesia e os setores das massas populares contrários ao governo Torres e à Assembléia Popular. Alegando uma “iminente comunização da Bolívia”, os setores empresariais convocam à luta subversiva “por todos os meios”, ameaçando, inclusive, com desencadear uma guerra civil. Com esse objetivo, a CEPB financia o Exército Cristão Nacionalista, grupo terrorista de direita que participa ativamente no golpe que derrubará Torres e a Assembléia Popular. Caso o golpe fosse controlado, as forças conspirativas pretendiam montar - com o apoio do imperialismo americano, e das ditaduras militares brasileira, argentina e paraguaia - seu “quartel geral” na cidade de Santa Cruz de la Sierra e, com o pretexto de criar uma “República separatista”, lutar de forma prolongada contra o governo Torres.

Em suma, a principal crise que vivia o país era a crise final do populismo e que, num período muito curto (aproximadamente três meses), convive com uma crise revolucionária. A articulação dessas duas crises demonstrou o caráter intenso do processo de aguçamento da luta de classes e a possibilidade real de o proletariado tomar o poder. Mas também mostrou os erros político-estratégicos dessa classe e da esquerda partidária boliviana. Podemos concluir assim que a conjuntura de 1970-71 mostrou a condensação de crises e contradições políticas, as quais podem ser agrupadas em dois níveis de determinações que se sintetizaram no seio da Assembléia Popular: as oriundas do sistema político populista e do Estado populista e as oriundas das ambigüidades e contradições do movimento popular, particularmente do sindicalismo e da esquerda partidária.

Estamos longe de endossar uma interpretação voluntarista e maximalista da derrota do proletariado nessa conjuntura, como o faz Zavaleta: o excessivo peso colocado aos fatores armas e partido revelaria seu vanguardismo: o proletariado teria “perdido a ocasião”, “não quis vencer”, como se se tratara de uma situação de “tudo ou nada”. Ou então, uma interpretação minimalista, que atenua amplamente o impacto da derrota, como defende Lora: o excessivo peso colocado na co-gestão, no

gradualismo do controle operário, bem como na ação espontânea das massas, que se armariam sozinhas e posteriormente liquidariam o Exército, revela uma tendência economicista presente no autor, problema que aparece nas posturas trotskistas em relação à iminente crise final do capitalismo e na inexorabilidade da revolução socialista. Por outro lado, detectamos uma curiosa dupla coincidência nos dois autores. De um lado, a ausência da análise da questão ofensiva-defensiva do momento político atual, do aspecto político-militar (a nosso ver, um erro estratégico presente na Assembléia). O que se patenteia na análise oposta feita pelos dois autores: a estratégia militar do inimigo de classe teria sido mais eficiente, pois teria aproveitado os erros estratégicos do proletariado e aplicado o golpe. Do outro lado, a ausência da análise sobre a dupla estratégia do proletariado (problema apontado por Gramsci no caso da derrota do proletariado europeu diante a ascensão do fascismo: programa/estratégia de luta do partido e a estratégia de luta adotada pelas massas populares), expressada, de um lado, no programa e a estratégia adotada pela direção ou vanguarda do proletariado, e de outro, na estratégia espontânea seguida pelas bases sindicais e pelas massas populares em geral.³⁷

Portanto, as principais crises de 1970-71 não são devidas a uma situação bonapartista/cesarista. Zavaleta contribuiu com a disseminação dessa tese através da idéia de um suposta crise de equilíbrio catastrófico entre as forças antagônicas (o bloco oligárquico-burguês, comandado pelos militares, e o bloco popular-proletário, comandado pelos trabalhadores mineiros) expressa nessa conjuntura e que teria um caráter prolongado – o que se configuraria no que o autor chama de “empate entre Torres e a COB”. Por outro lado, é também Zavaleta que defende a idéia da debilidade “congenita” do movimento popular e do sindicalismo e da esquerda partidária boliviana,

³⁷ Os dois autores referem-se muito lateralmente a esse problema, mas sem entendê-lo. Para Lora, o proletariado não tomou o poder devido ao “tremendo desnível entre a grande politização e radicalização das massas e seu defeituoso armamento”; o duplo poder foi definido pelo lado do movimento de direita fascista que aproveitou tais dificuldades e consumou o “golpe contra-revolucionário preventivo” de 21 de agosto de 71. No futuro, diz o autor, “deve sanear-se radicalmente essa falha”; ver Lora (1978:230). Referindo-se a Tese de Pulacayo, Zavaleta diz que “a classe operária se via obrigada a compensar com um avançado programa a pobreza da existência das organizações políticas”; “[...] uma coisa é que sua direção aprove um programa avançado e outra que esse mesmo programa exista carnalmente nas massas. O verdadeiro programa das massas é o que elas fazem” (1987a:136) (um comentário adicional: o autor tinha criticado o espontaneísmo das massas populares bolivianas, agora ele aparece defendendo essa prática).

conforme supostamente teriam mostrado os acontecimentos de 70-71.³⁸ Já dissemos que essas observações foram reelaboradas por Mayorga no seu artigo sobre o “empate histórico”: a crise de equilíbrio catastrófico se prolongaria até o final do regime militar (1982).³⁹

1.4 Periodização do processo político

Munidos com as informações e a avaliação geral dos aspectos essenciais do processo político boliviano – que mostrou a emergência das principais crises e contradições políticas do período anterior ao golpe de agosto de 1971- , passemos agora a apresentar uma proposta de periodização do processo político do período em foco. Desde já deve ser esclarecido que os temas e aspectos abordados nesta parte serão devidamente analisados ao longo do trabalho. Mais especificamente, serão retomados nos capítulos quarto e quinto.

Tal periodização deverá servir para facilitar a compreensão da análise da instabilidade política em três níveis de relações: 1) bloco no poder e forma de Estado - crise de hegemonia; 2) aparelho de Estado - crises internas do Exército, crise de sucessão governamental; 3) Estado militar-classes dominadas - crise de legitimidade. Tal empreitada requer a formulação de uma periodização que possibilite a articulação desses três níveis analíticos, que têm lógicas de funcionamento diferentes. Podemos estabelecer dois critérios que possibilitariam o entendimento da articulação desses três níveis de relações. O primeiro relaciona os processos de militarização e de desestabilização política

³⁸ Já vimos também que Zavaleta incorpora as teses sobre o “vácuo de poder” de Almaraz, o qual teria um caráter prolongado (desde 1952), e a incapacidade “natural” da esquerda sindical e partidária de “preencher” esse vácuo ou de construir uma alternativa de poder nacional. Referindo-se a “esquerda boliviana” (PIR, POR, e os dois partidos comunistas), Almaraz escreveu: “a esquerda tradicional, confrontada com os fatos [derrota da revolução nacionalista de 52] foi incapaz de superar suas deficiências; ao rejeitar a única possibilidade que lhe brindava a história para vencer sua própria alienação, perdeu o caminho. O 4 de novembro [1964] teve a última postura aberrante: pensava estar fazendo a ‘verdadeira’ revolução; na realidade era mais um [setor] acoplado no carro da reação”, *Requiem para una república* (1988:19-20).

³⁹ Mayorga também utiliza as observações de Lora sobre o governo Torres, as quais aludem a uma situação de equilíbrio catastrófico – na verdade Lora estava refutando a tese do bonapartismo e se referindo a uma situação de crise revolucionária derivada do “duplo poder” nessa conjuntura: “Torres não era propriamente um poder, o governo estava, de fato, vacante”; tratava-se de uma situação em que as classes antagônicas “acumulavam forças sem atrever-se a iniciar o ataque [final]”, e que “de uma ou

do Estado militar boliviano, dois processos que aparecem de forma simultânea, porém mantêm ritmos de duração próprios, com altos e baixos; e nos momentos em que coincidem, seu impacto político tende a ser explosivo – isto é, quando confluem, de acordo ao grau de condensação das contradições e crises políticas, redundam na intensificação e agravamento da instabilidade política. Vale dizer, o processo de militarização (independentemente de seu grau de aprofundamento) converte-se numa fonte importante de instabilidade política. Entretanto, dado o caráter dialético do fenômeno (instabilidade/estabilidade), esse Estado não abdica da busca da estabilização para tentar prolongar-se no tempo, o que implica que qualquer processo de militarização contempla também um processo de busca de estabilidade política. Veremos no caso boliviano que, quando mais a ditadura banzerista se empenha na implementação deste processo, mais aprofunda suas contradições e crises políticas e acaba redundando no agravamento da instabilidade política. O segundo critério de articulação baseia-se na relação entre forma de Estado e forma de regime: a primeira relação diz respeito ao modo de organização interna do aparelho de Estado (no caso que nos ocupa, Estado militar-ditatorial burguês periférico); e a segunda relação diz respeito ao processo de elaboração da política de Estado, feito pelas classes ou frações dominantes em conjunto com o corpo de funcionários estatais. É com esta dupla lógica que elaboramos a periodização do processo político, que passamos a denominar *processo de militarização/desestabilização*. Tal processo implica uma certa variação do grau e profundidade da desestabilização, de acordo com a conjuntura política.

O período 1971-78 é dividido em três fases do processo de militarização/desestabilização:

1) A fase que vai do início do recomeço do processo de militarização (lembremos que ele se inicia, com um certo grau de militarização, em 64) no golpe de agosto de 71 ao aprofundamento desse processo, no autogolpe de novembro de 74: expansão da militarização horizontal e vertical do aparelho do Estado. Este momento é marcado por dois fatos importantes: a) pelo funcionamento

outra maneira, os bandos em luta se esforçaram em utilizar o governo como ponta de lança contra seu adversário”, Lora (1978:236 e 253).

simultâneo do governo militar, que detém o poder real, e da FPN (aliança político-partidária que legitimou o regime nesta fase): instauração de um sistema político que denominamos “híbrido”, isto é, o funcionamento de um governo ditatorial e uma espécie de “governo paralelo” (semelhante a um “mini Executivo”) composto pelo MNR-Estenssoro e a FSB; b) pela eliminação da FPN e a expulsão violenta de seus representantes do governo entre 1973 e 1974, o que possibilita à ascensão da nova burguesia mineira à condição de fração detentora dominante do aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que participa do sistema hegemônico (este tema será analisado nos dois últimos capítulos deste trabalho). Esta fase se configurou como um lento processo de militarização horizontal e vertical do aparelho estatal e uma elevada instabilidade política. E as razões deste fenômeno estão relacionados com as lutas políticas intensas em vários níveis: no interior de cada partido, na relação interpartidária, na luta entre o governo e a FPN, luta entre o bloco no poder e esta última, enfim, luta de um setor contra outro; o que reflete, de uma forma patente, o grau da crise de organização e representação partidária burguesa. Do ponto de vista do funcionamento da forma de Estado e do regime político, o Estado militar atende prioritariamente os interesses econômicos da fração de capital dirigente (grande capital financeiro americano) no sistema hegemônico e provoca uma dupla polarização na luta política: entre o partido militar (cúpula castrense) e o partido da empresa privada (CEPB), e entre estes dois partidos e os partidos tradicionais integrantes da FPN (a luta se concentrou principalmente contra o partido populista: o MNR-Estenssoro). A aliança política entre os dois primeiros redundou na eliminação política do MNR e da FSB, cuja justificação ideológica aparece como uma necessidade urgente de estabilizar o regime: em vez da FPN cumprir o papel político de contribuir com a estabilização do regime, passou a provocar – conforme justificaram os militares e empresários - permanente instabilidade política e assim tornar-se-ia num perigo para país. Veremos que a busca incessante da estabilidade política é um imperativo político-ideológico do grande capital estrangeiro, ao qual aderem plenamente os militares dirigentes e os setores dominantes da burguesia boliviana.

2) A fase que vai do processo de aprofundamento da militarização horizontal e vertical do Estado (autogolpe de 74) ao ponto da relativa limitação desse processo com a abertura política do regime (dezembro de 1977-janeiro de 1978), coincidindo com o início da crise final da ditadura. Desde antes do autogolpe (junho de 74), assistimos a um processo de relativa “fusão” política entre o partido militar e o partido da empresa privada, porém este se submete politicamente ao aparelho estatal, controlado pelo grupo militar dirigente.⁴⁰ O processo de militarização horizontal e vertical do aparelho estatal chega a seu ápice. A partir deste momento, o Estado militar se empenha na busca intensa de estabilidade utilizando diversas formas de mecanismos políticos e ideológicos, sem sucesso, porém consegue manter a ditadura por pouco tempo. Mas ao mesmo tempo, ao não conseguir desmobilizar o movimento operário e popular, que intensifica sua luta e resistência contra a ditadura, aumenta a dose de repressão e provoca maior instabilidade política, ficando cada vez, mais com estreita base social de apoio. O resultado é o incremento da descomunal crise das forças armadas: agravam-se a crise ideológica e de unidade institucional, de sucessão governamental (se exacerba um dos maiores perigos: o golpe contra o setor palaciano dirigido pelos oficiais e suboficiais opositores), crise permanente de gabinete, crise de credibilidade governamental (descomunal incremento da corrupção, tortura, assassinatos) e, enfim, crise de legitimidade. Já do ponto de vista da relação forma de Estado, o processo de acumulação de capital adota um ritmo acelerado através da transferência de capital público ao setor privado, num momento em que os preços dos metais e do petróleo também chegam a seu ápice e o crédito externo aumenta quatro vezes; os lucros dos bancos continuam a ser os mais elevados e o setor experimenta uma expansão considerável (Ver Capítulo dois). No âmbito da relação bloco no poder e o Estado militar, detectamos o deslocamento das

⁴⁰ Temos, aí, um tema que evoca um “co-governo” de fato entre militares de direita e a CEPB, o qual não foi analisado por nenhum autor boliviano ou estrangeiro. A sociologia e a ciência política burguesa escondeu esse fato e sempre culpou o corporativismo da COB e dos militares. Não por acaso o autor mais apologista da CEPB seja um defensor da teoria das elites: Mansilla, que aparece cumprindo o papel de “cão de guarda” das classes dominantes (Mansilla, 1991 e 1994) e que influenciou outros autores como R. A. Mayorga (que reproduz a tese de Zavaleta sobre o “empate” entre militares e COB); e os apologistas da ANMM, ex-funcionários das firmas dos antigos “barões do estanho”, atuais funcionários e proprietários de minas desse órgão corporativo (Contreras, Pacheco, España, Gutierrez, o próprio G. Sanchez de Lozada da COMSUR etc.).

lutas de classes em três níveis: a) no seio desse bloco: entre a fração hegemônica dirigente e a burguesia mineira, e entre esta, a burguesia agro-industrial e a burguesia manufatureira; b) tais lutas aparecem direcionadas contra o aparelho de Estado; c) luta das frações burguesas dominantes contra a burocracia estatal em torno à definição das políticas de crédito e tributária. Além disso, detectamos acirradas lutas entre o médio capital e o capital não-monopolista, e a sistemática pressão destes dois setores para que a burocracia estatal atenda suas reivindicações econômicas num momento de auge econômico.

3) A derradeira fase do processo de militarização-desestabilização vai do início da crise final da ditadura (dezembro de 1977-janeiro de 1978), marcada pela abertura política do regime devido à intensa pressão das massas populares, a seu colapso, com o golpe de um dos representantes do setor militar dirigente em julho de 78 (o gal. Pereda depõe Banzer). Nesta fase, o processo em causa aparece como um processo progressivo de desmilitarização com relativa estabilidade política. Vejamos, brevemente, em que consistiu essa aparência. Na verdade, este processo marca o fracasso dos dois partidos dominantes (militar e empresarial), sustentáculos político e ideológicos do bloco no poder ao longo da ditadura banzerista, em viabilizar o projeto de “estabilidade com desenvolvimento”: de um lado, o agravamento das crises e contradições das forças armadas praticamente conduzem a uma virtual paralisação do processo de militarização e à incapacidade de direção do aparelho estatal pelo setor militar dirigente; de outro, o partido empresarial (CEPB) volta a ser um mero órgão econômico-corporativo, também fica desgastado e se afunda numa descomunal crise. Alertamos que o processo de desmilitarização e relativa estabilidade não tiveram um caráter ilusório, pois efetivamente ocorreu um intenso processo de politização provocado pela abertura política: a volta à cena política de todas as forças político-partidárias que concorrem às eleições nacionais marcadas para o dia 9 de julho de 78. O que provocou uma limitação temporal do processo de militarização mas não foi acompanhado de um processo de estabilização política no nível do

funcionamento do aparelho de Estado e do sistema político. E as principais razões estão num conjunto de fatores que estariam sobredeterminados pelo próprio funcionamento do Estado militar.

Por enquanto, identifiquemos os fatores políticos mais importantes desta última fase: a) a diluição do sistema hegemônico e, portanto, a perda da hegemonia política: volta a crise de hegemonia, no seu sentido estrito, e o bloco no poder passa a uma nova fase de franca desorganização; b) a criação de uma poderosa Frente político-partidária (aliança MNR-Siles, MIR, PCB e a COB, denominada FUDP), com amplo apoio das massas trabalhadoras e camponesas e das camadas médias urbanas; c) a participação no pleito eleitoral do candidato militar situacionista (gal. Pereda) com a sigla UNP (Unión Nacionalista del Pueblo, uma clara encenação da FPN); d) polarização da luta política entre a burguesia agro-industrial do leste do país e a burguesia mineiro-exportadora (que ainda controlava a CEPB, porém com muita dificuldade) em torno do apoio político ao candidato situacionista; e) a participação, de um lado, dos velhos caudilhos políticos populistas tradicionais (MNR-Estenssoro, PRA-Guevara, PRIN-Lechin e MNR-Siles)⁴¹ - alguns dos quais formam frentes e coligações partidárias (ADRN comandado por Estenssoro e a FUDP por Siles) - , e de outro, a proliferação de siglas e candidatos dos partidos pequenos burgueses tradicionais (FSB, PDC, MNRP etc.) e novos (alguns deles foram comandados por oficiais militares).

Em suma, nesta última fase temos uma situação de condensação das crises e contradições em três níveis: descomunal crise do Exército e da ideologia dominante (nacionalismo revolucionário), atreladas à crise de representação partidária burguesa, a volta da crise de hegemonia - enfim uma

⁴¹ Trata-se das facções do MNR (que funcionou como partido único depois de 52) que surgiram no final dos anos 50 e que foram comandadas pelos principais caudilhos do partido. Em síntese, o processo de fragmentação desse partido esteve basicamente relacionado com a crise de sucessão presidencial, cujos principais líderes exigiam a alternância do poder: Walter Guevara e Siles Suazo representavam a ala direita, Estenssoro o centro “pragmático”, e Juan Lechin (principal dirigente da COB) a esquerda, aliada ao movimento operário. Estenssoro conseguiu monopolizar o partido e conquistar três vezes a presidência. O primeiro caudilho que rompe com o partido é Guevara, que cria seu próprio partido em 59, o PRA; logo segue Lechin que cria o PRIN em 1964; e finalmente Siles, que não tinha boas relações com a facção Estenssoro desde 1964, completa a fragmentação do MNR em 1971 (quando Estenssoro apóia a coligação FPN que aplicou o golpe de agosto de 1971): consegue aglutinar os dissidentes do partido criando o MNR-I, conhecido como o MNR-Siles. Este não participa na ditadura banzerista. Já Guevara participa no governo ditatorial, a título pessoal (porém não consegue fazer parte da FPN), como embaixador boliviano na ONU. Durante o governo Torres, certas frações da pequena e média burguesia radicalizada criam o MIR (liderado por Jaime Paz), passam a lutar contra a ditadura e permanecem no exílio, como o MNR-Siles.

profunda crise política e crise de Estado (crise orgânica). Noutros termos, a nova conjuntura demonstra uma elevada politização da cena política marcada pela polarização político-partidária entre os velhos caudilhos oriundos da revolução de 52 (patenteada na acentuada fragmentação e atomização das facções do MNR). Ao que se junta outros fatores importantes: a) o desgaste e fragmentação do Exército, cujos setores mais radicalizados e recalcitrantes da facção militar dirigente se empenham em manter o controle do aparelho de Estado e passam a bloquear o processo de abertura política; b) a unificação das classes trabalhadoras e das massas populares em torno da COB e da FUDP, ao mesmo tempo em que ocorre uma acentuada atomização dos partidos da pequena burguesia e de setores da esquerda partidária. Nessa conjuntura, assiste-se à patente desorganização e desnorteamento do bloco no poder provocado pela volta da crise de hegemonia. Diante a ameaça da nova ascensão política radicalizada das massas populares que levou à vitória eleitoral da FUDP, o partido militar (setor dirigente que apoia Banzer) interrompe o processo de abertura democrática dando o golpe eleitoral (descomunal fraude), que logo é complementado com o golpe militar de Pereda. Vemos, assim, que o processo de militarização/desestabilização entra num novo ciclo calcado por um intenso processo de instabilidade política que se estende até 1982.

Esse quadro político deve ser complementado com a análise de dois aspectos importantes que dizem respeito ao sistema político e à base social de apoio da ditadura. Na primeira fase (1971-74), amplos setores das camadas médias (principalmente os articulados às atividades do transporte e comércio), da pequena burguesia e do campesinato forneceram uma ampla base social de apoio ao novo governo militar viabilizada pela FPN. Apesar de ter se empenhado em organizar esse apoio, esta se caracterizou pela ação difusa e espontânea, isto é, desorganizada, convertendo-se tal aliança numa fonte de crise e de instabilidade política constante. E isto se deveu, fundamentalmente, às contradições e à luta política intensa, de um lado, entre os partidos políticos tradicionais e os setores sociais que faziam parte dessa Frente (empresários, organizados na CEPB), e de outro, à acirrada luta entre a FPN e o Exército. Nesta fase, os partidos militar e empresarial defendem ferreamente a

criação de um partido único, em encenação ao processo pós-64 (um regime semelhante funcionou com Barrientos: 1966-69), como uma condição necessária da estabilização política do regime. Já os partidos tradicionais, que no início concordavam com a busca desse objetivo, divergem do conteúdo e método do sistema político defendido por aqueles, pois exigem a imediata abertura política através da convocação de eleições nacionais e da abertura do parlamento, cujo funcionamento seria restrito às forças partidárias que integravam a FPN. Dentre todos os partidos, o MNR-Estenssoro levava uma grande vantagem em relação aos outros partidos: possuía uma ampla base de massas (embora diminuída) de trabalhadores e camponeses, de quadros técnicos preparados oriundos das camadas médias urbanas (burguesia de Estado), além de ser dirigido pelo principal líder populista da revolução de 1952, cujo partido passou a polarizar a cena política. O MNR-Estenssoro passa a encenar o processo político populista pós-52 e exige a instauração da democracia política, bem como a participação restringida da COB e dos camponeses como condição necessária do processo de estabilização do país. Já a FSB, que representou a grande propriedade fundiária e certas camadas médias urbanas nos anos 50 e fez oposição ao MNR, foi assolada por uma acentuada ambigüidade: ora apoiava os militares e os empresários, ora apoiava o MNR. Porém, no decorrer do processo político, e com a exacerbação das crises e contradições no seio da aliança da FPN, os setores dominantes do partido passam a aspirar o controle do aparelho de Estado junto com os militares dirigentes.

Conclusão: estamos diante de uma situação em que cada partido divergia da forma e conteúdo do sistema político a ser estabelecido; eles concorrem acirradamente pela representação do grande capital estrangeiro e, ao tentarem impor seu programa, se afundam num corporativismo extremado. Nesse quadro político instável, o partido militar, que detinha o poder real, aplica o autogolpe com o apoio do partido empresarial em 1974.

Na segunda fase (1974-77), a base social de apoio da ditadura fica ainda mais desorganizada e enfraquecida devido à diluição da FPN e ao aprofundamento do processo de militarização do Estado,

o que incide no aumento da violência-repressão sobre as massas populares e setores das camadas médias. Todavia, o campesinato pobre e um núcleo da burguesia de Estado (basicamente setores dissidentes de MNR-Estenssoro e da FSB) se constituíram como classes-apoio do bloco no poder: o campesinato pobre permanecerá integralmente, na primeira fase, tutelado pelo Exército através do Pacto Militar-Camponês, porém com o massacre de camponeses propinado pelo Exército em 1974, o pacto fica abalado ao longo da segunda fase (1974-77); já a burguesia de Estado ficará dividida devido à diluição da FPN e ao autogolpe desse ano: aprofunda-se a divisão e atomização dos dois partidos (MNR e FSB), pois a maioria dos seus integrantes sai em debandada para o exílio e alguns setores passam a apoiar a ditadura banzerista.

O outro aspecto importante é a luta intensa no seio do bloco no poder entre as frações que compõem o sistema hegemônico e as frações subalternas. A burguesia agro-industrial (articulada ao capital agro-exportador e representante da grande propriedade fundiária do leste do país), que num primeiro momento (1970-71) passou a representar ideologicamente tal bloco, aspirará à conquista da hegemonia; o que se manifestará através das permanentes revoltas regionalistas comandadas por representantes dessa burguesia contra a burocracia central. Inclusive, alguns setores radicalizados (representados pela facção de direita da FSB, com o apoio de alguns militares simpatizantes do partido) organizaram levantes golpista para depor Banzer em várias ocasiões: a justificativa mais freqüente era a de que o governo ter-se-ia desviado dos objetivos iniciais (não aprofundamento da revolução nacionalista iniciada em agosto de 1971) e, sobretudo, não atendia os interesses econômicos da região de Santa Cruz. Na verdade, dois elementos importantes estavam por trás desse conflito: 1) a FSB pretendia uma fusão política com o setor militar dirigente com o fim de se converter em fração detentora do aparelho de Estado, e uma vez logrado esse objetivo, expulsaria o MNR-Estenssoro do governo; 2) essa estratégia abriria uma brecha para que a burguesia interior dessa região conquistasse a hegemonia política - a luta política e ideológica foi intensa e se expressou na ideologia da grande propriedade fundiária repetida sistematicamente: “Santa Cruz quer ser a

cabeça da nação e não a cauda de um país vizinho” (consigna regionalista de longa data). Na busca deste objetivo, a grande propriedade fundiária e a burguesia agro-industrial se empenham em aliar-se ao grande capital americano, presente na região (petróleo e gás, bancos americanos instalados na cidade de Santa Cruz), para encorajar sua luta contra a burguesia mineiro-exportadora, o que apareceu como uma luta contra a burocracia central e não como uma luta intraburguesa no seio do bloco no poder.

Em suma, o acúmulo de contradições e crises políticas em diversos níveis (bloco no poder, Exército, funcionamento do regime político) terá um impacto desestabilizador no Estado militar boliviano: este se configurará como um Estado militar-de-crise e eivado de instabilidade política permanente. Mais especificamente, a confluência dos processos de militarização e desestabilização aparece de forma explosiva ao longo das duas primeiras fases, chegando a seu ápice em 1974, 1976 e na última fase do processo político (primeiro semestre de 1978): exacerbam-se as crises do Exército, a luta e resistência das massas contra o governo se intensifica, ao mesmo tempo em que setores das camadas médias e setores da burguesia passam à franca oposição: a ditadura perde praticamente quase toda sua base social de apoio (crise de legitimidade), se vê obrigada a convocar eleições nacionais e entra em colapso.

Finalmente, três aspectos importantes do processo de militarização/destabilização devem também ser salientados: 1) a redefinição da hegemonia em 1971 repercute no aparelho de Estado, provoca uma reorganização deste e redefine a relação do bloco no poder com as classes dominadas. Instaura-se o Estado militar e um sistema político autoritário com vistas a liquidar politicamente o movimento operário: suspende-se os direitos políticos dos sindicatos e da esquerda partidária, se reprime ferozmente seus dirigentes e se mantém fechado o parlamento; 2) o sistema político se define como desmobilizador, que exclui as classes populares, mas não consegue liquidar politicamente (e por completo) o movimento operário dinamizado pelas bases sindicais; 3) igualmente, o Estado militar se define como implementador de uma política de desenvolvimento e de desnacionalização da

economia boliviana em benefício de um “capitalismo privado”, política essa que acelera o processo de transferência de capital público ao setor privado, calcada pela prática de maximização dos lucros imediatos no menor tempo possível.

Chegamos assim a nosso último ponto deste capítulo: a apresentação sintética das principais crises políticas que vigoraram no período em foco.

1.5 Principais crises políticas e fontes de instabilidade política no período 1971-78

Passemos a identificar as principais crises políticas e fontes de instabilidade que serão analisados ao longo do trabalho. A principal crise política que se agrava no subperíodo de 1969-71: a crise de hegemonia. No golpe de agosto de 1971 se soluciona “à quente” esta crise seguida de um reorganização das relações de forças no seio desse bloco, o que se traduz na instauração de uma nova forma de Estado e novo regime político – o Estado ditatorial-militar.

O contexto de agravamento da crise de hegemonia entre 1969 e 1971 revela um bloco no poder desorganizado, com uma acentuada fragmentação como produto da crise de unificação das classes dominantes. A unificação destas só foi possível devido, de uma lado, à ascensão radical do movimento operário que culmina com a instauração da Assembléia Popular (maio de 1971), e de outro, à intervenção do aparelho de Estado que viabilizou, através do Exército, a sua unificação e reorganização. Depois da sua relativa unificação por meio do aparelho militar no golpe de 1964, as classes dominantes voltam a se dividir em 1969 devido à condensação de contradições e crises políticas: as crises cumulativas do Exército (de ideológica, de unificação da instituição castrense, indicativa da crise de sucessão nos altos comandos militares); crise de sucessão governamental; crise política provocada pela ação da guerrilha comandada pelo *Che* Guevara (que repercute no massacre de trabalhadores mineiros em 1967), pela nova ação da guerrilha boliviana (uma facção remanente do ELN que se insurge nas selvas de Teoponte) em 1970, e pela ascensão

política radicalizada do movimento operário e das massas populares (golpe de Ovando, seguido do golpe de Torres e logo a instauração da Assembléia Popular em maio de 1971).

Tais crises acabaram agravando a principal crise política: a crise de hegemonia. Uma das principais causas do agravamento dessa crise foi a perda da hegemonia política em 1969, que fora conquistada pela burguesia imperialista, apoiada pela nova burguesia mineiro-exportadora. A expressão mais patente desse fenômeno se revelou na perda do controle do aparelho de Estado pela facção de direita e pro-imperialista da instituição castrense comandada por Barrientos, que morre em 1969. A pequena e media burguesia nacionalistas (representadas por um setor das categorias sociais de Estado – militares, burocracia estatal, “intelectuais” nacionalistas etc.), comandadas inicialmente pelo setor nacionalista-reformista do Exército (Ovando, logo por Torres), passam a controlar o aparelho estatal. Os dois governos militares reformistas (1969-71) se empenham na recuperação da “soberania nacional”, cuja expressão material se traduz num conjunto de medidas com vistas a fortalecer a intervenção do Estado na economia e colocar limites à intervenção do capital estrangeiro: a nacionalização de duas subsidiárias de poderosas companhias americanas *Gulf Oil Company* e a MMC (*Matilde Mines Corp.* da USSC - *Unites States Steel Co.*) que operavam com ilimitados privilégios no país; revogação do Código do Petróleo de 1956 e do Código Mineiro de 1965 (praticamente formulados pelos representantes do capital estrangeiro); recuperação do monopólio de produção e comercialização dos produtos energéticos e mineiros pelo Estado; novas regras de investimentos para o capital estrangeiro; e entrega obrigatória ao Banco Central de 100% das divisas do setor exportador. Deparamo-nos, assim, com um bloco no poder altamente movediço, assolado, pela instabilidade hegemônica, indicador relevante de uma das principais fontes de instabilidade política na conjuntura política indicada.

Esse conjunto de crises político acaba repercutindo na desorganização do bloco dominante, tendo um efeito político incisivo no agravamento da crise de organização e representação partidária burguesa. Detectamos uma luta interna no seio desse bloco pautados por três fatores importantes: 1) a

instabilidade hegemônica como efeito da crise de hegemonia: as frações de classe que preponderam na economia não conseguem definir a política econômica de acordo com seus interesses econômicos restritos; 2) uma luta intraclasse dominante que se manifesta no rompimento dos laços de representação dos principais órgãos corporativos de interesses econômicos burgueses: em 1969 a ANMM (*Asociación Nacional de Mineros Medianos*) rompe com a CEPB devido à discordância com a postura política “oscilante” desta em relação a seu caráter submisso diante o reforço do papel do Estado na direção da economia boliviana e, principalmente em relação ao governo Ovando – é plausível sustentar que a nova burguesia mineiro-exportadora passou a aspirar à conquista da hegemonia política, sendo encorajada pela associação com o capital de origem americano e, sobretudo, pela aliança política entre ambas frações de classe reforçada ao longo da conjuntura de 1971 (a ANMM volta a se filiar à CEPB em janeiro daquele ano, e o reforço de tal aliança se expressou no golpe falido encabeçado por Banzer nesse mês); 3) o rompimento das classes dominantes com seus laços de representação político-partidária, afundando assim a situação de fragmentação e divisão do bloco no poder – isso se manifesta na incapacidade dos partidos políticos tradicionais de organizar e representar as principais frações da burguesia boliviana na conjuntura política de 1968-71; tampouco os partidos pequeno-burgueses conseguem esse objetivo, mesmo que estes tenham se empenhado em sustentar e dar estabilidade política ao regime militar entre 1964 e 1969, com base na aliança política partidária ou frente barrientista.

Em suma, essa condensação de crises políticas - cuja cadeia de causalidade foi, a nosso ver, comandada tanto pela crise de hegemonia, sobredeterminada pela crise final do populismo boliviano (nacionalismo revolucionário), bem como da radicalização do movimento operário. Assiste-se, assim, a uma deflagração acentuada da luta de classes na conjuntura de 1971 seguida de uma solução crise de hegemonia no golpe de agosto desse ano. Veremos que o Estado militar tentará atenuar e controlar a luta de classes ao longo do período 71-78, cuja repercussão redundará em expressões significativas de instabilidade política e a emergência de um tipo de crise de hegemonia.

Identifiquemos os principais aspectos das três crises fundamentais que provocaram o agravamento das outras crises e desencadearam os principais fatores potenciais de instabilidade política no período em foco.

A primeira diz respeito à crise de acumulação de capital. Esta se manifestou através de uma luta acirrada entre as classes dominantes pela corrida da maximização dos lucros imediatos. Mais especificamente, ela se patenteou numa peculiar prática de acumulação que repercutiu incisivamente na esfera política e se converteu em uma das principais fontes de instabilidade política sob o Estado militar do período. Trata-se de uma crise importante que não foi suficientemente analisada e que provavelmente – e a nossa tarefa consistirá em verificar se efetivamente isso ocorreu – converteu-se numa das principais fontes desestabilizadoras do Estado militar. A nossa análise detectou que ela se manifestou de diversas formas: 1) como expressão do “egoísmo de fração” no seio do bloco no poder; 2) como acréscimo da intervenção das frações monopolistas do capital americano na Bolívia durante a década de 70; 3) como conflito entre setores da burguesia estatal e a burocracia do Estado pela luta de “alocação” dos recursos oriundos do orçamento público; 4) e sobretudo como uma forma peculiar de acumulação de capital, que se patenteou no processo de desnacionalização da economia boliviana, pautada pela transferência de capital público ao setor privado – este tipo de acumulação adotou a forma de uma política de Estado a longo prazo.

A condensação das crises internas da instituição castrense, que aparecem inter-relacionadas e dinamizadas pela função de partido político da burguesia boliviana exercida pelo Exército, é o segundo conjunto de crises que devem ser salientadas – outro conjunto de fatores potenciais de instabilidade política. Mais especificamente, a crise de unidade institucional e a crise de sucessão governamental aparecem como as dinamizadoras do desencadeamento das demais crises internas da instituição castrense, as quais se sintetizaram na tradicional figura do *golpe de Estado*. Neste contexto, tanto o regime político como o sistema político estabelecidos se caracterizaram pelo seu funcionamento altamente instável, o que incidiu no aprofundamento do processo de militarização

horizontal e vertical do aparelho de Estado. Entretanto, ao tentar atenuar o impacto desse processo político instável, o Estado militar se empenhou na busca de estabilidade política e de uma base social de apoio, mas seu sucesso foi efêmero e contraditório: acabou aprofundando e acelerando o processo de reprodução de instabilidade política ao longo do período, processo político que é qualificado por nós como um processo de militarização/desestabilização do Estado militar boliviano.

A terceira crise diz respeito à hegemonia vacilante. Trata-se de uma crise que se relaciona com o processo de intervenção/participação do grande capital financeiro americano na Bolívia, e cuja principal expressão pode-se sintetizar em dois aspectos cruciais: a) na prática de extração de matérias-primas baratas e de sobrelucros rápidos; b) na pressão constante sobre o Estado boliviano para acelerar o processo de desnacionalização da economia do país. O efeito econômico imediato desse tipo de intervenção se patenteou no colapso da economia boliviana: nesta situação, o comportamento desse grande capital (bem como o do capital bancário) não pode ser outro que o de hesitação (estabeleceu uma relação contingente com o país) – isto é, é incapaz de estabelecer uma dominação política e ideológica duradoura numa sociedade ainda não penetrada completamente pelo capitalismo (no final de 1977 assiste-se ao começo do processo de desintegração do sistema hegemônico e à volta da crise de hegemonia no seu sentido estrito, desta vez mais aguçada). Numa palavra, a intervenção sistemática do grande capital financeiro americano e a emergência dessa particular crise tiveram efeitos devastadores – que aprofundou o grau de instabilidade política - no seio do bloco no poder na medida em que provocou, de um lado, lutas intensas entre as frações subalternas pela associação com esse capital, e de outro, luta entre estas e a burocracia estatal. Estas lutas e conflitos provocaram um impacto político devastador no Exército. Assim, podemos qualificar novamente o funcionamento do Estado militar como um Estado desnacionalizador/desestabilizador, aprofundando o grau de atraso da economia boliviana.

Outra crise que deve ser salientada é a crise de organização e representação partidária burguesa. Esta crise reflete o grau de unificação/fragmentação das classes dominantes que compõem

o bloco no poder e incide no caráter da hegemonia política de classe. Mesmo que o aparelho de Estado, sob o comando do Exército, tenha unificado o bloco no poder e organizado a hegemonia política da fração preponderante, permanece essa particular crise na fase 1971-74. Ela se manifesta no funcionamento da coalizão político-partidária que aplicou o golpe de agosto de 71 e sustentou politicamente – mesmo que precariamente - o regime militar nessa fase do processo político. Trata-se de uma coalizão heterogênea composta pelo MNR-Estenssoro, a FSB, a CEPB e a facção nacionalista-militarista conservadora, sacramentada na aliança política denominada FPN. A crise acaba se agravando com o funcionamento do sistema político: de um lado, as forças político-partidárias (MNR e FSB) exigem, como condição necessária da manutenção da aliança política, tanto a concorrência eleitoral (abertura democrática) restrita aos partidos aliados como a limitação da militarização do aparelho de Estado; de outro, os empresários e os militares dirigentes, que controlam o aparelho estatal, bloqueiam a abertura democrática e, afinal, aprofundam o processo de militarização horizontal e vertical do aparelho estatal, processo que culmina com o autogolpe de Banzer de novembro de 1974 e a diluição da aliança política (e por conseguinte a expulsão e exílio do líder do MNR: Estenssoro). Assim, esta crise política converte-se, na fase indicada, em outra das principais fontes de instabilidade política.

Na fase 1974-77 assistimos a uma situação de conspirativa-limite, em que as facções e os setores militares opositores, descontentes com a forma de funcionamento do regime e com os excessos cometidos pelo setor dirigente, intensificam suas tentativas de derrubar o governo através do golpe de Estado. Já na fase dezembro de 1977-julho de 1978, assistimos a uma nova configuração da condensação das crises políticas, e a crise de representação reaparece com maior força: tanto os partidos burgueses tradicionais como os partidos pequeno-burgueses se afundam numa descomunal fragmentação e crise política e não conseguem representar as frações burguesas dominantes – efeito pertinente da volta da crise de hegemonia, sobredeterminada pela descomunal crise da instituição castrense.

Finalmente, detectamos outras duas crises importantes – intimamente relacionadas - que devem ser mencionadas: a crise de legitimidade, patenteada na crise da ideologia dominante (o nacionalismo “revolucionário” burguês e suas variantes conservadoras),⁴² e a crise política desencadeada pela permanente pressão e resistência dinamizada pelo movimento operário contra a ditadura militar. E o caráter essencial dessa crise se deve ao fato de o Estado militar boliviano ser incapaz de desmobilizar/desorganizar (ou desorganizar/reorganizar) completamente às massas populares altamente politizadas devido à atuação marcante do movimento operário.

Uma manifestação peculiar da confluência dessas duas crises se revelou na incapacidade do Estado militar (e por extensão, do bloco no poder, em processo de franca desorganização na conjuntura 1977-78) de desorganizar/reprimir pela pura violência o movimento operário e camponês e, por conseguinte, liquidá-lo politicamente. O impacto destas duas crises manifestar-se-á de forma diversa no conjunto das classes dominadas. Inclusive repercutirá “positivamente” na “oposição burguesa” contra o regime militar, registrada a partir de 1976 – isto é, detectamos um fenômeno análogo ao processo de concessões limitadas oferecidas pelo regime militar do período às massas populares: nesta situação, na mínima abertura política, estas aproveitam-na e se engolfam no

⁴² Um trabalho importante sobre a problemática da ideologia e sua relação com o poder político e a legitimidade oferece Therborn (1995). Sua virtude reside, a nosso ver, na tentativa de propor um conceito ampliado de ideologia influenciado pelo marxismo, principalmente a consideração do duplo caráter da ideologia: dialético e como processo social. Amplia o universo das interpelações ideológicas e sugere uma tipologia dos “mechanisms of subjection by their effect of ideological domination”. A despeito do avanço das propostas do autor em vários aspectos e de alguns problemas relativos às proposições gerais feita ao longo do trabalho (que não os indicaremos), permanece uma pergunta intrigante que qualquer analista político crítico poderia formular: como se assegura a hegemonia política, a legitimidade e o consentimento no Estado burguês? A resposta de Therborn não parece ser satisfatória devido a seu conceito demasiado elástico de ideologia. A análise da relação entre poder político, principalmente a hegemonia política, e o poder da ideologia transformadora também nos pareceu insuficiente. Trata-se do antigo problema, complexo por certo, mas que não aparece no trabalho do autor, colocados por Marx (*O 18 Brumário*) e Engels sobre a relação, de um lado, entre agente/sujeito (na dupla acepção colocada por Althusser) e as estruturas sociais, nomeadamente a estrutura jurídico-política (Estado); e de outro, entre a ação organizada ou consciente – no processo político - e o resultado final dessa ação, que na maioria dos casos tal resultado escapa ao controle dos agentes ou forças sociais (Engels, 1975:413-14). Como, então, se processam as transformações das sociedades humanas (incluindo, aí, a intervenção da ideologia), tanto as de longo alcance quanto as de curto prazo, e quais as leis que as determinam? Entretanto, podemos utilizar alguns aspectos importantes do trabalho do autor, como por exemplo: 1) as “contra-reivindicações organizadas das legitimidades e os efeitos que produzem sobre a lealdade e a eficácia dos aparelhos de Estado quando são postos a prova”; 2) a “desorganização da legitimidade”, enquanto afeição dos aparelhos de dominação, diferentemente da tradicional “perda” da legitimidade, relacionada com “as idéias dos dominados” (1995:85-86). Esses elementos são semelhantes à problemática da ideologia no âmbito da relação classes dominantes-classes dominadas proposto por Bourdieu: a “*referência de oposição*” – conceito utilizado por Poulantzas (1986:218). Por outro lado, em consonância com a linha teórica adotada neste trabalho, também utilizaremos, através de uma leitura pessoal, os conceitos de ideologia e legitimidade propostos Bourdieu e Poulantzas (embora este não tenha dado um tratamento sistemático a essas duas

movimento na luta contra o regime: no caso da “oposição burguesa”, esta se engolfou no movimento das massas populares contra a ditadura banzerista. No quarto capítulo veremos que o impacto desta dupla crise contribuiu no acréscimo da instabilidade política e acelerou o colapso da ditadura em 1977-78.

Visto isso, o nosso próximo passo será caracterizar a formação social boliviana e os principais indicadores socioeconômicos, bem como fornecer uma análise das principais classes dominantes e frações de classe dominante envolvidas no processo de acumulação de capital e no processo de dominação das classes exploradas. Numa palavra, tentaremos fornecer uma caracterização dos traços essenciais da formação social capitalista periférica boliviana que nos permita desvendar as condições sócio-históricas de reprodução das crises e contradições gerais e sua relação com a instabilidade política no período.

problemáticas) e reformulados nos diversos trabalhos de Saes no quadro teórico do conceito de Estado burguês, já definido neste capítulo (os outros conceitos serão definidos no seu devido momento).

CAPÍTULO DOIS

A FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA PERIFÉRICA

BOLIVIANA NOS ANOS 70

Neste capítulo tentaremos desvendar o caráter da formação social boliviana. Mais especificamente, decifrar se ela efetivamente é constitutivamente instável, violenta (pretoriana de massa), abigarrada (= invertebrada) e caótica, conforme sustentam vários autores. Vale dizer, qualquer qualificação dessa formação social somente poderia resultar de uma análise crítica de seus traços essenciais quer vigoraram no período, afastando assim uma caracterização baseada em fatores transhistóricos. Tal análise é complementada com um exame da situação socioeconômica pela qual atravessava o país. Logo, fazemos uma caracterização pormenorizada das principais classes dominantes e frações de classe dominante que participaram no processo de acumulação de capital na Bolívia, dando ênfase ao caráter de intervenção/participação do grande capital americano no país. Assim, o objetivo fundamental deste capítulo é o de fornecer os principais aspectos do contexto sócio-histórico do período com o fim de identificar – grosso modo - os principais fatores e fontes relevantes de instabilidade política.

2.1 Principais traços da formação social capitalista periférica boliviana nos anos 70

Começamos pela análise dos traços essenciais da formação social capitalista boliviana do período com o fim de identificar, grosso modo, os principais fatores de instabilidade socioeconômicos que tenderam a provocar instabilidade na esfera política.

A nossa análise parte da crítica preliminar da caracterização da formação social boliviana como *abigarrada* (= invertebrada). Ela tornou-se “lugar comum” na literatura sociológica e na ciência política na Bolívia a partir dos anos 70 e cujo principal representante é Zavaleta.¹ No nível conceitual, não encontramos um significado definido ou unívoco de formação social abigarrada nas obras do autor. Contudo, a nossa análise detectou a predominância de um duplo significado: 1) uma estrutura social heterogênea e desarticulada, que reflete uma fraca combinação de diversos modos de produção: pré-capitalistas (“indígena”, colonial, feudal), modo de produção capitalista, com ligeiro predomínio deste sobre aqueles; 2) um “Estado abigarrado”, simultaneamente fraco, em relação à soberania e à unificação nacional, e forte (= autoritário e violento) em relação à sociedade civil (= fraca e asfixiada pelo Estado) devido a dois fatores importantes: a instrumentalização direta do Estado pelas classes dominantes e ao caráter hipertrofiado do aparelho estatal.

Ora, não há dúvida de que, de um lado, a formação social capitalista periférica boliviana seja heterogênea e com diversidade social acentuada, e de outro, reflete de forma patente o caráter do desenvolvimento desigual do capitalismo no atual estágio pelo qual ela atravessa. Todavia, a questão nacional está atrelada a esse caráter marcante nessa formação social, pois é evidente que ela não está ainda resolvida (Zavaleta, 1990b). Contudo, não se pode, como o faz o autor, cair num tratamento analítico a partir de uma concepção idealista desse tema e ao esperar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista seja “homogêneo” no espaço nacional. E inclusive, reforçar a reivindicação ideológica nacionalista burguesa, que aparece no discurso do nacionalismo revolucionário e sob a

¹ Devido ao peso característico do Estado (= forte, que asfixia a sociedade civil), tanto a sociedade quanto a formação social boliviana são caracterizadas indistintamente por Zavaleta como *abigarradas* (adjetivo que significa em espanhol cores mal combinadas, heterogêneo, confuso), *gelatinosa* e *ossificada* (Ver Zavaleta, 1983:17-19; 1990:194-95). A nosso ver, trata-se de termos descritivos (“sociedade abigarrada” e “formação social abigarrada”) e não conceitos, pois Zavaleta em momento nenhum os define rigorosamente em todos seus trabalhos. Embora detecte uma certa ambigüidade na terminologia, Antezana J. (1991; ver item “La formación social abigarrada y democracia como autodeterminación”) os considera como “conceitos sinônimos” e que fariam parte dum quadro teórico definido em Zavaleta. O que é discutível, devido à tendência um tanto dispersa e obscura da análise dos diversos temas e conceitos abordados pelo autor na maioria das suas obras. Um exemplo: é difícil encontrar um conceito unívoco de Estado geral ou de Estado burguês na maioria de seus trabalhos, o que diminui a potencialidade de sua análise em relação ao caso boliviano (uma crítica a esse conceito foi feita por nós em “O Estado-de-golpe: uma análise do Estado boliviano sob o período de maior crise e instabilidade política (1978-1982)”, dissertação de Mestrado em Ciência Política, IFCH-Unicamp, 1998; ver capítulo um, item “René Zavaleta e o conceito de Estado atrasado”).

questão da “autonomia das regiões”, reivindicada pelas chamadas “oligarquias regionais” contra o “centralismo burocrático” na Bolívia.

Segue-se disso que a caracterização da formação social boliviana feita por Zavaleta é altamente problemática. Essa interpretação, em voga nos anos 60 e 70, não somente foi aplicada ao caso boliviano, mas também aos países da América Latina e, por extensão, aos países do denominado “Terceiro Mundo”. E o argumento principal é o de que qualquer análise dos países abigarrados que se baseie numa teoria geral ou de médio alcance não explicaria o objeto de estudo ou acabaria deturpando-o.² Embora reconheça e detecte a problemática da unidade do objeto, Donghi (1972:7) questiona e relativiza tal abordagem: “o extremo *abigarramiento* das realidades latino-americanas tende a ser a primeira coisa que descobre o observador estranho; talvez com cautela recomendável, Lucien Febvre intitulava o volume que os *Annales* dedicaram ao subcontinente *A travers les Amériques latines*. [...] Eis aqui uma solução que tem, sobretudo o *encanto da facilidade*: são muitos os manuais que a preferem, e alinham diligentemente uma vintena de histórias paralelas” (grifo nosso).

A nossa crítica não se restringe à observação de Donghi: ela avança em dois aspectos importantes. Primeiro, tal caracterização parte do suposto de que toda formação social pré-capitalista seria heterogênea e mais complexa que as formações sociais capitalistas, e cuja unidade ou totalidade se apresenta de uma forma anômica e caótica, mais difícil de analisar cientificamente. Em contraste, a formação social capitalista dos países centrais é considerada homogênea e racional devido à

² Pensamos que essa interpretação sofreu, pelo menos, quatro tipos de influências: 1) as caracterizações genéricas feitas por Kautsky em 1907-8 sobre o assunto. Lenin retoma a caracterização feita por este autor (“los Estados de composición abigarrada en el sentido nacional”) e faz suas devidas retificações. A sua intervenção se insere no contexto do debate polêmico em *Sobre la cuestión nacional* (1973), no qual faz uma crítica contundente às concepções de R. Luxemburgo que, conforme Lenin, não apenas são obscuras mas se desviam do essencial. Para Kautsky tais Estados são “siempre Estados cuya estructuración interna, por muy diversas razones, ha quedado en situación anormal o no se há desarrollado suficientemente” (atrasada)” (Lenin, p. 19); e a sua conclusão lapidar é esta – e isto é o fundamental: “De sujo se entiende que Kautsky habla de anormalidad *exclusivamente* en el sentido de no corresponder a lo más adecuado a las exigencias del capitalismo en desarrollo” (Idem., grifo nosso) – retomaremos o sentido deste debate mais à frente; 2) as caracterizações gramscianas igualmente genéricas sobre as sociedades da periferia européia do início do século XX, como a da Rússia czarista (Estado forte, sociedade civil gelatinosa); 2) as concepções epistemológicas oriundas da teoria weberiana de ciência social – isto é, a realidade é sempre complexa e nunca poderia ser apreendida totalmente etc.; e 3) as concepções da secular herança índio-ibérico-católica na formação social boliviana.

universalização das relações de produção capitalistas.³ Uma implicação política séria que decorre dessa caracterização é a questão da configuração do poder político e do Estado boliviano, mais especificamente a efetivação da hegemonia política: no raciocínio de Zavaleta, o Estado, na Bolívia, não teria a capacidade de unificar a formação social (nem o atrasado mercado capitalista, tal como ele foi instaurado e como funciona, consegue realizar essa unificação, pois seria o reflexo do caráter abigarrado do Estado), portanto, a hegemonia política de qualquer fração de classe dominante seria impossível de se concretizar. Nesse contexto, a instabilidade política seria permanente.

Vale dizer, numa formação social como essa, os mercados são regionais e locais, não tendo nenhuma comunicação entre eles; as classes dominantes não passam de um “feixe de senhores regionais”; assim, nunca teria existido o capital monopolista na Bolívia – relembremos que Zavaleta (1980) está se referindo à Bolívia dos anos 70. Esta tese vai de encontro, de um lado, com as suas próprias teses sobre o caráter da hegemonia política na Bolívia já apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, e de outro, com a tese da direta instrumentalização do Estado pelas classes dominantes - outra característica do Estado abigarrado (1987a).

Fica, assim, difícil de identificar uma posição definida sobre o caráter da configuração do poder político e da hegemonia política em Zavaleta.⁴

³ Trata-se de uma sociedade de “duvidosa quantificação”, isto é, haveria uma impossibilidade lógica de aplicação de teorias gerais (do Estado ou sociológicas de longo alcance) à realidade boliviana dada a natureza *invertida* da sua formação social. Esta característica impediria qualquer tentativa de dar unidade àquilo que seria disperso através de uma simples fórmula: “o método geral resulta no mínimo numa possibilidade tão remota como a de uma teoria geral do Estado. Cada sociedade deve reconhecer o método que a ela pode se referir ou ser pertinente. [...] O conhecimento crítico, pela forma aglutinada de índole heterogênea nesse *pathos*, é próprio de sociedades de duvidosa quantificação como a da Bolívia” (Zavaleta, 1986:21, nota 1). E referindo-se à justificação da sua metodologia expositiva, acrescenta: “em defesa do método deve-se dizer que nenhuma ciência social é possível de outra maneira num país com as características da Bolívia” (1986:9). É curioso que Evers (1985) chega às mesmas conclusões que Zavaleta: a formação social e o Estado na periferia capitalista somente seriam passíveis de serem analisadas cientificamente através duma descrição empírica dos “determinantes negativos comuns” ou da elaboração dum “catálogo de insuficiências funcionais”.

⁴ Conforme sustentamos no primeiro capítulo deste trabalho, as teses de Zavaleta foram sumariamente endossadas por seus seguidores e por uma nova geração de sociólogos e cientistas políticos na Bolívia sem perceberem as contradições constantes inscritas na maioria das obras do autor. Entre os últimos, ver Rivas (1989) e F. Garcia (1993).

Segundo, tal caracterização se fundamenta numa concepção idealista de formação social ao conferir um conteúdo irracional e anômico tanto às formações sociais pré-capitalistas como às das formações sociais da periferia do capitalismo, o que não se verifica histórica e teoricamente. Trata-se, portanto, de uma caracterização que se restringe a descrever situações diversas e não explica por que toda formação pré-capitalista (escravista, feudal, asiática) é irracional e por que somente a formação social capitalista seria racional. Na sua análise sobre a formação social capitalista americana, dominada pelo capitalismo monopolista, Baran & Sweezy (1978:17-18) partem de um suposto contrário ao de Zavaleta – isto é, as sociedades capitalistas seriam muito mais complexas do que, por exemplo, a sociedade feudal, o que se verificaria pela análise comparativa dos mecanismos de extração de excedente nos dois tipos de sociedades.

Terceiro, tal caracterização parte de um outro suposto, igualmente discutível: o de que a *persistência* (atenuada ou não) de relações de produção pré-capitalistas na formação social boliviana pós-1952 - especificamente as relações de produção servis no campo e que têm incidências significativas no plano político - , seria um *fenômeno anormal* que obstruiria a passagem *direta* ao capitalismo, constituindo-se, assim, na causa fundamental do atraso e da dependência do país. Sublinhamos essas palavras para salientar que tais problemáticas não são devidamente trabalhadas em Zavaleta (seu tratamento teórico é um tanto obscuro em relação a esses temas),⁵ preferindo o autor recorrer a esse tipo de caracterização.

⁵ A troca do conceito de “formação econômico-social” de Sereni feita por Zavaleta (ver Luporini & Sereni, 1973:59, 69 e Zavaleta, 1986:107) pelo termo “formação social *abigarrada*” para ser aplicado ao caso boliviano não altera nem reconstrói o conteúdo daquele conceito, como quer Antezana J. (1991:124-28).

Vale dizer, o autor tende a considerar a transição histórica de uma formação social a outra de forma “pura”: uma passagem direta e linear (cronológica) dos modos de produção pré-capitalistas ao modo de produção capitalista. Daí a anormalidade de uma situação que não se processa de acordo com esse tipo de transição ao capitalismo. Assim, as formações sociais abigarradas, como a boliviana, marcadas pelas relações de produção pré-capitalistas, pelo crônico estancamento das forças produtivas, bem como pelo papel enviesado do Estado, seriam irracionais, anômicas e politicamente instáveis por natureza.⁶

Em suma, a caracterização da formação social boliviana formulada por Zavaleta acaba deslizando para uma interpretação transhistórica dos seus traços essenciais. A nossa análise não deve apenas identificar os erros teóricos presentes nessa caracterização, bastante difundida nos círculos acadêmicos bolivianos, mas tentar fazer uma crítica teórica consistente a esse tipo de interpretação.⁷

⁶ Ver Zavaleta (1986 e 1987). São várias as implicações políticas dessa caracterização. Mencionemos apenas algumas: 1) a instabilidade política aparece como um caráter essencial da sociedade boliviana; 2) predomínio das classes pré-capitalistas, como as “castas senhoriais” (casta dos encomenderos), que são incapazes de construir o Estado moderno boliviano, mas sempre acabam recuperando o poder: “A burguesia mesma jamais se despojará do mito pré-capitalista: será sempre hispanizante [ibérica], anti-indígena, católica e endogâmica” (Zavaleta, 1980:92); 3) não existiriam classes sociais, porém massas populares “organizadas” (confusão entre proletariado mineiro e massas), caracterizadas por suas ações difusas e espontâneas; 4) a heterogeneidade estrutural impede a unidade do Estado, das “classes dominantes”, bem como o funcionamento efetivo democracia representativa (“a democracia representativa, para ser efetiva, requer de um grau de homogeneidade que a Bolívia não tem”, 1986:20). Por essa via Zavaleta chega às mesmas conclusões, de cunho transhistóricos, sobre o caráter da sociedade boliviana, constantes em autores como Alexander (1958), Huntington (1975), Malloy (1989), Mitchel (1977) e Lavaud (1991): trata-se de uma sociedade essencialmente anômica, com altos níveis de politização e autoritarismo, viabilizados pelo clientelismo/prebendalismo/corporativismo, cujas causas fundamentais estariam na herança índio-ibérico-católica. Estas concepções são semelhantes às defendidas pelo autor conservador-elitista boliviano, Mansilla (1991), quem sintetiza o suposto caráter deformado e abigarrado da sociedade boliviana: “o autoritarismo contemporâneo provém de três raízes: a herança pré-colombiana, a tradição ibero-católica e a recepção meramente instrumentalista da civilização industrial moderna (p.26)”. “Elementos fundamentais desta herança ibérica são a tendência ao centralismo, a ascendência ao burocratismo e a reputação positiva ao estatismo (p.28)”; “A propensão ao irracionalismo é também parte da herança ibero-católica” (p.34).

⁷ Esclareça-se que o conceito marxista de *formação social* está relacionado ao de *modo de produção*. Para definir este último, nos apoiamos na linha teórica traçada por Althusser (1986), Balibar (1988), Poulantzas (1986) e Saes (1985). Contudo, por razões de síntese e de maior precisão teórica desse conceito, preferimos utilizar o de Saes, quem entende que modo de produção (conforme Poulantzas, um objeto abstrato-formal) “não é um todo complexo com dominância, em última instância do econômico (ou *determinação* em última instância); consiste a rigor, na articulação entre estrutura jurídico-política (encarados o direito e o aparelho repressivo de Estado em sua unidade [...]) e as relações de produção/forças produtivas, uma *certa* estrutura jurídico-política criando as condições (tão-somente ideológico-políticas ou também econômicas, conforme o tipo de Estado) para a *reprodução* de *certas* relações de produção e das forças produtivas que lhe correspondem” (Saes, 1985:58; grifo do autor). Por outro lado, o conceito de formação social (objeto real, concreto, singular, na acepção de Poulantzas) “consiste na concretização, em lugar e tempo histórico determinados, de apenas um modo de produção (possibilidade teórica dificilmente concretizada) ou de vários (mais de um) modos de produção simultaneamente, tais modo de produção se articulando, nesse caso, numa relação de dominação/subordinação”. E esta idéia de hierarquização “pode se converter no princípio teórico fundamental para a análise das formações sociais, desde que ela se aplique à coexistência de modos de produção (articulação entre estrutura jurídico-política e relações de produção/forças produtivas) e não, tão-somente, de diferentes relações de produção” (Idem.:58-59). Podemos, assim, concluir que esses seriam os aspectos fundamentais que caracterizariam o conceito marxista, na linha teórica definida, de formação social. Relembremos mais dois aspectos essenciais que fazem parte desse conceito: o desenvolvimento contraditório

Pensamos que a resposta ao conjunto de problemas supramencionados exige o esclarecimento prévio de três aspectos teóricos importantes sobre a transição histórica das formações sociais pré-capitalistas ao capitalismo. O primeiro aspecto refere-se ao caráter da transição apontado por Marx inicialmente nas *Formen*:⁸ 1) não existe passagem direta de um modo de produção a outro, ora do escravismo para o capitalismo, ora do feudalismo para o capitalismo; 2) na transição ao capitalismo se interpõem relações de produção pré-capitalistas, relações de produção servis. Seguindo Marx, Hobsbawm sustenta que, no caso da passagem do modo de produção escravista para o feudal, “a queda do modo antigo está implícito, por conseguinte, em seu caráter socioeconômico. Não parece haver nenhuma razão lógica pela qual deva conduzir *inevitavelmente* ao feudalismo, como diferente de outras ‘novas formas, combinações de trabalho’ que possibilitariam uma produtividade mais alta. Por outra lado, fica excluída a transição direta do modo antigo para o capitalismo” (Hobsbawm 1971:29; grifo do autor). Nas suas análises, Marx detectou que no processo de transição ao capitalismo se conservam ainda, ou não são completamente dissolvidas, as “relaciones pessoais de dependência, carência de liberdade pessoal, no grau que seja, e agrilhoamento à terra como acessório dela, servidão, no sentido estrito da palavra” (*El capital*, III, apud Hobsbawm 1971:30; grifo nosso). Isso significa que o surgimento do trabalhador assalariado e comprador de seus meios de subsistência pressupõe a existência previa de relações de produção servis - numa formação em que são dominantes tais relações de produção, o camponês dependente tem a possibilidade de acumular algum lucro devido ao desenvolvimento da agricultura de alimentos e da produção artesanal⁹ - como fase necessária à generalização das relações de produção capitalistas.

pautado por um processo de dissolução/conservação das antigas formas e modos de produção pelo modo de produção dominante; e a lei de desenvolvimento desigual das formações sociais - aspectos constitutivos do conceito que aparece nas obras de maturidade de Marx.

⁸ Sabemos que na Bolívia nunca foi implantado o modo de produção feudal, embora no debate travado entre marxistas e nacionalistas nos anos 40 esse tema aparece como um *fato real*. Sobre a problemática da existência de diversas formas de trabalho e modos de produção. Consultar: Assadourian et al., *Modos de producción en América Latina* (1974), ver principalmente a “Introducción” e o artigo polêmico “Sobre los modos de producción coloniales en América” de C.F.S. Cardoso.

⁹ Os princípios teóricos formulados acima por Marx e sublinhados por Hobsbawm também foram aplicados por Saes na sua análise do Estado escravista brasileiro em *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)* (1985:207-8).

Todavia, nesse processo de transição, deve-se salientar o caráter *antecipatório* do papel do direito, do político e, sobretudo do papel crucial do Estado em relação ao econômico. Este caráter foi detectado por Marx (na sua descrição sobre a “acumulação primitiva”): legislação fabril e outros aspectos da intervenção do Estado – nessa fase de instauração do capitalismo - como parte do processo de reprodução das condições ideológicas necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista (um processo marcado por uma inusitada violência).

O segundo aspecto teórico diz respeito ao conjunto de observações teóricas colocadas por Lenin sobre o caráter das formações sociais capitalistas e o Estado burguês. Os princípios teóricos formulados por Marx foram também aplicados nas diversas obras de Lenin, principalmente no seu célebre trabalho *El desarrollo del capitalismo en Rusia* (1981). Ele mostrou que na formação social russa do final do século XIX, marcada pelas relações de produção servis devido à presença majoritária do campesinato e à grande propriedade fundiária, a transição ao capitalismo no país poderia adotar dois caminhos: a via *junker* ou a via *farmer* - mais lento no caso da primeira, por conservar “ainda por muito tempo os traços da servidão”, e supostamente mais acelerado no caso da segunda. Nesses processos de transformação a conservação de traços de relações de produção pré-capitalistas nunca foi considerada como um fenômeno anômico ou irracional (Lenin, 1981:15). E tem mais, tal fenômeno é considerado como uma contradição inerente ao desenvolvimento histórico do capitalismo (1981:651 e segs.) em qualquer país central ou periférico:

Si comparamos la época precapitalista de Rusia con la capitalista [...] habrá que reconocer que el desarrollo de la economía nacional es extraordinariamente rápido con el capitalismo. Si comparamos, en cambio, la rapidez dada de desarrollo con la que sería posible atendido el nivel moderno de la técnica y de la cultura en general, habrá que reconocer que el desarrollo dado del capitalismo en Rusia es, en efecto, lento. Y no puede por menos de serlo, pues en ningún país capitalista se han salvado con tanta abundancia las instituciones del pasado, incompatibles con el capitalismo, que frenan su desarrollo y empeoran sin medida la situación de los productores, los cuales ‘*sufren tanto a causa del capitalismo como a causa del insuficiente desarrollo del capitalismo*’ [citação de Marx de *El Capital*] (Lenin, 1981:657; grifo nosso).

Tais observações são corroboradas posteriormente (entre 1912 e 1920) pelas análises do autor em *Sobre la Cuestión Nacional* (1973). Ao longo dos seus artigos Lenin se refere aos “Estados abigarrados” do leste europeu, cuja conotação do termo têm apenas os sentidos de atraso,

heterogeneidade e exceção em relação aos Estados-nações burgueses avançados, *supostamente* mais homogêneos (1973:21),¹⁰ e nunca conotando anormalidade ou anomia. E a questão fundamental reside, a nosso ver, em três fatores essenciais:

- 1) a tendência de criação de Estados nacionais na segunda fase da revolução democrático-burguesa (1871-1920) - que aparece como regra geral no surgimento histórico do capitalismo - , pressupõe a condição necessária do desenvolvimento do capitalismo na medida em que o Estado-Nação oferece as condições mais favoráveis a seu desenvolvimento; e este tem um caráter desigual, tanto no espaço nacional como no âmbito internacional devido à predominância do grande capital

¹⁰ Dissemos supostamente mais homogêneos porque esta qualidade, no argumento de Lenin, deve ser entendida em relação à acentuada heterogeneidade das formações sociais dos países do leste europeu, onde o desenvolvimento do capitalismo, que convive com relações de produção pré-capitalistas, se processa de forma desigual; mais especificamente, através de um processo simultâneo, acelerado em algumas regiões e lento em outras, dependendo de cada país, como na Rússia czarista. Mas tal generalização (homogeneidade) dos Estados burgueses da Europa ocidental aludido pelo autor deve ser entendida no contexto do debate sobre a “questão nacional”: o seu objetivo era o de sublinhar o caráter do processo da revolução democrático-burguesa em geral (não distinguindo os dois aspectos dessa revolução, conforme vimos no primeiro capítulo) na Europa Ocidental no período 1789-1871. Tal caráter esteve marcado pela luta da burguesia contra o feudalismo e o absolutismo (e sua ideologia dominante, o catolicismo), luta essa que se relacionou com o movimento nacionalista. Mesmo em se tratando dois países cujas monarquias absolutas teriam conquistado um elevado nível de unificação - a Inglaterra e a França; mais alta naquele (porém não resolveu, até hoje, o problema da Irlanda) que neste - , não se pode generalizar nem idealizar a homogeneização nessas formações sociais. O primeiro país teve um processo mais antigo, violento e acelerado do desenvolvimento capitalista, nomeadamente da indústria (Wood [2000] sustenta a tese, plausível, por certo, de que o capitalismo se originou no campo, chamando a atenção para o surgimento de um capitalismo agrário como motor das transformações capitalistas neste país, marcado por um processo de transformação igualmente violento), porém liquidando econômica e politicamente a pequena produção (artesãos, camponesinato parcelar), que somente foi possível graças à aliança de classes entre a burguesia emergente e as frações da nobreza e os *landlords*; o que se refletiu na esfera política através da instauração duma ditadura de classe estampada numa forma de Estado burguês baseada na monarquia constitucional. O segundo, tendeu a ser visto, erroneamente, como país “tipo” ou “modelo” da revolução político-burguesa, mas sua realidade histórica demonstrou uma heterogeneidade peculiar na sua formação social e uma notável instabilidade política desde seu nascimento (só um exemplo: o país teve 15 constituições, igual que a república boliviana) relacionadas, pelo menos, com os seguintes fatores: manutenção da pequena produção e do camponesinato parcelar, além do predomínio do capital comercial e do atraso do capital industrial em relação ao da Inglaterra, ditadura burguesa comandada por Napoleão e logo a ditadura bonapartista. Já os outros países europeus (Itália, Alemanha, Áustria etc.), países em transição capitalista, cujas formações sociais eram mais heterogêneas que a da França, estavam atravessando fases instáveis de unificação nacional comandadas pelas classes dominantes não-burguesas (grande propriedade fundiária, frações da nobreza apoiadas pelas categorias de Estado pertencentes a modos de produção pré-capitalistas etc.) e apoiadas pelas burguesias desses países. O próprio Lenin menciona os casos da Alemanha e Áustria, e de certa forma, o da Rússia czarista. Contudo, deve se reter o caráter fundamental do argumento de Marx e Engels segundo o qual o modo de produção capitalista tende a se internacionalizar, com uma certa homogeneização, porém contraditória (*O Manifesto Comunista*, *O Capital*); e de Lenin: tal processo de internacionalização pressupõe a tendência de criação de Estados nacionais e a predominância crescente do grande capital nos países centrais, cuja expressão se patenteia no imperialismo (Estados burgueses que submetem países pequenos e escravizam colônias). Temos, assim, historicamente diversos tipos de transição ao capitalismo (inglês, francês, a via prussiana, transição periférica), com suas contradições inerentes pautadas por um processo de dissolução/conservação dos diversos modos de produção pré-capitalistas. Luxemburgo interpretou (consciente ou inconscientemente) erroneamente as observações kautskianas sobre os Estados do leste europeu dotando-os de uma qualidade intrínseca anormal (abigarrada). O que se repete com Gramsci em relação às observações teóricas de Lenin sobre o assunto: tende a interpretar como “necessário” o caráter homogêneo dos países da Europa ocidental e, inversamente, como “anormal” o caráter abigarrado ou gelatinoso das sociedades do leste europeu (Cf. Kautsky, “Nacionalidad e internacionalidad”, *Neue Zeit*, nº 1, 1907-8; Luxemburgo, “El problema nacional y la autonomía”, *Revista Socialdemócrata*, Cracóvia, 1908-9 – os dois artigos citados por Lenin (1973); sobre Gramsci, consultar *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1976). O debate entre Luxemburgo e Lenin deve ser entendido no contexto da época. As nossas

imperialista e a exploração da burguesia nacional sobre outras nacionalidades num mesmo país – portanto, esta questão se explica pelos fatores sócio-históricos, nomeadamente por “poderosos fatores econômicos” (1973:22): “Estados nacionais homogêneos”, criação do mercado interior, a livre troca e circulação de mercadorias;

- 2) do ponto de vista do conteúdo do programa do partido socialista, seria preferível a defesa (tática) da instauração do Estado-Nação burguês que a manutenção do Estado czarista (atrasado, feudal, pré-capitalista) porque aceleraria a revolução democrático-burguesa e, por conseguinte, a revolução socialista na Rússia; num momento em que, de um lado, os Estados burgueses avançados na Europa ocidental e os Estados Unidos se tornaram imperialistas e contra-revolucionários, e de outro, nos países da periferia européia (leste) e no resto do mundo emerge a luta pela vaga nacionalista e a revolução democrático-burguesa, contra a dependência e a opressão imperialista e colonialista (denúncia do caráter de classe desse tipo de Estado). E esta problemática se relaciona com o princípio programático estratégico patenteado na questão teórica fundamental: a quebra do Estado burguês, mesmo em se tratando de um Estado burguês atrasado, o que é sustentando em *O Estado e a Revolução* - note-se que a partir de 1916 Lenin abandona o termo *Estado abrigado*, pelo menos na tradução espanhola de *Sobre la cuestión nacional*;
- 3) o tratamento teórico marxista da questão do Estado burguês atrasado (e da formação social capitalista periférica) é homólogo à da questão nacional no sentido de que pressupõe uma análise dos casos concretos, particulares e peculiares de cada formação social – isto é, exclui um tratamento analítico *absoluto* em todos os casos, ficando assim o binômio homogeneidade/heterogeneidade relativizado em qualquer formação capitalista (central e periférica).

observações sobre o assunto, via as análises críticas de Lenin, de modo nenhum devem ser entendidas como uma crítica geral ao pensamento ou conjunto dos trabalhos de Luxemburgo e Gramsci.

Em consonância com as observações teóricas supramencionadas pode-se constatar, na análise de Lenin, um processo contraditório inerente ao desenvolvimento do capitalismo que se manifesta em três níveis importantes. O primeiro diz respeito à contradição entre o que ele “chama regime estatal pré-capitalista” (Estado não-burguês) e as relações de produção/forças produtivas capitalistas nas formações sociais atrasadas, numa clara evocação de um processo complexo de transição capitalista periférica. Tal contradição se agrava principalmente numa determinada região de um país onde o desenvolvimento capitalista, que convive com relações de produção pré-capitalistas, avança de forma acelerada; e essa região tende a adotar um nacionalismo burguês e aspira a se independizar do resto do país – como no caso das regiões mais capitalistas na Rússia czarista (1973:25)¹¹. O segundo nível de contradição se dá entre as relações de produção/forças produtivas capitalistas e suas homólogas pré-capitalistas no quadro dum *Estado burguês atrasado* em transição capitalista periférica – os casos da Alemanha, Itália e Áustria. Por último, a contradição crescente que se patenteia no antagonismo entre capital e trabalho, entre a burguesia e o proletariado, entre “o capital internacionalmente fusionado e o movimento operário internacional” (1973:23).

Podemos, assim, extrair das lições teóricas de Lenin pelo menos três conclusões relevantes para a análise das formações sociais capitalistas (central e periférica, com suas devidas diferenciações): 1) o exame das formações sociais atrasadas (e seu Estado correspondente) exclui qualquer qualificação anômica intrínseca das mesmas e um tratamento “teórico absoluto”: a sua análise deve salientar justamente a sua diversidade e seu caráter complexo de cada caso concreto (o mesmo tratamento deve ser aplicado à análise da questão nacional) - o que significa um avanço teórico na medida em que afasta a concepção errônea de que somente as formações sociais capitalistas periféricas seriam heterogêneas, como quer Zavaleta, na trilha de Luxemburgo e

¹¹ Discutindo sobre o “despotismo asiático”, que segundo Luxemburgo predominaria no caso russo, Lenin retruca: “Pero si en un país donde el régimen estatal se distingue por un carácter acusadamente precapitalista, existe una región nacionalmente delimitada, con un rápido desarrollo del capitalismo, resulta que cuanto más rápido sea ese desarrollo capitalista, tanto más fuerte será la contradicción entre este desarrollo y el régimen estatal precapitalista, tanto más probable será la separación de la región

Gramsci;¹² 2) o reforço do tratamento teórico marxista de que as formações sociais capitalistas (centrais e periféricas, marcadas por um processo social de curto prazo: processo de seu funcionamento reprodutivo) regem-se por uma contradição pautada pelo processo de dissolução/conservação de formas e modos de produção pré-capitalistas; e 3) na América Latina, a segunda fase da revolução democrático-burguesa (revolução burguesa em geral), que Lenin detectou nos países da periferia européia (1871-1920), aparece tardiamente: fase que se inicia, a nosso ver, a partir dos anos 1930 com a emergência da luta pela vaga nacionalista e complementada pela emergência do populismo.

O terceiro aspecto teórico geral a ser salientado diz respeito à existência do campesinato. Numa formação social periférica como a boliviana, dominada pelo modo de produção capitalista, onde persistem classes sociais de modos de produção pré-capitalistas, como o campesinato e a pequena produção, e num contexto marcado ainda por relações de produção servis, a forma política que tende a assumir o campesinato parcelar é a de ser representado por uma autoridade superior (Estado, Exército, partido político, patrão) que os proteja diante as demais classes sociais. Tais relações tendem a expressar tanto “relações de lealdade”, que pode se expressar de diversas formas como, por exemplo, o fetichismo do poder ou culto ao Estado, o que aprofunda, por outro lado, a tendência do conjunto do campesinato ao isolamento. E este é o terceiro aspecto teórico importante a ser sublinhado, fenômeno político que foi detectado por Marx em *O 18 Brumário* no seu exame sobre as relações políticas entre o campesinato e o Estado francês. Novamente Hobsbawm, no seu estudo sobre a relação entre os camponeses e a política, e comentando tal fenômeno, esclarece:

avanzada del todo, región que está ligada al todo por lazos que no son ‘capitalistas modernos’, sino ‘asiáticamente despóticos’” (Idem).

¹² Segundo Gramsci, na Europa oriental vigoraria um “Estado forte” e “sociedade civil primitiva e gelatinosa” etc. Contudo, acreditamos que as observações mais importantes deste autor, para a nossa problemática, seria o conceito de “revolução passiva” (Gramsci, 1972:83 e segs.).

Pode também afirmar-se que em muitos casos a atitude aparentemente passiva dos camponeses diante o governo central oculta complexas hierarquias de relações de clientelismo, baseadas em pactos tácitos ou explícitos, que vão desde os âmbitos locais até a cima do poder estatal. Pode também sustentar-se que a enorme ‘força de veto’ que tem de fato a negativa dos camponeses a atuar faz com que esta relação seja menos passiva do que a primeira vista parece. Apesar de tudo, a afirmação de Marx explica provavelmente algo mais do que a natureza do bonapartismo de meados do século XIX. Essa atitude camponesa não tem porque desaguar forçosamente numa ditadura de direita [...]. Apesar de tudo, vale a pena investigar a importância da figura política paternal [...], ou do Estado patrão, na política dos países camponeses de hoje em dia tendo presente a observação de Marx” (1976: 41; grifo nosso).

Nessa mesma linha de raciocínio (basicamente sobre o clientelismo), no seu estudo sobre o “Coronelismo e Estado burguês” no Brasil, um fenômeno peculiar deste país, circunscrito no quadro de funcionamento de um Estado democrático burguês, Saes mostra que um dos aspectos importante do caráter do coronelismo, a sua base socioeconômica, é pautado pelas relações de dominação e dependência pessoal no campo: “é a sujeição a uma *relação de dependência pessoal*” dos trabalhadores camponeses para com o proprietário fundiário. Essa relação “se exprime ao nível ideológico como dever de fidelidade pessoal ao chefe local, é um obstáculo à transformação do trabalhador do campo em *cidadão e membro da nação* (isolamento e unidade)” (Saes, 1994a:80-81; grifo do autor). E o outro aspecto do caráter do coronelismo é a função de desorganização das classes trabalhadoras do campo: o grande proprietário fundiário participa da “função de desorganização das classes trabalhadoras, *pela via (específica) da organização/controle do processo eleitoral no campo*” (Idem:91; grifo do autor).

Em suma, o conjunto de observações teóricas, feitas até aqui, é da maior importância, pois nos ajudarão a entender o caso boliviano. Depois da Revolução de 1952, podemos detectar a amalgama de três tipos de relações de produção no campo: 1) a produção camponesa de subsistência: os camponeses são declarados formalmente livres pelo Estado no momento da abolição do sistema servil (um tipo de colonato caracterizado pela prestação de sobretabalho compulsória imposta aos índios/servos doméstico e colono, semelhante à corvêia que vigorou nos países periféricos europeus nos séculos XVIII e XIX); estes se tornam “donos” de uma pequena parcela terra (campesinato parcelar), sistema que se tornou predominante, principalmente nas regiões de maior população do campesinato indígena (região andina e subandina); 2) produção tanto da pequena produção agrícola

capitalista nestas regiões como de nichos da grande produção agrícola capitalista nas regiões onde predomina a grande e média propriedade fundiária (região leste do país); 3) permanência do modo de produção servil (colonato) em várias regiões do campo boliviano.

Tanto o sistema de propriedade parcelar camponesa (produção camponesa de subsistência) como o sistema de propriedade do grande e médio latifúndio foram institucionalizados pela Reforma Agrária em 1953. Nos dois sistemas, as relações de produção capitalistas são muito fracas e avançam num ritmo muito lento. No primeiro, predomina a produção camponesa de subsistência, mas o camponês é obrigado a complementar sua renda com trabalho assalariado e semi-assalariado; o processo pauperização dos camponeses parcelares (principalmente de camponeses sem terra) é muito acentuado e a maioria migra para as cidades e para as regiões onde vigoram os nichos de agricultura capitalista. No segundo, vigoram relações de produção pré-capitalistas (trabalho de tipo servil) que convivem com fracas relações de produção capitalista (trabalho assalariado e semi-assalariado). Nesta região, os camponeses são altamente explorados e obrigados a se assentar em novas colônias (adquirindo pequenas parcelas e adotam a agricultura de subsistência) sem ajuda do Estado, voltar a suas regiões de origem, ou fugir para os países vizinhos em busca de melhores condições de vida.

O que estamos querendo sublinhar é que a política agrária imposta ao campesinato parcelar instaurou um sistema de dominação da classe camponesa que se concretizou num tipo de patronato político: o “Estado patrão”. A amálgama de relações de produção pré-capitalista com a outorga de certas concessões sociais e políticas de tipo capitalistas (abolição formal do colonato; direito a uma pequena parcela; direito de organização sindical camponesa e sufrágio universal) apareceu sob a forma de tutela do Estado sobre os camponeses parcelares, cujo elemento predominante foi o clientelismo,¹³ amplamente capitalizado pelos governos do MNR (1952-64). Já entre 1964 e 1978

¹³ Lembremos que foi no penúltimo governo de Estensoro que se criou o Pacto Militar Camponês Anticomunista, abril de 1964, sob o comando do gal. Barrientos. O governo Siles (1956-60) havia delegado a este militar para pacificar as lutas intestinas entre os setores do campesinato, incentivadas pela acirrada luta de facções do MNR pela conquista do poder governamental via eleições. Albó e Barnadas (1985) sustentam que a final dos anos 50 se criaram “super-Estados” camponeses (amplas regiões controladas por caciques e caudilhos camponeses armados) que surgiram para defender tanto a Reforma Agrária como o governo.

predominou a tutela militar (embora alguns setores do campesinato lutem pela sua autonomia, e esta é conquistada pelo conjunto do campesinato somente entre 1979 e 1982): um tipo de patronato militar materializado no Pacto-Militar Camponês. Assim, é plausível levantar a hipótese de que as relações de produção pré-capitalistas no campo viabilizaram práticas políticas que foram, a nosso ver, *potencializadas*¹⁴ pelo *clientelismo*, amplamente detectado por inúmeros autores como Alexander, Mitchel, Malloy, Zavaleta e Lavaud, entre outros. Mas foi interpretado como um fenômeno anormal e “perverso” - isto é, um fenômeno corruptor - ao longo do processo político boliviano dos anos 50, 60 e 70, sem diferenciar a mudança dos dois tipos de relações. Ou então, foi entendido como constitutivo da sociedade boliviana, como sustenta Lavaud, apoiado nas teses defendidas por Huntington.¹⁵

Tais “super-Estados” teriam entrado em guerra uns contra outros incentivados pelo governo. Mas, no fundamental, os camponeses teriam sido tutelados politicamente pelo Estado (MNR, militares), o que é designado pela termo “pongeaje (= servidão) política”. Esse “Estado patrão” também é evocado por Rivera (1983). Contudo, estes autores não conseguem perceber que se trata de um processo de desorganização/reorganização característica do Estado burguês em relação às classes dominadas, principalmente do campesinato, um processo lento de conservação/dissolução das relações de produção pré-capitalistas no campo, a preservação da grande propriedade fundiária (e a impossibilidade de transformar esta classe em fração burguesa), bem como a implementação de uma política desenvolvimentista-populista pautada pela preservação da ordem.

¹⁴ Dissemos potencializadas pelo clientelismo porque este fenômeno político, que não é pré-moderno ou pré-capitalista, mas regular nas democracias capitalistas centrais, inclusive nas democracias mais desenvolvidas, conforme mostram vários autores como, por exemplo, Theobald (1992). Não é novidade, portanto, o fato de que tanto o Partido Republicano quanto o Partido Democrata nos Estados Unidos se pautem pela prática do clientelismo, corrupção e o cretinismo parlamentar. Conforme Cerroni (1982:20-21): “trata-se de típicos partidos mediadores de interesses, ligados a fenômenos de organização clientelista e corporativa da vida social e que não apresentam significativas diferenças ideológicas”. Em suma, numa democracia baseada no princípio do sufrágio universal, a compra e venda de voto tendeu a ser considerada como corrupção eleitoral. Mas conforme sustentou Singer (1965:80), no sistema capitalista “tudo o que tem equivalência econômica tende a transformar-se em mercadoria [...]”; “cargos eletivos são cada vez mais suscetíveis de proporcionar rendimento econômico. Isto faz com que, de modo crescente, o voto se torne mercadoria. O processo corruptor é uma consequência inevitável do próprio capitalismo, que só pode ser contrabalançado pelo movimento operário [...]”.

¹⁵ Em consonância com a nota anterior, e contra as observações de Lavaud sobre o caso boliviano, Duverger (embora considere o funcionamento dos partidos políticos na América Latina como arcaicos e pré-modernos, simples clientelas dominadas por uma pessoa influente, grupos reunidos em torno de um chefe militar etc., [1970:37]), tende a ser mais crítico na medida que já havia detectado (contrariamente às suas observações sobre a América Latina) o caráter do funcionamento do Parlamento, do sistema partidário e dos mecanismos de manipulação eleitoral nos Estados Unidos e na Inglaterra: neste, primeiramente aparece a figura do *Patronage Secretary* (the Whip = o homem do chicote) e depois a *Registration Societies*; naquele, o *spoils system* (sistema de despojo) e outras formas de corrupção articuladas aos poderosos e arcaicos comitês eleitorais (1970:22-25). Por sua vez, Jessop (1982:804) observou que o clientelismo nos Estados Unidos também assume a forma de “paternalismo industrial”. Eis, aqui, para o espanto de Huntington e seus seguidores (Stepan, Malloy, Lavaud, Mansilla etc.) dois sistemas partidários e eleitorais, totalmente clientelistas e corruptos, *institucionalizados*. Outro observador crítico, como por exemplo, Therborn (1995:77) que, ao analisar o efeito de um dos mecanismos de dominação ideológica (a *deference* = lealdade, condescendência) na Inglaterra, país considerado “modelo” da modernização na Europa, acrescenta: “La deferencia tiene además un claro tinte precapitalista. Probablemente sea más fuerte en Gran Bretaña que en cualquier otro país capitalista avanzado [...]”. Frecuentemente es sustentada por redes de personalismo y clientelismo en los que el servilismo se intercambia por favores insignificantes”. Ver também as agudas observações de Therborn (1977, 1987) tanto sobre o caráter e funcionamento da democracia política burguesa nos países avançados como na América Latina.

A abolição formal no decreto da reforma agrária em 1953 (um ensaio foi feito dez anos antes) das relações de produção servis no campo boliviano não eliminou completamente tais relações de produção, sendo ainda conservadas – embora se detecte um lento processo de dissolução – na década de 70 em algumas regiões onde predomina a grande e média propriedade fundiária e no campo em geral. Vários autores que analisaram o processo de transformação capitalista desencadeada pela Reforma Agrária boliviana detectaram relações de produção servis nas regiões sul (departamento de Chuquisaca) e sudeste (departamento de Santa Cruz, basicamente na província Cordillera) em plena década de 70.¹⁶ Nas regiões tradicionais com alta densidade de população camponesa-indígena (região andina e subandina), onde a distribuição de minifúndios foi mais acentuada, a maioria dos camponeses pobres (ex-colonos dependentes do patrão) liberta-se do trabalho compulsório, imposto pelo sistema de colonato, por obra da pressão do movimento operário em 1952, e passa a se converter em “*proprietário*” de uma pequena parcela de terra, em pequeno produtor agrícola e em trabalhador assalariado.¹⁷ O que não significa que tal libertação seja automática e completa, pois o grau de

¹⁶ Um excelente estudo de caso sobre as relações sociais no campo boliviano, feito nas províncias sulinas do Departamento de Chuquisaca entre 1974 e 1976, foi realizado por Healy (1987). O trabalho fornece uma minuciosa descrição sobre o funcionamento das estruturas de poder econômico e político e sobre as condições de exploração do trabalho no campo. Mostra como tais estruturas estão cimentadas na grande propriedade fundiária: o poder econômico das “elites agrárias” influencia tanto as instituições do mercado regional como as das instituições políticas (as estruturas políticas local, regional e nacional); mostra também como as relações patronais na região reproduzem as relações de semi-servidão em plena década de 70. Todavia, detecta que a estrutura de poder das “elites agrárias” está amalgamada às estruturas da organização do caciquismo nos planos político-institucional (instituições estatal, civil e regional), e influencia até as organizações camponesas – sindicatos – nos níveis local, regional e nacional. Eis um bom trabalho que contraria as teses sustentadas por Zavaleta e por Grebe em relação ao caráter isolado do poder dos “senhores regionais” e da *inexistência* de um mercado integrado, mesmo que parcialmente. Sobre o departamento de Santa Cruz, ver Castillo & Ballerstaedt (1983), Bojanic (1988), Arrieta et al. (1990) e Ybarnegaray (1992). No caso desta região, tanto os “junkers” e as frações agrárias e agro-industriais, como os representantes políticos destas classes (certas camadas médias), controlam os aparelhos estatais locais e regionais, não se diferenciando das práticas políticas das pequenas “elites agrárias” descritas por Healy: também açambarcaram os volumosos orçamentos públicos destinados para esta região, bem como os enormes recursos oriundos das regalias petrolíferas (11%) durante a década de 70. O famoso *Comité Pró Santa Cruz* não passou de um partido político regional que representou os interesses econômicos e políticos dessas classes sociais.

¹⁷ Sublinhamos essa palavra indicar que a terra ocupada pela maioria dos camponeses parcelares ainda pertencia juridicamente ao Estado. Trata-se de um dois aspectos essenciais da Reforma Agrária boliviana (o outro é a institucionalização e reforço da grande propriedade fundiária): a concessão feita pelo Estado a essa categoria social através da legislação agrária – a tutela do Estado sobre o camponês parcelar. A nossa análise detectou esse fenômeno que aparece no duplo dispositivo jurídico referente ao assunto: 1) o camponês parcelar não podia vender sua terra, conforme declara o artigo 167 da Constituição de 1967 (que reproduz os artigos 6 e 7 da Lei da Reforma Agrária de 1953 referente ao caráter da propriedade e posse da parcela pelo camponês): a parcela é declarada “intransferível” e “inalienável”; porém o mesmo artigo demonstra o outro aspecto da reforma: embora mencione o não reconhecimento do latifúndio pelo Estado, este ao mesmo tempo o protege, o que aparece nos seguintes termos: “a média propriedade e a empresa agropecuária reconhecidas por lei gozam da proteção do Estado, desde que cumpram uma função econômica e social”; 2) o dono da terra é o Estado, e tem a prerrogativa de distribuir e redistribuir a propriedade agrária conforme as necessidades econômicas e sociais e de desenvolvimento rural (art. 165). Esses dispositivos jurídicos são reforçados por outro, no qual aparece claramente que a outorga dos títulos de propriedade estava condicionada pelo trabalho da terra:

assalariamento no campo continuou sendo muito baixo e conviveu simultaneamente com relações de produção servis.

Finalmente, apesar de Zavaleta ter o cuidado de qualificar positivamente a inserção das massas camponesas no sistema político boliviano, por obra da Revolução Nacional de 52, tais massas acabaram se submetendo politicamente ao partido pequeno-burguês dirigente MNR e se “tornaram populistas”, fenômeno que é relacionado ao clientelismo. Tem também o cuidado de identificar a existência de uma relação de *reciprocidade*¹⁸ entre essas massas e o Estado-partido, o que se repetiu no regime militar (através do Pacto Militar-Camponês), reciprocidade essa estabelecida em benefício da “casta senhorial” (classes dominantes). A persistência de relações de produção pré-capitalistas no campo boliviano e sua repercussão no âmbito político são detectadas - a nosso ver, corretamente - como herança das relações de produção servis. Contudo, a análise da persistência desse tipo de relações sociais é associada aos fenômenos do clientelismo e prebandalismo, considerados como anomalia e tidos como constitutivos da sociedade boliviana ao longo do tempo (caráter transhistórico).

Visto isso, passemos agora a caracterizar a formação capitalista periférica boliviana do período em foco. A nossa análise parte do seguinte pressuposto histórico-teórico fundamental:

A Revolução Nacional de 1952, que teve um caráter democrático-burguês, não marca o início da revolução burguesa na Bolívia (nos seus dois aspectos, já indicados no capítulo anterior), nem cria o

praticamente exigia o camponês que permaneça na parcela concedida temporariamente pelo Estado. Para complementar esse quadro, a tramitação dos títulos eram bloqueados sistematicamente por inúmeras travas burocráticas: na maioria dos casos demorava mais de vinte anos – essa era a situação em que encontramos a maioria dos camponeses no final dos anos 70 e inícios dos 80. Tratava-se de uma concessão parcial do Estado viabilizado politicamente pelo programa de Reforma Agrária, o que foi bem aproveitado pela política agrária (do Estado populista) e do Estado militar para agrilhoar o camponês à terra e assegurar lealdade política aos militares.

¹⁸ Por ocasião da participação radical das massas camponesas nos processos políticos de 1978-79, Zavaleta afirma: “[...] o que podemos chamar a *plebe em ação* ou ainda a multidão com ato consciente, uma expressão *não plebéia* do poder, porque o instinto do servil diz que o plebeu deve adquirir uma relação senhorial. Isto pode determinar em certo grau e repercutir no poder senhorial (aqui ninguém se engana que o próprio Estado de 52 não quebrou absolutamente a lógica senhorial do país), mas não se apoderar dele. É o mesmo complexo de inferioridade de massa de 1952 e de tantos outros casos. Poder-se-ia dizer que isto configurava uma relação de *reciprocidade*, inclusive poder-se-ia falar de uma certa interação entre os amos e os servos [...]” (1987:34-35; grifo do autor). E continua: “Era o nome de Paz Estenssoro que conheciam os camponeses *neobelzistas* da reforma agrária, que à hora da *reciprocidade* tinham exclamado: “AMA KONKAWAICHU VÍCTOR PAZ” [“no nos olvides, Víctor Paz”, música camponesa] (1987:37; grifo do autor).

Estado burguês.¹⁹ Marca, isto sim, uma nova fase de transição capitalista periférica determinada pelo desenvolvimento de um tipo de capitalismo de Estado: a passagem de uma *economia mineiro-exportadora monopolista privada* para uma *economia mineiro-exportadora monopolista de Estado*. Nesta fase, a estrutura jurídico-política (o Estado) sofre modificações mais rápidas em relação às transformações socioeconômicas capitalistas: o aparelho estatal passa a se modernizar e o Estado a adotar um papel crucial como agente principal do desenvolvimento capitalista.²⁰ No nível socioeconômico, as transformações capitalistas avançam num ritmo demasiado lento devido à não eliminação completa de relações de produção pré-capitalistas, que na década de 70 ainda se conservam com relativo vigor *no campo* (isto é, relações de produção servis que convivem com relações de produção capitalistas, com dominância da primeira). Nesse contexto de transição capitalista periférica, é o Estado burguês boliviano dependente que, simultaneamente, ao cumprir o papel importante de unificar a formação social e ao criar as condições político-ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista, conserva ainda, contraditoriamente, por muito tempo – conforme sustenta Lenin – traços de relações de produção pré-capitalistas.

Tal pressuposto histórico-teórico requer a análise dos principais traços essenciais da formação social boliviana – mesmo que sintética e esquemática - que são da maior importância para entender o processo político do período 1971-78. Em primeiro lugar, a revolução de 1952 abre uma nova fase de transição capitalista periférica marcada pela ascensão dos governos populistas controlados pelo MNR

¹⁹ Impõe-se, aqui, um duplo esclarecimento: 1) não estamos afirmando que o Estado boliviano do pós-1952 não seja um Estado burguês; bem pelo contrário, partimos do suposto que ele é burguês, cuja formação se relaciona ao período da criação da república boliviana (1825). Esta problemática (a formação do Estado burguês boliviano), que escapa à nosso objeto de estudo, não foi suficientemente trabalhada. Trata-se de um empresa de monta que requer um estudo aparte; 2) não estamos afirmando que tal Estado não tenha intervindo, ao longo de sua evolução histórica, na economia – o reforço desse papel, junto ao processo simultâneo de modernização, embora limitada, pode-se detectar principalmente entre os anos 20 e 40, no estágio de ascensão e declínio da economia mineiro-exportadora estanífera dominada pelos grandes monopólios privados, o que implicou um processo político patenteado em grandes conflitos, lutas de classe e crises e instabilidade políticas: emergência tanto do movimento operário organizado como do nacionalismo, este nomeadamente defendido pela pequena burguesia e as camadas médias urbanas anti-oligárquicas. É curioso que um dos autores importantes especializados na análise da economia estanífera tenda a considerar esses dois aspectos e o lento processo de modernização do Estado como fenômenos negativos, mesmo que a sua análise apareça indireta e implicitamente: Mitre (1993 a e b).

²⁰ Devemos salientar que nos apoiamos nesse suposto como ponto de partida da análise da formação social boliviana, pois o exame desses temas (a Revolução de 52, a passagem de um tipo de economia a outro etc.) escapa aos objetivos centrais deste trabalho.

(1952-64). O Estado populista, com o fim de obter uma base social de apoio para seu projeto de desenvolvimento capitalista, executa uma política de inserção das massas trabalhadoras no sistema político por meio da concessão de novas legislações social (proteção do trabalhador contra o capital) e sindical – ou seja, uma política de integração/controle das massas trabalhadoras, mesmo que a COB tenha tido um papel crucial na organização das classes trabalhadoras. E tal fase de transição é caracterizada pela constante crise de hegemonia no interior do bloco no poder e pela necessidade do Estado de mobilizar as massas trabalhadoras com o fim de diminuir a instabilidade política que decorre dessa crise.²¹

Por outro lado, chamamos a atenção para a peculiaridade do caso boliviano em relação ao colapso definitivo do Estado e regime populista: ele não ocorre no golpe militar de novembro de 1964. Sabe-se que a derrota definitiva do populismo clássico na América Latina acontece – grosso modo – em meados dessa década, marcando uma nova fase de transição capitalista periférica: a ascensão da hegemonia política do grande capital monopolista. A nossa hipótese é a de que, na Bolívia tal, redefinição da hegemonia se processa em dois momentos: em 1964 e em 1971.²² No primeiro momento (1964-69), ocorre uma solução parcial da crise de hegemonia: os representantes políticos da burguesia imperialista na Bolívia (militares e agentes estatais americanos), em aliança com as classes dominantes nativas (e as novas categorias sociais de Estado: militares, burocracia) contrárias à estratégia de desenvolvimento dirigida pelo Estado, derrubam o regime populista através do golpe militar. Mas a ofensiva hegemônica do grande capital americano durou muito pouco – isto é,

²¹ Sobre o Estado e regime populista nos baseamos na análise de Saes em *Classe média e sistema político no Brasil* (1985:93-94); ver também Saes (2001:77-78).

²² Trata-se de um tema controverso: esclareça-se que a nossa interpretação simplesmente apresenta uma hipótese indicativa. A maioria dos autores bolivianos (e estrangeiros) tendem a defender, simultaneamente, duas teses: 1) ascensão da hegemonia política do capital monopolista americano em 1964, marcando a queda do regime populista do MNR; 2) a solução da crise de hegemonia somente se dá em 1971. Ver: Lora (1965 e 1978:167-330); Almaraz (1988); Zavaleta (1987, 1992 e 1995); Dunkerley (1984) e Miranda (1995). Uma terceira tese é defendida por Mayorga (1985), para quem não houve solução da crise de hegemonia nesses dois períodos e nem na década de 70, isto é, tratar-se-ia de uma crise de hegemonia permanente (é possível que ele se apoie numa terceira tese defendida por Zavaleta (1980 e 1987b), já indicada no primeiro capítulo deste trabalho. Burke & Malloy (1972) defendem uma tese semelhante à de Mayorga: a passagem do “populismo nacional ao corporativismo nacional”, registrado em 1964 com a ascensão do autoritarismo militar; mas tal passagem não teria solucionado a crise de hegemonia. Finalmente, a análise de Morales & Sachs (1990:181-82), cuja discussão sobre a questão da hegemonia política está excluída, denomina o subperíodo 1969-71 como “*interludio populista*”.

o Estado militar não consegue liquidar politicamente as classes trabalhadoras através da sua política de desmobilização/repressão, situação que é agravada pelas crises internas do Exército (crise ideológica, crise de sucessão governamental), as quais são aceleradas devido a um duplo acontecimento: a emergência da guerrilha comandada pelo Che Guevara - que tem efeitos políticos diretos expressos nos massacres de trabalhadores mineiros em 1967 propinadas pelo Exército, acusados pelo governo militar de apoiarem a guerrilha - , e o enfraquecimento da facção militar comandada por Barrientos (que morre em abril de 1969). O resultado é a perda da hegemonia política pelo capital estrangeiro e o retorno da crise de hegemonia, desta vez mais aguda. Esse fato abre um novo ciclo (1969-71) de instabilidade política que é desencadeada por essa particular crise política e pela ascensão política radicalizada das classes trabalhadoras, agravando as crises do Exército. A queda definitiva do Estado populista ocorre em 1971 com a derrubada do governo Torres e a Assembléia Popular, marcando o segundo momento da redefinição da hegemonia política no seio do bloco dominante.

Em segundo lugar, a análise do conteúdo da política agrária do Estado formado em 1952 mostra que a Reforma Agrária, iniciada em 1953, não conseguiu realizar uma substantiva transformação capitalista no campo boliviano. Tal reforma consolidou e expandiu, simultaneamente, a grande propriedade fundiária, em cuja base criou um nicho de agricultura capitalista na região leste do país, e distribuiu pequenas parcelas ao campesinato pobre. Ela instaurou um regime agrário com um duplo sistema de propriedade e de exploração da terra. De um lado, um sistema de minifúndio (de 2 a 10 hectares) que reproduz a agricultura camponesa de subsistência, caracterizada pelo trabalho familiar, pela baixa produtividade, bem como pela utilização de técnicas rudimentares de exploração da terra. Numa palavra, tal sistema contribuiu a aprofundar o processo de pauperização e proletarianização do campesinato em geral. De outro, um sistema baseado na alta concentração da propriedade fundiária configurada no médio e grande latifúndio, cuja forma de exploração da terra é conhecida como agricultura “moderna”: se caracteriza pela utilização simultânea de trabalho

assalariado e semi-assalariado (trabalho pago em dinheiro e em espécie), porém com baixa capacidade de absorção de mão de obra, e pelo alto índice de exploração da força de trabalho de origem camponesa. Trata-se de um nicho de agricultura capitalista voltado para a produção comercial e para a exportação de produtos agro-industriais (algodão, soja, açúcar) e que convive com o grande latifúndio improdutivo. Nos anos 60 e 70, a política agrária do Estado se orientou essencialmente ao reforço da expansão deste tipo de agricultura.

Em terceiro lugar, e relacionado ao ponto anterior, na década de 70 a Bolívia não superou seu *status* de país agrário-camponês e mineiro-exportador. A confirmação desse duplo caráter marcante da formação social boliviana pode ser obtida através da análise dos aspectos essenciais dos setores da economia:

- 1) um amplo setor primário, com dominância da agricultura camponesa de subsistência, e uma achatada indústria mineiro-extrativa (que utiliza apenas 3,4% da PEA nacional) que aparece como a fonte principal de geração de divisas e de acumulação de capital;
- 2) um setor secundário muito fraco e pouco diversificado, restrito à indústria manufatureira leve (produção bens de consumo não duráveis, basicamente tecidos, roupa, alimento, cimento etc.), que convive com uma ampla produção artesã e não consegue absorver a abundante força de trabalho desocupada; e
- 3) um avultado setor terciário que tem o mesmo peso econômico dos setores produtivos em termos da formação do PIB e de geração de emprego; e se caracteriza pela alta concentração de capital e pelo monopólio do grande e médio capital nos ramos comercial (importação-exportação) e bancário-financeiro – outra fonte importante de acumulação de capital; estes ramos convivem com um amplo comércio não-monopolista altamente competitivo (pequeno e médio comércio, exército de vendedores ambulantes etc.) e um dilatado aparelho de serviços privado e público,

destacando-se neste último o “descomunal” inchaço do Estado (em 1980, a PEA do setor público chegou a 16,7%, cerca de 276 mil pessoas).²³

Em quarto lugar, esse quadro deve ser complementado com a caracterização das relações de produção nos dois principais setores da economia. Na década de 70, ainda vigoravam relações de produção servis no campo boliviano, principalmente nas regiões de alta concentração da grande propriedade fundiária. A abolição *formal* em 1952 das relações de servidão no campo - um sistema de colonato baseado na prestação de trabalho obrigatório imposto ao campesinato indígena - e o processo lento de diferenciação do campesinato iniciado com a Reforma Agrária de 1953, não foram suficientes para eliminar por completo tais relações de produção. A grande e média propriedade fundiária, e as frações burguesas a elas relacionadas, continuaram impondo tais relações sociais, beneficiando-se amplamente da sobre-exploração da força de trabalho servil e semi-assalariada. Conforme Healy:

Dos latifundiários do cantão [Huacareta, departamento de Chuquisaca] cinco têm maiores rendas [que oscilou entre 41 mil e 80 mil dólares em 1974]; [...] dois contam com uma importante força de trabalho em situação de servidão. Todos os proprietários com grandes rendas exploram e controlam trabalhadores *chiriguano*s [índio/servo guarani], com grupos que variam entre 15 para as fazendas pequenas e 144 para as grandes. A média de *chiriguano*s por propriedade é de 51, embora 13 das 21 fazendas têm muito menos. Estes números estão decrescendo dentro das fazendas por causa das fugas dos *chiriguano*s a outras províncias, departamentos ou ainda a outros países [Argentina] (1982:245).

Todavia, Healy mostra que os índios/servos não recebiam salários e deles próprios dependia a sua alimentação. O patrão oferecia moradia e roupa, esta uma vez ao ano. A forma de “agrilhoamento” do *chiriguano* pelo patrão era através da promessa de pagamento de salário no final do ano, que este último nunca pagava, pois o suposto salário era anotado num livro de contas. Além

²³ No final dos anos 70 cerca da terceira parte da população boliviana vivia no campo (58% em 1976), com um ritmo de diminuição muito lento em 30 anos (72% em 1950 e 55,5% em 1980). Um relatório da CEPAL de 1982 registrou 380 mil famílias que dependiam da agricultura camponesa de subsistência nos anos 70; e outro documento do INE registra 697 mil pessoas integrantes da PEA agrícola de 1976 (46,4% da PEA total), cuja maioria (86,3%) não era assalariada. Os dados da CEPAL (1982) sugerem que a PEA agrícola seria maior do que a registrada pelos dados oficiais: entre 55% e 60% (a PEA nacional de 1976 registrada pelo INE é de 1,5 milhão de pessoas). Albó (1976) sugere 1,5 milhão de pessoas que dependem da agricultura de subsistência. Já um documento do INE-Nações Unidas, elaborado por Bartlema & Soliz (1980) detecta a subestimação da força de trabalho feminina urbana e rural pelo Censo de 1976 (dados oficiais INE, Ministério do Trabalho etc.), sendo plausível concluir que a PEA nacional (incluída a da agricultura) é muito maior, mas com baixo nível de assalariamento. Uma análise comparativa feita por estes autores sobre a PEA masculina assalariada, em números absolutos e em porcentagens, de 1950 e 1976 mostra os dados seguintes: os não assalariados representam 69,4% em 1950 e 62,3% em 1976 (Bartlema & Soliz 1980:36). Vemos assim que a PEA agrícola é elevada e a PEA nacional mostra um baixo nível de assalariamento.

do mais, os artigos de consumo para a reprodução da força de trabalho (álcool, cigarro, galinhas etc.), que o patrão vendia no seu armazém com preços extorsivos, eram descontados no livro como se fosse um adiantamento de pagamento de uma parte do salário. Conclusão: o chiriguano era sujeitado por dívidas. Se um índio fugia ou morria, a dívida era transferida para qualquer membro da família índia (seja adulto ou criança). Por outro lado, entre os indicadores de riqueza dos latifundiários economicamente poderosos do cantão Huacareta estão: 1) o valor das vendas anuais de produtos agrícolas (gado, porcos, milho, pimenta etc.); 2) a obtenção de créditos do Banco Agrícola; 3) tratores; e 4) o *plantel de chiriguanos*. Este último era o indicador chave da riqueza dos latifundiários. As 21 famílias latifundiárias desse cantão utilizaram 1.031 índios/servos. Nos dez cantões dessa região (incluindo Huacareta) existiam 300 proprietários, dentre os quais 160 utilizavam índios, cujo número de famílias chegou a 6.865 (Healy, 1982: 82-84; ver tabelas II-4 e V-10).

No setor mineiro-exportador (público e privado), não houve transformação substantiva das forças produtivas/relações de produção nos anos 70. De um lado, mesmo com a criação tardia pelo Estado da tão ansiada usina de fundição de minérios em 1971, o setor se limitou a manter a indústria *extrativa* de minérios, com maquinaria e tecnologia obsoleta, e a operar com significativa capacidade ociosa das novas instalações industriais no setor (usinas mineiro-metalúrgicas), baixa produtividade, baixos salários e com elevados custos de produção (Cf. Contreras, 1994; Mitre, 1993a; Fox, 1985), cujo maior ônus recaiu na empresa estatal (COMIBOL). De outro, as relações de produção no setor mineiro se caracterizam pelo controle despótico do processo de produção, com descomunal exploração da força de trabalho, semelhante ao despotismo de fábrica instaurado no início do capitalismo descritos por Marx e Lenin (1981).²⁴ Mais especificamente, através da política de

²⁴ Sobre Lenin, consultar: *El desarrollo del capitalismo en Rusia* (op. cit.), capítulo VII, item IV, “El desarrollo de la industria minera”. Lenin detecta como a lei de desenvolvimento desigual do capitalismo (inerente ao modo de produção capitalista) no espaço nacional (e no âmbito internacional) se manifesta no atraso das regiões afastadas em relação à Rússia européia e à região sul, e que se patenteia no caso da indústria mineiro-extrativa nos Urais. Pelo menos até o fim do século XIX, nestas indústrias vigorou uma organização do trabalho baseada no regime de servidão. Trata-se da combinação de diversos tipos de relações de produção servis com predomínio das relações de produção que vigoraram no campo: o sistema da contrata (meeação), o de pagamento em trabalho e o de sujeição da força de trabalho por endividamento; combinação de salários monetários (baixíssimos) e não-monetários (em trabalho, em espécie), com predominância do último. Estes “eram ao mesmo tempo latifundiários e

desmobilização popular o Estado militar do período 1971-78 reforça o controle direto do processo produtivo e impõe o despotismo de fábrica que vigorou na época dos “barões do estanho”: reinstaurou as antigas relações de produção²⁵ - que vigoraram no setor mineiro no período pré-52 – para impô-las em todos os ramos de atividade econômica. Tais relações foram institucionalizadas no novo Código do Trabalho (1976) através da imposição de um duplo dispositivo jurídico: 1) o sindicalismo de Estado, que reforçou tanto o controle despótico da burocracia estatal sobre os sindicatos como o poder arbitrário do patrão sobre o trabalhador no setor privado; 2) o *serviço civil obrigatório e gratuito*, imposto à massa trabalhadora e camponesa - a volta formal do *pongeaje*

fabricantes e sua dominação se baseava não no capital e na competição, mas no monopólio e em seu direito de latifundiários” (1981:527) (mecanismos de extração de sobretrabalho baseado na combinação de vários sistemas, pelo menos na renda-produto [tributo] e na renda-trabalho [corvéia], mas aplicado às indústrias manufatureiras e mineiro-extrativas na Rússia). Segundo o relatório dos zemstvos, os inúmeros colonos camponeses aproveitavam a terra, pastos e bosques das fábricas gratuitamente ou a preços reduzidos, ao qual Lenin comenta: “Compreende-se logicamente que este aproveitamento gratuito é na realidade muito caro, pois graças a ele o salário despenca extraordinariamente; as fábricas obtêm ‘seus’ operários, ligados à empresa e baratos” (p. 528). Na primeira nota dessa página, Lenin sublinha que naquela região o camponês é parcialmente agricultor no sentido de que o trabalho nas minas lhe proporciona uma renda complementar, porém seu salário é mais baixo do que no resto das zonas mineradoras. Daí sua conclusão lapidar: “as condições em que os camponeses dos Urais se libertaram da servidão foram adaptadas precisamente às condições do trabalho mineiro dos camponeses; a população fabril-mineira se dividia em operários sem terra, que deviam trabalhar todo o ano na fábrica, e trabalhadores rurais, que possuíam uma parcela de terra [nadiel] e que deviam cumprir trabalhos auxiliares. É em alto grau característico um termo que se tem conservado até agora em relação aos operários uraleses, o termo de que ‘contraem dívida’ nos trabalhos” (idem; grifo nosso). Esta nota se justifica na medida em que as observações de Lenin apresentam uma impressionante comparação histórica sobre as relações de produção e a exploração da força de trabalho com o caso boliviano até pelo menos 1953 (porém, nalguns aspectos podem ser detectados vestígios dessas condições de exploração na década de 70). Pode-se deduzir, a partir da experiência russa analisada por Lenin, que as relações de produção servis que vigoraram no campo boliviano foram transplantadas na indústria mineira, pelo menos ao longo do século XX (até 1970). Ou seja, um tipo de sistema conhecido como “colonato” na América Latina mas a serviço dos proprietários de minas. Embora os trabalhos históricos que analisam o tema sejam abundantes, é muito raro encontrar uma análise a partir dessa ótica comparativa. Sobre as condições gerais de trabalho e das categorias de trabalhadores no setor mineiro, consultar: Albó & Barnadas (1985); Godoy (1985), que mostra as condições de exploração do campesinato indígena pelas pequenas firmas mineradoras, condições algo semelhantes às descritas por Lenin (embora o autor não faça tal comparação). Ver também os dois trabalhos de Mitre: *Los patriarcas de la plata* (1981) e *Bajo un cielo de estaño* (1993b) - neste o autor dedica um capítulo à questão da exploração da força de trabalho no setor (sua análise se estende até a década de 40). As formas de exploração da força de trabalho foram diversas, bem como os mecanismos de sujeição do trabalhador mineiro, num contexto de permanente escassez da força de trabalho devido à descomunal exploração. Pode-se dizer que predominou a combinação do sistema de salários monetários e em espécie (artigos do armazém) para agridoar o trabalhador à mina. Mitre (1993b:236-40 e segs.) descreve muito bem esse processo, bem como o processo de diferenciação no seio da classe operária mineira (mas não toca a problemática teórica fundamental nos termos aqui discutidos: o processo de combinação de diversos tipos de relações de produção e a decisiva influência das relações de produção oriundas do campo). Sobre os trabalhadores da mineração média, ver García Linera (2001).

²⁵ Elas eram influenciadas pelas relações de servidão que vigoravam no campo: lealdade do trabalhador diante do patrão, estrutura salarial definida arbitrariamente por este - combinação de salários monetários (baixos) e em espécie (comida, roupa etc.) - , e controle despótico da força de trabalho através da repressão militar e da limitação dos direitos do trabalhador pela legislação trabalhista. Com base na propriedade jurídica estatal dos meios de produção, a burocracia do Estado de 52 (“categorias sociais” de Estado etc.) aplica as antigas relações sociais de produção despóticas nas empresas nacionalizadas, principalmente na COMIBOL. A diferença em relação ao Estado do período pré-52 é que se cria uma nova legislação trabalhista que outorga os direitos básicos dos trabalhadores (direito de sindicalização e associação, direito de greve etc.). Mas tal legislação entra em contradição com a política de desorganização/repressão das massas trabalhadoras do Estado militar no período. A chamada *pulperia* mineira (armazém do patrão que vendia alimentos e roupas para os trabalhadores ou descontava da folha de salários) foi adotada das grandes fazendas. A expansão da pulperia subsidiada (isto é, sem desconto do salário) foi produto das lutas dos trabalhadores mineiros. No pós-52 ela é instituída como direito da categoria.

(prestação de sobretrabalho imposto ao índio doméstico que vigorou antes de 1952), porém na realidade ainda existiam vestígios desse tipo de relação no campo boliviano nos anos 70, conforme foi mostrado acima.

Em sexto lugar, a extrema vulnerabilidade da economia boliviana diante do setor externo é consequência da permanência da dupla estrutura: agrário-camponesa e mineiro-exportadora. Tal vulnerabilidade patenteia-se em três características fundamentais que se constituem também em fatores potenciais importantes de instabilidade econômica nos anos 70:

- 1) extrema abertura da economia, patenteada na política econômica liberal-conservadora que beneficia amplamente o capital estrangeiro (financeiro) e o setor mineiro-exportador. No período 1952-79, os coeficientes de comércio exterior flutuaram entre 30% e 34% (no subperíodo 1960-64, de extrema vulnerabilidade econômica, ele ficou por debaixo de 30%); já no subperíodo 1974-78, marcada por um exagerado índice de importações, chegou a 34% (Mortimore: 134). Entre 1970 e 1975 as exportações e importações representaram, em média, 21% e 25% do PIB, aspecto que não se altera no quinquênio 1975-80 (*Informe Musgrave*: 63). Tais dados colocam o país entre as economias latino-americanas mais abertas no período considerado;
- 2) extrema dependência diante das grandes firmas estrangeiras que comercializam os minérios (concentrado e metálico) bolivianos no exterior, que impõem preços baixos e extorsivos, devido a um duplo fator: fraca capacidade de negociação e de barganha dos governos bolivianos para comercializar diretamente seus próprios produtos e a carência de meios de transporte próprios (país mediterrâneo e sem frota marinha mercante etc.). Tal dependência se agrava diante da vulnerabilidade da economia provocada pela acentuada oscilação dos preços no mercado mundial de metais, o que se converte num dos fatores importantes de “perturbação” externa²⁶ – uma queda significativa nos preços dos metais tem efeitos devastadores na economia doméstica. A relativa

²⁶ O fenômeno da extrema vulnerabilidade externa, patente na década de 70, foi observado até por economistas monetaristas de Harvard (*Informe Musgrave*: 63-67).

alta dos preços do estanho registrada no período 71-78²⁷ não alterou em nada o caráter vulnerável da economia boliviana;

- 3) extrema situação de espoliação por parte do capital estrangeiro diante da economia do país: venda de tecnologia sobrefaturada e obsoleta (principalmente da tecnologia necessária para o funcionamento mínimo dos setores mineiro e petrolífero estatal), extorsão através dos contratos de comercialização de minerais, seguida de chantagem para impedir que o país consiga empréstimos financeiros internacionais se ele não cumprir tais acordos, empréstimos financeiros com juros extorsivos, baixo investimento do capital estrangeiro no país e reexportação maciça de capital aos países centrais²⁸ (os casos são abundantes: os mais exemplares serão analisados no próximo capítulo, quando abordarmos a intervenção do capital estrangeiro no país).

Trata-se de uma situação, conforme já tinha mostrado Marx²⁹, em que o capital estrangeiro, principalmente o comercial e o bancário-financeiro passam a se comportar diante dos países da periferia do capitalismo movidos pela extração de lucros imediatos no menor tempo possível, e o fazem de forma mais desenfreada quanto mais atrasado for o país: este seria o caso da Bolívia, o país mais atrasado da América do Sul. O impacto desse tipo de intervenção do capital estrangeiro é outro fator potencial que gera instabilidade econômica e repercute de forma incisiva nas classes dominantes bolivianas e no aparelho de Estado (este é um dos aspectos importantes que tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho).

²⁷ A libra fina de estanho pulou de \$US 1,69 em 1972 a \$US 5,72 em 1978; já o preço do metro cúbico de petróleo pulou de \$US 18,2 em 1972 a 95,5 em 1974. Cf. Ramos (1980) e Moscoso (1993).

²⁸ A fragilidade e vulnerabilidade do Estado boliviano diante do capital estrangeiro é um fato sobejamente conhecido na literatura especializada. Conforme Ugarteche (1986:85): “Historicamente a Bolívia foi um país de pouca solvência no âmbito financeiro internacional: a fragilidade do Estado, a vulnerabilidade do setor exportador monoprodutivo e atrasado, e o uso da dívida pública, quiçá expliquem esse fato”; ou então “dada a fragilidade do Estado boliviano, cujo sintoma mais evidente é a instabilidade política e os freqüentes câmbios de governo, a possibilidade de chegar a uma solução do problema da moratória foi mais demorada em comparação ao resto da América Latina”. Ver também: CEPAL (1983) e Mortimore (1981).

²⁹ Citado por Marini em *La dialéctica de la dependencia*, CESO, Universidade de Chile, documento de trabajo, Santiago, 1972, p. 12, apud Caravaglia, in Assadourian et al. (1974:11).

Em suma, o escasso desenvolvimento das forças produtivas e a não dissolução completa das relações de produção servis no campo, de um lado, e a baixa produtividade, baixos salários e o precário aparelho de reprodução da força de trabalho, de outro, redundaram na descomunal elevação da taxa de exploração da força de trabalho, configurando uma situação de extração de mais-valia de tipo absoluta no conjunto da economia boliviana. Assim, o atraso do desenvolvimento capitalista na Bolívia durante a década de 70 se deveu basicamente à manutenção da dupla estrutura econômica (agrário-camponesa e mineiro-extrativa) que condicionou a transformação do país numa economia diversificada ou industrial, e conferiu um ritmo demasiado lento ao desenvolvimento capitalista.

2.2 Principais aspectos socioeconômicos

O país atravessa um período de auge econômico que passamos a denominar *segundo período da fase expansiva do ciclo econômico* boliviano.³⁰ A Bolívia é beneficiada, de um lado, pelas condições externas favoráveis expressas no aumento do valor das exportações devido à alta dos preços dos metais no mercado mundial e à afluência de capital via empréstimos externos, ambos fatores diretamente relacionados com a crise do petróleo; e de outro, pelo crescimento acelerado do PIB, com uma taxa média de 5,75% ao ano.

Esse momento do auge econômico, indicativo de um vigoroso processo de acumulação de capital, pode ser demonstrado através da análise das principais variáveis econômicas. O valor total das exportações aumenta mais de 300% (de 215,8 milhões de dólares em 1971 pula para 723,7 milhões em 1978) e o valor total do PIB quase se duplica (de 2,9 bilhões de dólares em 1970 passou a

³⁰ O primeiro período da fase expansiva, que se inicia em 1965-66, teve uma taxa média de crescimento de 5,57% do PIB, o qual é baseado fundamentalmente na exportação de minérios concentrados (não refinados), e o segundo (1967-77), com 5,75%. Se utilizarmos o conceito de ciclo econômico proposto por Kalecki (1980), o caso boliviano seria esquematizado da seguinte maneira (em termos do PIB): 1) fases de recessão e depressão, 1953-59, com uma taxa média negativa de crescimento de -2,27%; 2) fase de recuperação, 1960-64: 2,81%; 3) fase de expansão, com seus dois períodos já mencionados (1965-77); 4) nova fase de recessão, 1978-82: 0,43%; 5) nova fase de depressão, 1983-86: -2%. Os dados sobre as taxas médias de crescimento do PIB foram extraídos de Morales & Sachs (1990b:164, *Table 1.3*).

4,3 bilhões em 1980), tendo uma taxa média de crescimento de 4,5% no período 1970-80, ligeiramente inferior a da média de 1963-67 (6,29%). Já a dívida externa cresce cerca de 400% (de 624 milhões de dólares em 1971 pulou para 2,3 bilhão em 1978), cujas maiores taxas de crescimento se registram nos anos do ponto mais alto do auge econômico: 1973-76. Por outro lado, ao longo de todo o período, o Estado é o maior investidor (gasto nas empresas públicas, criação de infra-estrutura etc.): tal investimento, baseado de fontes internas, permaneceu em média de 80% no período (Grebe 1987, ver Quadro 4). O que mostra a desproporção da formação bruta de capital fixo (FBCF) do setor público em relação à da do setor privado: entre 1965-69, teve uma média de 51%, subindo para 52% entre 1971-78. Mas, de novo, nos pontos mais altos dos anos do auge registra-se uma queda na FBCF do setor público: 37% em 1973, 34% em 1974 e 41% em 1975.³¹

Acrescente-se a esse quadro a elevada transferência de capital aos países centrais via pagamento do serviço da dívida externa (juros e amortizações) e a enorme fuga de capitais. No primeiro caso, transferiu-se entre 12% e 30% (uma porcentagem significativamente alta) do valor das exportações no período 70-80 (122,8 milhões de dólares anuais); no segundo, a fuga de capitais chegou a 340,4 milhões de dólares em 1979,³² cerca de 13% superior aos investimentos estrangeiros gerais. E estes chegaram apenas a 294,8 milhões de dólares, dos quais só 46,7 milhões aparecem como investimento estrangeiro direto e o resto como crédito dos bancos estrangeiros ao governo boliviano. Em compensação, as transferências de capitais ao exterior por retribuição dos investimentos foram de 384,4 milhões de dólares para o mesmo período, mais de oito vezes o valor do investimento estrangeiro direto.

³¹ Cf. BCB 1980, CEPAL (1983:10-13), CEPAL (1996:19), Morales & Sachs (1990[2]:191).

³² Conforme relatório das Naciones Unidas intitulado “La economía boliviana en crisis”, publicado por *Presencia*, 1979, apud de la Cueva, 1983, p. 86.

Outro aspecto importante que deve ser salientado é que, até 1975, tais investimentos foram mais baixos do que a ajuda americana direta (Ramos 1980:124-132). Por exemplo, em 1974 esta ajuda cobriu 22% do déficit orçamentário, incrementando-se para 30% em 1976, isto sem contar com a ajuda militar direta. É plausível concluir que, com base nesses últimos dados, de fato os Estados Unidos subsidiaram economicamente a ditadura banzerista para contribuir a sua permanência no período (Casanovas, 1990:41).

A nossa análise, baseada nos dados oferecidos por Ramos e pelos documentos da CEPAL, detecta mais de 1,6 bilhão de dólares como saída líquida de capitais (pagamento de juros, amortizações, repatriação de dividendos das empresas estrangeiras, e fuga de capitais, sem contar os erros e omissões) entre 1972-78, o equivalente à dívida externa de 1976. Contudo, os dados sobre a *fuga* de capitais fornecidos por Ugarteche (1986), com base nos dados do Banco Mundial, são mais alarmantes. No subperíodo 1971-75, a fuga anual de capital, em média, foi de 77,3 milhões de dólares e cujo total chegou a 386,5 milhões. Já no subperíodo 1976-81 foi maior: uma média anual de 216,9 milhões de dólares, totalizando 1,3 bilhão de dólares. A situação se complica quando compararmos o total da fuga de capitais, durante o período 1971-80, aos empréstimos externos desembolsados ao país: estes chegaram a 1 bilhão, enquanto aquela chegou a 1,4 bilhão de dólares. Conforme Ugarteche, as divisas que a Bolívia obteve via créditos saíram permanentemente do país. Durante o auge econômico, até 1975 a fuga de capitais foi motivada pela facilidade com que se obtinha as divisas; mas a partir de 1976, pela desconfiança diante da instabilidade econômica e do governo. Isto é, “entre 1971 e 1980, todo o dinheiro dos bancos privados internacionais passou às mãos privadas e saiu do país [tão rápido quanto chegaram], bem como parte dos créditos para projetos [nacionais] outorgados pelos órgãos internacionais e pelos governos [estrangeiros]” (1986:142).

Trata-se então de um país capitalista periférico fracamente consumidor de produtos manufaturados, de bens intermediários e de capital, provenientes do exterior, e potencialmente reexportador de capital aos países centrais; ou então, uma situação inversa, em que o capital

monopolista estrangeiro é um típico importador de capital dos países da periferia do capitalismo, confirmando assim a tendência teórica observada por Hilferding (1985), Lenin (1989) e Baran & Sweezy (1978), para não mencionar outros autores, sobre o caráter espoliador do capital financeiro internacional. Situação que se converte num outro fator genérico potencial de instabilidade econômica e acentua a instabilidade política no país.

Devemos completar esse quadro com outros três aspectos importantes do processo de acumulação de capital:

- 1) a política de compressão salarial: congelamento de salários e liberação de preços. Tal política esteve atrelada à inflação e ao aumento do custo de vida, agravando a situação econômica das massas trabalhadoras. Assim, a grande massa de trabalhadores recebeu o salário mínimo equivalente a \$b 300 (15 dólares), o que verifica uma situação de superexploração da força de trabalho.³³ Grebe (1987:111) sugere que a perda do poder aquisitivo do salário chegou a 33% entre 1970 e 1979. O processo inflacionário impulsionado pela desvalorização monetária de 68% em 1972, bem como o aumento do índice de preços ao consumidor (1970 = 100) que, de 31,6% em 1973, pula para 150% em 1978 (Ramos 1980:154), contribuíram para acentuar a pauperização das massas trabalhadoras. Os próprios dados do BCB mostram que entre 1971 e 1978, foi maior

³³ Com base nos dados sobre “a estrutura por setores de ocupação e a renda pessoal” fornecidos pelo *Informe Musgrave* (1977:168, Quadro 1), a nossa análise detectou que em 1975 o salário mensal médio do setor público (que representa 6,7% da força de trabalho) chegou a 100 dólares, a do setor privado (11,7% da força de trabalho), 120 dólares; já o setor dos “autônomos” - cuja maior parte estava composta pelos trabalhadores da agricultura tradicional (81,6% da força de trabalho) - teve um salário mensal médio de 20,8 dólares. O cálculo foi feito com base da cotação do dólar de 1975, com paridade deflacionada de \$b 26,1 (pesos bolivianos) por dólar, conforme dados da CEPAL de 1978. Excluindo os do setor autônomo, os dados dos salários reais de 1977 fornecidos pela CEPAL são semelhantes aos do *Informe Musgrave* (ver CEPAL 1983:11-12). Entretanto, os dados sobre a PEA do setor público aparecem claramente reduzidos nesse relatório, pois refere-se apenas às empresas estatais e ao setor governamental, incidindo na elevação do salário médio mensal. Já vimos que em 1980 a PEA do setor público chegou a 16,7%, portanto, não se pode generalizar essa média salarial para todo o setor público. No que toca ao setor mineração, os dados do CONEPLAN e do Conselho Nacional do Salário são parecidos ao do *Informe Musgrave*, incorrendo, evidentemente, na mesma generalização: sustenta que entre 1970 e 1977, os salários do setor tiveram um incremento de 152%, cujo salário mensal médio foi de \$b 1.878 (93,9 dólares). Contudo, a grande massa de trabalhadores (mineiros, fabris, da construção etc.), sem contar com os benefícios fictícios outorgados pelo Ministério do Trabalho, teve um salário mínimo nominal, em 1974, de \$b 300 (15 dólares), mais um bônus de \$b 400, incluído os impostos, o que chegava a 32 dólares (dados do Ministério do Trabalho, apud Ramos 1980:182). Um estudo sobre o salário do setor mineiro estatal (da Empresa Catavi, uma das principais minas da COMIBOL), uma amostra representativa do setor, que pode ser aplicado ao setor mineiro privado, mostra que o grosso dos operários que realizaram trabalhos mais pesados (no interior e na superfície da mina), recebeu um salário nominal mensal equivalente a 77,2 dólares (\$b 1.544, 00); desse total a empresa descontava cerca de 81% de impostos (\$b 1.251,2), resultando um salário líquido nominal de \$b 303,00, o equivalente a 15 dólares. Ver *Estudio sobre el valor adquisitivo del salario de los mineros* (1978: ver Quadro nº 10). O

do que o apontado por Ramos: o IPC subiu de 100 a 288,2 e a participação dos salários em relação ao PIB foi de 39,3% em 1971, descendo para 36,5% em 1975; estes últimos dados são contestados pela COB em 1979: a diminuição foi mais de 10%. Esta situação ocorreu nos anos (1973, 1975-76) em que o PIB alcançou seu ponto mais alto: 6,8%, 6,6% e 6,1%. Em suma, a política de compressão salarial esteve baseada num confuso sistema de bonificações, cujo fim era oferecer “compensações monetárias” ao salário mínimo. Na verdade, o objetivo das bonificações era, conforme Ramos (1980:180), o de “distorcer os salários e evitar o seu reajuste adequado, de acordo com as variações do custo de vida”, porque a aplicação desse sistema “se fez com o propósito de desviar as pressões da massa trabalhadora e manter a política de congelamento dos salários”;

- 2) a política do crédito: no período 1970-72, 60% do crédito bancário é canalizado ao setor público. A partir de 1973, o setor privado recebe a maior parte do crédito, chegando, no ano seguinte, ao nível insólito de 89%, “o qual propicia uma forte saída de capitais para o exterior, promovida, por sua vez, pela liberalidade na direção da política cambiária” (Grebe 1987:112). Em geral, de 1971 a 1974 o crédito ao setor privado aumentou em 1.339% (De la Cueva: 274);
- 3) a estrutura de distribuição de renda boliviana é uma das mais concentradas e desiguais da América Latina: da massa total de valor agregado no período 1970-75, a remuneração de salários correspondeu a 36,2%, o Estado captou apenas 10,7% em impostos, e 53,1% foi absorvido como excedente bruto de exploração, o qual engloba as diversas formas de extração de mais-valia, bem como da renda real extorquida aos pequenos produtores – artesãos e camponeses (Grebe 1987:97). Além do mais, em 1975, o PNB *per cápita* da Bolívia era de 462 dólares, e a renda *per cápita* por habitante foi de 313 dólares em 1976. Por outro lado, 40% dos “mais pobres” do país receberam 12,8% da renda nacional, ao passo que 20% dos “mais ricos” receberam 60,7% (CEPAL

caso é mais dramático no setor rural: a renda média *per cápita* na agricultura foi de 49 dólares em 1976, ao passo que a do resto da economia boliviana foi de 313 dólares (CEPAL 1982), a mais baixa da América Latina.

1982 e *Informe Musgrave*: 176). Estes dados são confirmados por outra fonte: o CIES (*Consejo Interamericano Económico y Social*) da OEA: 5% da camada social “acomodada” controla 36% da renda nacional, perdendo apenas para El Salvador (38%) (Apud, De la Cueva: 277).

Em suma, a análise desses importantes aspectos do auge econômica mostra uma situação peculiar de acumulação de capital. Tal situação revela o paradoxo seguinte: de um lado, o conjunto da classe dominante boliviana é beneficiado por esse processo de acumulação em condições de descomunal exploração da força de trabalho e num contexto em que ainda existem sérias dificuldades de que as relações de produção capitalistas, basicamente a generalização do trabalho assalariado, se universalizem; de outro, tais classes afundam-se numa luta pela acumulação de lucros no menor tempo possível, indicativo do agravamento de uma crise de acumulação (estes dois temas serão analisados detidamente no próximo capítulo), mesmo que o país esteja atravessando o segundo período da fase expansiva do ciclo econômico (1972-77).

2.3 Caracterização das classes dominantes na Bolívia

Neste item apresentaremos uma caracterização pormenorizada das principais classes dominantes e frações de classe dominante que participaram do processo de acumulação de capital na Bolívia no período 1971-78. Para tanto, a análise do tema requer o seu desdobramento em duas partes: 1) o caráter da participação do capital estrangeiro, principalmente o americano; e 2) o caráter da associação entre esse capital e o capital nacional.

2.3.1 Capital estrangeiro de origem americano

Demonstraremos, a seguir, que no âmbito privado da economia boliviana prepondera o capital americano nos setores extrativo-exportador (mineração e petróleo), comercial, bancário e financeiro.

Devido à dificuldade de encontrar dados específicos sobre a porcentagem da produção, comercialização e lucros da maioria das firmas destes setores, recorremos a uma análise alternativa para desvendar a natureza da participação do capital estrangeiro/americano na Bolívia: o aspecto da relação de posse e propriedade jurídica do grande e médio capital. Nesse sentido, a presença e peso específico do capital estrangeiro³⁴ podem ser detectados por uma dupla via: através da operação das principais firmas estrangeiras especializadas na extração, comercialização, exportação de matérias-primas (minérios e recursos energéticos) e na operação no sistema bancário-financeiro; e através da sua associação com as firmas nacionais (este ponto será melhor explicitado no item sobre o caráter da composição do capital nacional).

Começemos apontando uma característica importante da intervenção do grande capital americano: o ataque ao capital público e nacionalizado desde 1952, intensificado em 1956, basicamente contra as empresas estatais que operam nos setores mineiro (COMIBOL, ENAF, BAMIN) e petrolífero (YPFB), com o fim de induzir o Estado boliviano a adotar uma política de desnacionalização da economia. Este é um aspecto importante da intervenção desse capital e um pressuposto do processo de desnacionalização (tema será analisado ao longo deste e dos próximos capítulos). Coloquemos desde já a seguinte hipótese de trabalho: a intervenção do capital americano na economia boliviana se processou basicamente em dois níveis: 1) na direta extração e processamento dos recursos minerais; 2) na comercialização, transporte ultramarino e fundição de tais produtos.

³⁴ Alertamos que não faremos uma análise do conjunto do capital estrangeiro que participa na Bolívia nas diversas atividades econômicas. Somente nos interessa, aqui, o grau da participação e intervenção do capital americano. De la Cueva (1981; ver capítulo IV) fornece um estudo detalhado dos diversos setores do capital estrangeiro. Podemos inferir que o segundo maior grupo, por sua diversificação e heterogeneidade (presente mais no setor comercial), é o capital alemão, seguido do capital inglês e japonês. Contudo, é impossível, aqui, chegar a determinar qual seria o peso específico ou a diferencia do capital oriundo dos primeiros dois países.

2.3.1.1 Setor mineração

No primeiro nível, as principais firmas mineradoras que preponderaram no setor e que controlavam o principal órgão corporativo e de representação de interesses, a ANMM,³⁵ eram americanas, e tal controle aparece solapado na medida em que estas estão associadas, direta ou indiretamente, com as firmas bolivianas economicamente mais poderosas. Isso pode ser constatado através de uma análise das relações de propriedade e de poder econômico dessas firmas no setor. Entre as grandes, que fazem parte da ANMM, cinco empresas eram americanas: Avicaya, Estalsa, e International Mining (cuja proprietária era uma única firma: a W. R. Grace & Co.); Churquini Enterprises Inc. (subsidiária da Metal Traders Inc.) e SOMCO (Sociedad Minera Comercial, subsidiária da Phillips Brothers Ore Corp.).³⁶ Baldwin (1983:176) registra cinco firmas da Grace que faziam parte da associação de mineiros médios, e acrescenta que a maioria delas eram tecnologicamente melhores equipadas e com maior investimento em bens de capital por unidade de mina que as da COMIBOL. Notemos que todas pertencem a transnacionais americanas. Desse grupo, duas se destacam por seu caráter oligopolista: a Grace, que faz parte de um poderoso holding financeiro controlado pelo grupo FNCB (First National City Bank of New York), e a P. Brothers, do poderoso grupo industrial EMCC (Engelhard Minerals and Chemical Corp.), controlado, por sua vez, pelo grupo financeiro Engelhard. Na Bolívia, a Grace e a SOMCO praticamente participam nos dois níveis econômicos acima mencionados.

³⁵ Criada em 1939 pela intervenção do Estado. A nacionalização das minas em 1952 não afetou o setor da mineração média. Além do mais, o setor foi impulsionado pelo Estado, contribuindo com sua expansão nos anos 60 e 70. Contudo, o capital estrangeiro dominante no setor, ao mesmo tempo que se beneficiava da política desenvolvimentista do Estado populista e do Estado militar iniciado em 1964, alimentou o pânico sobre a nacionalização e contra o aumento do intervencionismo estatal, reforçando, ideologicamente, a “vocaç   mineira” do país, já endossada pela nova burguesia mineira; o “grande medo” reaparece com maior intensidade nos governos Ovando e Torres. O caráter monopolista do setor e sua correspondente ideologia será explicitados ao longo deste capítulo.

³⁶ Deve-se salientar que o governo Torres (1970-1971) anulou o contrato de arrendamento da firma americana International Mining Processing (IMPC) – subsidiária da Engelhard através da P. Brothers - estabelecido no governo Barrientos e tinha como fim a explora  o das “colas e desmontes” (morros acumulados durante anos que continham resíduos de diversos tipos de minérios) da mina estatal Catavi. Além do mais, o mesmo governo rescindiu (abril de 1971) os contratos de arrendamento de um poderoso consórcio americano formado pela United States Steel Co. (do grupo financeiro Morgan) e pela Mineral & Chemical Phillips Co. para a explora  o de ricas jazidas de zinco.

Deve-se esclarecer que a participação do capital americano no setor mineiro não se limita a esses grupos. A associação de empresas da categoria, autodenominadas *médias* (ANMM) silenciou sistematicamente o caráter da composição do capital estrangeiro: sempre defendeu que as suas empresas (cujo número oscilou entre 24 e 31 firmas nos anos 70) eram compostas de capital nacional (entre 88 e 90%). Entretanto, dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos registraram, em 1968, 16 companhias americanas que operavam na Bolívia (De la Cueva: 171-72). Evidentemente, não todas estavam filiadas à ANMM. Os nossos cálculos, baseados nos anais desta instituição, detectaram que as grandes firmas americanas (e as que participam com ações nas firmas nacionais) controlaram 69% da produção de estanho da categoria em 1977. Se considerarmos somente as três firmas da Grace, estas chegaram a controlar 46,7% da produção no mesmo ano (ANMM: *Annual Report June 1978*). Isso sem contar que elas também controlam, com firmas na categoria “pequena”, a extração de outros minérios cujos preços estão entre os mais rentáveis (antimônio, wolframita e zinco).

O exemplo mais acabado de voracidade e monopólio econômico o representa a companhia Grace que praticamente participa em todos os setores e ramos da economia boliviana (isto é, nas segmentações horizontal e vertical do capital): ela é proprietária de firmas mineiras, comerciais – importação/exportação (a casa Grace, seguida da firma Hansa Ltda. [capital alemão], é a maior provedora de bens intermediários e bens de consumo duráveis e não duráveis do Estado boliviano), industriais (a maior fábrica de cimento do país, fábrica de peças de automóveis etc.) e nalguns ramos do setor agro-industrial (fazendas, criação de gado etc.), bem como de bancos (BIBSA). Além do mais, concorre acirradamente com a SOMCO na comercialização e transporte de minérios através de suas três grandes frotas marinhas mercantes. Enfim, somente na Bolívia a Grace aparece como dona de nove grandes firmas em diferentes setores, além de participar em sociedades acionárias com o capital nacional, principalmente com as empresas mineradoras COMSUR (Compañía Minera del Sur), EMUSA (Empresa Minera Unificada) e a Pabón. E tem mais, a Grace é dona de um número significativo de

“pequenas” empresas mineradoras,³⁷ sendo também uma das maiores exploradoras das pequenas empresas e das cooperativas mineiras (estas duas categorias serão explicitadas mais à frente) através da compra de minérios concentrados a preços baixos e extorsivos para logo exportá-los diretamente para serem refinados nas usinas estrangeiras (William Harvey do grupo Patiño, sediada na Inglaterra, e outras).³⁸

No segundo nível de intervenção, segundo dados da ENAF (Empresa Nacional de Fundiciones) e do BAMIN (Banco Minero), entre as 21 firmas estrangeiras que participaram da comercialização de minérios no país (a Grace não aparece nessa lista, o que é um sintoma de sua significativa influência na burocracia estatal), 14 eram americanas. Dentre estas, 12 pertenciam ao consórcio P. Brothers. A SOMCO tem as mesmas características da Grace. Somente ela aparece como proprietária de seis firmas comercializadoras, das quais cinco estão registradas com o mesmo nome de propriedade jurídica (SOMCO). Sabe-se que EMCC, cuja subsidiária é a P. Brothers, é uma das maiores comercializadoras de minérios no mundo, com cerca de 40 representações em 28 países (De la Cueva: 192-95; Albarracín, 1972).³⁹

Deve-se salientar também que a maioria destes grupos monopólicos tem um caráter altamente centralizado e verticalizado, e mais diversificado, cujo controle tecnológico e administrativo é ostensivo, aspecto amplamente analisado por Baran & Zweezy (1978), uma característica das sociedades acionárias gigantes. O que não significa que o grande capital não conviva com firmas que

³⁷ Essas pequenas empresas não estão filiadas à ANMM, uma prática corrente de propriedade desse tipo de firmas para evadir e sonegar impostos. Segundo esta instituição, os requisitos para que uma firma possa ser parte da associação são: possuir um capital mínimo de cem mil dólares e ter uma produção mensal mínima de 5,5 toneladas finas de estanho e wolframita, 20 toneladas finas de antimônio e zinco, e 15 toneladas finas de cobre e chumbo. Trata-se de critérios formais de associação que visam manter o monopólio das principais firmas do subsetor e impedir a entrada do pequeno e médio capital. Para se ter uma idéia do volume do capital que opera nas firmas filiadas à ANMM, uma só draga, de uma das várias firmas da Grace, custa cerca de 20 milhões de dólares. Ver: ANMM, *Memoria Anual 1978* e De la Cueva (1981:169-84).

³⁸ Para se ter uma idéia do poderio econômico da Grace na Bolívia, o balanço confidencial de 1975 (de algumas firmas, como a Casa Grace) mostrava que suas operações chegavam a \$b 310 milhões (15,5 milhões de dólares). Foi uma prática comum que a maioria das firmas nacionais e estrangeiras trabalhassem com dupla contabilidade (“caixa dois”): o balanço público e o confidencial; o balanço público apresentado pela Grace foi a metade da quantia mencionada. Isso foi o que mostrou a avaliação da firma auditora Moreno Muñoz & Co. (associada a Princewaterhouse Peat & Co.), cuja informação foi difundida pela *Revista Marca* (Lima, 4/3/76, apud De la Cueva: 84-85) e republicado na *Revista Triunfo* (Madrid, 22/5/76) com o título “Corrupción a la boliviana” (apud, Sivak, 2001:170).

³⁹ Os dados sobre a P. Brothers-Engelhard são confirmados por Thoburn (1981) e Baldwin (1983).

se comportam à moda “tradicional” – isto é, grande e médio capital controlado tanto por famílias como por um magnata (é o caso do grupo Patiño, articulado ao capital estrangeiro, e do médio capital americano; veremos que, no caso do capital nacional, esta característica é dominante). Assim, o controle tecnológico é decorrência da composição orgânica média de capital - grandes lucros são arrancados de diversas formas: venda de tecnologia nova e obsoleta, pagamento de elevados *royalties* pelo uso de tecnologia etc.⁴⁰

Uma outra característica relevante que deve ser salientada é que, conforme destacou Mitre (1993a e 1993b), desde muito cedo (anos 20) ocorre uma modificação substancial na indústria estanífera: a separação entre o setor extrativo e o metalúrgico (usina) em proveito deste. Tal modificação foi acompanhada da precoce cartelização do setor metalúrgico - comandada pela *Patiño Mines*, que se tornou dona da usina inglesa Harvey e de outra na Alemanha, entre 1910 e 1920, o que lhe permitiu extrair superlucros - , patenteado no ITC (International Tin Council) formado em 1931. A nosso ver, essa modificação seguiu a tendência, predominante na época, da formação de oligopólios e trustes, sob o comando do capital financeiro de origem inglês. Com o declínio desse cartel nos anos 40 devido à incisiva intervenção do Estado Americano no mercado mundial de metais estratégicos (mas manteve influência importante na economia boliviana mesmo depois de 1952), as firmas oligopólicas que se empenharam em reorganizar o cartel, controlavam ainda, nos anos 60 e 70, mais de 50% tanto do refino do estanho como da sua comercialização no mundo, correspondendo só a firma Patiño N.V. cerca de 23% desse total entre 1976 e 1980 (Cf. Baldwin). Deve-se acrescentar que depois de 1945, os Estados Unidos, o maior consumidor mundial de estanho, passa a incrementar sua intervenção política (por meio da GSA - General Strategic Administration) no controle dos preços dos metais no mercado mundial através da acumulação de grandes estoques de estanho metálico. Esta política (de compra do produto barato e a sua venda mais cara), consolidada nos anos 50, foi utilizada

⁴⁰ Não é de se estranhar que a maioria das transnacionais americanas importam equipamento de seu país de origem, geralmente caro e de difícil acesso para o capital nacional. Uma firma européia, a *Atlas Copco*, instalada na Bolívia, é dona da Companhia

sistematicamente tanto para destruir o velho cartel do estanho como para controlar os países produtores, reorganizados nos escombros do antigo cartel: o ITC. Vale dizer, instaura-se um novo tipo de cartel do estanho composto pelos países consumidores sob o comando dos Estados Unidos, evidentemente em proveito das firmas americanas. Esta modificação da estrutura do mercado mundial do estanho repercute numa luta acirrada entre o capital oligopolista inglês, que controla a indústria metalúrgica estanífera (com o predomínio da Harvey de Patiño), e os trustes americanos. E tal luta teve efeitos negativos na economia boliviana, aprofundando sua dependência diante desses dois setores, conforme veremos a seguir.

Esse quadro deve ser completado com outros dois aspectos importantes da intervenção do capital americano, elementos que fazem parte da nossa hipótese. O primeiro diz respeito à participação desse capital, que opera no ramo de refinação de metais, que concorreu com o capital estrangeiro não-americano pela refinação de concentrados de estanho boliviano: esse foi o caso da companhia *Gulf Chemical*, dona da usina Long Horn (Texas). Com o apoio do Estado americano, esta firma lutou ferreamente, com relativo sucesso, pela destruição do oligopólio detido pelas usinas Harvey de Patiño, Capper Pass (inglesa, pertencente à Rio Tinto Zinc Corp.) e Metalgesellschaft (alemã) – o grupo Patiño tinha ações nestas duas – a fim de monopolizar a refinação do estanho boliviano e o controle dos preços do metal no mercado mundial, detido pelas últimas firmas.⁴¹ Num país produtor como a Bolívia, tal luta repercutiu negativamente: mesmo com a criação da sua própria usina em 1971, o Estado boliviano não conseguiu ainda refinar totalmente sua produção de minérios, pelo menos até 1978, devido à dependência do país diante desses oligopólios em relação à refinação e venda de estanho metálico no mercado mundial (Cf. Mitre, 1993a).⁴² Vale dizer, além de lutarem

Andina de Triconos, e fornece equipamentos e tecnologia para o setor mineiro dos países andinos. A venda de tecnologia obsoleta é uma constante na América Latina: ver o caso colombiano analisado por Chudnovsky (1974) e Calcagno (1980).

⁴¹ Uma análise sobre o caráter oligopólico e sobre o grau de verticalização e cartelização das empresas multinacionais mineradoras (controle da comercialização, fundição e dos preços mundiais) é oferecido por Baldwin (1983), Thoburn (1981), e de alguma forma, Mitre (1993a e 1993b).

⁴² A Engelhard também participou no ataque contra as empresas estatais através da SOMCO a fim de obter algumas vantagens. Em 1976 ela tentou obrigar à ENAF e ao BAMIN a entregar, obrigatoriamente, o estanho metálico para sua comercialização externa, mas não teve sucesso, pois o sindicato de trabalhadores do BAMIN descobriu o projeto e o denunciou publicamente por ser lesivo

entre elas, as usinas estrangeiras passaram a atacar, depois de 1971, à ENAF, COMIBOL e BAMIN com o fim de que o Estado boliviano reduza ao mínimo suas vendas de estanho (concentrado e metálico) no mercado mundial.

Embora as causas sejam mais complexas, conforme a análise de Mitre, acreditamos que a luta instaurada entre as firmas metalúrgicas oligopólicas estrangeiras e a criação da ENAF na Bolívia, repercutiu na falência da Harvey de Patiño em 1973 (que até então fundia quase a maioria de estanho boliviano de alta lei). O impacto do seu fechamento foi duplo: no plano interno, a ANMM se ressentiu dessa situação pelo fato desta vender a maioria de sua produção a essa firma; no plano externo, incidiu na alta do preço do metal no mercado mundial, pois as outras usinas não conseguiam preencher o vazio deixado pela Harvey (*Presencia*, 14/04/74). Contudo, o efeito, no plano externo acirrou a luta entre as firmas monopolistas estrangeiras pelo controle da comercialização e refino dos concentrados de estanho boliviano.

2.3.1.2 Setor energético: gás e petróleo

O outro aspecto de nossa hipótese refere-se ao caráter ostensivo da intervenção do capital americano no setor petrolífero. A partir de 1972, com a promulgação da nova lei do petróleo reingressam ao país 14 firmas estrangeiras, das quais dez eram americanas (dados do YPFB de 1978, apud de la Cueva: 58). A Gulf Oil⁴³ voltou a ter privilégios nos novos contratos especiais com o

aos interesses do país. A poderosa firma acabou abandonando tal projeto (De la Cueva: 194). Esse comportamento econômico das poderosas firmas estrangeiras também é confirmado por Kñakal (1981:78): “Embora a Comibol logrou romper o anterior monopólio da fundição W. Harvey de Patiño – cuja participação nas vendas totais da empresa pública caiu a 43% no final dos anos 60 -, foi substituído pelo poder oligopólico de umas poucas usinas estrangeiras, aliás integrado pela W. Harvey, pela outra fundição britânica Capper Pass (pertencente à Rio Tinto Zinc Corporation), e a estadunidense de Long Horn (Gulf Resources & Chemical Corp.), as quais adquiriram 15% e 27%, respectivamente, das vendas totais de estanho de Comibol”. E ainda mais, depois da falência da Harvey, a Capper Pass, Gulf Chemical e Metalgesellschaft absorveram 40% das vendas totais da COMIBOL em 1978 (Idem.:79-80).

⁴³ Esta transnacional americana, com sede em Pittsburgh, aparece, em 1977, no décimo lugar entre as 50 maiores empresas industriais do mundo, com 16, 4 milhões de dólares em vendas anuais; e a United State Steel, ocupou o 26º lugar, com 8,6 milhões (*Fortune*, agosto de 1977). Suspeitamos que tais dados se refiram às vendas nos EUA, pois não demonstram a face verdadeira tanto das operações como dos lucros destas transnacionais: seria plausível deduzir, conforme veremos no próximo capítulo, que as operações e lucros da Gulf Oil na Bolívia foram superiores. Já vimos que somente as operações da Grace neste

Estado militar do período e a dominar a empresa nacional do petróleo (YPFB) através de suas duas subsidiárias (Union Oil e Phillips Petroleum): monopólio no fornecimento de tecnologia e no controle da comercialização e exportação de gás e petróleo (Quiroga 1979 e 1982b).

A nossa análise do comportamento do capital estrangeiro/americano na Bolívia constata a tendência fundamental (monopólio/oligopólio nos planos da produção, distribuição e circulação, de um lado, e a acentuação da concentração e centralização do capital) de controle dos canais de acesso ao mercado internacional, sob o comando do grande capital financeiro. Um estudo da UNCTAD sobre o funcionamento das empresas transnacionais constata que estas controlavam parte fundamental do comércio exterior de matérias primas e de produtos básicos (café, açúcar, algodão etc.): entre 60% e 85% das exportações dos países chamados em desenvolvimento. Em relação aos produtos minerais, a concentração tende a ser mais acentuada na bauxita e o estanho – por exemplo, a Alcan, Alcoa, Alusuisse, Kaiser e Reynolds (que operam também no Brasil) controlavam 46% da produção de bauxita, 50% de alumina e 44% da produção mundial de alumínio. No caso do estanho (nos anos 70), duas empresas estatais (uma da Indonésia e a outra, a COMIBOL da Bolívia), junto com uma sociedade que tem participação majoritária com o governo da Malásia, produziam mais de 30% desse produto no mundo (o que não significa que estas controlem o mercado mundial de estanho). E ainda mais, somente as empresas do grupo Patiño N. V. controlavam entre 23% e 26,5% da produção mundial de estanho metálico.⁴⁴ Um outro aspecto importante do caráter do grande capital americano/estrangeiro, além de sua complexa diversificação, é a tendência (já detectada no âmbito internacional) a ter participação simultânea nos dois setores extrativos na Bolívia. Mais especificamente, houve um deslocamento das transnacionais petrolíferas para a operação no setor de mineração: é o caso da Gulf

país chegaram a 15 milhões de dólares em 1975. Contudo, esse fato não é novidade: os maiores lucros obtidos por qualquer firma gigante americana estiveram relacionados com as operações externas, principalmente das filiais instaladas nos países capitalistas periféricos, conforme mostraram Baran & Sweezy (1978).

⁴⁴ Albavera (1984:22). Conforme Baldwin (1983:160, ver tabela 7,2), em 1975 a produção e refinação das empresas do grupo Patiño N.V., espalhadas em quatro países (Malásia, Austrália, Nigéria e Brasil), representava 22,44% da produção mundial, ou seja, o maior grupo de refinação de estanho do mundo (51 mil toneladas métricas). Os interesses do grupo Patiño não ficam por aí: ele é sócio da Rio Tinto Zinc Corp., cuja subsidiária é o grupo inglês Capper Pass & Son (que aparece em nono lugar dos

Oil, Baroid, a Anshltz Corp. of Bolivia, e a Grace, entre outras. Conforme Albavera (1984:22), a Exxon passou a participar na extração e comercialização do cobre, chumbo, prata, zinco e urânio. A Royal Dutch Shell ingressou na exploração de bauxita, estanho e zinco. Essa tendência vem sendo seguida pela maioria das firmas americanas (Amoco Petroleum e Phillips Petroleum da Gulf, Mobil Oil, Getty Oil, Union Oil, entre outras). A maioria destas operaram na Bolívia nos anos 70.

A nossa análise do deslocamento das transnacionais petrolíferas para as atividades mineiro-extrativas detectou sérias implicações econômicas e políticas para o país. Dado que a Bolívia manteve o segundo lugar da produção mundial de estanho nessa década, a concorrência entre os dois tipos de transnacionais, principalmente pelo controle da comercialização de minérios (venda no mercado mundial), tornou-se mais intensa e acirrada. E a repercussão dessa luta acabou redundando no incremento da instabilidade econômica e política no país, agravando sua dependência e vulnerabilidade externa: as firmas monopolistas e oligopolistas, mormente americanas, intensificaram o ataque às principais empresas estatais produtoras e processadoras do metal com o fim de obrigar o Estado boliviano entregar-lhes a maior parte da sua produção. Entretanto, mais devastador foi aquilo que a maioria dos autores bolivianos descrevem como “descapitalização” ou “falência” das empresas estatais estaníferas e petrolíferas (mas sem entenderem o efeito do processo de deslocamento de atividades das transnacionais). Como a maioria das grandes firmas estrangeiras do setor mineiro dificilmente cederia terreno às investidas das petrolíferas (embora tenham arrancado lucros felpudos), estas acabaram, direta ou indiretamente, destruindo a estatal petrolífera boliviana (YPFB): sua produção foi gradativamente definhando em benefício das empresas americanas predominantes (de exportadora de petróleo converteu-se em importadora desse produto já em 1976), abandonou a exploração de novas reservas energéticas, seu investimento foi ínfimo, pagou *royalties* e regalias elevadas. Enfim, sua falência foi mais ostensiva que a COMIBOL, com uma pesada dívida externa de

maiores refinadores do minério da lista de Baldwin à página 160). A ENAF da Bolívia aparece com apenas 3,1% (7.133 t métricas) do refino mundial, ocupando o oitavo lugar.

515 milhões de dólares no período 1971-78. Isso não significa que estejamos eximindo a responsabilidade do papel dos agentes estatais e da política econômica instaurada no Estado militar (ver Mortimore 1981:146-150). Este tema será tratado mais detidamente no próximo capítulo.

2.3.1.3 Setores comercial, bancário e financeiro

Até aqui o nosso objetivo foi examinar tanto o caráter da participação como as relações de propriedade do capital estrangeiro, sobretudo o americano, nos setores extrativos (mineração e petróleo) na Bolívia. Esse quadro deve ser complementado com a análise da intervenção do capital bancário/financeiro americano, outro aspecto importante da nossa hipótese central, indicada acima, sobre o caráter da intervenção do capital americano no país. Trata-se de outro setor importante, enquanto fonte de acumulação de capital. E a tendência da participação do capital financeiro não se afasta da natureza da intervenção do capital que opera nos setores extrativos; e cuja evolução se distancia em vários aspectos em relação às características do início do século XX na economia boliviana (ver Marsh, 1980), porém mantém traços semelhantes como, por exemplo, o acréscimo da especulação.

Veremos que o grande capital financeiro americano também domina quase em todos os setores da economia boliviana. Basicamente três bancos controlaram os mecanismos de acesso aos créditos e empréstimos internacionais.⁴⁵ Em ordem de importância, trata-se do FNCB (foi sócio da viação aérea boliviana [LAB] e também participou com significativas ações na firma COMSUR, da família Sanchez de Lozada; o mesmo banco é dono da Grace que opera em múltiplas atividades econômicas na Bolívia), o maior credor do Estado boliviano. Segue o *Bank of America* e finalmente o *Banco de Boston*.

⁴⁵ Para o que segue, ver: De la Cueva (1983), Calcagno (1980) e CEPAL (1983).

Os dois primeiros abrem suas agências na Bolívia em 1965 e 1976, e o último em 1974, justamente sob as ditaduras militares mais prolongadas. Eles são os principais mediadores entre o governo boliviano e as instituições financeiras internacionais para a obtenção de créditos. A concorrência pelo fornecimento de créditos ao Estado boliviano foi ostensível: os três foram responsáveis, de um total de 1 bilhão de dólares, por 75% empréstimos ao Estado e 37% ao setor privado entre 1971 e 1978.

Entretanto, a luta pelo fornecimento dos maiores créditos para empresas agrícolas e agro-industriais (isso não significa que eles limitaram a estes setores; houve importantes créditos ao setor mineiro) foi mais intensa entre o Bank of America (especializado neste tipo de créditos) e o FNCB; no final este acabou prevalecendo. A esse respeito, sabe-se que Bank of America funciona estreitamente com a USAID, canalizando investimentos ao setor agrícola. Não é de estranhar que tenha uma importante agência em Santa Cruz de la Sierra, região em que a agricultura e a agroindústria aparecem bastante prósperas: financiou a 1/3 da produção de algodão da região de Santa Cruz. Como já dissemos, a sua tendência é atuar principalmente na agroindústria, porém sua política é voltada para o fornecimento de capital hipotecário usurário. Isto é, através deste tipo de empréstimos, se apropria de grandes propriedades fundiárias de fazendeiros falidos que não conseguem pagar suas dívidas. No final da década de 70, o banco estava processando juridicamente um grupo de fazendeiros para se apropriar de 63 mil hectares (departamento de Beni) por uma dívida de 421 mil dólares (De la Cueva: 212). Mencionemos mais dois exemplos do caráter especulativo da operação destes bancos na Bolívia: 1) o grosso dos empréstimos agrícolas e agro-industriais foi canalizado para as empresas agrícolas dos grandes proprietários fundiários, mormente improdutivas, e para a produção de algodão, uma experiência de diversificação agrícola que fracassou rotundamente; 2) empréstimos para a operação de comercialização e transporte para a exportação de minérios (concentrado e metálico) produzidas pelas empresas estatais (ENAF, COMIBOL, BAMIN), pois não tinham capital suficiente para tal operação - o governo recorreu regularmente a esses dois bancos para financiá-las, em

compensação estes lhe antecipavam 80% do valor da exportação, porém cobravam taxas de juros extorsivas (Cf. De la Cueva: 192).

2.3.2 Classes dominantes bolivianas

No item anterior temos demonstrado a hipótese segundo a qual do conjunto do capital estrangeiro o grande capital americano prepondera nos setores chaves da economia nacional. O que exigiu uma caracterização simultânea das suas diferentes frações nos processos de concentração e de segmentação horizontal e vertical do capital: a sua presença é marcante, num país economicamente atrasado. E o caráter da intervenção desse capital – ataque ao capital público e nacionalizado e a maximização de extração tanto de matérias-primas e de lucros imediatos e a médio prazo - contribuiu na reprodução de fatores genéricos potenciais de instabilidade econômica: 1) controle dos mecanismos de comercialização, refinação e de definição preços dos principais produtos de exportação (minérios e petróleo) no mercado mundial; 2) controle dos mecanismos de acesso aos empréstimos financeiros internacionais através dos grandes bancos americanos. Ambos fatores redundaram no incremento da fraqueza e vulnerabilidade do Estado diante do grande capital americano e o estrangulamento do setor externo, indicativo de uma fase acentuada de desnacionalização da economia boliviana em curso.

O tema deste item exige o mesmo procedimento analítico aplicado acima (decifrar o caráter das relações de propriedade e de posse jurídica do capital). Para tanto, coloquemos a seguinte hipótese de trabalho: as principais frações de capital nativo que preponderam na economia boliviana não apenas estão atravessadas de ponta a ponta pelo capital americano, que participa nos setores chaves da economia do país, como dependem dele para sua reprodução no espaço nacional. A demonstração dessa hipótese requer seu desdobramento analítico em duas partes: 1) a complementação da caracterização geral das classes dominantes e frações de classe dominante nativas

iniciada no capítulo anterior; 2) a realização de um balanço geral do caráter do conjunto das classes dominantes e sua relação com os principais aspectos do processo de acumulação de capital – isto é, apresentaremos uma primeira aproximação analítica da relação entre processo de acumulação e instabilidade econômica.

Começemos com a *velha burguesia a monopolista mineira* (os antigos “barões do estanho”).⁴⁶

Sobre a intervenção desta fração burguesa partimos da seguinte premissa: é evidente que ela foi derrotada politicamente, o que se materializou no desabamento do Estado “oligárquico”. Ela desaparece da cena política, junto com os seus diretos aliados, a grande propriedade fundiária. Mais isso não significa que não se tenha relacionado, mesmo com uma postura defensiva, com o bloco no poder, reorganizado a partir de 52⁴⁷ – bloco dominante caracterizado pela constante crise de hegemonia, geradora de instabilidade política, sob o período populista. Assim, nossa hipótese sobre a intervenção desta fração burguesa, principalmente sobre da sub-fração representada pelo grupo Patiño, é mais simples: atuando desde o exterior, manteve seus interesses econômicos na Bolívia até a década de 70 e exerceu influência econômica e ideológica significativa.⁴⁸ Bastam dois exemplos

⁴⁶ Na maioria dos estudos (econômicos, políticos e sociológicos) constatamos duas teses, não excludentes, em relação a esta fração burguesa: 1) tal fração burguesa teria sido liquidada política e economicamente na revolução de 52; 2) no golpe de 64 houve uma restauração conservadora: as antigas forças econômicas e sociais teriam voltado a se impor no país. O peso específico dessas forças é caracterizado, nesta última tese, de forma genérica e se centra em dois aspectos: a) certas camadas médias e categorias de estado (militares) que estavam relacionadas com a velha burguesia mineira passam a exercer influência no aparelho de Estado; b) o imperialismo americano teria preenchido o vazio de poder (“vácuo de poder”) deixado por aquela burguesia e passa a controlar aparelho de Estado através do Exército. Seria o que Zavaleta denomina, baseado nas análises de Almaraz (1988), o “paradoxo senhorial”; e para Lora a claudicação da pequena burguesia nacionalista, o que teria redundado, para os dois autores, no fracasso da revolução burguesa na Bolívia. Já Malloy (1989) considera que tal revolução ficou “inconclusa”, mas por motivos distintos aos defendidos por aqueles autores. Contudo, permanece a questão da liquidação ou não da velha burguesia mineira e a forma de sua intervenção na Bolívia pós-revolucionária. Tal problemática é complexa e não podemos, aqui, reconstituir o processo político pós-1952 para desvendá-la, já que escapa aos objetivos propostos neste trabalho.

⁴⁷ Segundo informações baseadas nas memórias do embaixador boliviano nos Estados Unidos do período (1952 em diante), Víctor Andrade, na sua acirrada luta de desprestígio contra o governo boliviano (acusando-o de ser um regime comunista), os barões do estanho teriam pago, entre 1952 e 1955, cerca de dois milhões de dólares: “o irônico do caso foi que grande parte desse dinheiro pago pela propaganda contra o MNR se fizeram com as retenções nos Estados Unidos pela venda de estanho e o sobrepreço que se pagava pela wolframita, matéria prima que continuou reconhecendo-se [a exploração] aos antigos empresários depois da nacionalização das minas como parte da indenização” (Bacarreza, 1995:128).

⁴⁸ Já temos examinado a influência econômica do grupo Patiño na Bolívia. No plano internacional, é possível que o grupo tenha se desagregado em vários subgrupos ou holdings, como o grupo Patiño N.V. De qualquer maneira, isso não altera a nossa hipótese. Acrescentemos alguns exemplos. Quando a usina Harvey fechou em 1973, deixou uma dívida de 8 milhões de dólares ao Estado boliviano por contratos contraídos anteriormente (na década de 60 o governo populista do MNR pagou aos três grupos monopolistas bolivianos 20,2 milhões de dólares de indenização, correspondendo ao grupo Patiño o valor mais alto: 9,6 milhões de dólares [BCB, 1963, apud Peñaloza, 1987:334-5]). Não encontramos dados taxativos sobre o pagamento da dívida da usina Harvey ao Estado (não existe informação nos anuários do BCB do período). A imprensa da época noticiou esse fato mas sonegou

concretos para demonstrar essa hipótese. Primeiro, no período 1952-73, controlou a maior parte da refinação do estanho na usina Harvey. Tal controle se relaciona com o boicote sistemático, através de variados mecanismos (econômico, técnico, burocrático e ideológico), à implantação de uma usina de fundição de minérios na Bolívia. Segundo, o ponto anterior é uma amostra relevante de que o grupo Patiño tinha influência política no aparelho de Estado, desde os governos do MNR até os governos militares, através de: a) um pequeno mas poderoso grupo de pressão organizado oriundo das altas camadas médias - que representaram os interesses econômicos e políticos dos “barões do estanho” – passou a exercer influência no primeiro governo militar (1964-68) e na ditadura banzerista: os seus representantes aparecem como assessores econômicos e formuladores das legislações mineiras, conjuntamente com os técnicos americanos da Usaid e da embaixada americana, em favor do setor privado⁴⁹; b) funcionários estatais articulados ao ministério de Mineração, BAMIN e COMIBOL que viabilizavam os interesses econômicos específicos da burguesia em questão (como o cnl. Lechin Suárez).⁵⁰ O que estamos querendo sublinhar é o efeito econômico, político e ideológico

a informação sobre o assunto (o jornal *Presencia* [10/5/74] simplesmente diz que a COMIBOL logrou que a Harvey pagasse a dívida em duas vezes). Deve-se salientar também que o império econômico do grupo Patiño não foi eliminado em 1952, e portanto tampouco sua influência política no país, contrariamente da divulgação ideológica do partido MNR, dos governos militares, bem como de autores nacionalistas. O grupo manteve o controle acionário nos inúmeros holdings que participou nos países centrais e nos países produtores de estanho, embora se detecte um declínio econômico no final da década de 70 (ver Thoburn, 1981; Baldwin, 1983). Assim, é plausível concluir que, além de manter boa parte do controle da refinação de estanho boliviano até 1973, manteve influência econômica no país através de suas firmas e da participação em sociedades acionárias cuja propriedade jurídica aparece de diversas formas: propriedade direta ou em nome de terceiros. Sabe-se que, nos anos 70, os interesses econômicos do grupo não eram irrelevantes na Bolívia (era dono do Banco Mercantil, além de ser dono da firma mineradora americana Tennant S. A. que operou no período com contratos mistos com o BAMIN para a exploração de antimônio; ver: *Presencia*, 12/2/73; De la Cueva: 102, 188). O grupo também teve ações significativas na firma Brascan no Brasil, através da Mineração Jacundá, além de ser dona da Cesbra em 1980 (na lista das maiores empresas do setor mineral no Brasil, a Mineração Jacundá aparece em 35º lugar). Ver *Brasil Mineral* (1984) e Alves (1989:127). Estes dados são confirmados por Baldwin, op. cit.

⁴⁹ Trata-se de um grupo cujos integrantes pertencem às altas camadas médias filiadas à ideologia oligárquica, e que estava articulado ao antigo “escritório Calvo”, composto de advogados, economistas e políticos que defendiam os interesses da grande burguesia mineira, e que controlavam o aparelho de Estado antes de 1952 (Cf. Almaraz, 1988, 1993). Estes se tornaram também proprietários de minas e, desde os anos 50, aparecem articulados às firmas americanas que controlam a mineração média. Enfim, este grupo – um dos maiores inimigos do proletariado mineiro - endossou e reproduziu as ideologias dos “barões do estanho” e das grandes firmas mineradoras americanas.

⁵⁰ Tal influência se patenteou principalmente na manutenção do monopólio de refinação do estanho boliviano na usina de Patiño e do bloqueio à instalação das plantas de fundição no país. Consultar: Velasco (1964), Almaraz (1988, 1993) e Peñaloza (1987). Um importante estudo sobre a última problemática oferece Mitre em *El enigma de los hornos* (1993a). Mitre tenta combater o tratamento do tema feito pelos autores que ele denomina “nacionalistas” (alusão a Velasco, Almaraz, Peñaloza e até Zavaleta). Embora seja o estudo mais sistemático escrito até o momento, o autor tende a cair no extremo oposto (e que se detecta também no seu livro *Bajo un cielo de estaño* [1993b; Cf. principalmente a “Conclusão”]): o de negar a problemática do movimento nacionalista que se acentua na década de 40 e culmina com a nacionalização das minas e a instauração do Estado populista em 1952: uma das reivindicações fundamentais desse movimento é justamente a recuperação da soberania do Estado, o que implicava o reforço da intervenção estatal na economia e, por essa via, instaurar uma usina no país. Entretanto, este objetivo somente foi

(a influência ideológica será analisada mais à frente) da ação desta velha fração burguesa sobre Estado populista e o Estado militar instaurado em 1964: contribui como outro fator de acréscimo de instabilidade política nos anos 50, 60 e inícios dos anos 70. E a razão histórica fundamental é a de que, qualquer classe ou fração de classe dominante, despojada do poder político por um movimento revolucionário, dificilmente se rende sem luta, e tenta, por todos os meios, desestabilizar, desde o exterior, o novo regime, senão para tentar retomar o poder, pelo menos para minimizar ou compensar suas perdas econômicas e influência política.⁵¹

Vejamos agora o caráter da *nova burguesia mineira* ou capital mineiro-exportador nacional. Esta fração burguesa se diferencia da velha burguesia mineira num aspecto relevante: não teve o poderio econômico e político desta. Contudo, Almaraz⁵² sugere que ela adquire um caráter mais internacionalizado que a velha burguesia mineira. E se apresenta como grupo industrial com o qualificativo de *mineração média*, cujo órgão corporativo e de representação de interesses, conforme já foi salientado, é a ANMM. Na verdade, trata-se da grande mineração privada com maior poder econômico no período 1971-78: o segundo produtor (depois do Estado) tanto de minérios em geral (25%) como de estanho (entre 22% e 25%). O valor líquido de sua produção, até 1974, oscilou entre 60 e 80 milhões de dólares por ano; em 1978 chegou a 138,7 milhões.⁵³ Conforme Casanovas (1990:43), os lucros deste setor chegou a 27% no período; quanto aos impostos, a taxa paga pela

logrado num governo nacionalista-reformista, o de Ovando: a usina foi inaugurada no governo Torres, embora tardiamente. Mitre não entende que o caráter dos movimentos nacionalistas não está tanto na tendência da estatização da economia, porém na defesa da soberania, e esta não é contraditória com um processo de desnacionalização, de abertura ao capital estrangeiro, como foi o caso do MNR a partir de 1953-56 e o caso do governo Kubitschek no Brasil, no mesmo período.

⁵¹ O caso das revoluções burguesas na Europa não desmentem essa tese, principalmente no caso Francês. Consultar: Marx, *O 18 Brumário* (cit.), Lenin, *Sobre a questão nacional* (cit.), Hobsbawm, *A era das revoluções* (1979) e Mayer, *A força da tradição* (1990).

⁵² “A ação colonizadora se realiza através de um movimento envolvente desde a embaixada Americana até a ‘Grace’. Nos fatos, os pontos de vista da Grace, Gulf, South American Placers, Philips Brotheers, são os mesmos da embaixada. A estratégia da conquista para se realizar precisa de dispositivos de força os que em sua complexa totalidade constituem hoje o *verdadeiro poder na Bolívia*. Entre estes e a mineração do passado há uma diferença: *a grande mineração era formalmente menos estrangeira que o novo poder*” (1988:108; grifo do autor).

⁵³ Ver: ANMM, *La Minería Mediana de Bolívia* (s/d) e *Medium Miners Bolivia Annual Report 1978*. Em 1978 o setor empregou 7.400 trabalhadores (cerca de 10% da força de trabalho do setor); controlou a maior produção de antimônio (69,45%), wolframita (53%) e zinco (32,47%), e 21,17% da produção nacional de estanho. Os dados que fornece Fox (198:375) são parecidos: em 1979, o valor total da produção do setor chegou a 150 milhões de dólares; e as quatro maiores produtoras de estanho eram a COMSUR (a maior produtora), a Estalsa, a International Mining Co., a Avicaya e a Orlandini. Segundo dados oficiais, que são menores que os

COMIBOL subiu de 55% a 99%, enquanto o setor privado (ANMM) despencou de 76% a 26%. Entretanto, conforma já vimos anteriormente, as firmas da Grace (incluindo as que operam no setor) tiveram lucros maiores ou equivalentes aos da estatal boliviana.⁵⁴ Outra característica importante, que já foi salientada, é a de que esta fração burguesa está associada ao capital estrangeiro, principalmente ao de origem americano, embora este fato seja ocultado sistematicamente pela ANMM.

Para mostrar o caráter da relação entre o capital americano e o nacional nos baseamos na análise das relações de propriedade e de posse jurídica das três maiores companhias bolivianas: COMSUR, EMUSA e Pabón. Estas, junto com a Grace, controlam a ANMM. Relembremos que das 25 empresas registradas pela ANMM em 1978, cinco pertencem diretamente ao capital americano, dentre estas, a Grace é dona de, no mínimo, três (Estalsa, Avicaya e International Mining), sem contar com as identificadas por Baldwin. Segundo dados fornecidos por De la Cueva, essas três firmas bolivianas teriam predominância de capital nacional. Em ordem de importância estão: 1) a EMUSA, que aparece composta de capital predominantemente nacional, participa com importantes ações na firma mineira americana Kellguani; 2) a Pabón Ltda. e a Suka, cuja propriedade (92%) pertence ao grupo Pabón, controlado pela família do mesmo nome; este grupo tem ações na Kellguani em sociedade com EMUSA e a empresa americana Bohoco; e 3) a COMSUR, cujas maiores ações (62%) estão nas mãos da família Sanchez de Lozada e o resto nas mãos do FNCB; conforme Fox, esta empresa ocupou o primeiro lugar na produção de estanho em 1978 e o segundo lugar na de zinco.⁵⁵ E a característica

da ANMM, o setor foi responsável por 17,4% do valor total das exportações mineiro-metalúrgicas entre 1971-78. Ver *Anuario Estadístico Minero* 1979.

⁵⁴ Alamaraz já tinha observado esse fenômeno: “Os ‘medianos’, politiqueros e comerciantes expertos, levam um nome que diz pouco respeito a seu tamanho se considerarmos que ‘International Mining’ enquanto ‘Grace’, é tão grande como a Corporação Minera de Bolívia e os novos medianos que vão aparecendo ao impulso dos preços altos, vêm apadrinhados pelo capital norte-americano. A tendência dominante é que sua produção irá aumentando enquanto diminui a tonelagem do setor fiscal e se estanca o de a mineração pequena” (Almaraz, 1988: 92-93).

⁵⁵ Na falta de dados concretos, torna-se difícil saber qual dessas firmas bolivianas obteve o maior lucro médio (é curioso que o próprio *Anuario Estadístico Mineiro*, do Ministério de Mineração e Metalurgia, fornecem dados sobre os lucros gerais e médios, bem como os ativos fixos das empresas do setor mas é impossível decifrar quem é quem nesse labirinto de dados). O jornal *Aquí* (“La minería mediana salió con la suya”, 15-21 de Marzo de 1980) informa que a firma COMSUR teve a maior expansão a partir de 1976-77. Moscoso (1993) detecta que entre as maiores firmas mineradoras, esta teve uma maior influência na elaboração das políticas econômica e impositiva na ditadura banzerista. Apesar de seu claro empenho em defender ideologicamente a ANMM, Contreras (1989), fornece dados importantes, mesmo que tendenciosos: as três maiores empresas que dominaram o setor são quase as mesmas mencionadas por De la Cueva – COMSUR, EMUSA e Estalsa (+ Avicaya e International Mining da Grace).

mais importante é que, junto com a Grace, elas têm uma articulação de interesses econômicos, alianças e acordos importantes através de sociedades acionárias e holdings financeiros: bancos nacionais, indústria (alimentos, cimento, metalurgia), empresas agro-industriais, comerciais, de seguros e de serviços (Cf. De la Cueva: 174-83).

Devemos ainda mencionar duas outras características importantes destes grupos econômicos. A primeira, eles também participam no subsetor de pequenas empresas mineradoras – muitas destas controladas pelas grandes (chamadas médias) – e exploram intensivamente tanto o resto das empresas do subsetor (compostas de pequeno ou médio capital), como das “cooperativas mineiras” (compostas de pequeno capital familiar oriundo de trabalhadores mineiros) através da compra de minérios a preços baixos e extorsivos. Estes dois últimos subsetores são os mais explorados: participam com a maior porcentagem da força de trabalho do setor mineiro em geral.⁵⁶ Além do setor estatal, também é

Segundo Contreras, em 1973 as três firmas da Grace foram “bolivianizadas” (termo que foi utilizado por Gonzalo Sanchez de Lozada, da COMSUR, em 1972, quando era presidente da ANMM, ver *Presencia*, 27/3/72) por empresários nacionais com um “alto espírito empreendedor”. Trata-se do ex-funcionário de um dos antigos “barões do estanho” e funcionário da Grace: G. Gutierrez Veja Murgía (homem da Grace que foi “garoto propaganda” da ditadura e chanceler, encarregado de “negociar” o problema marítimo com Chile), que teria comprado tais firmas por 8 milhões de dólares. Ora, este “empresário”, como a maioria dos gerentes das firmas afiliadas à ANMM, estiveram diretamente articulados à ditadura banzerista, não passou de um testa-de-ferro da Grace. Isso significa que o controle acionário da maior companhia monopolista americana passou a ser mais discreto, apoiando-se no argumento da “bolivianização” através da “transferência” de firmas a um grupo acionário nacional. Portanto, este processo de bolivianização no interior do setor da mineração média, que Contreras acredita piamente, é altamente discutível. Além do mais, é curioso que os empréstimos iniciais dessa “transferência” foram feitos pelo FNCB (dono da Grace) e 9,6 milhões de dólares emprestados pelo Bank of América. Perfeita negociata entre os dois bancos. Quem pagou tais créditos externos se o próprio Contreras evoca que um dos problemas cruciais do setor mineiro privado era a acentuada escassez de capital, conforme mostraram os relatórios americanos Bohan (1942) e Ford Bacon & Davies (1956)? Resposta: tais créditos foram pagos pelo Estado, na modalidade empréstimo com fundo perdido. Estes empréstimos não aparecem especificados nos dados sobre o investimento fornecidos pelo INI nem nos anais do BCB do período, sendo plausível concluir que foram colocados num item geral sobre a “dívida externa” contraída pelo Estado. O mesmo aconteceu com a COMSUR, de Gonzalo Sanchez de Lozada: para Contreras esta firma foi a que mais se expandiu economicamente desde os anos 60. Entretanto, a “fase de ouro” foi o período da ditadura banzerista: aumentaram os créditos públicos com fundo perdido, base de segurança para a sua associação com o capital estrangeiro. Eis o caráter do novo empresariado mineiro boliviano e de suas “modernas” e “eficientes” firmas, cuja “agressividade e rápido desenvolvimento diversificado” são consideradas como virtude por Contreras. A análise desta fração da burguesia interior será retomada mais à frente.

⁵⁶ O setor mineiro é composto de quatro subsetores - o estatal e os três grupos que compõem o setor privado: 1) o mais importante é o estatal, que empregou cerca de 33% da força de trabalho do setor mineral e participou com 47,4% da geração de divisas, uma média de 157,5 milhões de dólares anuais no período 1971-78; 2) o composto pela denominada *mineração média*, o mais importante grupo privado e o segundo exportador de minérios: utilizou 9,6% da força de trabalho do setor e foi responsável por 17,4% do valor total das exportações de minérios (um valor médio anual entre 80 e 100 milhões de dólares); 3) o composto pelas *pequenas empresas*, responsável por 8,7% do valor das exportações (29 milhões de dólares por ano), com uma média de 23% da força de trabalho; e 4) o composto pelas *cooperativas mineradoras*, que participou com 2,9% do valor das exportações (9,9 milhões de dólares por ano), e com uma média de 18% da força de trabalho. Os dois últimos subsetores empregaram, no período em consideração, quase o dobro de trabalhadores do subsetor estatal e quase três vezes mais do que a mineração média (*Anuario Estadístico Minero 1979*; estes dados são oficiais; temos corrigido o valor das exportações do setor médio; evidentemente, o valor das exportações das empresas estatais tende a ser maior). Contudo, devemos caracterizar melhor essa situação hierárquica no processo de propriedade e posse jurídica do setor em geral. No período, o setor estatal obtém os menores lucros em relação ao

destes subsetores que são extraídas altas taxas de mais-valia e de lucro, pois as condições de trabalho são árduas, utilizam mecanismos de extração arcaicos e baixa produtividade - este fenômeno é conhecido tanto pelos depoimentos dos próprios trabalhadores como pelos inúmeros estudos sociológicos sobre o assunto.⁵⁷ No fundamental, a mineração média cresceu de forma acelerada, a partir dos anos 60, com a cobertura do Estado, conforme sustenta Quiroga (1979:50-51). Nas décadas de 60 e 70, o subsetor cresce na mesma proporção em que a COMIBOL declina. A produção estanífera desta cai 27% e a daquela aumenta 120%. Somente no período 1965-69 a produção da ANMM cresce 53%. Quanto aos outros minérios, a produção estatal em relação à mineração desse grupo é a seguinte: a de zinco cai 20%, aumenta 800%; a de cobre cai 22%, cresce 1.000%; a de antimônio, produção insignificante, cresce 20%; a de wolframita cai 20%, se mantém estável. Logo conclui:

Em termos gerais, a participação da produção estanífera no volume das exportações de minérios do país diminui paralelamente ao deterioro da mineração estatal. Em 1952, as exportações de estanho eram de 60% das exportações mineiras do país. Hoje [1972] dificilmente chega a 50% da produção de wolframita, 58% de cobre e 60% de antimônio. O processo de concentração e monopolização da indústria extrativa mineira em mãos da Mineração Média, sucessora da grande mineração nacionalizada em 1952, se faz mais notório se pensarmos que as 22 firmas que compõem a MM controlam uma produção total dois vezes maior que a produção de dois mil empresas pequenas e 22 mil cooperativas. Uma só empresa da MM controla 60% da produção nacional de wolframita, outra cerca de 70% da produção de antimônio e outra chegou a controlar praticamente 100% da produção de zinco. Como se explica este processo simultâneo de crescimento da MM e a declinação da mineração estatal? Porque, sob as condições 'adversas' de que se lamentam os proprietários da MM, pôde esta crescer ininterruptamente? [...] Não será que uma mesma causa determina lucidamente ambos processos inversos? (1979:51-52).

investimento global em bens de capital, não utiliza plenamente sua capacidade instalada e trabalha mormente com perdas significativas no processo de produção (alto custo de produção e baixos lucros). Isso se deve a um processo que denominamos desnacionalização (tema que será analisado nos próximos capítulos) que transfere capital público ao setor privado preponderante (mineração média, controladas pelas grandes firmas produtoras e comercializadoras de minérios americanas). Por outro lado, das 20 empresas da pequena mineração analisadas por Godoy (1985), o que é uma amostra significativa das relações de propriedade e posse, todas pertencem à pequena burguesia e, predominantemente às camadas médias urbanas; e exploram intensivamente força de trabalho camponesa-indígena - em condições semelhantes aos do século XIX na Bolívia, e um tanto parecido ao caso russo desse mesmo século analisado por Lenin - , cujas relações de produção são ainda pré-capitalistas. Na lista dos proprietários de minas fornecida por Godoy, nenhum camponês-indígena é proprietário de uma firma. No caso das cooperativas mineradoras, ela é composta por ex-trabalhadores do setor estatal e da mineração média que trabalham por conta própria: o número de cooperativas passa de dois mil.

⁵⁷ Consultar: Iriarte (1972), Viezzer (1979), Escobar (1986), Harris & Albó (1986), Nash (1993), Mitre (1993b) e Cajías de la Vega & Jiménez (1997). Sobre a composição da pequena mineração e as cooperativas (caráter do capital investido, tecnologia, organização da produção e exploração da força de trabalho), consultar três trabalhos importantes publicados na coletânea editada por Greaves & Culver, *Miners and Mining in the Americas* (1985): o de Delgado, de Greaves-Albó-Sandoval, e principalmente o de Godoy, "Entrepreneurial risk management in peasant mining: the Bolivian experience".

A segunda característica diz respeito à considerável influência ideológica que exerceu a antiga burguesia mineira, especialmente o grupo Patiño, na associação de mineiros médios, mesmo que nenhuma de suas firmas estivesse filiada – isto é, apesar de que estes apoiaram amplamente a entrada e a expansão do capital de origem americano, também apoiaram a reivindicação do grupo Patiño de manter o monopólio da fundição dos minérios bolivianos na medida em que vendiam estanho concentrado às comercializadoras estrangeiras para seu refino na Harvey. O que significava uma aliança tácita com esse grupo, contribuindo assim no sistemático adiamento da construção de usinas na Bolívia. No que tange à influência ideológica, os mineiros médios adotaram o discurso da “vocação mineira” do país, que foi apregoada permanentemente pela velha burguesia mineira e pelo capital estrangeiro em geral desde o início do século XX. Tal influência se expressou nos anos 60 e 70 nos seguintes aspectos: a indústria extrativa (privada) se caracterizaria pelo seu alto risco econômico e pouca lucratividade (alto custo da produção, condições de exploração das minas muito árduas: minas subterrâneas situadas a mais de 3.000 metros de altitude sobre o nível do mar); crítica sistemática contra o Estado devido tanto ao bloqueio da livre concorrência como à expansão e crescimento da empresa mineira privada, pois ele monopolizaria as atividades econômicas, imporiria uma “irracional estrutura tributária” e manteria os salários elevados em detrimento da classe empresarial etc.⁵⁸

⁵⁸ O discurso ideológico da “vocação mineira” da Bolívia não apenas aparece de forma constante nos anuários da ANMM mas também nos artigos especializados escritos pelos próprios dirigentes dessa associação (a maioria donos de minas e de outras empresas fora do ramo) e por historiadores, economistas etc. articulados ao setor: ver os artigos de G. Sanchez de Lozada (COMSUR), Raúl España, C. Iturralde etc. (a maioria deles foram funcionários das grandes firmas dos “barões do estanho”, funcionários ou donos das atuais empresas da mineração média). Ver *Minería y Economía en Bolivia* (1984). Um trabalho de aparência acadêmica (embora as intenções dos autores tentem contribuir com a pesquisa histórica sobre a economia estanífera), altamente apologético da ANMM, oferecem Contreras & Pacheco (1989). Entretanto, um dos maiores apologetas da empresa mineira privada, cuja defesa ideológica da “vocação mineira” e contra um tipo de nacionalismo (o do MNR, por ser causador da nacionalização das minas), e que não foi superado pelos autores acima mencionados devido a seu tratamento sofisticado desses temas, é o ex-gerente das empresas do antigo grupo Aramayo: René Ballivian - ver *El futuro de la empresa privada* (1972), e a palestra ministrada em Altos Estudos Militares em 1974, *La Política liberal y la política intervencionista y sus efectos en la industria minera de Bolivia* (a nosso ver este é o maior ideólogo da ANMM e da CEPB, papel que H.C.F Mansilla quer disputar). Já o autor estrangeiro mais representativo que contribuiu com a manutenção dessa ideologia (a vocação mineira) através do discurso segundo o qual todo financiamento e empreendimento estrangeiro da indústria mineira na Bolívia seria inviável devido ao elevado intervencionismo estatal, alta tributação, péssimas condições de extração e o alto custo de produção, o que estrangularia qualquer lucro: Fox, “Bolivian mining, a crisis in the making” (1985). Finalmente, o fiel defensor dessa ideologia, desde a ótica da burguesia de Estado, é G. Bedregal, ver basicamente, *Comibol, una historia épica* (1998).

O que estamos querendo sublinhar é que os mineiros médios não apenas adotaram como reproduziram o mesmo comportamento econômico, político e ideológico dos antigos “barões do estanho” e dos integrantes do capital estrangeiro que operou no setor. Evidentemente, eles o reproduzem sob novas condições socioeconômicas e políticas: têm que lutar contra uma força de trabalho muito mais organizada daquela que vigorou na década de 40 e um aparelho de Estado mais modernizado e centralizado. Vejamos os principais aspectos da prática econômica e política do setor, reforçadas por essa ideologia. Na esfera econômica: pouco investimento de capital e alta repatriação de lucros e dividendos (investimento fora do país), baixo investimento no aparelho reprodutivo da força de trabalho e salários paupérrimos, luta contra as empresas nacionalizadas, bem como bloqueio do projeto de instalação estatal de usinas de fundição de minérios ou da expansão destas caso fossem instaladas. Na esfera política: apoio a governos autoritários ou militares, exigência da repressão militarizada da força de trabalho organizada, aspiração tanto ao controle do aparelho de Estado como à conquista da hegemonia política. Na esfera ideológica: luta a favor da abertura da economia boliviana e da livre concorrência (contra um Estado “monopolizador” das atividades econômicas) e reforço do discurso da “vocação mineira” da Bolívia etc. Constatamos assim um fenômeno ideológico detectado por Therborn (1995) no caso da Inglaterra: a *deference* – a condescendência e o respeito (lealdade) aos antigos “barões de estanho”    tanta que todo proprietário de minas do setor médio aspira a se converter num magnata como Pati  o, tido como exemplo de empresário boliviano “bem sucedido”. Numa clara admira  o idílica dos velhos empresários mineiros, Gonzalo Sanchez de Lozada, dono da COMSUR, declara: antes de 1952 a minera  o tinha muita influência porque estava cimentada numa “estrutura de sociedade, de entendimento entre os setores agrícolas, mineiros e comerciais que se inter-relacionavam e autoajudavam dentro da tradicionalmente chamada ‘rosca’ [barões do estanho]”.⁵⁹

⁵⁹ Jornal *Ultima Hora* (7/7/76), apud De la Cueva, p. 174. Tal discurso não contradiz o comportamento geral dos mineiros médios. Uma explica  o sobre a origem e reprodu  o da ideologia da “voca  o mineira” será feita mais    frente.

Complementemos a caracterização das outras frações burguesas bolivianas. Desde já alertamos a dificuldade de identificar, com precisão, as demais frações burguesas, pois desde a metade dos anos 50 e, principalmente ao longo dos anos 60, o processo de diferenciação, no interior destas classes, tornou-se mais complexo, consoante com o tipo de desenvolvimento capitalista instaurado na Bolívia. Um rápido exame desse processo revela o caráter intersetorial do capital mineiro-exportador (estrangeiro e nacional) e a participação significativa do grande capital financeiro americano: estes estendem sua participação ao capital comercial, bancário e industrial (indústria manufatureira tradicional), além de participar em empresas agrícolas e agro-industriais, bem como em empresas do setor serviços. Todavia, tal processo de diferenciação revela dois aspectos dominantes: 1) um processo de concentração e centralização impulsionado pelo capital americano/estrangeiro (comandado pelo grande capital financeiro) e o capital mineiro-extrativo; 2) uma tendência à concentração setorial do capital no eixo comércio-bancos, ficando a indústria manufatureira subsumida a esse processo de concentração. O que não é novidade, pois confirma as inúmeras análises que mostram a fraqueza do capital industrial e o caráter especulativo do capital comercial-bancário na economia boliviana. Mas a ênfase da maioria dos estudos recai no caráter improdutivo e especulativo dessa economia (isto é, um fenômeno “irracional” do processo de acumulação: desmesurado crescimento do terciário, inchaço do Estado, consumo improdutivo etc.).

Vejamos o caráter do ramo bancário-financeiro. Ele é altamente concentrado, além de possuir uma legislação exclusiva que permite a livre circulação do capital financeiro estrangeiro: isenção de impostos sobre dividendos, repatriação de lucros e operação com moeda estrangeira, entre os aspectos mais importantes - embora a ASOBAN, entidade corporativa do setor, insista em que pagou cerca de 10% de imposto sobre lucros e dividendos.⁶⁰ A sua expansão coincide com o início do período de

⁶⁰ De la Cueva (p. 201), baseado nos dados da ASOBAN de 1978 conclui que esta paga 10% de lucros e dividendos. Uma análise dos dados do BCB do mesmo ano registra o mesmo percentual no item “imposto sobre venda de divisas” e não sobre lucros e dividendos, o que confirma a isenção de imposto sobre este item. O imposto que o setor paga está incluído no item “imposto a la Renta”, e deve ser bem menor do que a ASOBAN informa. Três exemplos: 1) o imposto pago pelo setor bebidas alcóolicas e tabaco oscilou entre 13 e 16% no período 1973-78 (BCB 1978:99A); 2) em outubro de 1973 o governo decreta “anistia tributária” (BCB

recuperação da economia boliviana: começo dos anos 60. Dos 24 bancos privados que funcionavam em 1978, 11 nacionais foram criados entre 1961 e 1978 e três estrangeiros abriram agências no país.⁶¹ Tal expansão foi consolidada na década de 70: o setor privado teve a maior taxa de crescimento do PIB na economia boliviana com uma média de 13,1% (o ramo comunicações apenas chegou a 8,7%) - 16,9% em 1970-75 e 9,3% em 1975-80 (BCB 1980:53). O montante dos depósitos em conta corrente, prazo fixo e poupança aumentou 528% no subperíodo 1974-78; os lucros do setor chegaram a 30% ao ano, possibilitando assim aos bancos recuperar o capital investido em quatro anos e continuar operando com o capital inicial (De la Cueva: 203). Entretanto, a expansão das agências bancárias em todo o país é lenta, porém o incremento do capital fixo (ativos fixos e ações) e a absorção da maior parte das divisas vendidas pelo Banco Central chega a 75%.⁶² No final do período (1978), os técnicos do Banco Central afirmam: “persistiu a pressão do setor privado sobre a oferta de divisas como consequência da *instabilidade política*, que criou um clima de incerteza refletida num cauteloso investimento privado, bem como induz ao público a preferir ativos internacionais [moeda estrangeira] (BCB 1978:81-82; grifo nosso).

1973:80A); 3) uma *Resolución* do BCB de 8/2/74 “aprova distribuição de lucros do FNCB e lhe autoriza enviá-la ao exterior” (BCB 1974:71A). Isso significa que tais medidas governamentais sobre a participação do capital bancário-financeiro não contradisseram a legislação especial (de caráter confuso e ambíguo que não regulou o comércio exterior e o mercado de capitais) sobre o capital estrangeiro no governo Banzer.

⁶¹ Nos anos 60 se criam sete bancos privados - cinco nacionais e dois estrangeiros (FNCB e Bank of America); nos anos 70 se completa a expansão com 9 bancos: 4 privados nacionais e 3 estrangeiros (Banco de Boston, uma agência de um banco alemão e o Banco Real do Brasil) e dois bancos estatais. Os dados oficiais registram 24 bancos em total em 1978 (BCB 1978:84). A nossa pesquisa registrou 28 bancos em total: 4 estatais; 21 privados (5 estrangeiros); e 3 estatais estrangeiros (Cf. Iñiguez, 1980; Basaure, 1984). Dados do BCB de 1978 mostra que 74% das divisas do BCB foram absorvidas pelo setor privado (esse percentual sobe para 83% se incluirmos as divisas absorvidas pelo Banco do Estado, que as repassou ao setor privado como crédito com fundo perdido). Os bancos nacionais aumentaram em 77,5% seu poder de compra de divisas em relação a 1977; já os bancos estrangeiros aumentaram em 88%. E a proporção de compras entre os nacionais e os estrangeiros é de 68% a favor dos primeiros (dentre os segundos, o maior comprador é o Bank of America). O que dá impressão de que os bancos privados nacionais absorveram a maior quantidade de divisas. Na verdade estes dados revelam a estratégia utilizada pelos bancos estrangeiros para comprar a maior parte das divisas, pois o controle acionário dos principais bancos privados nacionais estava nas mãos dos bancos ou holdings estrangeiros; e tais divisas foram enviadas novamente para suas casas matrizes.

⁶² O que ocorreu foi a concentração e absorção acelerada das divisas nas mãos dos grandes bancos, num contexto em que a maior parte da população está excluída das atividades bancárias. Segundo dados fornecidos pela *Carta Informativa da Alalc*, entre os países que tinham menor atividade bancária interna eram: Paraguai (91), Bolívia (135) e Equador (155). A Bolívia tinha a média mais baixa de depósitos por habitante (16 dólares). A média mais alta foi registrada na Venezuela (372). Quanto aos empréstimos internos, o volume de operações dos bancos bolivianos é o mais baixo (91 milhões de dólares), ocupando o último lugar entre os 12 países da Alalc. Cf. “Reducida actividad bancaria en Bolivia”, (*Presencia*, 5/4/75). Estes dados são importantes para avaliar a função preenchida pelo setor bancário que será feita logo a seguir, e no quinto capítulo.

Esse diagnóstico do Banco Central reflete três aspectos importantes: 1) o caráter altamente especulativo da participação do sistema bancário-financeiro ao longo da ditadura banzerista, na medida em que absorveu, quase por completo, o fluxo de capital circulante proveniente dos empréstimos externos, e o redistribuiu, através de seu papel intermediador (isto é, a mera função arrecadadora e distribuidora dos fundos disponíveis: depósitos em conta corrente etc.), aos setores dominantes da economia boliviana – daí a elevada taxa de crescimento do setor bancário e sua acentuada expansão no período; 2) o predomínio do grande capital financeiro internacional, patenteado na intervenção acentuada dos bancos americanos, que controlaram os mecanismos de acesso aos empréstimos financeiros feitos pelo Estado boliviano, absorvendo, portanto, o maior volume de capital e transferindo-os a suas casas matrizes; 3) o início do franco malogro do modelo econômico da ditadura (1977-8), que coincidiu, de um lado, com o esgotamento das reservas de petróleo e com a queda brutal da sua exportação, e de outro, com o aguçamento das crises internas das forças armadas e da instabilidade política – é neste sentido que deve-se entender a “cautela” nos investimentos privados do capital estrangeiro em geral.

Em suma, estamos diante de um caso de uma economia atrasada bastante peculiar, na qual o capital bancário está quase ou totalmente desvinculado da indústria (nova e tradicional) e cuja função essencial é a de valorizar as frações preponderantes do capital que operam nos setores extrativos exportadores (mineiro e petroleiro), em detrimento dos demais setores da economia boliviana. A alta concentração e centralização de capital (monopólio) no sistema bancário-financeiro boliviano, ao contrário das economias atrasadas européias das primeiras fases de industrialização (como o caso alemão do último quartel do século XIX),⁶³ não é o resultado do crescimento do setor industrial em

⁶³ A passagem de um estágio de funcionamento do “banco universal” (*Crédit Mobilier* = empréstimos a longo prazo), modelo francês que teve seus inícios no II Império e adotado na Europa continental, a um estágio de funcionamento sob a lógica da combinação daquele modelo com o esquema de empréstimos a curto prazo (modelo inglês), resultando essa combinação mais “eficiente” para o processo de industrialização atrasada – ou seja um fenômeno de fusão indústria-bancos induzida pela cartelização da indústria, porém logo os bancos acabaram tendo uma ascendência sobre aquela. Cf. Gerschenkron (1968); consultar capítulo I. Esse processo histórico, marcado pela crescente domínio do capital financeiro é também analisado por Hilferding (op. cit.) e Lenin (1989).

seu conjunto, e sim o reflexo do predomínio da indústria mineiro-extrativa, petrolífera e do capital comercial, agravado pela intervenção do capital financeiro internacional. Neste contexto, qualquer possibilidade de passagem de uma economia atrasada com baixo nível de industrialização a uma de tipo intermediária, em que os bancos nacionais cumpririam um papel fundamental, combinando créditos de curto e longo prazos para o desenvolvimento dos diversos setores da indústria, fica praticamente bloqueada.

E esta característica do atraso boliviano não é conjuntural mas uma tendência estrutural que finca suas raízes pelo menos desde o início do século XX. A encontramos nas primeiras fases de expansão da economia estanífera (anos 10 e 20). O capital bancário-financeiro que alavanca o funcionamento da indústria extrativa é dominado pelo capital estrangeiro cujos lucros e dividendos são remetidos diretamente ao exterior. O mesmo ocorre com o maior banco do país, o de Patiño (Banco Mercantil, fundado na década de 1910), que financia unicamente a operação tanto das suas firmas mineradoras (nos setores extrativo e metalúrgico – usinas) como das comerciais (importação-exportação). Nos anos 60, os empresários nacionais da mineração média criaram “seu banco” (o BISA) mas não conseguiram a façanha de Patiño, devido justamente ao escasso capital posto em movimento pelo banco para financiar o setor. A solução do problema somente poderia ter vindo do Estado, via empréstimos externos com fundos perdidos, para financiar as operações das maiores empresas da ANMM. E mesmo tendo acumulado capital e experimentado uma inusitada expansão durante a ditadura banzerista, às custas do Estado, os mineiros médios são incapazes de enfrentar o *desafio* – conforme diria Gerschenkron (1968) - de contribuir com uma efetiva diversificação econômica - isto é, uma industrialização dinamizada pelo setor chave da economia boliviana, e não a orquestrada “diversificação” (extração de minérios tradicionais, como wolframita, ouro etc., investimentos puramente especulativos em outros setores, principalmente nos ramos bancário e comercial), consolidando o atraso e a dependência diante o capital estrangeiro. E o que pode parecer um efeito perverso da prática destes agentes econômicos (conforme aparece na análise de vários

autores bolivianos) não é outra coisa que um aspecto da realidade do predomínio da indústria mineiro-estrativa: os mineiros médios transferem, no seu discurso ideológico, essa incapacidade à permanente intervenção do Estado. E sua constante “lamúria” centrou-se na “pesada” política impositiva e na sua escassez crônica de capital (retomaremos esta problemática mais a frente e no próximo capítulo).

Em conclusão, estamos diante de um caso de um país atrasado, em plena década de 1970, que se assemelha da situação geral dos países europeus atrasados do século XIX e se aproxima mais do caso russo do final desse século, tal como analisado por Gerschenkron (1968:24), no que toca ao papel dos bancos e da função crucial do Estado: a operação consciente dos bancos, fundamentalmente voltado para a mera arrecadação e distribuição dos fundos disponíveis, contribuiu para acentuar as tendências básicas do atraso econômico, privilegiando determinados ramos da produção e excluindo completamente o resto. Enfim, esta fração burguesa, que tem como base de acumulação de capital, as atividades bancárias e o ramo das finanças (incluindo o subsetor seguros etc.), é muito pequena (se restringe a um punhado de famílias); se caracteriza pela alta especulação e dependência do capital financeiro internacional,⁶⁴ mesmo o setor tenha experimentado um inusitado crescimento nos anos 60 e se consolidado nos anos 70. A dificuldade surge na precisão da diferenciação desta fração burguesa pelo fato de que a maioria de seus membros se articulam aos setores da burguesia comercial, mineiro-extrativa e ao capital estrangeiro. Considerando o processo de diferenciação no seio das classes dominantes ocorrida ao longo do pós-52, a pequena fração burguesa articulada às atividades bancárias podem ser integradas, sem ser amalgamadas, na categoria da grande burguesia compradora, que genericamente aparece, na maioria das análises, como “oligarquia” (retomaremos este tema mais à frente).

⁶⁴ Para De la Cueva (p. 201), a propriedade dos bancos privados estão nas mãos de 8.700 acionistas. Para o autor, tal propriedade estaria ainda mais concentrada: na verdade “o poder dos bancos está em poucas mãos, a maioria das quais são estrangeiras imperialistas, o resto dos acionistas são apenas um decorado”.

Quanto à indústria tradicional e certos ramos industriais modernos, temos afirmado que, no seu conjunto, se caracterizam por uma baixa composição orgânica média de capital. Mesmo experimentando uma ligeira expansão na década de 70 (“diversificação econômica” apregoada pelo governo através da sua política de investimento), o setor não conseguiu ultrapassar esse caráter econômico - uma análise tanto dos investimentos gerais como dos estrangeiros diretos fornecidos pelos dados do INI revela essa realidade.⁶⁵ Além do mais, o setor industrial manufatureiro foi assolado por vários fatores negativos que bloquearam seu desenvolvimento, dentre os quais os mais importantes estão: a constante desvalorização do capital industrial em detrimento dos setores dominantes da economia; baixo investimento de capital (nacional e estrangeiro); elevado custo dos bens intermediários (insumos) importados, agravados pela inflação importada; funcionamento com elevada capacidade ociosa nas novas instalações industriais; acesso limitado às agências estatais de

⁶⁵ A grande parte dos investimentos no setor foi feito pelo capital estrangeiro, e estes foram concentrados nos ramos da indústria mais rentáveis - “Grande parte da expansão industrial é alentada pelo capital estrangeiro”, diz manchete do jornal *Presencia* de 24/10/74, cuja matéria se baseia nos dados do INI. A análise pormenorizada da participação do capital estrangeiro na indústria boliviana feito por De la Cueva não desmente essa realidade: “A importância e o controle pelo capital estrangeiro do setor industrial - diz o autor - às vezes foi desprezada, e outras minimizadas, ao ponto de se chegar a considerar que as relações de dependência e saqueio produzidas pelos investimentos imperialistas no setor industrial, praticamente não tenham existido. Não obstante, também neste setor os monopólios tem penetrado profundamente, tanto na indústria urbana como na agroindústria. As vias de controle são diversas: [...] através do investimento de capitais acionários, outras por meio de empréstimos como passo inicial de controle, além da concessão de licenças e permissões para usos de marcas, tecnologia e provisão de matérias-primas” (1983:69-70). Os dados do Ministério de Indústria e Comércio, INI (“Flujos de proyectos de inversión del 22 de dic. de 1971 al 31 de dic. de 1977, La Paz, 1978, apud De la Cueva: 69; Quadro III-1), registram 516,4 milhões de dólares (321 projetos inscritos e aprovados que geraram apenas 13.730 empregos!; a metade da força de trabalho servil utilizada por apenas um subsector dos latifundiários no departamento de Chuquisaca, conforme constatado por Healy, quantidade que também se aproxima ao conjunto da força de trabalho da mineração média). Desse total, 50% correspondeu ao setor industrial em geral e 30% ao subsector agroindústria, e apenas 7% ao de mineração e metalurgia. Outro documento do INI sobre o investimento estrangeiro direto por setores (“Flujo de inversión del 6/3/72 al 22/8/78”, apud De la Cueva:71-72; Quadro III-2), registra um montante total de 92,1 milhões de dólares, dos quais 51% aparecem como investimento estrangeiro direto: deste montante, 52% foi para a indústria em geral, 29% para o subsector agroindústria e apenas 0,8% para a mineração (3,6 milhões de dólares). Entretanto, uma análise global baseado nesses dados, em termos percentuais por ramo industrial, mostram que o empréstimo estrangeiro em relação ao montante total de investimento (estrangeiro e nacional) representou: 77% do subsector agro-industrial (este é o mais alto), 76,3% da indústria em geral, 80,5% do setor mineiro (contrariamente ao “autofinanciamento” e ao “processo de bolivianização” apregoado por Sanchez de Lozada) e 60% do setor serviços. Em relação ao montante total de investimento, a agro-indústria absorveu 65% (primeiro lugar), a indústria em geral apenas 10,3%, o setor serviços 6,3% e a mineração 0,02%. Mesmo considerando tendenciosos os dados do governo (INE), no seu empenho de mostrar que “efetivamente” estava ocorrendo um processo desenvolvimento econômico acelerado (“estabilidade com desenvolvimento”), eles revelam os aspectos marcantes da economia boliviana: 1) o ínfimo investimento no setor mineiro privado (23 milhões de dólares, dos quais 80,5% corresponde ao capital estrangeiro) manifesta, de forma patente, o verdadeiro caráter do funcionamento da indústria mineiro-extrativa privada preponderante: produção de elevados lucros e rendimentos com baixo investimento e, sobretudo - e este é o fator fundamental - , o Estado “investe” substancialmente no seu lugar através de um mecanismo variado de transferência e valorização do capital desse setor viabilizados principalmente pelo conjunto da política econômica, com o fim de garantir a extração de lucros elevados: a) política mineiro metalúrgica (instalação de infra-estrutura e usinas, preços subsidiados de refinação, ampliação e exploração das reservas de jazidas, livre comercialização dos minérios), políticas cambiária, creditícia (com fundos perdidos), monetária e

fornecimento de crédito e divisas; e a acérrima concorrência tanto dos produtos manufaturados dos países industrializados mais avançados (Brasil e Argentina), como pelo elevado contrabando desses produtos provenientes dos países vizinhos - as perdas anuais calculadas pela CNI (*Cámara Nacional de Indústria*) e pela CNC (*Cámara Nacional de Comercio*) teria chegado a cem milhões de dólares por ano (mesmo que essa quantidade seja exagerada). Não é por acaso que a CNI viveu, no período, se queixando tanto do contrabando como da política econômica liberalizante da ditadura banzerista; daí a exigência constante (urgente limitação das importações), desse órgão corporativo, da proteção da indústria nacional e da implementação da política de substituição de importações.⁶⁶

A fraqueza econômica da indústria tradicional também se explica pelo fato de estar composta de capital não-monopolista (capital familiar, médio capital), que é atravessado, de ponta a pontal, pelo capital estrangeiro dominante (o americano), mesmo com o baixo investimento neste no setor. Tal capital concorre com as demais frações da *burguesia interior*⁶⁷ boliviana (basicamente as frações mineiro-exportadora e agro-industrial) pela representação e associação com esse capital. E o impacto dessa luta se expressa na sua permanente fragmentação, que é vivida com maior intensidade que aquelas frações burguesas, daí a sua ambigüidade e postura política oscilatória mais marcante: apoio ao bloco dominante tanto em momentos desfavoráveis para o conjunto das classes proprietárias, como nas conjunturas de ameaça da ascensão radicalizada do movimento operário (1970-71); relativa oposição a esse bloco em conjunturas que impedem a concretização mínima dos seus interesses econômicos específicos, como no caso do período que nos ocupa.

impositiva (imposto mínimo) etc.; 2) a manutenção e reforço da economia agro-exportadora; 3) a ocultação dos dados sobre os investimentos nos setores petroleiro e bancário-financeiro.

⁶⁶ A análise da luta intra-burguesa no processo acelerado de acumulação de capital será feita no terceiro e quinto capítulos.

⁶⁷ Conceito formulado por Poulantzas em *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1975), que será definido mais à frente.

Mais especificamente, em conjunturas de crise econômica e política, como no caso da última situação, ela passa a se aliar com setores nacionalistas que adotam uma postura democratizante (camadas médias, médio capital). Os dois casos mencionados da ação econômica e política desta fração burguesa é um outro indicador que contribuiu com a reprodução de fatores importantes de instabilidade política (este tema será analisado no último capítulo).

De la Cueva (1983) descreve muito bem não apenas o caráter amalgamado do capital comercial, bancário, industrial e agro-industrial, mas também fornece uma lista exaustiva composta de 33 grupos ou famílias que teriam monopolizado o poder político na Bolívia nos anos 70 - para Eckstein e Hagopian (1983) seriam 15 grupos, aos quais Lavaud (1998:314-15) aumenta mais três que operariam em Santa Cruz. A análise de De la Cueva sobre a oligarquia local dependente, articulada aos grandes grupos financeiros internacionais (oligarquia imperialista), baseia-se num duplo critério: a) o processo de concentração e centralização de capital e b) as relações de propriedade em cada grupo ou sociedade acionária de acordo com o grau de diversificação econômica. Tais grupos econômicos são divididos em três categorias de empresas diversificadas que participam simultaneamente em vários ramos de atividade: grandes (13), médias (8) e pequenas (12). Podemos encontrar um outro critério adicional sobre o poder econômico dos grupos analisados pelo autor, critério que é mencionado uma única vez: a composição orgânica do capital – “[...] em geral, o poder econômico de uma companhia não está em relação direta ao grau de diversificação e à quantidade de unidades empresariais, senão fundamentalmente à composição orgânica do capital” (De la Cueva: 279).

Evidentemente, as firmas estrangeiras acabam preponderando na economia nacional devido à maior composição orgânica média de capital. Enfim, conforme já vimos anteriormente, o grande capital americano e os setores preponderante do capital nacional monopolizam, juntos, quase todos os ramos de atividades na economia boliviana, com ampla vantagem do primeiro.⁶⁸

Passemos agora a caracterizar a classe da grande e média propriedade fundiária e as frações burguesas articuladas a essa classe social. Ao contrário do que mormente se sustenta, a grande propriedade fundiária, aliada política da velha burguesia mineira, saiu fortalecida no pós-1952. A Reforma Agrária não apenas consolidou mas também contribuiu com a maior concentração e expansão da grande propriedade fundiária – impulsionou uma transformação no campo de tipo *junker* na região leste do país. No processo de diferenciação, no seio destas classes, consoante ao tipo de desenvolvimento capitalista instaurado na Bolívia, pode-se detectar o surgimento de duas frações burguesas importantes: a agrário-comercial e a agro-industrial.⁶⁹ Deste conjunto de classe emerge o capital agro-exportador,⁷⁰ que foi amplamente incentivado pelo Estado, principalmente para a exportação de algodão e açúcar. Em geral, tais classes atravessam um período de fortalecimento político e relativo crescimento econômico, o que se expressou no atendimento de seus interesses econômicos pelo Estado militar através das políticas agrária e agrícola: aquela instaurou uma segunda

⁶⁸ O exemplo emblemático que oferece De la Cueva é a análise da composição acionária do Banco Industrial. As 742.401 ações são divididas em quatro categorias, em ordem de importância formal imposta pelo banco: 1) classe “A”: bancos privados nacionais com 11 acionistas (155.950); 2) classe “B”: capitalistas privados “nacionais”, com 251 acionistas (151.650); 3) classe “C”: capitalistas ou bancos estrangeiros, com 6 acionistas (157.124); e 4) classe “D”: companhias mineiras nacionais e estrangeiras, com 17 acionistas (151.650). Assim, 48,1% das ações “estão nas mãos de seis instituições estrangeiras, das quais ADELA (organização para o Fomento de Investimentos na América Latina) e a CIF (Corporação Financeira Internacional) são as mais importantes; logo segue o grupo Grace que participa diretamente com cinco empresas com um total de 34.939 ações e através do Banco Hipotecário com outras 20%. A importância deste grupo reside na quantidade de empresas com as quais participa. Por número de empresas segue o grupo Said [setor manufatureiro] com quatro, o grupo Johnson [indústria de bebidas e manufaturas] o grupo Hansa [importação/exportação, agroindústria] com três, e o grupo EMUSA e COMSUR com dois, respectivamente. Ademais, cada um destes grupos participa, indiretamente, através dos bancos nos quais são acionistas. Estes grupos estão articulados com o capital financeiro internacional” (1983:225).

⁶⁹ As frações preponderantes destas classes possuem as melhores terras na região tropical e subtropical do Leste do país: Beni, Santa Cruz e a “região integrada de Santa Cruz de la Sierra”.

⁷⁰ Na estrutura das exportações, o setor agro-industrial ocupa o terceiro lugar, depois dos setores mineração (primeiro lugar) e gás-petróleo (segundo). O valor das exportações do setor ou dos produtos “não tradicionais” oscilou entre 11% e 13% (embora seu crescimento tenha-se multiplicado por 7: de 13 milhões de dólares em 1971 pula para 93 milhões em 1977) do total nacional no período 1971-78. Se considerarmos os principais produtos exportados pelo setor agro-exportador de Santa Cruz (em ordem de importância: açúcar, algodão e madeira), a porcentagem do valor cai para 60 e 70%, o que significa que a média do valor

fase de expansão e concentração da grande propriedade fundiária (a primeira fase de consolidação e expansão: 1953-69); e a segunda viabilizou a transferência de capital ao setor via créditos estatais com fundos perdidos, isenção de impostos e subvenção dos preços dos principais produtos agro-industriais (algodão, cana, açúcar etc.). Por outro lado, deve-se salientar dois aspectos importantes do caráter destas classes e frações proprietárias. Os setores econômicos preponderantes pertencem à região de Santa Cruz (onde se concentra a maior parte da grande propriedade fundiária no país), dentre os quais se destaca o setor agro-exportador, porém, em geral, estes setores são representados politicamente pela burguesia agro-industrial. No seu conjunto, estas classes dominantes e frações de classe dominante regional *se apresentam*, de um lado, como aliados políticos do capital estrangeiro (bancário-financeiro e petroleiro) que participa na economia regional, e de outro, como inimigos políticos potenciais do centralismo burocrático da capital do país (isto é, no seu discurso regionalista constante aparecem descarregando sua luta contra a “burguesia paceña”, em clara alusão à burguesia mineiro-exportadora e à burguesia de Estado). Em suma, a luta econômica e política entre estes dois conjuntos de classes dominantes apareceu, ao longo do período, na forma de luta regional, conforme já se salientou no primeiro capítulo.⁷¹ Veremos, no último capítulo, que esta luta está relacionada com os conflitos e contradições no seio do bloco no poder, os quais também provocaram fatores genéricos potenciais de instabilidade política.

Uma outra fração de classe importante é a “burguesia de Estado”. Esta surge na década de 50 com o desenvolvimento do Estado populista e ganha um certo crescimento com o surgimento de novas sub-frações durante o Estado militar (1964 em diante). A sua ideologia geral é o nacional-

exportado por ano, no período em questão, oscilou entre 40 e 45 milhões de dólares (Cálculos nossos extraídos das Memórias Anuais do BCB 1971-80).

⁷¹ Na literatura sociológica e política boliviana, este fenômeno político foi analisado basicamente a partir de dois ângulos. De um lado, as causas fundamentais da instabilidade política boliviana estariam nas lutas regionais, dinamizadas pelas oligarquias regionais, e não na luta de classes - Roca (1999:39) sustenta a tese de que a história de Bolívia não é a história da luta de classes, mas a história de suas lutas regionais (Cf. também Calderon & Laserna 1983). De outro, o conjunto da classe proprietária fundiária aparece com uma dupla caracterização (feita por Zavaleta, Lavaud, Sandoval, entre outros): 1) a não diferenciação de tais classes e frações de classes, considerando-as de forma homogênea com o qualificativo de “*oligarquia cruceña*”; 2) esta teria detido a hegemonia política no período 1971-78 (Ibarnegaray, Arrieta et al., entre outros). Estas caracterizações são altamente discutíveis, especialmente a última. Tais questões serão analisadas mais à frente e no capítulo cinco.

desenvolvimentismo. Mas podemos detectar, pelo menos, duas tendências dessa ideologia no seio destas frações de classe: 1) a defesa da soberania nacional e do Estado intervencionista, expressa na ideologia populista, representativa tanto da pequena e média burguesia relacionada com o partido MNR, como de categorias sociais de Estado (burocracia, militares); 2) a defesa da “estabilidade e desenvolvimento econômico” (que aparece no discurso dos militares do período 1971-78), expressa uma redefinição do papel do Estado na economia – isto é, o Estado apenas interviria nos setores estratégicos e colocaria seus fatores potenciais (como alocador de recursos) a serviço, sobretudo, do desenvolvimento do “capitalismo privado”. A nosso ver, estes dois aspectos dessa ideologia não são, no fundamental, contraditórios. As contradições são de segundo grau: ao longo deste e dos próximos capítulos veremos que setores do MNR (Estenssoro) e setores militares conservadores (filiados à ideologia “oligárquica”) compartilham uma ideologia desenvolvimentista que deságua num processo de desnacionalização da economia boliviana (embora divirjam da forma de aplicação desse processo).

Finalmente, temos uma (ou várias) fração burguesa articulada ao narcotráfico, que teria emergido nos anos 60 e se consolidado nos anos 70. Numa análise sociológica, torna-se problemática a sua identificação devido ao caráter subterrâneo de suas atividades econômicas e a sua “invisibilidade” na esfera política, diferentemente do caso colombiano. O grande volume de capital absorvido pelo setor agro-industrial via créditos estatais com fundo perdido (na maioria feito através de empréstimos financeiros fornecidos pelos grandes bancos americanos), principalmente para o cultivo de algodão para a exportação, e o colapso repentino deste cultivo, poderia explicar a articulação entre os “empresários da droga” e a burguesia agro-industrial – na medida em que tais créditos funcionaram como um incentivo indireto para a burguesia narcotraficante. Mas estamos diante de um sintoma e não uma prova desse fenômeno. Daí a dificuldade de caracterizar com precisão essa fração burguesa narcotraficante e sua articulação com as classes dominantes em geral. Contudo, pelo menos de uma coisa podemos estar certo: o rotundo silêncio da maior parte das classes

dominantes em torno da problemática do narcotráfico durante a ditadura banzerista⁷² e a convivência dos governos americanos do período com as burguesias narcotraficantes. Isso não significa que estes governos desconheciam a questão, como bem pôde se detectar nos documentos secretos elaborados pelo Departamento de Estado americano para a preparação do encontro Kissinger-Banzer em 1976: um desses documentos revela a existência de um grupo traficante que operava em Santa Cruz de la Sierra no período em questão. O que manifestaria uma certa convivência pacífica de um setor burguês traficante e o resto da burguesia boliviana, tolerada pelos governos americanos.

Dado o caráter complexo do problema, partimos da hipótese da existência dessa fração narcotraficante (tal hipótese foi formulada por nós num outro trabalho, que logo a seguir forneceremos a fonte). É possível que ela seja pequena e socialmente heterogênea, cujos principais representantes proviriam de algumas frações da burguesia agrária, de certas frações da grande e média propriedade fundiária, e da burguesia agro-industrial da região leste do país: é possível que o caso boliviano, diferentemente do caso colombiano, “tenda a manifestar que a fronteira que delimita as atividades econômicas dos diversos setores da burguesia tradicional (setores atrasados, setores “modernos” representativos, setores preponderantes) e as atividades econômicas da *burguesia narcotraficante*, seja muito tênue”. Mais especificamente, dado o caráter da economia e a dependência do conjunto da burguesia boliviana diante do capital estrangeiro, as diversas classes e frações de classe dominante teriam utilizado diversos métodos de acumulação de capital, sejam legais ou ilegais. Assim, “nada impediria que a acumulação de capital, procedente do narcotráfico, fosse rejeitada como outro método de acumulação, num contexto de acentuada crise de acumulação”.⁷³ A nosso ver, essa hipótese seria fundamental, pelo

⁷² A nossa análise dos documentos e anais dos órgãos corporativos e de representação de interesses burgueses verificou esse silêncio no período 1971-78. Os problemas constantes mais atacados são: contrabando, elevados impostos e regime tributário irracional, intervenção do Estado na economia ou monopólio estatal etc. (Cf. os documentos e anais da ANMM, CEPB, CNI, CNC, CAO e CAINCO).

⁷³ Consultar o nosso trabalho, “O Estado-de-golpe”, dissertação de mestrado (1998), ver capítulo quatro, item “facilidades outorgadas ao funcionamento do capital do narcotráfico”, pp. 200 e segs. Ver também o artigo de nossa autoria: “O narcotráfico

menos para entender a problemática, na medida em que tal atividade é uma consequência do caráter da economia boliviana que uma anormalidade. Não nos estenderemos sobre o tema devido a seu caráter complexo e polêmico.⁷⁴

2.4 Balanço global: uma interpretação alternativa sobre as classes dominantes na Bolívia

Em consonância com o segundo aspecto da nossa hipótese de trabalho, avancemos na avaliação global das classes e frações dominantes na Bolívia com o fim de detectar o caráter da instabilidade econômica. Já temos alertado para a dificuldade da caracterização, na esferas econômica e política, do conjunto de classes dominantes supramencionadas. Este problema não é exclusivo do

nos governos militares e democráticos na Bolívia” (2000). Por outro lado, existem muitos trabalhos que tentam demonstrar a articulação entre os integrantes dos “empresários da droga” com a ditadura Banzer (oficiais militares que controlaram o aparelho de Estado). As interpretações tendem a ser variadas e exageradas. Alguns autores atribuem um poder econômico e político à burguesia narcotraficante equivalente aos antigos “barões do estanho”: Bascopé (1982) e Canelas & Canelas (1983). Outros consideram o narcotráfico como o fator determinante do poder político na Bolívia, conforme as análises de Lab-Iepala (1982), Ramos (1983), entre outros. Uma outra linha de análise tenta diferenciar essa fração com o resto das frações burguesas bolivianas, mas tal diferenciação permanece no nível genérico. Toranzo (1989:44) menciona que, no período, duas frações burguesas teriam tido as maiores possibilidades de aproveitar os excedentes produzidos pelo narcotráfico no âmbito da circulação do capital na economia boliviana, sem que estivessem comprometidas diretamente com tais atividades. E tal relação, no plano da circulação, seria um *fato* sem que elas se convertam em traficantes, “sem violar a legalidade”. Um tratamento mais sistemático sobre o assunto oferece Rodas (1996), porém sustenta a tese de que a fração burguesa narcotraficante, juntamente com a burguesia mineira conquistaram o poder político em 1985. Existe um documento secreto do Departamento de Estado (que foi elaborado com o fim de fornecer informação para Kissinger antes do seu encontro com Banzer em 1976) no qual revela a existência da máfia do narcotráfico que operava em Santa Cruz, e cujos principais integrantes eram membros da burguesia local, da classe social que procedia Banzer; além do mais, alude, indiretamente, a articulação de oficiais do Exército com essa máfia. Ver “Box 5 Narcotics Text”, intitulado “Bolivia: Kissinger-Banzer Meetings 1976”, apud Sivak (2001:186-87). Sivak reproduz as conclusões da maioria dos autores mencionados sobre a articulação do narcotráfico com a ditadura banzerista, incorporando novas informações.

⁷⁴ Para os nossos propósitos, interessa tentar identificar alguns *efeitos políticos* desestabilizadores das atividades do narcotráfico na ditadura banzerista. Primeiro, foram constantes os escândalos de integrantes dos funcionários do corpo diplomático boliviano no exterior envolvidos com o narcotráfico – isto é, as embaixadas e consulados (mormente nos Estados Unidos e na Europa) se tornaram balcões de negócios do narcotráfico. A maioria desses funcionários eram integrantes da burguesia “cruceña” (inclusive parentes de Banzer). Segundo, as atividades do narcotráfico contribuíram para potencializar o processo de corrupção no seio do aparelho policial e militar: suborno, cooptação, neutralização da oposição da alta oficialidade etc. Terceiro, a articulação da polícia-política do Exército (sob controle dos ministérios do Interior e da Defesa) com o narcotráfico: trata-se da guarda pretorina banzerista comandada pelo nazista Klaus Barbie, o “carniceiro de Lyon”, que também fazia serviço de segurança para as máfias do narcotráfico. Barbie foi protegido tanto pela CIA como pela ditadura banzerista para não ser extraditado pelo Estado francês, que no período viveu exigindo a extradição, sem sucesso. O principal chefe de uma destas máfias era Roberto Suarez, primo de Banzer. O que estamos querendo sublinhar é o efeito político desmobilizador/desorganizador deste subramo de aparelho estatal: um verdadeiro grupo paramilitar que espalhou o terror no país inteiro. A nossa hipótese é que as atividades do grupo se centraram nas atividades de “operações limpeza” contra qualquer tipo de oposição à ditadura em três níveis: a) ação militar cirúrgica contra a esquerda partidária e o movimento popular; b) espalhar terror no campo; c) controle da oposição nos próprios quartéis através da imposição do terror (conforme veremos no quarto capítulo). A sua condição de grupo paramilitar reinante lhe permitiu dar cobertura às atividades do narcotráfico. Lembremos que em 1980 um grupo de oficiais de alta e média patente do Exército, articulado ao narcotráfico, se apoderou do aparelho estatal através de um golpe de Estado (governo Meza), e tal grupo fazia parte da “guarda pretoriana” criada na ditadura banzerista.

caso boliviano. Brodersohn (1972) detecta a mesma problemática no Chile, cujo processo de industrialização dependente é mais antiga e vigorosa que a boliviana: a “burguesia industrial” chilena aparece, na análise do autor, senão como uma extensão da grande burguesia mercantil-financeira, pelo menos como uma fração desta.⁷⁵

Contudo, o problema da diferenciação continua, pois tudo se passa como se existisse, de um lado, uma grande burguesia (= oligarquia) que monopolizaria todos os setores de atividade econômica; de outro, um fenômeno inverso: uma sociedade amorfa, cujas classes sociais não estariam constituídas, devido ao caráter heterogêneo e disperso da formação social nestes países – nesse contexto, os grupos econômicos, que não seriam classes sociais, seriam facilmente dominadas pela burguesia imperialista, além desta organizar, sozinha, os processos de organização da produção e de acumulação de capital no país periférico (tese sustenta por Evers, 1985). Os grupos socioeconômicos nacionais lutariam tanto pelas vantagens e benefícios (econômicos, políticos etc.) oferecidos por essa burguesia, como pelo controle do aparelho estatal para monopolizar tais benefícios. O resultado dessa situação seria uma instabilidade política endêmica permanente.

Voltemos ao caso boliviano. Zavaleta denomina o conjunto de classe dominante na Bolívia indistintamente como “casta senhorial” e burguesia. Abre margem para a interpretação de que as duas classes não se diferenciariam, podendo ser agrupadas na categoria de oligarquia. Já Lavaud tenta ir mais longe e denomina *neo-oligarquia* às seguintes frações dominantes: comercial, mineração privada, agro-industrial (de Santa Cruz) e bancário-financeira; neste grupo está incluída a “classe política”. As características centrais da neo-oligarquia seriam o oligopólio e a especulação. Praticamente não existiria uma “burguesia industrial” boliviana, enquanto classe constituída; e nos poucos setores onde opera, a indústria tradicional (bebidas, têxtil etc.) teria uma estrutura oligopolista

⁷⁵ Conforme o autor, a conexão entre burguesia industrial e os setores dominantes é mais clara e intensa no plano econômico, pois razões estruturais levam a uma acentuada concentração de poder. Assim, “*a burguesia industrial se constitui como burguesia monopólica*. Trata-se uma burguesia que se mexe num abanico de possibilidades econômicas, articulando-se intimamente a outros setores econômicos. *A burguesia monopólica não é só industrial, senão uma burguesia financeiro-industrial*” (Brodersohn: 323-324; grifo do autor).

que impede o surgimento de outros ramos manufatureiros: “Estos pseudo-burgueses são protegidos perpétuos [dos governos], cujas reivindicações revelam uma espécie de mendicidade crônica”; a burguesia industrial, que não se encontra em lugar nenhum “utiliza a maior parte de suas energias no esforço de desviar, canalizar, para si a maior quantidade de dinheiro possível: a indústria lhe serve de pretexto, mas parece que sua principal preocupação não é, precisamente, a de produzir” (1998:306). Esta interpretação sobre a inexistência de uma “mentalidade burguesa e industrialista” se encontra de forma indireta, com menos carga ideológica, na maioria dos estudiosos “bolivianistas” americanos, como por exemplo, Malloy, Thorn (já citados) e Ekstein & Hagopian (1983).⁷⁶

Já De la Cueva em *Bolivia: Imperialismo e Oligarquia* – um dos melhores trabalhos publicados até o momento sobre o caráter da diferenciação das classes e frações dominantes na Bolívia dos anos 70 - mostra um processo complexo de desenvolvimento do tipo de capitalismo instaurado na Bolívia baseado - e este seu mérito - em quatro pontos importantes:⁷⁷ 1) a concentração e centralização do capital comandado pelo capital financeiro internacional; 2) a desregionalização e internacionalização do conjunto da burguesia boliviana; 3) a diferenciação interna de tal burguesia, indicativo da expansão e diversificação do capital, de acordo com a natureza do seu crescimento e com o tipo de associação com o capital estrangeiro; 4) o papel do Estado nesse processo de acumulação de capital; tema que aparece indiretamente, sem ser analisado em um item ou capítulo específico – evidentemente, excluímos a concepção, presente no autor, de que o Estado é mero instrumento das oligarquias financeiras (a imperialista e a dependente).

Contudo, o autor poderia ter avançado – embora tivesse os instrumentos e dados necessários para fazê-lo – numa avaliação mais consistente da problemática analisada. Embora constate que houve uma modificação substantiva na diferenciação no seio das classes dominantes no período,

⁷⁶ Nessa linha analítica também deve se incluir o trabalho de Malloy & Conaghan: *Unsettling Statecraft* (1994).

⁷⁷ Reiteramos, aparte da análise de Healy (1987), a de De la Cueva também contraria as teses defendidas principalmente por Zavaleta (endossadas por Toranzo e Grebe) sobre o caráter abigarrado da formação social boliviana: a inexistência de monopólios, fragmentação e regionalização da burguesia (“senhores regionais” e mercados locais não articulados entre si etc.).

curiosamente De la Cueva chega a uma conclusão contraditória⁷⁸: nega sua própria constatação analisada minuciosamente ao longo do trabalho – isto é, de um lado, detecta um processo acelerado de diferenciação dessas classes, e de outro, volta atrás e passa a considera-las como um bloco homogêneo: a neo-oligarquia financeira dependente. Esta é produto dos grandes monopólios estrangeiros, sobretudo americanos. A implicação política dessa conclusão é, contrariamente à intenção do autor, a exclusão da luta de classes e das contradições de interesses econômicos entre as diversas frações de capital “nacional” e entre as chamadas oligarquias financeiras (a imperialista e a dependente). Não obstante, podemos resgatar vários aspectos positivos da análise de De la Cueva. Um deles é a valiosa informação sobre o caráter da intervenção e comportamento tanto do capital estrangeiro como do capital “nacional”. A nosso ver, esses dois elementos são indicadores importantes que revelam fontes genéricas potenciais de instabilidade econômica que provocam instabilidade na esfera política.

Em suma, haveria, assim, um consenso nos autores mencionados no tocante à existência de uma grande burguesia monopolista, denominada neo-oligarquia. Contudo, continua sem esclarecimento a dupla problemática: o caráter da diferenciação e da hegemonia política.

Para os nossos propósitos, devemos avançar propondo uma análise alternativa desses temas com o fim de desvendar os principais fatores que causaram instabilidade nas esferas econômica e política. Para tanto, recorreremos aos conceitos de *burguesia compradora e interior* formulados por Poulantzas (1975 e 1976) no seu estudo sobre as burguesias européias, especialmente sobre o caso da Grécia, Espanha e Portugal. O autor mostra que devido ao processo simultâneo de desenvolvimento capitalista instaurado nas formações capitalistas periféricas, nomeadamente uma “industrialização

⁷⁸ Eis sua conclusão contraditória: 1) é incorreto considerar à grande burguesia como um conjunto de burguesias setoriais, segmentadas em compartimentos estancos (industrial, mineira, comercial, bancária etc.), diferenciadas uma de outra; e que por sua vez, em determinadas conjunturas históricas, se aliarão circunstancialmente para enfrentar o inimigo comum que ameaça seus interesses, pois tal concepção não corresponde à realidade; 2) na atualidade deve-se reconhecer que a grande burguesia está constituída como *oligarquia financeira dependente*, ou “nova rosca” (neo-oligarquia), que detém a hegemonia política – a sua “expressão econômica são os grupos financeiros, por natureza dependentes e subordinados, expressão, reflexo e prolongação [...] dos grupos financeiros dos países imperialistas”; isso não significa – acrescenta o autor – desconhecer a existência de burguesias diferenciadas segundo os setores de atividade econômica, mas não teriam a capacidade e o poder daquela (1983:286).

periférica” induzida, e de internacionalização do capital, sob o comando do capital americano, podem emergir núcleos de *burguesia interior*,⁷⁹ que não se caracterizam como burguesias nacionais. Tais burguesias passam a concorrer com as frações da burguesia compradora pelo vínculo (associação, representação etc.) com o capital americano que se reproduz no seus espaços nacionais. Um aspecto importante dessa concorrência é a aspiração da burguesia interior de conquistar a hegemonia política (embora tal aspiração apareça como uma tendência geral, nas formações sociais capitalistas, de toda classe ou fração que prepondera na economia). Assim, esse duplo processo também acaba modificando e reorganizando as relações de força entre as classes e frações de classe dominante no seio do bloco no poder. O que acaba, por sua vez, modificando tanto a configuração de classe desse bloco como o caráter da hegemonia política.

Visto isso, quatro observações teóricas importantes devem ser destacadas. Em primeiro lugar, partimos do suposto de que, na esfera da relação entre o Estado burguês e os interesses políticos das classes dominantes, aquele intervém, através da burocracia estatal, na organização da hegemonia política – isto é, unificar politicamente as classes dominantes sob o comando da fração hegemônica, e não exatamente garantir a preponderância de seus interesses econômicos (a hegemonia no seu sentido estrito).⁸⁰

⁷⁹ Para Poulantzas, tal conceito relaciona-se com o processo de internacionalização do capital. A burguesia interior aparece no novo contexto do processo de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional de capital sob a égide do capital americano. Ela “coexiste com setores propriamente compradores” e não possui “as características estruturais da burguesia nacional”. E se caracteriza por ter um fundamento econômico e uma base de acumulação própria mas é amplamente dependente econômica e politicamente desse capital: “o que pode até tomar a forma de uma transferência de uma parte da mais-valia para o lucro desse capital; por outro, além disso, em razão da reprodução induzida da condições políticas e ideológicas desta dependência, ela é afetada por efeitos de dissolução de sua autonomia político-ideológica em face do capital norte-americano” (1975:77; grifo do autor). Por outro lado, a internacionalização do capital modifica profundamente a política e a forma de Estado devido à interconexão entre o Estado e o capital imperialista dominante - isto é, o Estado passa a encarregar-se dos interesses desse capital, no próprio seio do espaço nacional, através “da interiorização complexa com a burguesia interior que ele domina”. Todavia, podem existir contradições importantes entre a burguesia interior e o capital norte-americano – “que, sem poder levá-las doravante a adotar posições de efetiva autonomia ou independência em face deste capital” - sem modificar a dependência daquela sobre este: elas provocam efeitos sobre o aparelho de Estado nos países periféricos nas suas relações com o Estado norte-americano (idem.:77-78).

⁸⁰ Tese defendida por Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (1986), ver item “Estado capitalista e as classes dominantes”. Cf. também Saes (2001b:158-59 e segs.).

No quadro do Estado nacional europeu, num campo já atravessado pelas contradições interimperialistas e num contexto em que as frações dominantes de cada formação social já estão internacionalizadas, tal Estado intervém, por assim dizer, seletivamente, em favor de certos monopólios contra outros, sejam nacionais ou americanos (1975:80). Trata-se, aqui, da relação entre o Estado burguês e a relação com os interesses económicos das classes dominantes. O mesmo princípio pode ser aplicado à análise do Estado burguês periférico boliviano, em que este segundo tipo de intervenção se processou em benefício de certos grandes monopólios, pelo menos em três níveis: de certas frações do capital americano (predomínio de firmas monopolistas que operaram no setores mineiro e petrolífero) contra outros e contra certas frações do capital estrangeiro em geral (capitais inglês e alemão); bem como de certas frações “monopolistas” nacionais (nova burguesia mineira) contra outras (setores da burguesia compradora e agro-industrial). E podemos acrescentar que essa intervenção também implica um processo seletivo de destruição/construção de interesses económicos feitos pela burocracia estatal.⁸¹ O que provoca a oposição e resistência das frações que compõem o bloco no poder contra a burocracia estatal; porém, no fundamental, tais conflitos e contradições não inviabilizariam a concretização dos interesses económicos prioritários da fração hegemônica no seio do bloco dominante. Em suma, na relação entre Estado burguês e classes dominantes, o Estado, ao satisfazer os interesses económicos prioritários da fração hegemônica, contempla, na implementação da política estatal, o atendimento de alguns interesses secundários das frações subalternas, mesmo que afete os interesses secundários da fração hegemônica e crie certos conflitos no interior do bloco dominante. Este fenómeno foi designado como “política de compromisso” por Poulantzas em *Fascismo e Ditadura* (1978:94,102).

⁸¹ Seria mais correto denominar esse processo seletivo, conforme o faz Saes (2001b:161), num significativo avanço teórico em relação à Poulantzas, como um processo de destruição/construção de interesses económicos – isto é, a burocracia estatal tende a agir, na elaboração da política estatal, na “busca de liquidação de certos interesses económicos em prol da instauração de novos interesses económicos”. O que provoca oposição e resistência, contra a burocracia estatal, das classes subalternas do bloco no

Em segundo lugar, a contradição principal nas burguesias imperialistas ocorre, conforme a conjuntura, no interior das “contradições do capital imperialista dominante e da internacionalização que ele impõe”; ou então, “no próprio seio da burguesia interior e de suas lutas internas, deslocando-se porém, raramente, entre a burguesia interior como tal e o capital americano” (Poulantzas, 1975:80). Já a contradição principal entre os Estados europeus, conforme o autor, residiria entre esses Estados, as burguesias nacionais (incluída, aqui, os núcleos de burguesia interior) e as massas populares, num contexto de internacionalização do capital sob o comando do capital americano.

Em terceiro lugar, a intervenção do Estado e a deflagração das contradições do capital nos dois planos indicados – seguindo o raciocínio de Poulantzas sobre o caso europeu - provocam uma “desarticulação e heterogeneidade da burguesia interior”, o que explicaria a fraca resistência dos Estado burgueses periféricos diante do capital americano – deve ser salientado que, aí, o autor se está referindo aos Estados europeus. “Os novos meios *reais* de pressão” das firmas transnacionais americanas sobre estes Estados (evasão fiscal, especulação sobre as moedas, afastamento dos obstáculos aduaneiros) somente seriam “*elementos secundários do negócio*” (1975:80-81; grifo nosso).

Finalmente, as frações da burguesia imperialista americana (e estrangeira em geral) “não fazem diretamente parte, como tais” (como forças sociais relativamente autônomas) do bloco no poder no país periférico, porém, sua “presença” é assegurada por duas vias: a) por certas frações da burguesia nativa e pelo estado de internacionalização que as afeta; b) pela sua interiorização e

poder, das frações que se recusam a ser transformadas “pelo alto”, e até, da fração hegemônica, se a satisfação de seus interesses econômicos prioritários se vêem ameaçados pela intervenção da burocracia.

representação no seio da burguesia nativa e “pela reprodução induzida do capital imperialista dominante nas metrópoles imperialistas” (1975:81).

Munidos com esse instrumental teórico, passemos a analisar o caso boliviano. Retomemos a problemática geral. Para Zavaleta, o “núcleo central do poder” (expressão do autor) é detido pela burguesia mineira (mineração média) e pelo setor agro-industrial ou *oligarquia cruceña*; estas frações de classe comporiam a “casta senhorial”; porém ao mesmo tempo sustenta uma tese oposta: a questão do poder não estaria resolvida na Bolívia (1987b:14). A maioria dos autores defendem a tese de que no período 1971-78 a “oligarquia cruceña” converteu-se em classe politicamente hegemônica (Toranzo, Grebe, Sandoval, Ybarnegaray e Lavaud). Já para Casanovas (1990:48), que endossa a caracterização de Toranzo, o modelo de acumulação de capital sob o período do “banzerato” esteve sustentado por três frações burguesas apoiadas pelos gerentes estatais e pelos militares: a mineração média, a fração financeira (de La Paz e Santa Cruz) e a burguesia agrária da região leste do país (Santa Cruz). Finalmente, para De la Cueva, conforme já indicado, a hegemonia política foi detida pelas oligarquias financeiras imperialista e dependente.

Ora, deve ficar claro que a denominada neo-oligarquia (fechada e homogênea) pelos autores mencionados não é senão a grande burguesia compradora. Esta não é homogênea: está dividida em diversas frações. A sua característica é a de ser intermediadora direta do capital estrangeiro em geral, sobretudo do capital americano. Por outro lado, é muito discutível encontrar um capital “nativo” financeiro (a neo-oligarquia financeira, ou uma fração desta oligarquia). Antes de apresentar a nossa hipótese sobre o caráter hegemonia política no período em questão, devemos caracterizar as principais frações da burguesia interior boliviana com o fim de precisar melhor os principais aspectos que contribuíram com a geração de instabilidade econômica.

Coloquemos a seguinte hipótese de trabalho: as principais frações da burguesia interior boliviana que preponderaram na economia, no período aqui tratado, são a nova burguesia mineira e a burguesia agro-industrial, as quais foram “criadas” pelo Estado boliviano e simultaneamente

impulsionadas por este e pela política imperialista dos Estados Unidos em favor do capital deste país. Mas especificamente, é o Estado boliviano que intervém na formação e consolidação destas dois núcleos de burguesia interior.⁸² Como veremos logo, tal hipótese será evidenciada pelo exame do processo histórico que possibilitou as condições de surgimento destas frações de classe dominante e pelo exame da natureza da sua intervenção no processo econômico e político no quadro do funcionamento do Estado burguês dependente no período 1940-70.

Começemos pela nova burguesia mineira, autodenominada mineração média e articulada ao capital americano. Em primeiro lugar, esta fração burguesa é produto de três acontecimentos históricos fundamentais. Primeiro, ela é produto do desenvolvimento da economia estanífera (dominada pelos grandes monopólios privados, os “barões do estanho”) e do processo de diferenciação dos grupos articulados à indústria extrativa, e que, pelo menos desde os anos 30 e 40, emerge como categoria de *média empresa*, a maioria controladas pelo capital estrangeiro, numa estrutura de associação econômica em que o capital privado nacional era ínfimo.⁸³

⁸² Zavaleta também detecta a criação dessas frações burguesas, só que as limita ao processo posterior a 1952 e a insere no quadro do Estado burguês; e este somente teria emergido da revolução de 52. Vejamos: “[...] dando coerência a medidas que pareciam não possuí-la, a empresa estatal mineira engendrada pela nacionalização da Grande Mineração, a Corporação Mineira de Bolívia (COMIBOL) se converteu num centro de acumulação capitalista e é a partir dela que se cria a nova burguesia mineira (a chamada mineração média), que se converterá num dos pólos centrais da burguesia pós-1952. Nisto se manifesta o cedo caráter capitalista do Estado de 1952: com efeito, a mineração nacionalizada é utilizada pelo MNR como uma propriedade de toda a classe burguesa em gestação, e já existente, e é um campo de geração de burguesia pelo Estado. Por outro lado, os esforços se concentram na abertura da área de Santa Cruz no pensamento de integração geográfica do Estado nacional, onde, sob uma intensa promoção do processo de acumulação [fornecida] pelo aparelho do Estado, se gera o outro pólo moderno, o da burguesia capitalista agrícola” (1992:75-76). Trata-se daquilo que nós denominamos a criação dos dois núcleos da burguesia interior “pelo alto”, mas esse processo já estava ocorrendo, como veremos logo, na década de 40 e que se acentua a partir de 1952. E tal política obedeceu aos imperativos do Plano Bohan, o programa político do MNR, que é reproduzido pelo plano econômico elaborado por W. Guevara em 1953 (no qual pede abertamente a ajuda econômica americana), aparecendo como paternidade do MNR. Veremos posteriormente que, entre as duas burguesias, prevaleceu econômica e politicamente a nova burguesia mineira, e que a expansão do pólo agro-industrial em Santa Cruz obedeceu a uma política de Estado, também iniciada na década precedente, induzida pelos técnicos e representantes políticos tanto do Estado americano como das firmas desse país, cujos interesses econômicos estavam centrados no petróleo.

⁸³ Tal informação está patenteada no *Boletín Informativo* do Ministério de Economia de 1941 (vol. 1-4, ano I, apud Mitre 1993b:124-5). A estrutura de propriedade jurídica e de controle acionário, no interior da associação, segue o seguinte ordem de importância: norte-americano, europeu, chileno, e por último, boliviano. Em 1940 este grupo intermediário controlava 13% da exportação nacional de minérios e era composto de cerca de 30 firmas. Os três grandes grupos controlavam 80%, correspondendo 48% somente ao grupo Patiño, e a pequena mineração apenas 7%. O relatório de Mervin Bohan (conhecido como Informe Bohan, “Report of the U.S. Mission to Bolivia”, La Paz, 1942) menciona que eram oito as principais firmas estaníferas da ANMM produziam 63% de estanho do setor. Dentre elas, cinco aparecem articuladas ao capital americano, e as três que participam com capital “local”, pertenciam a estrangeiros. As “empresas menores” seriam controladas por bolivianos, mas tal controle, em relação à lista apresentada pelo *Boletín Informativo*, reproduzida por Mitre, deve ser relativizado, pois já que o capital nativo é muito pequeno. O próprio Bohan confirma essa situação: elas “não têm nem a capacidade técnica nem o capital para aproveitar as relativamente poucas oportunidades de expansão” (Apud, Contreras, 1989:42). O que confirma a nossa hipótese acima

Segundo, é produto da intervenção e proteção do Estado (criação “pelo alto”), num momento de franco e acelerado conflito entre a burocracia estatal e o grandes mineiros em torno da definição das cotas de exportação de estanho, da política impositiva e da entrega da maior parte das divisas ao Banco Central – isto é, num contexto de luta em torno da necessidade crescente da recuperação da soberania do Estado e que culmina em 1952. Assim, é o Estado que cria a *Associação* do setor médio – e não por iniciativa do próprio setor - através de um decreto-lei (26 de abril de 1939, no governo Busch) no contexto de racionalização de cotas de exportação de estanho (no mês seguinte [29 de maio] funda-se a ANMM com 15 firmas) – isto é, foi a burocracia do Estado que, no empenho de definir tais cotas para os três setores (grande, médio e pequeno), impõe a organização do setor médio como condição necessária da participação mais “racionalizada” na economia mineiro-estanífera, imposição essa que refletia os interesses econômicos do bloco dominante (“barões do estanho”) e que se patenteava na política econômica do período. E o argumento da burocracia estatal era a de que, pelo fato de estar tal setor desorganizado, “entorpecia” o processo econômico movido por ações isoladas e individuais (= concorrência acirrada entre as firmas do setor pela busca do aumento da cota, e por esse meio, concretizar seus interesses econômicos restritos e imediatos).⁸⁴ Além de contribuir decisivamente com a organização do setor ao longo da década de 40, num momento em que a grande mineração aparecia em franco declínio devido a diversos fatores (que não serão explicitados aqui), o Estado também forneceu uma estrutura material (econômica, jurídica e política) que possibilitou a “decolagem” do setor médio: acesso às agências estatais de desenvolvimento, o que implicou na reorganização e fortalecimento do papel do Banco Minero (criado em 1936) na comercialização de concentrados de minérios; abertura de linha de créditos (nacionais e internacionais); incentivos fiscais e econômicos; e certa influência, mesmo que limitada, no processo

apresentada: o diagnóstico feito por esse funcionário americano estava mostrando as possibilidades reais de expansão das firmas americanas no setor e requeriam maior atenção pelo governo de seu país: essa era a sua preocupação fundamental.

⁸⁴ Conforme o decreto: “[...] ao não se constituir em Associação todos os seus integrantes, procedem sem unidade de ação, entorpecendo com gestões isoladas a regular distribuição de cotas ao grupo que pertencem. O que origina dilações e entorpecimentos morosos ao ter que atender-se pedidos pessoais” (apud, Contreras, 1989: 9).

decisório da política estatal. Tal tendência se prolonga no pós-52, se consolida com o Plano de Estabilização Econômica de 1956 (Plano Eder) – depois de cerca de quatro anos (1952-56) de acirrada batalha dos mineiros médios contra os pequenos, organizados na CNM (Cámara Nacional de Minería) com auspício de um setor radicalizado da burocracia de Estado nacionalista, interessados em unificar os dois setores nessa única instituição, em detrimento da ANMM. Este setor inicia sua primeira fase de expansão econômica principalmente a partir de 1964-65 e a segunda a partir de 1971, consolidando se como o maior setor monopolista privado.⁸⁵

Terceiro, essa estrutura material, que favorece o crescimento paulatino do setor, foi fortalecida pela intervenção dos Estados Unidos através de suas diversas agências estatais de desenvolvimento que tiveram um papel crucial na reorganização da produção e comercialização da economia estanífera, contra os grandes monopólios privados (“barões do estanho”): a sistemática pressão pela reorganização das cotas de exportação de estanho para esse país através da RFC (Reconstruction Finance Corporation) e de outras instituições; a imposição da intermediação dos contratos de exportação da RFC (da qual a ANMM queria manter contatos diretos de comercialização) pelo National City Bank; a elaboração de relatórios e planos de desenvolvimento para o país com um duplo fim: reforçar a influência americana na elaboração da política do Estado boliviano e, por esse via, garantir o fornecimento de matérias-primas estratégicas (minérios e petróleo) baratas, a médio e longo prazos, para a indústria daquele país em franco crescimento no pós-1945 - mesmo com o relativo declínio da produção de estanho, da queda da lei dos minérios, da tendência de exaustão das jazidas, do processo de racionalização do consumo de estanho nos Estados Unidos, bem como do

⁸⁵ Não por acaso G. Sanchez de Losada denomina o período 1964-69, no governo Barrientos, “a época de ouro” da mineração privada (ver: “La industria minera privada”, *Revista Minera Bamin*, septiembre de 1976; também citado por Contreras, 1989:17). Na verdade a melhor época de ouro foi a do período da ditadura banzerista, que tanto esse representante conspícuo da ANMM, como o resto (entre eles Contreras) tentam esconder essa realidade ao converter em *tabu* o tema da acelerada expansão que experimentou o setor nesse período. Basta ver que os principais dados sobre o caráter do investimento, lucros e dividendos (que foram elevadíssimos), constantes nos documentos, relatórios e trabalhos “acadêmicos”, são praticamente ignorados. E ao contrário, eles enfatizam a “luta” do setor contra o intervencionismo estatal e, sobretudo, contra a política impositiva e a perda de divisas (no período 1978-85), tal como os “barões do estanho” o faziam no pré-52. Daí que Contreras (1989) não consiga explicar a diferencia entre o que ele chama “processo de bolivianização” (que se teria iniciado em meados dos anos 60 e se consolidado

processo de substituição por produtos sintéticos, mencionados por Mitre (1993b). A prova patente da política estratégica americana para a Bolívia é a proliferação de relatórios, Planos de desenvolvimento, Planos econômicos, elaboração de Códigos (do petróleo e da mineração), bem como planos de reforma administrativa. Além disso, não por acaso a embaixada americana produzia relatórios sistemáticos, que se intensificaram nos anos 40, sobre o processo político boliviano: base de dados privilegiados por Mitre nas suas duas últimas obras, principalmente em *Bajo um cielo de estaño* (1993b). No que toca à proteção e reforço do desenvolvimento e expansão da indústria mineiro-extrativa privada (setor médio), dominada pelo capital americano, quatro planos e relatórios foram cruciais para a consolidação do setor da mineração média a longo prazo: o Informe Bohan (1942), o Informe Ford Bacon & Davies (1956), o Plano Eder (1956) e o Plano Triangular (1961).⁸⁶ O novo Código Minero (1965) é uma consequência desses planos, sendo aplicado amplamente pela ditadura banzerista em consonância com a política de extrema liberalização econômica em proveito do capital mineiro-exportador, cuja principal fração tornou-se detentora do aparelho de Estado no período 1973-78. E tal política foi complementada com a famosa ajuda econômica (para ser aplicada em diversos itens: cobrir o déficit orçamentário, o déficit de alimentos e a ajuda militar), os empréstimos financeiros com juros extorsivos, acordos comerciais unicamente com os Estados Unidos e a imposição da renegociação da dívida externa desde 1957.

Um processo homólogo ocorre com a emergência das frações burguesas agrárias e agro-industrial, nomeadamente do leste do país. Trata-se da transformação “pelo alto”, da “situação de classe” e de interesses econômicos de frações da grande propriedade fundiária em burguesias agrárias e agro-industriais. Estas foram igualmente impulsionadas com a criação do Banco Agrícola em 1942 e, sobretudo, com a aplicação do Informe Bohan pelos governos populistas (1952-64). Um dos

nos anos 70) e “transnacionalização” (nos anos 80) no interior da mineração média: termos tautológicos que reforçam o tabu aludido.

⁸⁶ Dentre os relatórios estrangeiros que visavam assistência técnica, administrativa e econômica estão: Missão Keenleyside das Nações Unidas (1951), Informe Sondag (1956), assistência técnica da USAID e do Banco Mundial, desde o fim dos anos 50 até os

objetivos centrais deste plano era o de que o Estado devia criar as condições econômicas necessárias com o fim incentivar a substituição de importações de produtos agropecuários. O que implicava fomentar – esse era o suposto implícito no relatório - a criação de burguesias agrárias e agro-industriais que deveriam se encarregar dessa tarefa, a fim de eliminar a dependência do país em relação a importação de grãos e alimentos. Depois de 1952, a política desenvolvimentista do Estado populista, consoante com seu projeto de diversificação econômica, passa a promover a “criação” de uma burguesia industrial. Daí a plausibilidade da hipótese segundo a qual o programa industrial do regime do MNR (1952-64) foi o Informe Bohan: o programa econômico do governo nacionalista-populista aplicado na sua integridade (constante no Plano Imediato de Política Econômica de 1954, que visava a diversificação econômica e a “marcha ao leste”).⁸⁷ E o principal instrumento de política de Estado que viabilizou tal programa foi a Reforma Agrária de 1953, cujos principais aspectos já os conhecemos: a consolidação e expansão da grande e média propriedade fundiária. Tal política foi reforçada, simultaneamente, com os sucessivos planos governamentais e relatórios americanos, conforme mencionado acima: o Plano de Estabilização Econômica de 1956, elaborado pelo banqueiro americano Eder. O que implicou na manutenção e consolidação dos setores chaves da economia boliviana: os extrativos (minérios, petróleo) e o agro-industrial.

anos 70, Informe Musgrave (1975) e o relatório da Universidade de Harvard sobre a situação da mineração e dos impostos na Bolívia (Cf. Gillis & Petersen, 1978).

⁸⁷ Essa hipótese é sugerida no trabalho de Arrieta et al. (1990:90 e segs.) sobre o caráter da agricultura e da empresa modernizada em Santa Cruz. Baseados no discurso do próprio V. Paz Estenssoro, líder do MNR, e da intervenção do “Estado de 52”, afirmam: “o governo do MNR empenhou-se na imediata implementação de sua plataforma de luta e a aplicação – no que correspondia – do Plano Bohan. A ‘Diversificação Econômica e a ‘Marcha ao Oriente’ foram a expressão de seus desígnios de câmbio” (p. 179). E o discurso de Estenssoro de 29/9/1954: “Esse plano havia sido traçado por um grande técnico dos Estados Unidos, o senhor Mervin Bohan, mas um plano que beneficia o povo boliviano jamais pôde ser realizado pelo governo da Oligarquia [...] Foi necessário que o MNR lhe desse grande impulso [...]” (Apud idem, nota 87). Além do mais, os autores fazem uma minuciosa análise dos planos de desenvolvimento para a agricultura à luz do Informe Bohan (1990:144-48) e dos logros da política governamental do MNR constantes em “Bolivia: 10 años de Revolución” de 1962. O outro aspecto fundamental do Informe Bohan era incentivar o governo boliviano na criação de condições de substituição de importações de alimentos e, por essa via – e este é o outro fator crucial, que não aparece na leitura desses autores – o de garantir, a médio e longo prazos, a extração de recursos energéticos (gás e petróleo) pelas firmas monopolistas americanas. A “marcha ao leste” (região de inesgotável reserva desses produtos) deve ser entendida nesse contexto. A imposição do Novo Código do Petróleo (1955) aponta nessa direção.

Uma avaliação crítica da implementação do “Plano” Bohan (políticas mineira e agrária) pelo Estado populista revela que não houve “claudicação” dos governos nacionalistas do MNR diante do imperialismo americano nem muito menos contradição - ao contrário do que sustentam a maioria dos autores bolivianos - em relação a aplicação desse projeto, pois o objetivo fundamental era o de “criar” e fortalecer essas duas frações da burguesia interior boliviana, em detrimento, evidentemente, da expansão e diversificação industrial do próprio setor mineiro e do setor manufatureiro tradicional. Contudo, quando estas frações burguesas experimentam um crescimento econômico e fortalecimento político nos anos 60, passam a se opor à “política desenvolvimentista” viabilizada pelo Estado populista (comandadas pelas “categorias sociais” de Estado, setores médios articulados ao MNR) que dirigiram o aparelho estatal no período pós-52. Além disso, desconhecem seu “criador” (o Estado populista) e aplicam os golpes de 64 e 71 com o apoio dos militares (novas “categorias sociais” de Estado). Essa transformação “pelo alto” encetada pelo Estado boliviano e a rejeição da modificação da “situação de classe” por esses dois núcleos de burguesia interior bolivianos pode ser ilustrado a partir do caso brasileiro, analisado por Saes (1985), mesmo em se tratando de duas economias com características opostas – isto é, uma das maiores economias industrializadas da América Latina e a economia sul-americana mais fraca e atrasada. Saes detecta duas fontes importantes de rejeição burguesa do nacionalismo: 1) a “definição idealista e exterior (de responsabilidade das ‘categorias sociais’ de Estado) dos interesses de classe da burguesia industrial”; o fato desta se afastar do nacionalismo, “isso não significa um indício do seu ‘atraso’ ou de sua ‘incompreensão’”, o que revela que ela não se reconhece “no projeto que as ‘categorias sociais’ de Estado tentam propor-lhe”; 2) o empenho de tais “categorias sociais” de propor o “verdadeiro papel” da burguesia industrial na economia provoca o efeito contrário: a intensificação do combate ao nacionalismo - “dado que o movimento nacionalista é a forma política assumida pela pressão operária ascendente, a burguesia

industrial, ao decidir o bloqueio da ameaça popular, passa a uma etapa ativa de combate ao nacionalismo” (Saes, 1985:120-21).⁸⁸

A outra fonte de rejeição do nacionalismo de corte populista pelas principais frações da burguesia interior bolivianas patenteou-se na pressão constante do capital americano através dos funcionários estatais desse país com o fim de bloquear o processo de nacionalização da economia boliviana; ou inversamente, possibilitar a abertura dessa economia obrigando o Estado boliviano instaurar um processo de desnacionalização. Conforme sustenta Blasier (1971:90), logo após a revolução de 52, os Estados Unidos exerceram sua decisiva influência para “engendrar na Bolívia um clima favorável para o capital estrangeiro” (leia-se, capital americano) como meio de promoção eficaz do “desenvolvimento econômico e como impedimento à expansão das empresas públicas”.⁸⁹

Com a redefinição da ideologia nacionalista viabilizada pelas novas “categorias sociais” de Estado (militares, burocracia, empresários), os governos militares instaurados em 1964 e, sobretudo, em 1971, levaram ao limite o projeto de desnacionalização da economia boliviana iniciado no Estado populista em proveito de um “capitalismo privado” (este tema será analisado mais detidamente no quinto capítulo). O que implicou na implementação contínua de uma política de Estado do reforço dessas duas principais frações da burguesia interior. Isso não significa que estejamos excluindo os conflitos e as contradições não-antagônicas (com seus efeitos econômicos e políticos pertinentes) entre a burocracia estatal e o conjunto das classes dominantes bolivianas. Todavia, a nossa análise revela a influência do governo americano, desde a década de 40, na implementação dessa política de Estado na Bolívia: o seu objetivo era possibilitar a penetração do capital americano no país,

⁸⁸ A segunda fonte de rejeição burguesa do nacionalismo é denominada por Gabriel Cohn como o “paradoxo aparente do nacionalismo”: nas palavras de Saes, “embora propondo-se como representação universal, dos interesses da burguesia nacional, ele se converte na expressão política concreta da ascensão operária” (Saes 1985:121).

⁸⁹ Vejamos a citação completa de Blasier: “In general, the Unites States appears to have exerted its considerable influence over Bolivia to provide a welcoming climate to private foreign capital as a means of both promoting economic development and discouraging the expansion on competing publicly controlled agencies. Unites States reservation about public corporation have been based on the corporation’s fairly consistent record of heavy deficits. However, the Bolivian have resisted the attempts to limits the public sector partly because such limitations would involve a loss of government control over certain strategic industries, not only vis-à-vis Bolivian but foreign corporations as well” (1971:90).

nomeadamente nos setores mineiro e petrolífero. As duas frações da burguesia interior⁹⁰ constituíram-se, assim, em “pontas de lança” (isto é, suas melhores aliadas) da penetração e expansão desse capital através do complexo processo de interiorização no seio da formação social capitalista periférica boliviana. Nos anos 70, tal processo alcança seu nível mais elevado, porém marcado por conflitos, contradições e crises entre a burocracia estatal e as classes dominantes.

Em suma, neste capítulo temos caracterizado tanto os traços essenciais da formação social capitalista periférica boliviana como os principais aspectos socioeconômicos do período. Logo fizemos uma análise pormenorizada das principais classes dominantes e frações de classe dominante na Bolívia. Examinamos as condições sócio-históricas nas quais surgiram as principais frações da burguesia interior e seu comportamento econômico e político geral, junto à intervenção do capital americano. A análise do processo de diferenciação das classes dominantes bolivianas mostrou que a criação e expansão “pelo alto” (Estado) dos núcleos de burguesia interior foi reforçado pela intervenção do capital americano. Temos também lançado duas hipóteses indicativas, sem ainda examiná-las: 1) o processo de desnacionalização da economia boliviana; 2) o caráter da hegemonia política que vigorou no período. Resta saber qual a relação entre tais processos (diferenciação no seio das classes dominantes bolivianas - principalmente o efeito da emergência dos principais núcleos da burguesia interior - , a sistemática intervenção do capital americano, a desnacionalização da economia boliviana, bem como o caráter da dominação de classe) com o processo de reprodução de instabilidade nas esferas econômica e política. Acreditamos que esses temas estão relacionados com o caráter da crise de acumulação, que a seguir passamos a analisar.

⁹⁰ Isso não significa que eliminemos a existência, e por extensão, a influência, mesmo que relativa, de outras frações da burguesia interior, mormente congregadas na CNI, representativas da indústria manufatureira tradicional. Retomaremos este tema no próximo capítulo.

CAPÍTULO TRÊS

ASPECTOS ECONÔMICOS DA INSTABILIDADE POLÍTICA

No capítulo anterior temos analisado os traços essenciais da formação social boliviana na década de 70 e dos principais aspectos socioeconômicos. Fizemos também uma análise pormenorizada das classes dominantes e frações de classe dominante, bem como o caráter do funcionamento da economia boliviana: detectamos o predomínio do capital americano nos setores-chaves de atividade econômica. Todavia, temos mostrado um vigoroso processo de acumulação num período relativamente curto (1971-78) e sugerido, alusivamente, que tal processo estaria relacionado com uma crise particular: a crise de acumulação. Pensamos que a nossa análise deve avançar no esclarecimento dessa problemática. Em consonância com a metodologia explicitada no primeiro capítulo, que busca definir um quadro mínimo de possibilidades de ocorrência das crises e contradições importantes que produziriam fontes potenciais de instabilidade política, neste capítulo analisaremos os principais aspectos econômicos da instabilidade política. Assim, interessa decifrar o caráter dessa crise e sua relação com a prática econômica e política das classes dominantes no processo de acumulação. Mais especificamente, buscamos desvendar o caráter da relação entre prática econômica dos agentes econômicos e estatais (que buscam satisfazer seus interesses econômicos específicos no processo de acumulação) e instabilidade política; se tal prática provocou fontes genéricas potenciais de instabilidade nas esferas econômica e política. Com base nessas preocupações, este capítulo tentará propor uma explicação dessa relação.

As perguntas que se impõem são: o acelerado processo de acumulação desencadeado durante a ditadura banzerista foi realmente irracional, conforme defendem a maioria dos autores bolivianos? Se tal processo está relacionado com a crise de acumulação, quais seriam os aspectos determinantes dessa crise? Houve uma redefinição das práticas econômicas das classes dominantes bolivianas a tal

ponto de modificar a sua relação de dependência diante do capital americano/estrangeiro no processo de apropriação da maior cota da mais-valia e dos lucros produzidos no espaço nacional? Enfim, existiria alguma relação entre crise de acumulação e instabilidade política?

Esses temas podem ser analiticamente desdobrados em três partes: 1) o exame do caráter da crise de acumulação; 2) o exame do caráter da prática econômica das classes dominantes na Bolívia; 3) a análise da relação desses dois fatores com o processo de reprodução potencial de instabilidade econômica e política. Através do segundo ponto tentamos desvendar o caráter constante da intervenção/participação do capital estrangeiro dando ênfase aos tipos de relações adotados na economia do país, considerado politicamente instável e com tradição de nacionalizações do capital estrangeiro e nacional. Através do último ponto buscamos decifrar o caráter da prática econômica das classes dominantes bolivianas com o objetivo de desvendar a relação entre prática econômica e o processo de reprodução de fatores genéricos potenciais de instabilidade política.

3.1 Caráter da crise de acumulação

A maioria dos autores que analisaram o período em foco sustentam que houve um processo de produção de excedente impulsionado pelo Estado mas sem acumulação de capital. O problema fundamental estaria no fato de que o excedente foi privatizado e dilapidado irracionalmente pelas classes dominantes através do consumo suntuário, bloqueando assim o processo produtivo ou a reprodução ampliada do capital na Bolívia. Ou seja, o padrão de acumulação instaurado em 1952 teria entrado em colapso no final da década de 70, impulsionado pelos fatores econômicos e políticos deflagrados durante a ditadura banzerista. Todavia, houve a possibilidade de aproveitar o excedente a fim de revitalizar o modelo de acumulação em declínio, porém, em vez disso, o que ocorreu foi, numa circunstância excepcional, uma descomunal *dilapidação* do excedente que contribuiu para o destruição desse padrão de acumulação. Esta tese é defendida pelo economista boliviano Horst Grebe

no seu artigo “El excedente sin acumulación” (1987). Grebe detecta o problema fundamental do processo de acumulação na Bolívia (crise de acumulação) e seus fatores correlatos, como ser: a dominação tanto do capital comercial sobre a indústria como do capital financeiro internacional sobre aqueles, possibilitando a drenagem de boa parte do excedente ao exterior. Contudo, desde já alertamos para alguns problemas sobre o caráter da crise de acumulação presente nesta tese: não houve acumulação; e sim dilapidação (*despilfarro*) do excedente. O que bloqueou o processo de acumulação endógena, necessária para a industrialização do país. Tal dilapidação é considerada (consciente ou inconscientemente) como um caso irracional, que se desviaria do processo de desenvolvimento capitalista “típico”, conforme o modelo de desenvolvimento capitalista dos países centrais.¹

Essa tese já havia sido defendida em 1978 por Toranzo (1988a) no seu artigo “Banzerato: un nuevo modelo de acumulación?”. Só que a ênfase dada à crise de acumulação tem uma conotação, diferentemente de Grebe, mais explicitamente negativa e com um certo teor moral - isto é, a causa fundamental do atraso do país estaria justamente num processo de acumulação irracional, no qual o excedente foi dilapidado *irresponsavelmente* pelas classes dominantes (consumido totalmente em produtos suntuários). Este tipo de análise também o encontramos nos relatórios da CEPAL (1982) e dos estudiosos sobre a agricultura capitalista no país (ver Arrieta et al.:176 e 198).

¹ “Para dizer-lo de uma vez, uma ampla gama de atividades produtivas na Bolívia se organiza dentro da pauta da racionalidade que não corresponde à lógica capitalista” (Grebe, 1987:95). Os problemas não ficam por aí. Grebe reproduz a caracterização da formação social boliviana feita por Zavaleta (analisada no segundo capítulo), diminuindo assim o alcance ou potencialidade da sua análise sobre a problemática da crise de acumulação de capital na Bolívia. Vejamos alguns exemplos do ângulo da relação entre o mercado capitalista, o poder político e a hegemonia política: 1) as classes dominantes bolivianas foram incapazes de criar uma “sociedade qualitativamente homogênea na sua base econômica”, o que implicaria a inexistência de um “único mercado nacional capitalista” (o produto mercantil não circularia nacionalmente); 2) dada a inexistência de concorrência entre os capitais (individuais ou não), não existe a formação de uma taxa única de mais-valia, e por conseguinte, uma taxa média nacional de lucro; 3) como consequência dessas situações, nem as classes dominantes nem as classes trabalhadoras estão ainda unificadas, em ambos grupos, como “uma classe só” (“Com efeito, como consequência da sobrevivência de *pruritos* [avidez] e de estratificações classistas firmadas em critérios de casta, os capitais não se comportam reciprocamente como iguais em sua qualidade, porém somente de forma diferente em sua magnitude, isto é, a idênticos patrimônios não equivalem posições sociais iguais. Em suma, ao não existir um contexto reprodutivo de amplitude nacional, [...] um sistema de classes propriamente nacional, o que existe é um conjunto de frações de classe locais” (1987:88). Embora detecte vários aspectos relevantes da realidade socioeconômica boliviana, apontemos apenas três problemas sérios dessas formulações, isto é, pressupostos teóricos refutáveis relativos ao desenvolvimento capitalista em qualquer formação capitalista concreta (central ou periférica): 1) a “partilha equilibrada” da mais-valia e dos lucros entre as classes e frações dominantes; 2) a unificação tanto das classes dominantes como das classes

No trabalho *Excedente y acumulación en Bolivia: 1980-1987*, Villegas & Aguirre (1989) tentam responder à problemática da crise de acumulação, embora se trate de uma análise imediatamente posterior ao período aqui abordado. Os autores chegam a uma conclusão um tanto diferente das propostas por Grebe e Toranzo, mas mantém o núcleo das teses defendidas por estes. A primeira parte da tese sustentada por Villegas e Aguirre é a de que, mesmo num contexto de recessão (iniciada em 1977-8) e depressão (82-85) econômica nos anos 80 - hiperinflação (que chegou a 24.000% ao ano em 1985), descomunal queda dos salários reais e quase paralisação do aparelho produtivo - , detecta-se uma elevada taxa de acumulação que aumentou gradualmente de 63% em 1980 a 75% em 1987, cujo ponto mais alto é registrado em 1985: 80%. Com base nesses dados os autores concluem que a economia boliviana teve a potencialidade de ampliar a taxa de acumulação e imprimir um curso qualitativamente diferente às atividades econômicas através do investimento nos setores produtivos, no aumento da produtividade, na modernização dos processos de trabalho, bem como na geração de emprego (1989:107). Já a segunda parte da tese mostra uma realidade econômica inegável. Contudo, o tratamento da crise de acumulação continua sendo problemática. Ao longo do período em questão os autores registram “um crescimento anormal do coeficiente dos gastos improdutivos”. Tal coeficiente pula de 75% em 1980 para 88% em 1987. Logo concluem: esta situação “obviamente cerceia a possibilidade de concretizar taxas significativas de acumulação”.² E isso se deveria ao fato de que tanto as frações da burguesia nacional como o Estado não têm como prioridade a acumulação produtiva:

trabalhadoras; 3) o desenvolvimento capitalista homogêneo (tanto nos diferentes setores e ramos de atividade econômica, como no aspecto espacial-geográfico nacional).

² Villegas & Aguirre (1989:107). “Por outro lado, devido à influência do tráfico de coca e o colapso do mercado de minérios, o coeficiente de usos externos do excedente flutua em forma considerável. Assim, em alguns momentos alcança um nível alto (12% e 13% em 82 e 84) e, em outros, um nível baixo, como aconteceu em 1985 (2%), influenciado pela crise dos minérios e possivelmente pelo declínio relativo do preço da folha de coca” (p. 107; ver também Quadro nº 4.6 à página 108). Si tomamos o lado positivo destas teses, elas jogam por terra às teses defendidas por Mansilla (1994) segundo a qual o conjunto do empresariado boliviano (CEPB) teria exercido um papel crucial na luta pela democratização do país, e que, nessa luta, teria não apenas sacrificado seus interesses econômicos mas também teria sido o mais afetado pela recessão e hiperinflação, provocados pelo governo da UDP (1982-85).

Apesar da geração de excedente econômico pelos trabalhadores produtivos, o Estado e as classes dominantes não privilegiam a acumulação produtiva. A metamorfose excedente-acumulação não se cumpre a plenitude, os proprietários dos meios de produção, que decidem o destino ou reconversão do excedente no investimento produtivo não assumem o papel central, como exige a dinâmica do sistema capitalista. O cenário crítico da economia nacional também provocou a mobilidade dos capitais do processo de produção ao da circulação, fato motivado pela ágil rotação dos capitais e as altas taxas de lucro que se obtêm em atividades tais como o comércio, bancos e as operações especulativas (p. 93).

Em síntese, o padrão de acumulação primário-exportador, vigente nos últimos decênios, antes de construir uma economia produtiva fortaleceu as tendências à terciarização [robustecimento do terciário] e ao parasitismo [...]. Como consequência deste despilfarro [dilapidação], a acumulação ingressou numa [nova] fase de regressão (Villegas & Aguirre, 1989:136; grifo nosso).

Trata-se de um importante estudo econômico sobre a dinâmica do desenvolvimento capitalista na Bolívia nos anos 80. Um rápido balanço dessa obra revela um avanço, em relação aos artigos de Grebe e Toranzo³ (escritos nos anos 70) sobre o mesmo tema, no que toca à eficácia da análise das principais variáveis econômicas e das tendências do desenvolvimento capitalista no país. Contudo, Villegas e Aguirre sustentam que o processo de acumulação na Bolívia continua sendo *irracional* – isto é, as altas taxas de mais-valia e de taxas de lucro extraídas do conjunto dos trabalhadores produtivos não são postas a serviço da reprodução ampliada do capital, mas transferida substancialmente aos setores improdutivos (outra parte importante é drenada para o exterior). A predominância do setor improdutivo (e o consumo improdutivo) é ostensivo: terciário parasitário, hipertrofiado e especulativo. Assim, tais autores partem do suposto de que haveria um bloqueio intrínseco no processo de acumulação interna, o que configuraria uma situação de crise de acumulação permanente – neste aspecto, a avaliação nos parece correta. Entretanto, tal processo tende a ser visto como um fenômeno anormal, que se desviaria do “modelo” de desenvolvimento do capitalismo. O que confirma, por outra via, as teses defendidas por Toranzo e Grebe. Voltamos, assim, ao ponto inicial do problema.

³ Para sermos justos na nossa avaliação, Toranzo também produz alguns trabalhos relativos ao reajuste neoliberal em 1985, ao igual que Morales & Sachs, mas sua análise acaba se parcializando em favor desse reajuste: a sua admiração pela dinâmica de reorganização dos papéis do Estado e do mercado é evidente, o que pode ser detectado através de sua crítica pertinaz à “negativa” experiência do capitalismo de Estado e do populismo instaurados na Bolívia em 1952, e agravado com o corporativismo militar a partir de 1964. Ver Chaves & Toranzo (1993).

Lavaud também tenta dar uma resposta à crise de acumulação. Endossa integralmente as teses de Toranzo e Grebe e, inclusive, tenta ir mais longe. Sustenta que o problema fundamental das classes dominantes bolivianas (neo-oligarquia e classes políticas, voltados para a especulação etc.) estaria na falta de uma *mentalidade capitalista*: “o domínio dos prebendelistas e cortesãos que se manifesta nas redes de enriquecimento é também o sinal de uma mentalidade específica, que agora nos é familiar. O capitalista boliviano está muito longe do empresário ideal, tal como o construiu Weber”. E acrescenta: “a estes empresários, Weber lhes opõe os ‘especuladores ousados e sem escrúpulos’, os ‘aventureiros’ ou, ainda, as ‘pessoas adinheiradas’”.⁴ Vejamos sua conclusão lapidar:

O que nós temos encontrado na Bolívia não se consideram trabalhadores, ao contrário, professam um certo desprezo pelo trabalho, gostam de ostentar uma riqueza dilapidada [...] em bens suntuários, e ‘armam golpes’ reatando suas relações *para obter, no menor tempo possível, os melhores lucros possíveis* e, assim, viver como senhores; com este fim, se permitem qualquer tipo de manobras e os protagonistas não prestam nenhuma importância à falta de escrúpulos. Não somente a corrupção administrativa é a norma; e ainda mais, a riqueza de uns se alimenta abertamente (em última instância) do trabalho de outros [como ocorre isto se ninguém trabalha? – observação nossa]. Esta mentalidade que, brutalmente, podemos resumir ao caracterizá-la como aventureira, violenta e ociosa, não surge do imediato, tem profundas raízes [na tradição e na história boliviana] (Lavaud 1998: 345-46; grifo nosso).⁵

Trata-se, para Lavaud, de uma neo-oligarquia predadora, violenta e especulativa, cuja forma de acumulação de riqueza é suspeita, de duvidosa ética, de méritos incertos e suas decisões arbitrárias, o que impediria que se constitua numa “verdadeira classe dirigente”. O autor, aqui, reproduz as teses de Huntington e Aaron. Do primeiro retém a tese segundo a qual a relativa ausência de uma “classe alta” forte implicaria também na carência relativa de uma ética de classe governante, no sentido de “*noblesse oblige*” (Huntington, 1975). De Aaron extrai a tese segundo a qual uma sociedade com essas características, os dirigentes da indústria, dos sindicatos operários e dos partidos políticos se consideram como inimigos, ao ponto de não terem nenhuma consciência de solidariedade.

⁴ Lavaud (1998:345). A citação de Weber é de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lembremos que a análise do autor se refere à década de 70.

⁵ Lavaud simplesmente reproduz, na análise dessa “mentalidade”, as conclusões de duas obras sobre a ideologia das classes dominantes bolivianas do início do século XX: 1) os preconceitos raciais estampados na obra do literato boliviano Alcides Arguedas: *Raza de bronce*, escrita em 1916: a causa da falta de progresso e civilização na Bolívia estaria na sua população majoritariamente índia; 2) as conclusões de M. D. Demélas: as causas do atraso boliviano residiriam na permanência e expansão de um darwinismo social crioulo praticado pelas classes dominantes, e que a acumulação de riqueza pela oligarquia não teria acontecido sem a aplicação de práticas violentas e sem escrúpulos (Cf. “Darwinisme à la créole: le darwinisme sociale en Bolivie, 1880-1910”, Pluriel, 1980).

Assim, não trabalham pelo “interesse comum” perseguido pelo regime estabelecido e pelo Estado.⁶ E Lavaud acrescenta que numa situação como essa ocorre totalmente o contrário: tais atores “tendem a exacerbar a competência e fica claro que – e este é, precisamente, o tema deste trabalho – lhes é muito difícil dirigir o país” (1998:348). O problema do poder político está posto: ao não existir tal classe, e dado que a neo-oligarquia (uma rede de “famílias clientelares”) não consegue dirigir o país, restando somente o caos, a anarquia e uma descomunal instabilidade política. Nesse contexto, a revolução de 1952 e seu impacto ao longo dos anos 60 e 70 teria sido um mero acidente histórico desagradável, não modificando em nada o caráter do país:

E a revolução boliviana é, desde já, um fracasso moral. Os novos amos do país, em lugar de dar exemplo de austeridade e firmeza, se outorgaram privilégios a si próprios, fomentaram a corrupção e dilapidaram [despilfarro] a riqueza nacional. Um tal ambiente não foi nada propício para o desenvolvimento de uma ética de sacrifício na coletividade; desencorajou o esforço produtivo e, ao mesmo tempo, provocou exigências em cadeia para os governantes, os que, por sua vez, evidentemente, não podiam satisfazê-las. Em consequência, a revolução empurrou à oposição ao mundo dos trabalhadores, os que constituíam seu principal apoio, cavando assim sua própria tumba e prefigurando o ciclo do sangrento conflito entre militares e trabalhadores (1998:349).

E qual seria a solução dos problemas da acumulação e do poder político na análise do autor?

Ele não responde taxativamente: se inclina pela hipótese de que seria o estrangeiro que importaria a ordem e daria o poder político. Esta sugerida, aqui, a tese de que a Bolívia seria, senão uma colônia, pelo menos um país dominado por uma economia de enclave em plena década de 70.⁷ Em suma, o

⁶ R. Aaron, “Classe sociale, classe politique, classe dirigeante”, *Archives européennes de sociologie I*, 1960, apud Lavaud (1998:348).

⁷ Esta tese está sugerida nas págs. 368-369 da obra de Lavaud (cit.). Baseia-se na idéia de Almaraz (1988:27-28) segundo a qual a pobreza extrema facilita a colonização, mentalidade que estaria disseminada na Bolívia em todas as classes sociais, situação que ter-se-ia agravado com o golpe de 1964 e com a presença direta dos americanos no poder. Todavia, Lavaud aplica, na sua análise, sobretudo as teses defendidas por A. Memmi em *Portrait du colonisé* (Paris, Pauvert, 1966): o síndrome do desprezo do indivíduo colonizado e a sobrevalorização do estrangeiro, que oscila entre a admiração e o ódio. Sobre a questão de se a economia boliviana se configuraria como total economia de enclave, rejeitamos essa tese tal como defendida por Lavaud e nos inclinamos parcialmente pela tese defendida por Arze (1979). Duas razões importantes nos levam a rejeitar a tese de Lavaud. A primeira, tal conceito é inadequado para caracterizar a economia mineiro-exportadora boliviana, além de induzir ao erro, segundo o qual, enquanto enclave mineiro, o controle estrangeiro seria total, reduzindo a quase zero seu impacto multiplicador no conjunto da economia, o que aprofundaria seu isolamento. Uma tese diferente é defendida por Furtado (1969) ao se referir às economias mineiras. Isso não significa negarmos um aspecto importante que aparece no raciocínio de Furtado: o efeito transformador das estruturas econômicas de um país mineiro como a Bolívia é, de qualquer forma, limitada. Mas isso se deve a um conjunto de fatores econômicos e políticos, já analisados no primeiro e segundo capítulos, e não como mero reflexo de uma total “economia de enclave”. A segunda razão de rejeição dessa tese é a de que, conforme Cardoso & Brignoli (1983), a característica fundamental de uma economia de enclave (seja mineira ou não) seria o controle total da economia do país pelo capital estrangeiro: as únicas economias de enclaves, na América Latina, seriam a hondurenha (controlada pela *United Fruit Co.*) e a panamenha (totalmente controlada pelos EUA). Em suma, devido a sua complexidade, o caso boliviano foge a esse tipo de caracterização, sendo mais correto enquadrá-la nas economias mineiro-exportadoras e parcialmente como economia de enclave - um tipo específico e peculiar de país atrasado, na linha analítica de Gerschenkron (1968). E a nossa hipótese ganha dupla relevância: quando detectamos a existência de núcleos de burguesia interior, mesmo com nível acentuado de atraso, criadas pelo Estado; o

tratamento dado pelo autor à problemática da acumulação é reduzido a uma mera questão ética e moral. Chegamos assim a comprovar, novamente, a nossa crítica sobre as teses defendidas pelo autor sobre a instabilidade política boliviana feita no primeiro capítulo deste trabalho.

É curioso que esses autores não se perguntam a que se deve esse comportamento econômico das classes dominantes bolivianas, ou então porque elas assumem esse tipo de prática e mentalidade econômica. Podemos endereçar uma crítica a esses autores em dois níveis. O que, desde já, devemos sublinhar-lo, significa uma primeira aproximação teórica de nossa resposta sobre a problemática da crise de acumulação.

O primeiro nível de crítica diz respeito à concepção do consumo improdutivo e do trabalho improdutivo como causadores da crise de acumulação. Embora Villegas e Aguirre tivessem o suficientes instrumentos teóricos para explicar o caráter predominante do processo de acumulação na Bolívia voltado para o setor terciário, eles não o fazem porque partem do suposto (mesmo que utilizem um certo esquema marxista como o aplicado por Kalecki nas suas análises econométricas) do caráter *nocivo* do trabalho “improdutivo” (interpretação que é comum em Grebe, Toranzo e Lavaud). Este é objeto de um tratamento analítico rigidamente separado, em Villegas e Aguirre, do trabalho produtivo; por sua vez, este tem uma dupla conotação: produtor de bens materiais e de lucratividade. Em contraposição, as atividades econômicas improdutivas, embora criem alguns bens materiais, elas não seriam lucrativas. É a partir desta concepção que se analisa o setor serviço, ou mais amplamente, o terciário, que inclui o conjunto dos trabalhadores não-manuais (este problema não aparece nos autores mencionados).

papel crucial deste num tipo de desenvolvimento capitalista, marcado pela maciça transferência de capital público ao setor privado. Esta linha de análise interdita qualquer avaliação que sobrestima o papel do setor mineiro privado ao longo dos anos 60 e 70, como o faz Contreras (1989; ver capítulo IV) na sua apologia da mineração média.

Ora, é verdade que Marx considera somente o trabalho produtivo como criador de valor e de mais-valia, uma condição necessária da reprodução da força de trabalho e uma condição fundamental da existência do capital do ponto de vista da produção capitalista (Lenin insistiu no primado das relações de produção, nomeadamente do papel determinante do capital produtivo). Sabemos que Marx criticou a ambigüidade dos conceitos produtivo/improdutivo e rejeitou a rigidez dessa separação no esquema teórico smithiana: o trabalho produtivo, para Smith, seria o trabalho trocado por capital e o trabalho improdutivo o que não cria mais-valia. Ocorre que, em Marx, o problema é mais complexo, conforme se apontou acima. Vejamos o que diz o autor em *Teorías sobre la Plusvalia* (1974):

Quando todo o trabalho segue pagando-se em parte (por exemplo, o trabalho agrícola dos serviços) e em parte se troca de modo direto por renda (como o trabalho manufatureiro das cidades da Ásia), não existe capital nem trabalho assalariado no sentido da economia política burguesa. Portanto, estas definições não derivam das características materiais do trabalho (nem da natureza de seu produto, nem do caráter especial do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social definida, as relações sociais do produtor (produção) em que se realiza o trabalho (p. 133).

E ainda mais,

Um ator, por exemplo, ou inclusive um palhaço [...] é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (um empresário), a quem devolve mais trabalho do que recebe dele em forma de salário; já um alfaiate que trabalha a domicílio, que vai à casa do capitalista e lhe concerta as calças, com o qual só lhe produz um simples valor de uso, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro se troca por capital, o do segundo por renda. O do primeiro produz mais-valia; no segundo, se consome renda. Aqui o trabalho produtivo e improdutivo se concebem do ponto de vista do possuidor de dinheiro, do ponto de vista do capitalista, não do operário (pp. 133-34).
[...] Um escritor é um trabalhador produtivo, não na medida em que produz idéias, senão na medida em que enriquece o editor que publica suas obras, ou quando é o assalariado de um capitalista (p. 134).

Está, aí, em sentido prático, uma teoria consistente sobre os trabalhadores *não-manuais* (constitutivo de amplos setores da pequena burguesia e das camadas médias urbanas) que somente pode ser entendida do ponto de vista do caráter do trabalho produtivo, criador de mais-valia e de lucros: o trabalho “improdutivo” aparece como fundamental para a valorização do capital no setor terciário (aparelhos de serviços público e privado, comércio, bancos, seguros etc.).

Por outro lado, do ponto de vista global e esquemático, na reprodução do modo de produção capitalista existem atividades necessárias à sua reprodução como ser: 1) transferência de mais-valia

do capital industrial (capital variável e capital constante) ao capital comercial, bancário e financeiro; 2) emergência de vários tipos particulares de lucros (comercial, de juro) e de capitais: capital monetário e capital produtivo; 3) rotação de capital, o que é detectado basicamente na operações de compra-venda entre capitalistas: o famoso esquema marxiano dos Departamentos I e II: produção de meios de produção e de meios de consumo – estes não se reduzem ao consumo para a reprodução da força de trabalho e o consumo dos capitalistas (este é reduzido ao “consumo de luxo” nos autores bolivianos em questão); um outro elemento fundamental, aqui, é o consumo do capital (depreciação e reposição e que, para iniciar um novo ciclo econômico através de novos investimentos, os agentes econômicos utilizam suas reservas econômica através do capital dinheiro etc.); 4) uma atividade também fundamental: os serviços do aparelho estatal. A essa lista podemos incluir o transporte, armazenagem e distribuição que podem ser consideradas como atividades produtivas. Enfim, nas segmentações horizontal e vertical do capital, relacionadas também com as atividades improdutivas, “representam atividades funcionais improdutivas do capital social total, indispensáveis, porém, à sua circulação e rotação sob forma de mercadoria específica e sob forma de dinheiro” (Gorender, 1985:XLII).

Todavia, Marx considerou atividades improdutivas às relacionadas com o caráter meramente mercantis das relações de produção capitalista: as relacionadas com os gastos de compra e venda com implicações especulativas – o que é ainda problemático. Contudo, uma leitura atenta das suas principais obras de maturidade pode revelar que, se a produção capitalista tem um caráter anárquico, é plausível concluir que nas esferas da circulação e distribuição, impulsionadas pela necessidade constante de valorização do capital (acumulação), o consumo improdutivo (e o suntuário) do capitalista também é inerente ao processo de valorização: “Ao se alcançar uma certa fase de desenvolvimento, de um grau convencional de prodigalidade, que é também uma exibição de riqueza, e consequentemente uma fonte de crédito, torna-se uma necessidade econômica para o capitalista

‘infeliz’. O luxo faz parte das despesas de representação de capital”.⁸ Outro aspecto importante é o caráter especulativo do funcionamento do capital bancário-financeiro através da operação dos grandes bancos que cooperam com os governos através da compra-venda dos títulos públicos (*O Capital*, Vol. I, cap. XXIV). Esta característica também a encontramos claramente nas suas obras históricas, como *O 18 Brumário*. Numa economia como a francesa da metade do século XIX, dominada pelo capital comercial, bancário e pelo incipiente poder do capital financeiro, a especulação parece ser uma constante na formação capitalista francesa e da maioria das economias da Europa continental do período.⁹ A estas, Gerschenkron as caracterizou como atrasadas em relação ao nível do desenvolvimento capitalista experimentado por esses países (retomaremos este tema mais à frente). Essa situação prevalece nas formações capitalistas atuais (centrais e periféricas). Descontando as diferenças analíticas no debate da época sobre o caráter do capital financeiro, Luxemburgo, Hilferding e Lenin confirmaram as análises de Marx referente à tendência do funcionamento capital financeiro.

Já temos indicado no primeiro capítulo que, na passagem da reprodução simples para reprodução ampliada do capital emerge um tipo de crise inerente ao próprio sistema capitalista: a baixa tendencial da taxa média de lucro (decorrente do processo cumulativo do progresso técnico e tecnológico, crescimento desmesurado do capital constante em relação ao variável). Esta crise tende a agravar as contradições do sistema capitalista e uma série de outras crises, dentre as quais está a crise de valorização do capital, a qual é um indicativo de uma crise genérica potencial de acumulação, cujo

⁸ *O Capital*, Vol. I, cap. XXII, § 4, da edição citada por Baran & Sweezy (1978:52).

⁹ Os conflitos entre os interesses econômicos (basicamente a burguesia comercial e aristocracia financeira), pela obtenção de sobrelucros, incide significativamente na luta pelo controle do aparelho de Estado para concretizar tais interesses (Cf. Marx, 1997:110-11). Sabemos que essa tendência especulativa do funcionamento do sistema capitalista detectada por Marx é confirmada posteriormente pelas análises - sobretudo sobre o caráter especulativo do capital financeiro - de Hilferding (1985), Lenin (1989) e Gerschenkron (1968). Kalecki (1980) reformulou o esquema marxiano dos dois Departamentos e incluiu mais um, ou seja, os Departamentos I (produtor de bens de capital ou valor do investimento bruto), II (produtor de bens de consumo para os capitalistas), e III (produtor de bens de consumo para a classe trabalhadora). Trata-se de um esquema de reprodução ampliada do modo de produção capitalista que tenta explicar o seu movimento complexo e interrelacionado entre os três departamentos (problemática centrada na questão da demanda efetiva). Portanto, o simples esquema de Villegas e Agurre, baseado unicamente no consumo dos trabalhadores (reprodução da força de trabalho, marcado pelo subconsumo) e no “superconsumo” dos capitalistas (consumo “suntuário”), esquema que descarta a premissa fundamental de que o capital, movido pela valorização e realização é, no

grau de repercussão e agravamento varia de acordo com as condições da posição ocupada por cada país (central ou periférico) na fase de desenvolvimento capitalista na economia mundial.

Outro argumento fundamental que aqui deve ser salientado é o de que, da mesma maneira que não existe um modelo de revolução burguesa (no seus dois aspectos mencionados no primeiro capítulo), não existe um modelo de desenvolvimento capitalista e de industrialização. O que não significa a exclusão, no plano da análise, do desvendamento da tendência histórica dos casos concretos de industrialização marcados com certo grau de atraso como, por exemplo, as análises de Gerschenkron (1968). Vejamos as seis conclusões do autor sobre o processo de industrialização dos países europeus no século XIX: “quanto mais atrasada estiver a economia de um país”:

1. [...] mais probabilidade tinha sua industrialização de começar de forma descontínua e adotar o aspecto de um grande surto que tivesse lugar a um ritmo de crescimento do produto industrial relativamente alto.
2. maior era a importância que em sua industrialização se concedia ao grande tamanho tanto de planta como de empresa.
3. maior importância se concedia em seu processo industrial à criação de bens de produção em relação aos de consumo.
4. mais pesada ou forte era a pressão que se impunha sobre o nível de consumo da população.
5. maior era a parte que jogavam os fatores institucionais especiais que tinham como finalidade incrementar a oferta de capital às novas indústrias, proporcionado-lhes, ademais, uma guia empresarial menos descentralizada e melhor informada; todavia, quanto maior fosse o grau de atraso reinante no país, maior era o alcance e o caráter co-ativo destes fatores.
6. Quanto mais atrasado estivesse um país, menos probabilidade tinha de que sua agricultura desempenha-se um papel ativo na industrialização, oferecendo às indústrias em expansão as vantagens de um mercado industrial em desenvolvimento e que, por sua vez, estivesse baseado na crescente produtividade do trabalho agrícola [...] (1968:367-68).¹⁰

Visto isso, com base nas análises precedentes e as feitas nos capítulos anteriores, avancemos numa primeira aproximação explicativa sobre o caráter da crise de acumulação na Bolívia nos anos 70. Primeiro, evidentemente, numa economia como a boliviana em condições peculiares de atraso

essencial, depreciado e consumido. Os autores também esquecem a segunda parte da famosa proposição de Kalecki: “os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam”.

¹⁰ Trata-se de um conceito de atraso econômico que tenta explicar tanto os diversos níveis econômicos dos distintos países como medir o grau de atraso, com base numa escala na qual o grau de atraso fosse ampliado. Fazendo dois cortes na escala, o autor classifica três grupos de países: avançados, moderadamente atrasados e muito atrasados. O outro corte é feito com base nos fatores da quinta proposição: as diferenças quantitativas se associam às variações qualitativas, isto é, institucionais. Assim, as relações existentes com relação às fontes de oferta de capital, podem se expressar conforme o quadro elaborado pelo autor:

Quadro 1: Indicadores do grau de atraso dos países em processo de industrialização (Europa: século XIX)

Etapas	Área avançada	Área de atraso Moderado	Área de grande Atraso
I	Fábricas	Bancos	Estado
II		Fábricas	Bancos
III			Fábricas

Fonte: Geschenkron, 1968, p. 368.

estrutural, mesmo que atravessasse um surto relativo de expansão (“auge econômico”) nessa década, o investimento produtivo foi feito basicamente pelo Estado, sendo ínfimo no setor privado. Mas tal investimento não foi suficiente para transformar as estruturas econômicas do país porque, no fundamental, ocorreu uma transferência maciça e acelerada de capital público ao setor privado (esta hipótese será melhor trabalhada no último capítulo). Segundo, isso significa que o Estado militar teve um papel crucial nesse processo acelerado de acumulação de capital, o que redundou no reforço dos setores mineiro e agrário exportadores em detrimento do demais setores produtivos e, por conseguinte, na conservação das estruturas agrário-camponesa e mineiro-extrativa. Terceiro, o Estado substituiu o papel dos bancos (nacionais e estrangeiros) no investimento dos setores produtivos e “improdutivos” (aparelho de serviços) dominantes. Ou inversamente, os bancos se limitaram ao simples papel, na sua essência especulativo, de receptores e intermediadores do fluxo do capital circulante (depósito em conta corrente e distribuição aos setores dominantes da economia) oriundo dos empréstimos financeiros internacionais feitos pelo Estado, e contribuíram no processo de reexportação de uma parte significativa de capital ao exterior (através de diversos mecanismos de transferência: pagos dos serviços da dívida externa, reenvio de lucros e dividendos, fuga de capitais etc.). Quarto, como corolário dos fatores anteriores, a crise de acumulação é agravada pela preponderância do grande capital financeiro americano nos setores chaves da economia boliviana, como causa e efeito da lei de desenvolvimento desigual das formações sociais capitalistas periféricas e do lugar ocupado pelo país na divisão internacional capitalista do trabalho – isto é, condições que redundaram no reforço das características fundamentais da formação social capitalista boliviana: a conservação das estruturas econômicas (mineiro-extrativa e agrário-camponesa) através da sistemática intervenção desse capital e do imperialismo americano em razão de a Bolívia ser, principalmente, e não exclusivamente, fonte importante de fornecimento de matérias-primas estratégicas baratas para a indústria americana (minérios, gás e petróleo).

Em suma, o caráter da crise de acumulação está intimamente relacionado com esse conjunto de fatores socioeconômicos e políticos mencionado. Nesse quadro de situações de atraso econômico, é lógico deduzir que o chamado terciário (“improdutivo” e “especulativo” para os nossos autores) aparece como comportando atividades necessárias na reprodução socioeconômica da formação social boliviana em transição capitalista periférica. O fato de o Estado ser o maior investidor (e “empresário” individual) e empregador no país (em 1980 16,7% da PEA, cerca de 276 mil pessoas) confirma essa tendência ao longo dos anos 70 e que se aprofunda nos anos 80. Além do mais, o inchaço do Estado e o caráter avultado do terciário – economia anexa dos setores mineiro-exportador e agro-industrial - revelam um acentuado processo de desvalorização dos setores improdutivos em favor dos setores produtivos: exército industrial de reserva latente em constante aumento (daí o alto índice de “exportação” de mão-de-obra barata boliviana para os países mais industrializados – Brasil e Argentina); salários baixos (no âmbito dos trabalhadores não-manuais, somente o setor bancário privado tinha melhor remuneração salarial); acelerado crescimento da economia informal (exército de vendedores ambulantes nas principais cidades bolivianas etc.) e “subterrânea” (narcotráfico).

O segundo nível de crítica está centrado na problemática da *racionalidade* que aparece como exclusiva do modo de produção capitalista. Tal problemática não apenas se encontra nos quatro autores mencionados, mas também, e sobretudo, em Lavaud e Zavaleta, principalmente no tratamento sobre o caráter da revolução burguesa na Bolívia (este tema aparece mais claramente na última obra de Zavaleta [1986]) e na interpretação sobre a formação social boliviana, analisada no segundo capítulo. Pois bem, tais autores tentam explicar as causas do atraso do desenvolvimento capitalista no país e, por extensão, da instabilidade política, a partir de duas questões: de um lado, da fraqueza da universalização da força de trabalho assalariada, e de outro, da inexistência de uma mentalidade capitalista (uma não-difusão da sua racionalidade na sociedade boliviana) – trata-se da compatibilização de duas problemáticas distintas: a primeira marxista e a segunda weberiana; esta última conotaria uma “mentalidade econômica tipicamente racional com relação a fins”. Da

amalgama dessas duas problemáticas teóricas somente pode surgir uma dupla premissa altamente discutível: 1) somente o comportamento capitalista, sobretudo o voltado para o mercado capitalista, seria racional; 2) para mudar o comportamento da classe dominante seria necessária uma revolução burguesa para que ele se torne racional. Ocorre que essa dupla premissa não se sustenta teórica e historicamente.¹¹

Não precisamos ir muito longe para expor alguns exemplos: citemos apenas dois da nossa história. Albó & Barnadas, em *La cara campesina de nuestra historia* (1985), mostram que alguns agentes econômicos e estatais, na estrutura de classes (que os autores denominam estrutura de casta) do período colonial (séculos XVI-XVIII) que, além de serem proprietários de terra, acumularam excedentes (em forma monetária ou equivalentes, ouro, prata e mercadorias) movidos por um comportamento racional. O primeiro grupo é composto dos *encomenderos*, que se tornaram simultaneamente fazendeiros e mineiros. Como se sabe, a encomenda era a primeira e mais importante instituição econômica e política, situada no topo daquilo que os autores chamam “estrutura de estratificação social no espaço andino” – isto é, um sistema racional de acumulação de riqueza, principalmente através da extração do ouro e prata, e de tributo compulsório imposto às comunidades indígenas. Dada a escassez permanente de mão-de-obra para funcionamento das minas, os *encomenderos* impõem uma lei, através da política do Estado colonial espanhol, que visava

¹¹ Esclareça-se, a nossa crítica não é nova: ela se apoia na crítica já feita por Saes a um dos eminentes sociólogos brasileiros, F. Fernandes, em relação à problemática supramencionada, constante no seu célebre livro *A revolução burguesa no Brasil*. Vejamos: “Uma análise cuidadosa do processo histórico nos revela que *também* as classes dominantes de sistemas socioeconômicos pré-capitalistas (como o escravismo, o feudalismo ou a comunidade asiática) foram *racionais*. Essa racionalidade se relaciona, evidentemente, com fins distintos do objetivo – tipicamente capitalista – de promover incessantemente a acumulação de capital sob forma monetária. Tais fins eram simultaneamente ‘econômicos’, ‘estatutários’ e ‘políticos’. Isto, porém, não significa que as ações por eles inspiradas não pudessem: a) ser eficazes (isto é, exprimir uma adequação técnica entre meios e fins; fins esses seguramente muito mais complexos que aqueles perseguidos pelo empresário capitalista); b) conferir regularidade e estabilidade à vida social (isto é, ser *previsíveis* e, portanto, capazes de assegurar o funcionamento regular do sistema socioeconômico vigente)” (2001:22; grifo do autor). Os dois exemplos que fornece Saes são: 1) o comportamento racional das classes dominantes escravistas do sul americano do século XIX (que consistia em valorizar o escravo como propriedade e como índice fundamental de riqueza social – fontes de financiamento para obtenção de créditos agrícolas), analisado por E. Genovese em *A economia política da escravidão*; 2) o comportamento racional de um cavaleiro normando, um ascendente *self-made man* feudal Guillaume Maréchal (que consistia em realizar atividades guerreiras e militares com o fim de acumular ao mesmo tempo riqueza, prestígio social e influência política), analisado no livro de G. Duby, *Guillaume Maréchal ou o melhor cavaleiro do mundo*. No caso boliviano do período que nos ocupa, Healy (1982) já mostrou o caráter racional do comportamento dos fazendeiros sulinos bolivianos (semelhante ao comportamento das classes dominantes escravistas americanas analisado por Genovese): consideraram o plantel de índios/guarani como principal índice de riqueza.

aparentemente diminuir a carga tributária do índio. Em troca, todo índio tinha que compensar o tributo no trabalho obrigatório nas minas. Por volta do último quartel do século XVI, os encomenderos, donos de fazendas e de minas, se deparam com uma crise de escassez de mão-de-obra provocada pela fuga de índios das regiões mineiras devido à alta exploração nas minas. “O encomendero se deu conta de que levando índios a Potosí o tributo baixava, se fazia irregular”, ameaçando o colapso do serviço na fazenda. “Ou faltava mão-de-obra nas minas ou faltava o tributo”. Nesse contexto, aparecem trabalhadores assalariados (uma categoria social intermediária entre os índios de taxa e os kuraqas/caciques) denominados *yanakunas*. Mesmo assim, continuo sendo insuficiente a força de trabalho para o serviço extrativo. A solução racional encontrada foi a seguinte: a reorganização do processo de trabalho através da Mita (um processo de trabalho compulsório imposto pelos incas aos povos dominados, porém desta vez estava ao serviço dos encomenderos). O Vice-rei Toledo a institucionalizou e, ainda mais, calculou – com base na população de encomendados (índios) – que 13.500 índios deviam passar pelo exercício da Mita anualmente. Este sistema impunha a cada *mitayo* um ano de trabalho na mina e seis de descanso. Assim, se conseguia ter em Potosí aquela quantidade de índios trabalhando permanentemente. “Com esta formalização do trabalho – afirmam os autores - que assegurava mão-de-obra nas minas se pretendia manter a exploração mineira em *pleno rendimento*. Pode-se dizer que a partir de então a maior parte dos mineiros de Potosí deixaram de ser encomenderos e se tornaram mineiros” (Albó & Barnadas, 1985:70; grifo nosso).

Segundo exemplo. Entre os funcionários do alto escalão do aparelho de Estado colonial (intendentes etc.), uma “categoria social” de Estado, os *corregidores* (coletor de imposto) acumularam muita riqueza. Uma das formas de acumulação era através da compra-venda de cargos públicos; outra através do monopólio de um setor do comércio (caracterizado pelo monopsônio): os “repartos”, cuja característica era a venda forçada de produtos comerciais:

Embora todos os cargos [públicos] eram administrativos, em muitos casos se compravam e se vendiam. O cargo de corregidor era uns dos que mais se compravam e tinha um preço muito alto. Ademais, os corregidores eram comerciantes, mas comerciantes desleais no sentido de que monopolizavam um ramo do comércio: o dos repartos, que eram vendas forçadas. Os ‘repartos’ eram todo um conjunto de bens como tecidos, espelhos, facas, coca, mulas, que provinham ou bem da metrópole ou bem do monopólio que dominavam no sistema. Nas últimas décadas não tinham compradores suficientes ou talvez não tinham a qualidade necessária para concorrer com os produtos de outras partes, e então usavam os canais administrativos para que sejam comprados obrigatoriamente pelas pessoas. Para tanto, a cada corregidor se lhe dava uma cota e este obrigava aos kuraqas [cacique intermediador entre o corregidor e os índios que pagavam taxa à administração colonial] a comprar seus produtos. Tratava-se de um mercado obrigatório canalizado através dos corregidores, que logicamente extraíam bom ganho com preços abusivos (Albó & Barnadas, 1985:102).

Chegamos assim a uma segunda aproximação explicativa da crise de acumulação na Bolívia.

Deve ser excluída a idéia de que tal crise estaria determinada pelo seu caráter irracional – isto é, uma somatória irracional das práticas pré-capitalistas dos agentes econômicos e estatais envolvidos no processo de acumulação. Já temos analisado amplamente os traços essenciais da formação social capitalista periférica boliviana. De um lado, é o Estado que detém um papel crucial no desenvolvimento capitalista, que assegura as condições ideológicas necessárias para a reprodução das relações de produção capitalista e organiza de um modo particular a dominação de classe. De outro, tal formação social mostra que as suas estruturas econômicas são dominadas pelos setores capitalistas exportadores (mineiro e agro-industrial) e bancário-comercial, que convivem com modos de produção pré-capitalista (pequena produção, artesanato e ampla produção camponesa). Nessas condições, os agentes econômicos e estatais são movidos por uma lógica racional de acumulação,¹² porém o

¹² Mesmo os setores do campesinato, libertados formalmente do jugo da servidão em 1952, agem com essa lógica, através de variados mecanismos, para acumular algum lucro: sobrevivência com a agricultura tradicional e a venda do escasso excedente produtivo no mercado local; combinação de trabalho estacional (na sua parcela) e trabalho assalariado temporário para complementar a renda familiar (inclusive, trabalho simultâneo na produção agrícola na sua parcela e em outras parcelas distantes, de acordo com a estação climática das regiões); fuga ou migração permanente às cidades e aos países vizinhos em busca de trabalho e melhor remuneração salarial etc.; e o que é mais curioso, porém fundamental para mostrar um excelente exemplo de comportamento racional nas camadas do campesinato: a produção de folha de coca para o consumo tradicional e, principalmente, para o narcotráfico, justamente por ser o cultivo que oferece *maiores rendimentos* (um comportamento/prática racional podemos detectar nas frações da burguesia articuladas ao narcotráfico no processo de acumulação de capital). Nesse processo de diferenciação, surgem várias camadas de pequenos proprietários parcelares que empregam mão de obra familiar e assalariada, expandem sua propriedade e negócios (comércio) e se convertem numa pequena burguesia agrária etc. Esse processo complexo de diferenciação das classes camponesas é analisado minuciosamente por Urioste (1989) em *La economía del campesino altiplánico em 1976*. Sobre a produção da coca, ver Flores (1984). Não é de se espantar que, nesse processo, ocorram situações de exploração de certas camadas ou categorias de trabalhadores por outras. É o que Healy (1987) detectou na região sulina do Departamento de Chuquisaca: os camponeses/índios oriundos das terras altas (andes) se transformam, pelo seu próprio trabalho, em colonos e logo são explorados tanto pelos caciques (= “categorias sociais” que controlam o aparelho estatal municipal e regional) como pelos médios e grandes fazendeiros. Tais camponeses/índios aplicam o mesmo tipo de tratamento que são objeto e exploram as categorias ou camadas de trabalhadores que estão mais embaixo: os servos/guarani. As formas de exploração são variadas: 1) compra de um ou dois servos para o serviço na sua parcela; 2) cooptação do servo através do oferecimento de salário (porém

processo de acumulação é sobredeterminado pelos fatores econômicos, políticos e ideológicos constitutivos dessa formação social e pelo grau de dependência e atraso estrutural do país. Alguns desses fatores já foram colocados na primeira aproximação explicativa do problema. Entretanto, há outro conjunto de fatores que devem ser tomados em conta. Na esfera da relação entre os interesses econômicos das classes dominantes e o Estado, essa lógica de acumulação se patenteia na forma de Estado que viabiliza a satisfação dos interesses econômicos, através da política econômica, da fração de classe dominante que dirige o sistema hegemônico: o grande capital financeiro americano (repetimos, esta hipótese será examinada com mais vagar no último capítulo). E esse processo de acumulação não está isento de contradições, provocados, de um lado, pela luta entre as frações que preponderam na economia pelo açambarcamento da maior cota de mais-valia e dos lucros produzidos no espaço nacional (conflitos entre as frações subalternas e a fração hegemônica no seio do bloco no poder); e de outro, pelos conflitos e contradições não-antagônicos entre a burocracia estatal e o as classes que compõem o bloco dominante. Por outro lado, a lógica de acumulação, institucionalizada no aparelho econômico e reforçado pelo aparelho estatal, implica num tipo de dominação de classe na Bolívia: acaba agravando tanto as condições de exploração das massas trabalhadoras e camponesas, como a luta de classes.

Portanto, seria mais correto concluir que a crise de acumulação está sobredeterminada por esse conjunto de fatores mencionados e agravada pelas contradições e crises inerentes à formação social capitalista periférica. Nessas condições de atraso e dependência diante do capital monopolista americano e dos países capitalistas centrais, a economia boliviana não consegue avançar a uma fase intermediária de industrialização, porém acaba reproduzindo esse atraso patenteado no reforço da conservação das estruturas agrário-camponesa e mineiro-extrativa e, por conseguinte, no bloqueio do processo de dissolução das relações de produção pré-capitalistas, tornando-o mais lento e conflituoso.

pagavam salários mais baixos que aqueles que vigoram entre os camponeses “livres”; 3) interdição do ingresso dos servos/guarani aos sindicatos dos camponeses/colonos oriundos dos andes.

Finalmente, esse caráter contraditório da acumulação de capital não é exclusivo das economias da periferia do capitalismo. Numa economia dominada pelo capitalismo monopolista (empresas gigantes) como a americana, conforme a análise de Baran & Sweezy (1978), tanto os mecanismos de extração de excedente - que tenderia a um ilimitado crescimento - como de absorção/consumo passa por um processo complexo de valorização de capital, adotando formas variadas (antigas e novas) de descomunal consumo improdutivo, principalmente através do alto consumo da classe capitalista, a campanha de vendas, a administração estatal (civil), bem como a manutenção do aparelho militar e imperial.¹³ Acrescente-se a isso que para estes autores o caráter irracional do capitalismo monopolista estaria, não nos seus aspectos de consumo improdutivo e consumo suntuário, mas no seu funcionamento contraditório pautado pela “troca de equivalentes” – isto é, uma tendência simultânea de racionalização do processo de extração de sobrelucros e da pauperização, desemprego e escassez crescente das massas populares (que se estenderia aos países capitalistas periféricos) numa sociedade que atingiu um alto nível de progresso das forças produtivas (1978:334-35).

Visto o problema de outro ângulo, e em consonância com as nossas interpretações, “*a reprodução do capital* – e este seria, para nós, outro dos aspectos fundamentais do problema - *não é simplesmente o ciclo global do capital social (o famoso ‘espaço econômico’), mas igualmente a reprodução das condições políticas e ideológicas sob as quais essa reprodução tem lugar*”. Noutros termos, “a reprodução do capital como relação social não está simplesmente situada nos ‘momentos’ do ciclo capital produtivo – capital mercadorias – capital-dinheiro, *mas na reprodução das classes sociais e da luta das classes*, em toda a complexidade de sua determinação” (Poulantzas, 1975:103;

¹³ Longe de negarmos as principais conclusões relevantes desses autores, devemos esclarecer que o conceito marxista de mais-valia é substituído pelo de “excedente”, com a justificativa de ser “tradicional”. Formulado por Baran (1972), tal conceito é utilizado ao longo da obra dos autores, cuja consequência é também o abandono do conceito marxiano de “baixa tendencial da taxa média de lucro”. O que é, a nosso ver, problemático, já que, para estes autores, no funcionamento do capitalismo monopolista americano ocorreria uma situação contrária: a “alta tendencial da taxa de lucro”. Esta observação teórica é apenas indicativa e não pretendemos fazer uma crítica do tema. O nosso interesse é mais deixar patente a nossa crítica aos autores bolivianos (Grebe, Toranzo e Villegas & Aguirre) que utilizaram o conceito de excedente de Baran sem perceberem tal problemática.

grifo do autor); processo de reprodução que não poderia ser feito sem o papel crucial jogado pelo Estado.

3.2 Caráter da prática econômica das classes dominantes nos anos 70

Resta examinar o caráter da prática econômica dos principais agentes envolvidos no processo de acumulação de capital. Temos afirmado que, na Bolívia, os agentes econômicos e estatais foram movidos por uma lógica racional de acumulação, e esta é atravessada por contradições e crises inerentes ao processo de acumulação de capital. Pois bem, a pergunta crucial que se impõe é a seguinte: dada essa lógica racional, porque os principais agentes econômicos e estatais levaram ao colapso o modelo de acumulação instaurado na ditadura banzerista num momento de auge econômico? Houve um “desvio” dessa lógica que contribuiu com esse colapso econômico? Ou por outra, quais os fatores determinantes que levaram tais agentes a se comportarem anarquicamente na esfera econômica e, por conseguinte, não responderam aos “desafios” econômicos com o intuito de transformar a estrutura econômica do país e, ao invés disso, se afundam numa luta encarniçada pelo açambarcamento de maior cota de mais-valia e dos lucros?

O nosso desafio é responder essas perguntas. Tal empreitada exige a elaboração de um conceito que tente dar conta tanto das questões em pauta como da problemática da instabilidade econômica. E este diz respeito ao processo de maximização de extração de mais-valia e de lucros imediatos. Antes de mais nada, coloquemos os pressupostos teóricos fundamentais do qual parte nosso conceito, que logo será explicitado. Em primeiro lugar, a reprodução do modo de produção capitalista pressupõe a extração de sobretrabalho (mais-valia) do produtor direto e a produção de mercadorias (não esqueçamos que a mercadoria apreciada é a força de trabalho, cuja reprodução é fundamental para o sistema) que visa, sobretudo, a valorização do capital e a multiplicação do lucro. Ao assegurar as condições ideológicas e políticas necessárias à reprodução desse modo de produção,

o Estado burguês confere ao processo de acumulação - através de suas diversas funções e da aplicação do direito burguês - regularidade e estabilidade, que se estende ao conjunto do sistema socioeconômico vigente. Esta é, por assim dizer, uma lei geral que se concretiza em toda formação social capitalista (central e periférica). Em segundo lugar, outro pressuposto importante é a emergência de crises cíclicas (de curto, médio e longo prazos), constitutivas do modo de produção capitalista, o que supõe a deflagração de uma crise geral de acumulação de capital. Esta crise tendeu a se agravar na fase pela qual atravessou o capitalismo nos anos 70, e se patenteia na baixa tendencial da taxa média de lucro (crise que se tornou mais aguçada pelo efeito da crise do petróleo de 1973). E ela se expressou na luta acirrada entre as grandes firmas transnacionais monopolistas e oligopolistas pelo controle da produção e comercialização das matérias primas no âmbito mundial e repercutiu negativamente nas economias periféricas – conforme vimos no caso boliviano: ataque às empresas públicas e ao capital nacionalizado. Em terceiro lugar, numa formação social capitalista como a boliviana, em plena década de 70, o impacto da condensação das crises econômicas (crise de acumulação geral, impacto da crise oriunda da baixa tendencial da taxa média de lucro, que convergem com as crises internas), tendem a provocar a intensificação da luta de classes e a modificar o comportamento econômico dos principais agentes envolvidos no processo de acumulação de capital.

Visto isso, passemos agora a definir nosso conceito. Denominamos *maximização de lucros*¹⁴ *imediatos no menor tempo possível* a uma particular prática econômica das classes dominantes

¹⁴ Utilizamos o conceito de lucro na acepção marxiana que está atrelado ao conceito de valor e mais-valia (contrariamente ao conceito de lucro de Baran & Sweezy). Um resumo sintético desse conceito é apresentado por Belluzo: “A mais-valia permanece como relação central, a partir da qual é construído o conceito de lucro, e de onde parte a possibilidade da formação de uma taxa média de lucro. O lucro, enquanto categoria econômica, exprime, na verdade, as relações de interdependência entre os produtores capitalistas e as leis que regulam a troca entre eles. Mas estas relações estão, por sua vez, apoiadas nas relações de produção básicas entre capitalistas e trabalhadores, de modo que o lucro só pode aparecer como a forma ‘transformada’ da mais-valia. Daí, segue-se que uma modificação no conjunto de preços de produção deve ser sempre explicada como consequência de uma variação no valor real das mercadorias, isto é, numa variação no tempo total de trabalho necessário para sua produção.” (1980:114-15). “Por conseguinte, ‘a taxa média de lucro pode variar quando varie, relativamente ao capital constante, a soma de trabalho empregado, por efeito de certas mudanças técnicas operadas no processo de trabalho. Mas estas mudanças técnicas têm que traduzir-se sempre, necessariamente, em uma variação no valor das mercadorias, cuja produção requererá, agora, uma quantidade maior ou menor de trabalho, em comparação com a exigida antes, sendo, portanto, acompanhadas por uma variação do valor’ [apud Marx, *El Capital*, FCE, 1966, Vol. III, 4ª ed., p. 172]. E essa variação do valor só pode ser explicada pela tentativa dos

baseada na combinação da *extração* de mais-valia de tipo absoluto e de diversos tipos de lucros, cuja extração destes se processa por meios predominantemente extra-econômicos. Antes de explicar os seus elementos constitutivos, definamos o que não significa esse conceito. Dissemos que se trata de uma particular prática econômica¹⁵ das frações de classe que preponderam na economia e que tende a ser dominante no processo de acumulação de capital; o que repercute (efeito direto ou indireto) no comportamento econômico dos agentes estatais, mormente oriundos da pequena burguesia, e das camadas médias. Portanto, não se trata de uma prática geral de todos os agentes econômicos e sociais, numa palavra, da sociedade boliviana como um todo, como erroneamente sustentam Lavaud (pretorianismo, violência, clientelismo etc.) e Zavaleta (prebendalismo, corrupção etc.), ao designá-la como uma prática *constitutiva* dessa sociedade; como se fosse uma prática “conspirativa exacerbada” ou “limite” imposta a todas as classes sociais (a prática *predatória* e *violenta* da neo-oligarquia que impregnaria o conjunto da sociedade, segundo Lavaud). Esclareça-se: interessa, aqui, tentar explicar, de um lado, uma peculiar prática econômica inerente a *certos setores* das classes dominantes bolivianas e não do conjunto das classes sociais; de outro, não podemos aprofundar a discussão tanto

capitalistas de *violar, reiteradamente, a lei do valor em proveito próprio*, aumentando a produtividade do trabalho em sua esfera de produção” (pp.114-15; grifo nosso). Uma interessante releitura e reinterpretação sobre a relação entre mais-valia e lucro no sistema capitalista oferece Carcanholo (2003), mas não tocamos esta discussão.

¹⁵ Deve-se esclarecer que a nossa análise sobre o tema se diferencia das análises feitas por Lavaud e Zavaleta. Todavia, tenta avançar numa proposição teórica alternativa da problemática. A prática de acumulação de capital é entendida aqui como prática econômica que visa a extração de mais-valia e a realização de lucro das classes proprietárias dos meios de produção. Essa luta de classe na esfera econômica, no quadro do modo de produção capitalista, se relaciona com a luta política de classe. Para Poulantzas, o conceito de *prática econômica* está relacionado com o conceito de *prática de classe* e o conceito geral de *classes sociais*: as classes sociais “não são colocadas senão na sua *oposição*”; isso significa que as práticas de classe são analisáveis como “práticas conflitantes no campo da ‘luta’ de classe, composto por relações de oposição, relações de contradição no sentido mais simples do termo”. A relação conflitante das práticas das diversas classes, “definem, a todos os níveis, relações fundamentais de *dominação e subordinação* das classes - das práticas de classe - que existem como contradições particulares. Trata-se, por exemplo, da contradição entre as práticas que visam à realização do lucro [...] - luta econômica - , entre as que visam a manutenção das relações sociais existentes e as que visam a sua transformação - luta política - etc.” (1986:83-84; grifo do autor). Nesse sentido, a *prática econômica* - que, de um lado, tem efeitos importantes na *prática política* e na *prática ideológica*, são partes constitutivas da prática de classe; e de outro, está também relacionada com os conceitos de *interesses de classe* e de *poder* - deve ser entendida a partir dessas observações teóricas. Assim, uma variante da prática econômica seria a *prática de maximização do lucro a curto prazo*. Entretanto, descartamos a interpretação de Poulantzas segundo a qual as práticas que visam o aumento dos salários (= luta reivindicatória) seria considerada como luta econômica. E a razão disso é que o autor sugere, o que é altamente discutível, no seu quadro conceitual do Estado capitalista (e no conceito de Estado em geral): 1) que toda reivindicação salarial seria uma luta econômica; 2) que o Estado burguês somente faz concessões econômicas à classe trabalhadora (legislações trabalhista e social, ampliação do aparelho reprodutivo da força de trabalho, aumento salarial etc.) quando esta o pressiona através da luta reivindicatória; 3) exclui a questão de que o Estado em geral, e o Estado burguês em particular - no que diz respeito à relação do papel do Estado diante dos interesses econômicos da classe dominante e dos interesses econômicos das classes dominadas - , pode aplicar uma política de concessões em relação às últimas, em especial à classe trabalhadora com o fim de

sobre o comportamento empresarial (ou propor uma teoria desse comportamento), como de uma teoria da decisão do investimento¹⁶ (embora possamos fazer, mais à frente, algumas observações relacionadas com a prática corrente de extração de lucros dos agentes econômicos da mineração média).

Trata-se, isto sim, de uma prática econômica peculiar – repitamo-lo - das frações de classe dominantes que preponderam na economia, cuja lógica de acumulação de capital é sobredeterminada pelas condições de acentuado atraso econômico internas (economia mineiro-extrativa e agrário-camponesa, marcada por relações de produção pré-capitalistas) e externas (dependência do capital estrangeiro, principalmente do americano; sistemática intervenção econômica e política do imperialismo americano). Quando nos referimos ao caráter imediato e no menor tempo possível da extração de lucros estamos querendo sublinhar que, numa economia em condições acentuadas de atraso como a boliviana, ela adota uma forma regular e violenta. Todavia, tal prática provoca constantes mudanças de formas de Estado e de regimes que se patentearam nos permanentes golpes de Estado. Numa palavra, a prática de extração de lucros imediatos no menor tempo possível reflete o grau elevado de instabilidade política, que foi exacerbada no Estado militar. E este é um fator importante que explica porque o processo de acumulação de capital tendeu a adotar uma *forma* extra-econômica, isto é, nomeadamente política: para uma fração de classe dominante, deter o controle do aparelho de Estado, mesmo por um tempo relativamente curto, significa a melhor oportunidade de extração de capital no menor tempo possível, enquanto dure esse controle, pois nada garante a sua manutenção justamente pelo caráter imprevisível do processo político. E essa forma de acumulação refletiu o método de extração de capital imposto pelo grande capital estrangeiro/americano e pelo capital monopolista privado mineiro (“barões do estanho”) desde o início do século XX na Bolívia:

preservar a força de trabalho e manter o aparelho econômico produtivo em funcionamento; ou seja, pode redefinir os interesses econômicos das duas classes a fim de promover a conciliação dos mesmos. Cf. Saes (1998:59-65).

¹⁶ Sobre a última teoria, remetemos a Kalecki (1983). Quanto à primeira teoria, excluímos a discussão sobre a “teoria dos papéis” proposto por T. Parsons, e remetemos ao trabalho de Gerschenkron (1968), capítulo 3: “Actitudes sociales, actividad empresarial y desarrollo económico”.

intervenção de tipo saqueio e espoliação das matérias-primas; extorsão, chantagem e diversos tipos de retaliações nas relações desse capital com o Estado boliviano; ataque ao capital público e nacionalizado; desfalque das empresas públicas e estatais; imposto mínimo etc. Nesse sentido, a rápida mudança de regime e a rotação rápida do “pessoal do Estado” - aquilo que Duverguer detectou, num grau variável, nos casos americano, o *spoil sistem*, e inglês, os sistemas de *Patronage Secretary* e *Registration Societies* (clientelismo, corrupção e parasitismo institucionalizados) - no caso boliviano adotou uma forma regular e violenta, expressada nos permanentes golpes de Estado.

Para que nosso conceito ganhe uma melhor consistência e precisão (pelo menos essa é a nossa intenção), devemos acrescentar duas premissas teóricas fundamentais. Primeiro, o fato de que os agentes econômicos e estatais são movidos por uma lógica racional de acumulação – isto é, uma prática econômica peculiar do processo de acumulação que vigorou durante a ditadura banzerista - não implica necessariamente concluir que o resultado final, a curto e médio prazos, coincida parcial ou totalmente com as intenções e expectativas iniciais de tais agentes.¹⁷ Essa situação pôde ser um caminho teórico explicativo a ser seguido, na medida em que reforça o nosso conceito, justamente por tomar em conta o fator contradição, inerente ao processo de acumulação e as práticas econômicas e políticas das classes dominantes numa formação social capitalista periférica. E a pergunta que se impõe é: em que medida esse fenômeno acabou contribuindo com o incremento da instabilidade econômica e política? Seria nesse sentido que podemos falar de “desvio” – isto é, uma prática econômica peculiar dos principais agentes econômicos estatais envolvidos no processo de acumulação no contexto de um país em condições acentuadas de atraso econômico.¹⁸

¹⁷ Este é um problema complexo, por certo, que afeta a toda classe social ou sociedade em geral. Contudo, deve ficar bem claro que não estamos, aqui, sugerindo que o acaso seja o fator fundamental do funcionamento e de transformação das sociedades humanas.

¹⁸ Não deixa de ser importante mencionarmos as lições de Marx contidas na “Introdução à crítica da economia política” de 1857 e em *O Capital*: tanto o capitalista como o proprietário fundiário são indivíduos que personificam as categorias econômicas, portadores de determinadas relações de classe e interesses numa formação social concreta. Gerschenkron (op. cit.), ao se referir às atitudes e as atividades dos empresários, sustentou que quando se analisa a realidade histórica o pesquisador pode-se deparar com casos importantes em que os empresários não aparecem como atores bem disciplinados, que representem papéis que lhes conferiram com anterioridade (como no caso de algumas obras sociológicas, por exemplo, a de Parsons); muito pelo contrário, “surtem no cenário histórico respondendo aos desafios que os grandes câmbios produzidos no ambiente econômico e social

Segundo, os países atrasados que experimentaram tardiamente um relativo surto de industrialização, o processo de acumulação adotaria uma dupla tendência: 1) uma forma muito mais violenta do que se imagina – conforme mostra a análise de Gerschenkron (1968)¹⁹ sobre as economias européias atrasadas do século XIX; 2) uma luta mais acirrada no seio das classes dominantes no sentido de que todo capital (médio, grande e o monopolista estrangeiro) - conforme Marx - “luta para conseguir a maior parcela possível do mercado e suplantando seus concorrentes” (*Teorías sobre la Plusvalía*, capítulo XVII, parte II). Essa luta entre as diversas frações burguesas dominantes pela concretização de seus interesses econômicos, já deflagrada nas esferas da produção e que se estende às esferas da distribuição/circulação do capital, provoca uma constante fragmentação no seio destas classes. No caso boliviano, cuja economia é marcada por fases de expansão econômica muito limitada (período de auge e relativa diversificação econômica nos anos 70) e por ciclos de crise e estagnação mais acentuados e prolongados, a busca incessante da satisfação dos interesses econômicos específicos adotou – e esta é a nossa hipótese central que deverá ser demonstrada - a forma de uma corrida acirrada pela maximização dos lucros imediatos, o que redundou na intensificação do “egoísmo de fração”. Assim, a luta nas esferas econômica e política, basicamente pelo controle do aparelho de Estado, no seio das classes dominantes adotou uma forma violenta e explosiva.

supõem”. Por isso, ao tratar do problema dos valores empresariais, é crucial o exame da relação que tais atores têm com o contexto socioeconômico geral. Logo conclui: “Não há dúvida de que os empresários russos dos anos 1860 e das décadas seguintes, e os franceses dos anos 1850, forjaram grandes câmbios econômicos, porém, parece que é a emancipação do campesinato num caso, e o estabelecimento do Segundo Império, com suas políticas liberais, no outro, o que explica estas mudanças muito mais rapidamente e de forma mais simples do que qualquer referência aos sistemas de valores” (1968:76-77). Nesta linha de raciocínio, a existência de um sistema de valores que favoreça o progresso econômico, junto com a disponibilidade de grupos empresariais que “sejam efetivos e desfrutem da aprovação social”, fariam parte dos fatores que comporiam os pré-requisitos das condições de industrialização, ou mais especificamente dos “substitutivos” dos pré-requisitos ausentes (Idem.:370-71).

¹⁹ Ver sobretudo o capítulo II: “Consideraciones sobre el concepto de ‘prerrequisitos’ de la industrialización moderna”. Por outro lado, pensamos que o caso do tipo de desenvolvimento capitalista boliviano (“auge econômico”) evidencia que o processo de acumulação, nos anos 70, não foi determinado por uma suposta “acumulação primitiva de capital”, que teria se iniciado no pós-52, como defendem Zavaleta e outros autores (Grebe, Toranzo, Arrieta et al. Ybarnegaray etc.). Ver a crítica desse conceito feita por Gerschenkron no seu artigo “Rosario Romeo y la acumulación primitiva de capital”, constante na sua obra de 1968, já citada.

Estão, aí, condensados, os elementos constitutivos de nosso conceito. Ele nos permitirá decifrar tanto o caráter da prática econômica recorrente como desvendar os principais fatores que reproduziram fontes de instabilidade econômica e repercutiram na esfera política no período.

Passemos agora a aplicar tal conceito ao caso boliviano. Avancemos na seguinte hipótese de trabalho: durante a ditadura banzerista o processo de acumulação tendeu a intensificar a luta pela extração de lucros no menor tempo possível entre os principais agentes econômicos e estatais, mais especificamente, adotou a forma de uma *prática de extração de lucros imediatos*. Para tanto, o tema requer o seu desdobramento analítico em dois níveis inter-relacionados (a análise do papel dos agentes estatais aparecerá indiretamente neste capítulo e diretamente nos próximos capítulos): 1) a prática do capital estrangeiro dominante (frações preponderantes do capital americano) e 2) a prática das classes dominantes nacionais.

3.2.1 caráter da intervenção do capital americano/estrangeiro

Começemos pelo capital monopolista estrangeiro que intervém na economia boliviana.²⁰ No capítulo anterior temos utilizado os termos *intervenção* e *participação* como sinônimos para caracterizar a forma como esse capital se relacionou diante das economias capitalistas periféricas. Cabe agora defini-los com mais precisão. Se seguirmos as observações históricas e teóricas de Gerschenkron (1968) e Poulantzas (1975), concluiremos que tal capital se relaciona com as economias nacionais de uma forma complexa, variando de país para país, conforme o grau de

²⁰ Uma dificuldade para o analista político e econômico é a precariedade da informação estatística qualitativa sobre a participação do capital estrangeiro ou das grandes empresas transnacionais na Bolívia (dados gerais ou sobre um ramo de atividade particular). Nossa pesquisa bibliográfica (realizada tanto na Bolívia como no Brasil) constatou a inexistência de trabalhos sobre esse tema, mesmo que o investimento estrangeiro tenha sido ínfimo no país. Diante dessa dificuldade, a alternativa analítica desse tema é o de examinar os dados oficiais e dos organismos internacionais (CEPAL, BID, Banco Mundial etc.), bem como de trabalhos gerais e alusivos sobre o investimento estrangeiro no país. Assim, para o que segue, ver: J. Fernandez (1977); Toranzo, Grebe e Ramos (já citados); Anais do BCB do período 71-78; vários documentos da CEPAL, principalmente o trabalho de Calcagno (1980), e sobretudo, o trabalho de De la Cueva (op. cit.). Outro trabalho, igualmente importante, é o de Marsh (1980) que faz uma radiografia da intervenção do capital bancário americano na Bolívia, principalmente o comercial e financeiro, nas primeiras duas décadas do século XX (ele foi publicado originalmente em 1926).

industrialização alcançado e o grau de atraso econômico; em termos teóricos, ele adota uma forma complexa de internacionalização e interiorização, seja nas economias nacionais européias ou nas da periferia do sistema capitalista. Assim, a intervenção e participação não são excludentes – isto é, se processam de forma simultânea, variando a predominância de seus termos conforme a formação social concreta. No caso da participação, podem se detectar diversos tipos, dentre os mais importantes estariam: 1) empréstimos financeiros e ajuda econômica dos países centrais; 2) tipos de investimento direto e indireto das firmas transnacionais; 3) tipos de associação com o capital nacional: o volume de investimento, a relações de propriedade jurídica e posse em relação aquele, controle acionário, formas de funcionamento das firmas subsidiárias, o tipo de reinvestimento no país, transferência de tecnologia, formas de transferência dos lucros e dividendos às casas matrizes etc.²¹ Em geral, o Estado periférico cumpre um papel crucial na concretização dessas variáveis, possibilitando as condições necessárias para o investimento estrangeiro, principalmente através da política econômica liberal (abertura econômica, baixa tributação, diversos tipos de incentivos etc.).²² No caso boliviano,

²¹ Deve ser sublinhado que o trabalho de Chudnovsky (1974) sobre a participação do capital estrangeiro, nomeadamente do americano, no caso colombiano é muito útil para a nossa análise, mesmo que ele se baseie na teoria de Magdoff, quem rejeita a argumentação clássica de que o investimento estrangeiro esteja necessariamente ligado ao problemática da tendência decrescente da taxa média de lucro, ou ao excesso de capitais nas metrópoles. Para Magdoff, a questão central estaria na possibilidade de obter maiores lucros no exterior: “o que lhe concerne ao investidor é a comparação do rendimento do investimento adicional (ou marginal) na indústria em seu país e no exterior [...] a causa do fluxo de investimento estrangeiro é a disparidade na taxa marginal de lucro” (Cf. “Imperialismo sin colonias”, in R. Owen & R. Sutcliffe (eds.) *Studies in The Teory of Imperialism*, London, Longman, 1972, apud Chudnovsky, p. 33. “Se focalizamos a taxa de lucro – diz Chudnovsky - como elemento fundamental de motivação para os investimentos estrangeiros, devemos explicar a disparidade assinalada, e para tal, a nosso juízo, são particularmente úteis as teorias sobre o comportamento oligopólico [...]. Os diversos fatores que induzem às firmas oligopólicas a investir no exterior, nos podem ajudar a entender a diversidade nas taxas de lucro” (Idem). Trata-se de um importante trabalho que, a nosso ver, deve ser considerado como um clássico em relação à problemática da intervenção do capital estrangeiro nos países mais atrasados na América Latina. No geral, as conclusões do autor se aproximam as das feitas por Baran & Sweezy no que diz respeito ao caráter do funcionamento das grandes multinacionais americanas e da extração de sobrelucros. Entretanto, há uma dupla limitação importante no trabalho de Chudnovsky: 1) a exclusão do papel do Estado no processo de internacionalização e interiorização do capital; 2) a relação entre investimento e extração de maiores taxas de lucro não deve ser sobrestimada, pois as firmas monopolistas e oligopolistas não necessariamente se orientam pelo critério do maior grau do investimento médio, controle de tecnologia e do mercado (conforme tende a sustentar o autor) nos países da periferia do capitalismo: o caso boliviano, analisado por nós, mostra exatamente o contrário – isto é, com baixíssimo investimento aquelas extraíram superlucros de formas variadas, principalmente na esfera da circulação do capital. O que não teria sido possível sem a intervenção do Estado nacional. Todavia, este tem um papel crucial numa fase de transição capitalista periférica: o caso que nos ocupa revela um tipo peculiar de transição, não de industrialização periférica induzida, porém de uma variante de desenvolvimento capitalista geral atrelado às estruturas econômicas mineiro-extrativa e agrário-camponesa.

²² Cf. De la Cueva (op. cit.) e Calcagno, 1980. Para o caso do setor mineiro, ver: Kñakal (1981 e 1986); Jones, 1986 e Nelson, 1986. O artigo de Kñakal (1986) é elucidativo em relação às condições exigidas pelo grande capital estrangeiro num país mineiro e os conflitos com o governo deste: recomenda, por exemplo, uma maior integração entre os dois setores, participação do tipo “risco compartilhado”. Mesmo sendo um tanto idealista a postura do autor, seu diagnóstico é importante porque mostra os principais temas sobre os quais giram os principais conflitos; ver seu Anexo intitulado “Esquema de principais intereses, criterios

conforme detectou a nossa análise no capítulo anterior, a forma *intervenção* tem predominado sobre a participação (conforme aqui delimitada) a longo prazo. E ela se caracteriza pela sua ação *política* permanente, nos temos definidos por Lenin em relação ao caráter imperialista do capital financeiro: escasso investimento, ajuda econômica e elevados empréstimos financeiros via endividamento externo em relação à capacidade produtiva do país. Já vimos no segundo capítulo que a Bolívia constituiu-se num país potencialmente reexportador de capital aos países centrais, principalmente aos Estados Unidos. Este é o primeiro aspecto importante.

Interessa agora examinar um outro aspecto dessa intervenção. O capital estrangeiro na Bolívia é comandado pelo capital americano. As suas características principais já as conhecemos e não precisamos repeti-las. Entretanto, sublinhemos o caráter espoliador, principalmente do último. A análise desta problemática não deve se reduzir à constatação desse fato empírico²³ – isto é, trata-se de um fenômeno que não pode ser ignorado, mas tal análise, se quer avançar numa explicação mais aprofundada, não deve iniciar nem terminar por esse tema. Caso contrário, tudo se passa como se as classes dominantes bolivianas seriam, para utilizar uma linguagem corrente, meros peões da burguesia imperialista. Entretanto, é impossível, aqui, apresentar o percurso histórico da intervenção permanente desse capital no país desde a década de 50 (examinaremos os seus principais traços no último capítulo). O nosso interesse é examinar o caráter da sua intervenção nos anos 70 e como esta repercute no incremento da instabilidade econômica e política; o que não significa que não apresentemos alguns exemplos concretos de intervenção nas décadas anteriores.

y opciones de interacción entre las empresas transnacionales y los gobiernos de países mineros basado en la experiencia latinoamericana”, pp. 169-74 (não é estranho que o autor inclua as recomendações do diretor da gigante Rio Tinto Zinc Corp. feitas ao BID em 1984).

²³ Os exemplos concretos desse tipo de análise, para citar alguns, o encontramos em Almaraz (1988, 1993), Quiroga (1979, 1982a e 1982b), e até em De la Cueva (1981). Esclareça-se: isso não significa que ignoremos a importância desses trabalhos, cuja característica é mais político-ideológica que acadêmica; tampouco significa que endosseemos às posturas liberais e elitistas, altamente ideológicas, que negam o caráter espoliador e imperialista do capital americano, como as de Mansilla (1991, 1994).

3.2.1.1 Tipos de intervenção/participação do capital americano

Avancemos na colocação de duas hipóteses de trabalho. Primeira hipótese: num contexto de acentuada instabilidade política, o capital de origem americano que prepondera nos setores extrativo (mineiro-exportador e petrolífero) e financeiro tende a reforçar sua intervenção (econômica e política), direta e indiretamente, com o objetivo de aprofundar a extração de lucros extras e imediatos. Segunda hipótese: essa característica, que aparece constante na intervenção do capital estrangeiro em geral desde o início do século XX na Bolívia, assume, no caso do capital americano, pelo menos duas formas típicas de intervenção: 1) a semelhante ao de tipo saqueio – isto é, uma intervenção rápida e eficiente para maximizar a extração de matérias primas, o que pressupõe o apoio de “categorias sociais” de Estado (militares, burocracia) e de certos setores de classes ou frações dominantes bolivianas descontentes com o regime estabelecido, ou interessadas em aproveitar sua posição política e melhorar sua situação econômica: mormente tal empreitada é feita por meio de golpes e contra-golpes de Estado, reforçando essa tendência no seio do aparelho militar; 2) a que tende a estabelecer uma dominação permanente - isto é, reforçar uma certa regularidade e estabilidade com o intuito de conferir elementos previsíveis ao governo ou regime político – com o fim de garantir a extração de matérias primas ou de lucros (fáceis ou não) a médio e longo prazos; o que também pressupõe o apoio de certas categorias sociais de Estado e de setores das classes dominantes, mas mesmas condições descritas anteriormente.

Pensamos que o segundo tipo de intervenção, na segunda variante (tendência [2]), predominou a longo prazo (no pós-1952), e se traduz no reforço tanto de regimes democráticos, com ascendência autoritária, como de ditaduras militares. A ditadura banzerista, a mais prolongada do período indicado, sofreu a influência deste tipo de intervenção do capital americano. Contudo, é plausível supor que os dois tipos de intervenções não são excludentes, sendo utilizadas de acordo com a conjuntura política do país. Sabemos que tanto o capital quanto o imperialismo americano intervêm,

no cenário internacional e na América Latina, através de diversos mecanismos simultâneos e não apenas com um único método. O caso boliviano é um exemplo sintético do caráter multifacético dessa intervenção ao longo do século XX. As intervenções mais emblemáticas serão examinadas mais à frente.

Contudo, abstraindo os agentes econômicos e forças sociais internas interessadas na estabilidade política, podemos detectar, no plano externo (e aqui reduzimos nosso exemplo aos Estados Unidos), uma contradição de caráter não-antagônica, em relação à contribuição da estabilidade econômica e política na Bolívia. De um lado, a política externa oriunda do Departamento de Estado americano tende a induzir, através de um discurso político, o estabelecimento de certos elementos da democracia política (governos democráticos etc., como a política imposta pelo governo Carter, para nos limitarmos a nosso período) e da expansão do mercado capitalista. Este tende a ser apresentado como potencialmente civilizatório pelos teóricos do liberalismo econômico: ideologia que se expressa e difunde através dos funcionários americanos (técnicos, administradores, políticos ligados ao Congresso desse país) e os da ONU (CEPAL, FAO etc.), que assessoraram diretamente os governos bolivianos, pelo menos desde os anos 40. De outro, a política de defesa hemisférica oriunda do Pentágono, que prega a inevitabilidade do desenvolvimento econômico com base em regimes autoritários ou ditatoriais para conseguir a estabilidade do país (o desenvolvimento capitalista é considerado igualmente como civilizatório e necessário, como sustentam Hayek, Fridman, e sociólogos como Huntington). Este foi o caso do Relatório Rockefeller de 1969²⁴ sobre a situação política e econômica da América Latina - que alerta para a vulnerabilidade dos governos militares ao “nacionalismo extremado” e ao mesmo tempo a “incompatibilidade” da convivência de certos elementos da democracia política com o desenvolvimento capitalista - , e se expressa no discurso econômico dos órgãos internacionais como USAID, BID e FMI, braços econômico e político do

capital americano.²⁵ O impacto desta política americana para América Latina se patenteou, no que respeita à Bolívia, no discurso da “estabilidade com desenvolvimento” e no lema “ordem, paz e trabalho” na ditadura banzerista.

Mencionemos apenas um exemplo que diz respeito à forma geral em que as firmas americanas intervieram no setor mineração no país:

Os [mineiros] ‘médios’, politiqueros e comerciantes expertos, levam um nome que diz pouco respeito a seu tamanho se considerarmos que a ‘International Mining’ enquanto ‘Grace’, é tão grande como a Corporación Minera de Bolívia [COMIBOL] e os novos [mineiros] médios que vão aparecendo ao impulso dos preços altos, estão apadrinhados pelo capital americano. A tendência dominante é que sua produção irá aumentando enquanto diminui a tonelagem do setor fiscal e se estanca o de a mineração pequena.

[...] Nem preços altos pelas minas nem impostos elevados, é o primeiro objetivo de sua estratégia invasora. Se protegem contra o otimismo que poderia derivar da elevação [dos preços] do estanho, difundindo uma propaganda agoureira, dizem que os substitutos constituem uma ameaça. [...] Insistem também em que não há estanho suficiente para instalar uma usina de fundição na Bolívia e, sem perder tempo, dedicam-se a comprar minas (Almaraz, 1988:92-93).

3.2.1.2 Capital bancário/financeiro americano e instabilidade política

Visto isso, passemos agora a demonstrar as nossas hipóteses. Começemos com a participação (um tipo de intervenção econômica) do capital financeiro americano no país (a análise deste tema já foi iniciada no segundo capítulo). Estudos sobre a operação dos bancos transnacionais na América Latina nos anos 70, como os da CEPAL (1983), Mortimore (1981) e Calcagno (1980), revelam que a

²⁴ Cf. “Quality of Life in the Americas – Report of a President Mission for the Western Hemisphere”, apud Klare & Stein (1978). A contradição institucional, constante nos principais ramos de aparelho do Estado americano, é detectada nas exaustivas análises de Klare & Stein e Huggins (1998).

²⁵ No seu artigo “Inestabilidad política y cambio económico”, Kling (1965), cujo artigo original foi publicado em 1956, compartilha, a nosso ver, os dois tipos de soluções supramencionadas. Embora seja uma análise pioneira na busca de uma teoria da instabilidade política na América Latina, sua solução é economicista – isto é, o desenvolvimento econômico ou a industrialização bloquearia a instabilidade política provocada pelas forças arcaicas (coloniais) prevaletentes na esfera política (governo), e a longo prazo eliminaria a instabilidade. Se não ocorre o desenvolvimento econômico, a instabilidade permanece crônica. Assim, para Kling haveria uma relação inversamente proporcional entre as duas variáveis. E a sua teoria se baseia na seguinte observação empírica: quanto mais um país grava o setor exportador, mais instável ele é, e vice-versa. As explicações deste autor sobre a instabilidade política devem ser entendidas no contexto da década de 50 (revolução boliviana de 52; Guerra da Coreia [1950-53] e estagnação da economia americana, o que se refletiu numa queda da taxa média de lucro das grandes empresas americanas; ver Baran & Sweezy: 152, nota 6): os Estados Unidos estavam empenhados em forçar o governo boliviano (MNR) em adotar uma política econômica liberal-conservadora (abertura econômica) que, a médio e longo prazos, redundava na desnacionalização da economia boliviana. Já Fernandes (1968), no seu artigo “crescimento econômico e instabilidade política”, defendeu uma tese contrária: não há relação entre desenvolvimento econômico e estabilidade política, mas ao contrário, o primeiro fomenta a segunda. E isto se deve ao fato de que, por um lado, não foram removidos os obstáculos arcaicos ou pré-capitalistas na sociedade brasileira, e por outro, ocorre um desenvolvimento econômico, porém foi comandado pelas forças sociais arcaicas e capitalistas (conservadoras e autoritárias). Na mesma época, Lambert (1969) defende a tese segundo a qual é inevitável a instabilidade política na América Latina devido à sua herança ibérica, instabilidade que se agrava com o crescimento econômico acelerado imposto nesses países num curto período de tempo.

Bolívia foi um dos últimos países do continente em receber recursos econômicos via empréstimos externos. Entretanto, os maiores bancos do mundo (Eximbank, grupo Morgan) não chegaram a operar no país, porém somente bancos de segunda ou terceira categoria (FNCB, Bank of America e Banco de Boston), confirmando-se assim a tendência dos grandes bancos a operar em economias mais desenvolvidas, como a brasileira ou mexicana. Mas a enorme abertura e declínio do crédito externo coincidiu com a ascensão e queda da ditadura banzerista. Mais especificamente, depois do autogolpe de 1974, a dívida externa geral aumenta 62% desse ano até 1978, os créditos externos oriundos de bancos financeiros privados também sofrem um incremento de 80%. A maioria dos créditos foi de curto prazo, com juros extorsivos (variando entre 7,6 e 9%) e com aumento do período de anos de amortização (em média de 25 para 30 anos) (CEPAL, 1983:48). Os técnicos da CEPAL (1983-48) detectam a estreita relação do capital financeiro com a ditadura boliviana, pois aquele ter-se-ia ressentido com a deposição de Banzer em 1978.

Tudo pareceria que foi a saída do ditador que desencadeou a crise econômica. A pergunta não é: quem abandonou quem (o capital financeiro ou a ditadura banzerista)?, conforme tentam sugerir os técnicos da Cepal. A nosso ver, o problema é mais complexo. E a pergunta crucial seria: porque esse capital se dispôs a fornecer empréstimos volumosos que ultrapassaram a capacidade produtiva de um país atrasado? Qual o caráter da sua relação com a economia do país? Tal fenômeno pode ser explicado de duas maneiras. De um lado, depois de 1972 voltam a operar no país, no setor petrolífero, mais de 15 firmas americanas, entre elas duas subsidiárias da Gulf Oil, que foi expulsa em 1969 (lembremos que no setor mineração, as firmas desse país passam de 20). Estas exploram e exportam ao máximo os produtos energéticos (petróleo e gás) até sua exaustão em 1977 (em 1974 o país exportava 30 mil barris diários de petróleo e o governo previa aumentar a exportação para 200 mil em 1980, além de aumentar a exportação de gás). É impossível, aqui, examinar a estreita relação entre o

capital financeiro internacional e os trustes do petróleo,²⁶ mas fica evidenciada a sua relação no caso boliviano, pelo menos no que diz respeito a sua rápida extração de recursos energéticos – isto é, o ostensivo declínio da produção de petróleo a partir de 1976-77 aparece como um indicador relevante para o capital financeiro internacional: este passa a considerar o país menos atrativo para “o investimento” ou para novos empréstimos ao governo boliviano. De outro, o comportamento do capital americano e, por extensão do capital estrangeiro em geral, pode ser explicado a partir de duas variáveis: 1) a instabilidade política e 2) a experiência de nacionalizações, que afetou setores do grande capital (estrangeiro e nacional).²⁷ Para a CEPAL (1983:118-21) – que trabalha apenas com a primeira variável – a instabilidade política determinaria o caráter negativo do investimento direto estrangeiro no país, além de debilitar o poder do Estado, tornando-o mais vulnerável frente a qualquer negociação diante o capital financeiro e os organismos financeiros internacionais – esta explicação se baseia na análise de Mortimore (1981), mas este avança na sua análise em vários aspectos (retomaremos este tema mais à frente). Já a experiência de nacionalizações – tema que aparece meramente alusivo na análise dos autores mencionados e da CEPAL - agravaria a situação do país diante do capital estrangeiro na medida em que ambas as variáveis teriam uma relação recíproca. Haveria, assim, uma permanente reticência, do ponto de vista do capital estrangeiro em geral, a investir na Bolívia, por se tratar de uma empreitada de alto risco. Embora mostre uma parte da realidade, a análise do problema com base nessas duas variáveis é ainda insuficiente na medida em que não explica porque o capital financeiro participou (mesmo com baixo investimento) num país politicamente instável e com experiência de nacionalizações. Ou então, porque o capital

²⁶ Sobre o assunto, ver H. O'Connor (1959) e Tanzer (1972); sobre o poderio da gigante Standar Oil de New Jersey, ver Baran & Sweezy (1978:194-202); há também uma coletânea editada por Urquidí & Toeller (1977) que aborda o assunto. Sobre o caso boliviano, ver Quiroga (1979 e 1982b) e Calvo (1996). O Equador e a Venezuela não participaram do embargo petrolífero aos EUA feito pelos países árabes. Isso significa que os EUA compensaram as suas importações de petróleo explorando ao máximo (como o caso boliviano) esse produto nos países da América Latina entre 1973 e 1978.

²⁷ O governo militar de Toro (1936-37) nacionaliza, sem pagar indenização, a subsidiária da gigante americana Standar Oil of New Jersey que operava na Bolívia; o governo do MNR (1952-64) nacionaliza as minas dos “barões do estanho”; o governo militar de Ovando (1969-70) nacionaliza outra subsidiária americana, a Gulf Oil, e o governo Torres (1970-71) rescinde os contratos e expulsa duas subsidiárias de poderosas firmas americanas que operavam no setor de mineração.

bancário/financeiro internacional, comandado pelo grande capital financeiro americano, se dispôs a fornecer uma quantidade relativamente grande de divisas ao país?

A resposta estaria, segundo a maioria dos pesquisadores (CEPAL 1983, Mortimore, Ugarteche) em que o país atravessava um momento econômico excepcional favorecido pela alta dos preços dos metais e do petróleo, além de um crescimento sustentado do PIB (com uma média acima de 5%). A Bolívia teria, assim, recuperado seu *status* de país solvente (isto é, teria recursos internos suficientes para honrar suas dívidas e ampliar sua capacidade de endividamento), enquanto outros, como Argentina e Chile, estavam atravessando dificuldades para obter mais empréstimos externos. Podemos acrescentar a essa avaliação um outro elemento importante: no plano interno, a ditadura banzerista realizou várias reformas no aparelho estatal com o fim de adequá-lo às exigências institucionais do capital estrangeiro (tema que será retomado mais à frente). Isto aparece claramente no discurso dos agentes estatais diante dos representantes desse capital: estabilizar política e economicamente o país e possibilitar um desenvolvimento acelerado, alocando os recursos externos de forma “rápida” e “eficiente” aos setores demandantes de divisas. Assim, os agentes estatais queriam aproveitar essa oportunidade (auge econômico) para captar maiores recursos externos.²⁸ Isso não implica que, de fato, tal discurso e expectativa correspondessem à realidade econômica pela qual atravessava o país: em 1976-77 apareciam os primeiros sinais do esgotamento do modelo econômico da ditadura. O discurso oficial mostrava, evidentemente, o outro lado da realidade: a intensificação da extração de lucros imediatos pelas frações burguesas dominantes e pelos agentes estatais. Contudo, o comportamento do grande capital financeiro diante do governo boliviano, nas duas acepções de intervenção definidas acima, mesmo com a reticência em relação à instabilidade do país e do “pânico” diante das nacionalizações, continuou fornecendo empréstimos pelo menos até 1978.

²⁸ Essa interpretação foi feita pelo ministro de Finanças H. Ormachea, ex-presidente da agência do Citibank (FNCB) em La Paz. Ver entrevista feita por uma revista européia a Ormachea: “Bolivia and the international capital markets”, *Euromoney*, February 1976, pp. 42-44.

Mas a explicação da nossa problemática ainda é insuficiente. E a pergunta permanece: porque o capital financeiro inundou de divisas ao país no momento de auge e logo fechou, abruptamente, a fonte de empréstimos? Conforme Mortimore (1981:142), a resposta estaria – e esta é primeira tese do autor - nas falsas expectativas geradas pelo auge das exportações, reforçadas pela burocracia estatal que elaborou a política econômica. Mais especificamente, ela teria acreditado que o auge das exportações não era conjuntural e proporcionaria uma base de sustentação para contrair novos empréstimos externos. Num primeiro momento, também os bancos transnacionais tiveram a mesma expectativa, mas logo se deram conta da fragilidade dessa política, pois o auge das exportações se devia ao efeito favorável dos preços internacionais que incidiram no incremento do valor das exportações bolivianas no período 1974-78. Contudo, onde residia o problema fundamental? Resposta do autor: na política econômica implementada durante a ditadura banzerista. E ela baseou-se essencialmente na descomunal drenagem financeira das empresas públicas dominantes (COMIBOL, ENAF e YPFB), ou seja, no desfalque propositado viabilizado pela transferência de capital ao setor privado e ao setores dominantes da burocracia estatal. Assim, tratou-se de uma política enquadrada num projeto consciente e racional, denominado “nacional-elitista”, que limitou qualquer capacidade de negociação do Estado boliviano com o capital financeiro dominante, o que acabou redundando no aprofundamento da dependência do país. A essa situação Mortimore chama – e esta é a sua tese principal - *dependência consentida*, caracterizada pela transferência deliberada ou voluntária da capacidade de negociação do Estado para as principais empresas transnacionais (os grandes bancos credores). Nessas condições, o Estado ficou a mercê de qualquer decisão unilateral imposta pelo capital financeiro internacional e aprofundou o grau de vulnerabilidade externa, acelerando a crise econômica, pois tais bancos se negaram a renovar os créditos internacionais na medida em que o país passou à categoria de insolvente. Mortimore insinua – sem que ele percebesse - uma situação em que o grupo dirigente que elaborou a política econômica, no seu afã de ampliar a capacidade extrativa do Estado a serviço do projeto nacional-elitista – patenteado no descomunal desfalque das empresas

estatais - , teria entrado em contradição com a implementação de uma política que equivaleria, para utilizar uma linguagem corrente, a “assassinar a galinha dos ovos de ouro” (um caso *extremo* de estratégia desenvolvimentista nacional-elitista):

A associação mais estreita da equipe encarregada a formular políticas econômicas com os participantes estrangeiros que, geralmente supõe a diminuição dos controles e restrições da participação estrangeira, pôde conduzir a uma situação em que o Estado ceda *voluntariamente* influência aos participantes estrangeiros muito mais além do que normalmente resultaria [numa situação] em que se dessem outras condições, como a vulnerabilidade econômica do setor externo ou o caráter e o grau existentes de participação estrangeira no desenvolvimento local. Em resumo, o Estado restringe *deliberadamente* a aplicação de poder de negociação de que dispõe nas negociações com as ETs [empresas transnacionais] a fim de consolidar a nova associação com os participantes estrangeiros e os benefícios particulares que entrega aos grupos dominantes privados que detêm o projeto. Neste sentido, a nova situação de dependência pode ser muito vantajosa para os participantes privados dominantes; no entanto, [...] em circunstâncias extremas pode resultar numa profunda crise econômica e financeira (1981:134; grifo do autor).

Trata-se de uma explicação que visa desvendar o caráter que adotou a participação do capital estrangeiro e a recepção feita pelos grupos econômicos nacionais dominantes. Nos seus aspectos essenciais, ela não se diferencia das análises sobre a crise econômica do período apresentadas por Grebe, Toranzo, Villegas & Aguirre e Lavaud. Entretanto, no que toca a crise de acumulação e a sua relação com a instabilidade econômica e política, Mortimore apresenta, indiretamente, uma análise que se diferencia da feita por aqueles autores. Vejamos em que consiste essa diferença e em que medida o autor avança na sua proposta explicativa.

Para Mortimore, o caso boliviano revela uma situação de dependência consentida, derivada das contradições internas do Estado – e aqui estaria o avanço, ao introduzir a variável contradição no funcionamento do aparelho estatal. E quais seriam essas contradições? Em primeiro lugar, elas são identificadas no nível do papel do Estado em relação ao tipo de estratégia de desenvolvimento e de distribuição de renda adotado, nomeadamente, o nacional-elitista e o nacional-populista, formulados por Petras (logo indicaremos a fonte). O primeiro teria sido instaurado no subperíodo 1974-78, e se caracterizaria não apenas pela relação do Estado com os grupos privados dominantes, mas na sua subordinação a estes. Tal estratégia promoveu - através do Estado - a expansão econômica da empresa privada local e concedeu um grau elevado à participação do capital estrangeiro (empresas transnacionais), excluindo a participação dos setores populares na distribuição de renda gerados pelo

desenvolvimento econômico no período. Em segundo lugar, as contradições também foram provocadas – e estas seriam as contradições internas principais – pelas *funções* (mediadora, infra-estrutural e setorial, conforme definidas por Oszlak)²⁹ do Estado desempenhadas pelos diversos componentes do aparelho estatal. E qual seria a contradição fundamental? Resposta: a *transferência* da *função mediadora* para as empresas transnacionais (grandes bancos) em benefício direto destas para consolidar, desse modo, um tipo extremo de projeto de desenvolvimento nacional-elitista³⁰ (estaria sugerida, aí, a hipótese de que o grande capital bancário teria detido a hegemonia política no período). Trata-se assim de uma explicação que detecta certas contradições internas relativas ao papel

²⁹ Ver: J. Petras, “New Perspectives in Imperialism and Social Classes in the Periphery”, *Journal of Contemporary Asia*, Vol. 5, 1975; O. Oszlak, “Critical Approaches to the Study of the State Bureaucracy: a Latin American Perspective”, *International Social Science Journal*, UNESCO, Paris, XXXI, 4, 1979. O modelo de Petras está baseado em três tipos ideais de estratégia desenvolvimentista e de distribuição de renda entre os principais participantes num país da periferia do capitalismo: a) estrangeiros; b) os setores locais dominantes: setor privado e o Estado; e c) os setores populares. E esses tipos seriam: 1) o neo-colonial: predomínio da participação estrangeira, seguida do setor privado e, por último, o Estado (seria representado graficamente por uma pirâmide invertida); 2) o nacional-elitista: relativo controle da participação estrangeira e equilíbrio entre os setores público e privado (representado por um rombo); 3) o nacional-populista: forte controle do capital estrangeiro, relativo equilíbrio entre os setores público e privado, com maior ascendência para o Estado, e uma ampla base social (uma pirâmide normal). O critério fundamental para definir o tipo de estratégia estaria no papel do Estado – através da elaboração da política econômica – no processo de desenvolvimento, particularmente no que diz respeito às negociações entre o Estado e as firmas transnacionais e ao caráter geral da participação estrangeira no desenvolvimento local. E a transição de um tipo a outro estaria determinada – conforme a nossa observação – por um jogo de soma zero entre os setores dominantes (a e b) e os dominados (c) em relação à proporção da distribuição dos benefícios na estratégia adotada: o que um setor ganha (participação do setor privado e público) o outro perde (diminuição da participação estrangeira). As três funções “essenciais” formuladas por Oszlak e utilizadas como um componente adicional na análise de Mortimore, são: 1) a mediadora: atividades destinadas a satisfazer os interesses dos grupos econômicos dominantes; 2) a infra-estrutural: atividades que visam o benefício geral da sociedade; e 3) a setorial: atividades destinadas a satisfazer seus próprios interesses como setor aparte da sociedade (função corporativa). Apoiando-se nesses dois modelos de análise, o autor chega às seguintes conclusões: se no tipo de desenvolvimento neo-colonialista, a função mediadora do Estado se orientaria a favor dos interesses estrangeiros, no nacional-populista ocorreria o contrário, predominariam as funções setorial e infra-estrutural (nessa ordem de importância). Já no tipo de desenvolvimento nacional-elitista, a função mediadora seria reforçada em favor dos grupos econômicos locais e redefinida a participação do capital estrangeiro (tipos de associação etc.), sem que por isso diminuam as funções setoriais e infra-estruturais. Trata-se de dois modelos ideais, que funcionariam de forma estanque, dificilmente encontrados no processo histórico dos países capitalistas periféricos.

³⁰ O principal argumento para justificar essa tese é o de que, em condições normais, uma estratégia de desenvolvimento do tipo nacional-elitista, o setor estatal encarregado de elaborar a política econômica mormente tenderia, senão equilibrar pelo menos atenuar o grau de participação estrangeira em relação aos grupos econômicos dominantes locais, mesmo incrementando o Estado suas atividades infra-estrutural e setorial. Isto não teria acontecido no caso boliviano. E isso dever-se-ia ao fato de que a Bolívia teria atravessado fases oscilantes e instáveis dos três tipos de estratégias de desenvolvimento e uma contradição acentuada das funções essenciais do Estado, principalmente da mediadora. Trata-se da seguinte periodização: 1) neo-colonial: pré-1952; 2) nacional-populista: 1952-64; 3) transição, incerteza e marcada instabilidade política pela oscilação entre nacional-elitista e nacional-populista: 1965-73; 4) nacional-elitista: 1974-78; 5) novo período de transição e incerteza: pós-78. Nesse sentido, essa situação de dependência teria resultado de um retorno a uma forma extrema de orientação nacional-elitista depois de um período em que teria predominado a de tipo nacional-populista: o Estado experimentou uma ampliação considerável e as suas funções setorial e infra-estrutural estavam bem desenvolvidas, dificultando a implementação da função mediadora desejada pela nova equipe econômica; e esta enfrenta uma burocracia e empresas estatais acostumadas com um processo decisório relativamente mais autônomo, a servir interesses mais amplos, bem como a receber maior participação dos benefícios do desenvolvimento. Entretanto, num caso “extremo” como o boliviano, a equipe econômica que define a política econômica considera que, por ter laços de interesses comuns com o setor estrangeiro, orienta essa política nessa direção e exclui o resto do aparelho estatal e as empresas públicas (1981:130-133). Veremos no capítulo cinco que não ocorreu esse processo político descrito pelo autor.

do Estado no processo de desenvolvimento capitalista e às suas funções denominadas “essenciais”. Nessas condições de atraso, o processo de acumulação ficaria praticamente bloqueado, não por razões externas, porém e, sobretudo por motivos internos derivados de uma decisão racional e consciente dos grupos econômicos dominantes locais e da burocracia estatal dominante. Detectado o avanço da análise do autor, formulemos algumas observações pertinentes derivadas do seu esquema explicativo, sem negar seus aspectos importantes.

A primeira observação que se impõe é seu conceito de dependência consentida. É curioso que o autor pareça chegar a uma conclusão audaciosa sobre o *conteúdo* da dependência e do atraso, quando na verdade sua intenção inicial era o de simplesmente tentar medir, com certa precisão, o caráter e o grau da participação estrangeira e sua relação com a posição negociadora de um país dependente. Nesse sentido, Mortimore considera que os conceitos de dependência tradicionais (Prebisch-CEPAL: vulnerabilidade econômica do setor externo; Furtado, Sunkel e F.H. Cardoso: caráter e o grau da participação estrangeira no desenvolvimento nacional), seriam essenciais para uma análise da problemática, porém ainda insuficientes. É aqui que o autor insere um conceito novo para explicar o caso boliviano: o de dependência consentida. E o suposto fundamental é o de que quando maior o grau de participação e o volume de investimento direto de capital estrangeiro num país dependente, maior seria o grau de vulnerabilidade nas suas negociações com esse capital, dificultando assim a modificação do *status quo* vigente da participação estrangeira, dada a diversidade de relações comerciais e financeiras baseadas nas regras de jogo existentes. Aceita a complexidade desse processo, Mortimore não questiona esse suposto, daí seu interesse em examinar somente a forma e o grau de dependência de alguns casos peculiares – isto é, tenta desvendar a variabilidade das formas de dependência e não o seu conteúdo, conforme apontamos acima. Assim, num caso como o boliviano, que sofre acentuada instabilidade política e contínua vulnerabilidade de seu setor exportador os

conceitos tradicionais de dependência não dariam conta dessa situação.³¹ A nosso ver, é nesse contexto de supostos teóricos que devemos entender a proposta analítica do autor.

Entretanto, ocorre que tal conceito acaba colocando maior confusão em vez de esclarecer a problemática tratada: Mortimore acredita ter avançado na explicação de um caso peculiar quando na verdade confunde um caso geral de relação de dependência por um caso “excepcional” (extremo). Se não, vejamos. Sabemos que um dos principais pressupostos políticos de uma situação de dependência é o consentimento; ou inversamente, o consentimento é parte constitutivo das relações de dependência (é possível que o conceito de poder político do autor tenha sofrido influência das concepções de Petras: o poder soma zero). Isto é sobejamente conhecido pelos próprios autores da dependência (na acepção de F.H. Cardoso e Falleto). É ocioso aprofundarmos os outros elementos constitutivos que fazem parte desse conceito, bem como os do conceito geral de poder (pelo menos na acepção weberiana). E a pergunta mais simples é: quando não houve consentimento? Portanto, o conceito de dependência consentida é tautológico. Mortimore utilizou o caso boliviano tentando destacar seu caráter peculiar, porém acabou anulando a sua especificidade. Teria sido melhor trabalhar somente com a variável contradição das “funções essenciais” do Estado e detectar, por essa via, a peculiaridade do caso boliviano. É aí que residiria a importância da sua explicação.

E a pergunta permanece: qual seria a peculiaridade do caso em questão? Ou então, como explicar o caso boliviano em que o investimento estrangeiro direto foi ínfimo e o capital financeiro forneceu um grande volume de divisas, induzindo o Estado a ultrapassar sua capacidade de endividamento? Como explicar uma situação em que a vulnerabilidade da capacidade de negociação do Estado foi uma das condições necessárias da política econômica instaurada pelo governo militar

³¹ Assim, o Estado poderia debilitar seu próprio poder de negociação de diversas maneiras com o fim de outorgar maior influência aos participantes estrangeiros. Nestas condições, os indicadores *vulnerabilidade econômica* do setor externo e o *grau de participação estrangeira* na economia local, seriam insuficientes para explicar o caso boliviano: “um claro exemplo é a instabilidade política; em estas condições não se pôde seguir uma política coordenada em relação à participação estrangeira e, por conseguinte, os investidores estrangeiros desfrutaram de uma melhor posição negociadora como resultado do enfraquecimento do poder de negociação do Estado. Um caso menos claro seria o relacionado com as contradições internas no seio do aparelho estatal, que geram situações em virtude das quais o Estado é incapaz [de] ou deliberadamente decide não empregar em forma adequada a

desde 1971, reforçada pela desvalorização monetária de 1972? Na sua análise sobre o investimento estrangeiro na América Latina, Calcagno (1980) já havia mostrado uma situação contrária à situação descrita por Mortimore (quanto maior participação estrangeira maior vulnerabilidade externa etc.): prevaleceu (e prevalece) a máxima de que a “exceção confirma a regra” - isto é, num país dependente com maior grau de participação estrangeira na economia nacional (maior volume de investimento direto, de concentração de filiais de transnacionais, de transferência de tecnologia etc., como os casos do capital estrangeiro e americano no Brasil e México; o capital americano nos países europeus), o capital estrangeiro tende a ter maior compromisso com essa economia devido justamente a seus interesses econômicos em jogo. E o Estado tende a oscilar entre a aplicação de políticas de incremento relativo das alíquotas impositivas e as políticas de abertura econômica (isenção de impostos, incentivos, ampliação da infra-estrutura a serviço desse capital, legislação trabalhista favorável etc.) para atrair maior participação do capital estrangeiro, entrando numa clara concorrência com outros países periféricos. E quando um país tem uma economia demasiada aberta (como a boliviana), a vulnerabilidade externa e a capacidade de negociação do Estado diante do capital estrangeiro tendem a se deteriorar ainda mais, independentemente de se tratar de uma situação de dependência consentida ou não. Por sua vez, Ugarteche (1986) também mostrou que, um país com elevada instabilidade política, as negociações e renegociações da dívida externa tendem a ser retardadas em detrimento do próprio país e em benefício do grande capital financeiro. Em ambos os casos (graus de vulnerabilidade externa/capacidade de negociação e instabilidade política) os grandes bancos acabaram impondo, em níveis variáveis, suas prerrogativas políticas através de um complexo mecanismo jurídico (pressão política, chantagens, boicote etc.) já montado nos países centrais para garantir a extração de sobrelucros (sejam imediatos ou não). Inclusive, o grande capital financeiro foi conivente com as ditaduras militares na América Latina, bem como com governos militares

melhor posição negociadora” que eventualmente pode dispor, mesmo numa situação de vulnerabilidade externa e do grau de participação estrangeira (Mortimore, 1981:130).

bolivianos (governos Banzer e Meza) envolvidos com o narcotráfico: empréstimos compulsórios e renegociação da dívida externa, não importando – essa é a nossa avaliação – se estes diminuíram ou não sua capacidade de negociação diante dos bancos estrangeiros. Evidentemente, o caso boliviano, tido como peculiar por Ugarteche, confere um grau de veracidade a máxima de que a “exceção confirma a regra”: a exploração tende a ser mais elevada quando um país é mais atrasado e dependente (lembremos a observação de Marx). Isso pode se detectar também no caso argentino (outro país que experimentou um alto grau de instabilidade política pelo menos desde os anos 50), enquadrando-se nessa situação, conforme mostraram Sábato & Schvarzer (1985).³²

Finalmente, podemos formular uma crítica mais abrangente ao trabalho de Mortimore que confirma as nossas observações acima. A nosso ver, a primeira tese do autor é uma variante das defendidas pela CEPAL (1983) e pelos representantes do capital financeiro (FMI, BM). Ela parte de dois supostos ambíguos: 1) as empresas transnacionais (grandes bancos etc.) agem mesmo com o fim de maximizar os lucros, porém não são totalmente culpáveis do desastre ou crise econômica dos países dependentes, causada pelo descomunal endividamento externo que ultrapassa sua capacidade de pagamento; 2) seria quase impossível, do ponto de vista do capital financeiro, calcular com precisão o grau de risco a que estariam submetidas as empresas transnacionais no fornecimento de capital via empréstimos financeiros a um país dependente como o boliviano, justamente pelo fato de que se torna imprevisível avaliar o desempenho futuro (a médio e longo prazos) da economia deste, pois estaria determinada pela elevada instabilidade política e pela acentuada incerteza, provocada pela oscilação de tipos diferentes de estratégias de desenvolvimento encetados pelas elites desse país

³² Embora discordemos da concepção de que as “oligarquias” argentinas “sempre” acabam manipulando o Estado a seu favor, os autores mostram uma situação semelhante à da boliviana, sem qualificá-la como “dependência consentida”: “[...] prosseguiu com ardor e grande eficácia a tarefa de dismantelar o poder do Estado, de modo a que se torne cada vez mais difícil manipulá-lo em seu prejuízo e mais fácil a seu favor. [...] A mais importante, provavelmente, foi aquela que consistiu em criar – usando o poder e recursos do Estado – um sistema financeiro que retirou dos poderes públicos sua capacidade de controlar a moeda, transferindo essa capacidade para o setor privado e os credores externos até reduzir a quase nada a capacidade de o Estado regular o ciclo econômico sem o apoio de um circuito financeiro altamente concentrado e com limites pouco precisos. Assegurados pela vinculação estabelecida com o sistema financeiro internacional, garantidos pelo peso de uma enorme dívida externa, que reduz substancialmente a capacidade de manobra dos futuros governos, os grupos privilegiados passaram a controlar um setor chave a partir do qual podem influir decisivamente sobre a determinação dos preços e a distribuição da renda no país” (1985:194-195).

(nacional populista, nacional elitista, combinação de ambas). Desses supostos só pode surgir uma dupla conclusão – a nosso ver, insustentável - que entra pela “porta dos fundos” no raciocínio de Mortimore.

De um lado, as condições de acumulação de capital nas quais atuam ambos atores (capital financeiro e o Estado boliviano) estariam determinadas por fatores contingentes - os responsáveis pela elaboração da política econômica do regime em pauta, apostam na ampliação de uma peculiar estratégia nacional-elitista encorajados por uma situação de auge econômico não-momentâneo (alta dos preços dos metais e do petróleo, crescente absorção de capital via créditos externos); o capital financeiro se “deparou” que o crescimento econômico boliviano era pífio, determinado por esse auge etc. De outro, os dois atores seriam responsáveis pela reprodução das condições de dependência das economias atrasadas, cabendo, evidentemente, uma relativa vantagem ao capital financeiro no controle da reabertura ou não dos empréstimos – e este seria, em essência, o “avanço” explicativo de Mortimore: o Estado boliviano abdica de sua função mediadora em favor desse capital, ficando este “estarecido” por esse fenômeno.³³ Assim, a vantagem relativa se converte numa vantagem quase absoluta mas não por sua própria vontade. Seria a volta a uma situação neocolonial, uma conclusão que somente pode surgir dos esquemas idealistas (sobretudo o de Petras). Ora, tais supostos aparecem no discurso ideológico do capital monopolista em geral e se patenteia nas teorias de desenvolvimento oriundas dos países capitalistas centrais, inclusive de algumas explicações de economistas e técnicos da CEPAL. Uma variante dessa ideologia aparece no discurso do capital mineiro-exportador na Bolívia, conforme veremos adiante. Ao longo deste capítulo temos mostrado que o processo de

³³ Essa atitude do capital financeiro fica patente na avaliação do caso boliviano por ocasião das fracassadas negociações de um empréstimo de 155 milhões de dólares em 1977-78, negociação feita por um consórcio de bancos encabeçado pelo Citicorp (e que para Mortimore, refletiria o fracasso do projeto nacional-elitista do governo Banzer). Logo comenta: “Efetivamente, a Bolívia estava indefesa diante da avaliação unilateral do consórcio de bancos transnacionais, como se pode apreciar na citação seguinte: *‘quando a Bolívia negocie um plano com seus credores, o país se verá obrigado a aceitar quase qualquer condição de refinanciamento que se lhe ofereça’*” (a citação é do Institucional Investor, New York, julho de 1980, p. 163), Mortimore (1981:127; ver nota 1 à mesma página; grifo nosso).

intervenção/participação do capital estrangeiro num país com alto grau de instabilidade política e com experiência de nacionalizações é mais complexo.

Em suma, não é por causa da transferência da capacidade negociadora do Estado, cedida voluntariamente ao capital estrangeiro (“dependência consentida”), que a Bolívia se “afundou” na dependência e atraso. Mas ao contrário, é por causa das estruturas econômicas internas, reforçada de um lado, pelo Estado e pela prática de acumulação das classes dominantes locais, e de outro pelo tipo de intervenção e participação do capital estrangeiro que reproduz e aumenta o maior grau de dependência e atraso do país.

Em conclusão, podemos extrair – pela via negativa - um aspecto essencial das análises dos autores bolivianos (Grebe, Toranzo, Villegas & Aguirre) e corroboradas pela análise de Mortimore: a identificação da nossa problemática, em parte analisada no segundo capítulo: o processo acelerado de transferência de capital público ao setor privado, processo eivado de contradições e conflitos, e que faz parte (este aspecto não foi identificado por esses autores) de um processo mais amplo – o de desnacionalização da economia boliviana, que igualmente adotou um ritmo acelerado no período. A análise crítica tanto desse processo como das teses e conclusões desses autores nos levam a identificar alguns fatores relevantes que apontam para uma das hipóteses centrais deste trabalho (que será abordada no último capítulo): o funcionamento de um sistema hegemônico, composto pela principal fração da burguesia interior boliviana (nova burguesia mineira), o grande capital bancário estrangeiro e o grande capital financeiro americano, sob direção deste. E tal funcionamento não esteve isento de contradições e conflitos no seio do bloco dominante e entre este e o aparelho de Estado.

Retomemos agora o nosso tema central: o caráter da intervenção e participação do capital americano/estrangeiro na Bolívia. Para que nossa análise seja mais consistente, devemos inserir duas variáveis explicativas fundamentais: 1) a imposição de um tipo de empréstimo que denominamos

crédit mobiliere conforme a análise de Gerschenkron (1968:21-25)³⁴ das economias atrasadas européias da primeira e segunda fase de industrialização no século XIX; 2) o aspecto positivo da nacionalização (capitalismo de Estado) para o desenvolvimento do capitalismo num país atrasado, conforme sustentou Lenin (1973, 1981).

Quanto à primeira variável, esse tipo de crédito, de longo prazo, intermediado pelo Estado e voltado basicamente para o setor privado, foi amplamente utilizado para o financiamento de infraestrutura necessária para o desenvolvimento de um tipo de industrialização nos países atrasados. Mas seu caráter essencial reside no seu aspecto especulativo, já que garante, a curto e médio prazos, a extração de juros altos e extorsivos permanentes (aspecto constitutivo de todo capital produtor de juros). Daí seu duplo efeito econômico contraditório para qualquer país capitalista periférico: de um lado, ao mesmo tempo que favorece o crescimento de certos setores da indústria dominantes em detrimento de outros, num contexto em que a falta de capital nativo é um fator limitador do processo de industrialização; de outro, aumenta a dependência do país diante do capital bancário e financeiro, agrilhando-o por um longo período através do pagamento da dívida externa e dos seus pesados serviços (elevadas taxas de juros, amortizações etc.), aprofundando assim as condições de atraso econômico. Na Bolívia, este tipo de financiamento (capitais inglês, francês e americano) foi dominante no início do século XX, tendo um relativo predomínio do capital americano nos anos 30 e

³⁴ Tal crédito teve uma dupla caracterização: 1) fornecimento de investimento destinado a construir vias férreas, exploração de minas, construção de fábricas, canais e portos e modernizar cidades; numa palavra, crédito de longo prazo oferecido ao Estado e destinado para a construção de infra-estrutura (economias externas) e para alguns empreendimentos privados; 2) foi essencialmente especulativo e corrupto. Entretanto, esse tipo de crédito bancário desempenhou um papel importante tanto na história econômica francesa como de outros países europeus. Conforme o autor, “A diferencia existente entre os bancos do tipo do *Crédit Mobilier* e os bancos comerciais que operaram nos países avançados da época, isto é, Inglaterra, era absoluta. Entre os bancos ingleses destinados especialmente a servir de fonte de capital a curto prazo, e um banco dirigido ao financiamento das necessidades de investimento a longo prazo da economia, existia um abismo. Os bancos alemães – que podem tomar-se como exemplo do tipo de banco universal – combinaram com êxito a idéia básica do *Crédit Mobilier* com as atividades a curto prazo dos bancos comerciais. Como consequência, estes resultavam sendo instituições mais seguras que as do *Crédit Mobilier*, com sua enorme carteira industrial que excedia em muito seu capital e dependiam tanto de um desenvolvimento favorável dos acontecimentos em bolsa [em caixa] para poder continuar suas atividades” (Gerschenkron, 1968:23). Quer dizer, este tipo de banco estava estreitamente relacionado com as empresas industriais. Os mineiros médios, na Bolívia, criaram seu próprio banco (o Industrial) no início dos anos 60, mas este permanece basicamente com a segunda característica descritas (o crédito tipo *mobilier*). E tem mais, seu capital é pequeno e mesmo tenha aumentado sua carteira (capital) nos anos 70, obtido via empréstimos fornecidos pelo ou com o aval do Estado, não consegue financiar as atividades industriais mineiro-extrativas. O maior volume de capital foi transferido a outras atividades econômicas (serviços, ações em outros bancos etc.) e, fundamentalmente, transferido ao exterior.

40, e um domínio quase absoluto no pós-52. Nos anos 70, com a liquidação final do padrão ouro e as desvalorizações da moeda americana (1971 e 1973), e os efeitos da crise do petróleo, somados ao *boom* dos petrodólares, a forma *crédit mobiliere* ganha uma nova forma e dimensão (imposição da lógica desse tipo de crédito na combinação de empréstimos de médio e longo prazos, porém mais especulativos) e se impõe nos países periféricos (tema que é sobejamente conhecido pela problemática da dívida externa na América Latina). Um outro fator importante é o papel dos bancos nos investimentos produtivos. No fundamental, o Estado substituiu esse papel que devia ser preenchido pelos bancos privados, como os casos russo do último quartel do século XIX, e búlgaro do período 1878-1939.³⁵ Tanto o pequeno capital bancário nacional e o capital bancário-financeiro americano/estrangeiro que operaram na Bolívia nos anos 70 estavam desvinculados da indústria num duplo sentido: não estavam interessados em contribuir com qualquer projeto industrializador com base nos setores econômicos chaves (mineração e petróleo) impulsionado pelo Estado boliviano ou por certas “categorias sociais” de Estado; os bancos se limitaram ao simples papel de intermediadores e distribuidores do fluxo de capital importado via empréstimos externos, e se converteram num dos principais veículos de reexportação de capital aos países centrais.

Em suma, a imposição desse tipo de crédito, que garantiu a extração de sobrelucros imediatos e a longo prazo, foi imposto aos países atrasados mesmo com “tradição” política instável e com acentuada experiência de nacionalização do capital estrangeiro/nacional, como a Bolívia. Assim, a intervenção deste capital, constituiu-se num dos fatores principais que acelerou a instabilidade econômica e política no país, especialmente nos anos 70.

³⁵ Ver Gerschenkron (1968), cap. I; sobre o caso da Rússia, ver cap. VI; e o caso da Bulgária, ver cap. VIII.

3.2.1.3 Intervenção/participação do capital americano/estrangeiro e as nacionalizações

Agora examinemos a problemática sob a ótica da segunda variável. O processo de nacionalização, na sua essência, não é - a nosso ver - antagônico ao desenvolvimento capitalista a médio e longo prazos. O controle do capital público e nacionalizado, através das relações de posse e de propriedade jurídica detida pelo Estado, contribui com o crescimento das forças produtivas capitalistas. Nesse contexto, o Estado cumpre um papel redobrado na transição capitalista periférica e se converte em instrumento privilegiado por meio do qual o grande capital financeiro americano/estrangeiro se empenha em ter influência crescente. O que não significa ausência de conflitos e contradições entre o Estado e esse capital no processo de nacionalização a curto e médio prazos. Mas uma vez superado o período do radicalismo e da “febre das nacionalizações” (populismo e nacionalismo), controlada a “revolução nacionalista” e estrangulada a instauração de um tipo de industrialização endógena, por obra simultânea das forças econômicas e políticas interna e externa, pôde começar a marcha de um processo inverso – isto é, um processo de desnacionalização em proveito de um “capitalismo privado”. Evidentemente, nos estamos referindo ao peculiar caso boliviano (sem negar os processos históricos um tanto semelhante ocorrido na América Latina). E qual a relação entre o processo de nacionalização/desnacionalização com a instabilidade econômica e política? A resposta é dupla: ela estaria no papel do Estado nacional e no tipo de intervenção do Estado americano e, por conseguinte, do capital monopolista desse país. Já dissemos que, no que toca a este último agente econômico, tal intervenção se caracterizou pela utilização de diversos métodos. Mas para os nossos propósitos, interessa demonstrar que ele se pautou pela utilização simultânea das duas formas típicas de intervenção acima definidas e, por consequência, pelo reforço da *punição*, *retaliação*, *boicote*, e *dumping* permanente impostos (que não exclui a utilização ou ameaça da força) sobre o país em razão das nacionalizações feitas pelo Estado boliviano.

As contradições inerentes a essa prática de intervenções podem ser detectadas em dois níveis:

1) no seio do aparelho de Estado americano: entre os métodos do Departamento de Estado e os do Pentágono;³⁶ 2) no seio do capital monopolista americano: a luta entre as frações preponderantes desse capital tanto pelo controle da produção e comercialização das matérias-primas bolivianas como pelo controle dos mecanismos de acesso aos empréstimos dos grandes bancos oferecidos ao Estado boliviano. E a contradição fundamental (não-antagônica) que emerge da intervenção nesses dois níveis se sintetiza nos conflitos resultantes da ação do aparelho de Estado americano e as firmas monopolistas desse país (médias e grandes): enquanto aquele tenta garantir os interesses econômicos e políticos das frações do capital americano a longo prazo, estes, na sua busca incessante de satisfazer seus interesses econômicos imediatos, passam a exercer maior pressão sobre as agências estatais, a fim de aumentar o grau da intervenção (militar, econômica e política) para quebrar os obstáculos institucionais (jurídicos, alfandegário, econômicos etc.) do país periférico no qual têm amplos interesses econômicos.

O impacto da intensificação da intervenção do capital americano converte-se num fator acelerador da instabilidade política: induz a estes países a modificar rapidamente os seus governos através de golpes de Estado ou “revoluções palacianas” para adotarem medidas favoráveis a seus interesses (este seria o caso que nos ocupa). Ou então, produz o efeito contrário: a instauração de governos ou regimes nacionalistas-reformistas que visam recuperar a soberania nacional e o controle mais ou menos rígido do capital estrangeiro – estes foram os casos dos governos Velasco no Peru, dos governos Ovando e Torres na Bolívia, e do governo Allende no Chile. Só para nos limitarmos aos dois primeiros casos, o processo de nacionalização provocou a “fúria retaliadora” do capital americano, seguida de extorsões, chantagens e punições. O governo peruano se saiu relativamente melhor: instaurou uma batalha jurídica contra o capital e o governo americanos obrigando-os a recuar

³⁶ O caso mais emblemático na Bolívia se patenteou em 1964: o Departamento de Estado americano apoiou Estenssoro para se manter no poder por um novo período, enquanto que os oficiais do Pentágono apoiaram Barrientos para aplicar o golpe de Estado

e a atenuar o impacto econômico provocado pela aplicação da famosa *Emenda Hickenlooper*.³⁷ O caso boliviano, que será analisado mais à frente, foi mais desastroso.

3.2.1.4 Intervenção/participação do capital americano e processo de modernização do aparelho estatal boliviano

Podemos detectar um outro tipo de intervenção importante: a contribuição acentuada no processo de modernização do aparelho de Estado boliviano. Tal processo foi aprofundado no período populista e intensificado no Estado militar nos anos 70. E aqui tocamos um aspecto crucial sobre o caráter e a forma que adotou esse processo, um tema, a nosso ver, insuficientemente analisado. Para os nossos propósitos, basta mencionar só um autor que coloca a problemática de forma sintética: Zavaleta. Na ditadura banzerista o Estado alcança seu ápice de modernização e esta concentrou-se, em primeiro lugar, no ramo de aparelho militar-repressivo e nos setores da burocracia estatal encarregada de elaborar a política econômica. Através desses setores do aparelho estatal o imperialismo americano teria incrementado sua influência e contribuído com a instauração de uma variante de dominação baseada na segurança nacional (corrupção, polícia política e terror). Em suma, trata-se – para Zavaleta - de uma modernização negativa e contraditória, marcada pela violência e pelo prebendalismo: o Estado fica mais atrofiado e deslegitimado, distanciando-se da “sociedade civil” – isto é, seria somente nesta situação que o Estado ganha “autonomia relativa por atraso estatal”.

(é sobejamente conhecida a participação do cnl. Fox na empreitada golpista). Cf. Blasier (1971:95-98).

³⁷ A maior mina de cobre do mundo (Chuquicamata) era de propriedade da firma americana *Anaconda Mining*. O governo Allende a nacionaliza sem pagar indenização, por sua vez o governo Pinochet paga 59,3 milhões de dólares de indenização e 199 milhões em créditos pelas minas Chuquicamata e El Salvador. Em 1978 a Exxon (novo nome da Standar Oil of New Jersey) compra duas minas (El Salvador da Codelco, estatal, e a maioria das ações da Cia. Minera Disputada de Las Condes) por 100 milhões de dólares (Cf. *Presencia*, 16/5/78 e Martino, 1988:35). No caso do Peru, o governo Velasco nacionalizou a *International Petroleum Co.*, subsidiária da gigante Standar Oil (que mantinha uma situação ilegal no país – espoliação dos recursos nacionais). Além do mais, obriga a firmar um contrato de exploração das jazidas de Cuajone (cobre) com outra firma americana *Southern Peru Copper Co.*, no qual o Estado teria uma maior participação nos benefícios da exploração mineira, ao mesmo tempo em que se encarregava da industrialização do produto (Cf. Cotler, 1971:89).

Admitamos que o processo de modernização do aparelho de Estado adquiriu essas características apontadas por Zavaleta. Contudo, não se limitam a tais aspectos: ele teve conotações mais complexas do que o autor imagina e de outros que seguem sua análise ou uma variante dela. Não é possível, aqui, fazer uma análise pormenorizada dessa problemática, pois foge aos nossos objetivos propostos. O nosso interesse é saber qual foi o caráter geral que adotou esse processo e sua relação com a reprodução de fontes de instabilidade econômica e política. A nossa hipótese é a de que tal processo demonstra, no essencial, dois aspectos importantes: 1) a concentração dos dois tipos de intervenção do capital e do Estado americano, apontados acima, na medida em que contribuiu para a satisfação dos seus interesses econômicos e políticos a médio e longo prazos na Bolívia; 2) provocou um efeito contraditório na medida em que mostra o empenho desses dois agentes – que também foi do interesse do Estado boliviano – em conferir um caráter estável ao funcionamento do aparelho estatal, mas ao mesmo tempo contribuiu com a reprodução de instabilidade econômica e política.

É imprescindível partir do seguinte pressuposto geral: deve-se excluir a idéia de que o processo de modernização se concentrou apenas na modernização do ramo de aparelho militar, concepção que predomina nas análises sobre o assunto. A pergunta é: porque este aspecto da modernização aparece predominante? A maioria dos autores bolivianos especializados na questão militar tendem a insinuar que a ajuda militar americana e, por conseguinte a reorganização das forças armadas teria sido o motor que comandou a modernização do aparelho estatal (W. Guevara, Bedregal, Sandoval e o próprios ex-generais Prado e Padilla). Eles não estão totalmente errados, já que num país como a Bolívia, esse ramo de aparelho é o instrumento privilegiado para conquistar o aparelho governamental. Este é o primeiro ponto a ser destacado. Existe outra tendência generalizada que considera que as forças armadas bolivianas têm mais uma função de polícia do que propriamente militar – assegurar a ordem interna e o rígido controle das massas trabalhadoras (Lora, Zavaleta, Dunkerley) – no sentido de que não se constituiu num corpo verdadeiramente profissional, nem teria a capacidade de dissuasão e de poderio militar numa eventual guerra diante de qualquer exército sul-

americano.³⁸ Trata-se de um exército pequeno, relativamente modernizado – com uma cúpula dirigente altamente corrupta - e com poder de fogo voltado para reprimir e amedrontar as massas populares. O que estamos querendo sublinhar é que a famosa ajuda militar americana e o crescente orçamento nacional destinado ao setor, nos anos 70, somente contribuiu para manter esse ramo de aparelho no cumprimento de sua função essencial mencionada acima - os crescentes índices de porcentagem do PIB destinado para o gasto militar é reflexo do crescimento da economia no período. Este é o outro aspecto fundamental.

Examinemos agora o primeiro ponto. Dissemos que na modernização do Estado se condensaram os dois tipos de intervenções e dizem respeito à satisfação dos interesses econômicos e políticos (imediatos ou não) desses dois agentes (grande capital e o Estado americanos). O que implicou no reforço da modernização do aparelho militar, mas limitada ao cumprimento da sua função essencial: garantir a ordem interna e a proteção da grande propriedade (nacional e estrangeira), inclusive para neutralizar novos surtos de nacionalização do médio e grande capital pelo Estado boliviano. Contudo, o processo de modernização atingiu o conjunto do aparelho estatal, privilegiando basicamente os setores dominantes da burocracia estatal que intervêm no funcionamento do aparelho econômico e que se patenteou no reforço da centralização do processo decisório na elaboração da política econômica: maior centralização do executivo e seus órgãos conexos com o fim ampliá-los e adequá-lo às exigências do capital estrangeiro. A proliferação de órgãos e agências estatais de desenvolvimento durante a ditadura banzerista é um poderoso indicativo desse processo: ampliação das empresas estatais, autárquicas e municipais, criação de novas

³⁸ Isso não significa que estejamos desvalorizando o papel exercido pelos militares no pós-52, principalmente nos anos 70, e endossando a avaliação simplista de Tocqueville e Huntington, amplamente defendida por Lavaud (somente para nos limitar ao caso boliviano) de que os militares seriam o reflexo do tipo de sociedade a que pertencem: sociedade autoritária ou pretoriana de massa, na qual os militares são altamente politizados. É justamente por isso que Lavaud (ver 1998: 91-93 e segs.) não considera os militares como *agentes de instabilidade política*, e sim os trabalhadores mineiros, os camponeses, os “cruceños”, a neoligarquia e os oficiais americanos, embora dedique dois capítulos sobre a intervenção dos militares na política. E não poderia ser diferente devido a sua metodologia e instrumental teórico utilizado para analisar o caso boliviano, conforme vimos no primeiro capítulo.

instituições, como as corporações de desenvolvimento regionais etc.³⁹ Esclareça-se, tal processo não é apenas de interesse do capital estrangeiro: é também do interesse de todo Estado burguês periférico na medida em que este se empenha em acelerar o desenvolvimento capitalista em geral ou instaurar um tipo de industrialização, independentemente de ambos redundarem no incrementado da corrupção (pois esta é constitutiva do Estado burguês e ganha uma maior dimensão no Estado ditatorial-militar).

O que estamos querendo sublinhar é que o caso boliviano mostra um processo de modernização peculiar, pois este começa nos anos 40, se aprofunda justamente no pós-52 e se acelera nos anos 70. Peculiar, porque tanto o Estado americano como o capital monopolista desse país intervieram com maior força, imprimindo um curso particular a esse processo e, por conseguinte, maior influência na elaboração da política econômica. No segundo capítulo temos examinado parte desse processo: a proliferação de relatórios e planos de desenvolvimento americanos voltados basicamente para aplicar reformas econômica e administrativa. Numa palavra, eles se concentraram na reforma dos aparelhos econômico e estatal, a fim de adequá-los às condições e exigência desses dois agentes importantes. E tal processo acabou reforçando a economia mineiro-extrativa e agrário-camponesa. Também temos mostrado que os principais relatórios e planos foram: o plano Bohan (1942), o plano Eder (1956), o Plano Triangular (1961); e os dois relatórios famosos sobre a mineração média: o Informe Ford Bacon & Davies (1956). Nos anos 70, tais planos foram decisivos para implementar novas reformas dos aparelhos econômico e estatal: Informe Musgrave (1975) e o relatório da Universidade de Harvard sobre a situação da mineração e dos impostos no setor mineiro (Relatório Gillis & Petersen em 1978)⁴⁰, simplesmente reforçaram, de uma ou de outra forma, essa

³⁹ Vejamos o que diz Casanovas (1990:47): “What is most striking, however, is both the growth and the change in structure of the foreign debt. The total disbursed debt nearly quadrupled between 1971 and 1978, and more than doubled during the ‘New Order’. The latter phenomenon was partly because it was ‘New Order’ policy to use taxation and royalty payments to drain financial resources from the main public enterprises and redistribute the internal credit to the private sector. This forced the public sector enterprises to resort to external sources of finance to cover their investment programmes”.

⁴⁰ Este último relatório sublinha que os impostos no setor na Bolívia seria um dos mais altos aplicados que em qualquer país mineiro na América Latina, inclusive que os de Canadá e da Austrália. Ora, Contreras (1989) e os empresários da mineração média têm amplas razões para acreditar na falácia desse relatório (bem como de outros, como o de Ford Bacon & Davies) já que se trata de uma guerra ideológica das transnacionais americanas para quebrar os obstáculos institucionais do Estado boliviano e torná-lo mais vulnerável na legislação impositiva para o setor. Já dissemos que a economia boliviana era uma das mais abertas da

tendência. A aplicação da Lei de Mineração (1965), a Lei do Petróleo de 1956, a nova Lei de Investimentos de 1971 (cuja elaboração demonstra a mão estrangeira) e as reformas administrativas feitas em 1972 e 1974, acabam dando maior consistência ao caráter da política econômica e ao tipo de desenvolvimento econômico adotado na ditadura banzerista.

A nossa hipótese ganha maior relevância quando encontramos um documento que revela a incisiva influência do assessoramento administrativo feitas por firmas americanas durante o governo Banzer: trata-se do documento elaborado em 1973 pela *Public Administration Service* (Cf. PAS 1973) no qual se refere à lógica da reforma administrativa que deveria ser adotada: os dirigentes da burocracia estatal não seriam outra coisa que *gerentes* e deveriam se nortear pela lógica do funcionamento de uma grande firma capitalista. Podemos deduzir que essa firma já vinha trabalhando desde o início do governo. Os resultados imediatos desse assessoramento começam a se revelar na Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo aplicada pelo governo em 1972 (que permitiu a monopolização do Orçamento pelo executivo com o fim de alocar os recursos de uma forma “rápida e eficiente” aos setores demandantes de divisas e dar prioridade aos projetos de desenvolvimento), e as sucessivas reformas na burocracia estatal no final de 1973 e depois do auto-golpe em 1974. Trata-se do aprofundamento da forma de Estado instaurada em 1971: uma mudança no interior do aparelho estatal e no seio do bloco dominante, marcada pela ascensão (final de 1973) da nova burguesia mineira ao *status* de fração detentora do aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que participa do sistema hegemônico compartilhado com a fração

América Latina nos anos 70, fenômeno sobejamente conhecido por vários autores. Furtado (1969) mostrou que, desde os anos 50, o Chile aplicou uma legislação impositiva mais rígida no setor mineiro, mesmo assim uma firma gigante americana controlou a produção cuprífera, e que foi somente nacionalizada no governo Allende – além do mais, na ditadura Pinochet a alíquota aplicável sobre o lucro tributável era de 42% no país (Decreto-Lei 600-74), uma das mais altas da América Latina (ver *Análise Comparativa da Mineração na América do Sul* [1996:72]). Cotler (1971) mostrou a mesma tendência no Peru, a qual foi verificada por Kñakal (1981) e, principalmente Calcagno (1980) na sua análise comparativa sobre as condições de participação do capital estrangeiro na América Latina, no Canadá e na Europa (capital americano): relativo controle desse capital pelo Estado, inclusive no setor mineração (Espanha etc.).

do capital financeiro americano, cabendo a este a direção hegemônica.⁴¹ E tal processo (acoplado ao processo de militarização do aparelho estatal) redundou no maior aprofundamento da militarização do Estado e no aumento da repressão e violência contra as massas trabalhadoras.

Resta examinar o segundo ponto: a relação entre esse processo de modernização do aparelho estatal e a instabilidade política. A nossa hipótese é a de que o caráter que adotou esse processo (direta e indireta intervenção do Estado e capital americanos) foi contraditório e violento. Contraditório, porque ao buscar o objetivo de imprimir certa estabilidade ao funcionamento tanto do Estado como da economia boliviana, provocou o seu contrário, isto é, acabou gerando crises que se converteram em fontes genéricas potenciais de instabilidade econômica e política. Podemos identificar algumas crises e fontes de instabilidade importantes em dois planos: na esfera de intervenção desses dois agentes externos e na esfera da intervenção dos agentes estatais internos. Na primeira, podemos incluir: a) a ajuda econômica,⁴² empréstimos financeiros, acordos comerciais unilaterais com os

⁴¹ Temos afirmado num outro trabalho que Zavaleta incorre em erro ao considerar que o controle direto do aparelho de Estado por uma fração burguesa (neste caso, os “gerentes burgueses”) confere maior atrofiamento e anomia ao funcionamento do Estado (embora ao mesmo tempo sustente a tese de que a hegemonia política seria detida pela burguesia mineira e pela burguesia agro-industrial do leste do país). Somente para limitarmos a um aspecto do problema e a alguns exemplos da história boliviana, mencionemos os seguintes: 1) o caso da burguesia mineiro-argentífera do final do século XIX, que se constituiu, ao mesmo tempo, em fração hegemônica e em fração detentora do aparelho estatal (papel simultâneo que não ocorre no período da economia estanífera, em que os “barões do estanho” somente detinham a hegemonia política); 2) no pós-1985 teríamos (essa é a nossa hipótese) outro caso semelhante ao primeiro, em que setores da burguesia mineira voltariam a deter o duplo papel (o caso mais próximo seriam os dois governos dirigidos pelo grande empresário mineiro Sanchez de Lozada: o primeiro no período 1993-97 e o atual iniciado em 2002).

⁴² No período 1952-64, a Bolívia recebeu dos Estados Unidos a maior ajuda econômica e militar per cápita na América Latina. A primeira serviu para cobrir boa parte do orçamento do governo. O país nem podia produzir cereais (trigo, arroz etc.) porque o recebia em doação; os convênios comerciais estabelecidos no período com os EUA eram totalmente desvantajosos, pois pagava-se pelos insumos e produtos manufaturados americanos três vezes mais caro que os europeus - Cf. Patch (1966:311-12) e Blasier (1971:53). Sobre a ajuda militar ver: Wilkie (1969); NACLA (1970:15-18) e Klare & Stein (1978). Este tipo de ajuda começa a se incrementar no período 1964-68, chegando a um patamar maior na ditadura banzerista. Vejamos o alguns dados sobre o gasto militar: de 15 milhões de dólares em 1971 pulou para 90 milhões em 1978. Em comparação com os gastos para a educação, aqueles experimentam um relativo crescimento (de 13,4% em 1971 passa para 16,6% em 1976), e estes decrescem: de 30,2% a 23,1% para os mesmos anos (Wilkie e Presupuesto Nacional 1976-82, apud Lavaud [1998: 99]). Em 1971, a porcentagem salarial em relação ao conjunto dos gastos militares chegou a 58%, ela tende a subir ao longo da ditadura; entre 1970-75 se incrementa em 644% (FMI 1976 e *Bolívia Económica*, 25/10/78, apud Lavaud [1998:98 e 149]). Em relação ao países vizinhos, o gasto militar boliviano, em relação ao PNB, é inferior ao do Peru e relativamente semelhante aos de Chile, Brasil e Argentina. Contudo, a nossa interpretação da instabilidade econômica e política é oposta à de Lavaud, inclusive utilizando os mesmos dados: “Assim, podemos constatar que não existe explicação da instabilidade política na Bolívia que poderia estar diretamente fundamentada nos recursos que dispõe, ora se trate de seus efetivos [militares] ou de seu orçamento” (1998:100). Além de termos salientado a importância da análise de Lavaud devido aos dados e a sua análise descritiva, ele entra em contradição: reconhece que a instituição castrense é um meio para a ascensão de classe na Bolívia, basicamente para o aburguesamento do meio e alto escalões. Cf. capítulo dois, item “aburguesamento de los oficiales e golpes de Estado”. E a razão dessa contradição, a nosso ver, reside na restrição de sua análise aos fenômenos institucionais e corporativos da instituição castrense, na linha analítica de Huntington e Stepan. Assim, a instabilidade política não teria uma relação direta com a economia, e sim, com o “tipo” de sociedade, isto é,

Estados Unidos para beneficiar as transnacionais deste país; b) a prática sistemática da corrupção dos agentes estatais bolivianos (civis e militares), viabilizada por esses dois agentes (exemplos sobre a intervenção do capital americano, que mormente ocorreu simultaneamente com a intervenção dos órgãos e agências estatais americanas, serão mostrados mais à frente).

Para os nossos propósitos, basta mencionar dois exemplos paradigmáticos sobre a ajuda econômica americana e os empréstimos financeiros atrelados às exigências (reformas) econômicas draconianas que o país receptor deveria aplicar. Demonstraremos que a famosa ajuda econômica americana se converteu numa fonte importante reprodutora de crise e instabilidade política no país. Foi constante o fato de os governos bolivianos do pós-52 utilizarem tal ajuda para equilibrar o orçamento nacional. Na ditadura banzerista a ajuda geral, conforme Mortimore (1981:137), chegou a 17 milhões de dólares. Entretanto, os dados sobre este item são díspares e confusos, e depende da fonte que se utilize. Temos mostrado no capítulo dois que em 1974 esse tipo de ajuda cobriu 22% do déficit orçamentário, incrementando-se para 30% em 1976 (Casanovas, 1990:41), isto sem contar com a ajuda militar direta. O governo americano argumentou, em 1975, que a ajuda militar para o país no período 1945-74 teria chegado a 700 milhões de dólares (*Presencia*, 14/1/75), o que é difícil verificar. Dunkerley (1987:180) sustenta que em 1973 a Bolívia converteu-se no principal reduto estrangeiro para os interesses americanos no Cone Sul. Nos primeiros 16 meses da ditadura, o país recebeu 32 milhões de dólares para a administração e governo – nos 28 anos anteriores recebeu apenas 6,7 milhões; o custo da assistência militar passou dos 60 milhões de dólares e as doações militares para 1973 e 1974 foram três vezes maiores que as doações feitas a qualquer país latino-americano. De qualquer maneira, a ajuda e doações americanas foram elevadas e serviram para sustentar a ditadura a médio e longo prazos (sete anos). Em suma, a ajuda americana serviu para reforçar uma dupla tendência: de um lado, a intervenção política constante das forças armadas

aquela seria o fiel reflexo desta. Nessa linha de raciocínio, o autor também sustentou que, mesmo as forças armadas bolivianas se profissionalizem, não alteraria o seu caráter altamente politizante. Em suma, o objetivo americano parecia evidente: abortar e

bolivianas desde 1964, basicamente para contribuir com a derrubada de governos “desleais” ou “indesejados” para os interesses econômicos e políticos dos dois agentes considerados – o que mormente foi feito pelo golpe de Estado; de outro, a corrupção permanente (processo de corrupção que não é exclusiva do caso boliviano; ele tende a se incrementar nos regimes de exceção sob o Estado burguês) dos oficiais e suboficiais que, na maioria dos casos os recursos econômicos serviram para neutralizar os surtos de oposição no seio das forças armadas contra a ditadura vigente. Assim, o processo de modernização acelerado do aparelho militar no período configurou-se como um processo contraditório e violento, que provocou crises políticas e fontes genéricas potenciais de instabilidade política. Eis uma das explicações da corrida dos coronéis e generais para ocupar os principais postos da hierarquia militar para logo seguir a carreira presidencial. Mas tal corrida foi controlada de forma violenta pela facção militar de direita que sustentou o governo Banzer, conforme veremos no quarto capítulo.

Não é novidade, então, a utilização política da ajuda econômica americana aos países latino-americanos que, conforme Sweezy & Baran (1978:203), trata-se de “doações a oligarquias corruptas destinadas a lhes assegurar a lealdade a Washington, e não aos interesses de seus países”. Mas o fundamental é, a nosso ver, que ela serviu basicamente para *solucionar uma crise política de curto prazo* – que no caso boliviano adquiriu maior relevância, o que mostra o grau de contradição entre o Departamento de Estado e o Pentágono -, fenômeno que foi detectado até pelos próprios funcionários americanos:

‘Muitas críticas à ajuda externa’, segundo D. A. Fitzgerald, alta autoridade na sucessão de repartições governamentais dos Estados Unidos encarregadas da ajuda externa de 1948 a 1961, ‘se devem ao fato de considerar o crítico que o objetivo era promover o crescimento econômico, o que não ocorria absolutamente. [...] A ajuda depende do objetivo principal, e este, em metade das ocasiões, é *solucionar uma crise política de curto prazo – e o desenvolvimento econômico, se ocorrer, é apenas um resultado incidental*’. Entrevista ao U.S. News & World Report, 25 de fevereiro de 1963, págs. 49-50 (Sweezy & Baran, idem, nota 23; grifo nosso).

estrangular qualquer revolução nacionalista, e mais ainda uma de tipo nacionalista-populista radicalizada. O resultado foi o fortalecimento do Exército boliviano e o incremento de sua intervenção política com apoio substantivo dos Estados Unidos.

O segundo exemplo diz respeito ao caráter dos empréstimos financeiros. Existem vários (já vimos alguns no segundo capítulo). Dentre eles, destacamos, aqui, apenas um por sua relevância: o empréstimo de 24 milhões de dólares pelos Estados Unidos em troca da aplicação da desvalorização econômica de 68% em outubro em 1972. Os efeitos “perversos” para o país foram de curto e longo prazos e não foram analisados – salvo engano nosso – com a conotação que a seguir a fazemos. Trata-se de uma precoce desvalorização que visava atender os interesses econômicos imediatos das frações dominantes do grande capital americano (financeiro e bancário) e certos interesses econômicos secundários das frações subalternas do bloco no poder. E quais eram esses interesses e como foram satisfeitos? Em primeiro lugar, essa política monetária e cambial tinha o objetivo de manter uma alta inflação como um dos principais mecanismos de manutenção de taxas médias elevadas de lucro dos setores econômicos preponderantes. Mais especificamente, teve um efeito econômico duplamente compensador: repassar os custos provocados pela inflação nos Estados Unidos à economia boliviana e dessa forma valorizar o capital extrativo-exportador (minérios e petróleo) dominado pelas grandes firmas monopolistas americanas⁴³ e descapitalizar as empresas estatais. O que significou um castigo para o pequeno e médio capital nacional: o estrangulamento da indústria manufatureira tradicional – os setores desta e da indústria mineiro-extrativa nacional ficaram ressentidas na medida em que os preços dos insumos e dos bens intermediários importados ficaram mais encarecidos. Evidentemente, o maior ônus caiu sobre o conjunto da economia nacional, sendo as mais afetadas as massas trabalhadoras e as camadas médias urbanas, pois os salários permaneceram congelados e os preços tenderam a se disparar – os camponeses sentirão o impacto um pouco tardiamente (final de 1973).⁴⁴

Aqui reaparecem alguns sintomas de agravamento da crise política entre a CEPB e o governo militar

⁴³ Vejamos o poder aquisitivo aparente do peso boliviano em relação à moeda americana: o índice de inflação comparativa entre os dois países (1973 = 100). Bolívia: de 157,9 em 74 pula para 277,9 em 79; Estados Unidos: de 118,9 pula para 174,9. Já o índice de paridade entre as duas moedas pula de 132,8 em 1974 para 158,4 em 1979, evidentemente, a favor do dólar. Cf. Mortimore (1981:143; Quadro 10).

⁴⁴ A reação das massas populares foi imediata como também a repressão da ditadura: 20 mortos. O governo mantém o estado de sítio permanentemente. Em janeiro de 1974 os camponeses, que sentiram o peso da inflação e a alta galopante dos preços, fazem greve e manifestações contra o governo. Resultado: cerca de 200 camponeses massacrados pelo Exército.

(as primeiras surgem por ocasião da imposição da Lei de Investimentos, dezembro de 1971), enquanto a ANMM mantém uma posição vacilante: a primeira critica sistematicamente as medidas adotadas e a segunda tende a justificá-las como necessárias.⁴⁵ Mas esta particular crise política se agravará num outro momento (quatro meses depois), adotando aspectos explosivos na já debilitada aliança político-partidária que sustentava o governo (FPN). Neste contexto, o setor bancário começa a gerar lucros elevados, conforme já vimos no segundo capítulo. Mas porque se impõe esta pesada desvalorização precoce? A nossa hipótese é a de que o contexto econômico internacional não era promissor para a economia americana, pois estava entrando num período de relativa estagnação - seriam os efeitos do fim do período de “ouro” da economia americana, conforme Hobsbawm (1999). O grande capital financeiro então se adianta a esta situação e toma suas devidas precauções, pois seguramente sabia – essa é a nossa hipótese - que haveria, em qualquer momento, uma nova desvalorização da moeda americana⁴⁶ como consequência da crise econômica em andamento (crise esta que converge com a liquidação do padrão ouro no âmbito internacional e se agravará com a crise do petróleo no final de 1973). E isto foi o que aconteceu. As nossas observações se apoiam em dois argumentos teóricos importantes: 1) o Estado não esconde - no seu discurso ao conjunto da sociedade, que legitima a concretização dos interesses econômicos restritos das classes ou fração hegemônica como sendo os interesses universais - a política de Estado, neste caso, as medidas econômicas a serem adotadas; 2) o segredo ou sigilo burocrático (e por extensão, o sigilo do Banco Central) está a serviço do bloco no poder, e o vazamento de informações aos escalões intermédios da burocracia, a certas frações como a burguesia de Estado ou a certos partidos políticos, é uma regra e não exceção.

⁴⁵ Depois de decretada a medida, desatou-se a polêmica de quem teria elaborado o plano de desvalorização e que setor teria maior influência. A CEPB negou que tenha influenciado o decreto. Ver “CEPB. La empresa privada y el reordenamiento económico” (*Presencia*, 2/11/72). Em coletiva de imprensa, o ministro de Finanças Bederegá Rodó justifica que medida foi uma necessidade técnica/econômica, que obedecia aos imperativos fiscais e ao “Plano de estabilização com desenvolvimento” do governo. Quando perguntado sobre os rumores de que os ministros tinham sido subornados para aplicar o decreto, o ministro sustentou que não foi a empresa privada que pressionou para implementá-lo, mas *grupos extranjeros poderosos* - esta possibilidade foi deixada em entredito: ver “Rueda de Prensa. Min. de Finanzas aclara alcance de medidas económicas” (*Idem*, 4/11/72).

⁴⁶ Lembremos que a primeira desvalorização do dólar americano (de 8,57%) ocorreu a 18 de dezembro de 1971: as moedas dos países da OCDE poderiam flutuar com o limite de 2,25%; ao mesmo tempo, foi anulada a sobretaxa de 10% na economia

Tanto as análises de Sweezy & Baran (1978) como de O'Connor (1977) sobre as empresas gigantes americanas e a sua influência na elaboração da política econômica podem ilustrar esse duplo aspecto. No caso boliviano, pelo menos desde agosto de 1972, os principais agentes econômicos estavam informados sobre a desvalorização que viria em outubro. O que desencadeou uma corrida acirrada pela compra de dólares ao Banco Central, esvaziando praticamente as reservas de divisas (sobraram apenas 500 mil dólares, de 46 milhões): o balanço do ano fiscal de 1972 revelou que, até antes do decreto de outubro, o BCB vendeu mais de 23 milhões de dólares, cuja maioria foi vendida antes do decreto. O escândalo estava instalado mas foi atenuado pelo executivo através da justificação de que a desvalorização obedecia aos imperativos da “estabilização com desenvolvimento”. O país ingressava num período de agravamento permanente do déficit fiscal e de precoce bancarrota.

No dia 12 de fevereiro de 1973 o governo Nixon desvaloriza o dólar em 10%, medida que afetou em cadeia as economias ocidentais. A Inglaterra – que absorvia a maior parte dos concentrados de estanho boliviano – revaloriza a libra em apenas 4%, não acompanhando a desvalorização da moeda americana. Mesmo que os preços do estanho metálico no mercado mundial comecem a se disparar, os produtores bolivianos (principalmente o setor estatal) não conseguirão compensar suas perdas da inflação importada e do brutal desequilíbrio do valor dos principais produtos de exportação (a brecha do intercâmbio desigual ficou mais acentuada). Naquele momento, os Estados Unidos possuíam cerca de 18 mil toneladas de estanho acumulado e esta reserva passa, novamente, a ser utilizada, através da ameaça de sua venda, como com um duplo motivo: controlar os preços do estanho, ou então induzir a sua alta permanente. Para a Bolívia, segundo produtor de estanho no mundo, esta política foi devastadora: pressionada pelo FMI, sofre uma nova desvalorização de sua moeda num momento de relativa vantagem - mantém o tipo de câmbio (\$b 20 por dólar).⁴⁷ Na

americana. A Conferência dos países que compunham essa organização, reunidos em Washington, aprovam tal medida (Cf. *The Washington Post*, 18/12/71 e edição do jornal *Presencia*).

⁴⁷ A justificativa de manter o tipo de câmbio pelo governo, argumenta o ministro de Finanças Bedregal, do MNR, é absurda, porém expressa a postura do grande capital financeiro. Vejamos: 1) a Bolívia depende do dólar, pois suas reservas são feitas nessa moeda; 2) a medida tem a finalidade de “cuidar nossa posição competitiva para as exportações bolivianas”; 3) a situação de

avaliação do ministro de Mineração Lema Patiño (filiado ao MNR-Estenssoro), o “mercado do estanho ingressaria na pior crise dos últimos anos”. Todavia, considera que o “boom” do mercado internacional do estanho é aparente: desencadearia uma alta brusca dos preços; os novos não compensariam os produtores na mesma proporção da desvalorização do dólar e da moeda inglesa, ou seja, os afetariam em relação aos insumos e bens de capital, transporte etc. Essa situação favoreceria os especuladores na medida em que induziria a desenfredda compra de estanho para logo vendê-lo na Bolsa de Valores de Londres ou Nova Iorque, provocando, depois, uma queda brutal dos preços. Assim, “a desvalorização do dólar não favorece à mineração boliviana” (*Presencia*, 23/2/73). Veremos que este diagnóstico se tornou acertado. Entretanto, o que nos interessa, aqui, é mostrar como uma crise econômica se converteu numa crise política de tamanha dimensão provocada pela política econômica da ditadura militar: a CEPB passa da ofensiva à defensiva diante o governo; mas a crise explode no seio da FPN e se converte numa das principais crises políticas que abalam o regime, constituindo-se assim num outro fator potencial de instabilidade política no subperíodo 1971-74.⁴⁸

Finalmente, o processo de modernização do aparelho estatal ganha uma nova configuração interna, isto é, também é impulsionado pelos agentes estatais. Nesse sentido podem se explicar a proliferação de planos nacionais de desenvolvimento elaborados pela burocracia estatal desde 1962 (“Plano Decenal”). O plano mais significativo foi o denominado “Estratégia Socioeconômica do

reservas monetárias são beneficiadas pela desvalorização do dólar, e cuja diferença é favorável; 4) o país é favorecido pelas obrigações internacionais – aparentemente seria uma desvantagem, diz o ministro, mas no balanço das vantagens e desvantagens, “cremos que a posição é favorável ao país”; além disso, “a rebaixa do dólar significa que provavelmente nossas importações gozarão de menores preços e nossas exportações entrarão dentro de um plano competitivo internacional”; 5) os circulantes houvessem diminuído se se revalorizava o peso, ficando em \$b 18 por dólar (o que a nosso ver, não alteraria em nada esse quadro econômico negativo), e o resultado seria “menos pesos bolivianos para utiliza-los para o desenvolvimento, menos salários” (*Presencia*, 15/2/73). Os salários se mantiveram congelados; e a resposta do ministro, diante de qualquer eventual pressão sobre seu aumento, é a de que provocaria uma espiral inflacionária.

⁴⁸ A FSB ataca o MNR porque o ministro de Finanças, filiado a esse partido, formulou a política econômica com consentimento de Estenssoro; este ataca ao governo porque tal política foi ditada pelo FMI; o Alto Comando Militar e os empresários da mineração média apoiam Banzer porque tais medidas se enquadravam na política de “estabilidade com desenvolvimento” adotada pelo governo; o MNR inicia um processo de divisão interna, pois Humbolt, que reivindica presidência do partido se alia ao governo; os ministros independentes (sem partidos) passam a se solidarizar com Banzer; e os partidos da pequena burguesia (PDC, PRA) passam a atacar incisivamente o governo. O representante do FMI na Bolívia Eliahn Kreis justifica que tal medida seria contingente: “Esta desvalorização não foi até agora comunicada fundamentalmente. Portanto, os mercados internacionais ainda não reagiram sobre esta decisão dos EUA. Para legalizar esta situação, em primeiro lugar, é necessária a autorização do Congresso dos Estados Unidos para, depois, comunicar esta decisão ao FMI para que seja aprovada pelo seu diretório” (“Rueda de Prensa en Min. de Finanzas”, *Presencia*, 15/2/72). É este o contexto político em que de deflagrou a crise econômica e política.

Desenvolvimento Nacional – 1971-1991”, elaborado no governo Ovando (1969-70), mais nunca se chegou a concretizar. O resto dos planos serviram mais como propaganda política governamental e como instrumento para conseguir empréstimos financeiros, mas nenhum deles foi levado a sério tanto pelos países capitalistas centrais como pelos organismos financeiros internacionais. O caso paradigmático, no período que nos ocupa, foi o famoso Plano Quinquenal 1976-80, que previa um investimento de cerca de 3 bilhões de dólares para desenvolver o país. Contudo, nem os 500 milhões de dólares que previa conseguir a ditadura banzerista no primeiro ano (1977) foi concretizado devido à crise de confiança da economia boliviana - que entrava em franca crise - pelo capital financeiro internacional.

Contudo, dentre as reformas administrativas importantes que contribuíram para a expansão do aparelho estatal e da burocracia durante a ditadura banzerista, podemos mencionar duas. Primeira, a aplicação de parte das reformas administrativas adotadas no governo Torres, como por exemplo, a criação das Corporações Regionais de Desenvolvimento, dentre as quais as mais importantes foram a CORDECRUZ e a CORDEPAZ. Estas servirão mais para transferir e drenar capital público para as burguesias locais e regionais do que para desenvolver as regiões, além de serem utilizadas por estas como “cavalo de batalha” num duplo sentido: para reivindicar maiores recursos monetários e para se contrapor à administração central. A criação dessas autarquias regionais acabou incentivando conflitos permanentes no seio da burocracia estatal e no bloco no poder, os quais se configuraram como uma verdadeira luta regionalista que provocaram instabilidade política.

Segunda, a criação de um conjunto significativo de órgãos e agências estatais que serviram, de um lado, para adequar melhor o aparelho estatal às exigências do aparelho econômico, influenciado pelo capital americano nos setores dominantes da economia boliviana: o processo decisório estatal deveria ser “rápido e eficiente” (conforme as recomendações da PAS [1973]); de outro, para realocar os recursos provenientes dos empréstimos externos aos diversos setores demandantes de divisas – mormente foram absorvidos pelos setores bancário, mineiro privado e agro-

industrial. A luta pela realocação de divisas concentrou-se no Orçamento Público que passou a ser diretamente controlado pelo Executivo (A Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo, junho de 1972). Logo se criaram o INI e o CONEPLAN em 1971-2, o INDEF e o INALPRE a partir de 1974; estes estavam articulados ao Ministério de Finanças e ao Banco Central. Por exemplo, para a apresentação e aceitação de qualquer projeto de desenvolvimento, elaborado tanto pelo setor privado como o estatal, a norma era a de que primeiro devia passar pela avaliação de um Comitê de Projetos composto por esses órgãos e agências estatais. A pertinência do projeto era definida pelo CONEPLAN; se este o considerava apto, ele era integrado ao Orçamento Público e ao Plano Operativo para, finalmente, ser aprovado pelo Executivo. Na realidade, essa norma dificilmente foi seguida, o que acabou agravando os conflitos entre os setores da burocracia estatal dominante, setores da burguesia de Estado e o bloco dominante (voltaremos a este tema no último capítulo). Em suma, o Orçamento converteu-se num dos meios importantes para transferir capitais ao setor privado e numa das principais fontes de rendimentos para a burocracia estatal e para as frações detentoras do aparelho de Estado.

Podemos assim concluir esta parte dizendo que a modernização do aparelho estatal (com especial ênfase nos ramos de aparelho militar e a burocracia encarregada de definir a política econômica, e que se patenteou no reforço do Ministério do Interior e do Ministério de Finanças) foi, no fundamental, adequada às condições exigidas pelas agências e aparelhos do Estado americano e pelo capital preponderante oriundo desse país, processo esse que também era do interesse do Estado burguês boliviano dependente. Assim, tal processo se configurou como uma modernização conservadora e violenta, e contribuiu com a reprodução de crises econômicas e políticas e de fontes potenciais de instabilidade política. Esse processo de modernização não deve ser confundido como um indicativo de “regressão colonialista” ou uma situação neocolonialista, como tentam justificar vários autores (Almaraz, e indiretamente por Mortimore [1981] influenciado por Petras, e abertamente por Whitehead [1969]); ou então, o extremo oposto, um “imperialismo sem colônias”

(como sustenta Magdoff). Ora, nos seus estudos sobre os Estados da periferia do capitalismo que conquistaram sua independência diante das potências coloniais européias nos anos 40 e 50, Alavi (1990) tinha mostrado em 1972 que as sociedades pós-coloniais (é o caso de Paquistão e Bangladesh) herdaram do período colonial um aparelho estatal altamente desenvolvido em relação a sua estrutura social interna. No período colonial, a “superestrutura” ficou bastante desenvolvida em relação à “estrutura” (sua base econômica seria a própria estrutura metropolitana). Mas esta se separa no momento da independência (tese oposta a defendida por Evers [1985]), possibilitando o desenvolvimento das funções básicas desse *Estado Nacional*, mesmo num contexto de dependência, com uma autonomia relativa perante o capital estrangeiro e as classes ou frações burguesas locais. Justamente por ter “força” própria, ele seria mediador/árbitro – essa seria uma das funções importantes detectada por Alavi, afastando-se das concepções instrumentalistas do Estado – dos conflitos de interesse entre as três classes fundamentais das sociedades pós-coloniais: a burguesia metropolitana, a burguesia local e os grandes latifundiários. A outra função básica do Estado seria a de preservar a ordem social vigente: a instituição da propriedade privada e a dominação do modo de produção capitalista. O Estado permanecerá sob a influência das burguesias imperialistas das metrópoles para manter sua dominação nas sociedades pós-coloniais. E essa influência é exercida através da burocracia estatal (civil e militar), particularmente nos investimentos feitos para seu fortalecimento. É por isso que o maior beneficiário da autonomia relativa do Estado seria o próprio imperialismo (o termo utilizado pelo autor é neocolonialismo), porque confere a seus respectivos governos a suficiente abertura aos interesses externos na elaboração da política nacional (“ajuda” metropolitana, etc.). Sem insinuar que o caso boliviano pré-1952 atravessava uma situação colonialista, como sustentam os autores bolivianos nacionalistas (Carlos Montenegro, o ideólogo do MNR), o processo de modernização analisado por nós, seguiu, nos seus aspectos gerais, os traços indicados por Alavi. E ainda mais, a complexidade do caso boliviano não se diferencia de outros processos na América Latina, mas adotou um traço peculiar conforme mostrou a nossa análise: foi

ganhando mais força nos anos 40 (como mostra o trabalho de Mitre [1993b]),⁴⁹ se aprofunda depois de 1952 e se acelera nos anos 70. O outro aspecto peculiar desse processo é a criação “pelo alto” de duas frações importantes da burguesia interior, analisado no segundo capítulo.

3.2.1.5 Exemplos emblemáticos da prática de extração de matérias-primas e sobrelucros imediatos pelo capital americano

Passemos agora a ilustrar as duas formas típicas de intervenção do Estado e do capital americano na Bolívia. Em primeiro lugar, comecemos com as transnacionais americanas. Com o fim de concretizar seus interesses econômicos e políticos, especialmente diante de economias fracas e atrasadas, tais firmas exercem múltiplas pressões, legais e ilegais (boicote sistemático, chantagem política, fraude, extorsão e pilhagem dos recursos energéticos e do capital público e nacionalizado etc.), sobre os governos desses países. Entre as pressões legais, sabe-se que elas são amparadas tanto pelo aparelho de Estado americano e suas agências internacionais como pela estrutura jurídica internacional montada para protegê-las fora do país (direito burguês internacional). Uma das cláusulas dessa legislação é a *Emenda Hickenlooper*,⁵⁰ um instrumento jurídico eficiente contra as

⁴⁹ Isso não significa que o processo de modernização tivesse começado nos anos 40. Na verdade ele se inicia antes (estaria relacionado, de alguma maneira, com o “surto” de desenvolvimento da economia argentífera e logo com o processo da economia estanífera ao longo das três primeiras décadas do século XX. Excluindo a concepção do “Estado feudal-oligárquico”, em 1946 a Tese de Pulacayo (Cf. Lora, 1987) detectou muito bem o caráter da economia boliviana e sua inserção no mercado mundial. Consultar também: Gallo (1991), Lorini (1994) e Lehman (1999).

⁵⁰ Essa Emenda foi aprovada pelo Congresso americano em 1970, a qual fazia parte da legislação sobre a Ajuda Externa. Ela protege as firmas americanas diante das nacionalizações feitas por qualquer Estado na periferia do capitalismo. E reflete a “doutrina dos atos do Estado” americano, atrelada à regulamentação interna, evidentemente, unilateral, que visa obter reparações econômicas (inclui a aplicação de punições como embargos comerciais, boicotes etc.) amparado na lógica do “direito internacional consuetudinário”. Vale dizer, parte do suposto segundo o qual o “direito internacional” estaria sendo aplicado por um tribunal interno com base na regra de que a *restitutio ad integro* seria uma reparação reconhecida, o que é altamente duvidoso porque a justificação do dano que deveria ser reparado (pela nacionalização) não deriva de uma investigação do *consentiu juris* – isto é, das partes envolvidas e do direito e soberania do Estado nacionalizador. Deve ser lembrado que os aspectos essenciais dessa lei provêm da teoria restritiva da imunidade soberana, baseada no direito consuetudinário internacional e aplicada pelos Estados Unidos pelo menos desde 1952: estipula a regra segundo a qual um Estado não goza de imunidade diante das demandas nos países estrangeiros no que toca às reclamações surgidas em contra dele por funções comerciais, e não de ordem pública, ou seja, estritamente governamentais. Essa teoria foi aperfeiçoada ao longo dessa década, fornecendo um complexo sistema jurídico que justifica a demarcação da fronteira das funções estatais, que seriam essencialmente atos de governo, e as funções das empresas, numa clara proteção jurídica das grandes e médias firmas americanas. A famosa “Reformulação da lei de relações exteriores dos Estados Unidos 1956-1965” pelo Instituto Americano de Direito foi orientada nesse sentido – isto é, serviu para

nacionalizações. Entre as principais sanções estão: a suspensão da ajuda econômica governamental e dos créditos internacionais; o bloqueio dos principais produtos de exportação aos Estados Unidos.⁵¹

Os casos que logo exporemos se enquadram nesses tipos de pressões. O governo Ovando (1969-70) anulou a lei do petróleo de 1956 e nacionalizou a subsidiária da Gulf Oil na Bolívia que detinha o monopólio desde aquele ano. Esta lei, que havia oferecido vantagens extremas ao capital americano que operou no setor energético (semelhante ao Código Minero de 1965), concedeu a extração e comercialização unilateral dos produtos petrolíferos à Gulf. Em dezembro de 1972, o governo Banzer se comprometeu a pagar 78,6 milhões de dólares de indenização a essa firma (alguns autores mencionam que o total indenizado passou dos cem milhões). Ademais, o contrato de indenização, imposto pelo governo americano através da aplicação da Emenda Hickenlooper, com respaldo do Banco Mundial, previa a recuperação do monopólio da exploração e comercialização do petróleo e do gás no país pela Gulf. A indenização seria paga num período máximo de oito anos. Incluía também o desconto de 19,5% do total das exportações, que corresponderiam à Gulf, em razão das amortizações do capital indenizado. Além do mais, o contrato de indenização obrigava o governo boliviano a manter um ritmo acelerado e intensivo de exploração dos dois principais produtos de exportação para pagar, no tempo previsto, a dívida à empresa estrangeira. Em suma, segundo cálculos de Quiroga (1979:77-78), o montante da indenização corresponderia ao lucro anual da Gulf pela exportação desses produtos energéticos mais o desconto de 19,5%. O que significaria que o país teria

quebrar a resistência das ações de qualquer cartel estatal ou privado estrangeiro, ou então neutralizar os efeitos e conseqüências econômicas que afetariam às firmas americanas que operam no exterior. A nosso ver, essa lógica do direito burguês internacional foi aplicado especialmente nos setores petrolífero e mineiro em benefício das grandes firmas americanas. Sobre estes temas, Cf. Oliver (1977).

⁵¹ Em julho de 1971, antes do golpe banzerista, os EUA advertem a América Latina: “nacionalizações não indenizadas dificultarão concessão de créditos”. Nesses casos, esse país impediria a aprovação de créditos para países que não tenham demonstrado “boa fé” nas negociações para a indenização de propriedades estrangeiras nacionalizadas, diz o secretário do Tesouro para assuntos latino-americanos John Petty (*Presencia*, 20/7/71). Depois, Nixon adverte aos países onde cresce o nacionalismo econômico: “se não há indenização a ajuda dos Estados Unidos ficará suspensa diante das expropriações” (*Presencia*, 20/1/72).

perdido, em quase oito anos, cerca de 700 milhões de dólares: o que equivaleria ao montante das operações e dos lucros de apenas uma firma americana nesse período de tempo.⁵²

E o caso não fica por aí, conforme já se salientou no segundo capítulo. A intervenção da Gulf, corroborada pelos grandes bancos americanos, acelerou a falência da empresa petrolífera estatal boliviana (YPFB). Conforme o acordo entre o governo e a Gulf em 1972, a YPFB devia reservar entre 50% e 54% do total das suas divisas provenientes das suas exportações no subperíodo 1974-78, as quais eram canalizadas a um fundo fiduciário administrado pelo FNCB. O *Bank of America Trust and Saving Association* não fica atrás e intervém dando o golpe de graça: passa a controlar praticamente o resto da renda da YPFB proveniente da exportação de petróleo, retendo-a em fideicomisso para pagar empréstimos externos contraídos para construir e ampliar as refinarias locais.⁵³

O outro caso paradigmático da intervenção do capital americano na Bolívia é o das firmas gigantes USSC e MCPC. Em 1966, a Junta Militar arrendou a mina Matilde (rica em diversos minérios, principalmente zinco), por um período de 30 anos, às duas firmas americanas, as quais formaram o consórcio Matilde Mines Corp. (MMC). O governo Torres (1970-71) consegue nacionalizá-la sem pagar indenização. Depois de 1971, o governo Banzer, pagou uma indenização, sobreavaliada, de 13,4 milhões de dólares, quando os investimentos feitos pela MMC chegavam apenas a 5,9 milhões. Naquela ocasião, os advogados da MMC travaram uma batalha jurídica contra o governo boliviano

⁵² Cálculos nossos. Em maio de 1975 o *Wall Street Journal* revelou que a Gulf Oil tinha subornado os governos Barrientos e Banzer com uma soma de dinheiro que oscilava entre 1 milhão e 4,2 milhões de dólares. Tal escândalo repercutiu negativamente na ditadura banzerista, sendo noticiado pela imprensa nacional praticamente todo o mês de maio (ver *El Diario* de 4/5/75 a 28/5/75). Os funcionários da firma justificaram que não poderiam revelar nomes porque estaria em jogo o patrimônio da Gulf, avaliado em 700 milhões de dólares (é curioso que este montante coincide com os nossos cálculos hipotéticos dos lucros da Gulf na Bolívia em 8 anos). Para atenuar o escândalo, um relatório do governo americano sobre a ajuda militar para América Latina revelou que, no caso boliviano, a ajuda americana teria chegado a 700 milhões de dólares no período 1945-74 - a lista é encabeçada pelo Brasil, com 4,8 bilhões; a Bolívia ocupa o sexto lugar, seguida do Peru (Cf. *Presencia*, 14/1/75). Devemos manter cautela em relação a esses dados: o que estaria por traz desse argumento é o de que, se uma única firma americana extraíria lucros equivalentes a essa ajuda num período de tempo relativamente curto, estes já teriam sido pagos pelo governo americano ao país. Desde o exílio, Torres denuncia que seu governo foi deposto pela CIA e pelo "capital financeiro internacional", do qual fazia parte a Gulf. Estes tiveram o apoio da FPN, integrada pelo MNR, FSB e os militares. O governo instaurado em 1971 elaborou a nova lei de investimento e do petróleo, facilitando assim o retorno da Gulf ao país (*El Diario*, 17/5/75).

⁵³ Sobre os dois casos, consultar: YPFB, *Memoria Anual 1978* e *Gestión 1978*, apud Mortimore (1981:148). Deve ser lembrado que a dívida interna e externa contraída pela estatal boliviana, no período 1971-79 chegou a 515 milhões de dólares, mais alta que a da COMIBOL.

para “recuperar” o capital investido na mina. Na verdade, as negociações, por parte dos antigos arrendatários da mina, estiveram caracterizadas pela prática permanente de extorsão dos recursos do país: a soma exigida pelas firmas asseguradoras da MMC era inicialmente de 16,7 milhões de dólares. Contudo, a MMC não somente queria recuperar o seu capital investido, com um enorme acréscimo, mas também pretendia ser dono da mina. O valor das jazidas de zinco da mina chegava a 64,6 milhões de dólares. Nesse sentido, a MMC queria obter cerca de 78,5 milhões em troca de 5,9 milhões de dólares.

Na negociação do pagamento da indenização à MMC, intervieram o Banco Mundial (BM) e o governo americano. Naquela ocasião, o governo Banzer teve que fazer um empréstimo ao BM, em condições onerosas para o país, para efetivar o pagamento. Em virtude do crédito outorgado ao governo boliviano, o BM impôs suas prerrogativas políticas: o governo deveria excluir da administração estatal (COMIBOL) a Mina Matilde, passando a ser administrada pelo governo americano, cujos gastos (técnicos e funcionários estrangeiros) corria por conta do Estado boliviano. Além do mais, o país não receberia nenhum benefício da exploração da mina até que o governo pagasse o crédito adquirido para a indenização (ver Almaraz, 1988 e Quiroga, 1979). Na verdade, a organização da produção e o controle do processo produtivo foi dirigido pelas mesmas firmas americanas (Intermills Product Corp., subsidiária da USSC, e a P. Brothers), contribuindo com o colapso da COMIBOL. Em 1978, os funcionários da empresa estatal boliviana denunciavam a enorme perda econômica da mina Matilde em razão do “caráter lesivo e leonino dos contratos de comercialização” com tais firmas (contrato que foi firmado pelo diretoria da COMIBOL em março de 1975):

[...] chega-se à conclusão de que não lhe convém à Comibol economicamente continuar entregando sua produção sob os termos e preços estabelecidos nos contratos de compra-venda subscritos com os senhores Intermills Products Corp. e Phillips Brothers N.Y. [...], a não ser que eles sejam motivo de profundos câmbios em sua estrutura para obter sua melhora. [...] os preços obtidos em alguns dos contratos referidos, não alcançam nem para cobrir os custos de produção e menos ainda para os de comercialização. [...] Se chegou a tal situação nas *circunstâncias atuais e citamos como exemplo o caso do zinco*

*de Matilde, que mais conviria à Comibol parar a produção que continuar entregando concentrados com perda, o que ultrapassa todo limite razoável (Última Hora, junho de 1979, apud De la Cueva: 19; grifo do autor).*⁵⁴

Acrescente-se que o impacto negativo para a economia do país provocados pela intervenção dessas duas firmas americanas foram maiores: os investimentos estrangeiros diretos (que já eram escassos) foram negativos: -3,7 milhões de dólares entre 1965 e 1969, e -20,9 milhões entre 1970 e 1974. Vale dizer, um claro processo de desinvestimento e o envio de remessas de lucros e dividendos para o exterior pela Gulf Oil e pela MMC (Mortimore: 137).

Em suma, os fatores “instabilidade política” e “experiência de nacionalizações” não são obstáculos determinantes para à intervenção do capital monopolista americano/estrangeiro na Bolívia. Contudo, os impactos dos métodos de intervenção foram devastadores para o país na medida em que, ao invés de contribuir com a estabilidade econômica e política, converteu-se em outra fonte potencial de instabilidade geral, que se acentua na ditadura banzerista. O que redundou, por outro lado, no aprofundamento da maior espoliação dos recursos energéticos, verificando-se a observação de Marx segundo a qual quando um país é mais atrasado a exploração tende a ser maior, e acrescentamos, as suas fontes naturais de riqueza se convertem numa desvantagem comparativa. Portanto, o “pânico” do grande capital monopolista americano/estrangeiro funciona, para utilizar um termo de Therborn (1995), como uma “contra ideologia” diante da ideologia nacionalista dos países atrasados com marcada experiência de nacionalizações, e que serviu como uma arma eficaz para destruir os obstáculos políticos e institucionais à penetração e domínio do capital monopolista americano.⁵⁵

⁵⁴ Deve ser lembrado que em dezembro de 1971 a Intermills Products obrigou à ditadura banzerista modificar os contratos com a Comibol em seu proveito. E a forma dessa pressão foi feito através do método do dumping. Ela detinha a exclusividade do contrato de transportar e comercializar zinco nos Estados Unidos: passou a bloquear 20 mil toneladas do minério que ficaram num porto do pacífico (Matarani), negando-se a cumprir o contrato. O seu objetivo era duplo: exigir o pagamento de indenização a favor da firma americana (MMC) que detinha o antigo contrato (revertidos durante o governo Torres), e adquirir a exclusividade de associação (joint-venture) com a Comibol, dona da mina Matilde, de onde provinha o minério que a empresa comercializava. O então ministro de Mineração Serrate (MNR) qualificou de inadmissível a atitude e exigências da firma americana e denuncia essa situação publicamente. O Estado perderia 800 mil dólares anuais, pois a mina produzia 80 mil toneladas de zinco por ano. Cf. Presencia, 23/12/71.

⁵⁵ Dissemos que tal ideologia foi um eficiente antídoto contra as nacionalizações e como alavanca para aprofundar o processo de desnacionalização. Uma das principais frações da burguesia interior (setor da mineração média) endossou completamente tal ideologia – que foi reforçada pela ideologia dos antigos “barões do estanho” (a vocação mineira) - como arma de luta, na pressão

Assim, o processo de nacionalização/desnacionalização da economia boliviana configurou-se como uma das fontes importantes de instabilidade econômica e política ao longo dos anos 50 e 60. Nos anos 70, o processo de desnacionalização entrou numa fase acelerada (tema que será examinada no capítulo cinco).

3.3 Caráter da prática econômica das classes dominantes bolivianas

A lógica de acumulação determinada por um tipo particular de prática dos principais agentes econômicos estrangeiros (principalmente das frações dominantes do capital americano), que temos denominado maximização da extração de lucros imediatos, também se aplica às principais classes dominantes e frações dominante bolivianas. Entretanto, tal prática adota uma forma diferente: uma prática econômica peculiar determinada pelas condições do processo de acumulação num país dominado pela economia mineiro-extrativa. Para explicar a peculiaridade dessa prática nos baseamos na seguinte hipótese explicativa: a prática de acumulação de lucros no menor tempo possível segue a lógica de funcionamento da indústria mineiro-extrativa de acordo com a combinação de três fatores importantes: 1) o investimento para o funcionamento de uma unidade produtiva; 2) a variação da oferta/demanda dos metais no mercado mundial; e 3) o fator político: o Estado – isto é, as possibilidades de direcionamento da política econômica favoráveis à reprodução das condições essenciais desse tipo de economia, independentemente do fator negativo (“instabilidade política”) alegado pelos agentes econômicos internos e pelo capital estrangeiro. Assim, dado o caráter contingente do ciclo extrativo, a maximização do lucro no menor período de tempo aparece como um elemento inerente ao funcionamento e reprodução desse tipo de economia. A racionalidade do processo de extração de mais-valia e de lucro seria sobredeterminada por esse caráter contingente: a

para acelerar o processo de desnacionalização, contra o Estado populista nos 50 e inícios dos anos 60. Relembremos que nenhuma das firmas da mineração média (dominada pelo capital americano) foi nacionalizada.

combinação dos três fatores mencionados e se patenteia no princípio “minimização dos riscos e maximização do lucro”.

A pergunta que se impõe é: como explicar então a regularidade da extração de lucros a médio e longo prazos pelas firmas do setor privado? Ou por outra, o caráter contingente do funcionamento da economia mineira (ciclo extrativo) acaba eliminando o caráter racional do processo de acumulação de capital? Evidentemente a resposta não é simples. Arrisquemos uma resposta teórica do caso boliviano com base nas análises de Woodhal (1983) e Jones (1986) sobre o ciclo mineiro-extrativo e o grau de risco do empreendimento. Antes de mais nada, vejamos o que os autores sustentam sobre os temas. Woodhal descreveu o funcionamento do ciclo mineiro baseado em cinco etapas (gerativa, descobrimento e avaliação, viabilidade, desenvolvimento e produção) e caracterizou os riscos e benefícios dos projetos mineiros.⁵⁶ Um ciclo teria a duração de 30 anos e para seu desenvolvimento requereria, no mínimo, 30 milhões de dólares (fluxo-de-caixa) e o risco variaria de zero a 1. O risco seria quase total nas primeiras duas etapas, cuja duração seria dez anos, e iria diminuindo paulatinamente (caindo 50%), tendendo a se aproximar a zero a partir da terceira etapa. É curioso que o maior fluxo de investimento se iniciaria na etapa de viabilidade, tendendo a aumentar e a declinar, bruscamente, na etapa de desenvolvimento (em 15 anos). A partir do décimo-oitavo e vigésimo anos, nas últimas duas etapas (desenvolvimento e produção), o risco seria controlado: os investimentos seriam recuperados e a unidade produtiva geraria lucros equivalentes ao capital investido. Note-se que o capital mínimo necessário para iniciar o ciclo - que passamos a denominá-lo *capital de risco*, uma parte do capital geral (investimento) para o funcionamento de qualquer unidade produtiva - é relativamente elevado, assim como também elevado o risco.

Jones ampliou esses conceitos e modificou o gráfico de Woodhall com o fim de caracterizar os benefícios (rendimentos) de um projeto mineiro-tipo.⁵⁷ Para este autor, o ciclo mineiro teria uma

⁵⁶ Ver *Gráfico I* elaborado por Woodhall e reproduzido por nós no *Anexo de Quadros e Gráficos* (Gráfico 1) deste trabalho.

⁵⁷ Ver *Gráfico II* elaborado por Jones (1986:177), o qual se encontra no Anexo citado, ver Gráfico 2.

duração de 30 anos. Duas seriam as etapas fundamentais: exploração e desenvolvimento. Para explicar os benefícios obtidos, insere a variável entrada/saída de caixa (capital de risco e outros investimentos) e toma em conta seis fases ou campos que coincidem com a movimentação do capital. Para termos uma idéia dos benefícios e rentabilidade de um projeto mineiro com alto investimento de capital estrangeiro (em média 50 milhões de dólares), os investimentos seriam mínimos (fase de exploração) em quase 14 anos, aumentando subitamente, na metade do ciclo, para cerca de 25 milhões de dólares (saídas de caixa), o que coincide com a fase de desenvolvimento da mina. Também haveriam riscos variáveis dificilmente quantificáveis com precisão. Contudo, a recuperação do capital de risco e dos investimentos (rentabilidade) aparece justamente na metade do ciclo: as entradas de caixa se aproximam dos 40 milhões (lucros, incluído o custo operacional), um crescimento sustentado que se estende por 15 anos, mas não especifica a porcentagem do lucro de retorno anual. Tratar-se-ia de um projeto financiado na sua totalidade pelo capital estrangeiro e com uma alta rentabilidade. Entretanto, é curioso que os campos que representam a parte dos lucros (campos 4: reembolso + juros transferidos diretamente ao exterior; e 6: pagamento de imposto ao governo e remessa para os acionistas) são quase iguais, aparecendo o campo seis com a maior cota dos lucros, que se distribuiria “equitativamente” entre o governo e os empresários, cujos benefícios para o país – segundo o autor - seriam enormes.

Neste caso – diz Jones – se [enviam] remessas ao exterior que permitam recuperar o capital e juros *no menor tempo possível*, o que geralmente se consegue explorando primeiro a melhor parte do depósito de minérios (1986:179-80; grifo nosso).⁵⁸

Note-se também que o investimento (capital de risco) para iniciar um novo ciclo é pequeno no início e alto no “surto” produtivo.

⁵⁸ A representação dos possíveis benefícios para o país seriam os seguintes: o campo 3, pois parte dos custos operacionais seriam salários e materiais comprados localmente; o campo 5, caso o capital de exploração for reinvestido; o campo 6, que corresponderia aos impostos e royalties sobre o minério extraído. Caso qualquer empresa mineradora de capital nacional participasse, mesmo que de forma minoritária num projeto, parte dos dividendos e dos lucros do capital investido também ficariam no país mineiro (Idem.: 1986:179-80; ver *Gráfico II* à pág. 180).

Não espanta que o modelo de Jones tenda a ser sobredimensionado tanto no tempo do ciclo mineiro (30 anos) como no volume mínimo de capital de risco (50 milhões de dólares). Somente o capital monopolista teria as possibilidades de empreender um tipo de projeto dessa magnitude. Mas mesmo assim, o risco continua grande, ao qual se acrescenta outros fatores de risco: o político. No caso da América Latina – argumenta o autor –, o risco político da região foi alto devido à falta de estabilidade, de cumprimento dos acordos firmados e de políticas mineiras a longo prazo etc. Em geral, abstraído os fatores externos (instabilidade política, péssimo conhecimento prospectivo da potencialidade das jazidas, legislação mineira desfavorável), Jones detecta que o risco principal da mineração seria o de perder parcial ou totalmente o capital investido (capital de risco) no início de qualquer projeto. Assim, num projeto “tipo”, o investimento seria mínimo na etapa de exploração (cerca de 14 anos), aumentando bruscamente no início da etapa de produção. Todavia, como a indústria mineira esta sujeita aos ciclos de preços determinados pelos distintos mercados de minérios, e que são de menor duração que a vida útil de um projeto, desde a etapa inicial até a final, as firmas mineiras de capital privado reivindicam que as políticas impositivas e legislativas deveriam permitir que os benefícios de ciclos de bons preços possam se acumular e não deveriam ser considerados como sobretaxas impositivas, com o fim de que a indústria mineira possa financiar a exploração de novos ciclos mineiros, conforme argumenta Woodhall.⁵⁹

⁵⁹ Deve-se esclarecer que Jones está escrevendo na metade dos anos 80: contexto de ofensiva ideológica do neoliberalismo, que favoreceu a instauração de um novo ciclo de intervenção do grande capital americano/estrangeiro na América Latina. Os problemas fundamentais do setor mineiro no continente, principalmente nos países mineiros tradicionais (Chile, Peru, Bolívia), que comprometeriam seu desenvolvimento e inibem o investimento estrangeiro, seriam três: 1) a oscilação política (instabilidade); 2) fraco conhecimento geológico (prospecção) de suas potencialidades de reserva mineralógica; e 3) crônica escassez de capital. Daí que as principais receitas do autor para atrair o capital estrangeiro se concentrem na solução dos dois primeiros pontos, e deveriam ser corroborados pela segurança dos títulos de propriedade para esse capital e o envio de remessas do capital investido a seus países de origem. Todavia, dado que a indústria extrativa se caracteriza pelo alto risco, aconselha a maior participação do papel do Estado para atenuar o risco, e este deveria atacar, em primeiro lugar, a instabilidade política e econômica, logo criar legislações especiais favoráveis e incentivos fiscais e, por fim, criar sociedades mistas – isto é, reduzir ao mínimo o alto risco a fim de equilibrar e reestruturar a empresa mineira com o fim de estabelecer um “equilíbrio harmônico” entre o capital nacional (privado ou estatal) e o capital transnacional. Noutros termos, o que Jones está sustentando é que – numa clara defesa ideológica a favor do grande capital estrangeiro – não haveria outra solução para a mineração nos países mineiros senão a associação com esse capital e o fornecimento de maiores concessões; e a formação de sociedade mistas seria a condição *sine qua non* da sua participação. O que significa, a nosso ver, transferir o maior ônus do risco ao Estado, modalidade que predominou nos anos 60 e 70 e se patenteou, no caso boliviano, no processo de desnacionalização da economia a favor de um “capitalismo privado”.

Podemos agora arriscar uma explicação teórica da prática econômica dos principais agentes econômicos no caso boliviano. Partamos do suposto de que o ciclo mineiro-extrativo é caracterizado pelo seu alto risco. Para o funcionamento de qualquer unidade produtiva (mina) de estanho requer também um capital de risco relativamente elevado, digamos, em média, 10 milhões de dólares, tal como supostamente teria ocorrido na compra de algumas minas por empresários bolivianos (o caso mencionado por Contreras [1989]: a compra das minas da Grace por G. Vea Murgia). Suponhamos agora uma unidade produtiva (firma da mineração média) privada que esteja funcionando com pleno rendimento com base nos dois primeiros fatores mencionados acima, e estes têm um caráter positivo: jazidas ricas em minérios de alta e média leis; extração, em média, de 500 toneladas de estanho fino por ano;⁶⁰ baixos custos de produção devido ao relativo investimento (capital de risco) apenas necessário para o funcionamento da unidade produtiva e preços favoráveis no mercado mundial. Suponhamos ainda que as condições de produção permanecem inalteráveis - isto é, alta exploração da força de trabalho devido aos baixos salários e quase inexistente aparelho reprodutivo da força de trabalho (baixo volume de capital variável), investimento apenas necessário de bens de capital, e relativa produtividade por unidade de produção. Admitamos, por outro lado, que o ciclo mineiro teria

⁶⁰ Dados da firma Avicaya, cuja produção chegou a 581,8 toneladas de estanho fino em 1978. As firmas com maior produção foram: 1) a Estalsa: 1.473, 6 t; 2) a COMSUR: 1.121,4 t; 3) International Mining: 707 t. Cf. ANMM, Annual Report 1978, p. 22. Também estamos supondo o funcionamento do Código Mineiro de 1965, altamente favorável ao capital estrangeiro e ao capital nacional: alíquotas impositivas mínimas, repatriação do capital etc. Cabe salientar que encontramos um modelo hipotético de um empreendimento mineiro semelhante ao de Jones, porém muito mais preciso no que diz respeito a inclusão de algumas variáveis como: impostos, geração de caixa e resultados de análise de fluxo de caixa. Trata-se do documento intitulado *Análise comparativa da mineração na América do Sul*, 1996 (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile Guiana, Peru e Venezuela). O empreendimento-tipo (que exclui o fator risco) se baseia nos seguintes elementos: 1) hipóteses básicas: a) uma unidade produtiva de ouro, com reserva de 1 milhão de oz; b) produção: 100 mil oz/ano; c) *timing*: 2 anos de implementação e 10 de operação; d) 100% das vendas no mercado externo e 100% de lucros distribuídos; f) investimentos: R\$ 60 milhões, sendo que 20 milhões cobririam a aquisição/obtenção e 40 milhões no desenvolvimento/implantação do empreendimento; g) preço relativamente estável (R\$ 390 oz, cujo custo operacional seria a metade), e os encargos de capital (depreciação, amortização, exaustão) seria linear no horizonte de vida útil; 2) as alíquotas de impostos e taxas (%): a) sobre as receitas é muito baixo, b) sobre lucro tributável, o da Bolívia (25%) e do Chile (15%) são os mais baixos (o mais alto é o do Brasil, 48%), c) sobre distribuição de lucros, variam de 12,5% (Bolívia, o mais baixo) a 20% (Chile); 3) geração de caixa: em todos os países são quase idênticos, variando de 11,4% a 14,9%, e os impostos/receitas variam de 10,8% (Chile) a 20% (Brasil), o da Bolívia é 11,6%; 4) resultados de análise de fluxo de caixa: em todos os países a média de anos de recuperação do capital investido (*pay back*) é de 4 anos e a porcentagem de lucro anual varia de 13,2 (Guiana) a 17,9 (Chile), o da Bolívia é de 17,4. Cf. Anexo 9: “Análise comparada de resultados econômico-financeiros de um empreendimento mineral hipotético”, pp. 109-111. Temos, aí, um excelente exemplo dos altos rendimentos de uma unidade produtiva mineira em pleno período neoliberal que não se diferenciou, no essencial, do período 1960-70. Naquele documento, todas as legislações sobre o setor são quase uniformes, amplamente abertas e altamente favoráveis ao capital estrangeiro.

uma duração, em média, de dez anos (a média no modelo de Jones é de 30 anos),⁶¹ cujo risco varia de zero a um, e o ciclo estaria composto das cinco etapas definidas por Woodhall. Aqui, o maior risco estaria nas duas primeira etapas, aproximando-se a zero nas três últimas. Daqui surgem duas possíveis conclusões gerais. Primeira: o capital de risco seria consumido, parcial ou totalmente, aproximadamente na metade do tempo do ciclo (5 anos), basicamente nas etapas de desenvolvimento e produção, coincidindo com o período de recuperação desse capital e produzindo lucros equivalentes ou maiores ao investido. Nessas condições, a tendência é a de produção de um grau elevado de mais-valia e de lucros relativamente altos. Desse volume de capital, a maior parte é transferida aos acionistas, que por sua vez, é investida substancialmente em outros ramos da economia, como comércio, bancos e serviços; ou então são imediatamente transferidos ao exterior com a justificativa de pagamento de juros dos empréstimos externos contraídos. Somente uma mínima parte é reinvestida para iniciar um novo ciclo, reaparecendo novamente a incerteza no novo empreendimento e, portanto, a urgente necessidade de novo capital de risco.

Segunda conclusão: dadas as mesmas condições iniciais do ciclo mineiro, a unidade produtiva quebra no primeiro ano por diversos motivos: avaliação errada da viabilidade do projeto, jazida esgotada, fatores de produção elevados que extrapolou o capital de risco, má administração etc. Suponhamos que os fatores que determinaram a falência foram a insuficiência do capital de risco e a má administração. Nestas condições, o empresário é impelido: a) vender sua mina, b) se associar ao capital estrangeiro em condições desvantajosas, c) arrendar sua mina aos pequenos produtores (cooperativas mineiras) e explorá-los ao máximo, d) buscar outra mina (a “veia salvadora”), e) ou esperar um tempo até conseguir novo capital de risco etc.

Note-se que nos dois casos o capital de risco é fundamental. No primeiro caso, os lucros foram consumidos ao ponto de bloquear o início de um novo ciclo e, mesmo se obtendo um relativo

⁶¹ Barragan (1986:36) calculou o tempo de vida de algumas minas da COMIBOL agrupando-as em três categorias: 1) inferior a 7 anos: 17 empresas; 2) entre 7 a 15 anos: 5 empresas; 3) superior a 15 anos: 3 empresas (Barragán,. Os nossos cálculos de tempo

sucesso, esse capital não é fácil de conseguir. No segundo caso, a obtenção desse capital é determinante. Nos dois casos, a lógica da incerteza, constitutiva do ciclo mineiro, é reinante, mesmo que se alargue ou se duplique o tempo do ciclo.⁶² A pergunta crucial então é: como os dois tipos de empreendedores mineiros conseguem o capital de risco? É aqui que entra, evidentemente, em jogo o terceiro fator.

Incluamos agora o papel do Estado. Permanecendo inalteradas as duas situações (crônica escassez de capital), o nossos empresários recorrem ao auxílio do Estado para conseguir o capital de risco; ou então, este é fundamentalmente fornecido por aquele. E quais seriam os principais mecanismos de fornecimento? Mencionemos os dois mais importantes: 1) empréstimos estatais com fundo perdido; 2) contrato de associação e participação entre o setor mineiro privado e as empresas nacionalizadas em condições amplamente favoráveis para o primeiro: subsídio de refinação dos principais minérios, utilização das instalações das empresas estatais, prospeção feitas a serviço do setor privado, liberdade de comercialização etc. – isto é, um tipo de transferência de capital público ao setor privado e reforçado pela sistemática valorização do capital mineiro-extrativo privado. E a principal estratégia adotada pelo setor privado foi o ataque ao setor público (empresas nacionalizadas), adotando a mesma prática econômica e política do grande capital estrangeiro e dos antigos “barões do estanho”: pressão pela quebra do monopólio estatal na comercialização e na refinação dos produtos. O que supõe o controle do aparelho estatal e a instauração de uma forma de Estado que viabilize, através da política econômica, a satisfação dos interesses econômicos imediatos (tal como mostra Jones: recuperar o capital no menor tempo possível e explorar ao máximo a jazida).

de vida (dez anos) de uma unidade produtiva tomam como base estes dados.

⁶² Devemos excluir ainda dois supostos falaciosos, opostos, baseados em critérios éticos/morais, presentes nas análises que já conhecemos: 1) a concepção de uma burguesia cleptocrática (Lavaud, Toranzo), que extrairia lucros *somente* da esfera da circulação – ou então, uma *lunpem-burguesia* como quer A. G. Frank (embora a extração de lucros da esfera da circulação seja também elevada e não contradiz a essência do funcionamento do sistema capitalista; no caso dos países periféricos, essa situação tende a se incrementar, conforme mostra as análises de Gerschenkron sobre as economias atrasadas européias da última metade do século XIX e Chudnovsky (1974) no caso colombiano nos anos 60); 2) uma burguesia “responsável” e “madura”, permanentemente castigada pelos impostos cegos ou irracionais do Estado – “vítima” do Estado (concepção da ANMM, patenteada nas análises dos empresários do setor: Sanchez de Lozada, e as dos “cães de guarda” da burguesia mineira como Contreras, Pacheco, Ballivian etc.).

E os principais dispositivos dessa política são: uma nova política mineira (nova legislação ou Código Minero de 1965, que inclui a redefinição da política tributária e a liberalização da comercialização de minérios), uma política monetária essencialmente inflacionária e a política de compressão salarial. Nestas condições, a busca incessante do capital de risco impele os agentes econômicos a incrementar seus ganhos (capital monetário) e que se traduz na maximização dos lucros no menor tempo possível. Assim, a racionalidade do funcionamento da economia extrativa, determinada pelo alto risco do ciclo mineiro, ganha maior complexidade, tendendo o ciclo a se reproduzir e se prolongar, a médio e longo prazos, com a cobertura do Estado.

Finalmente, e acrescentemos outro fator importante para que nosso modelo seja relativamente mais consistente: a concorrência entre produtores/comercializadores de minérios – este é, a nosso ver, constitutivo de toda unidade de produção (firma) capitalista: está presente nos dois primeiros fatores (investimento para o funcionamento da unidade produtiva e variação da oferta/demanda dos preços dos metais), sendo reforçado pelo papel do Estado. Na esfera de funcionamento do capital nacional a concorrência tende a ser acirrada e violenta, pelo menos em dois níveis: 1) luta do grande capital contra o médio capital no seio das firmas filiadas à ANMM, cuja principal expressão girou em torno da associação com o capital americano/estrangeiro, que controlam a produção e a comercialização mundial de minérios – não por acaso predominaram apenas duas ou três firmas monopolistas nacionais; 2) luta do grande e médio capital contra o pequeno capital, este associado na CNM, e contra as cooperativas mineradoras (FENCOMIN). Já na esfera de funcionamento do capital estrangeiro, a concorrência torna-se acirrada entre o grande e médio capital monopolista, mormente americano, como vimos no segundo capítulo. E essa luta teve impacto devastador na economia boliviana, nomeadamente contra o capital público e nacionalizado. Temos demonstrado, no segundo capítulo e ao longo deste, que a preponderância do capital monopolista americano no país é ostensivo. Num processo que denominamos desnacionalização, o papel do Estado boliviano foi crucial: permitiu assegurar, principalmente ao capital americano, a maior extração de matérias-primas e

lucros, mesmo num contexto de elevada instabilidade política. Já vimos que Jones (1986:179) insiste em que a função do Estado seria a de criar uma política mineira favorável a esse capital, além dele se empenhar em mantê-la mesmo em condições de oscilações políticas (instabilidade). Desse modo o Estado conferiria ao investimento de médio e longo prazos a estabilidade necessária para obter maior rentabilidade.⁶³

E aqui entra uma observação importante feita por Gerschenkron na sua análise sobre as experiências de industrializações em condições de atraso, como as economias européias do século XIX: as unidades produtivas tendem a ser grandes (domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros, ou grandes empresas estatais) e não pequenas ou médias. Entende-se assim melhor o processo de desenvolvimento econômico na Bolívia dos anos 70: o funcionamento das grandes empresas mineiras estatais que convivem com as grandes empresas americanas e apenas duas ou três empresas nacionais com caráter monopolista (COMSUR, EMUSA etc.).

Em suma, o funcionamento de uma unidade produtiva – e este é o aspecto fundamental – não se concretiza sem a intervenção crucial do Estado. E como funciona esta intervenção? Adequando o aparelho estatal às exigências do funcionamento do aparelho econômico – isto é, este adapta-se às condições de reprodução do ciclo mineiro-extrativo. Ou por outra, a extração de lucros imediatos pelos agentes econômicos do setor mineiro privado é predominantemente assegurada pelo fator político, isto é, pelo Estado. E como é assegurado esse processo de extração de lucros permanentes?

⁶³ Conforme já detectamos, Jones está interessado em que o Estado favoreça o desenvolvimento da mineração média (setor dominado pelas grandes firmas americanas na Bolívia), colocando as condições necessárias para que o capital de risco seja atraído a esse setor. Todavia, não apenas deve contribuir com a atenuação do risco mineiro (trabalhos de prospeção geológica), mas também se empenhar na difusão dos enormes benefícios que traria o capital estrangeiro investido. Para termos uma idéia dos benefícios e rentabilidade de um projeto mineiro com alto investimento de capital estrangeiro (em média 50 milhões de dólares), com base nas observações de Woodhall, Jones mostra os benefícios de um projeto mineiro-tipo. Tratar-se-ia de um projeto que foi financiado na sua totalidade pelo capital estrangeiro: o campo 4 representa as remessas de divisas ao exterior para pagar o capital investido e os juros no menor tempo possível, o que feito explorando ao máximo a jazida. A representação dos possíveis benefícios para o país seriam os seguintes: o campo 3, pois parte dos custos operacionais seriam salários e materiais comprados localmente; o campo 5, caso o capital de exploração for reinvestido; o campo 6, que corresponderia aos impostos e royalties sobre o minério extraído. Caso qualquer empresa mineradora de capital nacional participasse, mesmo que de forma minoritária num projeto, parte dos dividendos e dos lucros do capital investido também ficariam no país mineiro (Jones, 1986:179-80; ver *Gráfico II* à página 180). Já vimos que tanto o volume de capital como o tempo do ciclo mineiro, no modelo de Jones, se enquadra perfeitamente às exigências do grande capital estrangeiro. Mas mesmo assim, o risco continua grande e, para tanto, requer dos

Através de um processo complexo, cujos principais mecanismos se sintetizam naquilo que nós temos denominado processo de desnacionalização da economia boliviana, que adquire um ritmo acelerado nos anos 70 e adota a forma de transferência de capital público ao setor privado. No último capítulo analisaremos detidamente esse processo. Essa modalidade de acumulação de capital foi praticada pelo grande capital estrangeiro e pelas frações burguesas dominantes bolivianas, nomeadamente pelas frações preponderantes da burguesia interior.

3.3.1 Instabilidade política como vantagem no processo de acumulação de capital

Por enquanto, interessa identificar dois mecanismos peculiares que justificaram ideologicamente a prática econômica de extração de lucros imediatos pela nova burguesia mineira e que serve como modelo para ser aplicado à análise do resto das frações burguesas que preponderaram na economia durante a ditadura banzerista. Um diz respeito ao processo produtivo e o outro ao processo propriamente político (intervenção do Estado): 1) o baixo investimento e a alta exploração da força de trabalho; 2) a transformação de uma *suposta* desvantagem econômica (vulnerabilidade e instabilidade do funcionamento da economia mineira devido à acentuada oscilação dos preços dos metais no mercado mundial, alto risco no investimento, elevado custo de produção e política impositiva “irracional”) numa *vantagem* concreta favorável para acumular capital.

No primeiro capítulo vimos como a oscilação dos preços dos metais no mercado mundial, principalmente do estanho, acrescenta maior vulnerabilidade e, portanto maior instabilidade ao funcionamento do setor mineiro-exportador, motor da economia do país. A nossa análise detectou um fenômeno curioso, porém fundamental para explicar o caráter ideológico da legitimação da prática econômica que estamos tentando desvendar. Já vimos que a política econômica foi essencialmente

serviços do Estado através de sociedades mistas ou *joint-ventures*. A lógica do ciclo extrativo então é: minimização do risco (“risco compartilhado” com o Estado) e maximização da extração de lucros imediatos.

inflacionista que favoreceu os setores econômicos preponderantes, principalmente às frações que compunham o sistema hegemônico. Durante o período 1971-78 os preços dos principais metais (bem como os do gás e do petróleo) estiveram marcados por uma tendência de alta gradativa como efeito da crise do petróleo (ao mesmo tempo em que se manteve as políticas inflacionistas e de compressão salarial: os salários reais se mantêm num nível extremamente baixo, apenas para a reprodução da força de trabalho). Mais especificamente, seus índices foram melhores que os da década precedente, enquanto que os índices da produção permaneceram estagnados e, até sofreram um relativo declínio no final do período. Contudo, esse duplo caráter da economia (vulnerabilidade e instabilidade) como decorrência da oscilação dos preços – e este é o fenômeno curioso - apareceu como um *fato negativo e devastador* tanto para os grupos preponderantes do setor mineiro privado como para a burguesia de Estado que comandou as empresas mineiras estatais. Detectamos, então, não uma “ideologia de industrialização”, mas um tipo peculiar de ideologia de acumulação de capital que adotou a forma de “estabilidade com desenvolvimento” e cujo aspecto característico, no que tange aos produtores mineiros, foi a “minimização do risco e maximização do lucro”.

Vejamos mais de perto esse fenômeno. Do ponto de vista desses agentes econômicos, a solução do suposto problema passava pela atenuação do impacto negativo e devastador para os produtores e comercializadores-exportadores, o que implicava na “inevitável” aplicação de um conjunto de políticas compensatórias em dois frentes: nos aparelhos produtivo e estatal. Em relação ao primeiro aparelho, para compensar as perdas da diferença de preços (preços do produto final e do exportado) e manter lucros não muito baixos, os produtores reivindicaram a manutenção de salários baixos, a redução tanto dos custos de produção como dos investimentos ao mínimo, bem como a luta pela aplicação de uma política tributária minimalista - isto é, senão pagar imposto zero, pelo menos reduzi-lo ao mínimo possível. Em relação ao segundo, o Estado deveria ter um papel fundamental em três pontos essenciais: 1) aplicar uma reforma tributária urgente no setor; 2) controlar rigidamente os sindicatos porque provocam a queda da produção devido à indisciplina no trabalho (greves,

ausentismo, roubo de materiais e produtos etc.) e, principalmente por causarem instabilidade política e social no país; 3) intervir incisivamente no CIE com um duplo objetivo: lutar pela manutenção de cotas favoráveis de exportação de estanho, contra a política de diminuição de tais cotas impostas por esse órgão ao país (segundo produtor mundial); e aumentar a contribuição econômica no *buffer stock* com o fim de estabilizar os preços do metal no mercado mundial.⁶⁴ Numa palavra, o Estado deveria aplicar permanentemente uma política de valorização do capital mineiro-exportador.

Em suma, a situação acima mencionada mostra que os setores econômicos preponderantes da mineração privada, junto com os dirigentes das empresas mineiras estatais, aproveitaram os efeitos positivos do caráter vulnerável e instável do funcionamento do motor da economia boliviana: eles se lançam na corrida pela maximização dos lucros no menor tempo possível, convertendo uma suposta situação negativa (inculcada ideologicamente no conjunto da sociedade) em uma *vantagem concreta*. No plano político, eles tendem a transferir as causas da instabilidade política do país à ação do sindicalismo praticado pela COB, que induziria às massas populares e aos camponeses à se revelarem contra a ordem – a luta salarial é vista como um acelerador da instabilidade econômica e política.⁶⁵

Vemos, assim, que os efeitos dessa prática econômica provocaram diversos tipos de instabilidade na esfera política. Mais especificamente, tal prática deve ser considerada como outra fonte genérica de instabilidade econômica e que se converte em outro fator potencial de instabilidade política. Conforme Almaraz, a corrida pela nova situação extrativa das firmas mineradoras se verifica nos seguintes itens conseguidos através de decretos do governo militar em 1965: 1) levantamento das

⁶⁴ Para termos uma idéia, só em abril de 1975 a Bolívia contribuiu com 6 milhões de dólares ao *buffer stock* do CIE para impedir, num período três meses, a queda dos preços internacionais do estanho. E esse dinheiro foi emprestado pelo FMI (*El Diario*, 26/4/75). Em março de 1976 os EUA ingressam ao CIE e passam a controlar os preços mundiais do metal através da ameaça de venda de seu *stock* de estanho sobreacumulado.

⁶⁵ Não são poucos os autores oriundos das camadas médias que consideram as causas do atraso econômico do país na ação dos sindicatos que sempre reivindicaram o aumento salarial: o aumento deste significaria o estrangulamento do médio e grande empresário (incluídas as empresas estatais), e portanto, a capacidade do crescimento da economia. Essa concepção também aparece na maioria dos relatórios e planos americanos, do BM, FMI, Informe Musgrave, certos documentos da CEPAL etc. Sobre o setor mineiro, os mais importantes foram o Informe Ford Bacon & Davies, o Plano Tringular, o relatório Gillis & Petersen, os quais são corroborados pelos documentos constantes da ANMM e dos autores relacionados com essa instituição. Desde uma perspectiva mais ampla, porém que reflete essa ideologia, direta ou indiretamente, é a famosa concepção do “empate histórico” formulado por R. A. Mayorga (op. cit.); ver também Mansilla (1991, 1994) e Eróstegui (1996).

reservas fiscais de extensas áreas extrativas, que pertenciam à COMIBOL; 2) vigência de um novo código de mineração (Código Mineiro de 1965), o qual declara a livre comercialização de minérios. “Produzido o levantamento da reserva, os advogados estavam prontos: se lançaram como carreira de cavalos”. Ou então, “Os caçadores de minas farejavam como cachorros as pegadas dos geólogos e se lamentavam que não fossem americanos” (Almaraz, 1988:95-96).

As nossas hipóteses cobram maior relevância quando comparamos esse tipo de prática econômica das classes dominantes bolivianas e sua justificativa ideológica com às das classes dominantes argentinas apontadas por Sábato & Schvarzer (1985). Excluindo os problemas teóricos em vários aspectos (principalmente a concepção de uma “oligarquia” compacta e homogênea como direta causadora de instabilidade política e que, contraditoriamente, sempre detém o poder político), mostremos como, a título de ilustração, se processou tal prática no caso argentino. Segundo os autores, as classes dominantes argentinas foram bem sucedidas na criação de uma imagem (mormente aceita pelas camadas médias) que atribuiu as causas da crônica instabilidade e do caos no país às demandas e pressões populares. Elas apresentaram-se a si próprias diante da sociedade como defensoras “da ordem, seja conspirando contra os governos que o acusavam de perturbá-la, seja ainda reprimindo, a partir do governo, a oposição com o mesmo argumento”. Entretanto, um rápido balanço dos setores que se beneficiaram e dos que se prejudicaram “com a instabilidade política”, pode levar ao engano – argumentam os autores - na medida em que “parece forçoso pensar que os que perderam provocaram-na e o que ganharam procuraram evitá-la” (1985:164).

E qual o sentido e caráter dessa prática econômica? Resposta: uma prática de acumulação que utilizou diversos mecanismos de extração de lucros imediatos na esfera da circulação, prática essa que foi reforçada pelo controle do aparelho de Estado – isto é, o açambarcamento de capital monetário, um modelo de acumulação baseado na especulação e não o investimento produtivo. E

as principais características desse modelo, que se acentuam nos anos 60 com a inserção do país no sistema financeiro internacional, seriam: 1) o fortalecimento do controle do aparelho estatal para viabilizar uma política econômica para concretizar os mecanismos de extração de sobrelucros imediatos pela oligarquia; 2) uma política econômica fundamentalmente inflacionária - que permite o fácil acesso de divisas e a fuga de capitais - para valorizar o capital líquido (monetário). A inflação modificou o comportamento dos agentes econômicos e afetou o funcionamento do sistema, mas tal modificação não alterou - ao ponto de redefini-la no sentido de orientá-la para o investimento produtivo - a prática constante de extração de lucros imediatos pela oligarquia, bem pelo contrário, acabou reforçando tal prática econômica (1985:181-85).

E quais seriam as principais causas que possibilitaram a instauração desse modelo de acumulação? Elas estariam na lógica do funcionamento do sistema econômico determinado, desde sua origem e consolidado ao longo do século XX, pela acumulação de capital na esfera da circulação - nos circuitos comercial-financeiro, caracterizados pela acentuada especulação - e não na esfera da produção. Os setores produtivos não conseguiram a hegemonia no sistema econômico global, ao contrário do que ocorreu nas nações líderes de ocidente. Assim, o predomínio histórico dos circuitos comercial-financeiro (controle do comércio exterior, dos mecanismos internos de distribuição de renda, do manejo do dinheiro) teria imposto uma lógica diferente daquela em que predomina na produção. “Deste modo foi tomando corpo um traço muito particular da burguesia e do capitalismo [na Argentina]: enquanto que em outros países, uma certa especialização produtiva estimulava os empresários capitalistas a buscar a maximização de seus lucros no momento de produtividade, aqui, [...] o mais conveniente era aproveitar as oportunidades alternativas abertas por diversas atividades”, pois “o mais importante era acumular capitais suficientemente líquidos” (1985:174-75). Trata-se de uma prática de maximização dos lucros e do aumento da taxa dos mesmos baseada numa economia estagnacionista e especulativa voltada para as flutuações do mercado mundial. Surge assim uma

burguesia, que os autores denominam “oligarquia”, muito pequena e homogênea, cujas atividades econômicas são múltiplas assim como também múltiplos seus mecanismos de extração de sobrelucros (controle direto do dinheiro líquido, fuga de capitais para investi-los em economias mais estáveis etc.), porém baseados, sobretudo, no circuito da circulação.

Em suma, temos, aqui, o caso de uma economia que, mesmo tendo experimentado uma precoce industrialização nalguns setores (e se expandido anos 1920 e 1930), se baseia num modelo de acumulação sem investimento produtivo, o que provoca constantes crises cíclicas e períodos marcados de estagnação. A lógica de acumulação provocou o bloqueio do crescimento econômico e adotou uma forma extremamente violenta que foi transferida ao sistema político. Vale dizer, a lógica econômica teve um efeito explosivo na esfera política: adotou a lógica da instabilidade política em proveito da oligarquia. Assim, desse sistema político somente poderia resultar uma forma autoritária do exercício do poder – isto é, mudanças bruscas e permanentes de regime político e de governo (golpes de Estado etc.), mas que não alteraram, no essencial, essa forma autoritária na Argentina. Nessas condições, a principal crise que emerge é a crise de legitimidade: esta fica exacerbada – cuja principal expressão seria a luta pela distribuição de renda -, provocando o caos permanente (= instabilidade política), porém em benefício da oligarquia. E afinal de contas, esta acaba permanecendo no poder. Trata-se de uma tese semelhante, em certos aspectos, às teses defendida por Grebe, Toranzo, Villegas & Aguirre e Lavaud, apresentadas no início deste capítulo, principalmente no que toca ao caráter da crise de acumulação (um processo de acumulação que se distancia do “modelo ideal” das economias capitalistas centrais). A importância de sua análise reside na tentativa de desvendamento dos principais traços da relação entre instabilidade política e processo de acumulação – isto é, a identificação de uma variante de prática econômica

semelhante às das classes dominantes bolivianas teve, aqui, um caráter didático.⁶⁶ Retenhamos, entretanto, um aspecto importante que aparece indiretamente na análise dos autores: o efeito desorganizador das massas populares provocado pela instabilidade política. Contudo, torna-se problemático derivar as causas da instabilidade apenas da prática econômica das classes dominantes, pois suas causas são mais complexas.

3.3.2 Exemplos emblemáticos da prática de extração de lucros imediatos pelas classes dominantes bolivianas

Visto isso, cabe agora apresentar três exemplos relevantes sobre o comportamento econômico das classes dominantes bolivianas.

Em primeiro lugar, no seu estudo sobre a economia argentífera boliviana do último quartel do século XIX, Mitre (1981) mostra como se iniciou um vigoroso processo de acumulação de capital. Detecta o deslocamento do capital comercial para o industrial-extrativo. Mais especificamente, mostra o caráter orgânico entre a economia da fazenda e a economia mineira.⁶⁷ No período de auge

⁶⁶ Entretanto, devemos fazer alguns esclarecimentos. Não compartilhamos as teses gerais defendida pelos autores sobre as causas que reproduzem os diversos tipos ou fontes de instabilidade política: detectamos uma concepção conspirativa da instabilidade política (esta é sinônimo de caos político, o que evoca Huntington) provocada pela ação das classes dominantes (“oligarquia”). Pensamos que esse problema decorre do determinismo econômico presente na análise dos autores: embora sua intenção não seja essa, acabam deslizando para esse terreno na medida em que a instabilidade política é mero reflexo do processo de acumulação de capital desencadeado pela peculiar prática econômica da “oligarquia” argentina. Além do mais, o tratamento da relação dessa prática econômica e o exercício do poder político é insuficiente. Pensamos que o aspecto crucial estaria na relação entre crise de hegemonia e a crise de acumulação, problema que os autores não abordam. Assim, a análise sobre as causas da instabilidade política é deslocada para a problemática da crise de legitimidade (nas esferas econômica e política): desse esquema teórico somente poderia surgir esse tipo de crise na medida em que partem do suposto de que o processo de acumulação seria determinado pela esfera da circulação; daí seu caráter irracional, anormal e imoral (isto é, não se processa conforme o modelo de acumulação dos países capitalistas centrais). O mesmo poderíamos dizer sobre o papel do Estado, tanto no processo de desenvolvimento capitalista (acumulação de capital) como no processo de organização da hegemonia política das classes dominantes argentinas. O Estado aparece ora como instrumento da oligarquia (esta é a concepção que prevalece: “a manipulação do Estado”), ora como sujeito que adquire autonomia relativa somente nos momentos de crise (militares-burocracia estatal versus oligarquia etc.). Neste aspecto, esta análise não se diferencia da análise de Evers (1985) sobre o Estado periférico: este não teria bases de acumulação própria; as formações capitalistas periféricas não possuiriam classes sociais, nem burguesias, justamente devido a seu caráter amorfo e heterogêneo destas formações sociais; sua base reprodutiva estaria nas metrópoles: a estrutura reprodutiva do mercado mundial (o processo de acumulação é determinado pela esfera da circulação). Este autor também parte do suposto teórico, na sua análise do Estado periférico, de um modelo de revolução burguesa (geral e específica) generalizável a todas as situações históricas no capitalismo.

⁶⁷ Trata-se de um dos melhores trabalhos de Mitre centrado no tema das condições em que surgiu a economia argentífera. Contudo, evoca, indiretamente, uma situação do “surto” de um processo de industrialização baseada nessa economia, porém

dessa economia (1880-1890), os empresários bolivianos se associam ao capital estrangeiro (inglês, chileno, francês, alemão, americano) com o fim de expandir o capital mineiro-exportador e consolidar o crescente processo de acumulação de capital. Mas logo perdem – esta é a nossa interpretação – a direção do processo de organização da produção e da direção da economia nacional em geral para o capital estrangeiro – isto é, descobrem, de um lado, a voracidade deste capital, e de outro, a sua postura idealista diante da ideologia do *laissez-faire* (= ideologia “libre-cambista” da época na Bolívia) e do papel “civilizatório” do capital estrangeiro.⁶⁸ Esse processo econômico mostra que o capital nacional sofreu poderosas limitações (internas e externas) que bloquearam o começo de uma diversificação econômica e a industrialização do país com base nas atividades mineiro-extrativas. Mas as razões do bloqueio da expansão do “surto” industrializador iniciado por volta de 1880 não se explicam unicamente pela intervenção do capital estrangeiro. Não se pode eximir a responsabilidade histórica das classes dominantes bolivianas: elas abdicam, desde muito cedo, diversificar a economia. A fração hegemônica – capital mineiro-exportador argentífero – controlou diretamente o aparelho de Estado no período, cuja forma de Estado concretizou os interesses econômicos dessa fração. Contudo, o resultado dessa submissão política ao capital estrangeiro teve, pelo menos, uma dupla consequência negativa marcante: 1) a liquidação precoce, por obra deste capital, da burguesia industrial; 2) a perda do litoral boliviano: ponto de entrada e controle do capital inglês sobre o país – isto é, não houve

aludindo a uma situação de “acumulação primitiva de capital”. Detectamos essa mesma tendência analítica no seu trabalho sobre a economia estanífera *Bajo un cielo de estaño* (1993b), o que aparece na sua crítica indireta ao processo de nacionalização que estava a caminho no final dos anos 40 e que coincidiria com o robustecimento do Estado; e quando as minas foram nacionalizadas, o triunfo do Estado não passou de uma *vitória de Pirro* - esta crítica aparece mais clara no seu livro *El enigma de los hornos* (1993a). Por outro lado, essa caracterização (“acumulação primitiva de capital”) é mais patente nos trabalhos de Zavaleta em relação ao Estado burguês boliviano, que teria sido criado somente depois de 1952. Todavia, a mesma caracterização foi aplicada por Arrieta et al., Ybarnegaray e outros autores bolivianos que analisaram a agricultura capitalista instaurada na Bolívia no pós-52. No geral, estes autores seguem as análises de Vergopoulos (1977) sobre o último tema. Consideramos pertinente e mais ajustada as análises de Gerschenkron (1968) que defende a tese segundo a qual o “surto” de industrialização ou de um tipo de desenvolvimento capitalista nos países em condições de atraso econômico (países capitalistas periféricos) não teriam passado por um processo de “acumulação primitiva de capital”. A nosso ver, esse seria o caso boliviano do pós-52 e principalmente do “auge econômico” registrado durante a ditadura banzerista. Ver a crítica de Gerschenkron ao conceito em consideração no seu artigo “Rosario Romeo y la acumulación primitiva de capital” no seu livro citado.

⁶⁸ Isso não significa afirmar que tal burguesia tenha abandonado a ideologia do *laissez-faire*, e por conseguinte, tenha tentado colocar limites ao capital estrangeiro; o que ocorreu foi, conforme pode ser confirmado na pesquisa histórica, a reprodução dessa ideologia: ela foi imposta aos agentes econômicos e estatais nacionais. A rigor, as classes dominantes bolivianas passaram a praticar o mesmo tratamento econômico e ideológico imposto pelo capital estrangeiro.

guerra, e sim uma anexação chileno-inglesa consentida pelas classes dominantes bolivianas. Derrotada por esse capital, a burguesia mineira passa a reivindicar ideologicamente sua “vocação para o campo”, isto é, se refugia na economia agrária e fortalece sua prática especulativa na economia, adiando assim, ininterruptamente, qualquer projeto de industrialização no país.⁶⁹ Assim, é lógico esperar que a maioria dos investimentos sejam muito fracos no setor mineiro e fortes no setor “improdutivo” (comércio, bancos, serviços). Repetimos, a prática de acumulação de capital pelas classes dominantes bolivianas naquela época foi movida por uma decisão consciente e nada teve de irracional, porém determinadas pelas condições estruturais dessa economia.

Essa situação se repete com a economia mineiro-exportadora estanífera. Os “barões do estanho”, economicamente mais poderosos que os “patriarcas da prata”, também associados com o capital estrangeiro (com uma exceção: no processo de associação com o capital estrangeiro, as firmas de Patiño logram conquistar o monopólio do setor, se expandem e se internacionalizam de uma forma precoce e inusitada, mas é impossível, aqui, empreender a análise desse tema),⁷⁰ comportaram-se da mesma maneira que os empresários da prata. Mencionemos apenas duas diferenças importantes: 1) os investimentos da indústria extrativa estanífera foram mínimos, o suficiente para o funcionamento da exportação de concentrados de estanho – o grosso dos investimentos foram feitos no exterior, e uma pequena parte foi feito no país, basicamente no setor “improdutivo” (comércio, bancos,

⁶⁹ Conforme Mitre: “[...] o grosso dos capitais se reverteu à terra. Os mineiros da prata, deslocados gradualmente da mineração e do comércio, aplicaram seu dinheiro na aquisição de propriedades rurais e na construção de extravagantes palácios de acordo ao estilo de vida senhorial que ostentavam. [...] Assim, o capital que, originado na terra, se orientou ao comércio nas primeiras décadas da república e que empreendeu logo a revitalização do setor mineiro a meados do século, voltava a se refugiar redobrando seu controle sobre a propriedade agrícola. Desta maneira concluía a era da prata reforçando o padrão feudal da economia boliviana” (1981:110-11). E tem mais, “um balanço geral dos resultados produzidos pelo fugaz renascimento da prata mostra que, quantitativamente, a modernização da estrutura produtiva afetou a pouquíssimas empresas. Qualitativamente, fortaleceu o vínculo mina-porto de exportação, provocando a crise do antigo sistema regional e dos grupos sociais vinculados a ele: artesãos e donos de *obrajes*, principalmente. A especialização do setor mineiro provocou a decadência da indústria metalúrgica e quebrou a antiga unidade do complexo mina/estabelecimento de benefício. Como resultado deste processo a economia do país foi adquirindo um dos traços que até hoje a caracterizam: exportar minérios para importar quase todos os produtos da indústria, desde fósforos até máquinas” (p.192). Assim, “o capital da oligarquia mineira não concorreu a dinamizar outros setores da produção, se consumiu com rapidez nas falências financeiras do fim de século, na compra de terras, na construção de palácios e em campanhas presidenciais. Os vínculos que uniam à oligarquia com as formas sociais derivadas do latifúndio foram reforçados” (pp. 192-93).

⁷⁰ Sobre essa problemática e o caráter monopolista da economia estanífera consultar: Marh (1980); Almaraz (1993); Albarracín (1972); Gómez (1978); Querejazu (1991); Baldwin (1983); Peñaloza (1987) e Mitre (1981, 1993a e 1993b); Klein (1969) e “The Creation of the Patiño Tin Empire”, *Inter-American Economic Affairs*, 19 (2), 1965; e Contreras (1984).

serviços): manutenção da economia anexa ao setor exportador; 2) esta classe proprietária exerceu a hegemonia política por um longo período (quase 40 anos), com altos e baixos, mas se absteve de se converter em fração detentora do aparelho de Estado, diferentemente dos empresários da prata e da nova burguesia mineiro-exportadora da década de 1970 – os interesses do capital monopolista mineiro-estanífero praticamente se confundiam com os do Estado boliviano; nos anos 1920, e durante a década de 40, os impostos pagos por esse capital ao Estado são mínimos.⁷¹ O que não significa a ausência de conflitos e contradições, de um lado, entre o aparelho de Estado e o bloco no poder, e de outro, lutas acirradas no seio desse bloco: entre as frações dominantes do capital mineiro-exportador. A partir das observações de Almaraz podemos inferir que os intensos conflitos no seio do bloco dominante converteram-se num dos principais fatores de instabilidade política na década de 40:

As diferenças entre os mineiros se acentuaram nos governos da pós-guerra do Chaco devido à política do Comitê Internacional do Estanho que estipulou cotas nacionais para a produção, que logo deveriam ser submetidas a um rateio entre os produtores locais. Este elemento de discórdia dinamizou as relações entre os mineiros que tenderam a reforçar suas áreas particulares de influência política. Suas contradições agravaram ainda mais a instabilidade política nacional, pois aos vários fatores que punham em risco o precário equilíbrio, somaram-se as pressões para alterar a tonelagem estipulada a uma empresa em prejuízo da outra. A disputa se deslocou aos planos do governo numa série de golpes e contra-golpes, nos quais os produtores pequenos, incapazes de se defenderem, levaram a pior parte. As [três grandes] empresas se vigiavam. Tinham seu próprio serviço de informação [...] para espionar os movimentos dos consórcios rivais, já que para ver e ouvir, no governo, bastavam os ministros. Hoschschild, que era o melhor informado, fez alianças com Aramayo contra Patiño (1993:83-84).

Em segundo lugar, coloquemos um exemplo típico do comportamento econômico de um representante da nova burguesia mineira, sócio majoritário da COMSUR: G. Sanches de Lozada.⁷²

⁷¹ Ver sobretudo, Almaraz, Querejazu e Peñaloza (obras citadas). Um excelente estudo sobre a instabilidade política boliviana do período 1900-1950, baseado num instrumental teórico diverso do nosso, é feito por Gallo (1991). Sem endossarmos todas as teses defendidas pela autora, consideramos importante a seguinte conclusão: entre os fatores importantes de instabilidade estão a luta entre o Estado e os grandes empresários do estanho (o mais importante conflito de interesses entre os dois setores) pelo aumento da taxa impositiva ao setor exportador, de cuja receita amplamente dependia o primeiro para financiar o gasto público, pois o país é mono-exportador. E a incapacidade do Estado de aplicar uma razoável taxa impositiva à “elite mineira” (taxa impositiva que se manteve em níveis baixíssimos num período de prosperidade econômica do grupo exportador), residiria na fraqueza política desse Estado diante dessa poderosa elite. Em suma, para Gallo, as principais fontes de instabilidade política do período estariam em dois fatos: 1) no principal conflito de interesses entre o Estado e a elite mineira em torno da política impositiva/fiscal (esta seria a principal fonte de instabilidade), o que acabou tornando o Estado mais fraco e mais vulnerável às pressões políticas dos trabalhadores e dos setores urbanos; 2) a incapacidade do Estado de criar uma base de apoio político de outras classes sociais (isto é, de classes não-economicamente dominantes) para preservar a estabilidade do sistema econômico (Gallo 1991:27).

⁷² Este representante do setor mineiro privado pode ser considerado como empresário “tipo” da principal fração da burguesia interior boliviana. Em 1970-71, era presidente da ANMM e aparece constantemente defendendo a política econômica da ditadura banzerista. Com isso não estamos querendo sugerir que a história boliviana foi escrita por estes indivíduos, tão medíocres quanto os demais empresários mineiros ou caudilhos políticos etc. Lozada lançou a ideologia da “bolivianização” das empresas da mineração média, uma “brilhante” justificativa da submissão ao grande capital estrangeiro. Por outro lado, Contreras (1989) não

Entre março de 1976 e julho de 1977, certos setores da burocracia estatal passam a adotar uma postura de defesa da soberania nacional em relação à definição dos preços do principal minério de exportação imposto pelo CIE. Em 1976 os Estados Unidos, o maior país consumidor, se filia ao CIE e passa a interferir sistematicamente, junto com os demais países consumidores, na definição do preço do metal no mercado mundial (lembremos que esta política se reativa em 1972, com a desvalorização do dólar). Essa reorganização do CIE afetou sobremaneira os países produtores: estes não apenas deveriam baixar a oferta mundial (diminuição das cotas de produção), mas também contribuir com uma parte significativa do *buffer stock* com o objetivo de controlar a oscilação dos preços do metal. E essa política era dirigida pela cúpula do CIE e controlada pelos representantes dos países consumidores, beneficiando claramente os interesses econômicos americanos e os das firmas monopolistas européias (principalmente inglesas). O resultado era evidente: o maior ônus recaía sobre os países produtores. A Bolívia, como segundo produtor mundial de estanho, não somente dependia das divisas provenientes da venda do seu principal produto de exportação mas também devia arcar significativamente com capital para o fundo de estabilização (por exemplo, em 1975 contribuiu com 36 milhões de dólares para manter os preços relativamente estáveis por alguns meses; capital que, em geral, foi emprestado pelo FMI). É neste contexto que os setores da burocracia estatal (BAMIN, COMIBOL, ENAF) passam a travar uma luta contra o CIE e se recusam a assinar o V Convênio do estanho por considerarem ser lesivos para os interesses econômicos do país. Numa reunião auspiciada por esse setor da burocracia e pelo Ministério de Mineração e Metalurgia para debater o assunto e definir uma estratégia de defesa diante do CIE, foram convidados os representantes da mineração média (ANMM). Naquela ocasião, Sanchez de Lozada assume uma postura anárquica e exige o imediato rompimento de relações com o CIE e os Estados Unidos. A resposta da burocracia estatal, cuja posição era mais “racional” diante o problema – na medida em que visava defender os interesses

explica porque somente três empresas dominaram o setor da mineração média, estrutura que não se modifica nos anos 80, mesmo ocorrendo modificações no caráter da associação com o capital nacional e os novos tipos de sociedades acionárias.

do Estado e, por conseguinte, da burguesia mineira em seu conjunto, a longo prazo - , foi a de que tal solução era inviável, pois acarretaria o colapso imediato das empresas mineiras estatais, afetando desse modo também o setor privado.⁷³

Essa atitude de um dos maiores acionistas da COMSUR, uma das firmas nacionais que experimentou o maior crescimento econômico nos anos 70 (a sua “fase de ouro”) pode ser analisada de dois ângulos. De um lado, tal atitude contribuía com o agravamento da crise com o CIE e, por conseguinte, com a aceleração do colapso das empresas mineradoras estatais com o fim de beneficiar sua firma com a venda direta dos seus minérios às firmas comercializadoras americanas e européias, e desse modo extrair maiores sobrelucros. Deve ser lembrado que a posição geral da ANMM diante essa problemática era de submissão política diante do CIE e dos Estados Unidos: simplesmente exigiam que os países consumidores aumentassem sua contribuição ao fundo de estabilização. Mas o seu interesse estava voltado para revisão e atualização periódica do custo presumível, por parte do Estado, com o fim de diminuir as alíquotas impositivas: as regalias mineiras (ver *Presencia*, 3/7/77). De outro lado, Sanchez apelava à intervenção urgente do executivo (militares) para solucionar essa crise. E isto foi o que aconteceu: depois de várias chantagens do CIE contra o país,⁷⁴ o executivo acabou ratificando o V Convênio. Em suma, esse representante da burguesia interior boliviana não se afastou do comportamento econômico, político e ideológico dos representantes do capital monopolista americano/estrangeiro e dos antigos “barões do estanho”.

Verificamos, assim, a vulnerabilidade do país diante o novo cartel do estanho, sob o comando dos Estados Unidos e a incapacidade do Estado militar de se opor às determinações do capital monopolista internacional. Por outro lado, detectamos dois tipos de contradições na luta pela

⁷³ Esses dados estão registrado no jornal *Presencia*, desde maio a novembro de 1977. Em novembro, por ocasião do Simpósio Internacional do Estanho realizado na Bolívia, o ministro de Mineração gal. Alfonso Villalpando, em reação às posturas defendidas por Sanchez, declarou: “si por ella fuera [ANMM], la minería privada no pagaria impuestos al Estado” pela exploração dos recursos não renováveis (*Presencia*, 25/11/77). No seu ataque constante à burocracia estatal, este empresário reivindicava senão imposto zero, pelo menos imposto mínimo. Retomaremos este tema no último capítulo.

⁷⁴ A chantagem montada pelo CIE, através do *Metal Bulletin* de Londres, era o de que a Bolívia estaria buscando apoio da China para criar um “clube de produtores de estanho” contra os Estados Unidos. O ministro de Mineração (Villalpando) qualificou a notícia como “simples especulação”, contribuindo assim com a atenuação do conflito (*Presencia*, 27/07/77).

satisfação dos interesses econômicos de cada setor: uma contradição no seio da burocracia estatal (escalão médio contra o alto escalão); e outra entre os interesses imediatos da nova burguesia mineira diante a posição da burocracia estatal, que tendia a defender os interesses dessa classe capitalista a longo prazo. Esses aspectos contribuíram para o agravamento da instabilidade econômica e política no período (conforme mostraremos no último capítulo).

Em terceiro lugar, sabe-se que os empresários agro-industriais da região leste do país (Santa Cruz de la Sierra), não seu afã de acumular lucros fáceis, levaram ao colapso em 1975-76 a produção algodoeira voltada para a exportação. O Estado incentivou o cultivo e expansão desse produto num período favorável dos preços no mercado mundial e da disponibilidade de créditos internacionais. O que provocou, conforme sustenta Arrieta (et al.:1990), a corrida pela produção de algodão pela maioria desses empresários, nomeadamente inexperientes nesse tipo de cultivo, porém atraídos pela abundância dos créditos (e pela facilidade da sua obtenção) e pela expectativa da extração de lucros rápidos. “Aqui se repete, em grau superlativo, o cúmulo de erros de uma suposta ‘agricultura moderna’ que se pensou exportadora”. Entre os “erros” apontados pelos autores estariam: a não seleção e rotação de solos, a desconsideração do regime climático, a crônica falta de mão de obra, o oneroso e deficiente transporte, e sobretudo, a *inexperiência* da comercialização internacional do produto (Arrieta et al.:243). Mesmo que os autores insistam, indiretamente, que as principais causas que moveu estes agentes econômicos a extrair lucros rápidos estariam relacionados com sua inexperiência e, por conseguinte, com um processo irracional de acumulação de capital (o cúmulo de erros – isto é, não teriam calculado os fatores “custo/benefício”, o que provocaria a falência de suas atividades econômicas), o que eles estão evidenciando não é outra coisa senão um aspecto importante da prática consciente (e não irracional) de acumulação de capital. Neste contexto, detectamos uma prática econômica recorrente nas frações da burguesia interior (que não é exclusiva desta fração de classe; já vimos que também o resto das frações burguesas bolivianas se comportaram da mesma

maneira): a atitude anárquica na produção e no mercado capitalista a fim de concretizar seus interesses econômicos imediatos. Vejamos:

O crescimento do cultivo em função do mercado internacional criou condições diferentes e para as quais *não estava preparado o empresariado cruceño*. No mês de janeiro de 1973, através de licitação pública, estes adquiriram um contrato de exportação de 108.054 fardos de algodão com firmas japonesas e mexicanas, com um preço de \$US 35/qq [1 quintal = 50 quilos]. Uma vez concluída a safra, quando os preços internacionais começaram a aumentar (chegando a \$US 86,70 no mês de outubro), a Asociación de Algodoneros determinou a suspensão dos embarques, esperando rescindir os contratos já firmados, amparados pelo decreto do governo (4 de agosto de 1973) [a pedido da Asociación], o qual estabelecia o preço mínimo de exportação em \$US 56/qq [...]. Esta posição dos produtores provocou as ações judiciais correspondentes pelas firmas adjudicatárias [intermediadoras] e o embargo da produção boliviana nos diferentes portos, amparando-se no incumprimento dos compromissos contraídos no contrato.

Depois de longas negociações, que concluíram no mês de novembro, teve que se cumprir o contrato, tendo reconhecido às firmas adjudicatárias unicamente um incremento de \$US 2,50/qq como compensação dos gastos efetuados. Nesse lapso de tempo, sofreram-se perdas enormes de volumes de algodão armazenado, por apodrecimento ou incêndios, que chegaram a 100 mil/qq.⁷⁵

Podemos finalizar este capítulo resumindo as principais conclusões. Primeiramente, temos analisado o caráter da crise de acumulação na Bolívia nos anos 70 e sua relação com a instabilidade econômica. Chegamos às seguintes conclusões: 1) as causas principais da crise de acumulação de capital não estão relacionadas com o caráter irracional ou “perverso” do comportamento das classes dominantes que preponderaram na economia, que consumiriam improdutivamente o excedente nacional; as suas causas determinantes se relacionam com a dupla estrutura econômica do país (agrário-camponesa e mineiro-exportadora) que foi reforçada pelas condições do processo de desenvolvimento capitalista instaurado no país e pela sistemática intervenção/participação do grande capital estrangeiro (principalmente o de origem americano); 2) nessas condições de atraso econômico, tanto essas classes como a burocracia estatal adotaram uma prática de maximização de extração de lucros no menor tempo possível, o que redundou numa luta acirrada intraburguesa para obter a maior parte da mais-valia e dos lucros possíveis produzidos no país (desde já salientamos que a nossa análise detectou que não houve “partilha equilibrada” tanto da mais-valia como do poder entre as classes dominantes); 3) tal luta econômica passa a se condensar no âmbito propriamente político, isto é, a luta pelo controle do aparelho de Estado, luta que se transformou num dos principais fatores e

⁷⁵ Centro de Estudios y Proyectos (CEP), *El cultivo del algodón: análisis de un modelo agroexportador*, Santa Cruz, 1981 (mimeo), pp. 16-17, Apud Arrieta et al. (1990:249).

fontes de instabilidade política, justamente por ser o Estado o maior investidor, “empresário” capitalista e, por extensão, o maior “gerenciador” e alocador de recursos econômicos no país. Temos também examinado o caráter da prática econômica das principais frações de classe dominantes que preponderaram na economia diante do processo de acumulação de capital no período em foco. Para tanto, elaboramos uma hipótese explicativa sobre as principais causas que provocariam instabilidade nas esferas econômica e política, as quais estão estreitamente relacionadas com a crise de acumulação e com o caráter da formação social boliviana (dominadas pelas estruturas mineiro-extrativa e agrário-camponesa): detectamos uma intensificação da luta entre as classes dominantes pela maximização da extração de lucros imediatos. Mais especificamente, dada a condensação das crises econômicas (internas e externas), num contexto de auge econômico, os principais agentes econômicos (capital estrangeiro, classes dominantes bolivianas) e estatais (“categorias sociais” de Estado: burocracia, militares) passaram a lutar acirradamente pela extração de sobrelucros no menor tempo possível. Resta agora examinar como essa prática econômica repercutiu na esfera política no quadro de funcionamento do Estado ditatorial-militar do período com o fim de identificarmos os principais fatores e fontes de instabilidade política. O que será feito no próximo capítulo.

CAPÍTULO QUATRO

APARELHO MILITAR BOLIVIANO E INSTABILIDADE POLÍTICA

Com o fim de identificar as principais fontes genéricas potenciais de instabilidade na esfera política, neste capítulo examinaremos o processo de reprodução das crises e contradições mais importantes no seio das forças armadas, e como estas repercutiram no aparelho de Estado e na burocracia estatal. Conforme já vimos ao longo deste trabalho, o Estado militar boliviano do período configurou-se como um Estado assolado por crises e contradições profundas, e por conseguinte como um Estado altamente instável. Noutros termos, interessa desvendar as causas desse funcionamento instável e como o regime político e sistema político autoritários contribuíram mais para aprofundar a instabilidade desse Estado que estabilizá-lo.

Para tanto, avancemos na seguinte hipótese de trabalho: uma das principais fontes de instabilidade política da ditadura banzerista está relacionada com o processo de funcionamento contraditório do aparelho de Estado, o qual foi provocado pela emergência de um número significativo de crises no seio das forças armadas; dentre as crises mais importantes está a crise de sucessão governamental que se condensou na figura do golpe de Estado. Veremos que o conjunto de crises e contradições se relacionam, de um lado, com o processo de militarização/desestabilização, e de outro, com o processo de desnacionalização da economia boliviana, pautado pela transferência acelerada de capital público ao setor privado. Trata-se de dois processos que apareceram simultaneamente e, quando coincidiram, nos seus momentos mais intensos (seus pontos altos), provocaram um impacto devastador no seio do aparelho estatal, principalmente no Exército. Passemos então a analisar os aspectos essenciais do processo de militarização/desestabilização (o outro processo será analisado no próximo capítulo).

4.1 Processo de militarização-desestabilização política

Para tanto, utilizaremos a nossa periodização do processo político já feita no primeiro capítulo. Sintetizemos os principais aspectos dessa periodização. Ela deverá servir para facilitar a compreensão da análise da instabilidade política em três níveis de relações: 1) bloco no poder e forma de Estado – crise de hegemonia; 2) aparelho de Estado - crises internas do Exército; 3) Estado militar-classes dominadas - crise de legitimidade.¹ A nossa periodização visou possibilitar a articulação desses três níveis de relações, o que foi feito através do estabelecimento de dois critérios. O primeiro relaciona os processos de militarização e de desestabilização política do Estado militar boliviano, dois processos que aparecem de forma simultânea, porém mantêm ritmos de duração próprios; e nos momentos em que coincidem, seu impacto político tende a ser explosivo – isto é, quando confluem, de acordo ao grau de condensação das contradições e crises políticas, redundam na intensificação e agravamento da instabilidade política.² Em outros termos, o processo de militarização converte-se numa fonte importante de instabilidade política (sabemos que a forma de Estado militar-ditatorial é constitutivamente instável devido a uma série de fatores já explicitados no primeiro capítulo, o que interessa agora é confirmar essa hipótese teórica). Entretanto, dado o caráter dialético do fenômeno (instabilidade/estabilidade), esse Estado não abdica da busca da estabilização para tentar prolongar-se no tempo, o que implica que qualquer processo de militarização contempla também um processo de busca de estabilidade política. Veremos que quando mais a ditadura banzerista se empenha na implementação deste processo, mais aprofunda suas contradições e crises políticas e acaba redundando no agravamento da instabilidade política. Já o segundo critério de articulação baseia-se

¹ Reiteramos que a nossa análise privilegiará os primeiros dois níveis de relações; numa palavra, na relação Estado-classes dominantes. O desvendamento da instabilidade política na esfera de relação Estado-classes dominadas, principalmente a relação entre o Estado militar e o movimento operário será analisada indiretamente na medida em que está relacionada com a problemática da crise de legitimidade.

² Com isso não estamos querendo afirmar que todo processo de desestabilização política é determinado pelo processo de militarização; tampouco estamos sugerindo o contrário: que todo processo de democratização e do exercício da democracia política, num Estado democrático, implica necessariamente estabilização política.

na relação entre forma de Estado e forma de regime: a primeira relação diz respeito ao modo de organização interna do aparelho de Estado; e a segunda ao processo de elaboração da política de Estado, feito pelas classes ou frações dominantes em conjunto com a burocracia estatal.³ Com base nessa dupla lógica elaboramos a periodização do processo político, que temos denominado *processo de militarização/desestabilização*. Tal processo implica uma certa variação do grau e profundidade da desestabilização, de acordo com o momento ou a conjuntura política.

Temos dividido o período 1971-78 em três fases do processo de militarização/desestabilização: 1) a fase que vai do início do recomeço do processo de militarização (lembramos que ele se inicia, com um certo grau de militarização, em 64) no golpe de agosto de 71 ao aprofundamento desse processo, no autogolpe de novembro de 74: expansão da militarização horizontal e vertical do aparelho do Estado; 2) a fase que vai do processo de aprofundamento da militarização horizontal e vertical do Estado (autogolpe de 74) ao ponto da relativa limitação desse processo com a abertura política do regime (dezembro de 1977-janeiro de 1978), coincidindo com o início da crise final da ditadura; e 3) a fase do processo de militarização-desestabilização vai do início da crise final da ditadura (dezembro de 1977-janeiro de 1978) - marcada pela abertura política do regime devido à intensa pressão das massas populares - , a seu colapso, com o golpe de um dos representantes do setor militar palaciano dirigente em julho de 78 (o gal. Pereda depõe Banzer).

Visto isso, passemos agora a analisar as principais crises e contradições no seio do Exército.

³ Nos apoiamos nos conceitos de forma de Estado e forma de regime na acepção ampliada proposta por Saes (1987:19-23). Também utilizamos seu conceito de Estado burguês (já apresentado no primeiro capítulo), bem como o conceito poulantziano, redefinido por Saes, de representação burocrática. Entretanto, no que tange ao tipo e caráter de organização interna do aparelho de Estado, não podemos deixar de utilizar as “Proposições gerais sobre a forma de Estado de exceção” de Poulantzas em *Fascismo e Ditadura* (1978: capítulo VII, item 3).

4.1.1 Principais crises e contradições no seio das Forças Armadas na ditadura banzerista

A nossa tarefa, aqui, será a de demonstrar a hipótese segundo a qual o funcionamento das forças armadas se constituíram como uma das principais fontes de instabilidade política durante a permanência dessa ditadura. Tal empreitada requer o desdobramento da questão em duas partes: 1) a caracterização tanto da instituição castrense como das facções militares que vigoraram no período; 2) a análise das principais crises e contradições durante a ditadura.

Devemos fornecer algumas informações elementares para entendermos o caráter das forças armadas bolivianas do pós-52. O novo Exército reorganizado continuou sendo controlado pelos oficiais oriundos das camadas médias urbanas com ascendência da ideologia oligárquica, oriundas das diversas frações da burguesia, bem como da grande propriedade fundiária (Banzer, por exemplo, provém da média propriedade fundiária empobrecida). Mas temos também casos de oficiais oriundos do campesinato rico ou pequena burguesia agrária mestiça (o caso de Barrientos, que falava *quechua*), ou das classes populares (Torres, Padilla) que ingressaram ao Exército no período pré-52. A revolução de 52 contribuiu para acelerar o processo de abertura da burocracia estatal (civil e militar) às massas populares (um aspecto característico do Estado burguês). O novo regime (1952-64), controlado pelo MNR (que funcionou como um sistema de partido único, como no México), impôs ao Exército um número determinado de vagas fixas para o campesinato e para as classes populares. A grande maioria dos recrutas são índios e camponeses, o médio escalão é controlado mormente por mestiços (oriundos das classes populares e do campesinato indígena), e o alto escalão do Exército é controlado pelas camadas médias e as classes dominantes mencionadas (mormente brancos). Trata-se de uma estrutura militar hierarquizada, classista e despótica, pautada pelo critério de seleção universalista (nada novo em relação à qualquer Estado burguês). E os subconjuntos ideológicos predominantes são as ideologias oriundas das camadas médias e da pequena burguesia, filiadas à ideologia oligárquica (isto é, ideologias subordinadas às ideologias das classes dominantes);

e se destacam por seu caráter altamente oscilatório (veremos mais à frente a que se deve este fenômeno). Em conjunturas de crise acentuada (1952, 1969-71), elas tendem a se polarizar entre a ideologia da classe operária (altamente politizada) e as das classes dominantes. Em conjunturas diferentes, estas tendem a ser subordinadas à ideologia imposta pela hierarquia militar, que mormente, reproduz o discurso ideológico das classes dominantes. Mas nem sempre isso ocorre sem conflitos e contradições. Nesse sentido, as forças armadas bolivianas não se diferenciam das suas homólogas de outros países latino-americanos, sendo também semelhante, no que toca ao funcionamento da estrutura e da organização despótica, à dos exércitos dos países capitalista centrais, evidentemente, mais próximos a os da periferia européia.

Começemos com a análise das principais características da instituição militar. Em primeiro lugar, ela intervém permanentemente na vida política através de golpes de Estado para conquistar o aparelho governamental e modificar a forma de Estado e de regime. Em geral, tal intervenção se processa através de uma aliança de classes sociais que varia de acordo à conjuntura política: aliança entre uma determinada facção militar com frações de classe dominante, frações da pequena burguesia ou camadas médias. Na maioria dos casos, se busca concretizar o interesses econômico-políticos comuns (uma aliança de interesses de classe, como o caso que nos ocupa), porém, existem casos em que a burocracia técnica (militares) se distancia das classes dominantes e tenta viabilizar um programa nacionalista radical-reformista (do tipo nazerista ou do corte militar populista como o de Velasco no Peru) liderado por essa burocracia (aliança entre camadas médias nacionalistas-radicalizadas, trabalhadores e universitários: o governo Ovando, e principalmente, o de Torres) – Cf. Ovando (1969) e Torres (1985). Com essas observações não estamos querendo sugerir que a instituição castrense tem uma função de árbitro ou “papel moderador”. Em segundo lugar, ela é atravessada por uma crise ideológica permanente, causada tanto pela derrota militar propinada pelas massas populares na revolução de 52, como pela submissão política ao partido dominante (MNR) logo após essa revolução. Em terceiro lugar, as forças armadas foram reorganizadas e relativamente

modernizadas nos moldes políticos redefinidos por esse partido – passaram simultaneamente a ter um papel “deliberador na política” (seus integrantes foram obrigados a se filiar a esse partido) e a contribuir com o desenvolvimento do país. Em quarto lugar, os Estados Unidos passaram a ter uma acentuada influência política e ideológica em razão da reorganização/modernização do aparelho militar boliviano por meio da ajuda militar e do adestramento de oficiais nas escolas militares americanas. Esse ator contribuiu decididamente em aprofundar o caráter interventor da instituição castrense boliviana (e coincide com o início do processo de desnacionalização da economia boliviana, logo após 1952, como veremos no próximo capítulo).

Em quinto lugar, as forças armadas foram assoladas por uma precoce crise de unidade institucional (constante quebra da disciplina etc.) devido aos fatores anteriores, aos quais se acrescentam outros como, por exemplo: 1) a permanente luta entre facções personalistas que comandaram a reorganização da instituição (Barrientos e Ovando) para controlar a cúpula militar, as quais passaram a se aliar abertamente a certas frações de classe dominantes em luta pelo poder político; 2) a emergência de diversas correntes ideológicas militares, que contribuiu com a exacerbação da crise de unidade institucional e com a crise ideológica (pela via da crise do nacionalismo e do populismo no final dos anos 60); 3) a constante pressão das classes proprietárias para que o Exército exerça seu papel (policial-repressor) contra o movimento operário e camponês; 4) a influência das ideologias oriundas do movimento operário (principalmente através do impacto da instauração da Assembléia Popular), da esquerda partidária, bem como da pequena burguesia e das camadas médias nacionalistas radicalizadas contra o processo de desnacionalização.

Com base nesse conjunto de elementos, podemos identificar a configuração de duas crises e contradições predominantes no seio das forças armadas. A primeira se relaciona com o processo de reorganização e modernização. Tal processo não modificou substancialmente o caráter fraco e vulnerável da instituição (potencialidade militar em relação às forças armadas de qualquer país vizinho), porém aprofundou a sua dependência diante dos Estados Unidos. A paulatina perda da

soberania do país passou a ter um impacto negativo nos setores nacionalistas do Exército, perda essa que os encorajou a tentar reverter esse quadro e a lutar pela recuperação da soberania (o que aparece de forma patente nos governos nacionalistas-reformistas que tentam reverter o processo de desnacionalização). A segunda diz respeito à função que deveria exercer a instituição castrense: embora ganhasse maior reforço institucional e especialização, seu papel se limitou a ser guardião da grande propriedade privada e de contenção das massas populares e do movimento operário altamente politizado, bem como de contenção contra-insurgente de alguns levantes guerrilheiros – isto é, se reforçou seu papel policial-repressor (executor da política de ordem).⁴ Estamos diante de uma instituição peculiar, pois o Exército experimentou uma modernização conservadora que reforçou seu papel político interventor, o que redundou na maior divisão e luta entre facções sobre o verdadeiro papel que deveriam jogar as forças armadas bolivianas. Durante a ditadura em questão, veremos que as contradições e crises no seio dessa instituição estiveram sobredeterminadas, de um lado, pelas lutas entre as classes dominantes (bloco no poder), e de outro, entre estas e o proletariado mineiro-

⁴ Vários autores (principalmente militares, e os especializados na problemática militar) descrevem a situação calamitosa em que ficou a instituição depois da revolução de 52 e culpam o regime do MNR por essa situação. A própria instituição teria sido obrigada a procurar recursos próprios para sobreviver, assim criaram a famosa Ação Cívica. Em 1964, os militares teriam se vingado desse regime (Cf. Prado, 1987). O que não passa de uma justificação ideológica da tragédia de um Exército que sempre teve derrotas e cujos oficiais dirigentes, pelo menos até a década de 70, não se contentaram com a função policial da instituição. O que revela uma contradição ideológica profunda no seio da instituição. Através do depoimento de Arguedas (o polêmico ex-ministro do Interior do governo Barrientos), Cuevas (2000) mostrou que a ação cívica foi proposta pelo corrupto Sanjines Goitia, apegado a Barrientos, com objetivo precípuo de desviar a ajuda militar oriunda dos Estados Unidos. Por outro lado, é verdade que a porcentagem dos gastos militares em 1953 despencou para a metade, cujo período mais crítico foi 1952-58 (a porcentagem mais baixa se registrou em 58: 6,7%), com exceção de 1955 (22,8%) em que recupera os níveis orçamentários de 52: mas o motivo desse aumento se deveu à urgência de desarmar os camponeses e controlar os levantes regionalistas, cuja tarefa foi encomendada ao Exército. Enfim, nos governos do MNR (1952-64) o gasto militar não passou de 13,9%. O controle político das forças armadas pelo governo foi relativamente bem sucedido porque conseguiu contrabalançar o poder dos militares com os camponeses armados, sua principal base social de apoio. Além do mais, a polícia também jogou um papel importante na neutralização do Exército. Contudo, aqueles governos designaram a tarefa de reorganização da instituição aos generais leais ao partido dominante, porém não possuíam muitos recursos e refletia a situação econômica geral do país. E aqui entra a questão fundamental: o MNR deixa nas mãos dos Estados Unidos a tarefa de reorganizar o Exército boliviano já em 1953, amparado na famosa ajuda econômica e militar fornecida por esse país. Os dados de Wilkie (1969), embora importantes, não mostram a verdadeira face da ajuda americana à Bolívia (a famosa Lei PL480 e outros dispositivos jurídicos), pois esta não aparece nas contas nacionais (ela foi diversificada: em dinheiro e espécies, como alimentos, vestuários, armas etc.). É verdade que a partir de 1964 a porcentagem dos gastos militares aumentam para 18,3%, com um relativo declínio nalguns anos, mas no fundamental se mantêm no mesmo patamar até 1976 (18,4%) (Cf. também Lavaud, 1998:99). Quanto ao adestramento militar, no período 1950-79 o número de oficiais e suboficiais treinados nas escolas americanas chegou a 4.861, ocupando o nono lugar na América Latina (o número dos oficiais brasileiros foi o dobro, porém em relação à proporção populacional entre os dois países, o caso boliviano revela um número muito alto). Já no período 1976-80 ocupou o primeiro lugar (597 oficiais), seguida da Colômbia (M. Klare, apud Domich, 1993:53). Já dissemos que a ajuda americana *per capita* recebida pela Bolívia foi a mais alta da América Latina nos anos 50 e 60, voltando a ser significativa na ditadura banzerista. Mas as razões fundamentais já a conhecemos: controle do movimento popular

movimento popular. Numa palavra, tais contradições se relacionam com o grau da luta de classes e seu impacto nas forças armadas. É neste contexto que devemos entender as contradições e crises políticas que se convertem em fontes potenciais de instabilidade política no seio do Exército boliviano. E, por sua vez, se relacionam com o funcionamento do Estado militar-ditatorial que viabilizou a aceleração de uma política de desnacionalização da economia boliviana, aprofundando o processo de acumulação de capital pautado pela transferência de capital público ao setor privado.

4.1.2 Principais facções militares e crise de sucessão militar e governamental

Analisar as diferentes correntes ideológicas de uma instituição militar como a boliviana não é tarefa simples. A principal dificuldade reside em tentar classificar a posição político-ideológica movediça e cambiante de grupos ou facções personalistas que estão em permanente luta pelo controle da cúpula castrense, como consequência da sua constante intervenção na vida política do país. Um exemplo de classificação das posições ideológicas dos militares bolivianos no período 1964-82 é fornecido por Lavaud, que também reconhece a dificuldade de tal empreitada. Lavaud parte do suposto de que estes militares “se politizam quando mais se profissionalizam”. Assim, classifica a posição ideológica dos militares bolivianos baseada na oposição entre nacionalistas/tolerantes e liberais/repressivos, daí a existência de basicamente dois grupos oponentes. Mormente, quando um grupo toma o poder, o dilema que o acompanha seria a legitimidade do governo e o retorno às formas constitucionais (democráticas). Em síntese, a sua classificação se baseia em dois eixos: “o eixo ‘o que fazer’? e o ‘com quem’? Os dois pólos do primeiro se opõem aos nacionalistas tolerantes contra os liberais repressivos, enquanto o segundo confronta os constitucionalistas e os militaristas”.⁵

altamente politizado e o estrangulamento de qualquer variante de um tipo de revolução nacionalista radicalizada que viabilize uma industrialização autônoma e sustentada.

⁵ Lavaud, 1998:141; ver o gráfico 2 à p. 142. O autor descarta a classificação dos dois grupos oponentes baseado no caráter progressista proposta por Johnson sobre os oficiais de classe média (na verdade tal critério foi proposto por Nun); ou no caráter reacionário salientado por Lieuwen. Tampouco considera apropriada a classificação feita por Corbett (cit.) baseadas no binômio

Entretanto, a maior luta se polarizaria entre militaristas e constitucionalistas (essa é a nossa interpretação do esquema do autor) e não tanto entre tolerantes e repressivos. Contudo, é difícil detectar qual seria o critério predominante utilizado pelo autor na sua classificação. A esse par de oposição poderia se incluir diversos critérios que corresponderiam a variadas posições ideológicas (isso é possível deduzir do texto do autor): de um lado, poder, dinheiro, prestígio, privilégios pessoais, manipulação e hipocrisia – posições que poderiam desaguar em conspiração; de outro, oposição aberta ou dissimulada, ressentimento e, sobretudo, conspiração permanente. Todavia, o autor insiste que sua classificação se baseia no critério de uma certa expressão liberal, que seria uma constante nas posições ideológicas, mesmo que ela se concretize num grau ínfimo. O que implica que seu critério predominante, sem ser mencionado, seria o grau de autoritarismo constante nas posições dos militares bolivianos. Embora seja uma tentativa importante de explicação da problemática, pensamos que a classificação proposta por Lavaud acaba colocando maior confusão numa situação em que as posições ideológicas são calcadas pelo seu caráter movediço e oscilante (tentaremos explicar, mais à frente, porque ocorre este fenômeno). Veremos por que todas as facções rivais utilizam a carta constitucional como bandeira de luta para aplicar ou justificar a intervenção golpista, porém este problema é mais complexo e não se limita ao caso boliviano. Por outro lado, Barrientos e Vildoso (este entregou a presidência a um civil, Siles, em 1982), com ideologias opostas, aparecem, no esquema de Lavaud, como constitucionalistas de corte liberal repressivo; Ovando e Torres aparecem como *militaristas* de corte nacionalista tolerante. Quer dizer, está afastada a idéia, no autor, da eventual adoção de uma ideologia democrática progressista - pela via da radicalização do nacionalismo e do populismo - de alguns militares (como no caso de Ovando e Torres). Em suma, a

desenvolvimentista-populista e liberal-tradicional modificado, pois se prestaria a confusão. Quanto às motivações dos agentes militares, Lavaud sustenta: “Na realidade, relembremos que, a nome das forças armadas é um grupo de oficiais que ocupa o poder, acumula riqueza e honores, e está em posição de favorecer ou bloquear a carreira – que pode ser civil e ao mesmo tempo militar – de seus camaradas. Embora disponha de recursos consideráveis, não é possível gratificar a todo o conjunto de oficiais da mesma maneira ou de acordo com um princípio hierárquico razoável”. Todavia, “todo militar que tem uma convicção política bem definida, ou um programa elaborado para guiar o destino do país, tem a tendência a intentar conservar o controle do poder, independentemente da cor de suas convicções e desse programa. Evidentemente, desde que sua única convicção o leve a crer que os civis têm o direito de dirigir a política do país” (Idem).

classificação de Lavaud tende a salientar somente o caráter autoritário da posição ideológica do conjunto dos militares bolivianos, embora não utilize o termo. E a razão disso já podemos deduzi-la: a classificação da sociedade boliviana como sendo uma de tipo “pretoriana de massa” (alta politização): o próprio autor reconhece que seria impossível utilizar o critério de “profissionalização” para caracterizar os militares bolivianos – isto é, o critério fundamental é o grau de politização. É por essa razão que os militares não aparecem como “agentes de instabilidade” no seu trabalho.⁶ Voltemos ao esquema de classificação do autor. Ora, o caso boliviano mostra que nem todos os governos militares originados de golpes de Estado foram antidemocráticos: os governos Villarroel, Ovando e Torres favoreceram amplos setores populares e houve maior avanço de certos aspectos da democracia política, inclusive maior liberdade política para a classe trabalhadora e para as massas populares que em qualquer governo militar com posição ideológica “constitucionalista” ou liberal. E ao contrário, nem todo governo democrático - os governos do pré-52, alguns governos do MNR, como o de Siles (1956-60), Estenssoro (1985-89) - deixou de ser tão autoritário, em vários aspectos, como qualquer governo militar no pós-64 (como o de Barrientos ou a ditadura Banzer).

Visto isso, tentaremos propor uma hipótese alternativa – mesmo correndo o risco de ser superficial - em consonância com nosso objeto de estudo. Coloquemos, sinteticamente, alguns supostos importantes da nossa hipótese: 1) nos afastamos das concepções organicistas e corporativistas da problemática militar, principalmente na linha analítica trilhada por Tocqueville, endossada por Huntington, e reproduzida por Stepan, Malloy, Lavaud etc., cuja orientação se sintetiza na sentença proposta pelo primeiro autor, segundo a qual os males do Exército são os da sociedade a que pertencem; 2) inserimos a análise da questão militar na problemática teórica do Estado burguês,

⁶ E a questão crucial volta a aparecer na conclusão da sua obra, num tipo de pós-escriptum: porquê uma sociedade pretoriana de massa, constitutivamente clientelista, instável, anômica e violenta volta tão cedo a adotar um regime democrático em 1982 (sucessão governamental baseada no sufrágio universal)? O autor fica desconcertado. Sua argumentação é altamente superficial e moralista: “em que medida podem subsistir as condições que permitem a adoção e aprendizagem da via constitucional? É a atual experiência constitucional um bom terreno democrático?” pergunta o autor. Resposta: “em relação ao futuro democrático do país, a reaparição de homens providenciais com clientela não é um bom augúrio. Pois, apesar da surpresa e do espetacular retorno às formas constitucionais de governo, o débil tecido industrial do país está praticamente destruído, a cocaína gangrena o país, a rede

cujo conceito explicita o caráter do funcionamento da burocracia e do burocratismo,⁷ este sendo um conceito constitutivo desse tipo de Estado. Isso significa que o entendimento da problemática deve tomar em conta o duplo aspecto do conceito do Estado burguês, conforme já explicitado no primeiro capítulo: o efeito de isolamento e o de representação de unidade no Povo-Nação; esta seria melhor caracterizada pela sua função de unificar os agentes-sujeitos atomizados (declarados juridicamente livres) numa ideologia susperclassista, conforme sustenta Saes (1998a:51, nota 4): “só uma burocracia estatal socialmente aberta e apoiada no princípio da competência pode inculcar nos agentes da produção um sentimento nacional, de caráter superclassista”. Consideramos que as contradições e crises da burocracia militar devem ser analisados com base neste quadro teórico. Numa forma de Estado militar-ditatorial, predominaria um tipo de representação: a burocrática - fenômeno que aparece reforçado pela constante defesa do patriotismo e nacionalismo inculcados pelos militares através da tutela militar.

Explicitemos brevemente dois aspectos teóricos importantes para mostrar como entendemos essa problemática. Primeiro, a burocracia militar (ou técnica), um ramo de aparelho que detêm o monopólio da violência, é comandada pela lógica de funcionamento do burocratismo. Com base nesta observação teórica, muda o sentido da explicação da questão militar, pelo menos nos seguintes pontos: o tratamento da origem de classe da burocracia militar, do papel que esta desempenha, bem como das observações sobre seu caráter, enquanto organização estatal corporativa. O efeito de isolamento (individualização, profissionalização, disciplina e sujeição à hierarquia, numa palavra, o critério da competência) e de representação superclassista (*esprit de corps*, unidade, corporativismo)

educativa encontra-se perturbada; em suma, o terreno social boliviano parece pouco propício para o florescimento das virtudes democráticas caras a Montesquieu e Tocqueville”, Lavaud, (1998:387 e 389).

⁷ Para Poulantzas, o “fenômeno burocrático é um fenômeno especificamente político” que diz respeito ao funcionamento complexo desse tipo de Estado. Nesse sentido, a burocracia é uma *categoria social específica*, atribuída ao funcionamento do aparelho de Estado. Por burocratismo, o autor entende “um modo particular de organização e de funcionamento do aparelho de Estado *coextensivo*, no caso do Estado capitalista, à categoria burocrática específica”. Assim, o burocratismo “é devido, nesse caso, tanto às estruturas do Estado capitalista como ao impacto da ideologia capitalista dominante sobre as regras normativas de organização do aparelho de Estado” (1986:343). Vista assim, a burocracia - categoria específica - , comandada pelo tipo específico de organização - burocratismo - , exprime um despotismo burocrático, homólogo ao despotismo de fábrica (Idem.:349).

são constitutivos (porém não exclusivos) da burocracia militar, enquanto ramo de aparelho de Estado. As suas contradições e crises, bem como as suas neutralizações estão determinadas - num Estado e formação social capitalista concretos - pelas conjunturas políticas e o grau de ocorrência das crises e contradições determinadas pela luta de classes. Neste sentido, a instituição militar não deve ser vista como um “ente” aparte, compacta ou hermética: como instrumento (coisa), ou comportando uma “autonomia” absoluta, diante das classes dominantes, que se afastaria da “sociedade civil” (o que é descrito geralmente como “mundo de fora”, “mundo de dentro” etc.). Com isso não estamos sugerindo a negação de seu caráter institucional, a subestimação do seu funcionamento próprio, ou então, diluindo seu caráter enquanto organização burocrática e corporativa (defesa de seus próprios interesses, autonomia relativa diante das classes sociais, principalmente diante as classes dominantes). Em suma, a burocracia militar é comandada por uma lógica de organização interna, pautada pelo critério de seleção universal formal, profissionalizante (= competência), regras impessoais baseadas no direito burguês, sigilo militar etc.: a lógica do burocratismo, uma organização hierarquizada que comporta um tipo de dominação interna homóloga ao despotismo de fábrica. Enfim, estamos salientando seu caráter enquanto instituição estatal especializada no exercício do monopólio da violência e que está atravessada, de ponta a ponta, pela luta de classes, como acontece igualmente com o conjunto do aparelho de Estado.

Segundo, a burocracia estatal, cujo núcleo duro, por assim dizer, é a burocracia militar, não tem limite de intervenção, já que, a democracia política tem, a nosso ver, um caráter contingente no tipo de Estado burguês. A limitação dessa intervenção depende de vários fatores socioeconômicos e políticos e da correlação das forças sociais em luta numa formação social capitalista concreta: a instauração de formas de Estado democráticos e formas de regime semelhante; e, principalmente, a limitação constitucional para afastar o golpe de Estado (como os casos das constituições impostas na

Sobre essas questões, ver também as observações de Saes, “O conceito de estado burguês” (cit.); ver o item “*O burocratismo burguês*”.

Itália pós-fascista e na Alemanha pós-nazista). Contudo, não é suficiente para afastar o golpe de Estado definitivamente.⁸ Pois uma vez esgotados os recursos da democracia política (um tipo de representação popular) para solucionar determinadas crises políticas (provocadas pela luta de classe no seio do bloco no poder, pela relação entre este e as massas populares, nomeadamente as crises relacionadas com a mobilização política das últimas, etc.), impõe-se a intervenção da burocracia (outro tipo de representação popular, que é constitutivo do tipo burguês de Estado). Nesse tipo de Estado, tanto o golpe de Estado como a mobilização política das classes populares se configuram como duas fontes importantes de instabilidade política. No caso de um Estado burguês sob a forma militar-ditatorial, a intervenção estatal e a arbitrariedade tornam-se reinantes, e estas se patenteiam no golpe de Estado. Neste contexto, a confluência dessas duas fontes de instabilidade, acopladas à condensação de crises e contradições que produzem outras fontes significativas de instabilidade política, esta tende a se exacerbar. É nesse sentido que entendemos a sentença poulantziana segundo a qual esse Estado é constitutivamente instável e, acrescentamos, dependendo do caso, “explosivo”.⁹

O outro aspecto teórico importante diz respeito ao caráter da crise da ideologia dominante. A emergência dessa crise reside no fato da ideologia das classes ou frações dominantes - que teria a função de subordinar e sujeitar politicamente as classes dominadas, sendo “cimentadas” ou enquadradas pelo discurso ideológico dominante – não consegue cumprir essa função. Assiste-se

⁸ Evidentemente, aqui, nos limitamos ao caso boliviano. A própria constituição de 1967, a despeito de seu conteúdo liberal, como as 14 constituições anteriores, é mais explícita no que diz respeito ao papel das forças armadas: estas estão por cima da constituição e têm leis próprias (Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas, constantemente modificada como a carta constitucional); a intervenção e a figura do golpe é patente. O que significa que o golpe de Estado teve uma cobertura constitucional, não contradizendo, no fundamental, o conteúdo desta. Por outro lado, é sobejamente conhecido o fato de que o Estado militar-ditatorial cria suas próprias leis (proliferação de regras e dispositivos excepcionais) que, em muitos casos, não contradizem a constituição, porém não as cumprem: o que prevalece é a exceção e a intervenção permanente. O que não significa a ausência do funcionamento do direito burguês, como bem mostrou Poulantzas em *Fascismo e Ditadura*. Uma aproximação analítica da problemática da relação entre dispositivos constitucionais, direito burguês e a sucessão pela via do golpe de Estado, no caso boliviano, foi feita por nós em “O Estado-de-golpe” (1998); consultar capítulo VI, item “A forma de sucessão governamental”.

⁹ Poulantzas (1978). Esclareça-se: com a adição do caráter explosivo a essa sentença não estamos sugerindo que um Estado desse tipo necessariamente desaguaria numa situação revolucionária. Estamos tão-somente apontando a possibilidade de um caso de instabilidade política extrema, sublinhando o caráter altamente desorganizador e despolitizador das massas populares através da prática sistemática da intervenção golpista do Exército (o caso boliviano). Entretanto, a possibilidade de um caso “explosivo” virar uma situação revolucionária não deve ser afastado totalmente, pois os processos políticos boliviano (um golpe militar derivou em Revolução em 52; a ditadura barrientista desaguou no governo militar Ovando que, por sua vez, derivou no governo Torres, no qual se instaurou a Assembléia Popular independentemente da vontade política deste) e português (o golpe militar que derrubou a ditadura salazarista desaguou na chamada “Revolução dos Cravos” em 1974) podem ilustrar essa situação.

assim a uma ruptura dos laços de sujeição política e as classes dominadas passam a combater, num grau intenso e variável, tal ideologia. E a forma do combate das ideologias dominantes pelas classes dominadas é feito, conforme Bordieu, através da “referência de oposição”: estas realizam “a sua própria revolta contra o sistema de dominação no quadro referencial da legitimidade dominante”, isto é, “vivem as suas condições de existência nas formas de discurso político dominante”.¹⁰ Isso ocorre porque, numa formação social concreta, não somente existem unicamente as ideologias das classes ou frações dominantes: existem também subconjuntos ideológicos, próprios das classes dominadas, como a ideologia da classe trabalhadora, a ideologia da pequena-burguesa etc. Com efeito, estes subconjuntos ideológicos tendem a ser impregnados pela ideologia ou ideologias dominantes. Por outro lado, um outro aspecto importante da crise da ideologia dominante pode afetar também a relação da burguesia com sua própria ideologia e repercutir incisivamente no seio bloco no poder. E a luta também se processa de forma homóloga à estabelecida entre classes dominantes-classes dominadas: a referência de oposição. Nessas condições, não se pode excluir a possibilidade do impacto dessa crise ideológica no interior do aparelho do Estado, pois este tem uma natureza de classe e é atravessado, de ponta a ponta, pela lutas de classes. No caso de um Estado militar como o boliviano, em que o Exército exerceu a função de partido político, tal crise tende a afetá-lo de uma forma devastadora: os subconjuntos ideológicos próprios desta instituição sofrem o impacto da crise da ideologia dominante. Isto se explica pelo fato de que a hierarquia castrense, que tende a ser composta de diversas frações das camadas médias e de certas frações das classes dominantes, filiadas as diversas expressões ideológicas das classes dominantes, vivem suas condições de existência no discurso político dominante; e o combate dessas ideologias também se processa com a lógica da referência de oposição.

¹⁰ Poulantzas (1986:218). Nas primeiras observações teóricas também nos apoiamos nesse autor (1978:82-83). Para o que segue ver Therborn, quem também coloca observações parecidas às de Bourdieu: as “contra-reivindicações organizadas das legitimidades e os efeitos que produzem sobre a lealdade e a eficácia dos aparelhos de Estado quando são postos a prova”; a “desorganização da legitimidade”, enquanto afeção dos aparelhos de dominação, diferentemente da tradicional “perda” da legitimidade, relacionada com “as idéias dos dominados” (1995:85-86).

No caso que nos ocupa, assistimos a uma descomunal crise da ideológica dominante: o nacionalismo revolucionário burguês. Tal crise aparece generalizada – suas diversas formas de expressões ideológicas (nacionalismo conservador e autoritário, nacionalismo populista reciclado, nacionalismo reformista, nacionalismo radicalizado etc.) repercutem no seio do bloco no poder e se estendem ao aparelho de Estado e a seu principal ramo de aparelho: o Exército. Nestas condições, não é de estranhar que o combate das ideologias dominantes, através da referencia de oposição, adotem outras formas correlatas, como a organização de “contra-reivindicações” de legitimidade (contra-ideologias) – conforme sustenta Therborn (1995) - dos subconjuntos ideológicos, próprios desse ramo de aparelho, o que já é um poderoso indício do grau de desintegração da unidade, da quebra constante da disciplina, bem como do acirramento da luta de classes no seio da instituição castrense. O que, por sua vez, se compatibiliza com a emergência de uma “desorganização da legitimidade” provocada pelo próprio aparelho de Estado como efeito da condensação das suas crises e contradições internas. Podemos, assim, detectar um tipo de crise ideológica generalizada, pelo menos em dois níveis: no seio do bloco no poder e no âmbito do aparelho estatal. É com base nessas observações teóricas que devemos classificar as diversas correntes ideológicas ou os subconjuntos ideológicos militares no seio da instituição castrense.

Podemos concluir esta parte colocando três observações adicionais. Primeira, a “extrapolação funcional” no Estado militar, detectada por alguns autores,¹¹ não altera o caráter da tendência

¹¹ Ver João K. de Moraes, “desenvolvimento e legitimidade na ideologia dos militares no Brasil e no Peru” (2001:29, 45) (o artigo original é de 1975). A extrapolação funcional é entendida como uma resposta à uma crise nacional provocada pelo desenvolvimento capitalista (grandes interesses monopolistas) e a intervenção da burocracia militar, a favor daquele, contra a burguesia (bloco nacional-burguês de tipo nacionalista) – isto é, um conflito entre burocracia e burguesia nacional. Ela seria típica das ditaduras dos países mais industrializados do cone Sul (Brasil, Chile, Argentina), consideradas *institucionalizadas* (dirigidas por um suposto comando orgânico e coeso), com um aparelho militar-repressor “ultra-moderno” (o que acompanharia o nível de industrialização). A ditadura brasileira ter-se-ia convertido em “modelo” para suas homólogas da Bolívia, Uruguai e Chile. Quer dizer, estas ditaduras seriam uma variação do primeiro tipo (baseadas no critério da extrapolação funcional). Uma outra variação de ditadura seriam aquelas que padeceriam de uma fraqueza institucional e seriam comandadas por um déspota ou caudilho (Paraguai, ditaduras da América Central), portanto, ditaduras “arcaicas” ou “residuais”, constitutivas de países atrasados onde predomina o campesinato e a grande propriedade fundiária (pergunta: como explicar os caso de Brasil, que é um dos países sul-americanos com maior concentração da grande propriedade fundiária? E o caso da Bolívia, onde predomina o campesinato parcelar e também a grande propriedade fundiária? A ditadura banzerista seria uma pura encenação da ditadura brasileira?). No extremo oposto, existiria outro tipo de regimes militares reformadores/revolucionários que perseguem a independência nacional e promovem transformações socioeconômicas (Peru e Panamá) (o nosso autor esqueceu o governo Torres e a Assembléia Popular).

intervencionista da burocracia estatal (militar), já que é uma consequência e não a causa dos excessos cometidos pelos funcionários estatais (militares) que comandam o aparelho de Estado. Segunda, a forma de Estado militar-ditatorial é devida a uma crise política profunda (crise de Estado, crise de hegemonia) numa formação social capitalista concreta, cuja solução através da intervenção do Exército é insuficiente para eliminar suas principais causas. Este tipo de solução, condensada na figura do golpe de Estado, visa, contraditoriamente, “eliminar” a luta de classes tanto no seio do bloco no poder como na formação social. Terceira, no caso do Estado militar boliviano do período em foco, a intervenção permanente do Exército foi utilizada como uma solução do conjunto de crises políticas, principalmente da crise de hegemonia, mas revelou uma das principais estratégias (sucessão ou alternância no poder pela via do golpe de Estado) adotadas pelas classes dominantes bolivianas, em consentimento com a intervenção da burguesia imperialista, com o fim de acelerar o processo de acumulação de capital num contexto de uma acentuada crise de acumulação.¹²

Neste contexto, as crises e contradições provocadas pela intensa luta de classes nesses dois níveis passam a se condensar no Exército, sofrendo este um impacto devastador. Noutros termos, se o novo Exército boliviano já nasceu institucionalmente fraco e vulnerável, esta situação tendeu a ser agravada pelas crises e contradições políticas intensas oriundas do bloco no poder e da resistência política das massas trabalhadoras e populares contra a sua função interventora e repressora. O que redundou na sua maior vulnerabilidade e na aceleração de suas crises e contradições internas. Assim, o funcionamento do Exército boliviano deve ser considerado como um caso peculiar.¹³ Não por acaso a busca permanente da mínima unidade da instituição castrense aparece como condição *sine qua non*

Note-se que a classificação dessas ditaduras é feita a partir do critério da “extrapolação funcional”. Nesse sentido, pensamos que o autor se aproxima das teses defendida por O’Donnell em relação ao Estado-burocrático autoritário (constitutivo dos países mais industrializados da região em causa. Este autor tendeu a caracterizar os demais regimes militares com essa lente: o caso boliviano (anos 70) é enquadrado num tipo de Estado-burocrático autoritário atrasado.

¹² O que não é novo e exclusivo do caso boliviano, e pode ser verificado no processo histórico: num contexto de descomunal crise generalizada, o capital monopolista tende a aplicar uma solução das crises de acordo com seus interesses econômicos e políticos do momento, e provoca a mudança das formas de Estado e de regimes: regimes autoritários, ditatoriais, ditadura fascista etc.

¹³ Com isso estamos querendo sublinhar a peculiaridade do Exército e do caso boliviano, semelhante, a nosso ver, em vários aspectos aos casos português, grego e espanhol analisado por Poulantzas, e ao caso argentino. Esclareça-se: com isto estamos tão-somente sugerindo tais semelhanças sem pretendermos mostrar suas evidências.

da estabilidade política, num momento em que tal instituição está ao borde da desintegração e do colapso. Nesse contexto, a exigência de estabilidade política pelo capital estrangeiro, ao qual o Exército responde através da busca intensa desse objetivo, revela, de um lado, a flagrante contradição entre dominação ideológica (discurso sistemático na busca da estabilidade), e de outro, a dominação política e a exploração das massas populares: a ditadura e o processo de acumulação de capital somente poderiam ser concretizados pelo reforço da instabilidade política do país. Paradoxalmente, o processo de estabilização efetivo foi impulsionado pela luta do movimento operário e das massas trabalhadoras contra a dominação ditatorial do grande capital monopolista americano e de seus aliados políticos internos. E essa luta se processou nos moldes da referência de oposição e da criação de contra-ideologias: a estabilidade política somente poderia se concretizar com a derrubada da ditadura e da instauração da democracia política burguesa. A essa luta se somaram setores das camadas médias urbanas, certas frações burguesas e os próprios militares de oposição. Assim, o Estado militar se configurou como um Estado altamente instável, assolado por um processo desestabilizador acentuado.

Visto isso, voltemos a nosso tema inicial. Com base nas observações precedentes, podemos propor a classificação das correntes ideológicas militares (com seus respectivos subconjuntos ideológicos) baseada no seguinte critério: o grau de seu afastamento/aproximação político-ideológico do proletariado mineiro e do movimento popular organizado; ou então, o grau de seu afastamento/aproximação das classes dominantes. Este critério supõe, também, um certo grau de defesa da democracia política em geral (defesa de certos aspectos da cidadania civil, política e social já conquistados pelas classes trabalhadoras e estendida às massas populares) e da democracia dinamizada pela classe operária. Podemos, assim, classificar quatro grandes correntes ideológicas militares, que corresponderiam às facções que vigoraram nos anos 70:

1) Facção militarista-nacionalista - Se afasta completamente do proletariado e do movimento popular organizado autônomo (camponês, pequena burguesia ou camadas médias) e os combatem

permanentemente. Caracteriza-se pelo seu autoritarismo acentuado e pela defesa da constituição com fins golpistas (Constituição de 1967 elaborada no governo Barrientos). Ela aparece articulada, de uma forma variável, às principais frações da burguesia interior, à burguesia compradora e, sobretudo ao capital monopolista americano/estrangeiro que opera nos setores mineiro petrolífero, cujos principais suportes são o capital bancário/financeiro. Também aparece como a principal representante político desse grande capital monopolista. Mas tal representação é disputada acirradamente pelas frações dominantes do capital mineiro-exportador nacional e pela burguesia compradora, o que provocou conflitos e contradições permanentes entre esta facção militar e essas frações burguesas, conflitos que aparecem condensados na luta contra a burocracia estatal. A facção se subdivide basicamente em liberais e conservadores (a diferencia entre as duas ideologias é muito tênue): Barrientos, Banzer, Pereda; oficiais filiados e simpatizantes da FSB (cni. Selich, gal. Zenteno e Mj. Cayoja) e do PDC; logias militares de direita anticomunistas e grupos paramilitares, como a guarda pretoriana do grupo militar dirigente banzerista, que substituiu o FURMOD (criado no governo Barrientos) – esta guarda pretoriana, comandada pelos ministérios do Interior e de Defesa exerceu o papel de polícia-política (o equivalente ao SNI das ditaduras brasileira e chilena). Um aspecto geral que unifica esta facção é a ideologia anticomunista, reforçada pela ideologia da segurança nacional propalada pelo Pentágono.

2) Facção nacionalista-revolucionária - Se filia a uma ideologia eclética que combina, de um lado, a influência da ideologia nacionalista-revolucionária burguesa de corte populista conservadora (no estilo do MNR-Estenssoro), e de outro, a influência de uma ideologia nacionalista apregoada pela FSB (um tipo de ideologia “integralista” e corporativa atenuada, uma variante da ideologia do MNR).¹⁴ Esta facção não se afasta totalmente do proletariado e dos movimentos sindicais (COB);

¹⁴ Não por acaso esses dois partidos estão presentes na FPN e participam na primeira fase da ditadura banzerista, porém tal aliança esteve eivada de contradições e conflitos intensos. Os dois partidos nascem nos anos 40 e comungam a mesma ideologia, claro, com suas respectivas variações e diferenças: uma variante da ideologia nazi-fascista própria dos países atrasados. Influenciado pela classe trabalhadora, o MNR se distancia dessa ideologia e passa a adotar uma ideologia nacionalista abertamente burguesa (seus integrantes são da pequena burguesia e das camadas médias urbanas no momento), com um discurso

contempla a outorga de algumas concessões políticas e sociais a estes setores, porém limita a sua participação com o fim de dirigi-los através de um tipo de sindicalismo de Estado. Todavia, ela se caracteriza pela sua prática democratizante, escondendo sua intenção autoritária devido também à influência da ideologia da segurança nacional. Subdivide-se em: a) constitucionalistas-reformistas, filiados ou simpatizantes do MNR-Estenssoro e de outras facções desse partido: generais Iriarte, Padilla, Mj. Prado; b) constitucionalistas-liberais, filiados ou simpatizantes da FSB, da DC e do PDC; e c) constitucionalistas-conservadores, que adotam posturas semelhantes aos da primeira facção. Em geral, esta facção aparece defendendo, no seu discurso, o capital nacional, mormente o médio capital e o capital não-monopolista (indústria manufatureira, indústria mineiro-extrativa, setor agrário); também se opõem, num grau variável, ao capital monopolista e reivindicam a expansão do setor estatal como base do desenvolvimento.¹⁵ Entretanto, não escondem sua aspiração de lutar pela representação do grande capital estrangeiro.

antimperialista (populismo) para atrair as massas trabalhadoras. Muitos oficiais aderiram a essa ideologia e integraram o partido (p. e. o governo Villarroel em 1946, militar que passou a ser difundido como um mito e herói pelo MNR desde essa data). Já a ideologia da FSB não passa de uma pura encenação da ideologia fascista que revela um transplante da ideologia da ditadura franquista (seus esquadrões armados e militantes adotaram o estilo dos “camisas brancas”), mais ou menos semelhante à ideologia dos militares “integralistas” brasileiros dos anos 20 e 30. Ambas ideologias divergem no que toca tanto à forma de organização como ao papel do Estado. Antes da revolução de 52, o MNR previa fazer uma aliança com a FSB, mais o momento político o levou a abandonar essa possibilidade. Em 1964, o MNR-Estenssoro tenta novamente aproximar-se deste para salvar seu governo do golpe militar. Certas facções esquerdistas dos dois partidos tentaram participar da Assembléia Popular, mas foram interditados pela classe trabalhadora, principalmente o MNR-Estenssoro. Por fim, no golpe de 1971, os dois partidos estão juntos.

¹⁵ Uma análise dos principais temas abordados pela revista ou coletânea *Temas Nacionales*, editada pelo instituto de Altos Estudos Nacionales do Comando do Exército, revela basicamente uma ideologia desenvolvimentista e estatista (liberal e conservadora) que, no fundamental, não se diferencia das posturas política e ideológica das duas facções majoritárias (a primeira e segunda facção); a diferencia é de forma e varia de acordo ao momento político. Ver: Urquiola (1973), “El desarrollo industrial en la FF.AA. y el desarrollo industrial en el país”. Essa é a ideologia predominante na COFADENA (criada em novembro de 1972). Mas existe um exemplo mais emblemático. Em julho de 1972, o cnl. Hugo Bretel, comandante da Escola Militar de Engenharia convida Estenssoro a dar uma conferência numa sede militar sobre “Política y Desarrollo”; o recinto estava completo e a conferência foi um sucesso. No dia seguinte, a imprensa noticiou o evento sob a manchete “V.P. Estenssoro propone solución al atraso nacional” (*Presencia*, 26/7/72) e atribuiu o convite da palestra ao comandante de Engenharia do Exército cnl. José Patiño. O que virou uma verdadeira polêmica e criou mais uma crise profunda, de um lado, no seio das forças armadas, comandada pela primeira facção militar, e de outro, na relação do governo com o MNR-Estenssoro, que participava da FPN. Pressionado pelos setores militares que se opunham ferreamente a Estenssoro, Patiño (simpatizante da FSB) reclama ao editor do jornal, numa carta pública (na qual endereçou opiniões pejorativas contra o palestrante), que ele não convidou tal político. Por sua vez Estenssoro, em sua condição de chefe de um partido que participa do governo (FPN), escreve outra carta pública ao presidente (Banzer) exigindo uma explicação não apenas pela afronta a sua pessoa feita por Patiño, mas se a opinião deste representaria o critério do Exército. O Comandante-em-Chefe responde, em outra carta pública, que a opinião de Patiño não representava o da instituição. Este fica inconformado e publica sucessivas cartas públicas ratificando que sua posição representava o sentimento de rejeição generalizado no Exército contra o MNR-Estenssoro, principalmente contra G. Bedregal, subchefe do MNR (quem no ano anterior havia publicado um livro “Los militares en Bolivia” [Cf. Bedregal, 1971] no qual fez uma crítica pertinaz à instituição castrense, salientando seu caráter não-profissional e caudilhistas). A crise se estendeu praticamente até o final desse ano. Naquela ocasião, Ballivian (e durante todo o período da ditadura) o empresário liberal-conservador, defensor dos antigos “barões do estanho” e

3) Facção nacionalista-reformista - Estes aparecem mais próximos do proletariado e do movimento popular organizado, pois foram atraídos ideologicamente por estas classes, mas não conseguem ir além de uma postura nacionalista-populista radicalizada – isto é, defendem a recuperação da soberania nacional, o reforço do Estado e o controle do capital estrangeiro como questões estratégicas urgentes. Contudo, são ultrapassados ideologicamente pelo proletariado e o movimento popular organizado, e recuam politicamente. Eis sua característica ambígua. Subdividem-se em: a) reformistas-centristas: Ovando; b) reformistas-esquerdistas: Torres.

4) Facção reformista-radical – Composta por suboficiais e prazas que emergem durante o funcionamento da Assembléia Popular (se manifestaram no início de agosto de 1971) e aparecem como simpatizantes desta e da luta pelo socialismo: se autodenominaram Vanguardia Militar del Pueblo (VRP).¹⁶

principal ideólogo dos empresários da mineração média, freqüentava o Exército dando palestras no Altos Estudios Militares (Cf. Ballivian, 1974). Conclusão: o governo expulsa do país Bedregal e outros militares (cni. Juan Ayoroa); Patiño, que defendia a não participação dos militares na política e na FPN, se torna ministro e em 1974 será demitido por conspirar (tentativa de golpe) contra o governo.

¹⁶ Conforme a nossa pesquisa, o grupo lançou três documentos públicos anônimos: “Mensaje Revolucionário de un sector anónimo del Pueblo” (12/8/71), “Pensamiento Revolucionário del Sector Anónimo del Pueblo” (13 de agosto) e 14 de agosto, ver “Nuevo documento. Suboficiales dicen que buscan instaurar la justicia social. Rechazan reacciones de los Jefes” (todos publicado em *Presencia*). Vejamos brevemente seus aspectos principais: o grupo se considera o proletariado das forças armadas, defendem a revolução na instituição, reivindicam a sua dissolução e a substituição por um Exército Popular Revolucionário; exigem o estabelecimento de um inquérito contra os chefes e oficiais responsáveis pelos massacres e assassinatos de operários (estes deveriam ser aposentados e dados de baixa da instituição); declaram guerra aos oficiais, abolição dos elevados salários e privilégios destes, exigem a imediata anulação dos convênios de assistência militar dos Estados Unidos para a Bolívia, a suspensão dos viajes para o adestramento militar nesse país. Há vários aspectos importantes que nos interessam salientar: 1) declaram que as forças armadas se converteram no principal partido político do país, e que o “apoliticismo” dos oficiais é falso, nesse sentido, os prazas praticarão a política assinalada pelas massas populares; 2) o Exército é dedicado à repressão dos intentos revolucionários do povo – isto é, o exército somente exerceria um papel repressor das massas populares; 3) não existe identificação dos oficiais com o povo, esta identificação somente existe nos prazas: “precisamente, pelo isolamento de que somos objeto, graças ao qual nos temos libertado do perigosa influência que é característica nos militares, os quais aparecem freqüentemente desempenhando o papel de revolucionários, restauradores etc., esquecendo a mais longa tradição de fracassos e escândalos, como a única justificativa de ter passado pela alta condução nacional”; 4) é uma instituição despótica e opressora, pois os suboficiais e prazas são explorados e castigados pela hierarquia militar baseada numa legislação obsoleta; 5) a disciplina e unidade do Exército pregada pela hierarquia não existe: o que existe é uma doutrina anticomunista imposta pelo Pentágono americano em torno da qual se unem os oficiais; finalmente, declaram que os prazas se constituiriam no “sólido baluarte às tentativas golpistas” da direita das forças armadas, e que esta teria ignorado o grau de maturidade alcançado pelos prazas etc. Esta corrente ideológica parece ter sobrevivido de forma subterrânea pelo menos até depois de 1979, conforme mostra o seguinte documento: “Ejército y Revolución. Los soldados nos alineamos junto a la mayoría nacional” (Folheto publicado em 1984, 2ª ed., e publicado em Lora, 1987, pp. 320-362, Vol. II). Entretanto, não temos dados exatos para comprovar essa sobrevivência. É possível que esse documento tenha sido elaborado pelo POR-Lora. Contudo, nas nossas entrevistas com Lora em La Paz (26 de maio e 5 de julho de 2000), ele confirmou a existência do grupo da VRP, bem como também um grupo pequeno de oficiais que simpatizavam com a Assembléia Popular.

Deve-se tomar em conta que tais correntes ideológicas não são compactas e homogêneas, elas podem mudar com bastante facilidade e rapidez (aspecto movediço que já foi salientado), substituição de uma ideologia por outra, de acordo com a conjuntura política, os interesses econômico-políticos em jogo, bem como com um conjunto de fatores que é impossível, aqui, identificar. Partimos do suposto de que elas mantêm uma certa coerência, pelo menos mínima (seus “núcleos duros”) no que diz respeito a suas estruturas discursivas, determinadas pela sua condição de funcionários estatais que detêm o monopólio da violência: a burocracia militar (corporativismo, *sprit de corps*). Do contrário, a nossa classificação ficaria comprometida. No que diz respeito às duas primeiras correntes, podem se detectar: de um lado, constantes oscilações e mudanças de posições em cada corrente, de acordo com os interesses econômicos e políticos em jogo (aderência a um determinado projeto golpista, estratégia de luta contra as outras facções personalistas; grau de cooptação e suborno oriundos do próprio governo, da empresa privada e do capital estrangeiro etc.); de outro, a mudança ideológica de seus integrantes tende a ser acompanhada da passagem de um bando para outro, ou então a defesa de várias posições ideológicas ao mesmo tempo, numa espécie de “transmutação ideológica” contínua (fenômeno que no movimento operário é conhecido, no jargão sindical, como “entrismo”). Por exemplo, integrantes que defendem a ideologia de corte nacionalista-militarista passam a defender uma postura nacionalista-revolucionária de corte liberal, o que aparece sob a forma de defesa da constitucionalização do país (os casos do gal. Zenteno, Mj. Cayoja, e os generais Miguel Ayoroa e José Patiño, os três últimos do FSB). O outro exemplo é o caso de Ovando, que ficou arrependido de ter aplicado o golpe de 69 (declaração feita no exílio em meados dos anos 70).¹⁷

¹⁷ O caso mais paradigmático de oscilação ideológica acentuada (marcada, talvez por um fenômeno denominado por Poulantzas como “jacquerie putschista” pequeno burguesa [1978:156]) o fornece o polêmico capitão Arguedas, ex-ministro do Interior do governo Barrientos (1965-69). Oriundo da pequena burguesia, foi militante do PC nos anos 50 e se opunha tenazmente ao MNR, porém admirava tanto a figura de Estenssoro pela sua capacidade de “concentrar”, na sua pessoa, o poder (indício do “culto ao poder” e ao Estado, característicos desta classe social). Abandonou o PC e logo converteu-se num dos principais assessores militares de Barrientos. Tornou-se um verdadeiro estrategista especializado em organizar golpes militares, desorganizar o proletariado mineiro e os camponeses, bem como neutralizar as facções militares oponentes, além de passar a ser membro da CIA. Todavia, comandou o massacre de trabalhadores mineiros em 1967 (massacre de “San Juan”). Logo entra numa terrível crise ideológica. Seguramente devido ao acompanhamento, de perto, do processo político boliviano no final dos anos 60, da perda da soberania do Estado e da tragédia psicológica em razão do massacre dos mineiros; alguns autores mencionam que foi vigiado

Temos, aí, um quadro complexo de posições ideológicas militares heterogêneas (subconjuntos ideológicos) com um alto grau de polarização política no interior das forças armadas bolivianas e que são atravessadas pelo impacto da crise da ideologia dominante. E que, em geral, segue o padrão de fragmentação dos partidos tradicionais. Para os nossos propósitos, tais observações são suficientes na medida em que mostram o grau de fragmentação, de contradições e crises políticas latentes, bem como o caráter altamente instável do funcionamento do Exército. É nesse contexto de luta ideológica que a facção nacionalista-militarista conservadora ascende ao poder no golpe de agosto de 1971.

Passemos agora a examinar, breve e esquematicamente, como se configurou a nova reorganização das facções e grupos no interior das forças armadas durante a ditadura em questão.

Nos três períodos do processo de militarização/desestabilização, detectamos uma luta acirrada entre as duas facções militares principais no interior das forças armadas (as outras duas facções foram exiladas e eliminadas politicamente), cuja polarização se patenteará em quatro grupos importantes: 1) o palaciano filiado à facção nacionalista-militarista conservadora; 2) o da caserna; 3) o opositor interno, composto simultaneamente de oficiais oriundos das duas facções militares; 4) o opositor externo (exilados). Vejamos as características principais destes grupos.

1) O grupo palaciano – Na primeira fase (71-74) participaram neste grupo oficiais integrantes da segunda facção majoritária filiados ao MNR e FSB, cuja distribuição dos cargos militares devia cumprir o acordo da FPN. O grupo se subdividiu em três setores: o pragmático (centro), o de direita e o de esquerda. O centro, comandado pelos militares banzeristas (que denominamos partido militar dirigente) - o “núcleo duro” da facção nacionalista-militarista - , se impôs violentamente e passou a controlar a cúpula militar: desde o início, controlou a oposição do gal, Iriarte (do setor palaciano de

permanentemente pela CIA e, até, “torturado” psicologicamente para que declarasse sua própria identidade; devido a esse fato, Arguedas não via a hora de se vingar da CIA (Cf. Selser, *La CIA en Bolivia*). Por esta ocasião, muda de bando e, depois do assassinato do Che, rouba o famoso Diário deste e, sendo ainda ministro do Interior, burla a própria CIA e foge a Cuba para doar a Fidel tanto o Diário como as mãos do Che (que foram decepadas pelos militares bolivianos para mostra-las como prova da morte deste). Desde Cuba, denuncia quem são os “verdadeiros donos do poder” na Bolívia: o Pentágono e a CIA, junto com seus lacaios locais. Em fevereiro de 2000, no segundo governo Banzer (1999-2002) é encontrado brutalmente assassinado numa rua de La Paz. Cf. Cuevas, *Arguedas – Confidencial* (2000).

esquerda), potencial candidato à sucessão, que é obrigado a renunciar à chefia do Alto Comando das Forças Armadas - este defendeu intransigentemente a não participação da instituição na FPN e, por conseguinte, na política; o partido dirigente eliminou fisicamente alguns representantes do setor de direita (Selich, Zenteno) e manda ao exílio ao Major Cayoja, os quais também reivindicavam a sucessão presidencial. Em 1974, o partido dirigente expulsa do governo os generais Ayoroa e Patiño, acusados de conspiração. Estes últimos passam a se juntar ao grupo opositor interno.

2) O grupo da caserna – Este foi neutralizado pelo partido militar dirigente. Permanecem descontentes pela forma da condução do regime, mas logo conseguem articular uma fraca oposição com aliança do grupo opositor interno e passam a planejar levantes golpistas intermitentes, mas são facilmente desorganizados e controlados. As principais formas de neutralização foram as seguintes: a) a permanente visita de Banzer e do Alto Comando aos quartéis e a sistemática inculcação da unidade castrense, atrelada à ideologia anticomunista; b) a manutenção da disciplina; c) a obediência natural aos comandos; e d) a cooptação das lideranças (comandos) das casernas de diversas formas (distribuição de postos públicos, suborno, ameaça de depuração etc.). Entretanto, dentre essas formas de controle predominou, pelo menos até 1977, a imposição do terror nos quartéis, tarefa comandada pela polícia-política (grupo paramilitar). Valer dizer, a política de repressão foi instaurada também na própria caserna, o que possibilitou a manipulação dos suboficiais e oficiais subordinados e a encenação da consulta aos quartéis para justificar a sistemática prorrogação do governo militar, controlado pelo setor palaciano dirigente.

3) O grupo opositor interno. No mínimo, se subdividiu em três subgrupos alinhados aos partidos tradicionais: MNR-Estenssoro, FSB e PDC. Diferentemente do grupo da caserna, fazem uma férrea oposição ao governo não somente pela forma de condução do regime, mas também pelos excessos cometidos pela política de repressão (depuração violenta e sistemática de oficiais, acusados de conspiração somente por discordarem de alguns aspectos da política institucional e governamental; assassinatos de oficiais palacianos etc.); e, sobretudo pela utilização do Exército como partido

político. Adotam como bandeira de luta a constitucionalização do país: volta aos quartéis, abertura do regime e eleições nacionais, sistematicamente aprazadas pelo governo. Entre as lideranças mais importantes estão:

- a) os expulsos do governo (ex-palacianos de esquerda e de direita): limitam-se a fazer oposição pessoal através da publicação intermitente de documentos públicos que condenam a utilização das forças armadas como instrumento político (gal. Iriarte, Prado Salmon e coronéis José Patiño e Miguel Ayoroa, palacianos de esquerda, os dois últimos alinhados ao FSB); criticam a excessiva corrupção, a constante quebra da unidade institucional, e até chegam a organizar movimentos golpistas para depor Banzer (cni. Selich, palaciano de direita, que foi assassinado pelo partido dirigente);
- b) o chamado “grupo generacional” (oficiais e suboficiais mais jovens, da turma de 58), alinhados ao MNR-Estenssoro, e que foram conhecidos como os “constitucionalistas”;
- c) um setor de suboficiais leais a Selich pertencentes aos regimentos Ranger e Manchego de Santa Cruz, simpatizantes da facção de direita da FSB.

Cabe salientar que esta oposição se caracteriza pela sua ação difusa e desorganizada, marcada pelos interesses corporativos de cada facção militar: cada grupo queria derrubar o governo para alçar seu próprio líder como presidente. A empreitada golpista mais consistente surgiu da facção nacionalista-revolucionária filiada ao MNR-Estenssoro em junho de 1974, liderada pelo “grupo generacional”, mais logo foi controlada (retomaremos este tema mais à frente). Na segunda fase (1974-78), praticamente continuam os intentos golpistas isolados e a proliferação de documentos públicos de condena ao governo oriundos dos oficiais em franca oposição: os ex-palacianos cni. M. Ayoroa, gal. Iriarte e o “Grupo Topáter”. Este lança (em janeiro de 1978) um documento público que ataca duramente o governo pelo *prorroguismo* e pela clara intenção de manipular as eleições marcadas para julho desse ano. O grupo estava composto de oficiais que representavam a maioria das facções militares, mostrando, agora, um caráter unificado da oposição e do *sprit de corps*.

4) O grupo opositor externo – Liderado pelo gal. Torres até 1976, empenhou-se em fazer uma aliança com os partidos proscritos desde 1971 (MNR-Siles, MIR, PS-1, a COB e outros partidos de esquerda no exílio) para estabelecer uma estratégia de luta contra a ditadura, a qual incluía: a) fortalecer o movimento operário interno para pressionar o governo a convocar eleições e b) uma saída militar (golpe) para logo instaurar um governo transitório que convoque eleições imediatas. Contudo, Torres foi assassinado em 1976 na Argentina.

A luta política é intensa e se manifesta nas três conjunturas políticas (fases de militarização/desestabilização): 1971-74, 1974-77 e 1978. Note-se que são patentes pelo menos três crises notáveis que têm um caráter permanente, as quais se tornam cada vez mais agudas: 1) a crise de sucessão militar, que é correlata à crise de sucessão presidencial; 2) a crise de unidade institucional; e 3) a crise da função das forças armadas (participar ou não participar como partido político), e que repercute na crise do regime. Em geral, assistimos um processo de fragmentação e oscilação político-ideológica acentuada na instituição castrense, homóloga ao processo de fragmentação experimentada pelos partidos tradicionais. O grupo palaciano praticamente foi assolado por uma crise política semelhante à experimentada pelo partido MNR nos anos 50. Naquela época, as três facções deste partido lutaram acirradamente pela sucessão governamental: Siles-Guevara – direita; Estenssoro – centro “pragmático”; Lechin Oquendo – esquerda, aliado ao movimento operário. Tal luta se tornou violenta e acabou predominando a facção comandada por Estenssoro, que aplicou golpes sistemáticos (depuração de seus opositores, divisão do partido e manipulação eleitoral etc.). O setor militar palaciano pragmático fez uma encenação desse processo através da defesa aberta da instauração de um partido único (partido militar) no período de funcionamento da FPN, incentivou a luta e divisão no seio desta, até sua eliminação; liquidou (física e politicamente) seus oponentes potenciais (candidatos militares que reivindicavam a sucessão presidencial), manipulou o processo eleitoral de

1978 com uma descomunal fraude e acabou arrastando às forças armadas à beira do colapso, o que, por sua vez contribuiu com a queda da ditadura banzerista.¹⁸

Visto isso, passemos agora a analisar as crises e contradições mais importantes do Estado militar.

4.2 Principais crises e contradições no seio do aparelho do Estado sob o comando do Exército

Para os nossos propósitos, basta, aqui, analisar duas crises importantes no seio do aparelho de Estado que se converteram em fontes potenciais de instabilidade política: 1) a crise de sucessão governamental, em parte já analisada no item anterior, e que se relaciona com as contradições do funcionamento do aparelho estatal e com o processo de militarização; 2) a busca incessante de estabilidade política, que acaba redundando no agravamento da crise anterior (as crises de organização e representação partidária burguesa e a crise de legitimidade serão analisadas mais à frente e a crise de hegemonia no próximo capítulo).

4.2.1 Caráter da crise de sucessão governamental

À luz da nossa periodização do processo de militarização/desestabilização, passamos a analisar os aspectos essenciais desta particular crise política.

Devemos salientar que desde o início da instauração do novo governo esta crise está posta, isto é, será a marca constitutiva até o colapso da ditadura. E está acompanhada de um processo

¹⁸ Abstraídos os dois momentos do processo político boliviano, a coincidência da forma como os dois caudilhos foram depostos não deixa de chamar a atenção. Estenssoro manipula o processo eleitoral na convenção de seu partido no início de 1964 com o fim de conseguir o terceiro mandato, e impõe como vice o gal. Barrientos (é irrelevante a discussão, aqui, segundo a qual os militares impõem este general como vice de Estenssoro). Uma vez conquistada a presidência, Barrientos o derruba através do golpe de Estado em novembro desse ano. Já Banzer, atropela as forças armadas, profundamente desgastadas, impõe a candidatura do gal. Pereda, fraudas as eleições e, no franco descrédito, joga a culpa da fraude a Pereda e logo é deposto por este em julho de 1978.

intenso de instabilidade que se patenteia na acirrada luta entre os setores militares que compõem o setor palaciano e as facções militares dissidentes que passaram à franca oposição, conforme já vimos anteriormente. Todavia, a luta pela sucessão repercute na crise ministerial (crise de gabinete), que se torna crônica: cada escândalo econômico (corrupção generalizada) ou político (excessos da política de repressão contra os próprios militares e contra as massas populares) redundará tanto na troca constante de ministros como na encenação do ataque dos setores comunistas e guerrilheiros contra o governo – isto é, na maioria dos casos, a deflagração de cada crise ministerial e governamental seria provocada pelo inimigo comunista (que estaria infiltrado até na FPN), uma encenação infantil que tentava justificar a ameaça da utilização da força e do terror contra qualquer tipo de oposição e recrudescer a política de ordem. No fundamental, as mudanças mais marcantes do gabinete coincidiram com os momentos mais decisivos da ditadura: a reorganização do aparelho de Estado como consequência das lutas intraburguesas (no bloco no poder) pelo controle da burocracia estatal com o fim satisfazer seus interesses econômicos imediatos. E esses momentos estão relacionados com a ascensão da principal burguesia interior como classe detentora dominante do aparelho de Estado: novembro de 1973, quando são demitidos os ministros da FPN, principalmente do MNR-Estenssoro, e substituídos por representantes daquela fração burguesa - estes passam a controlar os postos chaves do aparelho de Estado, principalmente os órgãos e agências estatais que definem a política econômica. Esse processo é completado em novembro de 1974 com o autogolpe de Banzer: tal fração se consolida como fração detentora do aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que faz parte do sistema hegemônico. Essa mudança substantiva no seio do aparelho estatal acelera o processo de militarização vertical e horizontal do Estado boliviano, o que redundará no aumento da repressão, conforme veremos mais à frente.

Esclareça-se: com esta observação não estamos sugerindo que o processo político boliviano se reduz à ação de “caudilhos providenciais”, o que é estranha a nossa análise.

Para os nossos propósitos, basta mostrar quatro exemplos importantes da crise de sucessão presidencial.

Primeiro exemplo - A crise de sucessão começa no momento da instauração do novo governo militar. Depois das jornadas de 1970-71 (governo Ovando e a Assembléia Popular), as forças armadas estavam desgastadas e francamente divididas. A FPN se antecipa e define o gabinete ministerial no dia 23 de agosto de 71: oito ministros do MNR, seis da FSB, e dois ministros militares. Entretanto, aparecem cinco candidatos militares potenciais: Iriarte, Zenteno, Banzer, Selich e Mendieta. Não se instaura o tradicional triunvirato, o qual deveria ser composto pelos três últimos, segundo acordo prévio entre Banzer e o gal. Iriarte (este buscava ser eleito presidente, já que, conforme a tradição golpista, devia assumir um general; os outros eram majores e coronéis). A chegada imediata do embaixador americano Siracusa, no dia anterior, é sintomática – isto é, parece ter sido fundamental para a ascensão do “núcleo duro” da facção nacionalista militarista conservadora ao poder. No dia 23, uma assembléia militar composta de 450 oficiais delega a presidência *transitória* a Banzer com a condição de convocar eleições no ano seguinte: foi a única consulta de caráter plebiscitária (“democrática”) nas casernas durante a ditadura:

Na guarnição militar de La Paz surgiu um pronunciamento favorável à *convocatoria de eleições gerais*, no possível para o primeiro domingo do próximo ano. O propósito do pronunciamento é encaminhar o país pelas vias institucionais [...] diante da necessidade das Forças Armadas de *lograr a despolitização de seus integrantes*, acabar com a influência que teve na vida nacional desde novembro de 1964 [...]. O pronunciamento assinado por 450 oficiais, foi, sem dúvida majoritário no conclave dos oficiais, porém não o definitivo [...] (“Guarnición de La Paz plantea elecciones para mayo de 1972”, *Presencia*, 23/8/71; grifo nosso).

A eleição de Banzer desperta a cobiça pela sucessão presidencial dos militares mencionados, mas a facção nacionalista-militarista que o apóia se impõe, passa a controlar a hierarquia militar (convertida em partido político da burguesia) e este não abrirá mão da presidência; as eleições são postergadas todos os anos e a crise de sucessão será permanente. Em outubro de 71, Iriarte renuncia à direção do Comando-em-Chefe das Forças Armadas e denuncia publicamente que o grupo militar que apóia Banzer pretendia manter este na presidência indeterminadamente. O principal argumento de

Iriarte era o de que a instituição militar não deveria participar na política (fazer parte do FPN). Na verdade, este general, conforme sua declaração na imprensa, revela que havia um acordo prévio sobre a alternância presidencial entre os dois, antes do golpe. E tal acordo consistia em que se um deles caia na luta o outro o apoiaria. Tal declaração provocou a primeira crise precoce no seio das forças armadas e no governo, e que, aos poucos, foi contribuindo com o aprofundando do processo de reprodução de instabilidade política no regime. Reiteramos, a crise de sucessão governamental se torna violenta e atravessa de ponta a ponta a ditadura banzerista. Iriarte reaparece em 1977: lança uma carta pública condenando o *prorrogismo* do Alto Comando e do governo, e exige abertura política imediata para constitucionalizar o país. Todavia, aparece mantendo sua ideologia constitucionalista e denuncia que a “ação cirúrgica” de 1971 degenerou em ditadura, além de cometer excessos intoleráveis, como a eliminação física de camaradas de arma. Vejamos um trecho da carta:

Não passou por nossa mente naquele momento a eliminação de nenhum partido político e menos ainda de aqueles que, por sua ideologia nacionalista, haviam sido fatores decisivos para a derrubada do governo Torres. Tampouco se admitiu a possibilidade, de que as forças armadas, sempre de acordo com os partidos que formaram a FPN, permanecessem no governo mais tempo do necessário para estabelecer a ordem e devolver ao país o uso de seus legítimos direitos constitucionais. Tais considerações se fundamentaram em que as forças armadas *são o último recurso quando surgem grandes crises e as que por sua mesma estrutura não podem se submeter ao deterioro que normalmente ocorre durante o exercício prolongado do poder [...]*. Assim, é bom lembrar que o princípio estrutural das forças armadas é a obediência hierárquica, conceito oposto à permanente discussão razoável que constitui a essência do processo político e é evidente que, quando se tem o governo, se faz política, mesmo que se afirme o contrário. É este, e não outro, a origem das desinteligências que provocaram o isolamento de distinguidos generais, chefes e oficiais das forças armadas, *e o conseguinte dano para o processo normal que se desenvolve em seu seio e a fratura real da organização*” (Ver carta aberta do gal. em retiro Remberto Iriarte a Banzer, apud Prado, 1987: 427; grifo nosso).

A pergunta que se impõe é: porque a facção nacionalista-militarista conservadora se empenhou em manter Banzer na presidência por um período relativamente longo, num contexto de descomunal crise institucional e de proliferação de outras crises que aprofundaram a instabilidade política? A resposta, evidentemente, não é simples. Boa parte dela já foi respondida ao longo deste trabalho. Entretanto, complementemos essa resposta analisando alguns fatores internos relativos ao funcionamento do principal ramo de aparelho de Estado, ao qual se articulam outros fatores políticos internos e externos.

A nosso ver, a questão fundamental reside em três aspectos. Primeiro, o apoio político crucial que o ditador de turno recebeu dos Estados Unidos e o suborno felpudo, sobretudo da Gulf Oil e de outras firmas americanas, bem como de fontes internas. Basta lembrar o escândalo do suborno da Gulf a Barrientos e Banzer (que teria oscilado entre 1 e 4 milhões de dólares – esta seria, no mínimo, a “fortuna” desse soldado)¹⁹ denunciado pelo *Wall Street Journal*. Tal escândalo se alastrou durante os meses de maio e junho de 1975, com depoimentos do presidente daquela firma ao senado americano, e que, na Bolívia, se reduziu a uma pura encenação de “querelas” jurídicas contra as “acusações” ao governo boliviano, mas não passou disso. Segundo, a permanência do ditador é um indicador do peso específico que jogaram os interesses econômicos e políticos – e este é o aspecto mais importante - das frações de capital preponderantes do sistema hegemônico e sua relação com a cúpula militar dirigida pelo setor palaciano dirigente. Terceiro, a importância desse apoio econômico e político mostra também o caráter violento e criminoso do setor militar dirigente no exercício do poder: controlou a cúpula militar (pela imposição simultânea do terror e do suborno) e eliminou fisicamente seus próprios companheiros de arma que participaram na deposição de Torres e que reivindicavam a alternância no governo (Selich e Zenteno foram assassinados; Cayoja foi exilado; o gal. Iriarte não foi eliminado porque era parente de Banzer). Esses três aspectos podem sugerir que, nessas condições, poderia ascender ao governo até o suboficial mais bruto – como diz Lora - e não necessariamente um general (embora já tivemos, na nossa história, vários generais - Melgarejo, Barrientos, Meza, e agora Banzer - considerados “brutos” pelo jargão da literatura boliviana). Contudo, reiteramos, o problema é mais complexo, cujo aspecto crucial está colocado no segundo ponto: uma aliança de classes proprietárias locais e sua relação com o grande capital monopolista americano no período. Nestas condições, a hierarquia militar controlada pelo setor militar palaciano dirigente (facção nacionalista-militarista conservadora), constituída em partido político dessas classes

¹⁹ Whitehead (1990) havia afirmado que tal governo tinha se sustentado graças à violência e o terror e, sobretudo, ao fato de Banzer ser um “soldado de fortuna” – isto é, o acaso teria definido sua sorte. Sivak (1997:55), baseado em informações do jornal

proprietárias durante o período, não se alçou à condição de burocracia estatal enquanto força social.²⁰ Isso não significa que esse partido militar não tenha entrado em conflitos e contradições na relação com as classes dominantes. Assim, se limitou a representar politicamente o grande capital americano no seio do bloco no poder, o que implicou na sua subordinação político-ideológica diante desse capital. O que, por sua vez, redundou num descomunal desgaste da instituição castrense que a empurrou ao borde do colapso através do processo de militarização/desestabilização do Estado militar boliviano. A seguir, tentaremos complementar a demonstração desta hipótese.

Segundo exemplo importante da crise de sucessão governamental. No decorrer de 1972 e 1973, com a proliferação de intentos golpistas contra o governo, o setor militar dirigente passa a bloquear a alternância dos generais à chefia do Comando das Forças Armadas, pois ameaçava a escalada dos oficiais para reivindicar a presidência. O Alto Comando delega a função dessa chefia a Banzer, passando este a monopolizar quatro cargos: presidência, capitão geral das forças armadas, chefia do Comando Geral das Forças Armadas e presidente da FPN. Em 1973, é abolido o Comando-em-Chefe e se cria o Comando Conjunto das Forças Armadas; no autogolpe de 74 se ratifica essa medida e os integrantes desse comando (Comandantes das três forças) passam a ser ministros de Estado. Em 1977, pela pressão dos oficiais, se restabelece a chefia do Comando Geral, possibilitando novamente a alternância dos generais a esse posto e voltando o perigo do golpe. Porém, em dezembro, num contexto da intensa pressão das massas populares para liberalizar o regime, a ditadura é obrigada a convocar eleições para julho de 78. Nesse momento, o setor militar dirigente novamente concede a monopolização da chefia desse órgão militar ao presidente em consonância com um plano montado para nomear o candidato oficial (Pereda) para o pleito e, por essa via, afastar qualquer intento golpista da oposição militar. Essa medida provoca novamente mal-estar e descontento tanto na oficialidade palaciana como da caserna, e o regime fica mais deslegitimado internamente. O que

Clarín (29/8/73) afirma que o governo argentino (Lanusse) teria aportado com cerca de 20 milhões de dólares etc.

estamos querendo sublinhar é o empenho dos militares dirigentes em dotar uma estrutura de poder militar que seja minimamente estável para manter o governo por tempo indeterminado e, por essa via, afastar a proliferação de novas tentativas golpistas (nas fases anteriores, elas foram controladas violentamente). Entretanto, tal objetivo acabou tendo um efeito contrário: aprofundou o caráter cambiante e altamente instável da estrutura da hierarquia militar e acelerou a crise final da ditadura no final de 1977. Em janeiro de 1978, o “Grupo Topáter” lança sua crítica pertinaz contra o governo:

Declaramos [...] que não nos guia outro objetivo senão o aperfeiçoamento da abertura democrática e repudiamos qualquer outro caminho que queira *distorcer, desviar ou falsificar o direito que tem nosso povo na organização social e política que merece*. A história nacional mostra uma crônica reiteração de acontecimentos realizados por um punhado de membros das forças armadas que, em nome delas, distorceram uma suposta *representação* e que logo originou trágicos desenlaces que escureceram nossa instituição. Essa política militar colocou em risco, mais de uma vez e com graves conseqüências, a vida profissional de nossos camaradas. Em homenagem à democracia digamos basta a essa política suicida. Levar às forças armadas à situação de *partido político armado* desvirtua a carreira de seus componentes e prepara um clima adverso à instituição. [...] *Pressentimos* [a fraude já aparecia como um fato], *num futuro não muito longe, o agravamento de conflitos internos nas forças armadas precisamente por não admitir que elas devam desempenhar um papel muito distinto à qual estão sendo arrastadas por um falso conceito de suas funções*. [...] *Temos a certeza de que o atual regime de governo, que tem como base as forças armadas, atualmente já não expressa o critério majoritário da instituição castrense. Atua por obediência e hierarquia. Se, para se prolongar o sistema ditatorial, deve recorrer, cada vez com maior freqüência, a desarticular os Comandos para buscar apoios transitórios em outros níveis, é uma demonstração palpável de que está introduzindo nas forças armadas o germe de uma crise perigosa. Uma candidatura oficial nascida de uma suposta aceitação das forças armadas tem uma característica negativa que todos os bolivianos conhecem por experiência própria* (grifo nosso).²¹

Terceiro exemplo da crise de sucessão: a reorganização do gabinete ministerial em fins de 1973 obedeceu às exigências das frações economicamente poderosas que passam a controlar o aparelho de Estado sob o comando da nova burguesia mineira. E tal modificação refletiu uma intensa luta política - já iniciada em fins de 1972, por ocasião da polêmica sobre a desvalorização monetária - pelo controle do aparelho de Estado e pela conquista da presidência através de eleições anunciadas pelo governo para 1972 e prorrogadas para 1973, conforme o acordo estabelecido com a FPN desde 1971. O partido militar (setor palaciano dirigente), aliado com o partido empresarial (CEPB) luta acirradamente para diluir a FPN e expulsar do governo os dois partidos tradicionais concorrentes. E a estratégia do governo consistia em desqualificar o funcionamento desses partidos

²⁰ Sobre o papel da burocracia como *força social*, Cf. Poulantzas (1986): consultar capítulo V, item “A burocracia e a luta de classes”. Tanto a burocracia civil como a militar esteve submetida politicamente às frações que compõem o sistema hegemônico.

porque seria fonte de instabilidade política. A estratégia adotada era a de criar um partido único (dilução da FPN) como imperativo de *estabilizar* o país. Banzer não escondia essa estratégia, conforme sustentou numa das convenções do MNR:

Devo admitir que a minha mais alta aspiração, desde que me tornei presidente da república [...] *foi a formação de um só instrumento político que assegure para nosso país um longo período de estabilidade* adequada à construção e à reconciliação nacional num ambiente de liberdade e direito. [...] Entretanto, não devemos rejeitar a possibilidade de que a presença de ativas forças dissociadoras à nacionalidade farão quanto esteja a seu alcance por nos dividir. Essas forças seguem hoje trabalhando firmemente na sombra, e talvez pronto apareçam em evidência por meio de seus característicos meios de violência e destruição. *Venceremos o inimigo comum mediante a ação comum* [alusão a FPN e ao MNR] (*Presencia*, 26/2/72). [...] Minha aspiração é governar todos os bolivianos, sem exceções odiosas, sem discriminações subalternas, sem sectarismos (Idem, 20/8/72; grifo nosso).

Uma vez expulsos os ministros filiados à FPN, em consonância com o plano dos partidos militar e empresarial, o próprio Estenssoro denuncia:

A última crise de gabinete resultou em benefício, não das Forças Armadas [...], nem dos partidos políticos da Frente [FPN]. Favoreceu, diretamente à *grande empresa privada* [alusão à mineração média], cujos interesses nem sempre coincidem com os da Nação nem com os das grandes maiorias [MNR]. *A ela encomendou-se a direção dos campos econômicos, financeiros e sociais do aparelho estatal* (apud Lora, 1980:480; grifo nosso).

Todavia, Estenssoro declara que a mineração média tinha-se convertido num novo poder mineiro, semelhante ao poder dos antigos “barões do estanho”. O vice-presidente da CEPB Lonsdale, manifestou sua satisfação pela “presença de um ministro, como Jaime Quiroga [da EMUSA] em lugar de gente improvisada”. Para CEPB, o pessoal “improvisado” era aquele que dirigiu os altos escalões do aparelho de Estado entre 1971 e 1973 (FPN), em direta alusão ao MNR-Estenssoro (*Presencia*, 29/11/1973). Entretanto, a resposta de Sanchez de Lozada (da COMSUR) é mais taxativa contra o MNR e mostra com clareza o caráter da modificação da direção do aparelho de Estado:

Pessoalmente, eu acredito que essa imagem [dos novos “barões do estanho”] nasce, sobretudo da ignorância, porque realmente as maiores empresas da *Minería Mediana* - existem três - não são nem o pálido reflexo daquilo que foram Hochschild, Patiño, Aramayo, [...]. Imagem que está mantendo-se viva - certa ou não - porque ele [Estenssoro] a lançou como uma linha política [...]: a briga de Estenssoro não era porque colocaram um mineiro médio ou qualquer outra pessoa, mas porque o MNR perdia, justamente, o Ministério mais importante depois do Interior. *Os Ministérios chaves deste país são o da Fazenda e o do Interior* (grifo nosso).²²

²¹ Apud Prado, (1987:451-52). O documento é firmado por generais em retiro, a maioria participou no governo Banzer e nos governos Ovando e Torres. Os militares que assinam o documento se filiam as diversas facções militares com ideologias diversas. Mas prevalece o sentido corporativo unânime da volta à caserna.

Tal modificação substantiva do aparelho de Estado redundou, em janeiro de 74 no massacre da principal classe-apoio do bloco no poder: a carnificina de cerca de 200 camponeses que reivindicavam o controle de preços e da inflação provocado pelas medidas econômicas adotadas pela fração detentora do aparelho de Estado, em consonância com os interesses dos setores preponderantes na economia.

Quarto e derradeiro exemplo da crise de sucessão governamental. Trata-se da tentativa golpista melhor planejada e consistente, elaborada pela facção militar nacionalista-revolucionária, filiada ao MNR-Estenssoro, em junho de 1974. O levante golpista foi comando pelo “grupo generacional” (liderado pelo majores Prado, López e outros): pretendia depor Banzer para logo instaurar um governo transitório para convocar eleições, o que favorecia a ascensão de Estenssoro ao governo. A empreitada foi controlada devido aos erros táticos cometidos pelo grupo e, sobretudo, pela intermediação do cnl. M. Ayoroa, então ministro da Industria que, a nosso ver, contribuiu com o fracasso do golpe. Podemos indagar sobre as razões deste fracasso fazendo três observações. A primeira se relaciona com a hesitação do grupo diante das conseqüências que provocaria: o confronto armado entre camaradas de arma, que poderia desaguar numa carnificina propinada pelo setor palaciano dirigente, cujo braço armado era o temível grupo paramilitar (este aspecto foi indiretamente denunciado na carta pública dos oficiais rebeldes) – aqui prevaleceu, em última análise, o espírito corporativo dos militares. A segunda observação diz respeito ao papel intermediador jogado pelo cnl. Ayoroa, simpatizante da FSB. Tal papel revelaria, no mínimo duas motivações desse oficial: ou aspirava à conquista da presidência, ou então pretendia preparar o terreno para alçar um líder da FSB à presidência (Valverde, Mário Gutierrez que cobiçavam o cargo). A nosso ver, o primeiro ponto parece ter sido o fundamental: a hesitação dos jovens oficiais. O grupo foi depurado e mandado ao exílio. Esse golpe falido acelera a extinção da FPN e o autogolpe de Banzer em finais de 74. Na

²² “La Indústria Minera Privada”, *Revista Minera BAMIN*, n.º 89, julio/septiembre 1976, p.13, apud Moscoso, 1993: 106-7; grifo nosso.

verdade, tratava-se de um plano golpista montado por Estenssoro, pois já havia sido exilado em janeiro de 1974, e a FPN estava em virtual extinção. Naquela ocasião, o governo justificou o exílio daquele por suas atividades abertamente conspirativas (Cf. Lora, 1980:482). O grupo militar se autodenominou “Estado Mayor Central de la Oficialidad Joven” (EMCOJ). Adotaram como bandeira de luta a defesa da carta constitucional, a democracia, bem como a volta dos militares às casernas. No exílio, lança um documento público (19/6/74) no qual justifica que o objetivo da deposição de Banzer obedecia a um consenso generalizado em todas as unidades militares. Estavam a favor da extinção da FPN (lembremos que desde o exílio de Estenssoro este órgão passou a funcionar como órgão formal de legitimação governamental sob a direção das facções dissidentes dos partidos do MNR e FSB, que passaram a apoiar a ditadura). Além do mais, denunciavam a corrupção e nepotismo do governo, pois este não representaria nem as forças armadas nem o país; exigem a renúncia imediata do presidente, a convocação de eleições, bem como a instauração de um inquérito contra os que se enriqueceram às custas do Estado. Todavia, denunciavam a política de repressão contra os próprios militares nas casernas, o que é confirmado com outro documento lançado em abril de 1975:

Diante as responsabilidades que temos perante nosso povo, as Forças Armadas e nossos camaradas, diante a impotência dos oficiais que se encontram no país, *submetidos a uma disciplina repressiva e vigiados por delatores e traidores*, não deixaremos de lutar permanentemente como integrantes do “Movimento Generacional das Forças Armadas (“A nuestros Camaradas de las FF.AA” , 19/6/74, apud Prado, 1987:370-73; grifo nosso).²³

²³ Conforme Prado (1987), em julho de 1973, o mesmo grupo havia lançado o primeiro documento público contra o governo: reivindicam a definição do papel que deveriam jogar a instituição castrense no momento (não participação na política); propõem a diluição da FPN devido a sua corrupção, imoralidade, e a falta de um programa real; exigiam também um governo militar transitório para que logo convoque eleições gerais para viabilizar a volta dos militares aos quartéis. Enfim, criticam a direção da hierarquia castrense que havia abandonado a instituição (não se preocupou com o seu bem-estar etc.). A nosso ver, o contexto desse documento é lançado no momento do agravamento da luta dos partidos militar e empresarial contra os partidos da FPN com o objetivo de expulsar estes do governo. O mesmo grupo lança diversos documentos públicos contra o governo. Em julho de 1976, radicalizam sua crítica e exigem a “destituição e inquérito militar contra o Alto Comando Militar, os comandantes e chefes responsáveis da política desonesta do governo Banzer, bem como inquérito dos militares e civis que conduziram a política da Frente Popular Nacionalista” (apud Domich, 1993: 65). No mês seguinte, lançam outro documento (“Carta Magna”) no qual defendem a aliança dos militares com o povo, a redefinição do conceito de segurança nacional em compatibilização com a defesa da soberania do Estado e da independência nacional. Mas conforme Prado, o grupo voltou do exílio e foi facilmente cooptado pelo governo através do oferecimento de postos públicos e outros privilégios, e o grupo foi perdendo força (um dos principais líderes do golpe falido de 74 – o “tanquetazo” –, o major Prado (que escreveu um livro sobre as forças armadas, e citado por nós), foi ascendido a coronel, e converteu-se em assessor da presidência, além de participar na articulação da candidatura de Pereda montada pelo governo em 1977-78. Conforme Domich, o grupo praticamente se divide e, afinal se dilui em 1979, com a ascensão do gal. Padilla à presidência, que convoca eleições para esse ano (nós já tínhamos mostrado em outro trabalho que este general tinha ampla ascendência com o MNR-Estenssoro e se empenhou a eleger-lo no pleito de 1979); alguns defendem abertamente Estenssoro (MNR) para presidente e outros ainda reivindicam a volta aos quartéis. E a contradição flagrante deste grupo é que ficam indiferentes diante do processo de inquérito parlamentar instaurado pelo Congresso de 1979 contra Banzer, uma vez que eles tinham defendido inquérito contra o Alto Comando em 1976 (Domich, 1993:65). Esse fenômeno também foi

O verdadeiro perigo não está na esquerda ortodoxa ou extremista, porém nas tendências oportunistas infiltradas em todos os governos, que podem ganhar setores [militares] com as consignas permanentes do temor ao avanço vermelho. [os grupos oportunistas] têm acesso [à cúpula militar], que é de onde surgirão as primeiras reações (“Documento Programático del Movimiento de los Militares Revolucionários de Bolivia” (MMRB), abril de 1975 (apud Domich, 1993:64; grifo nosso).

No autogolpe de novembro 1974, o governo acusou os ministros de Indústria cnl. Miguel Ayoroa e de Urbanismo cnl. José Patiño de encabeçar outra tentativa de golpe, no início desse mês, deflagrado em Santa Cruz e comandado pela FSB (Valverde). Os dois foram demitidos e passam à oposição aberta contra o governo. Em janeiro do ano seguinte, Ayoroa lança uma carta pública denunciando a existência de um grupo “assessor” que comandaria o país de acordo com seus interesses particulares. Para este militar dissidente, tais interesses “não são os interesses da nação nem das maiorias” e que “os atuais comandos das Forças Armadas entraram nesse jogo: *indistintamente respaldam todas as soluções impostas por esse grupo econômico de pressão, que logo aparecem como ‘decisões de política governamental’*”. Estas são justificadas “com a frase de *lealdade ao presidente*”. Conforme o documento, as forças armadas teriam apoiado o presidente com o fim de iniciar um processo de abertura política do regime, pois esse era o anelo de oficiais e prazas da instituição. Além do mais:

[...] se pretende utilizar as próprias Forças Armadas como instrumento para *favorecer os propósitos* [interesses] *do poder do grupo governante*. Monta-se um autêntico *sistema de patronato e corrupção* [no seio do Estado]. [...] As medidas implantadas no dia 9 de novembro [autogolpe] *foram aprovadas às custas das Forças Armadas*, cujos Comandos a nível nacional *não foram consultados*. Entretanto, toda a responsabilidade do atual processo recai sobre as Forças Armadas. Os ‘sábios’ [assessores] do grupo de pressão iniciam uma custosa campanha na imprensa para auto-elogiar a solução ‘salvadora’ [aprofundamento do processo de militarização], justificando que com o novo esquema viria a prosperidade e grandeza que freqüentemente ofereceram ao povo [...] (Ver carta do cnl. Miguel Ayoroa intitulada “Palabras de un soldado”, *El Diario*, 6/1/75, p. 6; grifo nosso).

Em suma, temos mostrado o caráter da descomunal crise de sucessão governamental e a relação com o golpe de Estado. Entretanto, para manter e prolongar o governo, o grupo militar dirigente aplica sistemáticas reformas de caráter transitórias tanto no interior da hierarquia militar como na estrutura institucional: cria novas empresas públicas dirigidas por militares, amplia a

confirmado por Lora (1980). O que verifica a nossa hipótese segundo a qual a ideologia dos subconjuntos ideológicos das diversas facções militares é altamente oscilante, marcada tanto pela influência da ideologia das classes dominantes e pela ideologia superclassista do povo-nação, da qual eles são representantes: patriotismo, nacionalismo, tutela militar etc.

participação da COFADENA em projetos de “desenvolvimento”, bem como aumenta significativamente o pessoal militar na administração pública e nas empresas estatais etc. Depura os militares dissidentes e controla os subordinados (caserna) através de diversos métodos (suborno, distribuição de postos públicos, privilégios etc.) e, principalmente através da imposição do terror e da repressão sistemática. Nesse empenho de estabilização mínima do funcionamento da estrutura militar, o governo induz à proliferação de novos intentos de golpes de Estado; e responde com a mesma estratégia: golpes sistemáticos na legislação jurídica militar, manipulação dos subordinados, simulação de consulta nas casernas, bem como promessa de eleições, que são constantemente postergadas etc. Com o autogolpe de 74, se aprofunda o processo de militarização horizontal e vertical do aparelho de Estado e leva ao limite a crise de sucessão militar e governamental, o agravamento da crise de unidade, bem como da quebra da disciplina no seio da instituição. Este conjunto de fatores fez parte daquilo que denominamos processo de militarização/desestabilização. Passemos agora a identificar outros fatores importantes que se relacionam com esse processo: a intensa busca de estabilização do regime.

4.2.2 Processo de estabilização da ditadura banzerista e instabilidade política

Para os nossos propósitos interessa examinar quatro fatores importantes que fizeram parte do processo de estabilização da ditadura: 1) a política de “estabilização com desenvolvimento” – esta foi, a nosso ver a mais importante; 2) o caráter do funcionamento da FPN; 3) o caráter de alguns aspectos da condução da política externa, principalmente a política da recuperação do litoral; 4) a política do Pacto Militar Camponês.

Partimos da seguinte proposição: a busca intensa de estabilidade contribuiu com a permanência e prolongação do regime, mas esteve marcada pelo seu caráter contingente e contraditório em todas as tentativas viabilizadas. Contingente, porque não obedeceu a um plano ou estratégia consistente, porém a imperativos emergenciais: a sua desorganização foi sua marca

constitutiva e serviu mais para compensar os excessos cometidos pela política de repressão e pela política econômica. Contraditório, porque em vez de aprofundar o processo de estabilização econômica redundou no acréscimo da desestabilização política do regime. Esse duplo caráter do processo de estabilização se articulou ao processo de militarização: quanto mais as crises e a instabilidade governamental crescem, esse processo também aumenta, redundando em novos excessos e na reprodução de novas crises e contradições.

4.2.1.1 Política de “estabilização com desenvolvimento”

Esta política será analisada detidamente no próximo capítulo. Por enquanto, assinalemos alguns aspectos importantes. O caráter desta política aparece, ideologicamente, como uma política de Estado planejada a médio e longo prazos, e foi utilizada mais para atenuar os conflitos e contradições entre a burocracia estatal e as frações subalternas no seio do bloco no poder. Na relação entre o Estado e os interesses econômicos das classes dominantes, estas conseguiram impor suas exigências através da pressão de seus órgãos econômico-corporativos (cujo maior órgão funcionou como partido político: a CEPB), num contexto em que as organizações do movimento sindical e partidário das classes trabalhadoras estavam proscritas. Nesse sentido, a “política de estabilização” aparece inculcada sistematicamente pelo discurso ideológico dominante, endossado pelo governo: a política de “estabilização com desenvolvimento”. Esta política aparece como uma condição *sine qua non* para a “participação” (investimento) do grande capital monopolista estrangeiro no país.

A rigor, esta estabilização, se queria se efetiva, deveria ser definida na relação do Estado com as classes populares, especificamente com as classes trabalhadoras, lugar em que a ditadura deveria investir na busca de tal objetivo: as concessões foram mínimas e, em vez de aumentá-las, incrementou a dose de repressão sobre as massas populares. Numa palavra, predominou a política de repressão e de ordem, combinada com a política de compressão salarial para estes setores. O caminho

adotado já pode ser deduzido: o regime insistiu no aprofundamento da estabilidade econômica com base na relação com as classes dominantes e os setores das camadas médias. Assim, as concessões econômicas feitas pelo Estado para os setores populares, principalmente para as classes trabalhadoras, foram mínimas; e as concessões políticas insuficientes (restabelecimento dos direitos civis, direitos políticos e sindicais etc.) para atenuar o impacto das crises provocadas pela dupla política governamental: política de compressão salarial (articulada ao aumento do custo de vida, inflação) e a política de ordem. O que provocou a maior resistência e mobilização política da classe operária, de certos setores da pequena burguesia, das camadas médias, bem como de certos setores do campesinato. E aqui reside a principal contradição do processo de estabilização do Estado militar: este executou tal política para satisfazer os interesses econômicos do bloco no poder e, principalmente os interesses econômicos do grande capital financeiro americano. Evidentemente, a burocracia civil e militar também acumulou capital através da transferência de capital público através de diversos meios e métodos (os principais: distribuição do orçamento e desfalque das empresas públicas e estatais etc.). O que provocou contradições e conflitos permanentes entre a burocracia estatal e as classes dominantes bolivianas, principalmente entre as frações menos favorecidas pelo processo de transferência de capital público ao setor privado: o médio capital e o capital não-monopolista (temas que serão amplamente analisados no próximo capítulo).

4.2.2.2 Funcionamento da Frente Popular Nacionalista

Vejamos os aspectos mais importantes do funcionamento da FPN e a relação com a estabilidade política. Aquela não se reduziu a um *mero instrumento* do governo (que teria funcionado como órgão “tampão”, como sustentam a maioria dos autores). A nossa ver, as forças sociais integrantes da FPN tiveram a função de legitimar o novo governo, pelo menos até sua extinção (fins de 1974), e sua importância estaria em dois aspectos. De um lado, se o poder real estava nas mãos dos

militares, concentrado no Alto Comando Militar, e não no Executivo (no primeiro ano de funcionamento da FPN, esse último estava composto majoritariamente de civis, com relativa predominância dos integrantes do MNR), o relativo poder da FPN residiu justamente no fornecimento de uma ampla base social de apoio e legitimação do governo. Lembremos que ela estava composta por quatro partidos: dois partidos tradicionais (MNR-Estenssoro e FSB) e dois órgãos corporativos que funcionaram como partido político: o partido militar (militares palacianos dirigentes) e a CEPB.²⁴ A constituição da FPN como órgão político-partidário – que nasceu de um “compromisso político” entre as forças golpistas - teve o objetivo de estabilizar tal governo, pelo menos a curto prazo (de agosto de 71 até meados de 72), embora com muita dificuldade (conflitos e contradições permanentes). Já a legitimação geral fornecida por essa base social de apoio teve um efeito mais prolongado. Vale dizer, a ditadura militar se beneficiou desta ampla base social fornecida pela FPN: a) contribuiu a lhe fornecer uma aparência “democrática”, de caráter “nacional-popular”, conforme justificava o governo; b) os conflitos e contradições entre a FPN e o governo encorajou este a prorrogar constantemente as eleições, possibilitando a permanência indefinida da ditadura, até extinguir esse órgão no autogolpe de 1974.

De outro lado, o poder relativo (“formal”) da FPN se condensou na correlação das forças sociais presentes na *cena política*. Nesta esfera, o processo político girou em torno de dois objetivos fundamentais: a definição do tipo de sistema político e a convocação de eleições nacionais. O acordo político inicial justamente era esse. A FPN, controlada pelo MNR, força o governo a aceitar esse duplo objetivo. A busca da estabilidade política seria viabilizada na medida em que a abertura democrática se aprofundasse, pois já vimos que a efetivação da estabilidade era um problema nacional e uma exigência do capital estrangeiro. Assim, tais partidos aparecem empenhados em fornecer estabilidade duradoura ao novo governo, e a busca desta praticamente se apresenta como

²⁴ Trata-se de uma coalizão político-partidária marcada por uma acentuada heterogeneidade política e ideológica, cujas bases sociais de apoio são: campesinato pobre, pequena burguesia, certas frações da classe trabalhadora, camadas médias urbanas

uma necessidade urgente: aparece sistematicamente tanto no discurso governamental como no dois partidos tradicionais que compõem a aliança.²⁵ No início, pelo menos existia consenso em dois pontos: 1) a interrupção da ascensão política do proletariado somente poderia ser complementada com uma política de ordem (repressão) e a eliminação política das organizações sindicais e da esquerda partidária; 2) a instauração de um regime e sistema político liberal-democrático de ascendência autoritária, controlado pelos partidos políticos da FPN. Neste sentido, os dois partidos tradicionais exigiam como condição necessária do apoio ao governo a imediata abertura do processo eleitoral. Este processo implicava o aprofundamento da mobilização político-partidária para viabilizar a articulação dos candidatos para o pleito, cuja data deveria definir o governo. Assim, o processo político tomou o rumo de um *efetivo processo eleitoral* impulsionado pela expectativa das eleições marcadas para 1972, e depois postergadas para 1973. A mobilização política dos três partidos mais ativos foi intensa (MNR, FSB e o partido militar): campanha política, manifestações, convenções partidárias - Banzer anuncia sua candidatura, percorre as cidades e o campo através de votos, inclusive participa nas convenções do MNR e da FSB. É aí que reside o caráter peculiar do sistema político que vigorou na primeira fase do processo político durante a ditadura e sua profunda contradição.

Trata-se de uma aliança contraditória devido basicamente a seu caráter heterogênea e díspar.

As divergências e lutas eram profundas. As lutas cruciais se condensaram nos seguintes pontos: 1) no

filiadas à ideologia oligárquica. E os quatro partidos aspiravam a representar tanto às classes dominantes nativas como às diferentes frações do grande capital monopolista americano/estrangeiro.

²⁵ “Na etapa do desenvolvimento histórico boliviano - justifica o presidente - , o governo é um sistema de poder que se manifesta através dos partidos que são a *expressão orgânica da vontade popular, nacionalista, democrática e revolucionária junto com as Forças Armadas que constituem o braço armado o povo*” [...]. O FPN é o instrumento político das classes sociais nacionalistas interessadas no câmbio das estruturas econômicas [...]. O governo assim constituído, *adota como filosofia de ação* ao serviço incondicional e superior do interesse nacional. *Esta política regerá os atos e conduta do governo [...] por encima de qualquer outro interesse*” (decreto de 25/8/71, apud Prado, 1987:329). Por sua vez, a FPN justificava: “As Forças Armadas, *que são o braço armado da FPN*, como órgão de integração nacional, *participam ativamente na defesa da linha popular do nacionalismo revolucionário*, identificados na pessoa do presidente Hugo Banzer Suárez” (apud Idem.:330; grifo nosso). Evidentemente, o conflito de funções entre as forças armadas, FPN e o Executivo, estava instalado desde o início. Contudo, essa política governamental é ratificada no discurso de Banzer em outubro e dezembro de 71. Em 1973, no meio da crise política e da já prevista diluição da aliança governista (FPN) pelos militares, Banzer diz: “Esta criação [tentativa de manter a FPN] *garante a estabilidade política* que, por sua vez, gera a paz social, *garante os investimentos e o desenvolvimento integral do país* para

controle do aparelho de Estado²⁶ e na representação do grande capital americano; 2) na definição do regime e sistema político: o partido militar defendia o funcionamento de um *partido único* (fusão do MNR-FSB, sob liderança dos militares), o que nas circunstâncias do momento, era quase impossível e não passava de uma provocação para dividir seus adversários, além de ganhar posições rumo ao autogolpe; ou então, a instauração de um governo semelhante ao de Barrientos (1965-69), com uma frente oficial única manipulada pelos militares. Já o MNR-Estenssoro defendia um sistema democrático com base dos partidos participantes da FPN - um sistema que nos governos desse partido (1952-64) nunca funcionou - ; e, de ser concretizado, as possibilidades de derrotar eleitoralmente o candidato militar (Banzer) eram enormes, porém se tratava de uma exigência que também dificilmente se materializaria. Por outro lado, ao ver que suas possibilidades de chegar a conquistar o aparelho de Estado eram mínimas, o MNR radicaliza seu discurso democrático e passa a adotar uma postura nacionalista e antiimperialista para tentar atrair às massas populares, inclusive às classes trabalhadoras. O seu discurso centra-se na defesa da soberania do Estado, eleições imediatas, liberdade sindical, luta contra o capital estrangeiro espoliador etc. Contudo, o MNR era amplamente rejeitado tanto pelos setores militares conservadores como por boa parte das classes dominantes, atravessadas por um “autoritarismo de crise”. E a oposição contra esse partido se condensou nos dois partidos corporativos (militar e empresarial). Nesse contexto de luta, o programa do MNR adota um aspecto populista radicalizado, porém demagógico. É aqui que se insere a luta sobre a política econômica: a divergência sobre a política de desnacionalização da economia boliviana, defendida pelo governo, é de forma e não de conteúdo (retomaremos este tema no próximo capítulo).

felicidade dos bolivianos”, ver Carlos Laruta, *Emergencia de la identidad sociopolítica banzerista (Bolivia 1971-1974)*, apud Sivak, (2001:145-146; grifo nosso).

²⁶ A luta pelo controle do aparelho estatal foi intensa entre os militares e a FPN e se configurará como uma fonte importante de instabilidade política. Vejamos um trecho do jornal *Presencia* sobre os acontecimentos no dia da toma do palácio de governo, que expressa o caráter das lutas intensas que seguiriam no seio aliança durante a primeira fase (71-74): Os emeneristas gritavam “viva Víctor Paz Estenssoro” e os falangistas (FSB) contestavam: “ladrones, ladrones”. Logo houve intensa briga (luta corporal) pois queriam entrar ao palácio do governo (“Há intensa atividade no Palácio do governo. Houve incidentes entre dois setores”, 22/8/71).

Em suma, a dupla função da FPN sublinhada por nós teve um caráter contraditório: a legitimação do regime se manifestou mais duradoura, ao passo que a estabilização foi efêmera, dois processos políticos que redundaram em fontes potenciais de crises e contradições insuperáveis, provocadas, de um lado, pelo próprio caráter da coalizão político-partidária, e de outro, pela própria estrutura do Estado militar boliviano: seu esqueleto organizacional não permitia o funcionamento de um sistema político-partidário, porém o funcionamento de um *partido único* - o Exército.²⁷ Essa situação foi agravada por outros dois fatores importantes: 1) a crise de organização e representação partidária burguesa, decalcada na crise da ideologia do nacionalismo revolucionário burguês; 2) a nova rejeição do partido populista tradicional (a primeira foi em 64) pelo grande capital americano preponderante e as frações de classe dominante bolivianas - estas reforçam seus órgãos corporativos de representação de interesses, que funcionam como partido político, e passam a se polarizar com o partido militar, subordinando-se politicamente a este; e por esta via, se submetem politicamente ao capital ao capital americano; 3) cada partido, motivado pelo objetivo de concretizar seus interesses econômicos e políticos restritos, se afundam numa luta corporativa extremada (semelhante a um “egoísmo de fração” na luta econômica entre as frações das classes dominantes pela corrida de extração de lucros imediatos). Nesse contexto de luta, acabaram se impondo os dois partidos corporativos (a cúpula militar e a CEPB) articulados ao grande capital americano, e dão o golpe à FPN, o que redundava na maior politização das forças armadas. Enfim, a ditadura banzerista, que tinha adotado a Constituição de 1967 (uma constituição golpista), coloca em funcionamento um sistema político autoritário, pautado pelas “leis” discricionárias do Comando Militar.²⁸ Assim, a busca incessante da estabilidade política pelo Estado militar, apoiado pela FPN, teve um resultado diferente ao objetivo perseguido: o descomunal incremento da instabilidade política.

²⁷ Trata-se da problemática da insuficiência da representação propriamente política, evocada por Saes (1994a), e da modificação do princípio do sufrágio aludidos por Poulantzas em *Fascismo e Ditadura*.

²⁸ Conforme o decreto de 7/12/71, a Constituição de 1967 é colocada em vigência “em todo aquilo que não contrarie o espírito e a natureza do Governo Nacionalista e suas realizações”.

4.2.2.3 Reorganização da estrutura castrense e expansão da militarização do Estado

Examinemos alguns casos importantes relacionados com o empenho da cúpula militar em fornecer uma estrutura institucional “estável” como arma de luta político-ideológica para manter a unidade institucional e controlar a oposição interna dos oficiais dissidentes. Veremos que essa tarefa, ao invés de materializar esse objetivo, acaba aprofundando a instabilidade política. Na sua análise das crises e instabilidade política do Estado militar brasileiro do período 1964-68, Martins Filho (1996) detectou um processo de unidade-na-desunião, um dos aspectos constitutivos do funcionamento dos Estados militar-ditatoriais-de-crise. No caso do Estado militar boliviano do período em foco, detectamos um processo semelhante, só que mais devastador e explosivo.

Assolado por suas crises e profunda instabilidade política, tal Estado se empenhou numa intensa busca de estabilização. Para tanto, utilizou métodos variados que se caracterizaram pela contingência (emergência) e a contradição. As constantes modificações da estrutura de poder castrense obedeceram aos imperativos do momento, seja para dismantelar os intentos de golpes intermitentes ou permanentes, seja para controlar a carreira de ascensão da oficialidade à cúpula militar, seja, enfim para aplicar golpe dentro do golpe. O que significa que, durante o período, não houve uma estrutura de poder militar definida (já examinamos parte desse fenômeno): a variação e oscilação acentuada dos seus principais órgãos e instituições foram sua marca constitutiva. Chama a atenção um fato curioso, que aparece como uma *invariância dentro da variância*: toda vez que existia uma crise governamental e, principalmente, no seio da hierarquia castrense (elas foram permanentes) provocada por razões diversas,²⁹ o Alto Comando delega ao presidente a prerrogativa de abolir

²⁹ Provocada por um oficial ou vários, seja por incompetência, conspiração, ou simplesmente por discordarem de algum aspecto da política do presidente ou dos integrantes do setor militar dirigente; ou então, como um plano previamente elaborado pelo setor militar dirigente etc. Um exemplo de restituição do Comando-em-Chefe e a monopolização pelo presidente: “Em caso de que o Supremo Governo aprove a proposta formulada pelo Comando Conjunto das FF.AA., no sentido de restituir o Comando-em-Chefe, como o mais alto organismo de comando, coordenação e direção da Instituição Armada [...] solicitamos a nome das Forças que representamos [...] se fazer cargo do Comando-em-Chefe das FF.AA.” (Carta do gal. Villalpando, comandante do Exército,

qualquer órgão da hierarquia e monopolizar o Comando-em-Chefe das Forças Armadas (FA), concentrando este, na sua mão, três cargos: Presidente, Capitão Geral das FA e o Comando-em-Chefe das FA (durante o seu funcionamento, o presidente também era chefe da FPN; em maio de 1973 monopoliza os quatro cargos). A nossa análise da estrutura de poder militar revelou, pelo menos, cinco formas de estruturas orgânicas no período, cuja hierarquia foi a seguinte (da esquerda para a direita):

- 1) 1971: Presidente-Capitão Geral, Comando Único (detido pelo presidente), Comandante-em-Chefe, Chefe de Estado Maior e Comandantes das três forças (Exército, Força Aérea e Força Naval);
- 2) 1972: Presidente-Capitão Geral, Alto Comando, Comandante-em-Chefe, Chefe de Estado Maior e Comandantes das três forças;
- 3) novembro de 1973: Presidente-Capitão Geral, Comando-Conjunto das FA (integrado pelos Comandantes das três forças), Chefe de Estado Maior;
- 4) novembro de 1974 (autogolpe): a mesma estrutura do ponto anterior, só que desta vez os comandantes das três forças que integram o Comando-Conjunto são alçados à categoria de Ministros de Estado;
- 5) dezembro de 1977: restituição do Comando-em-Chefe, porém este é monopolizado pelo presidente, ocupando os três cargos, e se mantém o Comando-Conjunto e o Chefe de Estado Maior.³⁰

dirigida ao presidente (Banzer), a 14/12/77, apud Prado, 1987:446). Trata-se, aqui, de uma manobra para manter o governo nas mãos dos militares.

³⁰ Neste último caso, a conjuntura é marcada pela abertura democrática: o governo convocou eleições para julho de 1978. Nesse contexto, o “golpe branco” do grupo palaciano dirigente teve um objetivo duplo: 1) bloquear a ascensão de jovens oficiais, pois naquela ocasião (14/12/77) passaram à reserva ativa 46 oficiais da turma de 1946-47, mas somente três ficaram em atividade, entre eles Banzer, que deveria ser aposentado; 2) o grupo dirigente delega o cargo de Comandante-em-Chefe a este oficial a fim de garantir a permanência do governo – o que revela o plano montado pelo grupo para lançar a candidatura do gal. Pereda (novo “golpe dentro do golpe”). Esta foi a saída para o dilema do grupo dirigente, pois, em caso de Banzer se candidatar (o que tanto este como o grupo almejava), deveria deixar o governo e, em seu lugar, deveria assumir uma Junta ou um oficial de confiança, o que seria uma empreitada de alto risco: o “fantasma” do golpe volta a pairar no ar com maior força, claro indício da crise final da ditadura. Finalmente, a estrutura de poder das forças armadas bolivianas, conforme A Lei Orgânica aprovada em 1992, segue a segunda variante acima mencionada. Cf. *Ley de las Fuerzas Armadas de la Nación* (1993:10-13).

Estamos diante de uma estrutura de poder militar peculiar, bastante movediça, cambiante e altamente instável. A nosso ver, mesmo com a acentuada mudança do Alto Comando Militar e do Comando-em-Chefe (fusão, anulação, substituição e restituição), esses dois órgãos se constituíram no suporte do poder militar que possibilitou a permanência da ditadura banzerista. O que significa que o mínimo de estabilidade,³¹ necessária para manter essa estrutura de poder no Estado militar, se jogou nesses dos órgãos, e variou conforme a conjuntura política presente e nos momentos políticos cruciais em que se depurou e afastou a ameaça permanente do golpe. E toda vez que essa estrutura mudou, foi acompanhada do aumento da repressão das massas populares (principalmente sobre o proletariado mineiro e o campesinato) e no interior da caserna, e cuja justificativa ideológica do recrudescimento da política de ordem era o avanço do inimigo (comunismo). Por outro lado, esses momentos cruciais também refletiram a intensa luta entre as frações subalternas no seio do bloco no poder, bem como entre estas contra o sistema hegemônico (estes temas serão analisados no próximo capítulo). Por outro lado, o gabinete ministerial (Executivo) praticamente refletiu essa brusca mudança, embora nem sempre uma mudança do gabinete teve um impacto decisivo na estrutura militar – isto é, quem determinou a mudança foi a hierarquia militar, ancorada no órgão de poder do sub-ramo de aparelho militar dominante, cuja estrutura refletiu um paralelismo das redes de poder e uma superposição constante de suas correias de transmissão, as quais apareceram ocultas, conforme veremos logo. E isto se manifestou nos momentos chaves do processo de militarização vertical e horizontal do Estado.

³¹ Nesta problemática seguimos as indicações de Poulantzas em *Fascismo e Ditadura* (1978:335 e segs.): os sete elementos característicos do Estado de exceção. As ditaduras militares - e em geral as formas de Estado de exceção do Estado burguês - caracterizam-se por um elenco de elementos particulares, dentre os quais estão as modificações do princípio do sufrágio e do sistema jurídico. Bem entendido, o caráter arbitrário e ilimitado do exercício do poder político não significa ausência ou bloqueio do funcionamento de elementos do direito burguês. O que caracterizaria o Estado de exceção não seria tanto a transgressão de suas regras, porém a sua incapacidade de “estabelecer as suas próprias ‘regras’ de funcionamento”, no sentido de um conjunto de normas que prevejam “as suas próprias transformações”. E isso dever-se-ia ao fato de que, em geral, somente pode “ser juridicamente regulada, no sentido pleno, uma relação de forças que apresente *em outro lugar*, isto é, onde ela realmente se joga, um certo grau de estabilidade”. Outro fator importante que justifica a ausência de regulamentação residiria no fato desse Estado ter “por objetivo, nesta conjuntura, reestabilizar a situação reorganizando a relação de forças, ele se dá os meios de uma intervenção neste sentido e de uma ‘liberdade de ação’ face às forças em presença. Nomeadamente, a limitação característica da previsibilidade, por parte das próprias classes ou frações do bloco no poder, constitui um fator *estratégico* importante do acréscimo de autonomia relativa que tem que assumir o Estado de exceção a fim de reorganizar a hegemonia”. Quanto ao caráter “ilimitado” do poder, tudo passaria a ser resolvido através da intervenção estatal, o que forneceria uma margem de manobra

Este processo começa a se aprofundar em novembro de 1973 (expulsão dos ministros da FPN e a ascensão dos ministros do partido empresarial, que passam a controlar os órgãos e agências chaves que definem a política econômica), aumentando a presença considerável de militares no gabinete, e culmina com o autogolpe de novembro de 1974: momento em que os militares praticamente são maioria no gabinete, aparecendo três ministros militares novos (os do Comando-Conjunto). O grupo assessor denunciado por Ayoroa e outros militares, praticamente foi uma constante desde o governo Barrientos, e estes são empresários nacionais e estrangeiros (representantes do grande capital monopolista americano e funcionários estatais desse país).

Outra observação importante. Tanto o ministério de Defesa como o CONASE (Consejo Nacional de Seguridad, restituído em 1972, também chamado CONAL em 1975) não tiveram uma função significativa, como tenta sugerir Sandoval (1988). Dois órgãos estatais tiveram um papel mais importante (cuja função parece ter sido marcada pela dialética estabilidade/instabilidade, homóloga aos sub-ramos de aparelho militares dominantes mencionados acima) e devem ser destacados, pois não aparecem na estrutura de poder militar. O primeiro é justamente o grupo assessor, estrangeiro e nacional, pessoal que teria elaborado a política econômica e também contribuído no recrudescimento da política de repressão sobre as massas trabalhadoras. É plausível a hipótese de que os estrangeiros fossem, na sua maioria, americanos (funcionários estatais e das firmas monopolistas desse país); e os nacionais representantes da empresa privada (mineiros médios, ex-funcionários dos barões do estanho, gerentes de bancos etc. – conforme já havia detectado Almaraz [1988] em meados dos anos 60).

(intervenção) diante das classes do bloco no poder e “ao acréscimo do seu papel de repressão sobre as massas populares” (1978:345; grifo do autor).

O segundo órgão é o sub-ramo de aparelho que teve função crucial em relação à execução da política de repressão e de ordem, e não fez parte do gabinete na ditadura banzerista - diferentemente do caso brasileiro, como o SNI, conforme mostra Martins (1995:96). Este grupo foi, conforme já salientamos, a guarda pretoriana do setor palaciano dirigente, verdadeira polícia-política (rede de poder paralelo que permanece oculta) que espalhou o terror nas casernas e no país inteiro: o grupo paramilitar comandado pelo nazista Klaus Barbie e pelos seus colaboradores neofascistas, que também faziam serviços de segurança para as máfias bolivianas do narcotráfico. O grupo paramilitar estava sob a direção dos ministérios do Interior e de Defesa.³²

Essas observações são importantes na medida em que ilustram a contradição permanente que estamos querendo demonstrar: ao mesmo tempo em que o Estado militar boliviano do período se empenha na busca de estabilização, acaba agravando suas crises internas e aprofundando ainda mais o grau de instabilidade política. Poulantzas já tinha destacado que os Estados militares deste tipo padecem de uma dificuldade notável de articulação da hegemonia, agravada pela ausência do partido fascista, que desloca essa função para as forças armadas: o esqueleto organizacional e o cimento interno, ideológico e repressivo “fundamentam-se numa divisão muito delicada entre clãs e facções, entre ramos e aparelhos prodigiosamente emaranhados, reiterados e hierarquizados nas respectivas funções e esferas de competência” (1976:74). O que torna este Estado demasiado vulnerável a qualquer mudança ou reorganização de seus aparelhos em virtude do “*desequilíbrio permanente*” na sua relação com a luta das classes que tentou neutralizar no conjunto da formação social. Neste sentido, a única maneira de conter e controlar as contradições internas e seus aparelhos dominantes (o Exército) é “através de uma ordenação do Estado em ‘feudos’”, cujas relações são bastante rígidas. Assim, é justamente este tipo de organização do Estado militar que permite o funcionamento de sua

³² Esse grupo paramilitar será institucionalizado com o nome do DIE (Direção de Investigação Especial), ao mesmo tempo que se cria outro órgão com a mesma função, o SES (Serviço Especial de Segurança) no governo Meza em 1980. Os dois órgãos não somente tiveram a mesma função do grupo pretoriano da ditadura banzerista, mas também eram o braço armado da máfia do narcotráfico comandado por Barbie (que expandiu o grupo com integrantes recrutados da máfia italiana neofascista). Praticamente

autonomia relativa particular, “sobre uma base de potência própria, das diversas facções e clãs, alguns dos quais defendendo seus privilégios, podem criar constantemente obstáculos às eventuais tentativas de ‘normalizar’ e ‘fazer evoluir’ o regime, de outras facções” (idem:74). Confirmamos, assim, estes traços teóricos importantes no caso que nos ocupa.

Vejamos outros exemplos cruciais que ilustram a busca de estabilidade do Estado militar. Aparte da diluição da FPN, que no período de seu funcionamento já estava a caminho um o processo gradual de militarização vertical e horizontal do Estado (com consentimento de seus integrantes, Banzer monopolizou até a chefia desse órgão civil), o grupo palaciano dirigente tentará compensar a relativa perda dessa base social de apoio com a busca incessante de estabilidade para legitimar a ditadura no conjunto da formação social boliviana. Complementemos alguns casos peculiares da expansão do aparelho estatal, que se inicia gradualmente a partir de 1972 e se acelera a partir de 1974. Para se ter uma idéia, até 1980 o setor público estava composto de 200 instituições: 21 agências governamentais, 89 agências descentralizadas, 60 empresas mistas e no mínimo 6 corporações regionais de desenvolvimento. O que revela a importância do papel do Estado num país pequeno e com acentuado grau de atraso econômico. Durante a ditadura banzerista, 20% do orçamento do setor público foi absorvido pelo governo central e 64% destinado para o serviço da dívida externa.³³ Já vimos também que tanto o orçamento militar como a ajuda militar americana aumentou bruscamente no período.

durante a ditadura banzerista, e nos governos militares efêmeros do pós-78, o governos franceses tentaram extraditar Barbie sem sucesso. Somente será extraditado no governo Siles (1982-85). Cf. Soria (1980).

³³ Cf. L. E. Garcia, “Strutural Change and Development Policy in Bolivia”, in J. R. Ladman (ed.), *Modern Day Bolivia: Legacy of the Past and Perspectives for the Future*, Arizona State University, 1982, p. 176, apud Casanovas (1991:47, nota 21).

Nesse quadro de situações, a expansão das empresas militares, como a COFADENA, que dirigiu o projeto CORGEPAI, a estatal SIDERSA, e outras empresas estatais, não contribuiu em nada para o desenvolvimento do país, nem para criar uma indústria militar (bélica) de base. Estas se constituíram, isto sim, como instrumentos que visavam buscar legitimar o Estado militar, principalmente a partir de 1974 (no programa “Nova Bolívia” lançado pela ditadura), em dois níveis: 1) facilitar a entrada das grandes transnacionais americanas ao país com o objetivo de criar empresas mistas, do tipo *joint-ventures* (criação de projetos mineiros ou de outro tipo, como os metais ferrosos - as grandes reservas de El Mutún); 2) transferir dinheiro público aos altos escalões da hierarquia militar. Este último ponto contraria a análise de D’Arc & Lavaud (1979), que tentam destacar o papel empresarial das forças armadas bolivianas (uma “tecnocracia com uniforme”) durante a ditadura banzerista. Examinemos o caso do projeto Mutún para aprofundar nossa crítica a esses autores e, ao mesmo tempo, mostrar que tal projeto foi um verdadeiro fracasso, mas cumpriu, a nosso ver, uma função importante: o empenho da ditadura em compensar a perda gradativa da sua base social de apoio e, ao mesmo tempo, tentar estabilizar o regime.

Esse projeto mostra um episódio negativo para o país, além da incapacidade dessa ditadura na negociação dos assuntos externos e do fracasso da “tecnocracia com uniforme” na direção das empresas militares pelas duas facções militares nacionalistas (a palaciana dirigente e o principal grupo opositor). D’Arc & Lavaud sugerem que em 1974 o grupo “progressista” que dirigiu COFADENA foi demitido e, portanto, a concretização de projetos ambiciosos foi para o limbo, o que é uma hipótese plausível na medida em que revela a luta entre as duas facções mencionadas. Contudo, seria arriscado sustentar a hipótese segundo a qual se os integrantes da facção nacionalista-revolucionária (os “constitucionalistas”) mantivessem a direção da empresa, teria sido diferente – isto é, os projetos de grande envergadura teriam contribuído com o desenvolvimento econômico do país. Basta mencionar só um exemplo contrário: o caso da milionária negociata da nova usina de minério

Karachipampa, que envolveu integrantes dessa facção militar, como o gal. Padilla no governo que comandou (1979), e que tinha laços estreitos com Estenssoro.

Voltemos ao caso Mutún,³⁴ já mencionado no primeiro capítulo. Ele mostra um outro aspecto agravante: a acirrada concorrência entre Brasil e Argentina em relação à materialização desse projeto e seu impacto para a economia boliviana. O caso se tornou polêmico. A ditadura banzerista criou a SIDERSA (um “elefante branco”) para explorar as enormes reservas de jazidas ferrosas de El Mutún, situadas na região extremo leste (Departamento de Santa Cruz, perto da fronteira com o Brasil). Em maio de 1974, o governo boliviano assina um contrato com o governo Geisel para estabelecer um pólo de desenvolvimento nessa região com base nesse projeto. A Argentina, também interessada pelo projeto, passa a acusar o governo boliviano de se polarizar abertamente a favor do Brasil e desestabilizar o “equilíbrio regional”, quer dizer, passa a se opor à expansão da influência econômica do Brasil em detrimento da Argentina. Contudo, o projeto nunca se concretizou porque, a nosso ver, estavam em jogo poderosos interesses econômicos em ambos os países que influenciaram para bloqueá-lo. Mas porquê o projeto foi bloqueado pelo Brasil? Três aspectos devem ser salientados como resposta.

Primeiro, a ditadura banzerista praticamente não tinha nenhum projeto concreto de industrialização com base no setor mineiro-metalúrgico tradicional, pior ainda materializar um projeto siderúrgico (aço) baseado na exploração daquelas reservas ferrosas (relembremos: a burocracia - civil e militar - não se constituiu como força social). É possível que essa idéia tinha sido originada nos governos do MNR e impulsionada pela burocracia civil. A nossa hipótese é a de que a ditadura utilizou o “projeto Mutún” como uma bandeira ideológica para tentar justificar a prorrogação da ditadura e, sobretudo, estabilizar o regime, e ao mesmo tempo conferir seriedade a sua política de “estabilidade com desenvolvimento”. A ditadura assinou contratos praticamente com ambos os

³⁴ A COFADENA e a SIDERSA eram responsáveis pelo projeto e que, antes do acordo com o Brasil, já haviam desfalcado cerca de 30 milhões de dólares para viabilizar o projeto na sua primeira etapa. O projeto nunca se realizou.

países, cujos termos foram quase idênticos (Cf. Ministério de Relações Exteriores, *Memoria* 1975:61-84). O que confere, conforme a nossa avaliação, plausibilidade a hipótese segundo a qual se tratou mais de um apoio político concertado entre a ditadura brasileira e a sua homóloga boliviana, num momento em que esta se afundava em crises internas, instabilidade política e o risco de um iminente colapso. Na busca de estabilidade e prorrogação, a ditadura banzerista utilizou a mesma estratégia com o governo Pinochet em relação ao problema marítimo boliviano, só que desta vez o fiasco foi pior e teve um efeito contrário: acelerou sua queda (retomaremos este tema mais à frente). Assim, a ditadura brasileira parece ter efetivamente bloqueado mesmo a concretização do projeto e, ao mesmo tempo, impediu que a Argentina o desenvolvesse através da SOMISA, planta siderúrgica que refinaria o produto boliviano. A diplomacia deste país já havia alertado que o Brasil empenhou-se em aplicar um projeto “tampão” no caso Mutún, o que parece ter-se confirmado. A polêmica começou no início de 1973 e se estendeu até 1976.

Segundo, outro dos fatores importantes – talvez o fundamental - para o bloqueio desse projeto foi, a nosso ver, basicamente econômico. No momento em que os oficiais brasileiros celebravam o contrato assinado com a Bolívia como vitória da “geopolítica brasileira”, os membros da Companhia de Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) confirmaram que o total da produção da usina de “Águas Claras” de Minas Gerais seria voltado para a exportação. Esta firma tinha reserva de 400 milhões de toneladas de hematita, um minério com 66% de teor ferroso. Qualificada como a maior empresa privada do Brasil no setor, a MBR estava composta, na época, pelo Grupo Antunes (brasileiro), a Hanna e a gigante Bethlehem, ambas dos EUA, a Nikkon Steel de Japão e pelo multimilionário americano Ludwig. Segundo as informações do *Jornal do Brasil* (reproduzido por *Presencia*, 11/4/74), a firma contribuiria a transformar o Brasil num dos maiores exportadores mundiais de ferro.

Somente com o Japão, a MBR tinha firmado um contrato de 105 milhões de toneladas para ser exportado a esse país durante 15 anos.³⁵

Terceiro, este episódio também revela o processo simultâneo de internacionalização e interiorização do capital nestes países (aspecto que foi também analisado no terceiro capítulo deste trabalho), através do qual o capital monopolista estrangeiro (nomeadamente o americano) age com um critério seletivo, jogando os respectivos blocos no poder uns contra outros (Poulantzas, 1975). Neste contexto, os Estados nacionais, passam a concorrer acirradamente para atrair o capital estrangeiro e, por conseguinte a defender suas respectivas burguesias. No caso que nos ocupa, o conflito entre os três países estava instalado, e o acordo entre Bolívia e Brasil contribuiu com o maior atraso da economia boliviana.

Finalmente, mencionemos o caso mais patético do empenho na busca de uma base social de apoio com o fim de estabilizar a ditadura banzerista: a manipulação do tema da recuperação do litoral boliviano, perdido em 1879 por ocasião da invasão inglesa-chilena ao território boliviano e que ficou conhecida como a “guerra do pacífico” (o Chile também se apoderou de parte do território da região sul peruana, perdendo este país o porto de Arica). Tratou-se da campanha mais prolongada com o fim de sustentar uma ditadura a beira do colapso, assolada pela proliferação de tentativas golpistas, greve permanente das bases sindicais da COB, praticamente da maioria das categorias trabalhistas, principalmente dos trabalhadores mineiros. A recuperação do mar fazia parte de um plano mais amplo da ditadura denominado “Nova Bolívia”, que incluía uma campanha sistemática para mostrar o avanço socioeconômico do país logrado pelos militares e neutralizar a oposição política, em franca ascensão. O plano parecia ser multifacético, porém, a nosso ver se reduzia aos seguintes aspectos: 1)

³⁵ A nossa pesquisa confirmou que o poderio econômico da MBR, associada ao capital estrangeiro, não era um exagero da mídia brasileira. Depois da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), produtora de ferro e aço, estava a grande empresa privada MBR, seguida da Icomi. Estas duas aparecem como o maior grupo monopolista privado do setor mineração. Além do mais, depois da CVRD, dez firmas controlam a produção de ferro e aço no Brasil. (Cf. *Brasil Mineral*, nº 5, abril de 1984 e nº 9, agosto 1984, p. 9). O capital estrangeiro está presente quase na maioria das firmas do setor, inclusive *em sociedades mistas* com as estatais (como por exemplo, a Mineração Rio do Norte, cujo consórcio estava composto pela CVRD, a Alcan e outras firmas monopolistas estrangeiras), na produção dos produtos mais rentáveis (ferro, bauxita, ouro etc.). Em 1985, a CVRD estava composta por 59% de

o recrudescimento da política de ordem (repressão) justificada pela “proliferação” de movimentos guerrilheiros nacionais e estrangeiros (volta do ELN, “guerrilha castro-comunista”, trabalhadores mineiros armados); 2) o aprofundamento da política de compressão salarial que incluía a instauração de um tipo de sindicalismo de Estado, bem como a imposição do Serviço Civil Obrigatório (um tipo servidão que vigorou no pré-52 e vigorava ainda no campo boliviano) para as massas trabalhadoras e camponesas; 3) o lançamento do Plano Qüinqüenal (1976-80), que visava o investimento de cerca de três bilhões de dólares para a posta em marcha de pólos de desenvolvimento; e 4) encenação da realização de uma política externa séria e de integração regional (aqui se inclui a relação com o Brasil e o episódio do projeto Mutún, entre outros). Na verdade a ditadura pretendia amordaçar o movimento operário em constante greve e revolta provocado pelos sistemáticos pacotes econômicos que incidia no incremento da inflação, redundando no aumento significativo do custo de vida das massas trabalhadoras, num momento econômico altamente favorável para o setor exportador devido à alta dos preços dos metais e do petróleo, bem como a enorme afluência de divisas via empréstimos externos (1974-77).

A nosso ver, a estratégia da ditadura consistiu em condensar seus diversos planos de busca de estabilidade na política de recuperação do litoral, estratégia essa que dava continuidade ao já desgastado discurso de “estabilidade com desenvolvimento” e de ordem paz e trabalho. Neste caso, o discurso da “recuperação” do litoral deve ser entendido como uma desesperada tentativa de recuperação da legitimidade e estabilidade da ditadura: essa era a palavra chave do discurso ideológico dominante e remete à descomunal crise ideológica da ideologia das classes dominantes, agravada pela sistemática intervenção do grande capital monopolista americano no país. Vejamos os aspectos essenciais dessa estratégia.

ações do governo e 41% do setor privado; a segunda maior companhia continuava sendo a MBR; a Petrobrás: 75% governo e 25% setor privado (Cf. Martino, 1988:30). O que revela um tipo de desnacionalização mas lenta que a boliviana.

Primeiro, ela visou a subordinação da política externa em torno da problemática do litoral. O governo intensificou sua campanha e criou, logo após da visita de Geisel a Cochabamba por ocasião da assinatura do acordo sobre o projeto Mutún, o CONAMAR (Conselho Nacional de Assessoramento Marítimo), um órgão composto de civis e militares para elaborar as “diretrizes” diplomáticas a serem aplicadas ao caso e negociar com Pinochet a “devolução pacífica” do litoral boliviano, afim de que o país recupere seus portos perdidos. A essa reunião foram chamados os “notáveis”³⁶ entendidos no assunto (“cães de guarda” do bloco no poder, a maioria integrantes da mineração média, políticos bajuladores da ditadura como, por exemplo, Walter Guevara, que ocupou a pasta de embaixador da ONU durante a ditadura, os integrantes das camadas médias filiados ao PDC, DC, e a pequena burguesia, todos filiados à ideologia de ascendência oligárquica). A campanha se estendeu, com o trabalho do medíocre chanceler Soriano, à ONU, OEA, ao TIAR e às permanentes reuniões dos militares sul-americanos patrocinadas pelos Estados Unidos, sob o comando de Kissinger. A reivindicação boliviana foi considerada como legítima e justa por todos esses órgãos e os países latino-americanos, e aconselhavam à ditadura Pinochet atender essa justa causa. No plano interno, Banzer intensificou a campanha convidando vários ditadores dos países vizinhos, bem como outros presidentes coniventes com a ditadura (como Pérez, da Venezuela), além de percorrer tanto o interior do país como os quartéis espalhando a notícia patriótica da iminente recuperação do litoral, cuja consigna era “o mar nos pertence por direito, recuperá-lo é um dever” (consigna que já aparece em 1972 no interior da instituição castrense). A imprensa burguesa e oficial contribuiu amplamente nessa campanha: o litoral novamente voltava a ser boliviano. Outro empresário medíocre, proprietário de minas da ANMM, que foi “cão de guarda” dos antigos “barões do estanho”, Gutierrez Vea Murgia, foi designado pela ditadura embaixador no Chile, e tinha como missão, encarregada diretamente por Banzer, de “trazer o mar de volta”. Na verdade, se tratava de articular um espetacular encontro entre

³⁶ Lora denomina estes, com justa razão, “notáveis idiotas”. Ver sua avaliação sobre o tema: “El problema marítimo de Bolivia”, Segunda Parte (Lora, 1978).

Banzer e Pinochet na fronteira de ambos países com o duplo fim: a) intentar dar sobrevida à ditadura banzerista, assolada por uma descomunal crise (1975-76); b) contribuir com afastamento da imagem negativa da ditadura Pinochet, provocada pelo esfacelamento e carnificina dos integrantes do governo Allende e do proletariado chileno.³⁷

Terceiro e derradeiro ponto, o caso mostrava ser o maior fiasco de um governo boliviano do pós-52 (sem tocarmos a guerra do Chaco e a própria perda do litoral pela burguesia mineiro-argentífera no último quartel do século XIX). E a proposta da ditadura banzerista se resume nos seguintes pontos amplamente desfavoráveis para a Bolívia: 1) tratava-se de uma troca (“cambalache”) de um minúsculo corredor marítimo (de dez quilômetros de comprimento) que desaguava numa região na qual era impossível criar um porto devido às péssimas condições do terreno; tal corredor deveria ser trocado por um grande território boliviano situado na região fronteiriça entre os dois países, rica em minérios e com fonte potencial de reservas hídricas que o Chile sempre cobiçou para dar vida às populações do inóspito deserto de Atacama (ex-território boliviano) – na verdade, essa era a proposta chilena desde 1920 e que a ditadura boliviana reivindicou como própria, em claro benefício do Chile; 2) a encenação das “negociações” chegou ao cúmulo de o próprio ditador acreditar na efetiva realização do cambalacho³⁸ – isto é, acreditar na sua própria falácia. Além do mais, indiretamente ressuscitou um grave conflito (que permaneceu latente, pelos menos desde os tratados de 1905 e 1929) entre os três países diretamente envolvidos: as negociações estavam sendo feitas às custas do Peru, que saiu em defesa de seus interesses (mesmo que o país estava sendo governado por um militar de direita, que depôs Velasco). Este passou a reivindicar o porto de Arica,

³⁷ Vários autores sugerem a tese que tanto a campanha do litoral boliviano como o encontro entre os dois ditadores viabilizada pela ditadura banzerista teria sido patrocinada pelos militares brasileiros e pelo Itamaraty; e que o assunto teria sido planejado na posse de Geisel, à qual assistiram Pinochet e Banzer. E essa tese justamente provém de autores que sobrestimaram o papel do Brasil (como “líder” do Cone Sul no âmbito da sua estratégia “geopolítica”) no golpe de 1971 (Sandoval, Gallardo, entre outros). Ora, sem restar certa influência que poderia ter jogado a ditadura brasileira no caso, já que não existem dados para comprovar essa tese, esta não passa de uma pura especulação. Não entraremos na sua discussão, pois parte do suposto de que os países pequenos não seriam outra coisa que peões das “medias” potências periféricas e do imperialismo americano. Interessa saber qual foi o caráter do papel que teria jogado este último, porém este tema escapa a nossos objetivos propostos.

³⁸ Inclusive, várias empresas americanas especializadas em construção de portos estavam na expectativa de se adjudicar o eventual projeto milionário que seria viabilizado pela Bolívia com dinheiro público, mesmo que o terreno for inadequado.

que era peruano. O problema era que o corredor boliviano justamente deveria se estabelecer do lado da fronteira peruana, o que implicava duas coisas: a) sepultar as reivindicações do porto de Arica pelo Peru, atropelando o Acordo de 1929 entre este país e o Chile; b) o corredor teria a função de ser um território “tampão” que favorecia amplamente o Chile, apoiado pela ditadura boliviana, o que poderia provocar um conflito bélico. Neste contexto, a proposta peruana acabou eliminando as intenções do ditador boliviano e praticamente bloqueando o projeto através de uma contraproposta praticamente impossível de ser concretizada, na medida em que o Chile nunca a aceitaria: o corredor deveria ter uma administração trinacional. As negociações acabaram por aí e Banzer não voltou a falar do litoral.³⁹ Vemos mais uma vez tanto a incapacidade e incompetência de um ditador ingênuo e inescrupuloso desesperado por manter-se no poder.

Conclusão: desde o início, o movimento operário e sindical (COB), a esquerda partidária, bem como os militares da oposição interna e externa (como o gal. Torres), não apenas tinham criticado como se oposto tenazmente à propaganda da ditadura. A grande mídia boliviana “descobriu” tardiamente o fiasco e passou a fazer uma crítica tímida. Depois do assassinato de Torres em meados de 1976,⁴⁰ que incentivou a revolta das massas populares e do movimento operário, junto com o fiasco do tema do litoral, a oposição contra a ditadura ganhou extensão e profundidade: camadas médias, certos setores da burguesia e dos próprios militares (tanto palacianos como de oposição, pois

³⁹ O tema sobre o litoral já tinha sido lançada pelo então ministro de relações exteriores Mário Gutierrez em 1972. Depois do encontro com Pinochet em 1975, em plena campanha sobre o litoral Banzer tinha afirmado: “Se não se chega a uma solução do problema do mar, me irei, que outra coisa posso fazer. Eu fui quem propôs ao presidente Pinochet, em Charaña [no encontro na fronteira boliviana-chilena], o restabelecimento das relações. Ele nem imaginava, *eu não tinha o consentimento do gabinete, nem das Forças Armadas, nem de ninguém*” (apud Prado, 1987:375). Logo reafirma, aos jornalistas, o seu fracasso da seguinte maneira: vocês “acreditam que o Chile nos ia a devolver [...] parte do território conquistado como fruto de uma guerra? [...] muito difícil [...] temos que ser realistas, a vitória dá direitos” (*Presencia*, 30/12/75). Eis um aspecto da descomunal crise no seio da instituição castrense, agravada pela decisão unilateral de um ditador medíocre que, além de descarregar seu fracasso e reconhecer sua derrota (reconhecendo o direito do Chile sobre o litoral conquistado), adota uma postura “realista” e “anti-utópica” no tratamento da questão.

⁴⁰ Dias depois do assassinato de Torres, Kissinger se reuniu com Banzer em Santa Cruz de la Sierra, reunião que coincidiu com uma enorme manifestação contra a ditadura em todas as cidades bolivianas, principalmente em La Paz. O tema sobre a “recuperação” do mar ainda estava sendo utilizado por Banzer como arma de propaganda para prorrogar a ditadura. As constantes visitas deste tanto a Panamá (Comando Sul) como as entrevistas com Kissinger parecem dar plausibilidade a hipótese de que o plano teve uma maior influência e cobertura do governo americano. O Plano Condor, e sua efetivação na Bolívia, revelado posteriormente, parece confirmar essa hipótese (Cf. Sivak, 1997, 2001).

Banzer havia assumido pessoalmente as negociações para aparecer como herói) passaram a reivindicar e denunciar o escândalo, bem como a exigir a deposição de Banzer e eleições gerais.⁴¹

Finalizemos esta parte com uma citação de um trabalho de Lora que sintetiza muito bem o empenho da busca de estabilidade política do Estado militar boliviano que desaguou numa situação contrária, fenômeno político que nós temos denominado processo de militarização/desestabilização:

Se o sonho de ‘porto próprio’ permitiu Banzer neutralizar seus opositores civis e militares, bem como os golpistas que já estavam nas portas do palácio, o fracasso das negociações (os mais otimistas dizem que durará muitos anos) permitirá que os conspiradores de sabre [...] voltem às empreitadas golpistas. A opinião pública geral, ao se tornar francamente antigovernamental, favorecerá essas empreitadas, se converterá em caldo de cultivo de sucessivos golpes de Estado. É nesta perspectiva que corresponde orientar devidamente às massas e o primeiro dever consiste em que os explorados tenham sua própria política que impeça que sejam arrastados por aventureiros. Mais do que nunca, impõe-se destacar a própria linha [posição] da classe operária na política internacional em relação à questão marítima (Lora, 1978:155).

4.3 Caráter da crise de organização e representação partidária burguesa

Esta particular crise já foi mencionada no primeiro capítulo. Examinemos seus aspectos mais importantes. Ela reflete um grau significativo de fragmentação das classes dominantes que compõem o bloco no poder e incidiu, num primeiro momento (pelo menos até outubro de 1971), numa dificuldade do partido militar em reorganizar a hegemonia política, sob direção do capital monopolista financeiro americano. A nossa hipótese é a de que esta hegemonia se estabelece nesse mês e se reafirma com a definição da política econômica em dezembro e com a criação do INI. Na fase 1971-73, a relativa unificação e estabilização do bloco no poder e a organização do sistema hegemônico pelo aparelho de Estado, sob direção do partido militar, não implicou necessariamente na solução da crise de representação partidária. Mais especificamente, ela entra numa nova fase, devido tanto ao impacto imediato do período precedente como ao caráter da coalizão governista (FPN): esta não conseguiu se estabelecer como uma frente com função de partido único que representasse os

⁴¹ E nesse contexto do fiasco sobre a “recuperação” do litoral pela ditadura banzerista e da descomunal crise institucional das forças armadas que também se insere o conteúdo da carta (já citada) lançada em janeiro de 1978 do “Grupo Topáter”: nome do

interesses gerais das classes que compõem o bloco no poder. Os três partidos (MNR-Esntessoro, FSB, e o partido empresarial) concorrem, no período de funcionamento da FPN, pelo menos por dois objetivos fundamentais: a representação política das classes dominantes e o controle da burocracia estatal (neste último caso, luta para se tornar fração detentora dominante do aparelho de Estado). Temos mostrado também que, pelo menos até janeiro de 1973, enquanto o Exército detém o poder real, tal luta, no seio da FPN (com poder formal), adota um caráter semelhante à luta na esfera econômica: um corporativismo extremado com o fim de satisfazer os interesses econômicos imediatos (egoísmo de fração).

Outro aspecto da crise de representação partidária é que a ruptura entre representantes e representados também se relaciona com a crise do nacionalismo revolucionário burguês, que se acentua com a radicalização do nacionalismo das camadas médias e das categorias sociais de Estado, e deságua na crise final do populismo em 1971. Naquela ocasião, (1969-71), a classe trabalhadora e o movimento operário abandonam a ideologia nacionalista revolucionária e partem para a luta pelo socialismo e a tomada do poder. A descomunal crise da ideologia dominante tem também um impacto notável sobre o aparelho de Estado, principalmente sobre o Exército: já vimos o grau de fragmentação alcançado pela instituição castrense e a proliferação de facções militares. Por outro lado, a crise da ideológica dominante também repercute no âmbito no seio do bloco no poder e se revela na crise de unidade burguesa: a considerável fragmentação leva às frações que integram esse bloco a tecer uma aliança contraditória de tipo emergencial: a FPN. As contradições e crises provocadas pela relação entre o bloco no poder e a FPN, provoca a diluição desta entre 1973-74. O fim deste período do processo político patentado pela reorganização no seio do bloco no poder, que redundava na afirmação do sistema hegemônico, marca uma nova fase da acentuação da crise de representação partidária e da crise da ideologia dominante em três níveis: 1) repercute no acréscimo das crises da instituição

grupo civil-militar que resistiu e combateu à invasão inglesa-chilena em 1889. E ainda mais, alerta para a manipulação e fraude eleitoral do grupo palaciano dirigente, que resistia abandonar o governo.

castrense e uma constante divisão do partido militar; 2) provoca uma nova fragmentação dos partidos tradicionais: boa parte de seus integrantes rompe com seus respectivos partidos e passam a apoiar o governo militar; 3) provoca igualmente uma cisão no interior do partido empresarial (CEPB), que passa a participar diretamente no governo, deslocando-se a luta entre as associações burguesas subalternas (CNI, CAO, CAINCO) contra os setores dominantes (controlado pela ANMM e a CNC). A culminação desta fase do agravamento destas duas crises culmina em 1977, mas logo entra numa outra fase na qual reaparecem com maior força em 1978, e adotam um caráter generalizado: nova desorganização do bloco no poder devido à volta da crise de hegemonia no seu sentido estrito, a descomunal crise do nacionalismo revolucionário, nova fragmentação e atomização dos partidos tradicionais e o colapso da ditadura banzerista.

Resta saber porquê, nas duas primeiras fases do processo de militarização/desestabilização (1971-73 e 1974-77), os partidos tradicionais e o empresarial lutam acirradamente num contexto em que simultaneamente vai se reafirmando o sistema hegemônico. Ou então, a condensação e agravamento dessas três crises (de organização e representação partidária, de unidade burguesa e a do nacionalismo revolucionário) refletiria a permanência da crise de hegemonia? A nossa resposta é dupla: sim e não. Não, porque temos sustentado que houve uma redefinição da hegemonia no seio do bloco no poder em 1971, e que esta assumiu a forma de um sistema hegemônico composto pelo capital mineiro-exportador e pelas duas frações de capital americano mais poderosas: o capital bancário e o capital financeiro. E a direção hegemônica esteve nas mãos deste último. Por enquanto, contentemo-nos com a seguinte resposta parcial: pode parecer desarrazoado sustentarmos a permanência desta crise quando já temos levantado a hipótese de que houve uma solução da mesma. Insistimos que estamos diante duma situação peculiar num país com características atrasadas acentuadas como a Bolívia. E é nessa peculiaridade que reside o aspecto positivo de nossa resposta: detectamos a emergência de um tipo de crise de hegemonia que denominamos vacilante (que será demonstrada com mais detalhe no próximo capítulo). Esse caráter

vacilante se relaciona com o tipo de intervenção/participação que mantiveram essas duas frações de capital monopolista americano na economia boliviana, amplamente analisado no segundo e terceiro capítulo deste trabalho: o tipo de investimento feito no país e a forma de extração de lucros imediatos. Vale dizer, uma estratégia de acumulação adaptada às características do funcionamento da economia boliviana, marcada pela acentuada instabilidade e pela experiência de nacionalizações do capital nacional e estrangeiro. Podemos propor três hipóteses indicativas que nos ajudariam a desvendar alguns aspectos do caráter vacilante da hegemonia e que se relacionam com a estratégia de intervenção desse capital no país: 1) adotar uma estratégia de participação na economia de forma duradoura e garantir a extração de matérias-primas baratas; 2) maximizar a extração destas e de lucros de forma imediata e contingente (tipo saqueio); 3) ou então, a combinação dos dois métodos de acumulação de capital ao mesmo tempo. No segundo e terceiro capítulos já temos analisado os principais aspectos da prática de acumulação de capital – indicativa de uma crise de acumulação – das classes dominantes na Bolívia, cuja principal expressão se resumiu no seguinte postulado: minimização dos riscos e maximização dos lucros imediatos. No próximo capítulo tentaremos demonstrar a hipótese de que, a longo prazo, predominou uma estratégia de acumulação de extração de lucros e matérias-primas que se patenteou na política de desnacionalização da economia boliviana; o que não implicou, nalgumas conjunturas, o abandono da extração do tipo saqueio – hipóteses já lançadas nos anteriores capítulos. Como esse caráter vacilante da hegemonia política se relaciona com a crise de representação partidária burguesa? Ou então, porque as organizações empresariais cumprem uma função de partido político? Tentemos responder simultaneamente essas questões.

Em primeiro lugar, dado que não existiu, no período em questão, um partido burguês, ou vários, que representassem os interesses políticos das diversas frações de classe dominantes - devido a diversos fatores, sobretudo ao acentuado déficit do funcionamento da democracia política burguesa e à predominância do golpe de Estado como método de sucessão governamental: à alternância no poder entre as diversas classes dominantes - os órgãos corporativos de representação de interesses

burgueses tentaram preencher esse vazio; ou então, compensar esse acentuado déficit político-partidário.⁴² Contudo, estes órgãos corporativos ainda permanecem divididos em razão dos resquícios de crise de unidade burguesa oriunda dos anos 60, agravada no período 1969-71. E a luta entre eles se polarizou entre a ANMM e a CEPB. Em janeiro de 1971, as classes dominantes e frações de classe dominante se juntam com o fim de derrubar o governo Torres, sendo obrigadas a tecer uma aliança contraditória com partidos que não os representam, com exceção de certas facções militares conservadoras. Trata-se do partido populista conservador, MNR-Estenssoro, já rejeitado em 1964; e a FSB, um partido caracterizado pela sua acentuada oscilação ideológica. No momento, este partido aspira a representar a maioria das frações de classe dominante (nos anos 50 e 60 tentou representar à grande propriedade fundiária), porém permanece articulado ainda às ideologias da pequena burguesia e de certas camadas médias urbanas. Por outro lado, na conjuntura 1970-71, a instituição castrense atravessa uma fase de descomunal crise institucional e de unidade, e não consegue, sozinha cumprir essa função – é nesse sentido que deve se entender a criação da FPN. Entretanto, tal aliança contraditória (FPN) cumpriu o objetivo proposto: a conquista do governo pela via do golpe. Uma vez conquistado o poder governamental, as contradições voltam a aflorar, e se convertem numa fonte potencial que provocaram novas crises e instabilidade política. Em geral, predominou a prática tradicional: buscar o apoio do Exército que, desde 64 vem cumprindo o papel de partido político da burguesia boliviana, sendo amplamente disputado pelas diversas frações burguesas, e que, no momento (1971-74), detinha o poder real.

Em segundo lugar, as duas organizações econômico-corporativas empresariais mais importantes se unificam, sem perder sua identidade corporativa: a ANMM, que representa o grande capital mineiro-exportador nacional e estrangeiro, e a CEPB, representativa do resto dos órgãos corporativos burgueses; nos anos 70 a luta pelo controle desta se polarizou entre a CNC (órgão da

⁴² Esclareça-se: não estamos, aqui, afirmando que as classes dominantes devam ser organizadas e representadas somente por partidos burgueses. Sabemos que elas podem utilizar diversos partidos políticos de diferentes espectros ideológicos, desde que

burguesia compradora) e a ANMM, com predomínio desta. Entretanto, travou-se uma luta acirrada entre estes dois órgãos para ganhar posições no aparelho de Estado (manter estreita relação com o partido militar) com o fim de influenciar a política econômica (acesso às agências e órgãos estatais definidores da política cambial, creditícia etc.) e redistribuir os recursos públicos (empréstimos com fundo perdido, compra de divisas etc.) para suas respectivas empresas. A ANMM quase desaparece da cena política devido à satisfação de seus interesses específicos pela política econômica (lembramos que participa do sistema hegemônico), enquanto a CEPB intensifica sua presença na cena política durante a primeira fase de militarização/desestabilização (1971-73); na segunda fase, quando a principal burguesia interior se torna fração detentora dominante do aparelho de Estado, os integrantes da CEPB passam também a participar do governo e diminuem sua pressão contra a burocracia estatal (retomaremos este tema no próximo capítulo).

Em terceiro lugar, o bloco no poder praticamente rompe seus laços de representação com os partidos tradicionais, principalmente com o partido populista conservador (MNR-Estenssoro) ao longo de 1971-72. Todavia, este tende a ser mais rejeitado ainda pelas principais frações da burguesia interior (mineira e agro-industrial). Por outro lado, o sistema hegemônico instaura uma acirrada luta contra a FPN, principalmente contra o MNR até provocar a sua expulsão e, por último, a diluição da aliança político-partidária. E as principais razões da rejeição do MNR estavam relacionadas não tanto com o conteúdo do seu programa político, patenteado na sua proposta desenvolvimentista, que não se opunha, no fundamental ao processo de desnacionalização (já vimos que o conteúdo desse programa era o plano Bohan, e que a partir de 1972-73 o partido adota um discurso demagógico). Do ponto de vista do bloco no poder, o maior perigo residiria nos seguintes pontos: a) a volta das nacionalizações; b) o incremento da politização e mobilização das massas populares, as quais poderiam ser induzidas a se radicalizar – este seria o principal fator de rejeição política do partido populista. Já vimos como

não contrariem seus interesses e não coloquem em prática um programa de destruição da ordem capitalista e do Estado burguês. Todavia, pode recorrer ao Exército para que a represente, como nos Estados militares e regimes militares.

este partido tenta mudar seu discurso com o fim de atrair as classes que compõem o bloco no poder, mas no processo de luta acirrada contra os demais partidos, principalmente contra o partido militar, entra em contradição, radicaliza seu discurso populista, acelera sua expulsão e, finalmente se afunda numa nova fragmentação. Além do mais, o bloco no poder não apenas lutou contra a principal classe-apoio (burguesia de Estado), mas também provocou o confronto tanto entre os partidos tradicionais (MNR e FSB) como entre estes e o partido empresarial no seio da aliança partidária. E o principal instrumento de luta foi o partido militar, que utilizou a consigna de partido único e o discurso da despolitização das forças armadas como imperativo de extirpar a instabilidade política reinante no país.

Em quarto lugar, tanto a ANMM como a CEPB (Cf. o terceiro capítulo) reproduzem os mesmos sistemas de luta econômica, política e ideológica dos antigos “barões do estanho” contra a classe trabalhadora e contra a burocracia do Estado. Lembremos que o grande capital mineiro-exportador monopolista privado criou seu próprio órgão corporativo de representação de interesses em 1925: a Associação de Industriais Mineiros de Bolívia (AIMB). Entre os motivos mais importantes da sua criação estavam a regulamentação (luta contra os setores médios e pequenos mineradores) pela definição das cotas de exportação de estanho, pelo rebaixamento das alíquotas impositivas estatais e contra as organizações sindicais que começaram a aparecer no período (dois anos antes do surgimento da AIMB tinha se criado um sindicato de trabalhadores mineiros). Na década de 30, a ANMM é criada praticamente pela burocracia estatal, e a CEPB nasce tardiamente, em 1962, também com auspícios do Estado populista. No seu empenhou de criar burguesias industriais, em detrimento da pequena indústria mineira (CNM) e manufatureira (CNI), este Estado contribuiu com o reforço desses dois principais órgãos corporativos (principalmente a ANMM) através da outorga de diversos privilégios viabilizados pela política estatal, cuja tarefa foi complementada pelos governos militares no pós-64. Por outro lado, nos anos 30 e 40 nascem, com maior força tanto os sindicatos como os partidos políticos operários, além dos partidos pequeno-burgueses, como o MNR e a FSB. Nas formações

sociais que atravessam uma etapa de transição capitalista periférica, como as latino-americanas a partir dos anos 30, os partidos pequeno-burgueses e das camadas médias urbanas tendem a liderar a luta contra os “sistemas oligárquicos” apresentando-se como partidos superclassistas, e passam a intensificar sua presença no processo político. No caso boliviano, o contexto político manifestou duas tendências: 1) o conjunto das classes trabalhadoras estava em processo de organização e ascensão política, porém estas não estavam completamente constituídas, enquanto tal (somente uma fração das classes trabalhadoras se destaca pela sua organização e elevada politização: o proletariado mineiro); 2) o processo de desenvolvimento capitalista é demasiado lento e contraditório, com uma diversificação econômica estreita, limitada aos setores extrativos (setor primário) altamente monopolizados pelas classes dominantes, precária indústria manufatureira e amplo setor artesanal – conforme vimos amplamente no segundo capítulo; 3) as pequenas e médias frações burguesas acompanham esse processo de desenvolvimento e diferenciação de classe, portanto tampouco estão constituídas enquanto tais. Neste contexto de transição capitalista periférica, em que o Estado não apenas tem um papel crucial, mas também redobrado, a luta de classes aparece calcada na luta pelo controle do Estado. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista adota uma forma socioeconômica e política conhecida como populismo, e que na Bolívia assumiu a forma nacional-revolucionária, condicionada pela ideologia de caráter superclassista do partido pequeno burguês MNR, que liderou a revolução de 52 em favor das antigas e novas classes dominantes ou frações de classe dominante. Enfim, trata-se de um processo de transição marcado pelo seu caráter altamente violento dinamizado pelas classes dominantes (conforme salientou Gerschenkron no caso dos países europeus atrasados do século XIX), e que nos governos militares tal violência será maior ainda, principalmente na ditadura banzerista. Com isto não estamos querendo subestimar e desqualificar a luta draconiana do proletariado mineiro: este teve um papel político da maior importância: se unifica e cria a COB em 52, e se converte num poderoso partido da classe trabalhadora, adiantando-se assim à formação de partidos e organizações burguesas, verificando uma tendência histórica que logo será

explicitada. Contudo, nenhum partido político burguês que represente à grande burguesia mineira e às outras frações burguesas bolivianas se cria entre 1920 e 1970.⁴³ Essas observações são importantes, como veremos logo.

Em quinto lugar, outro aspecto explicativo da função de partido político exercido por essas organizações é de cunho teórico. Nas suas observações sobre o partido político, Cerroni (1982) já havia salientado que, devido à luta entre capital versus trabalho no sistema capitalista, as organizações sindicais e partidárias da classe trabalhadora surgem historicamente antes que as associações e partidos políticos burgueses. E a razão fundamental está sintetizada no parágrafo que segue:

[...] não é um acidente o fato de que, em todos os países evoluídos, o partido que primeiro se atribui uma organização difusa e um programa nacional é exatamente o partido operário-socialista.
[...] O Estado liberal burguês clássico é um Estado anti-associacionístico, considera a associação como uma corporação desagregadora da unidade nacional. O mundo burguês é um mundo profundamente individualista, que concebe a esfera política como função garantidora da esfera privada. Típica da burguesia moderna é a idéia de que a sociedade política nasce e vive apenas para garantir o livre dinamismo das esferas privadas; típica do proletariado moderno, ao contrário, parece ser a instância oposta: a instância da liberdade mediante a associação. Na ausência de organização, digamos assim, o burguês ou o proprietário encontra a expansão da sua liberdade, o proletário encontra uma trava à sua liberdade. Sozinho, o burguês-proprietário se sente mais forte e mais seguro; sozinho, o proletário se sente menos seguro e menos forte. Daí a tendência do mundo burguês a não exprimir formas de organização que vão além do Estado garantidor, de um 'direito à solidão'" (Cerroni, 1982:14-15).

Temos, aí, uma das explicações de porque as associações corporativas burguesas bolivianas cumpriram o papel de partidos políticos no período em foco. Podemos acrescentar ainda dois aspectos importantes. Por um lado, o acentuado déficit da democracia política burguesa, sobejamente analisada pela maioria dos autores bolivianos, e o predomínio da sucessão pela via do golpe de Estado: o apelo ao Exército como partido político, o que contribuiu a reforçar a sua função interventora. Neste contexto político, o golpe aparece como uma arma poderosa que tende a acentuar a prática anti-associacionística (característica do Estado burguês, também mencionado no primeiro capítulo: o efeito de isolamento dos indivíduos-sujeitos jurídicos declarados livres e a representação da unidade

⁴³ Não deixa de ser curioso o fato de que nas eleições de 1978 aparece um Partido Ruralista Oriental (da região leste do país dominada pela grande propriedade fundiária); os integrantes da ANMM e a CEPB estão divididos: alguns apoiam o candidato situacionista e concorrem a uma vaga no senado (Violand), outros aparecem hesitantes entre o candidato situacionista e o MNR-

destes indivíduos-sujeitos isolados num ente *superclassista*, o *Povo-Nação*) do conjunto das classes dominantes bolivianas, e por essa via, contribuir decididamente a desorganizar as classes trabalhadoras e o movimento popular altamente organizado e combativo politicamente (FSTMB e COB).

E aqui chegamos a uma dupla conclusão em relação ao papel do Exército e a relação com o caráter anti-associacionístico do Estado militar boliviano. Primeiro, se os permanentes golpes de Estado, seguidos de massacres e repressão constantes contra o movimento operário e camponês, revelam a incapacidade do Exército desmobilizar/desorganizar completamente, a curto prazo, o movimento operário, o lado reverso também é verdadeiro – isto é, somente com a constante intervenção golpista e repressora o Exército poderia neutralizar ou conter parcialmente esse movimento, aplicando-lhe derrotas curtas e periódicas que, a longo prazo, tem um efeito político desmobilizador das classes populares. Segundo, a permanente instabilidade política provocada pela constante prática do golpe de Estado – um método de sucessão adotado pelas classes dominantes na Bolívia no período (bloco no poder e sistema hegemônico) viabilizou um processo de acumulação de capital; e não por acaso este se tornou acelerado num momento de auge econômico e de acentuada instabilidade política (um caso semelhante ao argentino, analisado por Sábato e Schvarzer [1985]). E a conclusão não poderia ser outra: o método de desmobilização/desorganização da classe trabalhadora organizada executado pelo Exército através da sistemática intervenção e repressão, se relaciona com o funcionamento do método de sucessão governamental pela via do golpe de Estado. E a aplicação de ambos métodos desestabilizadores revela uma peculiar estratégia de acumulação de capital das classes dominantes: a elevada instabilidade política aparece como vantagem para aprofundar o processo de acumulação.

Etenssoro. Sanchez de Losada, que atacou constantemente o MNR-Etenssoro, aparecerá em 1980 apoiando este partido e, em 1985 se torna ministro do governo Etenssoro.

Finalmente, esse processo desmobilizador e anti-associacionístico do Estado militar boliviano tendeu a reforçar os núcleos de burguesia interior (criadas “pelo alto”), principalmente das duas frações preponderantes: a nova burguesia mineira e a burguesia agro-industrial. Nos anos 70, estas permanecem dependentes e atreladas ao Estado (uma tendência que nos anos 80 e 90 é ainda predominante e se relaciona com o caráter da formação social capitalista periférica boliviana analisada no segundo capítulo). Além do mais, junto com a grande burguesia compradora e com o setor conservador do Exército, estas defenderam abertamente os interesses do grande capital monopolista americano e, por essa via, contribuíram decididamente com a acentuação do grau de atraso do país e com o incremento da instabilidade política (a situação tenderá a piorar, para dizer pouco, ainda no período 1978-85). Assim, estamos longe de uma situação de “equilíbrio catastrófico” entre o conjunto da burguesia boliviana e a classe trabalhadora; ou então, de uma situação política sustentada pela famosa tese burguesa do “empate histórico” entre militares e proletariado mineiro. Assim, na década de 70 predominaram as associações corporativas burguesas – que estavam atreladas à burocracia de Estado, tinham liberdade de ação e de organização – que funcionaram com o objetivo precípua de acumular capital de forma rápida e eficiente: um fenômeno que nós temos denominado prática de maximização de extração de lucros imediatos e no menor tempo possível. Contudo, nesse processo elas se afundam num “egoísmo de fração” e entram numa nova fase de descomunal crise de representação partidária, o que repercute incisivamente no Exército e na burocracia estatal.

Em suma, a volta acentuada da crise de unidade das classes que compõem o bloco no poder, no início de 1978, se articula uma crise de *representação partidária* na condução da hegemonia de classe. Assiste-se novamente a “uma ruptura da relação, simultaneamente na ordem de *representação* - no sistema estatal - e na ordem de *organização* entre as classes e frações de classe dominantes e os seus *partidos políticos*” (Poulantzas, 1978:79). A reprodução das contradições entre as classes ou frações dominantes repercute no seio do aparelho de Estado: o Exército, desgastado e ao borde do colapso, terá sérias dificuldades de continuar funcionando como partido político da burguesia.

Simultaneamente, assiste-se à reprodução das contradições entre este aparelho e o bloco no poder, em franca desorganização, e entre este e as massas populares. Estas observações nos levam a examinar o último item deste capítulo: o carácter da crise de legitimidade.

4.4 Crise de legitimidade

Para os nossos propósitos, consideramos conveniente analisar neste capítulo esta particular crise que se relaciona com o conjunto das crises analisadas, incluindo a crise de hegemonia. Esta crise será analisada no próximo capítulo: a principal razão desta escolha é metodológica, já que requer um tratamento sistemático e detalhado que, aqui, não é possível realiza-lo. Visto isso, passemos a examinar os principais traços da crise de legitimidade.

No campo das classes dominadas, esta crise condensa os impactos políticos produzidos pela deflagração e acentuação das crises da ideologia dominante (nacionalismo revolucionário burguês), do conjunto das crises do Exército, da crise produzida pelo processo de desnacionalização da economia boliviana, a crise de representação partidária burguesa, bem como a crise de hegemonia. Para entendermos o carácter desta particular crise, devemos fazer um exame, breve e esquemático, das condições sociais e políticas pela qual atravessavam os setores mais representativos das classes dominadas, principalmente das classes trabalhadoras, do campesinato e da pequena burguesia.

Começemos pelo campesinato. Os camponeses parcelares permanecem, em geral, tutelados pelo Exército através do Pacto Militar-Camponês criado em 1964. Eles não participam dos processos políticos marcados pela conjuntura de ascensão do governo Torres e da instauração da Assembléia Popular (1970-71), salvo um grupo pequeno (os “independentes”, oriundos de comunidades aimaras da região altiplánica do Departamento de La Paz) não tutelados pelo Exército, que pedem permissão à COB para participar na Assembléia. Desde o início da ditadura banzerista esse grupo se infiltra na CNTCB (*Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolivia*), controlada pelo governo,

com o fim de reorganizar um movimento camponês autônomo e voltar ao seio da COB. Mas são reprimidos violentamente pela ditadura. Já o setor oriundo do vale de Cochabamba, articulado à CNTCB, mantém a ilusão de detentar, pelo simples fato de participarem no Pacto Militar, um poder de barganha para influenciar a política governamental para o setor camponês em geral, como se dera no período dos governos do MNR e do governo Barrientos (cujas reivindicações eram feitas através de pressões, greves e bloqueio de estradas). Somente no final de 1973 os camponeses começam a reagir contra a desvalorização monetária e os sistemáticos pacotes econômicos inflacionários do governo. E se apresentam com essa atitude política (certo poder de barganha) diante do governo militar. Em janeiro de 1974 fazem a primeira greve da categoria, seguida de bloqueio de estradas, com o fim de obrigar o governo a atender suas reivindicações: baixa dos preços dos principais produtos para a reprodução da força de trabalho. Este responde com uma inusitada violência e massacra mais de duzentos camponeses propinado pelo Exército. Naquela ocasião, na sua condição de líder do Pacto-Militar Camponês, Banzer justificou, diante os camponeses, que a medida obedecia à política de estabilidade com desenvolvimento e a uma política de ordem, nos seguintes termos:

O governo fará cumprir o Estado de sítio e nesta tarefa devem cooperar os camponeses, *porque o país necessita de ordem*. [...] A vocês, irmãos camponeses, darei uma ordem, falarei uma consigna como líder: o primeiro agitador que apareça no campo, eu os autorizo, me responsabilizo, podem matá-lo. Ou, podem trazê-lo até aqui para que eu, pessoalmente, defina a situação. Eu darei a vocês uma recompensa. Os camponeses devem saber que o comunismo expropriará suas terras e as reverterá ao Estado, mas nós vamos defender suas terras. Em que país do mundo comunista a terra é dos camponeses? Tudo é do Estado. Mas nós manteremos as terras dos camponeses e, se as terras que vocês têm não é suficiente, lhes ofereço maiores no Alto Beni [...] (*Presencia*, 01/2/1974).

O massacre acabou abalando o pacto militar camponês, porém não foi suficiente para ser dissolvido por completo. Contudo, provocou a debandada de setores significativos da CNTCB, o que incidiu numa das primeiras fases de aprofundamento da fragmentação e isolamento do conjunto do campesinato. Desde então o pacto continuou funcionando formalmente com uma base de apoio muito precária. Mesmo assim a ditadura se empenhou em manipular e desorganizar principalmente o campesinato pobre que mantinha alguma ilusão em relação à melhora de suas condições de vida. Em

suma, depois de aquele acontecimento, o governo não conseguirá ter controle completo do movimento camponês.

Depois dessas jornadas sangrentas, foi freqüente a permanência do Exército no campo (através da Ação Cívica: construção de estradas, escolas etc.) e a circulação da alta oficialidade militar no mesmo, prometendo o aprofundamento da Reforma Agrária (distribuição de parcelas de terra, numa clara encenação dos governos do MNR e do governo Barrientos), a elevação material da vida dos camponeses – numa intensa inculcação da ideologia anticomunista - , com o fim de desorganizá-los e colocá-los contra o movimento operário. O resultado dessa intervenção do Estado militar no campo teve implicações políticas a curto e médio prazos: a conquista do apoio e lealdade dos setores mais atrasados e empobrecidos do campesinato. E os logros dessa política, mesmo que relativos, foram “positivos” para o governo: é nesse contexto que deve se entender a freqüente “romaria” dos camponeses pobres ao palácio de governo para oferecer seu “apoio espontâneo” à política governamental, principalmente à política de repressão contra os trabalhadores mineiros em greve (o coordenador da CNTCB e seu grupo dirigente pediram até armas ao governo para combater o inimigo comunista supostamente infiltrado nos sindicatos mineiros), bem como à política de recuperação do litoral boliviano. Além do mais, vários desses grupos camponeses aportaram com dinheiro que mormente foi entregue diretamente ao presidente e ao ministro de Assuntos Camponeses. Durante o primeiro semestre de 1978 (abertura democrática), boa parte do campesinato pobre tende ainda a ser representado pelo Exército. O restante se organiza em confederações autônomas, principalmente os setores do altiplano paceño. No pleito eleitoral desse ano, o campesinato entra numa nova fase de fragmentação. Nesse contexto, tanto os partidos tradicionais (diversas facções do MNR, FSB) como os velhos e novos partidos menores passam a concorrer com o Exército pela representação do conjunto do campesinato. É somente em 1979 que os camponeses se unificam e se aliam politicamente aos trabalhadores, voltando ao seio da COB: diluem a CNTCB e

criam sua própria organização autônoma - a CSUTCB (*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*).

Podemos assim chegar a conclusão preliminar de que o caso boliviano ilustra a dupla tendência, em relação à prática política dos camponeses, detectada por Hobsbawm (1976). De um lado, esta classe social tende a desconhecer a presença do Estado nacional, bem como a manter uma atitude apática (isolamento) no que toca à reivindicação das garantias de direitos de cidadania mínimos (direitos civis) declarados pelo Estado. E tal atitude se explica pelo relacionamento político de lealdade pessoal dos integrantes dessa classe ao proprietário das terras que eles ocupam. Isto parcialmente ocorreu com o campesinato/indígena nas regiões de alta concentração da grande e média propriedade fundiária (já vimos o caso do cantão de Huacareta analisado por Healy, só para citar um exemplo). Entretanto, a principal estratégia adotada por várias categorias de camponeses (trabalhadores temporais semi-assalariados e assalariados) contra a elevada exploração do trabalho foi a fuga sistemática aos países vizinhos (principalmente à Argentina) em procura de melhores condições de vida.⁴⁴ Mas nas regiões em que a maioria dos camponeses tornou-se “*dono*” de sua pequena parcela, “*concedida*” pela Reforma Agrária, essa lealdade pessoal foi transferida aos “chefes militares” do regime ditatorial (conforme vimos no segundo capítulo). E foi este setor (camponeses parcelares empobrecidos) que lutou pela manutenção do Pacto Militar e pela CNTCB, e alimentou a ilusão de que suas condições materiais de vida melhorariam, endossando amplamente o discurso dos militares dirigido a essa classe social. De outro, a “passividade” (resistência velada ao regime militar) e a criação de contra-ideologias (reafirmação da raça e de reorganização da sociedade com base em

⁴⁴ Alguns autores, como Albó (1976:29-30), sugerem que a população que dependeu da agricultura de subsistência chegou a 1,5 milhão de pessoas em 1975. Até meados dos anos 70, a população migrante boliviana (predominantemente camponesa) na Argentina oscilou entre 400 mil e 700 mil (um fluxo entre 50 e 80 mil “*braceros*” migrantes por ano), o que equivalia a 10% da população da Bolívia. Dados semelhantes são oferecidos por Dunkerley: entre 1982 e 1985, 8% da população boliviana emigrou aos países vizinhos, o que equivalia a cerca de 1 milhão de pessoas; trata-se de uma “*new economic refugees population*” (Cf. James Dunkerley, “Bolivia at the crossroads”, *Third World Quarterly*, January 1986, apud Crabtree et al. (1987:15).

concepções culturais, ideológicas e libertárias milenaristas do mundo aimara – o katarismo)⁴⁵ por alguns setores do campesinato da região altiplânica (grupo étnico de La Paz) serviu como “muro de proteção” das lideranças infiltradas na CNTCB com o fim de tentar transformar, desde dentro, uma instituição camponesa autônoma.

O segundo conjunto de classes sociais que deve ser examinado é composto pela pequena burguesia e as camadas médias urbanas. No início, amplos setores destas duas classes apoiaram o regime militar. Contudo, na fase 1971-74 (funcionamento da FPN e a proibição da participação da esquerda sindical e partidária no sistema político) ambas permanecem fragmentadas, oscilando, num primeiro momento, entre o apoio político aos partidos burgueses tradicionais e aos setores do Exército. Logo passam a se polarizar entre as facções deste, em franca luta interna, e os partidos pequenos burgueses tolerados pelo regime. Estes adotam, nesse contexto político, um radicalismo democrático (PDC, o PRA, facção dissidente do MNR, liderado por Guevara, porém este participou ativamente durante a ditadura) e passam a criticar o processo de militarização do aparelho do Estado. Além do mais, concentram sua crítica no funcionamento da FPN considerando-a como um instrumento dos militares para prolongar o governo. Através dessa crítica, tais partidos tentam atrair a atenção de setores da pequena burguesia, das camadas médias e das massas populares com o fim de representá-las e ampliar sua influência política, num momento em que a COB estava proibida de funcionar. No entanto, observamos que o objetivo último desses partidos era o de buscar apoio, indistintamente, das duas principais facções militares oposicionistas (os nacionalistas-revolucionários alinhados com o MNR-Estensoro e o grupo composto de ex-palacianos) na sua aspiração de: a) influenciar o governo para participar na FPN e na burocracia estatal, b) ampliar sua base social de apoio para concorrer às eleições (marcadas para 1972 e 1973) e por essa via conquistar o

⁴⁵ Nas eleições de 1978, um grupo de camponeses kataristas (de Tupac Katari, caudilho índio contemporâneo de Tupac Amaru, que na época colonial lideraram grandes rebeliões indígenas), concorrem com a sigla Movimiento Indio Tupac Katari (MITK). Um autor de origem aimara, que sintetiza ideologicamente as reivindicações e posturas milenaristas do mundo indígena, é Fausto Reinaga, que publicou um livro no final dos anos 60: *La Revolución India* (1969). Ver também Rivera (1983 e 1984); Healy (1987 e 1989).

governo. Em 1978, estes partidos aparecem com maior grau de fragmentação, cada um concorrendo com sigla separada ou apoiando o candidato situacionista, como veremos logo.

Na conjuntura janeiro-julho de 1978 (abertura democrática e participação de todos os partidos políticos nas eleições nacionais) a pequena burguesia e as camadas médias voltam a se polarizar entre a burguesia e a classe trabalhadora. O elemento novo é que elas aparecem mais divididas ainda devido a quatro fatores fundamentais: 1) a marcante presença da COB e da esquerda sindical e partidária; 2) a volta dos partidos burgueses e pequeno-burgueses tradicionais; 3) a proliferação de novas coalizões partidárias, em sua maioria surgidas das facções dissidentes do partido populista tradicional (ADRN, FUDP etc.), dos líderes militares nacionalistas radicalizados da linha política de Torres (ALIN), bem como dos partidos da pequena burguesia radicalizada (MIR, FRI); e 4) a concorrência de *três candidatos militares* à presidência da república, sendo que um deles, o gal. Pereda, é apoiado pelo governo através da coligação FNP (*Frente Nacionalista del Pueblo*), composta basicamente por partidos pequeno-burgueses (novos e tradicionais); 5) o gal. Bernal aparece como candidato do PDC, o PRA apóia o gal. Pereda, o cnl. Patiño Ayoroa candidato da FSB; outra facção deste concorre com a sigla FSBI (*Falange Socialista Boliviana de Izquierda*). Vemos assim um novo processo de atomização dos partidos pequenos burgueses que oscilam no apoio tanto aos partidos tradicionais (direita) como aos partidos de centro e de esquerda. O contexto é do ressurgimento da descomunal crise da ideologia do nacionalismo revolucionário burguês.

Nos momentos de recrudescimento da repressão sobre as massas populares, principalmente sobre o proletariado mineiro, indicativo do aumento da luta política direta destas classes sociais contra a ditadura (greves, paralisações, manifestações), setores significativos da pequena burguesia e das camadas médias passam a se radicalizar politicamente e a se solidarizar com o proletariado. No primeiro caso, temos o movimento estudantil que, utilizando como arma de luta a defesa da autonomia universitária, realizam greve permanente a favor da causa operária. Estes são sistematicamente reprimidos pelo governo. No segundo caso, temos setores dos trabalhadores não-

manuais que passam a lutar contra a ditadura: bancários, setores do funcionalismo público, profissionais liberais (Colégios de advogados e de economistas, Confederação de Profissionais), de associações civis (associação de detidos e desaparecidos, associação nacional de defesa dos direitos humanos) e de setores da Igreja católica.

Contudo, a característica deste movimento não é a homogeneidade e a coesão política. Devido à acentuada atomização político-partidária, como efeito da crise ideológica generalizada no campo burguês e pequeno-burguês e, sobretudo pela proibição do funcionamento da COB, os setores que compõem esse movimento ficam vulneráveis a serem conduzidos politicamente pelas frações burguesas democratizantes que passaram, depois do “autogolpe” de 1974, ao campo da oposição aberta contra o regime militar: setores da burguesia de Estado, que permanece com certo grau de lealdade política às facções do MNR; setores da burguesia tradicional, que aparecem representadas pelo MNR, pelo FSB e por militares dissidentes. Constatamos que a aberta oposição burguesa ao regime aparece depois da crescente mobilização das classes trabalhadoras: e neste contexto que também aumenta pressão das camadas médias contra o regime.⁴⁶

Em suma, tanto os setores das camadas médias e pequeno-burguesas como setores da burguesia aproveitam a brecha aberta pela luta do proletariado e se engolfam no movimento contra a ditadura. Constatamos assim uma profunda crise de organização e representação partidária e uma descomunal fragmentação no campo burguês (crise da ideologia dominante: o nacionalismo revolucionário) que se estende ao aparelho de Estado, ao campo pequeno-burguês, bem como ao das camadas médias. Embora tenha cumprido o papel de organizar a hegemonia e representar a fração de capital americano mais poderosa, o Exército terá sérias dificuldades de se manter como partido político do conjunto da classe dominante devido, entre outros fatores, ao impacto da condensação de

⁴⁶ Ver documento extenso em que um grupo de “cidadãos” não somente critica o regime militar mas também exige eleições imediatas: “Personalidades de distintos sectores piden democratización del país. Mensaje a la Nación”, *Presencia*, 18/6/77.

suas crises internas, e ao descomunal fracasso da facção nacionalista-militarista conservadora em continuar comandando o aparelho de Estado.

O terceiro conjunto de classes dominadas – e o mais importante – é composto pela classe trabalhadora. Os setores e categorias mais combativas, como os trabalhadores da indústria manufatureira (principalmente os fabris da multinacional Manaco,⁴⁷ o setor têxtil – fábrica Said, entre outros), o funcionalismo público, liderados pelo sindicato de professores, ferroviários, contribuem a manter - mesmo com muita dificuldade devido à permanente repressão - organizado um movimento operário que é encabeçado pelas bases sindicais do proletariado mineiro. Examinemos dois aspectos importantes da situação da classe trabalhadora e do movimento operário boliviano no período em questão: o caráter da luta do proletariado mineiro e do movimento operário em geral e a relação com a contradição fundamental da luta de classes na formação social boliviana nos anos 70.

A luta do proletariado mineiro teve um caráter político defensivo. Combinou a luta econômica (reivindicação salarial) para reconquistar seus direitos sindicais (liberdade de associação e organização sem intervenção do Estado), e a luta política (direitos civis e sociais mínimos assegurados na constituição). Essa luta simultânea se converteu numa poderosa arma para exigir, num plano mais amplo, a democratização do país.⁴⁸ Noutros termos, no quadro da política de repressão e

⁴⁷ Vejamos um trecho do depoimento de uma das trabalhadoras mineiras mais combativas e que se tornou um símbolo da luta da categoria no âmbito internacional: Domitila Chungara. Em 1976, ingressa clandestinamente ao país de seu exílio no México e encontra os operários da fábrica de calçados Manaco (em Cochabamba) em greve (cerca de 800 trabalhadores): “Dos operários fabris, esses são os que têm mais tradição de luta revolucionária. Os dirigentes do Siglo XX [minas que pertencem à COMIBOL] apoiaram com seus pronunciamentos aos operários da Manaco. Os trabalhadores solidarizaram se dando o salário de um dia. E fomos numa comissão levar-lhes alimentos. Foi uma grande greve, somaram-se também outros grupos, principalmente universitários e vários setores camponeses. Os trabalhadores [...] conseguiram vários de seus objetivos” (Viezzler, 1979:275-6).

⁴⁸ Devemos salientar que o movimento operário também atravessou um processo de fragmentação e cisão, o qual se relacionou com as crises e contradições que emergiram durante a Assembléia Popular. Um núcleo dirigente sindical (COB) e da esquerda partidária monta sua sede no Chile e cria o Frente Revolucionário Antimperialista (FRA), mas não chega a um acordo e consenso em relação à estratégia de luta contra a ditadura. A estratégia predominante, defendida pelo ELN, MIR, os dois partidos comunistas (PCB-linha soviética e PCml-linha chinesa), era articular a luta armada. Até o POR-Lora adere à proposta. Tentam articular apoio (econômico e militar) do governo Allende e do governo cubano mas os contatos fracassam devido às condições impostas por estes: o apoio somente poderia ser possível se o movimento for conduzido pelo partido comunista pró-soviético. Os conflitos e contradições permanentes entre os diversos setores que participaram na Assembléia Popular reaparecem no FRA, e este se desintegra praticamente em 1972. Mas o POR-Lora passa a conduzi-lo utilizando-o como órgão de luta das massas trabalhadoras para manter as posições defendidas na extinta Assembléia Popular (Cf. Lora, 1978 e 1980). O que estamos querendo sublinhar é que as crises e contradições no seio do movimento operário e da esquerda partidária não são necessariamente determinadas pelas crises políticas oriundas do campo burguês ou do bloco dominante, porém por suas próprias contradições internas. Noutros termos, embora seja afetado tanto pela crise de representação partidária que provém do campo

desmobilização das massas populares imposta pela ditadura militar, a reorganização do movimento sindical é dinamizada pelas bases dos sindicatos do proletariado mineiro. As greves e paralisações nos centros produtivos foram permanentes, bem como a luta política: a exigência da abertura democrática, a reivindicação dos direitos civis e políticos, liberdade de associação sindical, principalmente a vigência da FSTMB e da COB. Neste contexto, a luta das bases sindicais se realiza em três frentes: 1) no combate ao sindicalismo de Estado: recusam-se a reconhecer os “coordenadores trabalhistas” nos sindicatos mineiros impostos pelo governo, e estes são permanentemente expulsos; 2) na oposição ferrenha contra a polícia mineira (aparelho repressivo que se consolidou no pós-64) e contra a intervenção militar nos centros mineiros, convertidos em zona militarizada; e 3) na realização de reuniões sindicais (proibidas pelo governo) nos centros de trabalho (minas) e, sobretudo, na realização de Congressos de sindicatos de todos os distritos mineiros, como o Congresso da FSTMB em maio de 1976, que equivalia a um congresso nacional da COB. A luta do proletariado mineiro passa a ser apoiada por outros setores das classes trabalhadoras como *fabriles*, ferroviários, trabalhadores da construção, gráficos, setores dos trabalhadores não-manuais (funcionalismo público, estudantes, profissionais liberais) e setores do campesinato (os “independentes” ou kataristas).

De acordo com a nossa análise, baseada na periodização feita por Lora, (1978) podem-se registrar três subperíodos importantes de ascensão (com altos e baixos, avanços e recuos) da luta do movimento popular dinamizada pelo proletariado mineiro contra a ditadura:

- 1) outubro de 1972-outubro de 1973: reação contra a desvalorização monetária e os pacotes econômicos (elevação do custo de vida, política de compressão salarial e imposição da livre contratação de força de trabalho); a FSTMB volta a funcionar dirigida pelas bases sindicais;

burguês e pequeno-burguês, como pela descomunal crise do aparelho militar, as crises e contradições políticas do movimento operário não são um mero reflexo do que ocorre no seio do bloco dominante e do aparelho estatal. As suas próprias crises e contradições somente poderiam ser entendidas no quadro da sua relação com as demais classes sociais e com o Estado, isto é, no contexto da luta de classes. A ditadura consegue liquidar politicamente a liderança sindical e da esquerda partidária mas é incapaz

- 2) janeiro a novembro de 1974: reação contra o novo pacote econômico, massacre de camponeses pelo Exército, e “autogolpe” banzerista (novembro): nova fase de repressão, proibição de funcionamento sindical e partidário, imposição dos coordenadores trabalhistas e o serviço civil obrigatório;
- 3) do autogolpe até fins de 1977: acentuação do protesto popular e recrudescimento da repressão; este período é marcado pelo Congresso da FSTMB em maio de 1976, seguida de uma greve da categoria exigindo aumento salarial, a qual dura quase um mês.

Para os nossos propósitos, basta examinar alguns aspectos importantes do último período. Em primeiro lugar, o ponto mais alto da ascensão do movimento operário é detectado no momento da realização do Congresso da FSTMB em maio de 1976, desafiando frontalmente a ditadura, que tinha proibido todo tipo de reunião político-partidária e sindical. O assassinato do general Torres na Argentina (provavelmente de autoria da ditadura banzerista na execução do *Plano Condor* – Cf. Sivak, 1997), no início de junho, deu maior impacto político aos efeitos provocados por esse Congresso na medida em que encorajou o proletariado mineiro a manter greve indefinida. O governo reforça os contingentes militares nos distritos mineiros, demite em massa os operários (muitos são presos e exilados), se empenha em manter em funcionamento o aparelho produtivo contratando novos operários para trabalhar nas minas, principalmente camponeses, mas sem sucesso. Os trabalhadores mineiros permanecem atrincherados nas minas, mas são obrigados a interromper a greve (não conseguem nenhum aumento salarial) por falta de alimentos, pois o governo tinha fechado o armazém e bloqueado a entrada desses produtos, mormente fornecidos por camponeses e pelos trabalhadores das cidades em solidariedade com a categoria.

Em segundo lugar, interessa, aqui, mostrar um caso peculiar do movimento operário mineiro (trabalhadores das empresas estatais). A greve foi feita praticamente no interior das minas (distrito

de desmobilizar as bases sindicais da FSTMB, que entra em confronto direto com o Exército e com os quadros administrativos das empresas estatais mineradoras.

mineiro Siglo XX) porque nas vilas operárias, que ficam mormente ao lado das grandes minas, estavam ocupadas totalmente pelo exército; e se os trabalhadores saíam, seriam massacrados, como aconteceu em várias ocasiões. Nessa situação de emergência, em que praticamente os trabalhadores estavam presos e isolados nas minas, o papel das mulheres foi fundamental – isto é, o trabalho das bases sindicais passou a ser exercido pelas mulheres. Se antes, os dirigentes das bases sindicais conseguiam burlar a segurança e a repressão do governo para continuar suas atividades, agora era a vez das mulheres mineiras: criam um Comitê de Donas de Casa num distrito mineiro com o fim de apoiar os trabalhadores na sua luta salarial. No Congresso da FSTMB propõem a formação de uma Federação Nacional de Donas de Casa que se filie à COB, mas o congresso foi interrompido pela iminente repressão que se desataria, conforme o depoimento de Domitila Chungara:

A nossa participação foi muito boa em Corocoro. Na primeira intervenção, dissemos aos trabalhadores que nós nos sentíamos muito felizes de que os operários, apesar de tantas proibições, pudessem realizar aquele Congresso. E que os homens deviam considerar que eles não estavam sozinhos na luta, pois em cada lar, todos são explorados pelo patrão, pela COMIBOL, pois todo trabalho que fazemos na casa não é reconhecido e seria um erro pensar que só o trabalhador assalariado é explorado: também o é sua família. E que devíamos tirar um bom documento naquele Congresso para que servisse para o movimento da classe trabalhadora.

[...] Mas pelos acontecimentos que se seguiram, não conseguimos levar a cabo nosso plano. E soube agora que as ‘mulheres nacionalistas’, ou seja, as que apóiam o governo atual, pensam realizar um congresso nacional nas minas. Apesar das manobras que houve por parte dos agentes do governo infiltrados no Congresso, o pensamento dos representantes operários venceu. E aprovou-se um documento para pedir aumento salarial (Viezzler, 1979:279-80).

Além do mais, tal comitê, liderado por Chungara, exerceu um papel crucial durante a greve: vigiou a movimentação do exército, tentou conquistar os soldados para a causa operária, conteve o avanço do mesmo, pois este não conseguiu reprimir as mulheres e crianças; articulou o envio de alimentos fornecidos pelos camponeses, fabris, universitários e operários das minas privadas. Todavia, através de panfletos, denunciavam a situação dos operários nas cidades, numa luta de informação contra a montada pelo governo:

Quando os operários invadiram suas casas como o fazem conosco, senhores militares? Sabem os senhores, por acaso, o que é trabalhar nas minas? Sabem [...] as misérias e penas da classe operária? Não, senhores! Os senhores só sabem assassinar o povo e não sabem contribuir economicamente ao país. [...] Os governantes se esquecem que já não estamos na época da Colônia espanhola e que não podemos trabalhar com bala na boca; nós somos operários e não escravos e não vamos permitir que os mercenários façam suas coisas enquanto nós não podemos nem abrir a boca [...]. Se o governo persiste em

sua atitude, nós nos vemos obrigados a emigrar a outros países [...]. E que sejam os militares os que vão trabalhar nas minas (idem:296; grifo nosso).⁴⁹

É nesse contexto político que se realiza a visita ao país do secretário do Departamento de Estado americano Kissinger.⁵⁰ Todavia, a visita se realizou de forma rápida, num momento político em que o assassinato de Torres causava indignação tanto nos setores populares como nas camadas médias.

Em terceiro lugar, a crescente pressão do movimento operário contra a ditadura provoca a expansão do movimento de oposição através da adesão dos setores das camadas médias e dos setores da burguesia. No início de junho de 1977, a oposição burguesa (com apoio dos militares dissidentes: a oposição interna composta por oficiais da caserna e oficiais ex-palacianos) lança sua crítica aberta e exige abertura democrática imediata: eleições gerais para 1978 - no entanto, a nossa análise do processo político boliviano detecta que tal oposição foi condicionada pela luta das classes populares. O outro fator importante do surgimento da oposição burguesa foi a ascensão de Carter ao governo americano em janeiro de 1977. Sabe-se que a política externa deste governo para a América Latina promoveu a defesa dos regimes democráticos e pressionou à abertura dos regimes militares, política essa que esteve atrelada (linkage) à ajuda econômica e à abertura de empréstimos externos. No dia 18 de junho de 77 o governo resiste liberalizar o regime e declara a postergação da abertura democrática e a realização de eleições gerais somente para 1980. Com essa medida, a própria ditadura contribui com o agravamento da crise de legitimidade, acelerando o início da sua crise final. Nesse momento, estava ocorrendo um sério conflito entre burocracia estatal e os bancos privados, pois o governo tenta

⁴⁹ A luta do Comitê de Donas de Casa não teve precedentes na história da luta operária na Bolívia. Naquele momento, Chungara estava grávida e se aprestava para dar a luz; para tanto, burlou a segurança do exército para viajar a La Paz e ser internada numa clínica. O outro momento da função crucial desse comitê se registrou em dezembro de 1977: quatro mulheres, entre elas Chungara, organizam uma greve de fome para exigir anistia política para os operários exilados e demitidos da COMIBOL por causa políticas; além do mais, exigem a saída imediata do exército das minas. A greve se alastrou por todo o país com mais de um centenar de grevistas em apoio às trabalhadoras mineiras. O movimento popular aproveitou a situação para exigir anistia política geral e eleições nacionais. A ditadura se viu obrigada a decretar anistia geral e convocar eleições para julho de 1978. Tratava-se da crise final da ditadura.

obrigar estes a se converterem em bancos de desenvolvimento, e estes se recusam. O que acaba contribuindo com o agravamento das crises da ditadura em vários níveis, e provoca a deflagração de uma dupla crise simultânea: o início do fim do sistema hegemônico e da ditadura (este tema será analisado no último capítulo). Entretanto, vejamos outros aspectos importantes da crise de legitimidade.

A ascensão e reforço da luta política do proletariado e das massas populares, junto com a oposição burguesa, contribuem com o agravamento das crises internas do Exército. Nessa conjuntura, o aguçamento da crise de legitimidade se converte num fator político potencial que desencadeia a crise final da ditadura banzerista. E essa crise se patenteou na sua dupla incapacidade: de controlar, simultaneamente, a oposição militar interna e o movimento operário. A esta altura de nossa análise podemos lançar a nossa hipótese sobre o colapso da ditadura banzerista, cujos elementos constitutivos estão relacionados com a condensação das crises e contradições, que se converteram em fatores importantes de instabilidade política: dentre esse conjunto de fatores, a luta do proletariado e das massas populares se constituiu no fator determinante da queda dessa ditadura; e as suas contradições e crises internas nos fatores diretos ou principais do seu colapso. Podemos também colocar a seguinte hipótese sobre a contradição fundamental: no quadro de funcionamento do Estado militar que criou as condições políticas e ideológicas indispensáveis à reprodução da dominação ditatorial do conjunto das classes exploradoras sobre as classes dominadas, a relação entre os fatores determinante e direto do colapso da ditadura se condensou na contradição fundamental da luta de classes no período: tal contradição se patenteou no embate antagônico entre o grande capital financeiro americano, com o apoio decisivo da nova burguesia mineira, e o proletariado mineiro. Desde já adiantamos que um dos principais aspectos dessa contradição se patenteou na política de desnacionalização acelerada da economia boliviana viabilizada pela ditadura banzerista, a qual adotou a forma de transferência, igualmente

⁵⁰ A reunião com Banzer em Santa Cruz de la Sierra, no dia 6 de junho de 1976 tratou sobre “assuntos secretos”; a imprensa noticia que foram discutidos temas sobre segurança continental e sobre a luta contra o narcotráfico. Já vimos que um dos objetivos

acelerada, de capital público ao setor privado. O outro aspecto, o lado reverso da moeda, se patenteou na luta draconiana do proletariado mineiro contra a extrema exploração imposta por esse capital e contra essa política de desnacionalização (tema será analisado no próximo capítulo).

Se os militares dissidentes (cni. Ayoroa, na sua carta pública de janeiro de 1975) tinham denunciado a existência de um grupo assessor estrangeiro no Executivo, e setores da burguesia (como, por exemplo, Venegas da CNI) denunciaram o caráter classista da política de investimento (viabilizada pelo INI) que beneficiou o grande capital monopolista estrangeiro (grupo assessor, controlado por estrangeiros, que elaborou a política econômica em consonância com os interesses econômicos do grande capital financeiro americano) essa realidade não era surpreendente para o proletariado mineiro. Além do mais, eles vão mais longe e identificam a contradição fundamental da luta de classes na Bolívia no período. No Congresso da FSTMB (maio de 1976), os trabalhadores mineiros elaboram um documento no qual criticam duramente a política econômica e salarial da ditadura, além de denunciar que, desde 1971, esta implantou uma implacável repressão para defender os interesses do capital financeiro internacional. Todavia, convocam a criação de um “frente único” das classes exploradas com o fim de aprofundar a luta “reivindicacionista”⁵¹ contra a ditadura, pois apesar da negativa situação política do país, “existe um proletariado firme e decidido, e um campesinato cada vez mais consciente, que fazem causa comum à ideologia da classe operária e à sua luta”. Mesmo que essa tática de luta apareça sob a forma econômica, trata-se de uma declaração de

da visita de Kissinger era contribuir com a busca de estabilidade política da ditadura banzerista que, no momento, parecia desabar.

⁵¹ Ver “Declaración Política del Ultimo Congreso de Trabajadores Mineros”, *Presencia*, 7/5/76. Evidentemente, a correlação de forças entre as classes dominantes e as classes dominadas, num contexto de ampla desvantagem política para o movimento operário (depois desse Congresso, a ditadura recrudescer a repressão), este foi obrigado a modificar sua estratégia de luta: abandona a luta pelo socialismo defendida no IV Congresso da COB de maio de 1970 e passa a privilegiar a luta pela democracia política burguesa, tal como aparece no Congresso da FSTMB de 1976. A escolha desta estratégia é reforçada no V Congresso da COB em maio de 1979. Mencionemos apenas uma implicação política da adoção da estratégia da luta pela democracia: a liderança político-sindical da COB tenderá a perder a direção do processo político de democratização para os setores da média burguesia e setores da burguesia boliviana opositoras da ditadura que adotaram um discurso democratizante. Quer dizer, os setores que controlaram a direção da FSTMB e da COB entram em novas crises e contradições políticas e passam a defender ferreamente a democracia burguesa, num momento em que as massas populares estavam politicamente radicalizadas (1978-80): abandonam o nacionalismo revolucionário, ao passo que a direção da COB volta a adotar essa ideologia; e em vez de seguir às massas, passam a bloquear sua ascensão. Este fenômeno se patenteou na aliança eleitoral da COB com o MNR-Siles (que rompeu com o MNR-Estenssoro em 1971) e se patenteou na Frente Unidad Democrática y Popular (FUDP) no pleito de 1978 (que foi

guerra contra a ditadura na medida em que as condições de extrema exploração e dominação de classe sobre das massas populares e do proletariado mineiro se tornaram insuportáveis.

Em suma, neste item temos examinado as condições socioeconômicas e as posturas políticas dos principais setores das classes dominadas com o fim de caracterizar os traços essenciais da luta de classes no período em foco. Vimos que a crescente resistência das massas populares, dinamizada pelo proletariado mineiro, incidiu no agravamento das crises e contradições políticas do Estado militar e redundou no acréscimo da instabilidade política, na medida em que tal Estado não conseguiu desmobilizar completamente o movimento operário. E a permanente luta e resistência política deste se converteu no fator determinante do colapso da ditadura. O que nos leva a nosso último capítulo, cujos objetivos fundamentais visam analisar o processo de desnacionalização da economia boliviana e o caráter da hegemonia política.

anulado por causa da descomunal fraude da ditadura banzerista, uma nova espécie de golpe contra as massas populares). A aliança se repete nos pleitos de 1979 e 1980, desta vez com a sigla Unidad Democrática y Popular (UDP).

CAPÍTULO CINCO

ESTADO MILITAR, CLASSES DOMINANTES E INSTABILIDADE POLÍTICA

No capítulo anterior temos analisado os principais aspectos das crises e contradições internas do Exército e sua repercussão no funcionamento do Estado militar. Vimos que este se configurou como um Estado militar-de-crise altamente instável. E isto se deveu ao fato de que, ao se empenhar na busca incessante de estabilidade, acabou desencadeando um processo de militarização/desestabilização acentuado. A esta altura, as perguntas que se impõem são: mesmo com a redefinição da hegemonia, esse processo desestabilizador não teria provocado a volta da crise de hegemonia? Em que medida a solução dessa crise não contribuiu para afastar esse processo desestabilizador? Ou então, tal redefinição conseguiu eliminar os principais fatores potenciais de instabilidade política tanto no seio do bloco no poder como no aparelho de Estado? Afinal, se solucionou ou não se solucionou a crise de hegemonia? Qual seria a relação entre essa crise e a instabilidade política? O nosso desafio agora é tentar responder essas perguntas ao longo deste capítulo.

Em consonância com a metodologia apresentada no primeiro capítulo, que busca delimitar um quadro de ocorrência de possibilidades mínimas de crises e contradições políticas que se convertem em fatores importantes que produzem fontes potenciais de instabilidade política, o nosso último passo é o de verificar se realmente a redefinição da hegemonia política provocou novas crises e contradições políticas que se converteram em fontes potenciais de instabilidade no plano de relação entre bloco no poder e o Estado militar. Mais especificamente, interessa examinar o caráter da crise de hegemonia e sua repercussão tanto no aparelho de Estado militar como no seio das classes dominantes. Trata-se de desvendar as principais causas da instabilidade política na esfera de relação entre o Estado e as classes dominantes.

O nosso desafio agora é tentar demonstrar, de forma condensada, os aspectos essenciais das nossas duas hipóteses lançadas no primeiro capítulo. Para, tanto avancemos na seguinte hipótese de trabalho: as principais causas da instabilidade política no período foram provocadas pelo desencadeamento das crises oriundas da relação entre o sistema hegemônico, bloco no poder e o aparelho de Estado. Tais crises estiveram sobredeterminadas por uma particular crise de hegemonia e pelo funcionamento desestabilizador do Estado militar. A demonstração desta hipótese requer seu desdobramento analítico em quatro partes importantes: 1) a caracterização da crise de hegemonia e do sistema hegemônico; 2) o exame do atendimento dos interesses econômicos prioritários da fração preponderante pelo Estado militar e a forma como foram atendidos; 3) a luta entre as frações subalternas que compõem o bloco no poder e a burocracia de Estado pela definição e orientação da política de Estado, principalmente pela política econômica – isto é, a constante pressão exercida pelas primeiras a fim de ganhar posições no aparelho de Estado com o objetivo de concretizar certos interesses econômicos específicos; 4) a repercussão das crises políticas e contradições mencionadas sobre a crise de legitimidade e sobre o aparelho de Estado (esta última crise já foi analisada no capítulo anterior e será, aqui, abordada indiretamente, na medida em que se relaciona com a crise de hegemonia e com as crises do Exército). Desde já deve ser salientado que, aqui, privilegiamos a análise da reprodução dos fatores potenciais de instabilidade política no quadro de relações entre o Estado e as classes dominantes.

5.1 Caráter da hegemonia política

Resumamos o que até aqui temos sustentado sobre o bloco no poder. Este passou de uma fase de equilíbrio instável, com a característica crise de hegemonia permanente no período populista, a outra de desorganização devido ao aguçamento dessa crise no período 1969-71, e finalmente a uma fase de reorganização e a correspondente redefinição da hegemonia, conquistada pelo grande capital

financeiro americano com o apoio da nova burguesia mineira (a principal fração da burguesia interior).

A esta altura já temos suficiente material para demonstrar a nossa hipótese segundo a qual com a instauração da ditadura do período se estabelece um sistema hegemônico composto pelo capital mineiro-exportador, o capital bancário estrangeiro e o grande capital financeiro americano, sob a direção deste. Mas porquê a existência de um sistema hegemônico num país com características atrasadas acentuadas como a boliviana? Tentemos elaborar duas respostas.

Primeira, nos anteriores capítulos (principalmente no segundo e terceiro) temos demonstrado que o processo de diferenciação das classes e frações de classe dominante tendeu a se complexificar de acordo ao desenvolvimento capitalista experimentado no país desde os anos 50. Vimos que emergiram núcleos de burguesia interior (criadas “pelo alto”) que experimentaram um crescimento econômico considerável, as quais passaram a concorrer acirradamente com a burguesia compradora pela associação/representação do grande capital estrangeiro. Contudo, o conjunto das classes dominantes bolivianas é economicamente fraca e a concorrência com este praticamente está afastada, sendo, portanto, incapazes de colocar um mínimo limite a sua permanente intervenção no país (não se constituem em “burguesia nacional”). Nestas condições, acabam se impondo as diversas frações do grande capital americano/estrangeiro que passam a controlar os setores chaves da economia boliviana. Temos visto a preponderância do grande capital financeiro americano, que controlou, simultaneamente, o capital bancário americano/estrangeiro e as firmas transnacionais americanas, tanto industriais como comerciais, que dominaram a economia do país. Isso se deve ao fato – e isto é sobejamente conhecido - de que nos países capitalistas centrais o processo de centralização e concentração horizontal e vertical do capital é bastante complexo, e reflete o grau de desenvolvimento capitalista e diversificação dessas economias. E tal processo está marcado pela dominância do capital financeiro sobre a indústria, a qual fica cada vez mais acentuada. Todavia, já vimos que nas formações sociais em transição capitalista periférica o processo de internacionalização

e interiorização desse capital, sob a égide do capital americano, reflete esse fenômeno marcante. Esta é a primeira observação.

A segunda observação tem um caráter teórico: numa formação social capitalista qualquer, pode se constituir, no seio desse bloco no poder, um sistema hegemônico, cujo papel dirigente seria detido por uma camada específica (neste caso uma fração de capital monopolista) que articularia as frações monopolistas dominantes nos níveis de segmentação horizontal e vertical da classe capitalista. Para entendermos tal problemática devemos recorrer – de forma sintética e esquemática – às teses defendidas por Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (1986). Nesta obra o autor faz um avanço qualitativo ao formular uma “teoria regional do político” baseada na teoria marxista do Estado capitalista. No seu sistema de conceitos fundamentais elaborados pelo autor, estão o de hegemonia política e de bloco no poder. Numa formação social capitalista concreta, em que coexistem dois ou mais modos de produção, com dominância do modo de produção capitalista, as diferentes classes dominantes ou frações de classe capitalista exploradora exerceriam, em conjunto, o poder político sobre as classes dominadas. A esse conjunto de classes dominantes o autor denominou bloco no poder. Todavia, esse conjunto de classes exploradoras, movidas pela satisfação de seus interesses econômicos próprios, luta incessantemente para aumentar a sua cota de mais-valia total. O que implicaria que, nas formações sociais capitalistas, não poderia haver “partilha igualitária do poder”. No seio do bloco no poder uma classe dominante ou fração de classe dominante preponderaria politicamente sobre o resto das classes dominantes, justamente pelo fato de os seus interesses econômicos serem prioritariamente atendidos pelo Estado. A essa preponderância política o autor denominou hegemonia política.¹ Registrado esse avanço teórico importante em Poulantzas, e a

¹ Esses temas já foram abordados no primeiro capítulo. Entretanto, consideramos relevante colocar sinteticamente as propostas teóricas do autor. Trata-se de dois conceitos interrelacionados; o conceito de hegemonia proposto pelo autor se diferencia do conceito gramsciano de hegemonia: está relacionado particularmente ao campo das *práticas* das classes ou frações dominantes (e não do Estado), podendo ser aplicado a uma classe ou fração no interior do bloco no poder. Assim, o conceito de hegemonia comportaria dois sentidos: 1) na relação entre as classes dominantes e o Estado capitalista, refere-se à constituição dos interesses políticos dessas classes, na medida em que estes se apresentam como representativos do “interesse geral” do Povo-Nação e que têm como base o efeito de isolamento no econômico; e 2) no funcionamento do bloco no poder, refere-se ao fato de que uma das

despeito de alguns problemas teóricos suscitados nos demais conceitos formulados (que, aqui, não tocaremos, salvo algumas observações relacionadas com o conceito de hegemonia, como veremos logo), é importante destacar um outro avanço teórico fundamental, em relação a esse conceito de hegemonia, formulado por Saes, e que diz respeito ao conceito de sistema hegemônico. Este está registrado num trecho da “Introdução” do seu livro *A república do capital*, ao se referir ao caráter compósito da hegemonia política:

Esse tratamento implicaria que se levasse em conta a possibilidade de constituição, numa formação social capitalista, de um sistema *hegemônico*, onde: a) um segmento horizontal da classe capitalista (segmento esse resultante de uma diferenciação interna da classe segundo a escala do capital: grande capital, médio capital) preponderaria politicamente sobre os demais; b) um segmento vertical da classe capitalista (segmento esse resultante da diferenciação interna da classe segundo a função preenchida pelo capital no processo econômico capitalista: capital industrial, capital comercial, capital bancário) preponderaria politicamente sobre os seus congêneres; c) uma camada capitalista específica, resultante da interseção dos dois processos de diferenciação interna da classe, dirigiria o sistema hegemônico, articulando os dois níveis mencionados de exercício da hegemonia política no seio da classe dominante (2000:12; grifo do autor).²

Seguindo essa linha de raciocínio, consideramos relevante a observação de Saes segundo a qual Poulantzas não tem uma resposta taxativa ou suficientemente clara em relação à aferição da hegemonia, isto é, a caracterização de modo preciso da preponderância política (hegemonia) de uma classe ou fração no bloco dominante. Visto isso, a citação a seguir é da maior importância:

Mas avançando no terreno aberto pela sua definição [a de Poulantzas], podemos agregar que seria simultaneamente inútil e inconveniente utilizar a expressão clássica *hegemonia* para designar a mera preponderância econômica de uma classe dominante ou fração de classe dominante sobre as demais classes dominantes ou fração de classe dominante numa formação capitalista qualquer. *Hegemonia* deve, portanto, ser utilizada para nomear a preponderância política no seio do bloco no poder. Ora, o indicador mais seguro dessa preponderância é a repercussão objetiva da ação estatal no *sistema de posições relativas* de que participam classes dominantes e frações de classe dominante. Pode-se, nessa medida, sustentar que detém a hegemonia no seio do bloco no poder a classe ou fração cujos interesses econômicos são prioritariamente contemplados pela política econômica e social do Estado (a ação estatal de contenção da revolução social não servindo como indicador de hegemonia, pelo fato de corresponder ao interesse geral do bloco no poder) (Saes, 2001:51; grifo do autor).

classes detêm um papel dominante, caracterizado como papel hegemônico. Em suma, uma classe hegemônica seria aquela que concentraria a dupla função: a de representar o interesse do povo-nação ao nível da formação social; e, no interior do bloco no poder, de organizar sob seu comando a relação específica entre as classes e frações dominantes. O Estado capitalista seria, assim, “um Estado com direção hegemônica de classe” (Poulantzas, 1986:133-137).

² Logo continua: “Caso eu mesmo tivesse aplicado esse esquema teórico na análise da hegemonia política no pós-64, teria chegado à conclusão [aqui refere-se ao artigo “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”, publicado originalmente em 1989, e que está na coletânea citada] de que o *grande* capital bancário teria assumido, sob o regime militar, a condição de força dirigente de um sistema hegemônico que agrupava todos os segmentos monopolistas da classe capitalista”. Além disso, menciona que, por ocasião de um Seminário promovido pela FLACSO e a UFRGS em 1988, Karl-Christian Götzner, da Universidade de Rostock (RDA), “também apontou a necessidade de se aperfeiçoar a análise dos sistemas hegemônicos complexos que habitualmente se organizam sob o Estado capitalista (idem.; grifo do autor).

Visto isso, retomemos agora a nossa hipótese de trabalho: a fração do grande capital financeiro americano exerceu a direção do sistema hegemônico que vigorou no seio do bloco no poder sob o Estado militar boliviano no período, sistema esse composto por mais duas frações de capital monopolista: o capital mineiro-exportador e o grande capital bancário americano/estrangeiro. A demonstração dessa hipótese requer o desdobramento analítico em duas partes: 1) verificar se de fato essa direção hegemônica acontece e como foram atendidos pelo Estado os interesses econômicos prioritários da fração hegemônica; 2) a repercussão do exercício hegemônico no seio do bloco no poder e como foram atendidos os interesses econômicos específicos das frações subalternas, bem como a luta destas contra a burocracia estatal na elaboração da política de Estado. Trata-se de saber em que medida as relações entre sistema hegemônico, frações subalternas e burocracia de Estado repercutiram de forma incisiva na aceleração de crises e contradições que provocaram fatores potenciais de instabilidade política no quadro de funcionamento do Estado militar – isto é, no plano de relação Estado e classes dominantes.

Logo, o nosso próximo passo é tentar descobrir em que consistiu essa crise de hegemonia. A nossa hipótese é a de que no período emerge um tipo particular de crise de hegemonia que denominamos *hegemonia vacilante*. Mesmo que não tenha sido evocada diretamente no primeiro trabalho de Poulantzas (1986), podemos considerar um primeiro indício desse tipo de crise política – e esta é uma interpretação pessoal – quando o autor se refere ao exercício da hegemonia que não chega a se estabelecer completamente no conjunto da formação social. Outro indício dessa crise estaria relacionado ao fato de que, num Estado militar, o aparelho de Estado, ao se empenhar em organizar a hegemonia de classe, provoca um efeito contraditório: em vez de solucionar esta particular crise política acaba desencadeando uma série de crises políticas que agem em sentido contrário do objetivo perseguido, devido justamente às contradições de classes inscritas nesse aparelho e à tentativa do Estado militar de “eliminar” a luta de classes nos dois níveis: no bloco no poder e na formação social. Consideramos que este problema foi apontado pelo autor em *Fascismo e*

Ditadura (no capítulo anterior temos tentado mostrar as principais crises e contradições inerentes no seio do Exército e do Estado militar). Num trabalho posterior – no qual analisa o caráter das crises políticas, crise de Estado e crise de hegemonia - o autor evoca a emergência de uma particular crise política denominando-a “hegemonia de classe vacilante”.³ Vejamos como entendemos esta problemática. Se a hegemonia política revela a dominação política de uma classe ou fração preponderante (ou de um sistema hegemônico) no seio do bloco no poder, cujos interesses econômicos são prioritariamente satisfeitos, e se o Estado burguês é um Estado com direção hegemônica de classe, o exercício de tal hegemonia já é conflituoso e contraditório nos dois níveis mencionados. O que significa que a conquista da hegemonia política por uma determinada classe no seio do bloco dominante é uma condição necessária, porém não suficiente para mantê-la. Aqui entram outros fatores que são cruciais, numa formação social concreta (numa determinada fase da luta de classes e da correlação de forças numa situação normal – isto é, não revolucionária), para conquistar e manter a preponderância de uma classe ou fração dominante. No caso de um Estado militar e regime militar-ditatorial, tanto o exercício de tal hegemonia como o empenho da busca de estabilidade política por este Estado estariam relacionados, minimamente, com a ocorrência de quatro

³ Trata-se de uma peculiar crise de relacionada à crise do Estado e repercute no bloco no poder, no aparelho do Estado e nas classes dominadas. Ao abordar a transformação de uma crise política em crise de Estado, o autor justifica que se trata de “coisas que não se reduzem então a uma simples crise do cenário político (crises governamentais por exemplo), que se traduzem por uma incoerência, aqui característica, da política do Estado e que devem ser tomadas como tentativas de manter uma autonomia relativa e de *restaurar uma hegemonia de classe vacilante*” (1977:26; grifo nosso). Ou então, “trata-se aí de uma série de contradições que se exprimem de modo específico, no próprio seio do Estado [...] e que são os fatores diretos das características próprias já mencionadas da crise do Estado: contradições internas acirradas entre ramos e aparelhos de Estado e no seio de cada um deles, deslocamentos complexos de dominação entre aparelhos, suas permutações de função, a acentuação do papel ideológico de tal ou qual aparelho que acompanham o reforço no exercício da violência do Estado etc. Coisas que testemunham tentativas do Estado de restaurar uma hegemonia de classe vacilante com relação às classes dominadas” (pp. 28-29). Todavia, o autor sugere que a solução dessa crise, nalguns casos, pode se processar “por meios específicos e à quente” (p. 7-8). Não se trata, no caso da ditadura banzerista, de uma situação de transição ao socialismo, conforme sugere o autor na última citação. E aqui fazemos uma interpretação pessoal das observações do autor sobre a hegemonia vacilante: o país saiu de uma situação de crise final do populismo, crise pré-revolucionária (governo Torres e a Assembléia Popular), a beira de uma guerra civil, e de uma acentuada crise de hegemonia. A saída desta situação, no golpe de 1971, somente poderia ser feito “à quente” (isto é, o confronto armado seguido de uma violenta repressão; lembremos que morreram mais de 500 pessoas). Logo, o país entra noutra fase em que soluciona esta última crise e o Estado organiza a hegemonia política do grande capital financeiro de origem americano, porém essa hegemonia pode ser caracterizada como vacilante, basicamente em relação às classes dominadas: o Estado militar não conseguiu desmobilizar completamente as classes trabalhadoras e o movimento popular. Nesse sentido, o golpe dentro do golpe de 1974 teve um caráter contraditório: de um lado, reforça o sistema hegemônico – uma certa restauração da dominação de classe, que denota a crise em consideração -, e por outro, acelera as crises do Exército, que se articula ao agravamento da crise do Estado e ao crescimento da oposição à ditadura, acentua a hegemonia vacilante e culmina com a desintegração do sistema hegemônico no final de 1977.

fatores intimamente relacionados: 1) a capacidade do Exército de organizar essa hegemonia - o que se evidenciaria no atendimento dos interesses econômicos prioritários dessa fração pelo Estado - e a prolongação no tempo desta dominação de classe dependerá da relativa unificação e de certa estabilidade institucional desse ramo de aparelho estatal (neutralização da oposição interna, controle de suas próprias crises e contradições, controle da sucessão da hierarquia militar e governamental através do afastamento do golpe de Estado e, sobretudo o grau de desorganização/reorganização das massas populares); 2) a capacidade da fração preponderante de dirigir e estabilizar o bloco dominante: a imposição dos interesses econômicos restritos como se fossem os interesses universais, o que implica um consenso ideológico - uma base de legitimidade no sistema hegemônico e no bloco no poder; 3) a capacidade do Estado de manter uma “política de compromisso” (conforme mencionado no segundo capítulo) na relação Estado-classes dominantes – isto é, o atendimento de certos interesses secundários das frações subalternas do bloco no poder sem deixar de atender prioritariamente os interesses econômicos da fração preponderante, e que se patenteia principalmente na política econômica; e 4) a capacidade do Estado, na relação deste com as classes dominadas, de elaborar uma política de concessões com vistas a conciliar os interesses econômicos da fração preponderante e os das classes trabalhadoras.

Entretanto, ocorre que, mesmo contemplando essas condições mínimas o exercício da hegemonia é marcado pelas contradições e crises políticas determinadas pela luta de classes, em todos os níveis de relações. No caso que nos ocupa, detectamos que as contradições e crises políticas contribuíram mais para agravar a instabilidade política que estabilizar o funcionamento do Estado militar boliviano sob a ditadura banzerista. Já vimos que esta se empenhou intensamente na busca de estabilidade política para se prolongar no tempo (queria permanecer até 1980): estabeleceu algumas dessas condições mínimas de uma forma precária, ao mesmo tempo em que não deixou de atender os interesses econômicos prioritários do grande capital financeiro americano. O que estamos querendo sublinhar é o caráter sobredeterminado e contraditório do funcionamento do Estado militar e do

exercício da hegemonia política: de um lado, o Exército consegue organizar a hegemonia do grande capital financeiro, porém é incapaz de controlar suas crises internas e ampliar certas concessões políticas e sociais às classes dominadas e acaba aumentando a repressão; de outro, o capital preponderante consegue materializar seus interesses econômicos restritos, atendidos prioritariamente pela burocracia estatal. Entretanto, esta tem sérias dificuldades de ampliar certas concessões (política de compromisso) às classes e frações subalternas no seio do bloco no poder. E estas, movidas pela busca de satisfação de seus interesses específicos, se afundam num “egoísmo de fração” e provocam o acirramento dos conflitos entre elas; como não podem colocar limites à intervenção do capital preponderante, estas aumentam a pressão sobre a burocracia estatal para que atenda seus interesses específicos (mesmo que secundários) e, simultaneamente pressionam o Exército para incrementar a dose de repressão sobre as massas trabalhadoras. O que redundando tanto no agravamento das crises e contradições no seio do bloco no poder como no aparelho de Estado, agravando assim a crise de legitimidade.

Acreditamos que este conjunto de observações seria uma primeira tentativa de explicar a problemática da hegemonia vacilante.⁴

⁴ Cabe salientar que essa problemática também foi evocada por Jessop no seu artigo “El gobierno de lo ingobernable: acuerdo en la crisis” (1982), apesar de se referir aos países capitalistas avançados com predominância de formas de Estado democrático e de regimes democráticos: a estratégia política baseada num projeto hegemônico de “duas nações” e de “uma nação”. Também encontramos essa linha de raciocínio num outro artigo do autor em que comenta as teses poulantzianas sobre o papel do Estado no capitalismo nos anos 70: “A globalização e o Estado nacional” (1998:22): a emergência de crises econômicas e políticas genéricas que incidem no exercício da hegemonia política da fração preponderante e provocam uma crise permanente de instabilidade política, bem como o declínio da legitimidade (menção ao trabalho do último Poulantzas: *Estado, Poder e Socialismo*). Contudo, o trabalho do primeiro Poulantzas (1986: 216-219, item V, “O problema da legitimidade”) – ao qual nos filiamos teoricamente, porém com certas ressalvas (é impossível, aqui, abordar o tema da diferencia substancial entre o primeiro trabalho e os demais trabalhos produzidos pelo autor), já levanta essa possibilidade na sua análise da questão sobre a relação da crise ideológica com a problemática da legitimidade. Por outro lado, na linha de argumentação do Poulantzas de *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1975), a principal contradição nos Estados-nações europeus residia entre as massas populares, as burguesias nacionais e seus próprios Estados no contexto de internacionalização do capital, sob a égide do capital monopolista americano. O que significa uma evocação do tipo de crise política apontado por nós: a hegemonia vacilante. No seu artigo, “El parto de la democracia latinoamericana” (1987), Therborn também evocou essa problemática, de forma indireta, em relação ao exercício hegemônico das frações de classe dominante na América Latina, cuja expressão se manifesta na permanente luta intra-classe burguesa ou classes dominantes (frações da burguesia, classes da grande propriedade fundiária, o aparelho de Estado): as formas de dominação exercida pela democracia política, que funcionou e funciona com estreitos limites nos países capitalistas centrais (Therborn, 1977), seria ainda mais estreita na América Latina. Por sua vez, Augusto Varas (1983) também detectou uma situação semelhante: a dificuldade do exercício da hegemonia do capital financeiro estrangeiro no seio dos blocos no poder e as correspondentes formas de Estado militar-ditatoriais na América Latina. Isso sem contar com as agudas análises de Saes (2001) na mesma direção: as redefinições da hegemonia política tendem a se processar de forma mais rápida e intensa nestas formações sociais em transição capitalista periférica, provocando mudanças bruscas da forma de Estado e forma de regime, o que mormente é acompanhado,

Neste sentido, o impacto específico dessas contradições se patenteia – numa situação como a que estamos analisando: num contexto de condensação de crises e contradições - nas descomuns crises do Exército (principalmente o agravamento da crise de sucessão pela via do golpe), na crise de legitimidade diante das classes dominadas (principalmente diante das massas trabalhadoras, das classes apoio, de certos setores militares e certas frações burguesas que passaram à franca oposição da ditadura banzerista no período 1974-78). Daí a relevância da observação teórica poulantziana segundo a qual as crises políticas, no quadro de funcionamento do Estado militar-ditatorial, são mais temíveis que as crises constantes nas formas de Estado democrático. Veremos que a condensação das crises políticas e contradições permitirão caracterizar (reforçando a nossa análise feita no anterior capítulo), de um lado, o Estado boliviano no período como um Estado militar-de-crise assolado por uma intensa instabilidade política, e de outro, um bloco no poder ainda instável e movediço.

Explicitemos agora os aspectos essenciais de nossa hipótese. Cinco razões fundamentais explicariam o fenômeno da hegemonia vacilante. Primeira, a burguesia mineiro-exportadora boliviana não consegue atenuar o impacto da dominação econômica e política imposta pelo capital americano preponderante. O efeito dessa dominação será detectado em dois níveis:

1) a sua neutralização política por esse capital a leva a adotar também uma postura vacilante no sistema hegemônico, o que contribuirá com a emergência de novas crises políticas no seio do bloco no poder; 2) o permanente conflito entre ela e o aparelho de Estado, principalmente em torno da definição da política econômica, que repercute no conflito em relação à definição da política tributária (regalias mineiras e imposto às exportações). Essa dupla situação acaba agravando o que nós temos denominado “egoísmo de fração” em detrimento do interesse geral da

quando não da eliminação, pelo menos da restrição do grau de democracia política já alcançados e do grau de direitos políticos e sociais conquistados (grau de cidadania, embora limitado) pela massas trabalhadoras nas fases anteriores. Numa forma de Estado militar-ditatorial, o Estado se empenha em fornecer algumas concessões às massas trabalhadoras, porém tende a outorgar um tipo de cidadania: apenas os direitos civis (direito de ir e vir etc.) (Cf. Saes: 1994a, especialmente o artigo “Coronelismo e Estado burguês”; e “Cidadania e capitalismo”, 2003). Esclareça-se: estamos tão-somente querendo sublinhar a emergência desta problemática peculiar no caso boliviano num período específico.

classe capitalista: ela não se dispõe a sacrificar seus interesses econômicos imediatos (um corporativismo extremado), polarizando a luta econômica e política com o resto das frações subalternas no seio do bloco dominante. Mais especificamente, acaba deslocando sua luta contra essas frações e a burocracia estatal e não contra o grande capital americano. E tal luta aparece condensada na sua constante pressão sobre o Estado para que atenda seus interesses econômicos próprios. Vale dizer, ela luta para que o Estado redefina os mecanismos institucionais de acesso às agências estatais definidoras de crédito, bem como os principais dispositivos da política econômica com o fim de participar do processo de acumulação de capital e maximizar a extração de lucros no menor tempo possível. Por essa via, se converte na maior defensora do aumento da exploração da força de trabalho e do incremento da repressão sobre as massas trabalhadoras pelo Exército.

Segunda razão importante: o capital americano preponderante não consegue impor sua dominação ideológica no conjunto da sociedade boliviana e, por conseguinte, uma dominação política duradoura: acaba também pressionando o Estado militar a aumentar a dose da exploração e da repressão das massas trabalhadoras a fim de concretizar seus interesses econômicos imediatos – maximização da extração de matérias-primas e do açambarcamento da maior cota da mais-valia total no menor tempo possível. Noutros termos, embora tenha se empenhado em fornecer uma certa estabilidade política ao regime ditatorial – através do incremento da ajuda econômica e militar – o capital preponderante não consegue tal objetivo e acaba provocando o seu contrário: o agravamento das crises econômica e política e, por conseguinte, a intensificação da instabilidade política no país. E a principal razão dessa contradição reside no caráter da extração e acumulação de capital patenteada na política de desnacionalização da economia boliviana (a extração de mais-valia de tipo absoluta, combinada com uma intervenção/participação nessa economia de tipo saqueio): a busca deste objetivo somente poderia se concretizar reprimindo a classe trabalhadora boliviana, principalmente o

proletariado mineiro. Esta política de ordem aparece como um interesse geral do bloco no poder, porém não se trata, aqui (isto é, ao longo do período da ditadura), de uma situação revolucionária: o movimento operário e a Assembléia Popular foram derrotados no golpe de agosto de 71.

Terceira razão: o caráter vacilante da hegemonia acabou dificultando o Estado militar reorganizar a sociedade boliviana em função dos imperativos do capital monopolista estrangeiro e de exercer sua hegemonia no contexto de uma economia ainda não penetrada totalmente pelo capitalismo. É o setor militar dirigente (filiada à facção nacionalista-militarista conservadora) que adere quase integralmente à ideologia do grande capital monopolista⁵, bem como setores da burguesia nativa associados com esse capital (basicamente as frações da burguesia interior e a burguesia compradora). Contudo, a disseminação dessa ideologia encontra sérios obstáculos de se estabelecer tanto no seio da instituição castrense como em amplos setores da sociedade boliviana. Tal dificuldade impossibilitou o Estado controlar e desmobilizar completamente o movimento operário e popular (o processo de desorganização/reorganização não foi suficiente para controlar politicamente tal movimento) e provoca o agravamento das crises e contradições internas do Exército, o que redundou no colapso da ditadura. Por outro lado, a intervenção desse capital no país, com a cobertura do Estado boliviano, contribuiu decisivamente para reproduzir as estruturas econômicas mineiro-exportadora e agrário-camponesa, na medida em que permitiu apenas um mínimo desenvolvimento do setor agro-exportador e vetou a industrialização do setor econômico chave, impedindo-o de ser o motor de transformação capitalista para conquistar a diversificação econômica. Num contexto socioeconômico em que a grande parte das classes populares estão excluídas ou não integradas no aparelho econômico (lembremos, cerca de 60% da população boliviana vivia no campo nos anos 70), a maior resistência à

⁵ O que não significa a completa amalgama ideológica ou a eliminação das correntes ideológicas militares bolivianas, conforme vimos no capítulo anterior. Entretanto, sublinhemos um duplo aspecto importante: 1) a inculcação da ideologia da segurança nacional amalgamada com a ideologia da grande empresa capitalista (desenvolvimento capitalista = eficiência administrativa + estrutura hierarquizada que permita rapidez das decisões técnicas e políticas etc.) (Cf. o documento PAS, 1973); 2) privatização dos meios de repressão e violência (criação de grupos paramilitares) para torná-las eficientes em “momentos críticos”: rápida desmobilização popular e de movimentos de oposição de qualquer tipo (emergência guerrilheira, greves, levantes populares etc.) através de “operações cirúrgicas” ou prolongadas, espalhamento do terror e a violência – numa palavra, o reforço dos meios de

exploração e à dominação ditatorial do capital monopolista no país será feita pelo movimento operário, dinamizado pelo proletariado mineiro através da luta da FSTMB e da COB. Nesse sentido, a queda da ditadura banzerista está relacionada à diluição do sistema hegemônico e, por conseguinte a perda da hegemonia política do grande capital financeiro americano, voltando o bloco no poder a ficar novamente desorganizado, e o país entra num novo ciclo de instabilidade política, desta vez mais aguçado (1978-1982).

Quarta razão. O caráter vacilante da hegemonia também se relaciona – e este aspecto poderia ser o fator desencadeador do agravamento desta crise - com o tipo de intervenção/participação que mantiveram essas duas frações de capital estrangeiro na economia boliviana (presentes nos setores mineiro-extrativo, petrolífero e bancário). Do ponto de vista destes agentes econômicos, tal economia se caracterizaria pelo seu um alto risco (acentuada instabilidade e experiência de nacionalizações do capital nacional e estrangeiro). Este fenômeno não estaria relacionado com esse caráter vacilante da hegemonia? A nossa resposta é positiva, já que ele refletiria uma estratégia de acumulação adaptada às características do funcionamento da economia boliviana. O que revelaria, por outro lado, o caráter contingente da participação do capital estrangeiro neste país, e apareceria nos seguintes dilemas: investir ou não investir? Qual a melhor forma de assegurar e controlar as fontes de matérias-primas produzidas pelo país? Conforme as nossas hipóteses lançadas no terceiro e quarto capítulos, as estratégias de acumulação de capital praticadas pelos principais agentes econômicos, principalmente pelo capital estrangeiro, adotaram, no mínimo, três formas: 1) uma estratégia de participação duradoura na economia do país para garantir a extração de matérias-primas baratas; 2) a maximização da extração destas e de lucros de forma imediata e contingente (tipo saqueio); 3) ou então, a combinação das duas estratégias de acumulação de capital. Também analisamos, em boa medida, os principais aspectos da prática de acumulação de capital – indicativa de uma crise de acumulação – das

violência para a implementação da política de ordem interna com o fim de salvaguardar a propriedade privada, principalmente a operação do grande e médio capital estrangeiro num país com “tradição” de instabilidade política e de nacionalizações.

classes dominantes na Bolívia, cuja principal expressão se resume no seguinte postulado: minimização dos riscos e maximização dos lucros imediatos. Com base nessas observações, também havíamos lançado a seguinte hipótese indicativa: a longo prazo, teria predominado a primeira estratégia de acumulação (que se refletiu na política de desnacionalização da economia boliviana, conforme veremos logo), porém em diversos momentos, combinou as duas formas de extração de lucros e matérias-primas (a duradoura e a de tipo saqueio).

Quinta e derradeira razão. Em momentos específicos o Estado atendeu os interesses econômicos prioritários do grande capital bancário, passando este a se constituir como fração preponderante, configurando uma situação de instabilidade hegemônica. E esses momentos são marcados pelos seguintes acontecimentos: 1) a desvalorização monetária de outubro de 1972, complementada com a outra desvalorização, a de fevereiro de 1973 (por ocasião da desvalorização da moeda americana): o setor registra o maior período de crescimento, conforme dados do Banco Central; 2) a expansão desse capital a partir de 1975, que logo foi freada pela crise de credibilidade do país (aumento do nível de risco para os empréstimos compulsórios da dívida externa): novo período de crescimento, porém com menos intensidade, e acompanha o declínio dos investimentos estatais gerais e dos empréstimos externos. Este momento se patenteia mais claramente na crise entre a burocracia estatal e o setor bancário em junho de 1977: os bancos privados se recusam a serem convertidos em bancos de desenvolvimento (temas que serão analisados mais à frente). Com isto estamos afastando a hipótese segundo a qual o grande capital bancário americano/estrangeiro teria se constituído em força dirigente no seio do sistema hegemônico durante o período que vigorou a ditadura banzerista. No terceiro capítulo temos demonstrado que este capital incrementou seu comportamento especulativo de uma forma inusitada, e foi o primeiro a mostrar dar sinais de abandonar o país por volta de 1976 (conforme veremos mais à frente): a economia boliviana já mostrava seus primeiros momentos de crise devido a exaustão das jazidas petrolíferas, o desfalque descomunal das empresas estatais e do aumento do déficit público. Por outro lado, podemos sustentar,

a favor de nossa hipótese geral, que, mesmo ocorrendo esses momentos de preponderância daquele capital, não comprometeu o grande capital financeiro americano perder a função de força dirigente ao longo do período (embora seja um indicativo de instabilidade hegemônica), o que se patenteou na lei de investimento (não registramos conflitos sérios entre este e a burocracia estatal durante todo o período). E porque este capital cumpriu esse papel? A nosso ver, a razão fundamental reside no seu caráter monopolístico (nos níveis vertical e horizontal da segmentação do capital) que já detém no seu país de origem e que na Bolívia se tornou evidente: ele praticamente controla as firmas petrolíferas (Gulf Oil e a maioria que operou no país, cerca de dez firmas) e as firmas da indústria mineiro-metalúrgica (P. Brothers, Engelhard Minerals and Chemical Corp., USSC etc., cerca de 20 firmas), e as firma monopolistas comerciais (Grace, SOMCO etc), além do setor bancário (FNCB, Bank of América, Banco de Boston.). Conforme mostramos no segundo e terceiro capítulos, a dominância desse grande capital nos setores chaves da economia boliviana foi patente, dominância essa que se relaciona com um processo mais amplo: o processo de desnacionalização da economia do país, conforme veremos ao longo deste capítulo. Assim, essa situação conferiu um grau de instabilidade no seio do bloco no poder na medida em que encorajou tanto à grande burguesia compradora como à nova burguesia mineira a intensificar seus ataques contra a burocracia estatal para que atenda seus interesses específicos, em consonância com a política econômica altamente liberalizante (lei de investimentos).

Em suma, temos caracterizado os principais aspectos da hegemonia vacilante, e eles estiveram relacionados com o funcionamento do Estado militar-de-crise, o que contribuiu no acréscimo da instabilidade política no período, como veremos logo.

Passemos agora a examinar o caráter do exercício da hegemonia política, mais especificamente, a forma de atendimento dos interesses econômicos prioritários do grande capital financeiro pelo Estado militar. Avancemos na seguinte hipótese de trabalho: a forma de concretização desses interesses econômicos adotou dois processos simultâneos: 1) o processo de

nacionalização/desnacionalização da economia boliviana, que se relaciona com a crise de acumulação e com a prática de extração de mais-valia e de lucros no menor tempo possível adotadas pelas classes dominantes; 2) o processo de estabilização/desestabilização viabilizada pela política econômica, o que provocou a emergência de novas crises e contradições no seio das classes dominantes e que repercutiram no seio do aparelho estatal.

5.2 Caráter do processo de desnacionalização da economia boliviana e instabilidade política

A demonstração de nossa hipótese geral requer, primeiramente, a análise do processo de desnacionalização e sua relação com a instabilidade política. O Estado militar implementou uma política de desnacionalização da economia boliviana que acelera o processo de acumulação de capital em favor dos setores econômicos preponderantes (“capitalismo privado”). O que implicou no estabelecimento de uma política econômica que viabilizou a transferência de capital público ao setor privado e, ao mesmo tempo, valorizou constantemente o capital que opera nos setores chaves (extrativos) da economia: o mineiro e petrolífero (a valorização do capital bancário praticamente é uma decorrência dessa política). E cujo tripé estava constituído pelas políticas monetária/cambial inflacionista, de endividamento externo (atrelada à política de crédito com fundo perdido) e de compressão salarial (complementada com a política de repressão das massas populares).

Para os nossos propósitos, interessa, aqui, periodizar, brevemente, a evolução da economia boliviana, caracterizada pelo funcionamento de um tipo de capitalismo de Estado nos anos 50, e qualificar o desenvolvimento capitalista que predominou nos anos 70. Retomemos a nossa hipótese de trabalho já apresentada nos anteriores capítulos: a formação social boliviana durante a ditadura banzerista atravessa um novo período de desenvolvimento capitalista caracterizado pelo *aprofundamento do processo de desnacionalização acelerada da economia* em proveito dum “capitalismo privado”. Tal processo intensifica, também de forma acelerada, a transferência de capital

público ao setor privado e se converte em outra fonte importante de instabilidade política. Esse período se inicia em agosto de 1971 com a ascensão da ditadura banzerista, durante a qual se acentua (com um certo grau de aprofundamento, diferente ao estabelecido em outros países latino-americanos) um processo de internacionalização/interiorização do capital estrangeiro no país, viabilizado pelo Estado militar. E tal processo adquire um caráter de desnacionalização acelerada da economia boliviana em proveito do desenvolvimento dos setores econômicos preponderantes do setor privado.

Diversos autores (Zavaleta, Blasier, Toranzo e Grebe) detectaram esse fenômeno de transferência de capital público ao setor privado, mas não desvendaram o seu caráter peculiar e o seu impacto na economia boliviana. Já Almaraz, Quiroga e Lora relacionaram o fenômeno a um processo de desnacionalização. Entretanto, foi Lora⁶ que se antecipou a detectá-lo e a entendê-lo melhor. Inclusive suas interpretações são mais radicais que as dos outros autores bolivianos: evoca a tese segundo a qual já no decreto de nacionalização das minas em 1952, elaborado pelo partido pequeno-burguês (MNR), estava embutido o processo que desaguiaria em desnacionalização. Os representantes da COB foram excluídos tanto da elaboração dessa política como do controle da administração das minas nacionalizadas. O MNR aplicou seu próprio “programa” de nacionalização com indenização (contra a Tese de Pulacayo). A cartada desse partido consistiu em retardar a aplicação do decreto, o que permitiu o tempo suficiente para que as forças a “favor da nacionalização” (o próprio grupo Patiño, o capital estrangeiro e os Estados Unidos) elaborassem um programa que determinaria o

⁶ “La Revolución Boliviana” (1996: 179-80; ver item “nacionalização burguesa”), publicado originalmente em 1964. “A postergação da data da nacionalização [em 1952] permitiu às grandes empresas dismantelar as usinas, esgotar as reservas e deixar exaustos os depósitos bancários. O governo movimentista se mostrou criminosamente imprevisível” (p. 182). As interpretações de Almaraz (1988) seguem, no essencial as teses de Lora. Coloquemos apenas um exemplo: “A vulnerabilidade desta direita [que teria ascendido novamente ao poder em 64, chamada de “oligarquia”] está em sua miséria material e seu reflexo ideológico inconsistente e ambíguo. Como mentalidade que sobreviveu a duras penas em 1952, agora amalgamado com o esforço norte-americano criaram um repertório de idéias que cabem numa casca de noz: iniciativa privada e livre empresa, desnacionalização das minas, integração e desenvolvimento. Não chegam a ter uma imagem precisa do país, nem a força de classe de suas idéias é suficientemente vigorosa para que os benefícios da livre empresa os reivindicuem para si” (1988:146). O livro praticamente denuncia o caráter do novo poder instalado com o golpe de 64 e da incisiva dominação do capital americano nos dois setores chaves da economia boliviana. No setor mineiro, a penetração desse capital se faz através da mineração média, que se expande a custa da mineração estatal e da pequena mineração: “quando assinalamos a estrangeirização da mineração estamos querendo mostrar, a) a perda do sentido econômico nacional e b) a norte-americanização direta ou indireta” (p. 107).

caráter do processo de nacionalização/desnacionalização na Bolívia, que se consolida no Plano Triangular (1961). O que nós parece uma tese ajustada. Vejamos:

Não é nenhum mistério que algumas grandes empresas mineiras, concretamente a Patiño Mines, se encontravam, antes da nacionalização, com sérios problemas diante do crescente mal-estar social que agitava o país. Pouco antes de abril de 1952, uma reunião do diretório dessa empresa colocou a necessidade de declará-la em falência. Imediatamente depois da insurreição, a empresa deu liberdade ao governo para que aplique o pedido popular de nacionalização, devendo [...] salvar o máximo que se podia. Que o MNR (particularmente Paz Estenssoro e Lechín) apareça como salvador da grande mineração se demonstra porque as ações da Patiño experimentaram recuperação e crescimento depois de 1952. [...] Paz Estenssoro foi funcionário da Patiño Mines e seu grupo [MNR] nunca rompeu totalmente seus vínculos com esta empresa. Depois [1956], Antenor Patiño, como representante de capitais ingleses interessados em explorar minas, entrou em contato com o presidente Siles. [...] Conhecendo a natureza do MNR podemos concluir que seus líderes burlaram as aspirações de todo um país em troca de fabulosas somas de dinheiro que se lhes entregou como suborno. Assim se explicaria a origem da grande fortuna de Víctor Paz e de seus amigos, pois nem a expropriação de todo o orçamento nacional teria sido suficiente para formá-la. Uma parte da riqueza dos donos do poder formou-se em troca da entrega das matérias-primas a diversos consórcios imperialistas [americanos].

O chamado plano de reabilitação da mineração [Plano Triangular] foi elaborado pelo imperialismo para lograr influência decisiva na direção das minas nacionalizadas. Pois desde o momento em que o grupo assessor do BID controlou todos os organismos da COMIBOL e conta com os incondicionais serviços do fascista Guillermo Bedregal [gerente da empresa estatal], não foi necessária a formal desnacionalização.

[...] O desgoverno movimentista entregou a Comibol aos Estados Unidos e desde este momento as minas não tem possibilidades de um grande desenvolvimento, porque não é essa a preocupação imperialista. [...] *Nas minas, a luta que se realiza atualmente está protagonizada pelo proletariado e o imperialismo* (Lora, 1996: 181, 186-87; grifo nosso).

Todavia, Lora detecta que a política de nacionalização aparece como um dispositivo de segurança para o capital estrangeiro, justamente a tese que temos defendido no terceiro capítulo (só que a nossa análise se diferencia da feita por Lora em vários aspectos, conforme veremos mais à frente):

A falha fundamental da nacionalização imposta pelo MNR reside em que é um caso excepcional – convertido em necessidade pelas jornadas de abril – no quadro de uma política econômica que parte do reconhecimento da necessidade da propriedade privada burguesa e de sua consagração e respeito quase religioso. Os teóricos do MNR [...] proclamaram ao quatro ventos que a nacionalização das minas deve considerar-se como um caso único na sua política e que esta se encaminha francamente à proteção dos investimentos do capital financeiro. Desta maneira, o setor nacionalizado carrega com todo o peso das contradições de nossa economia, modelada de acordo com os interesses do imperialismo (idem:186).

Vejamos agora a análise feita por Quiroga, cuja citação de um trecho de um de seus trabalhos resume sinteticamente o caráter do processo de desnacionalização, já evocado por Lora:

Existe uma idéia recorrente com a qual o reduto gerencial dos executivos da empresa privada recorre com rapidez ao Palácio de governo, cada vez que a seus balcões aparece a efêmera cabeça de um presidente reacionário: as *Sociedades Mistas*. Em 1962 lograram um tortuoso avanço legislativo. Em 1972 tem satisfeito suas aspirações. Já têm lei e sociedades mistas. E estão a ponto de lograr o que realmente esperam: obter que se *desnacionalize* a totalidade das duas atividades fundamentais do país, hoje em mãos do Estado: a indústria mineiro-metalúrgica e a petrolífera e petroquímica. No que respeita à mineração, o sonho dos deserdados sobreviventes da burguesia industrial mineira consiste em compatibilizar a projetada *desnacionalização* com as inconvenientes políticas de uma medida semelhante. Com um traço de clarividência política dos homens que sabem de negócios, *que se torna aguda em circunstâncias de risco*, intuem que o povo da Bolívia não toleraria uma desnacionalização por decreto e com esse nome. Sua sabedoria, e a necessidade que tem face de herege, permitiu descobrir a fórmula: a descentralização administrativa das empresas da COMIBOL e as Sociedades Mistas. A primeira para preparar o cascalho velho da COMIBOL, essas minas esgotadas, vazias de estanho, mas cheias da lembrança de sangue e da

miséria proletária, sobre as que não há interesse privado. A segunda, para proceder à desnacionalização sub-reptícia das jazidas que conservam um alto interesse econômico (1979: 44; grifo nosso).

Com base nessas observações, avancemos na seguinte hipótese de trabalho: a política de desnacionalização obedeceu a uma política de Estado a longo prazo que começou justamente logo após a nacionalização das minas em 1952, momento em que se inicia um processo de desnacionalização da economia boliviana, impulsionado pelo capital americano (que operou nos dois setores chaves da economia: mineração e petróleo) e apoiado pelas frações burguesas bolivianas dominantes. Tal política foi viabilizada tanto pelos governos do MNR como pelos governos militares no pós-64 (com exceção dos governos Ovando e Torres), sendo aprofundada na ditadura banzerista. Entretanto, uma das maiores dificuldades de o Estado em aplicar uma política abertamente desnacionalizadora se deveu à ascensão política do movimento operário mineiro, organizado e altamente politizado, que influenciou o conjunto das massas populares. Este movimento se constituiu como um muro de contenção contra a imposição de uma aberta desnacionalização, porém isso não impediu o Estado adotar uma estratégia de desnacionalização sob diferentes formas: racionalização do processo produtivo, reabilitação das empresas estatais, criação de empresas mistas com participação do capital estrangeiro (*joint-ventures*, *holdings*) e descentralização administrativa - isto é, separação dos processos de produção e comercialização; separação da indústria extrativa e da indústria metalúrgica.⁷

Nas duas ditaduras mais violentas (Barrientos e Banzer) se aprofunda o processo de desnacionalização. Por enquanto, bastam três exemplos para mostrar que se tratou de uma política de Estado de longo prazo: 1) o cnl. Lechin Suárez – gerente da COMIBOL - havia justificado abertamente, em 1966, que “por razões sociais e psicológicas a COMIBOL terá que continuar operando, porém será o cascalho velho no qual se estabelecerá a nova indústria boliviana. [assim] existe a necessidade de

⁷ A fase deste tipo de desnacionalização culmina em 1985 e somente poderia desaguar em outro processo igualmente violento: a desestabilização da economia boliviana e a aniquilação política do proletariado mineiro, sob um Estado democrático autoritário.

transformar a estrutura das operações mineiras e fazer que esta se aproxime da indústria privada”;⁸ 2) o ministro de Mineração Serrate (do MNR, que integrou o FPN), na ditadura banzerista, defende, três semanas depois do golpe (1/9/71), a descentralização das empresas da COMIBOL na forma de criação de “holdings” com empresas estrangeiras, para tanto teriam que ser reestruturadas obedecendo à lógica de racionalização – entretanto, o objetivo fundamental era abrir as comportas da empresa estatal para o capital estrangeiro: “O capital estrangeiro que chegue ao país para operar na mineração será encaminhado para as zonas marginais, porém se lhe dará todas as possibilidades para que se desenvolva. [o governo] é partidário das empresas mistas e espera que este sistema de administração se aplique no caso de El Mutún [jazidas ferrosas]” (apud Lora, 1978:291); 3) no discurso presidencial de outubro de 1971, Banzer justifica que manterá as nacionalizações como parte da estratégia de “estabilização com desenvolvimento”.

Visto isso, passemos a periodizar o processo de desnacionalização da economia boliviana no pós-1952. O primeiro período - que denominaremos *período de início do processo de desnacionalização* - começa em 1952, logo após a nacionalização das minas, e se encerra em 1961 com a aplicação dum drástico programa de reabilitação da indústria estatal de mineração (Plano Triangular).⁹ Este período se caracteriza pelo desenvolvimento de um tipo de capitalismo de Estado

⁸ Declaração feita a 11 de março em Washington diante os executivos do BID (apud Almaraz, 1988:116-17). Lora também registra essa declaração (Cf. 1980, ver capítulo V: “O control Obrero”). Neste trabalho, Lora faz uma crítica a estratégia da gestão operária nas empresas estatais defendidas pelo MNR e pelos setores dos trabalhadores alinhados com esse partido, estratégia essa defendida por G. Bedregal, então gerente da maior empresa estatal mineradora. Lora diria que Bedregal poderia ter feito a mesma declaração de L. Suárez. A nosso ver, o MNR entrou em contradição em relação à estratégia de aplicação aberta da política de desnacionalização, já em andamento: para aprofundar tal processo precisava, conforme a pressão constante do capital americano interessado na espoliação dos recursos energéticos do país, reprimir violentamente o movimento operário e esfacelar politicamente seus dirigentes; o partido se manteve na absoluta ambigüidade: a repressão-massacre seria a última possibilidade, caso o governo não consiga a desorganização e desmobilização do setor sem utilizar a força, porém não se atreveu a massacrar os trabalhadores. O grande capital americano conseguiu esse objetivo na ditadura barrientista, a qual estava atrelada à ajuda econômica americana e ao aumento da participação desse capital no país. Isso foi o que exatamente fizeram as ditaduras barrientista e banzerista. O próprio cnl. Lechin Suárez confirma essa façanha em relação ao governo Barrientos: o embaixador americano Henderson exigiu a repressão como condição *sine qua non* da ajuda econômica desse país (Cf. Almaraz, 1988:39-40, ver nota 1). Conclusão: modificou-se substancialmente a legislação mineira (da qual resultou o Código Minero de 1965) e massacraram-se os trabalhadores mineiros (o massacre de “San Juan” em 1967, depois de 17 dias de greves da categoria contra a nova política do governo militar).

⁹ Plano que abriu a participação do investimento estrangeiro na maior empresa estatal de minérios (COMIBOL) através de empréstimos bilaterais. E teve como objetivo “recuperar” a empresa através do aumento da produção e da produtividade e da racionalização da força de trabalho. A não aplicação dessa solução, conforme argumentava o governo Estenssoro (1960-64), a empresa estatal iria à falência e provocaria uma crise econômica sem precedentes. Na verdade, a aplicação do plano visava

(viabiliza a expansão da burocracia estatal e das empresas estatais, integra parcialmente as regiões do país, aplica uma reforma agrária, mas o impacto global na economia é muito reduzido) e pela evolução gradativa da desnacionalização da economia após 1953, cujo ponto mais alto é registrado nos anos 1955-56. A medida que se expandem e se fortalecem as empresas estatais ocorre a perda paulatina do controle da política econômica pela burocracia de Estado em favor das prerrogativas políticas impostas ao país pelo governo americano: a ajuda econômica (1953); criação de dispositivos jurídicos de segurança contra ameaças de nacionalização das empresas estrangeiras, principalmente americanas (a Gulf Oil entra em 1956 graças ao novo Código do Petróleo); e sobretudo pela implementação do plano liberal de estabilização econômica nesse ano elaborado por um banqueiro americano (Eder), que abre a economia boliviana ao capital estrangeiro. A abertura se consolida com a Lei de Investimento de 1960 e com o Plano Triangular em 1961. Em suma, neste período o Estado aplicou simultaneamente uma política nacional-desenvolvimentista com traços populistas e uma política marcadamente liberal-monetarista de desnacionalização da economia, com dominância desta.

O segundo período se inicia em 1964-65 e se estende até 1969, e é marcado pela ascensão do regime militar e pela implantação duma política de ampla abertura ao capital estrangeiro. Neste período ampliam-se as concessões e privilégios de caráter monopólico à Gulf Oil. No setor mineiro, se reestruturam a COMIBOL e o BAMIN (cobertura institucional para a penetração do capital estrangeiro), abrem-se de forma irrestrita as concessões de exploração e comercialização de minérios ao setor privado com o amparo jurídico do novo Código Mineiro (1965), e controla-se o movimento operário (repressão violenta, diminuição dos salários nominais e demissão em massa de trabalhadores). Em reação a esse processo de desnacionalização os governos militares reformistas (Ovando, 1969-70 e Torres, 1970-71) aplicam uma política de renacionalização da economia com forte intervenção estatal e com amplo controle do capital estrangeiro: nacionalização da Gulf Oil

eliminar a influência política do proletariado mineiro sobre a COMIBOL através da diminuição dos salários e da demissão de trabalhadores, e incrementar a influência direta dos principais países credores (Estados Unidos) no controle técnico-administrativo

(1969) e a anulação dos contratos leoninos da MMC (1970). Em suma, trata-se da *primeira fase do processo de desnacionalização acelerada* da economia boliviana em benefício dum capitalismo privado e que é interrompido abruptamente nos governos militares reformistas.

O terceiro período se inicia com o golpe militar de agosto de 1971 e se estende até 1978, e se caracteriza pelo *aprofundamento do processo de desnacionalização acelerada* da economia boliviana interrompido em 1969. A nova forma de Estado instaurada neste período propiciou uma descomunal acumulação de capital pelos setores econômicos preponderantes, num contexto de aumento significativo do valor das exportações provocado pela alta dos preços dos metais no mercado mundial e pela afluência de capital via empréstimos externos. A característica mais importante deste período – conforme já vimos nos capítulos anteriores – é a coincidência do ritmo acelerado de acumulação de capital com a ascensão e declínio do auge econômico do período 1972-76. Em 1977-78 se registra os primeiros indícios do agravamento da crise econômica que se aguçará a partir de 1980: interrupção abrupta do fluxo de capital via empréstimos externos (início da crise da dívida externa), queda repentina do PIB, acentuado déficit fiscal, elevado endividamento externo e falência das principais empresas estatais. A última fase de desnacionalização é registrada no período 1982-85 e é marcada por uma descomunal recessão e hiperinflação e culmina em 1985 com a instauração de uma nova forma de Estado, patenteada pela política de reajuste neoliberal: inicia-se um novo processo - o de *desestatização* da economia: o desmonte do Estado anterior caracterizado pela transferência acelerada das empresas estatais ao setor privado. O que estamos querendo sublinhar é o caráter peculiar do caso boliviano, onde não houve um processo de industrialização do tipo periférico atrasado induzido, e sim um tipo de desenvolvimento capitalista marcado por um processo acentuado de desnacionalização da economia e que culmina, de forma precoce e fulminante, num novo processo acelerado de

desestatização com o reajuste neoliberal em 1985. Trata-se do primeiro caso de aplicação desta política na América Latina no quadro dum Estado e regime democráticos altamente autoritário.¹⁰

Em consonância com a nossa análise feita no segundo e terceiro capítulos, a esta altura surge as seguintes perguntas relevantes: porque esse capital se comportou com uma atitude mais espoliadora (prática do tipo saqueio), minimizando os riscos e maximizando a extração de matérias-primas e de sobrelucros imediatos? Ou então, o processo acelerado de desnacionalização da economia boliviana não seria uma das variáveis cruciais que explicaria o alto grau de instabilidade política no sentido de que constituir-se-ia em outro dos fatores econômico-político potenciais que reproduziu esse fenômeno? A nosso ver, a resposta é positiva; e ganha relevância na medida em que não

¹⁰ Cf. Anderson (1998). O processo de transferência de empresas estatais ao setor privado foi rápido, e se enquadrou num processo redistributivo mais amplo, porém marcado por uma inusitada violência contra a classe trabalhadora e as massas populares: esfacelamento da COB (este fenômeno não é novo, conforme foi analisado no terceiro capítulo). A redefinição da hegemonia, que implicou na instauração de uma nova forma de Estado (e aqui só podemos levantar a hipótese de que marcou a conquista da hegemonia pela mais poderosa fração da burguesia interior boliviana: a burguesia mineiro-exportadora). Conforme o ministro do governo Estenssoro (1985-89): “[...] embora a Bolívia seja um país com atrativos minerais, durante mais de 40 anos a mineração boliviana esteve num período de estagnação, decadência e crise. Isto é, devido a dois tipos de fatores: endógenos e exógenos. Entre os primeiros fatores, podemos mencionar vários fatos negativos para a mineração que tiveram vigência durante mais de 40 anos. Em primeiro lugar, *uma crônica instabilidade política, onde se viu muitas mudanças de governo, que tem impedido a vigência de uma política mineira permanente, estável e positiva*. Há também os aspectos macroeconômicos negativos traduzidos, primeiramente, em um *sistema de impostos baseados em regalías (royalties) que constituíram uma fração mínima ou porcentagem de valor bruto dos minerais e não estiveram de acordo com os proveitos ou perdas das empresas, desestimulando os investimentos*. Outro fator negativo, a nosso ver, foi a excessiva participação, protecionismo e intervenção estatais na mineração, nas fundições, na COMIBOL, uma grande empresa mineira estatal que normalmente foi deficitária, burocrática e muitas vezes corrupta, e em medidas de tipo protecionistas para as entidades estatais, porém não para a atividade privada” (“A nova política mineral da Bolívia – Entrevista com Jaime Villalobos Sanjines, Ministro de Minería e Metalurgia”, *Brasil Mineral*, nº 60, 1998: 95; grifo nosso). (Eis novamente a ideologia da burguesia mineira que culpa a instabilidade política do país, quando na verdade foi utilizada como vantagem para acumular capital, conforme analisado no terceiro capítulo deste trabalho). Todavia, “[...] o importante da política mineira é que estamos promovendo o investimento privado sob a forma de *joint-ventures* com a COMIBOL. Estamos buscando empresas estrangeiras ou bolivianas, porém *fundamentalmente estrangeiras*, que tenham capital, tecnologia e capacidade de gerenciar. A forma que estamos desenvolvendo é a de *joint-venture* contratual e não societária. A COMIBOL mantém a propriedade da empresa, porém faz um contrato onde a administração fica a cargo do sócio, assim como o investimento e a tecnologia, mas há uma participação para o sócio e a COMIBOL. Estamos fazendo isto porque acreditamos que a mineração é uma atividade intensiva em capital, tecnologia e administração. Porém, a COMIBOL foi perdendo estas três coisas [...]” (Idem.:97). Para Alves (1988), com a reestruturação econômica feita na Bolívia, as empresas estatais mineradoras, que eram deficitárias, agora dão lucros, mas não explica porque ocorreu isto de uma forma surpreendentemente rápida (“Bolívia – Fundação de Vinto agora dá lucros”). Os três grupos monopolistas do setor mineiro “médio” (COMSUR, EMUSA e Estalsa) já controlavam em 1984 a produção dos principais minérios mais rentáveis: 64,5% de estanho, 94% de prata, 75,4% de ouro, 77,6% de wolframita e 92% de zinco. Em 1988, somente três produtos experimentam uma relativa queda (prata, zinco e wolframita), enquanto a do resto se eleva na seguinte proporção: 76,2% de estanho, o chumbo pula de 1,1 a 92,3% e 99,5% de ouro (AMNN, apud Contreras, 1989:51). Lembremos que as empresas estatais estão praticamente falidas e virtualmente paralisadas entre 1982-85. No governo Estenssoro, Sanchez de Lozada, dono da COMSUR, foi ministro de Planejamento (mas o plano de reajuste econômico foi elaborado por Jeffrey Sachs). A COMSUR se consolida como a maior firma monopolista e cresce ainda mais: expande sua associação com o capital estrangeiro, compra várias minas estatais falidas, principalmente a usina de Vinto (ENAF), além de comprar ações nas novas empresas privatizadas do setor petrolífero. Este setor passou a ser controlado majoritariamente por firmas americanas, como a Amoco Petroleum, a Enron e a inglesa-holandesa Shell; o consórcio Enron/Shell construiu o gasoduto até a fronteira com o Brasil e se adjudicou a exclusividade da comercialização de gás e petróleo no governo Sanchez de Losada (1993-1997) (Cf. Yaksic &

encontramos nenhuma análise que tenha relacionado os dois fenômenos. Todavia, se perguntamos porque o volume de investimento do capital americano/estrangeiro é quase nulo e porque a ajuda econômica americana foi predominante, a nossa análise cobrará maior sentido. Já temos visto que tal ajuda excedeu, em boa medida, os investimentos diretos, num momento em que a política de investimento é justificada ideologicamente pela ditadura como uma “necessidade vital” para a economia boliviana. Entretanto, o caráter dessa ajuda econômica e o comportamento (prática econômica) desse capital são ainda insuficientes para explicar o fenômeno em causa. A nossa primeira aproximação explicativa se apoia nas observações teóricas de Lenin, Gerschenkron (1968) e Poulantzas (1975, 1976 e 1978) sobre o processo de transformação capitalista nas formações sociais em transição capitalista periférica: 1) o processo de nacionalizações e a instauração do capitalismo de Estado favorece, a médio e longo prazos, o crescimento das relações de produção/forças produtivas capitalistas, processo que se relaciona com uma transformação capitalista “pelo alto” (via prusiana, via junker de transformação do campo; criação de novas burguesias etc.); 2) num contexto de atraso acentuado, o Estado cumpre um papel crucial redobrado no estabelecimento de um tipo de desenvolvimento capitalista e de um tipo de industrialização periférica (relativa expansão das empresas estatais nas áreas mineira e petrolífera, cobertura infra-estrutural e de serviços, anexos dessa economia), porém tal desenvolvimento se caracteriza pelo seu alto grau de violência; 3) enfim, nesse processo de transformação capitalista, ocorre um processo simultâneo de internacionalização do capital (sob o comando do capital americano) e de interiorização no espaço nacional, o que provoca mudanças substantivas nas esferas da produção, circulação e distribuição do capital, bem como a reorganização do aparelho estatal e da correlação das relações de forças no seio dos blocos no poder; neste complexo processo, surgem núcleos de burguesias interior que, de um lado, passam a lutar contra as frações da burguesia compradora pela associação/representação do capital preponderante, e

Tapia, 1997:125-156). Este é o contexto no qual a mineração média ganha “maturidade”, conforme acredita o apologista desse setor: Contreras (1988).

de outro, a exercer uma influência direta sobre o aparelho de Estado, quando não a aspirar à conquista da hegemonia política. Temos visto que, no caso boliviano, a constante intervenção do Exército se constituiu como o fator potencial da instabilidade política. Entretanto, também as práticas econômica e política das duas principais frações da burguesia interior (burguesias mineira e agroexportadora) e do capital americano, pautadas pela minimização do risco e a maximização dos lucros imediatos, se converteram em fontes importantes que contribuíram com o acréscimo de instabilidade política no país. Seria com base nessas observações teóricas que devemos explicar o processo de desnacionalização e sua relação com a elevada instabilidade política na Bolívia no período.

Voltemos a nosso tema inicial. Numa economia como a boliviana, com experiência de nacionalizações, o capital americano/estrangeiro passa a privilegiar a estratégia de influência sobre o aparelho de Estado boliviano obrigando-o a adotar um processo de desnacionalização e de extrema abertura ao capital estrangeiro. Temos visto que fazem parte dessa estratégia a ajuda econômica, os empréstimos externos (de tipo *linkage* – isto é, atrelado as prerrogativas políticas do país credor: planos econômicos inflacionários, legislação favorável etc., e de tipo *crédit mobiliere*) e a modernização do aparelho de Estado, adequando-o às exigências institucionais do capital americano e estrangeiro em geral. No quadro dessa intervenção multifacética, qual teria sido o instrumento que comandou a estratégia de desnacionalização? A resposta não pode ser outra: a criação de empresas mistas (*joint-ventures*) com vistas a descapitalizar o setor estatal e valorizar tanto o capital mineiro-exportador (estrangeiro e nacional) como o capital petrolífero privados, este diretamente controlado pelas firmas americanas. Por que este instrumento de intervenção aparece como o mais adequado ao caso boliviano? Porque o tipo de associação vigente do capital estrangeiro com as empresas estatais bolivianas seria a forma mais segura para esse capital por três razões fundamentais: 1) afasta-se o risco das nacionalizações, e caso estas ocorram, o Estado estaria obrigado a pagar elevadas indenizações (este fator aparece claramente regulamentado na lei de investimento de 1971 e nos contratos de associação feita pelo Estado militar; a Emenda Hickenlooper é outro dispositivo de

segurança do capital estrangeiro); 2) o ônus econômico da operação das empresas mistas estabelecidas recai sobre o Estado, porque este passa a valorizar o capital privado através de subsídios, incentivos à produção: as empresas estatais passam a produzir com elevada perda econômica e com baixa produtividade, bem como baixa produção da capacidade instalada - preços de produção e de comercialização mínimos, que praticamente subsidiaram o setor privado, ao passo que o Estado compra, das empresas privadas nacional e estrangeira, bens de capital, bens intermediários e bens de consumo para a reprodução da força de trabalho (cesta básica mineira) a preços excessivamente altos;¹¹ 3) cai estrepitosamente o investimento estrangeiro direto (quase nulo, ou inclusive, negativo, como no subperíodo 1969-73), o qual é compensado, por parte do Estado, pelo incremento dos empréstimos externos que são utilizados fundamentalmente para a criação de “economias externas” (aqui voltamos ao ponto 2).

Em suma, a economia boliviana nacionalizada no pós-52 não impediu que se instalara um processo contrário, o de desnacionalização, pautado pela transferência de capital público para o setor privado. Tal processo se consolida nos anos 60 e se acelera nos anos 70: elevada extração de matérias-primas e de sobrelucros imediatos por parte do capital estrangeiro e da extração de lucros rápidos pelas principais frações da burguesia interior bolivianas. Assim, o instrumento de criação de empresas mistas foi a “ponta de lança” da estratégia da desnacionalização da economia boliviana utilizada pelo capital americano/estrangeiro. E a justificação ideológica dessa estratégia adotou o discurso da racionalização, aumento da produtividade e a administração eficiente. Esta situação encorajou às frações da burguesia interior (principalmente a nova burguesia mineira) a se associar a

¹¹ Este aspecto foi detectado de uma forma um tanto difusa e tardia por alguns economistas, sociólogos, historiadores e engenheiros bolivianos mas não entenderam a problemática do processo de desnacionalização – isto é, o problema é centrado na discussão da crise da mineração estatizada e do colapso do ciclo do padrão de acumulação da economia mineira. Consultar: *El Sector Minero. Crisis y Perspectivas* (1986). Desta coletânea, ver principalmente os artigos de Horst Grebe e Carlos Barragan. Contudo, não era de estranhar que nos dois seminários realizados (dezembro de 1984 e maio de 1985) para debater a crise do setor mineiro estatal - sob título “Aspectos de la crisis del sector minero-metalúrgico y desafíos para la cogestión”, cujas intervenções foram publicadas nessa coletânea - , as únicas duas intervenções dos dois dirigentes mineiros da FSTMB, Edgar Ramírez (“Fundamentos teóricos y realidad histórica de la cogestión”) e Jose Pimentel (“Evaluación de la experiencia cogestionaria en COMIBOL”) focalizaram o problema de forma incisiva, conforme os termos colocados por Quiroga. Para estes dirigentes sindicais,

esse capital e a pressionar o Estado a acelerar tal processo nos anos 70. Isso significa que o próprio Estado boliviano passou a ser o guardião contra as novas nacionalizações e o gerenciador do processo de desnacionalização.

Essa política de desnacionalização esteve atrelada à política de ordem. Durante a ditadura banzerista esta política se intensifica. Retomemos parte da análise sobre esta política feita no capítulo anterior para termos uma idéia dos efeitos da implementação da política de desnacionalização no seio da classe trabalhadora e como esta entendeu esse processo. A ditadura banzerista reprimiu violentamente o movimento operário mineiro, cujos principais dirigentes foram assassinados, torturados e exilados – o proletariado mineiro estava trabalhando no processo de implementação do “controle operário” direto das empresas estatais na Assembléia Popular com o fim de reverter esse processo de desnacionalização. Praticamente durante tal ditadura os trabalhadores mineiros permanecerão em constante revolta e em greve (evidentemente, com momentos de altos e baixos, de acordo o grau de repressão), bem como atrincherados nas minas da COMIBOL: todas as empresas mineiras estatais estavam sob custódia do Exército, mais especificamente os distritos mineiros (que ficam longe das principais cidades bolivianas) são declarados zona militarizada. O Estado militar utilizará várias estratégias para manter o aparelho econômico em funcionamento e manter o processo acelerado de acumulação de capital através da transferência de capital (produzidas pelas empresas mineradoras estatais, o que não se limitou a este setor) ao setor privado. Por enquanto, interessa, aqui, mostrar como os trabalhadores entendiam o processo de desnacionalização em marcha. Vejamos o que sustentam Ramirez e Pimentel, dirigentes da FSTMB. Ramirez sustenta que todos os governos (civis e militares desde 1952) procederam com o objetivo de desnacionalizar a economia boliviana, cuja justificação adotou diversas formas: descentralização e racionalização da administração das empresas públicas, a separação da produção-refinação e da comercialização de minérios, ou seja, a

que participaram da COB, o processo de desnacionalização se iniciou logo após o processo revolucionário de 52, conforme veremos logo.

separação administrativa das empresas com o fim de bloquear a participação dos sindicatos mineiros na co-gestão ou controle dessas empresas pelos trabalhadores. Se desde o início (anos 50), todos os setores da sociedade (classes dominadas) – argumenta Ramirez – concordam em caracterizar a burguesia boliviana como incipiente e subdesenvolvida, esta passou a tomar consciência do processo de nacionalização e passa a defender o processo contrário:

Cremos que a partir deste momento histórico a burguesia nacional começa a tomar muito em conta os efeitos que têm a nacionalização das minas e, para nós, a partir deste momento também a burguesia [...] inicia seu trabalho de desnacionalização. Em alguma oportunidade o gal. Lechin Suárez [que foi gerente da COMIBOL] afirmava que a nacionalização das minas se mantém por problemas de caráter psicológico; isto é, porque haveria oposição, uma resposta direta do povo, fundamentalmente dos trabalhadores mineiros. Pensamos que não se equivoca, mas não somente pelos problemas de caráter psicológico, mas pelas conseqüências que traz junto a nacionalização [...]. Também a burguesia nacional tem intenções de desnacionalizar, de privatizar as entidades estatais e fundamentalmente a COMIBOL. Como não pode fazê-lo de forma legal, porque qualquer governo que se atreva a firmar um decreto de desnacionalização [...] seria o fim para esse governo. Por isso, iniciou com sutileza esse processo mediante a política de deshierarchy da nacionalização das minas. O que significa a deshierarchy [...] e em que consiste para nós? Em primeiro lugar, em que se vão bloqueando as atividades importantes e ademais vitais da COMIBOL.

[...] Nós, e muitos que trabalharam no setor mineiro-metalúrgico como funcionários sabemos muito bem qual é o tratamento que tem a ENAF com a COMIBOL e qual é o tratamento que têm com a mineração média, apesar de que a ENAF não é uma entidade dirigida pela política de desnacionalização, senão porque fundamentalmente a partir desta separação do setor mineiro-metalúrgico os governos de turno podem manipular de maneira irregular a forma, por um lado, de beneficiar ao setor privado, e por outro, a forma de destruir o setor estatal (Ramírez, 1986:112-15).

E tem mais, fornece um claro exemplo de subsidio de custo de produção das firmas estatais a favor da empresa privada nos anos 70:

E no problema da ENAF existe um exemplo concreto: enquanto a COMIBOL deve pagar 805 dólares por uma tonelada que a ENAF refina, a mineração média paga 596,5 pela mesma tonelada. A ENAF gasta 790 dólares como custo de refino, o que significa que a COMIBOL paga acima do custo de refino à ENAF, enquanto a mineração média paga muito baixo o custo de refino. Em concreto, quer dizer que tanto a ENAF como a COMIBOL suportam parte dos custos de produção da mineração média. Para nós também é outra das vias em que funciona a transferência de capitais (idem: 114).

A avaliação de Pimentel segue o mesmo raciocínio, sendo ainda mais incisivo:

[...] a COMIBOL se converteu na correia [de transmissão] pela qual o imperialismo saqueava nossas riquezas nacionais. Este é um marco no qual nós não temos nenhuma possibilidade de fixar os preços no mercado internacional. Entretanto, é necessário reivindicar a existência da empresa estatal no contexto de defesa da classe trabalhadora, tal como o assinalou o companheiro Ramírez. Podemos identificar com a nossa presença que as estruturas que se ergueram no interior da Comibol estão diretamente relacionadas com este papel predador que lhe assinaram: com uma descomunal burocracia que se ocupa unicamente em garantir maiores lucros às transnacionais de minérios e permitir à burguesia intermediária em nosso país uma quantiosa riqueza. Riqueza que também se faz pela transferência de divisas da exploração mineira, na qual a Comibol, apesar de ter gerado o ano retrasado 60% destas, apenas teve acesso a 20%. Estamos falando em divisas efetivas e não em pesos bolivianos. Esta situação [...] realmente é negativa porque a empresa privada, que também gera divisas, porém o faz através do Estado via empréstimos em pesos bolivianos para pagar salários e todas as divisas que gera as transfere para fora do país (Pimentel, 1986:124; grifo nosso).¹²

¹² Deve ser lembrado que estes operários mineiros estão defendendo, no momento (governo da UDP, 1982-85), a estratégia da co-gestão das empresas estatais adotada pela COB em 1979. Trata-se de uma estratégia que foi derrotada nos governos do MNR (1952-64). E uma das razões principais dessa derrota se deveu ao fato desse partido ter manipulado essa estratégia para utilizá-la

Visto isso, o nosso próximo passo será o de examinar como se processou o atendimento dos interesses econômicos do grande capital monopolista estrangeiro pelo Estado militar e, particularmente os interesses econômicos prioritários da fração preponderante no seio do sistema hegemônico. Primeiramente analisemos o conteúdo da política econômica que vigorou durante a ditadura.

5.3 Conteúdo da política de “estabilização com desenvolvimento”

O Estado militar do período 1971-78 cumprirá a dupla função: implementar a política de desnacionalização e de transferência acelerada de capital público ao setor privado; e, por essa via, valorizará permanentemente o grande capital privado (nos setores mineiro, petrolífero e bancário), dominado pelo grande capital financeiro. Três aspectos importantes dessa política devem, desde já, ser salientados: 1) o Estado intervém na elaboração dessa política em consonância com os interesses econômicos da fração preponderante; 2) não intervém no funcionamento da economia nos setores de atividade econômica (setores chaves) dominados pelo grande capital monopolista (americanos e estrangeiro) – isto é, abdica de sua função fiscalizadora e tributária; 3) intervém politicamente na execução da política de ordem, principalmente sobre a classe trabalhadora organizada (proletariado mineiro e trabalhadores do setor manufatureiro). Entretanto, a dupla função estratégica do Estado, mencionada acima, não será feita sem ocorrência de lutas, conflitos e contradições no seio do bloco no poder, principalmente na relação entre a burocracia estatal e as classes subalternas. Veremos que os principais conflitos e crises se processarão em torno da elaboração da política econômica.

contra os próprios trabalhadores para dividi-los com o fim de monopolizar o controle das empresas estatizadas. Surge assim uma variante de co-gestão defendida por alguns setores da COB alinhados com o partido governista. A outra estratégia defendida pelos trabalhadores é a de “controle operário” direto das empresas estatais pelos trabalhadores e que foi utilizada frontalmente contra o governo. Ela ganhou força justamente no processo de derrota da outra estratégia e se torna dominante no seio do proletariado mineiro, para logo se tornar hegemônica na Assembléia Popular, impondo-se como programa do conjunto classe trabalhadora na luta pelo socialismo (CF. “Tesis Política de la COB”, maio de 1970). Ela estava sendo aplicada quando ocorreu o golpe de agosto de 71. No V Congresso da COB (maio de 1979), tanto a luta pelo socialismo como o “controle direto” são abandonados e ressurgem novamente a estratégia da co-gestão, que é atrelada ao programa da luta pela democracia. Cf. também Lora (1978 e 1980).

Devemos agora demonstrar dois aspectos importantes, intimamente relacionados, da nossa hipótese sobre processo de desnacionalização, que revelam a influência dos interesses econômicos do sistema hegemônico: 1) durante a ditadura em questão a política de desnacionalização adotou a forma de “*estabilização com desenvolvimento*”; 2) a implementação e execução dessa política pelo Estado militar revela a relação da cúpula do Exército com o grande capital monopolista financeiro americano. Conforme já salientamos, esta estratégia se relaciona com o processo de militarização/desestabilização analisado no capítulo quatro. Assim, a estabilização com desenvolvimento somente poderia ter sido feita controlando e reprimindo o proletariado mineiro e o resto das classes trabalhadoras.

A seguir, analisemos os principais aspectos dessa política viabilizada pelo Estado militar boliviano. Já vimos no terceiro capítulo alguns exemplos da política monetária de cunho inflacionista: as duas desvalorizações monetárias em 1972-73 e seu impacto nos diversos setores econômicos, o que aprofundou a brecha dos termos de intercâmbio dos produtos bolivianos de exportação. O caráter da política econômica da ditadura para os dois setores chaves da economia está sintetizada no discurso de Banzer em outubro de 1971, no qual se delineia a política do Estado militar que vigorará durante o período 1971-78: se mantém as empresas estatais nacionalizadas (COMIBOL, ENAF, YPFB), se reforçam tanto as estruturas de fomento (CBF, Fomento às Exportações - FOMEX) aos setores produtivos privados, como a rede bancária estatal – fornecimento de maior cobertura institucional para viabilizar a política de crédito e cambial através do BAMIN, Banco do Estado, Banco Central, o Fundo de Refinanciamento Industrial (FRI) e Agrícola (FRA), além de se criarem ainda outras firmas estatais (COFADENA, SIDERSA etc.). Vejamos um trecho do discurso presidencial que mostra a nova política econômica denominada “*estabilização com desenvolvimento*”:

Nenhuma riqueza natural no país deve ficar inexplorada. Em outras latitudes se estão fazendo grandes esforços técnicos e financeiros para aproveitar recursos mineiros e Bolívia não pode estar ausente neste *processo acelerado* com o risco de ficar postergada, vivendo sob a permanente incerteza das flutuações dos preços e esgotamento de suas reservas [minerais]. É absolutamente necessário encarar o problema da diversificação das exportações de minérios com base no *aproveitamento intensivo* de seus ingentes recursos [...] para sua exploração racional.

Devemos compreender que a exploração e benefício de minerais requer da *concentração de capitais* que permitam assimilar novas técnicas com o fim de lograr com custos mais baixos e melhores, e maiores concentrados de mineiros para exportação (grifo nosso).¹³

Em relação ao setor petrolífero, o governo defende o princípio de que os recursos naturais energéticos devem ser mantidos sob o domínio do Estado, mas explorados com sentido “realista” através de contratos de serviços e administração. Neste caso, além de se criar sociedades mistas, se dariam concessões diretas através de contratos especiais com as firmas petrolíferas americanas e européias. Assim, a política petrolífera teria como objetivo principal “incentivar” a exportação para acelerar a “diversificação das exportações”. Por outro lado, o Estado estava respondendo à exigência fundamental do capital estrangeiro para sua operação na Bolívia: a conquista da estabilidade política pelo novo governo militar. Isto é patente no discurso governamental e aparece como uma necessidade urgente na busca de *estabilidade econômica*, o que automaticamente produziria estabilidade política. Vejamos alguns trechos do discurso: estabilidade “para oferecer um marco de confiança ao investidor nacional e estrangeiro”; nesse sentido, “em consonância com a defesa da estabilização monetária, defenderemos com maior ênfase e decisão o poder aquisitivo dos salários”. Logo, “*estabilidade sim, mas não estagnação da economia. Estabilidade monetária somente acompanhada de um processo acelerado de desenvolvimento e mudança social*” (idem; grifo nosso). Trata-se da busca incessante da “*estabilidade com desenvolvimento*” (esse é o termo utilizado) num Estado militar que se caracterizou pelo seu funcionamento altamente instável. Vale dizer, uma ideologia desenvolvimentista que somente poderia surgir num país onde a instabilidade política aparece como um problema nacional, a qual bloquearia o investimento estrangeiro. Em suma, o governo se empenhará na busca de novas jazidas nos setores mineiro e petrolífero, o que implica necessariamente na criação das condições pelo Estado que incentivem “*o investimento de capitais de risco tanto nacionais como estrangeiros*” (idem; grifo nosso).

¹³ “Mensaje a la Nación del [...] Presidente de la República [...] sobre los principios ideológicos y la nueva proyección económica del Gobierno Nacional”, *Presencia*, 13/10/71.

Tal política foi reforçada pela Lei Geral de Investimentos de 10 dezembro de 1971 (BCB, 1971:92A-105A). Mostremos os principais benefícios e garantias outorgados por essa lei ao capital americano preponderante e à nova burguesia mineira: 1) liberação de impostos para a importação de bens de capital e bens de consumo duráveis e não duráveis; 2) liberação de imposto sobre a produção e sobre a exportação de produtos manufaturados; 3) isenções fiscais ao capital investido no país e sobre os lucros anuais das empresas (alusão da repatriação do capital, o que foi uma constante no período); 4) disponibilidade e convertibilidade de divisas - que forneceria o Banco Central - para a amortização do capital investido procedente do crédito externo e para o pagamento dos dividendos das empresas estrangeiras; 5) criação de novas empresas privadas e empresas mistas (participação com o Estado); 6) isenção do imposto ao capital “movível” sobre qualquer crédito interno e externo, cujo montante for investido no projeto aprovado. O órgão encarregado de executar tal lei foi o *Instituto Nacional de Inversiones* (INI), criado no presente decreto, e cujo diretório estava formado pelos ministros de Indústria e Comércio, de Finanças, de Planificação, e por dois representantes da CEPB com voz e voto. Vale lembrar que na elaboração dessa lei participou decididamente Sanchez de Lozada, um dos maiores acionistas da COMSUR, que era, naquela ocasião, presidente da ANMM. Por outro lado, o diretor do recém criado INI era outro representante da grande mineração, G. Gutierrez, da EMUSA.¹⁴ Entre os benefícios específicos para o setor mineiro estavam: a) a inalterabilidade do

¹⁴ Cf. Presencia (29/12/71) e Moscoso (1993:72-74). São vários os casos em que o Estado, através da COMIBOL, fez concessões especiais ao capital estrangeiro: Quiroga (1979) mostra o caso da UNI (United Development Inc.). Esta firma americana chegou à Bolívia estimulada pela lei de investimento. Por instruções do governo, a COMIBOL abriu as portas das reservas fiscais mineralógicas. Em negociações secretas entre as três partes firmaram um acordo (Carta de Intenções) a 17 de agosto de 1972. A COMIBOL entregou à UNI todos os estudos geológicos e de prospeção mineira que dispunha - alguns deles já havia entregado a uma firma da mineração média e concorrente da empresa estatal (pode ser a Grace ou a Comsur) - sobre uma extensa zona mineralógica que compreende nove grandes jazidas de prata, cobre, zinco, chumbo e de outros minérios. A UNI investiria 100 milhões de dólares, enquanto a COMIBOL aportava suas jazidas. E tem mais, amortizaria as obrigações feitas com a UNI entregando-lhe minérios por um valor equivalente ao capital e aos juros (mínimo de 8% anual), e lhe entregaria também a venda de 50% da produção mineira resultante. A esse respeito, Quiroga afirma: “É claro que a ‘venda’ não é outra coisa que uma maneira de encobrir a real propriedade que a UNI adquirirá sobre o volume total da produção (soma do equivalente as amortizações e 50% das ‘vendas’). E deste modo, pela porta das associações mistas, ou dos ‘contratos de operações’, que a Lei-Ganzúa ou a Lei do Petróleo abriu para o saqueio de nosso patrimônio de recursos naturais não renováveis, os desnacionalizadores sentam as bases da mais rápida e intensiva descapitalização da Bolívia, como porta-estandartes do capitalismo” (p. 45; grifo nosso). Finalmente, no dia 8 de junho de 1973, o governo “aprova e ratifica os contratos de compra-venda de minérios de estanho, subscritos entre COMIBOL, BAMIN e as firmas Williams Harvey e Gulf Chemical and Metallurgical Corp.” (Decreto-supremo nº 10894 publicado em BCB, 1973:31-32A).

regime tributário por sete anos e b) a liberação total de impostos, por um período de dez anos, pelas novas construções e investimentos feitos pelas firmas mineiras (nacionais e estrangeiras) no país. Ademais, a política econômica tinha como objetivo imediato a desvalorização da moeda e reajustes econômicos periódicos: um dos mecanismos importantes de obtenção de divisas pelas frações burguesas e um dispositivo de valorização constante do capital estrangeiro preponderante.

Passemos agora a analisar alguns aspectos jurídico e político dessa lei, amplamente liberalizante e de cunho desnacionalizador que vigorou nos setores chaves da economia boliviana. Os setores petrolífero e bancário praticamente se pautaram por leis especiais. A *Ley General de Hidrocarburos* (baseada na Lei do Petróleo de 1956)¹⁵ estipula que a empresa estatal (YPFB) teria a exclusividade das operações no setor energético, porém pode constituir, conforme autorização do poder Executivo, sociedades mistas para a execução de projetos industriais e de refinação de produtos destinados à exportação. Novamente, trata-se de uma lei extremamente liberal que outorga garantias e benefícios exclusivos aos “investimentos” estrangeiros com “capitais de risco”, viabilizados através de contratos de operações especiais: 1) concessão de no máximo quatro áreas para exploração (cada área abarcaria 20 mil hectares) para cada firma (já vimos que no período operaram mais de 15 firmas petrolíferas, das quais dez eram americanas); 2) a firma contratada teria a liberdade de dispor livremente os volumes dos produtos (petróleo/gás) que lhe corresponderiam para exportação; 3) garantia do Estado para a operação do capital estrangeiro e a livre convertibilidade de suas divisas oriundas tanto das vendas a YPFB como das exportações; 4) imposto de 11% local e 19% nacional sobre os produtos (já vimos que a Gulf foi liberada do pagamento do último imposto); 5) pagamento de indenização, caso ocorram algumas nacionalizações.

¹⁵ Aprovada em 28 de março 1972: Decreto-Lei nº 10170 (Cf. BCB 1972:12b-25b).

A Lei de Bancos e Entidades Financeiras também se pautou por uma legislação exclusiva que permitiu a livre circulação do capital financeiro estrangeiro preponderante: isenção de impostos sobre lucros e dividendos, repatriação de lucros e operação com moeda estrangeira, entre os aspectos mais importantes.¹⁶ Em consonância com essa lei, o governo regulamentou ainda um regime de revalorização dos ativos fixos líquidos tanto do capital investido como do reinvestido em novos empreendimentos (bens de capital, bens intermediários, instalações, tecnologia etc.), com o fim de compensar as depreciações do capital: ficaram exoneradas as empresas cujo capital foi investido depois do decreto da desvalorização monetária de 1972 e somente pagariam o imposto de revalorização de apenas 5%.¹⁷ Conforme o conteúdo desta legislação, o imposto mínimo teve um caráter exclusivo, isto é, não incidiria nos impostos sobre os lucros e outras rendas. O ônus do imposto recaiu sobre as empresas públicas cujos ativos fixos deveriam pagar uma alíquota (as mais altas) de revalorização que variava entre 60% e 20% (bens importados e bens nacionais). Já os bancos, entidades financeiras e companhias de seguros podiam revalorizar seus ativos fixos em ouro e em moeda estrangeira de acordo com o novo tipo de câmbio oficial, além de transferir seus lucros e dividendos ao exterior.¹⁸ Em 1974 (5 de dezembro), o governo impõe uma nova lei que obriga o setor

¹⁶ Em consonância com a lei de investimento (relacionadas com a política monetária e cambial) o governo declara que os bancos públicos e privados ficam liberados do imposto de 2,5% sobre os lucros em maio de 1972 (BCB, 1972:36B); a 11 de outubro de 1973, estabelece anistia tributária e amplia exigência do certificado de “solvência tributária” (BCB, 1973:80A); em abril de 1974 elabora uma nova lei que novamente beneficia o capital financeiro estrangeiro, que é ratificada em junho de 1977. Numa palavra, o grande capital financeiro estava autorizado a repatriar seus lucros sem pagamento de impostos.

¹⁷ E tem mais, a terceira parte desta alíquota impositiva correspondente a gestão de 1973 seria paga em três cotas trimestrais, e as duas terceiras partes restantes em oito cotas trimestrais, devendo a última ser paga no final de 1975. Uma análise dos dados do Banco Central sobre o volume de arrecadação do Estado revela que o cumprimento desta legislação não foi cumprida: os impostos arrecadados são muito fracos, e o ônus dessa arrecadação recaiu sobre as empresas estatais mais rentáveis. A nossa hipótese é de que o Estado abdicou da sua função de arrecadação, isto é, não agiu (não-intervenção) no cumprimento desta lei: predominou uma descomunal evasão de impostos que reforçou a repatriação dos lucros e dividendos e a fuga intensa de capital ao exterior. O Informe Musgrave (1977) mostra que o Estado tem uma fraca capacidade de arrecadação, mas esconde a verdadeira razão desse fenômeno. E ainda mais, sugere uma reforma fiscal com base na arrecadação interna, eximindo novamente o grande capital.

¹⁸ Conforme o decreto, “procederão com os rubros do passivo exigível, tais como depósitos recebidos, empréstimos obtidos, *transferências* [...] feitas em moeda estrangeira com vencimento até 31 de dezembro de 1975”. E a alíquota impositiva era de 20% sobre a diferença resultante entre as revalorizações dos ativos e passivos – ou seja, sobre o montante da revalorização do ouro e de divisas próprias. De novo, este imposto seria pago em quatro cotas semestrais iguais, vencendo a última em 1974. Ver Decreto-supremo nº 10780: Regulamento de regime para revalorización de ativos fixos, 23/3/73 (BCB, 1973:12A–20A). A contradição do decreto é flagrante, por um lado sustenta que nenhum outro imposto recairá sobre a alíquota deste imposto; por outro, sustenta que tal imposto “não será deduzível aos efeitos da determinação dos impostos sobre os lucros e outras rendas” (Artigos 7º e 8º respectivamente). O decreto não menciona uma alíquota definida de imposto sobre as vendas e os lucros (ver “El impuesto sobre plus valía de inventarios”), principalmente em relação ao setor importador: os *stocks* ou inventario incluiria toda classe de mercadorias importadas que fazem parte do “Activo corriente” ou “Bienes de cambio” das empresas especializadas na

privado a reinvestir 50% dos lucros líquidos. A firma que reinvestia 50% devia pagar 100% de imposto: este seria aplicado conforme a proporção do aumento do volume reinvestido (por exemplo, 80% deste equivaleria a 58% de imposto, 90% a 44% e assim por diante). Contudo, este decreto-lei novamente ratificava a exoneração do grande capital (estrangeiro e nacional, nomeadamente dos setores petrolífero, mineração e bancário, pois se pautavam por legislações especiais) e tentava aumentar a carga impositiva ao pequeno e médio capital.¹⁹ O que provocou intensas lutas dos setores da CNI, CNM, e as cooperativas mineradoras (FENCOMIN) contra a burocracia estatal. Devido à insistente pressão e luta destes setores, a lei foi revogada em 1977, mas a economia entrava na sua fase de franca crise.

comercialização. O imposto estipulado era de 60%, cujo cálculo é bastante obscuro: as firmas optariam pelo método da “existência pressumível” ou da “existência efetiva”, “entendendo-se que se não o fazem [o pagamento] no prazo fixado”, optariam “implicitamente pelo primeiro método”. Esta ambigüidade atravessa de ponta a ponta o decreto, convertendo-se numa dos principais vetores indutores da evasão fiscal (este mesmo método é aplicado na legislação impositiva do setor mineiro: as alíquotas das regalias mineiras: ver Moscoso, 1993). Em outubro de 1973, o governo formula um novo regime aduaneiro de importações e modifica o sistema vigente da tributação às vendas (BCB, 1973:82A e 88A). Uma análise do sistema impositivo sobre as empresas, as vendas, lucros e dividendos, sobre bens de capital, imóveis etc., também revela seu caráter obscuro e contraditório. De dois elementos podemos estar seguros: 1) “as atividades mineiras e petroleiras se pautarão por regimes especiais” (artigo 2º - Concepto de utilidades, do “Imposto sobre la renta de las Empresas”; 2) o imposto sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas (variam de 4% a 31%) é praticamente impossível de ser calculado e aplicado (artigo 53º - “Escala del impuesto”): Cf. os itens modificação do “sistema vigente de tributación a las ventas”, “el impuesto de la renta”, e Regulamento do imposto “sobre la renta de las empresas”, de 26/10/73, publicado em BCB (1973:88-133A). Trata-se de uma legislação altamente confusa e contraditória, que dificilmente se aplicou e, nos casos em que se aplicou teve baixa capacidade de arrecadação. Estamos diante de um Estado que optou por uma legislação tributária que beneficiou o conjunto do capital monopolista estrangeiro e repassou o ônus impositivo às empresas estatais e ao pequeno e médio capital nacional. É neste contexto que deve se entender a constante pressão da mineração média para pagar zero ou mínimo imposto. O *Informe Musgrave* (op. cit.) fez uma avaliação dessa situação para elaborar uma reforma tributária, a pedido do governo, mas nunca se concretizou. É tem mais, tal informe se parcializou pela mineração média argumentando de que o setor pagava uma pesada carga tributária, mas ao mesmo tempo recomendava que os camponeses paguem imposto.

¹⁹ Inclusive o decreto ampliava a exoneração de impostos ao novo capital estrangeiro que ingressasse no país. Além do mais, ele contrariava a Decisão 24 do Acordo de Cartagena (Pacto Andino) que tentava limitar a voracidade do capital estrangeiro e o obrigava a manter uma participação mais razoável com o país receptor: investimentos em setores não competitivos onde estaria presente o capital nacional, permanência por um tempo maior e facilitar a transferência de tecnologia com preços não elevados aos setores industriais nacionais etc. (sobre este tema consultar Chudnovsky, 1974). A ditadura banzerista abria a participação do capital estrangeiro em “igualdade de condições” com o capital nacional (justamente o contrário desse Acordo), conforme dita o inciso (h) do artigo 4º do decreto de reinvestimento: não pagariam nenhum imposto o capital estrangeiro que não estiver sujeito à Decisão 24, pois “poderiam registrar seu investimento original no INI e serão excluídos deste decreto até que repatriassem ao estrangeiro em forma de dividendos o montante original de seu investimento registrado”. Podemos ainda registrar outra contradição: o artigo 6º estipulava que o crescimento do capital emergente, nos termos dos artigos 2º (obrigatoriedade do reinvestimento de 50% dos lucros) e 3º (baixa do imposto em proporção do aumento do reinvestimento), ficariam exonerados de todo imposto, o que anulava o conteúdo deste último artigo, e por conseguinte, o próprio decreto (Cf. *Presencia*, 6/12/74). Uma vez mais, mostramos que esta clara “incapacidade” da efetivação do regime impositivo pelo Estado favoreceu o grande capital monopolista americano/estrangeiro: nesse contexto, tanto as firmas petrolíferas não paravam de chegar ao país e os bancos americanos expandiam suas operações (por exemplo, a instalação da agência do Banco de Boston e da Financeira deste mesmo banco).

Vemos assim que, mesmo que o governo tenha se empenhado em definir um regime impositivo sobre a revalorização de capitais e sobre os lucros e dividendos, este dificilmente se cumpriu devido a seu caráter transitório, porém obscuro e contraditório. O que significa que não houve uma lei fixa, pois foi permanentemente modificado de acordo às pressões dos setores econômicos preponderantes. As empresas estrangeiras, amparadas na lei de investimentos, estavam exoneradas de imposto e podiam facilmente repatriar seus lucros e dividendos. Isto provocou um efeito contrário: a descomunal evasão de impostos – as firmas estrangeiras conseguiram burlar o pagamento de outros impostos internos (“impuesto a la renta”, basicamente sobre as vendas) e as firmas nacionais facilmente transferiram capital ao exterior de forma aberta e encoberta. O principal mecanismo foi a prática da “caixa dois”, conforme vimos no caso da Grace no terceiro capítulo, o que demonstrou ser uma prática constante do setor privado.²⁰ Vemos assim o alinhamento das políticas de Estado com os interesses econômicos das frações que compõem o sistema hegemônico, patenteada na lei de investimentos e formulada pelos representantes da mineração média, da CEPB, bem como dos assessores estrangeiros, conforme veremos adiante. Tais medidas foram complementadas com a política de desvalorização monetária e a política cambial, amplamente favorável aos setores preponderantes da economia.

Finalmente, a satisfação desses interesses econômicos também se articulou a uma exigência política do grande capital financeiro americano: a reforma administrativa, comandada por firmas do mesmo país, como o grupo Public Administration Service (Cf. PAS, 1973), enquadrada na lógica de funcionamento da grande empresa capitalista.²¹ A outra exigência política era – conforme já

²⁰ Várias transnacionais fizeram o mesmo como, por exemplo, a Intermaco, a Toyota Boliviana Ltda., a Metal Traders Inc. etc.; firmas nacionais menores dos setores manufatureiro e comercial. É plausível também a hipótese de que as firmas da mineração média recorreram a este instrumento. Entretanto, uma das maiores batalhas da ANMM contra o Estado se travou em torno das regalias mineiras (luta pela minimização do imposto, conforme será examinado) e o rebaixamento do imposto à exportação de estanho: de 40% baixou para 7,5% e 6,5% em outubro de 1973 (BCB, 1973:85-86A); este imposto somente será abolido em 1980.

²¹ Partimos do suposto que este grupo já vinha atuando desde o início da ditadura banzerista. A lei de reforma administrativa, denominada Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo, que reforçava os novos órgãos e agências estatais como o INI e o CONEPLAN (criados em 1971-72). Esta lei, diz o ministério de Planejamento gal. Julio Prado, “constituirá um instrumento para a formulação e execução do desenvolvimento nacional, e será colocado em função, não só das necessidades do governo, senão também dos setores e áreas geográficas regionais, departamentais e locais, em íntima relação com o setor privado” (Cf.

salientamos - a repressão da classe trabalhadora organizada, a qual se patenteou na política de ordem, executada pelo Estado militar, em consonância com a satisfação dos interesses políticos do bloco no poder.

Em suma, esse processo de transferência acelerada de capital ao setor privado foi viabilizado pela política econômica do Estado militar, basicamente através da desvalorização do capital público e nacionalizado, ou inversamente, valorização do capital extrativo-exportador (minérios e petróleo), cujos principais mecanismos foram: 1) as políticas mineiro-metalúrgica e petrolífera: alto investimento público nos setores estratégicos (usina de fundição de metais, usinas petrolíferas, rede de ampliação da tubulação para exportação de gás e petróleo etc.) em benefício do setor privado, subsídio e preços baixos da produção das empresas estatais para as empresas preponderantes do setor mineiro-exportador e do setor petrolífero, alto endividamento, déficit e falência das principais empresas estatais (COMIBOL, YPFB); 2) a política de compressão salarial e de liberalização do mercado de trabalho; 3) política de crédito caracterizada pelo empréstimo com fundo perdido; 4) a política tributária que favoreceu amplamente os grupos preponderantes do setor mineiro-exportador (rebaixamento sistemático da alíquota das regalias mineiras, diminuição do imposto à exportação e incentivos à exportação) e do setor petroleiro (quase total exoneração de impostos), passando o ônus do tributo às empresas estatais; e 5) a política monetária, de caráter inflacionista, em consonância

Presencia, 14/6/72) (esta lei substitui a Lei de Bases do governo Ovando, que colocava limites à manipulação e espoliação do orçamento público pelos setores da burocracia técnica e política). O orçamento público passou novamente a ser controlado diretamente pelo Executivo (gabinete) com o fim de redistribuir e alocar, de forma rápida os recursos econômicos aos setores preponderantes demandantes de divisas. Na primeira fase (1971-74), um dos fatores potenciais geradores de crise política foi justamente a luta pelo controle do orçamento entre os partidos da FPN e os partidos corporativos (militar e empresarial). Na segunda fase (1974-78), estes dois últimos definem com exclusividade o orçamento de acordo com seus interesses econômicos, o que acarretou nova luta acirrada entre esses dois setores. A lógica administrativa da grande empresa monopolista estava instalada nas instituições estatais e é reforçada com o restabelecimento do CONASE (*Consejo Nacional de Seguridad*, criado em 1932, reativado em 1967), atrelada ao executivo e controlada pela hierarquia militar (Alto Comando da Forças Armadas). A ideologia da grande empresa monopolista encontra aqui sua maior expressão: administração altamente centralizada e despótica, que pregou a rapidez e eficiência das decisões sem qualquer consulta a outro órgão (estatal, como o parlamento, partidos políticos, inclusive à FPN) e se amalgamou com a ideologia da segurança nacional. Ao mesmo tempo a ditadura aprova, no mesmo ano, a lei de segurança do Estado, e os novos códigos comercial e penal (este contempla a pena de morte, discordando com a carta constitucional). Mas isto não é novo, pois conforme Poulantzas (1978), os Estados ditatorial-militares, criam suas próprias leis e regras (nas esferas jurídica, econômica e política) e ao mesmo tempo as quebram em todo momento, permanecendo uma situação de exceção permanente, se aprofundam em contradições e crises, agravando a instabilidade política. Enfim, no caso boliviano, instaura-se uma “economia de guerra” de acordo aos imperativos do grande capital monopolista, o que não deve ser entendido

com os interesses econômicos do setor bancário. Todas essas medidas já foram analisadas nos capítulos anteriores, com exceção da quarta, que será examinada mais à frente.

Visto isso, passemos agora a examinar os principais efeitos políticos do processo de desnacionalização acelerada da economia boliviana. Vimos que durante a ditadura em questão esse processo adotou a forma de “estabilidade com desenvolvimento”: uma política econômica que acelerou e intensificou os mecanismos de transferência de capital público ao setor privado. Para os nossos propósitos, denominaremos esse fenômeno como processo de desestabilização econômico-política do Estado militar boliviano, o qual se articulou ao processo de militarização/desestabilização, analisado no capítulo anterior. Para desvendar os principais aspectos desse fenômeno, a nossa análise deverá tomar em conta as duas principais fases do processo de desestabilização: 1971-74 e 1975-77. Passemos então a examinar a primeira fase.

5.4 Processo de desestabilização do Estado militar e a política de “estabilidade com desenvolvimento”

Analisados os principais aspectos da política de “estabilidade com desenvolvimento” do Estado militar, cujo conteúdo manifestou a influência dos interesses econômicos das frações preponderantes do sistema hegemônico, interessa agora examinar os principais aspectos do processo de desestabilização econômico-política na esfera de relação entre o Estado militar e as classes dominantes. Desde já sublinhamos que, para desvendar os principais fatores potenciais de instabilidade política, a nossa análise se limitará a essa esfera de relação. Para tanto, avancemos na seguinte hipótese de trabalho: as principais causas do processo de desestabilização estão relacionadas com o processo de elaboração da política de estabilidade com desenvolvimento executada pela

como amálgama do Estado-monopólio (conforme os autores que sustentaram a tese do capitalismo monopolista de Estado, reduzindo-se este a um mero instrumento daquele como, por exemplo, defendeu P. Boccara, 1978).

burocracia estatal, em consonância com os interesses econômicos restritos do grande capital financeiro. E a execução de tal política visou atender tais interesses de forma prioritária, porém teve uma repercussão de cunho desestabilizador no seio do bloco no poder e no conjunto da formação social capitalista periférica boliviana: o aprofundamento do grau de atraso patenteado no duplo caráter da economia boliviana (mineiro extrativa e agrário-camponesa).

Cabe salientar que o desdobramento analítico dessa hipótese tomará em conta as duas fases importantes da nossa periodização do processo político feita no quarto capítulo: do funcionamento da FPN a sua diluição (1971-74), e do autogolpe ao início da crise final da ditadura (1974-77). Tal periodização deve ser complementada com a periodização do bloco no poder: 1) 1971: golpe que redefine a hegemonia política e a reorganização do bloco no poder – instauração do sistema hegemônico; 2) novembro de 1973: reforço do sistema hegemônico com a primeira fase da ascensão da burguesia mineira como classe detentora dominante do aparelho de Estado; 3) novembro de 1974: consolidação simultânea tanto do sistema hegemônico como da fração detentora do aparelho de Estado no autogolpe de 1974; 4) início da desintegração do sistema hegemônico devido à condensação das crises e contradições do Estado militar durante 1977: o início da desintegração é marcada principalmente pela crise entre o setor bancário e a burocracia de Estado em junho de 1977 (momento em que os bancos privados se recusam a funcionar como bancos de desenvolvimento), e por outro lado, pelo início da crise final da ditadura em dezembro desse ano – volta aguçada da crise de hegemonia e desorganização do bloco no poder.

Visto isso, tentaremos descobrir, de um lado, em que medida a política de “estabilização com desenvolvimento”, executada pela burocracia estatal, provocou crises e contradições políticas intensas no seio do bloco no poder e redundaram no acréscimo de instabilidade política, ao invés de atenuá-la, conforme insistiu ideologicamente o grande capital monopolista estrangeiro, reproduzido pelo discurso governamental; e de outro, se as crises e contradições repercutiram no exercício hegemônico (hegemonia vacilante). Noutros termos, trata-se de verificar se efetivamente o Estado militar atendeu

os interesses prioritários do grande capital financeiro americano através da elaboração dessa política e, se, ao executá-la, teria provocado lutas intensas - como efeito da dominação desse capital - entre as frações subalternas do bloco no poder e a burocracia estatal.

A hipótese em questão requer seu desdobramento analítico de dois aspectos importantes: 1) o exame do caráter que adotou a relação entre a burocracia estatal (militar e civil) com o sistema hegemônico e o seu efeito político no seio do bloco no poder; 2) o exame do caráter da luta entre as frações subalternas para ganhar posições tanto nesse bloco como no sistema estatal com o fim de participar do processo de transferência de capital público ao setor privado. Veremos que a relação de classe nesses três níveis esteve marcada por uma intensa luta econômica e política que provocaram crises e contradições nos âmbitos do aparelho de Estado, do sistema hegemônico e do bloco no poder, as quais redundaram no acréscimo da instabilidade política durante o período em que vigorou a ditadura. Já vimos no capítulo anterior e no início deste capítulo que o impacto das crises políticas oriundas do bloco dominante repercutiu de forma notável no Exército. E a condensação das crises e contradições no Estado militar se relacionaram com os processos de militarização/desestabilização e de desnacionalização da economia boliviana. Começemos com a análise da primeira parte de nossa hipótese.

5.4.1 Elaboração da política de estabilidade e instabilidade política

Passemos a examinar o caráter que adotou a relação entre a burocracia estatal (comandada pelo partido militar dirigente) com o sistema hegemônico e seu efeito no seio do bloco no poder. Primeiramente, a relação entre a burocracia estatal e o capital monopolista preponderante se patenteou através da elaboração da política econômica da ditadura, cuja influência exercida por aquele foi notável, conforme já foi evidenciado na análise do conteúdo dessa política. Antes de mais nada, mostremos alguns exemplos emblemáticos dos conflitos e contradições - que apareceram logo

no início da instauração do novo governo - relacionadas com as divergências em torno da orientação da política de Estado.

Nos primeiros discursos dos militares dirigentes já se delineia a orientação da política econômica que vigorará durante a ditadura, o que manifestava indícios da influência do grande capital financeiro e da sua relação com o partido militar, porém tal relação provoca conflitos entre as classes subalternas no bloco no poder e no seio do aparelho de Estado, conflitos esses que passamos a explicitar. O fato de o primeiro discurso presidencial tenha demorado (12 de outubro de 1971) demonstra não apenas o grau de desorganização dos grupos integrantes da FPN, mas também o caráter heterogêneo das forças sociais que participaram no governo, bem como o impacto da polarização política (luta de classes) do período imediatamente anterior (governo Torres, Assembléia Popular). Embora os setores econômicos preponderantes passassem a defender, na sua generalidade, a aceleração do processo de desnacionalização da economia boliviana, pode-se detectar que, nos dois primeiros meses após o golpe de 71, tais grupos não tinham um plano econômico predefinido que viabilize essa política.²² E uma vez definida (política de estabilidade com desenvolvimento), em consonância com os interesses do grande capital financeiro americano, as frações subalternas no seio do bloco no poder passam discordar da forma como deveria ser aplicada. Este problema será permanente, pois cada setor, ao defender seus interesses econômicos e políticos restritos, se afundam num corporativismo extremado com vistas a concretizar a maximização dos lucros imediatos. De acordo com as expectativas destes agentes econômicos, o momento histórico era propício para

²² Mencionemos alguns exemplos das expectativas de cada setor em agosto-setembro de 71: a CEPB apregoa uma “maior agressividade” nas suas atividades econômicas; a ANMM anuncia maiores investimentos no setor mineiro; a pequena mineração (CNM) exige maior apoio e modernização do setor mineiro privado e a criação de empresas mistas; a CNI (setor manufatureiro) exige os mesmos objetivos; a ASOBAN exige desvalorização monetária; o médio e grande capital monopolista americano entram em concorrência para contrair contratos de associação com as empresas estatais bolivianas, inclusive pressionam o Estado boliviano através de diversos meios (chantagem, extorsão, dumping, bloqueio econômico, paralisação da comercialização e transporte dos produtos bolivianos de exportação detidos por firmas americanas, conforme vimos no terceiro capítulo) para se adjudicar os melhores projetos rentáveis; e os Estados Unidos prometem ajuda econômica e empréstimos externos imediatos para viabilizar o Plano Econômico de Emergência do governo boliviano, bem como exigem o pagamento de indenizações das firmas petrolíferas americanas. Já a burocracia técnica e política (novas “categorias sociais de Estado”: militares, burguesia de Estado) passam a defender, indistintamente, a aplicação da lei do petróleo de 1956, a implementação da política de desnacionalização no setor mineiro (conforme defendeu abertamente o ministro de Mineração Serrate, do MNR-Estensoro) e uma nova lei de investimentos.

aprofundar e acelerar o processo de acumulação, pois conforme argumentaram, dificilmente se repetiria (este aspecto está posto no próprio discurso presidencial e ratificado pelas frações burguesas bolivianas dominantes, conforme veremos mais à frente). É neste contexto que entendemos a constante pressão exercida pelas frações subalternas do bloco no poder contra o Estado para influenciar a política econômica.

E é também neste contexto que deve se entender a mensagem presidencial de outubro de 1971. Vejamos outro trecho do “programa” do governo:

[...] o governo se propõe desenvolver uma política financeira e de fomento empresarial [...] não somente como uma garantia do desenvolvimento das atividades produtivas do país, mas também para oferecer um marco de confiança ao capitalismo [sic] estrangeiro.

*[...] Necessitamos criar riquezas, para tanto, a planificação global estatal deve ser aceita como um mecanismo regulamentado que facilite a *libre concorrência*, e para efetivar-se deve permitir um *jogo entre iguais*, ou seja, entre elementos das mesmas possibilidades técnicas e econômicas [...]. *Declaramo-nos contrários a todo tipo de monopólio porque constitui um agente que contradiz o jogo natural da ação econômica, pois bloqueia a eficiência e anula a criatividade* (“Mensaje a la Nación”, 13/10/71, já citado; grifo nosso).*

A implementação dessa política, que temos denominado política de desnacionalização acelerada, que favoreceu o grande capital financeiro/bancário americano (o único tipo de monopólio que poderia operar sem restrições), teve como *sine qua non* a *estabilidade* do regime militar e do sistema político, decalcada na ideologia de “estabilidade com desenvolvimento”. Veremos que esta linha de argumentação mostrará um aspecto da relação do partido militar dirigente com o capital monopolista americano, empenhado em aplicar a política de desnacionalização acelerada. Os problemas aparecerão mais claramente no momento da elaboração da política econômica que evidenciava a influência direta dos interesses econômicos desse capital e, em segundo lugar, os da fração mais poderosa da burguesia mineira (não confundi-la com a velha burguesia mineira). Trata-se da elaboração do “núcleo duro” da política econômica da ditadura: a nova lei de investimento de 1971, cujos aspectos fundamentais já os conhecemos. Mas vejamos novamente parte do discurso governamental para ilustrar como foi processada a elaboração dessa política e os conflitos suscitados pela sua execução:

Paralelamente à decisão de meu governo de *criar as melhores condições possíveis* para nosso progresso, a Lei de Investimentos permitirá um desenvolvimento sustentado, confiando numa positiva resposta do *capital privado* num clima de paz social e ordem institucional e enquadrado numa adequada planificação global. [Ela] está inspirada para lograr o desenvolvimento econômico e social da nação mediante a participação de um capital com *mentalidade moderna*, com *alta tecnologia* e com sentido social, a fim de buscar maiores fontes de trabalho e de recursos para o Estado. [E] significa uma adequada definição de nossa política econômica. [...] Estamos conscientes de que esta lei não tornará ricos aos bolivianos da noite para o dia, mas *nossa responsabilidade e seriedade nos impõe o dever de legislar para o futuro imediato e mediato*, excluindo as medidas *populistas* [...] (grifo nosso).²³

E o discurso presidencial de final de 1971 dava ênfase à estabilidade política, que seria sustentada pelas Forças Armadas e pelo FPN. Assim, a lei de investimento refletiria a estabilidade política do país naquele momento:

Diante o caudilhismo tradicional, que dessangrou as energias cívicas, era imperioso que as Forças Armadas atuaram como órgão *estabilizador*, cumprindo um papel temporal de institucionalização, que aglutinou e preservou a nacionalidade, ameaçada pelas lutas fratricidas. [...] Isto não significa uma renúncia da luta pela libertação dos poderes asfixiantes que estabeleceram as potências superdesenvolvidas. Pelo contrário, *a coincidência ideológica* no nacionalismo revolucionário [nacionalismo de novo tipo que coincidiria com a ideologia do grande capital estrangeiro] *é uma garantia de estabilidade*, objetiva e de projeção política libertadora.²⁴

A CEPB participou na elaboração dessa lei e, evidentemente, passou a justificá-la como necessária, pois refletiria os princípios ideológicos da empresa privada (e coincidia com a ideologia do grande capital monopolista), pois este partido empresarial disputou com o partido militar, a representação desse capital. A CEPB, controlada pela burguesia compradora, argumenta que com esse instrumento institucional, o governo deveria estabelecer uma política desenvolvimentista e promover o livre jogo do investimento privado com “decisão autônoma”, pois como a Bolívia é economicamente fraca, é imprescindível o investimento estrangeiro - afirma Violand, presidente dessa instituição (*Presencia*, 16/12/71).

Contudo, no mês seguinte, a CEPB passa a reclamar publicamente que o governo estava agindo de forma discriminatória no sentido de manter as reservas fiscais (mineralógicas e energéticas) e, sobretudo, mantendo o monopólio estatal em atividades econômicas que prejudicavam o setor

²³ Além do mais, justifica que para lograr o crescimento do PIB se requerem investimentos de mais de 200 milhões de dólares anuais. Entretanto, como o nível de poupança interna é insuficiente, a Bolívia estaria obrigada a recorrer ao capital estrangeiro: “Presidente Hugo Banzer: La ley de Inversiones define la política económica del gobierno”, *Presencia*, 16/12/71.

²⁴ “Mensaje del Presidente Banzer a la Nación”, *Presencia*, 31/12/71. Trata-se de um discurso semi-populista utilizado pelo governo com o fim de manter certa estabilidade política ao regime. Entretanto, o contexto é de uma intensa luta entre o setor

privado. Na verdade - e este é o aspecto fundamental do descontento do setor privado representado por esse partido corporativo - , na hora de ditar a nova política econômica o governo mantém o monopólio dos setores denominados estratégicos e as nacionalizações, e não esconde sua intenção de “robustecer” o setor estatal e a planificação econômica. Tratava-se de uma clara viragem estratégica que viabilizava o projeto econômico da fração mais poderosa do capital estrangeiro: a manutenção das nacionalizações, a criação de empresas mistas e os dispositivos de segurança para a operação desse capital com a cobertura do Estado – em plena consonância com o reinício do processo de desnacionalização, já enunciado pelo governo em outubro do mesmo ano. Isso significa que existiam posições divergentes em relação à elaboração dessa política entre as frações subalternas e a burocracia estatal, conforme veremos logo. A CEPB se ressentia de que sua posição sobre o assunto não foi totalmente contemplada, pois seus representantes tinham participado na elaboração do projeto dessa lei e passam a criticar, de forma tímida e ambígua, o conteúdo da lei de investimento, embora eles continuem apoiando a medida:

Estes objetivos (incentivos e eliminação de impostos) se propiciam na lei mediante facilidades que não são excepcionais no âmbito da concorrência internacional e que regem num grande número de países. Tampouco são excessivamente liberais nem envolve um desmesurado sacrifício fiscal, *coincidindo assim com a posição da Empresa Privada durante a discussão da lei*. Por outro lado, favorecem somente aqueles projetos que aumentam efetivamente a capacidade produtiva do país. [...] a CEPB julga que o decreto [...] constitui um instrumento capaz de coadjuvar à reativação econômica do país e poderá gerar um renovado processo de desenvolvimento e industrialização, sempre que se *consolide um clima de confiança baseada na ordem, estabilidade e o respeito da lei*. Entretanto, a *invariável posição adotada e fundamentada por seus representantes na comissão que teve a seu cargo o estudo da lei na sua primeira fase*, a Confederação deixa constância que a reserva de áreas, a favor exclusivo do Estado, que estabelece o artigo 8º, suas finalidades monopolistas e a definição da política econômica que a mesma implica, *não é coerente com os propósitos gerais da lei, nem compatível com os princípios da empresa privada*. Neste sentido, sustentamos que o Estado tem e deve ter a mais ampla e irrestrita faculdade de participar nos processos produtivos, em qualquer área da economia nacional, sem limitação alguma. Mas acreditamos que ao fazê-lo deve outorgar *igualdade de oportunidades* ao setor privado nacional para que ambos intervenham na atividade econômica, em *leal concorrência* e complementação. Em tal sentido, a Confederação *deplora* que se houvesse limitado o acesso da Empresa Privada boliviana a certas áreas, cuja reserva, na nossa posição nacionalista e enquadrada nas normas do Pacto Andino, é admissível em favor do capital nacional sem *discriminar* sua natureza estatal ou privada” (“CEPB”, publicado em *Presencia*, 9/1/72; grifo nosso).

Vemos assim que o ataque dos setores da burguesia boliviana contra a burocracia estatal (comandada pela burocracia técnica: militares e burocracia política - FPN) se concentra no monopólio estatal e não contra o monopólio privado estrangeiro, ao qual estavam, na sua maioria, associados.

militar palaciano, cujos aliados são a burguesia mineira e os setores representados pela CEPB, contra o MNR-Estenssoro. Contudo,

Por outro lado, mostra também a luta intensa deste capital contra a fração da burguesia interior boliviana mais poderosa, pois esta não consegue (e não conseguirá durante todo o período 1971-78) política e ideologicamente se contrapor, no mais mínimo, à dominação do capital monopolista preponderante. A sua luta será deslocada contra o Estado. O conflito estava instalado e se estenderá por vários meses, voltando a se reativar por ocasião da política de desvalorização monetária (1972). Neste contexto, Banzer passa a defender indiretamente o capital estrangeiro e diretamente o poderio econômico dos Estados Unidos: afirma que a “hegemonia constitui etapas superiores de desenvolvimento das nações” e que “não se pode negar sua aparição quase natural, logo sua existência”; assim, “quando as potências regulam prudentemente sua hegemonia [...] os interesses dos países menos desenvolvidos situados na zona de influência *podem articular-se com os interesses das grandes* [potências] *e esse seria o ideal da convivência econômico-política*” (*Presencia*, 24/1/72; grifo nosso).

A intervenção da FPN não demora, e em finais de fevereiro de 1972 aprova seus “fundamentos programáticos”, isto é, um programa de governo elaborado pelo MNR-Estenssoro que contrariava frontalmente o programa do governo militar:

A integração latino-americana não é uma simples agregação de mercados para adequar-se às políticas expansionistas dos monopólios. Essa integração é falsa e opressiva porque conduz fatalmente ao fortalecimento do grande capital monopolista estrangeiro [alusão direta ao capital americano], impede a transferência e adaptação de tecnologia às necessidades de nossa região; extrai maiores recursos e lucros e os transfere aos países industrializados, e provoca uma maior separação entre os países opulentos e a maioria dos países pobres.
[...] O nacionalismo revolucionário tem uma definida idéia sobre a necessidade de cumprir as tarefas nacional-democrática e de continuar a luta pelo desenvolvimento independente, e não busca construir uma sociedade capitalista de consumo senão uma democracia social (“Fundamentos Programáticos del FPN”, *Presencia*, 27/2/72).

Trata-se de um programa nacional-populista reciclado (isto é, um populismo conservador que no fundamental não se opõe ao processo de desnacionalização da economia, conforme foi praticado nos governos do MNR no período 1952-64), ancorado no modelo ideológico da revolução de 52, e proposto pela burguesia de Estado, representada pelo velho líder do MNR. Além de mostrar um claro antimerperialismo, contra o capital monopolista americano, o programa se propõe redefinir o Estado em

tal discurso revela, no fundamental, a exigência do grande capital monopolista pela estabilidade da ditadura.

função do desenvolvimento nacional independente em favor da indústria nacional, fortalecer e expandir a propriedade estatal, aplicar uma política fiscal e tributária que aumente o imposto e elimine a evasão fiscal, incorporar novamente a classe trabalhadora (funcionamento restringido da COB) e a participação das massas populares (camponeses) na vida política nacional, bem como delimitar o papel das Forças Armadas, enquadrando-a nos imperativos constitucionais – isto é, esta deveria se limitar ao exercício da Defesa Nacional e não participar na política. Comprovamos assim as nossas conclusões feitas no capítulo anterior: a presença do partido populista conservador se converteu em outro dos principais fatores aceleradores de crise e em outro fator potencial de instabilidade política na primeira fase do processo de implementação da política de estabilidade com desenvolvimento (1971-74). As contradições do programa do MNR eram evidentes, mencionemos apenas duas: foi este partido que obrigou os militares a ter uma função deliberadora (papel político ativo); o ministro de Finanças era do MNR, que participou na elaboração do primeiro plano de desvalorização monetária, conforme veremos mais à frente. Em outubro de 1974, num momento do acirramento das lutas entre os militares e a FPN, e num contexto de proliferação de tentativas golpistas dos militares da oposição interna, este partido aprova suas “Teses Políticas” no XII Congresso, ratificando o conteúdo programático da FPN de 1972. E ainda mais, exige liberdade e garantias constitucionais para o funcionamento dos sindicatos, proscritos desde 1971, respeito do *fuerro* sindical e a imediata vigência da COB (Cf. *Presencia*, 4/10/74). Quer dizer, o MNR-Estenssoro, praticamente derrotado e a aliança governista (FPN) fracassada, tenta combater o governo apoiado num discurso democratizante a favor da COB, o que a nosso ver, acelera o autogolpe de 74. Voltemos a nosso ponto anterior.

Rompendo o silêncio, o presidente da ANMM Gonzalo Sanchez de Lozada (da COMSUR) passa a criticar duramente o programa da FPN (influenciado pelo MNR-Estenssoro), em direta defesa de seu órgão corporativo e dos militares, e indiretamente do capital estrangeiro. Sua principal crítica centra-se na política de cunho populista defendida pelo MNR:

O problema crítico reside nas soluções: ou se segue insistindo em slogans ou se buscam soluções programáticas *efetivas e realistas*. O país não pode se dar o luxo de seguir postergando a *decolagem do setor mineiro* e manter certas posições de tipo claramente teórico. Chegou a hora de criar uma nova política mineira, valente e realista, para que este setor industrial possa satisfazer as grandes perspectivas e oferece firmar o desenvolvimento sustentado do país *que por tantos anos ficaram frustradas* [média burguesia mineira agora tornada “grande”].

[...] dificilmente se pode tipificar o sistema impositivo mineiro como de fomento – como diz o MNR – *já que a regalia é um imposto cego às exportações*, tenha-se ou não lucros. Existem muitos exemplos na mineração média em que, apesar de ter perdas em suas operações, pagam quantiosas somas pelas regalias.

[...] Cremos que a melhor forma de lograr tão importante objetivo é mediante *um sistema de liberdade na comercialização* [objetivo crucial que foi conquistado desde 1965 e novamente reconquistado em 1971] onde tanto a mineração estatizada como a média e pequena, se vejam livres do processo de burocratização que conspira [o Estado] contra um efetivo sistema de comercialização (grifo nosso).²⁵

Sanchez concorda com a tese do MNR sobre o crescimento sustentado da mineração média nos anos 60: acima de 7% anual, enquanto a COMIBOL registrou 3% e a mineração pequena 3,5%. Entretanto, discorda desse partido em relação aos créditos recebidos pela ANMM, pois não se teria beneficiado com créditos brandos: os créditos foram a médio prazo e com juros comerciais. Reconhece que recebeu empréstimos do BID e da CBF. Ela tampouco se beneficiou do sistema impositivo de fomento, já que o mesmo sistema tributário de COMIBOL se aplica à mineração média e pequena. A mineração média seria a “mais fiscalizada”, inclusive em relação à alíquota da renda total (note-se que se trata de uma guerra contra os impostos estipulados pelo Estado). Também reconheceu que houve reajustes nas escalas de regalias de alguns minérios, mas não beneficiaram a todos os setores por igual. Quanto ao caráter da participação do capital estrangeiro, Sanchez sustenta que a maioria das empresas da mineração média são controladas pelo capital nacional, e somente cinco das 20 empresas são estrangeiras: “mas nos últimos anos, em virtude do renascimento de um sentido nacionalista foram sendo incorporadas ao controle do capital nacional privado”. Segundo o empresário, teria ocorrido um processo de “bolivianização” na mineração média que seria digno de ser fomentado com medidas que incentivem ao empresário nacional para lograr sua participação acionária em empresas com investimentos estrangeiros, e para incentivar igualmente a produção e rentabilidade das que já são nacionais. Por último, exige total liberdade de comercialização dos

²⁵ “Presidente de mineros medianos: ha llegado la hora de crear una nueva política minera”, *Presencia*, 27/3/72. Já vimos no capítulo anterior que este agente econômico da mineração média passa a criticar duramente Estenssoro; defende o governo militar

minérios, conforme indicado acima. Já vimos no segundo e terceiro capítulo que as atividades econômicas da mineração média adotaram outro caminho. Assim, as posturas ideológicas deste representante da burguesia mineira devem ser entendidas na luta contra o MNR e a favor do grande capital monopolista americano.

Estimulada por esse conflito, a CEPB passa a radicalizar seu discurso e a atacar o governo militar pelo fato deste não possuir uma clara política econômica (isto é, atendimento dos interesses econômicos dos setores representados: CNC, CNI, CAO, CAINCO). Vale dizer, os setores subalternos que compõem o bloco no poder permanecem insatisfeitos porque seus interesses econômicos são minimamente contemplados. Trata-se de uma luta em dois níveis no seio da CEPB: 1) os setores dominantes da burguesia compradora (CNC, liderada por Violand, presidente da CEPB, que funciona como partido político) - que haviam aceitado a liderança da ANMM por ocasião da primeira tentativa golpista de Banzer contra o governo Torres em janeiro de 1971 - , lutam contra os setores dirigentes da fração mais poderosa da burguesia interior (mineração média) em torno da definição da política econômica; 2) luta dos setores do médio capital articulados ao setor manufatureiro (CNI) contra os setores dominantes da CEPB (ANMM e CNC), o que aparece, no período, como uma luta contra a burocracia estatal. Primeiramente, vejamos alguns exemplos do conflito entre a CEPB e o governo.

“O que nos interessa é levantar a Nação de sua estagnação” afirma o presidente da CEPB (Violand). A falta dessa política estaria debilitando o setor privado. Para tanto, exige quatro medidas urgentes: 1) ampliação da base tributária e o combate à evasão de impostos, pois são poucas as empresas que os pagam – não deve se aumentar as alíquotas impositiva porque servirá de incentivo para maiores evasões (veremos mais à frente que este setor, junto com os mineiros médios, instaurarão uma luta acirrada contra a burocracia estatal pelo imposto mínimo); 2) elaboração de um sistema de crédito que facilite o acesso aos empréstimos públicos, pois a política de crédito dos

na mudança do gabinete em dezembro deste ano: primeira fase da ascensão da burguesia mineira como fração detentora predominante do aparelho de Estado.

bancos não cumprem sua função dinamizadora da economia devido aos altos níveis de encargos (juros) e à vigência de impostos ao capital existente (estes empresários reconhecem que os bancos estão desarticulados do setor industrial, mas ao mesmo tempo a maioria de suas firmas participam em sociedades acionárias ou holdings nos bancos privados nacionais); 3) implementação de uma política de fomento à agricultura, agropecuária, ao setores manufatureiro e mineiro, pois requerem nova regulamentação para torná-los mais dinâmicos: ampliar os prazos dos créditos, baixar os juros etc.; 4) racionalização do gasto público – o déficit público aumentou brutalmente e diminuíram os gastos de investimentos, que em 1972 chegou ao 5%: “isto significa que 95% se destina ao pagamento de salários, gastos de operação, transferências de capital às entidades públicas e pagamento da dívida fiscal”; assim, “esta situação bloqueia o desenvolvimento”. E a solução seria a racionalização do gasto público (*Presencia*, 19/8/72). Na verdade, estes setores privados estavam pressionando o Estado para que amplie não somente as condições políticas para possibilitar uma transferência do capital público ao setor privado, mas também a rebaixa dos impostos, num contexto em que o grande capital americano é favorecido com subsídios e com a isenção de impostos.

Este ataque ao setor público provoca uma reação imediata do executivo. Em resposta à CEPB, o ministro de finanças argumenta que o governo Banzer “tem uma política econômica claramente definida pelo menos no que respeita à distribuição de recursos [monetários], não sendo, portanto reais as críticas enunciadas pelo representante da empresa privada”. Violand retruca: “a empresa privada não está representada no gabinete”: o ministro de Indústria e Comércio e o ministro Secretário integram o gabinete a título pessoal, como independentes, e declara que a crise do setor privado teria sido provocada pelo governo Torres, em clara alusão do risco que viveria novamente o país com os ministros do MNR. Finalmente, o ministro de finanças responde que “a estagnação industrial da Bolívia em relação aos países vizinhos é principalmente uma consequência da aventura socializante

do passado recente. Retomar a iniciativa requer de um determinado tempo. Para tanto, a nossa preocupação é incentivar as indústrias que têm possibilidades de crescimento”.²⁶

O que revela três aspectos importantes da luta econômica e política: 1) a luta intensa no seio da CEPB: a polarização entre a ANMM e os setores dominantes da burguesia compradora (CNC), sendo marginados os demais setores econômicos que integram a CEPB (agroindústria, setor manufatureiro, compostos basicamente do médio capital, do capital não-monopolista); 2) a luta entre a ANMM e CEPB contra os ministros do MNR, pois este partido tende a ser rejeitado novamente devido a sua postura populista e a sua estratégia desenvolvimentista; e 3) a luta do grande capital financeiro/bancário americano contra as frações subalternas no seio do bloco no poder, pois seus interesses econômicos passaram a ser prioritariamente contemplados pelo Estado: praticamente é exonerado do pagamento de impostos e o ônus recaiu sobre os setores econômicos nacionais. As pressões destes setores serão praticamente permanentes em todo o período; igualmente ocorre com os setores do médio e pequeno capital articulados à mineração privada (CNM e FENCOMIN): se queixam tanto do bloqueio ao acesso às agências estatais definidoras dos créditos públicos como dos altos impostos. Tais lutas repercutem incisivamente no seio do aparelho do Estado e no ramo de aparelho dominante: o Exército. Vejamos.

Os conflitos entre a burocracia estatal, a CEPB e a FPN se agravam em outubro de 1972 por ocasião da desvalorização econômica, os quais repercutem praticamente nos três setores (militares, o grande capital financeiro e a burguesia mineira) e abalam a coalizão governista (FPN). Para tanto, interessa, aqui, retomar a discussão feita no terceiro capítulo sobre o impacto da política de estabilização, atrelada à política monetária/cambial inflacionária: a desvalorização de 68% da moeda nacional em outubro de 1972 e a nova desvalorização de fevereiro de 1973 (efeito da desvalorização do dólar). Dissemos que, por ocasião da primeira desvalorização, instaurou-se a polêmica de que setor teria elaborado o conteúdo dessa política. A CEPB justifica publicamente que não participou na sua elaboração (diferentemente do caso da lei de investimento) e passa a atacar frontalmente o

²⁶ “Aclaración del Ministro de Finanzas”, *Presencia*, 22/8/72.

governo militar, mas logo recua. Já a ANMM adota uma postura vacilante, porém justifica a medida como necessária, em direto alinhamento com a postura do capital monopolista preponderante. Nesse contexto, a burocracia estatal passa a responder os ataques da ANMM e da FPN. Vejamos alguns exemplos emblemáticos.

A CEPB reage imediatamente contra alguns aspectos do “Plano de Estabilização com Desenvolvimento”. Mas novamente sua postura é ambígua e contraditória: de um lado, aprova a medida como imprescindível; de outro, acaba rejeitando-a devido a elevada carga tributária (impostos de 40%, 20% e 15%: Cf. BCB, 1973:107-20) para o setor privado, pois afetaria diretamente os setores exportadores e a indústria nacional, situação que seria agravada pela desvalorização monetária, a elevação dos custos de bens de capital e a inflação interna e importada. Nesse sentido, tais medidas, em vez de incentivar os setores produtivos, acabaram colocando uma pesada carga tributária que “neutralizam na prática” as vantagens teóricas do decreto. Assim, o setor privado estaria numa situação de virtual paralisação e ao borde do colapso. Ao mesmo tempo o partido empresarial ataca o setor público (burocracia estatal), cuja contribuição seria quase nula e pouco efetiva (salvo no caso da COMIBOL e YPFB): a política de reativação econômica deveria ser permanente, drástica e de austeridade na administração pública.²⁷

A final, quais os objetivos fundamentais perseguidos por este setor? Resposta: a) atenuar o impacto dessa política imposta pelo grande capital monopolista americano que recaia sobre os setores nacionais; b) reforçar sua participação decidida no processo decisório da política de Estado com o fim de ter acesso às agências estatais de financiamento; c) aspirar o controle dos órgãos chaves do aparelho de Estado para concretizar seus objetivos. E tal luta aparece condensada na seguinte frase do

²⁷ Para tanto, exigem a implementação urgente das seguintes medidas econômicas: 1) eliminação dos impostos (aduaneiros, regalias, de exportação etc.) para dinamizar o desenvolvimento industrial e eliminar o contrabando; 2) ampliação do sistema tributário tornando-o universal; 3) créditos estatais para o setor privado; 4) estabelecimento de uma política setorial pragmática, evitar experimentos estantizantes e eliminar os monopólios (neste aspecto continua a crítica contra o monopólio estatal); 5) planificação, direção e administração das empresas públicas com critério empresarial; e 6) erradicar o “burocratismo e o superfiscalismo” dos órgãos públicos. Ver documento “CEPB – La empresa privada y el reordenamiento económico”, publicado em *Presencia*, 2/11/72.

seu discurso: a “distribuição justa e equitativa da renda nacional”. Esse seria o conteúdo da denúncia feita pela CEPB, segundo a qual não participou na elaboração do plano de estabilização monetária, além de se empenhar em “descobrir” que setor teve maior influência. A instituição “crê conveniente ratificar – para conhecimento de seus associados – que não participou direta nem indiretamente na gestão destas medidas, tampouco na sua formulação. Nem a Confederação e nenhum seus setores ou empresas filiadas foram consultadas para este decreto” (“La empresa privada y el reordenamiento económico”, já citado). Lembremos que anteriormente seus dirigentes se queixaram de que a CEPB não estava representada no Executivo. No terceiro capítulo temos mencionado os setores que participaram na elaboração do decreto e qual setor foi o mais beneficiado: as frações que compõem o sistema hegemônico. Vimos também que o ministro de Finanças Bedregal (do MNR) havia ratificado que a CEPB não participou na elaboração da medida, porém aludiu a poderosos grupos econômicos estrangeiros (capital bancário e o grande capital financeiro americano). Resta agora saber como reagiu o Executivo e o Exército, comandados pelo partido militar dirigente. Naquela ocasião, o próprio Banzer confirmou quais foram os setores que se beneficiaram diretamente da política econômica, o que incentivou ainda mais o conflito:

*Ganharemos a batalha do desenvolvimento. [...] As medidas não estão dirigidas a favorecer a um setor determinado em forma específica e menos à empresa privada em detrimento dos trabalhadores. [...] Não se trata de criar privilégios econômicos em torno de pequenos grupos ou de enriquecer a uns quantos cidadãos. Trata-se de sacudir a economia boliviana e voltar à realidade; para tanto, teremos que suportar a carga todos os setores em igualdade de condições e de acordo ao papel que jogamos na economia do país. [...] me dirijo aos grandes setores da nação, para reiterar-lhes a minha inquebrantável fé de que a pronta recuperação econômica significará, principalmente, libertar-nos da desocupação e elevar os níveis de vida. [...] Em relação à empresa privada, agora que o Estado fez sua parte, conta com uma alternativa para lograr seus objetivos. O país espera dela fatos concretos que se traduzam em investimentos produtivos, não em simples oferecimentos e criação de expectativa. Chegou o momento para que demonstre se é capaz de criar verdadeiras empresas e fontes de produção que coadjuvem o desenvolvimento do país (“Documento sobre la nueva estabilización monetaria. Mensaje Presidencial”, *Presencia*, 7/11/72; grifo nosso).*

E a CEPB volta a atacar à burocracia estatal com a seguinte resposta:

Os cargos e exigências que emergem das regulações estabilizadoras *não estão equitativamente distribuídos entre todos os setores* [...]. Neste sacrifício não pode estar ausente o setor público. As empresas e as entidades do Estado, cronicamente deficitárias, devem ser reestruturadas com critérios de empresa. A burocracia improdutiva que pesa sobre o orçamento fiscal e todos os demais gastos públicos devem ser racionalizados (“Segundo Congreso Nacional de la Empresa Privada. CEPB”, *Presencia*, 25/11/72).²⁸

²⁸ Segundo o órgão corporativo da empresa privada: “existe um progressivo deterioro monetário na renda fiscal, na poupança interna, no desenvolvimento agropecuário e industrial e em outros setores de atividade econômica [...], o qual ameaça com uma

Nesse contexto, a resposta do chefe do executivo é imediata:

O empresário que acredita que através da simples proteção estatal poderá subsistir, está equivocado, porque *existem outros empresários com maior visão, [estes] serão o fator de natural eliminação da obsolescência, da incapacidade administrativa e da falta de imaginação. [...] [o plano] permite ao empresário projetar-se sobre bases sólidas e verdadeiras numa economia sadia. [...] é uma medida dura mas necessária. [...] Se acabou! Temos que mudar, o país o necessita* (Intervenção de Banzer no Segundo Congresso da CEPB, citado; grifo nosso).²⁹

Um mês depois, o chefe do Executivo argumenta que *os frutos de estabilização se sentirão a fins de 1973*, ano em que começarão a se revelar os investimentos, pois “o período de maturidade dos mesmos é sempre prolongado” (sublinhamos essas palavras para indicar que em novembro ocorreu a mudança de gabinete: são expulsos os ministros da FPN e do MNR). E ainda mais, revela, reiteradamente, o grupo assessor (nacional e estrangeiro) articulado ao sistema hegemônico:

Tenho a opinião de gente nacional e estrangeira que não ocupa nenhum cargo na administração pública e que, portanto, não tem interesse em nos falar coisas irreais ou interessadas; trata-se de gente técnica, de alto sentido patriótico e com experiência que pensa que o país vai sair adiante e a curto prazo. De maneira que com essa esperança, com essa fé vamos ingressar 1973 (Presencia, 15/12/72; grifo nosso).

espiral inflacionária que deve ser controlada adotando medidas complementares urgentes e que contemplem a verdadeira realidade nacional” (idem). E essa realidade já a conhecemos: uma “distribuição eqüitativa” do “bolo” entre os setores preponderantes. Numa palavra, estes setores pressionam o Estado para que amplie as condições que possibilitem a participação na distribuição da mais-valia total, cuja maior parte é açambarcada pelos grandes firmas monopolistas americanas.

²⁹ Já a intervenção do ministro de Indústria e Comércio, Hormachea, no mesmo congresso foi mais radical. Exige que os empresários bolivianos cumpram seu papel histórico, a nosso ver, no sentido chumpeteriano: “o governo está disposto a cumprir com sua parte. Estará o setor privado com a mesma disposição? Nas atuais circunstâncias, esta é a grande interrogante em que reside o desafio que se coloca neste congresso. [...] Com efeito, nas sociedades contemporâneas os homens de empresa constituem um dos setores de direção mais importantes. Esta hierarquia obedece ao fato de que o homem de empresa já não é simplesmente um homem de negócios; antes de mais nada, é uma pessoa que combina fatores, fomenta a investigação científica e impõe inovações tecnológicas. [...] Nos países pré-industrializados, como o nosso, o papel do homem de empresa é ainda mais importante. [...] Reduzir o desenvolvimento exclusivamente à disponibilidade de capital [fornecido pelo Estado] é incorrer num grave erro. O capital, os recursos naturais e a tecnologia adquirem sentido econômico e social quando os homens de empresa os combinam e utilizam racionalmente, considerando as necessidades e orientações de sua época. [...] é necessário que o setor privado tenha uma ideologia clara e, sobretudo, saiba, com a maior precisão possível, a missão que lhe corresponde [...]. [Assim] Não se justifica que a iniciativa venha somente do setor público. [...] Para resolver muitos e profundos problemas se requer uma ação concertada; este é o segundo desafio que [...] supõe renunciar a critérios e interesses restringidos para dar passo a critérios amplos e aos interesses nacionais”. Neste sentido, o governo cumprirá com aquilo que lhe corresponde: “criará a infra-estrutura que se requer para aproveitar ao máximo nossos recursos nacionais; estabelecer o meio jurídico institucional que garanta a eficiente e criadora atividade privada; melhorará a administração pública, a aumentará a rentabilidade das empresas públicas”. “Bolívia necessita de homens de empresa audazes, valentes, de ágil concepção, de imaginação criadora e de profunda consciência social”. Por fim, “Ante el sí y ahora qué! de la prepotencia, respondemos con el sí del desarrollo” (idem). Não deixa de ser curioso que esta proposta ideológica pela burocracia estatal sobre o papel que deveria jogar a burguesia industrial nacional teve um efeito contrário: a sua rejeição (questão já analisada no segundo capítulo). O contexto é de intensa luta tanto do executivo como da empresa privada contra o FPN comandado pelo MNR-Estenssoro. O setor preponderante da empresa privada apoiará amplamente o autogolpe de Banzer em 1974.

Os conflitos e contradições entre a CEPB e o executivo tendem a se atenuar devido ao estreitamento da aliança entre os setores dominantes da empresa privada e os militares contra a FPN e o MNR-Estenssoro. A primeira passa a recuar e a minimizar o conflito com o executivo: a palavra de ordem será “concertação” entre o setor privado e o governo militar. Tal consigna aparece sistematicamente no discurso desse órgão corporativo ao longo de 1973 e 1974. A solução do conflito se patenteou na troca de gabinete em novembro de 1973, conforme vimos no capítulo anterior, e a expulsão dos ministros do MNR e da FPN: os representantes da mineração média passam a controlar o ministério da Fazenda e os órgãos e agências chaves que definem a política econômica. Alguns empresários da CEPB passam também a participar do governo. Trata-se de um primeiro momento da mudança substantiva do aparelho de Estado: a nova burguesia mineiro-exportadora se converte na fração detentora dominante do aparelho de Estado e ao mesmo tempo participa do sistema hegemônico.

Nesse contexto (depois de dezembro de 73), os representantes da ANMM e da CEPB adotam o discurso ideológico proposto pela burocracia estatal segundo o qual os empresários deveriam dirigir a economia do país com audácia e mentalidade desenvolvimentista. Vale dizer, empreender um grande movimento empresarial capaz de influenciar as outras atividades nacionais e implementar o “modelo econômico boliviano”, conforme sustentou o presidente da CEPB. E justifica que a necessidade de criar tal movimento se deveu “à *urgência de estruturar a empresa privada diante da excepcional conjuntura*”. Trata-se dos anos que marcam o momento mais alto do auge econômico e do processo acelerado de acumulação de capital; mas também coincide com a proliferação de tentativas de golpe de Estado: lembremos que no início de junho de 74 foi controlado o maior intento de golpe contra o governo, liderado pelos militares opositores da facção alinhada ao MNR-Estenssoro. A nova corrente ideológica do setor privado estaria sustentada por uma “nova geração” empresarial “*armada com um sentido agressivo da produção e os negócios*”, capaz de implementar novas formas de

administração e tecnologia moderna.³⁰ Assim, a CEPB apóia diretamente o governo e condena o golpe falido, o que pode ser interpretado como um claro posicionamento do partido empresarial a favor do aprofundamento do processo de militarização do Estado (autogolpe banzerista que estava a caminho):

Para que o *investimento estrangeiro* não coloque em perigo a independência e segurança do país não se necessita lhe impor restrições. Basta com desenvolver habilidade na negociação nos contratos e procurar que o *capital estrangeiro* coadjuve a *gerar e potencializar o capital nacional*. Este é um verdadeiro nacionalismo, defendido, não com xenofobia [...], mas com um sentimento positivo de confiança na grandeza da Bolívia [...]. A sobrevivência do país e sua decolagem [...] do desenvolvimento *exigem estabilidade econômica e social*, que por sua vez, estão diretamente baseadas na *estabilidade política*. A alteração da ordem e a paz pública por motivações personalistas sectárias, o uso da violência e a ambição de tomar o governo [golpe] pelo só desejo de usar o poder, sem oferecer uma alternativa ideológica ou programa de governo, constitui uma verdadeira traição ao país, *cujo único resultado seria frustrar as possibilidades que oferecem, no momento, o âmbito internacional* [fluxo de divisas e alta dos preços do petróleo e dos metais] (grifo nosso).³¹

Em suma, a estreita aliança político-ideológica, de um lado, entre a ANMM e a CEPB, sob a direção da primeira, e de outro, entre esse dois órgãos corporativos e o governo contribuiu para a concretização do autogolpe de Estado em novembro de 74, propinado pelo partido militar dirigente: se declara extinta a FPN e se expulsa violentamente os dois partidos tradicionais que participavam no governo. Nesta conjuntura política, assiste-se a um reforço da condição da fração mineiro-exportadora, enquanto fração detentora do aparelho de Estado: os seus integrantes passam a controlar completamente as instituições, órgãos e agências estatais definidoras da política econômica e de desenvolvimento. Inicia-se então a segunda fase do processo de desnacionalização que acelera ainda mais os mecanismos de transferência de capital público ao setor privado. Esta modificação também coincide com o aprofundamento do processo de militarização horizontal e vertical do Estado. Numa palavra, a nova reorganização (reforço) do bloco no poder redundava numa reorganização do aparelho de Estado, acelera simultaneamente o processo de desnacionalização mencionado e se ingressa na segunda fase do processo de desestabilização econômica e política do Estado militar, que incide na

³⁰ Cf. “Reunión de la empresa privada – Empresarios desean emprender um gran movimiento económico”, *Presencia*, 23/6/74 (grifo nosso). No seu discurso na “Tercera Convención de Cámaras de Comercio del Grupo Andino”, Banzer havia sustentado que o problema central do subdesenvolvimento da América Latina residiria na má administração: “não sabemos administrar nossos recursos humanos e materiais” (*Presencia*, 6/5/74, p. 2). Um claro alinhamento ideológico do discurso do grande capital monopolista, cujo êxito da auferição de grandes lucros estaria na boa administração econômica das empresas.

³¹ “Adalberto Violand (informe a la CEPB): es necesario crear en Bolivia una mentalidad desarrollista”, *Presencia*, 30/6/74.

modificação do regime e sistema político. O que implica que, de um lado, tais modificações substantivas coincidem com o ponto alto da fase do auge econômico (1973-77), e de outro, se incrementa a prática de extração de lucros imediatos no menor tempo possível: o capital americano preponderante passa a aumentar a dose de espoliação dos recursos naturais (matérias-primas) ao mesmo tempo em que intensifica seu ataque ao capital público e nacionalizado (os casos do controle tanto financeiro como da comercialização dos produtos da COMIBOL e da YPFB, mormente feitos através da participação com as transnacionais americanas por meio de holdings e *joint-ventures*, amplamente analisado no terceiro capítulo e no início deste capítulo); o capital mineiro-exportador nacional dominante se comporta da mesma maneira, espoliando os recursos do Estado de múltiplas formas (créditos com fundo perdido, subsídios na refinação de minérios e livre comercialização de seus produtos etc.); a outra burguesia interior (articulada ao capital agro-exportador) não fica atrás e passa a lutar pela “redistribuição da renda nacional” aplicando o mesmo método de extração de lucros; e finalmente, a nova burguesia de Estado, conjuntamente com a burocracia militar e civil, passam também a incrementar a acumulação de capital oriundos dos recursos do Estado através de diversos métodos de espoliação (desfalque das empresas estatais, desvio de verbas do orçamento público, intensificação do contrabando de todos os tipos, principalmente dos produtos elaborados pelas empresas estatais, em fim, se aprofunda o processo de corrupção).

Isso não significa, bem entendido, a “partilha equilibrada” da mais-valia, dos lucros e da captação de capital via empréstimos externos. Temos sustentado que o grande capital financeiro conseguiu satisfazer prioritariamente seus interesses ao longo do período, o que foi feito através do controle dos dois setores chaves da economia boliviana. O setor bancário, dominado simultaneamente pelo capital bancário americano e pelo capital estrangeiro em geral,³² em geral teve uma função

³² Basta mostrar um só exemplo de como o capital bancário estrangeiro permaneceu subordinado ao grande capital bancário/financeiro americano: os empréstimos externos outorgados à empresa estatal do petróleo boliviana. A análise de Mortimore mostra que os principais credores da YPFB eram os grandes bancos privados americanos, seguido do BID e da própria Gulf Oil: juntos detinham mais de 90% do montante total da dívida externa da empresa (que passou de 500 milhões de dólares em 1978). Cf. Mortimore (1981:149; ver cuadro 14).

crucial, porém a serviço do capital preponderante: operou como setor anexo da economia extrativa (minérios e petróleo) num duplo sentido: a) ao mesmo tempo em que dava cobertura para a operação (movimentação mínima de capital) das firmas monopolistas americanas, canalizou os empréstimos externos para o país; 2) constituiu-se no principal instrumento institucional para reexportar enorme volume de capital as suas casas matrizes (repatriação de lucros e dividendos etc.), seja de forma aberta (legal) ou encoberta (fuga de capitais). Esta situação se aprofundou no período 1974-77, conforme veremos logo.

Vejamos agora como o governo militar justifica o novo momento político que atravessa o país, bem como os argumentos da CEPB em relação ao mesmo tema. O decreto de 9 de novembro de 1974, que “*dispõe a mobilização nacional para o desenvolvimento econômico-social acelerado*”: um processo de mobilização política cujo reverso seria o bloqueio e a desmobilização política das massas trabalhadoras através da política de ordem executada pelo Estado militar. Vejamos em que consiste essa mobilização:

[...] o país se debate ainda em esforços por superar o atraso em todos os aspectos da vida nacional, *situação causada pelo permanente clima de instabilidade política que não permite uma adequada planificação e execução de programas de desenvolvimento de grande alcance e tampouco a eficaz utilização dos recursos humanos e econômicos*. [...] o Poder Executivo, na base do acordo inicial com os partidos políticos que expressaram sua intenção de excluir suas ambições desmedidas, anunciou seu propósito de constitucionalizar os poderes públicos mediante eleições gerais, desejo que se viu obstruído pela luta dos partidos políticos entre eles, inclusive no interior deles, causando um mal-estar na cidadania e uma alteração da paz social, lograda com grande sacrifício durante três anos. [...] o desejo de constitucionalizar os poderes públicos mediante eleições somente significou, para os partidos políticos, um fim em si mesmo, destinado à satisfação de suas necessidades, e não um meio pelo qual se deva servir à pátria com planos e programas voltados para o progresso do país. [...] apesar dos aspectos negativos enunciados, *no momento atual o país se encontra numa excepcional conjuntura para superar os fatores que impedem avançar a uma nova etapa que assegure a decolagem do desenvolvimento econômico-social acelerado, que permita a mobilização de toda a capacidade criadora do povo boliviano e a utilização máxima de nossos recursos naturais* (BCB, 1974:58-59A; grifo nosso).

Ao mesmo tempo, o governo impõe novamente o estado de sítio permanente, proíbe toda atividade político-partidária, incrementa sua intervenção nos sindicatos, passando a ser diretamente controlados pelo Ministério do Trabalho através dos coordenadores trabalhistas, e impõe o Serviço Civil Obrigatório às massas populares e ao campesinato (conforme já foi analisado nos capítulos anteriores): trata-se da restauração das relações de produção pré-capitalistas que vigoraram no campo

[= servos domésticos] antes de 1952 e que ainda permaneciam em algumas regiões da grande propriedade fundiária). Trata-se do fracasso da política de “estabilidade com desenvolvimento” que marca o início de uma nova fase de desestabilização: a expansão do processo de militarização horizontal e vertical do Estado que é acompanhada do recrudescimento da política de ordem.

Neste novo contexto socioeconômico e político, os representantes da CEPB passam a justificar sua participação direta no governo militar. Em fevereiro de 1975, Lonsdale, novo presidente desse órgão, sustentou que a empresa privada não “co-governa” com Banzer, pois os empresários foram convidados pelo governo. E os que participam o fazem a título pessoal em cumprimento do *serviço civil obrigatório*, o qual não implicaria um compromisso da CEPB com o governo: “como membros da empresa privada nunca receberam instruções da Confederação”; eles “são simplesmente assessores”, pois “não somos um partido político” porque “a decisão política a tem o governo”.³³ Finalmente, em junho do mesmo ano, por ocasião da revolta golpista contra o governo liderada pelo ex-presidente do partido FSB - que insiste em se apresentar como um dos representantes políticos da grande propriedade fundiária de Santa Cruz - , Violand, ex-presidente da CEPB que agora ocupava o cargo de assessor da presidência da república, condena a empreitada golpista e sustenta: “o governo apoia o investimento privado através da lei de investimento a fim de que o setor privado se fortaleça e capitalize, e tenha maior liberdade de ação”. Além disso, justifica que a Bolívia teria uma estabilidade econômica como fonte da estabilidade política, de tranquilidade, paz e trabalho.³⁴ O momento é de

³³ O contexto das declarações de Lonsdale se faz no momento em que um oficial dissidente do Exército (Cnl. Miguel Ayoroa, ex-ministro de Industria e Comércio, depurado da instituição e enviado ao exterior (ver “Palabras de un soldado”, *El Diario*, 6/1/75) publicou uma carta na qual denuncia que existe um grupo assessor do governo que dita a política econômica, o qual estaria composto por setores da empresa privada e por estrangeiros leais a Banzer. Além do mais, o governo aplicou um novo pacote econômico inflacionário que afetou a todos os setores econômicos, especialmente às massas populares e camponesas. Lonsdale apoia tais medidas ditas em janeiro e argumenta que serão administradas em “forma temporal”, ou seja, os empresários analisarão as decisões adotadas e a “política de agressividade” que pretende encerrar o setor num futuro imediato (Cf. “Empresa privada aclara que no co-governa con Banzer”, *Presencia*, 23/2/75).

³⁴ Este empresário (Violand), que antes criticava o governo, agora o defende sem escrúpulos. “Restan importancia a un llamado [para o levante golpista] de un ex-jefe falangista a las FF.AA.” (Cf. *El Diario*, 3/6/75). Valverde, que havia participado do governo como ministro da Saúde, estava empenhado em criar um movimento militar para depor Banzer: a sua justificativa era a de que o governo tornou-se uma “empresa”, em direta alusão à burguesia mineira, e que os integrantes militares do mesmo deveriam ser “dignos representantes das forças armadas”. Na verdade, os vários intentos golpistas contra o governo “liderados” por Valverde disfarçaram a verdadeira intenção do movimento: criar uma “narco-ditadura” (que se concretizou com o governo Meza em 1980); as revoltas estavam relacionadas com conflitos internos das máfias do narcotráfico que operavam em Santa Cruz,

uma descomunal crise do Exército, o aumento das greves e do incremento da resistência do movimento operário. Vemos assim que se aprofunda o processo acelerado de transferência de capital público ao setor privado e o governo lança a consigna da “Nova Bolívia”, em alusão ao novo modelo econômico defendido pela CEPB, um indicador da nova fase do processo de desestabilização da economia e do Estado militar boliviano.

Em meados de janeiro de 1975, no marco do já desgastado discurso da política de “estabilidade com desenvolvimento”, o governo lança um novo pacote econômico no qual mantém congelados os salários, o que incentiva o agravamento da espiral inflacionária e o aumento do custo de vida, provocando novas revoltas e greves dos trabalhadores, principalmente do setor manufatureiro e dos trabalhadores mineiros (lembremos que em janeiro de 74 o Exército massacra cerca de 200 camponeses revoltados pelo pacote econômico do mês anterior).³⁵

Finalmente, analisemos esse processo substantivo de mudança no seio do bloco dominante e a reorganização do Estado militar. Já dissemos que a principal fração da burguesia interior se tornou fração detentora dominante do aparelho de Estado: os seus integrantes controlam o topo da burocracia estatal e as principais agências e órgãos de acesso aos créditos, e por essa via, concretizam seus “projetos” de desenvolvimento (isto é, acumulação de capital via créditos públicos com fundo perdido). O que lhe permite ter controle direto dos instrumentos institucionais que definem a política econômica do Estado: monopolizam o processo decisório da política estatal conjuntamente com a

pois ele estava articulado tanto a estas como à “guarda pretoriana de Banzer” (polícia-política comandada por Barbie), também articulada aquelas máfias. Contudo, esta oposição à ditadura, aberta ou encoberta, e qualquer que tenha sido sua intenção, denota o grau do processo de perda acelerada de apoio social da ditadura e da descomunal crise do Exército.

³⁵ Vejamos a avaliação de Lora sobre o processo político depois do autogolpe: “a acentuação das medidas fascistas do governo serviu para converter em realidade o plano de agravamento das condições de vida e de trabalho, como a melhor forma, do ponto de vista da burguesia local e do imperialismo, para superar as dificuldades econômicas do momento e aumentar os ganhos patronais. Tal era a motivação do autogolpe [...] cuja efetivação estava subordinada à possibilidade futura de derrotar efetivamente o movimento operário, que seguia em ascensão contra a ditadura. [...] a proibição das atividades políticas e sindicais estava escrita, mais os trabalhadores, particularmente os mineiros, marchavam ferreamente por conseguir objetivos concretos, utilizando suas próprias organizações e seus métodos de luta. Uma vez mais se constata que a ascensão das massas não pode menos que impor a vigência de determinadas garantias democráticas [o autor estava defendendo que os trabalhadores não deveriam restringir sua luta às garantias destas últimas], que abandona a clandestinidade e o sigilo para se fazer presente no cenário [político] de maneira massiva. Esta inconfundível ascensão [das massas trabalhadoras] se prolongou até maio de 1976, data da realização do congresso mineiro em Corocoro, contrariando todas as proibições da ditadura. A greve que logo se iniciou deu oportunidade aos

hierarquia militar e dão cobertura institucional para outros setores dominantes da burguesia (setores da burguesia compradora, as frações articuladas ao setor bancário etc.). Os dirigentes da ANMM e da CEPB participam do executivo, bem como os gerentes dos bancos privados nacionais e estrangeiros simultaneamente dirigem os principais órgãos e agências estatais (Banco Central, Banco do Estado, BAMIN, Banco Agrícola), controlam o CONEPLAN, INI, INALPRE, INDEF, além de serem representantes do BID, da CAF e outros órgãos internacionais que têm representação no país. Detectamos assim um processo de relativa “fusão” dos dois partidos corporativos (a hierarquia militar e a CEPB), ao mesmo tempo em que a CEPB passa a se tornar Estado-partido. Com isso estamos querendo sublinhar dois aspectos importantes: 1) os dois partidos corporativos passam a reforçar o sistema hegemônico no bloco no poder e ao mesmo tempo acentuam a subordinação política da grande propriedade fundiária (e da fração que a representa: a burguesia agro-industrial), do capital não-monopolista, bem como do médio capital (setor manufatureiro representado pelo CNI, bem como a pequena mineração - CNM); e por essa via, aprofundam o processo de dominação das frações americanas preponderantes no conjunto das classes ou frações de classe dominante bolivianas; 2) a subordinação do partido corporativo da empresa privada ao aparelho do Estado militar.

Trata-se de um processo de militarização/desestabilização do Estado comandado pelo partido militar, articulado ao grande capital financeiro americano, e seu grande aliado, o partido corporativo empresarial. A ausência de um partido de massas impossibilitou tanto o bloco no poder como o Estado militar ampliar ou reconquistar sua base social de apoio.³⁶ E os efeitos políticos deste processo

gerais a assestar um duro golpe aos trabalhadores para derrotá-los e obrigá-los a abandonar as posições que foram conquistando” (Lora, 1980:538).

³⁶ Com isso não estamos querendo afirmar que era necessária a presença de um partido fascista. Tanto o partido militar como a FSB tentaram se fundir para cumprir esse papel, porém tratou-se de uma mera emulação da ditadura fascista. Por outro lado, a nossa análise sobre o papel dos dois partidos corporativos dominantes, que se tornaram Estado-partido, afasta teoricamente as teses defendidas pelos autores bolivianistas americanos, corroborado por vários autores bolivianos (trata-se das teses de Malloy [1977] que batiza o caso boliviano como um “regime autoritário-corporativo atrasado”, num transplante das teses de O’Donnell sobre o Estado burocrático-autoritário) segundo a qual somente teria existido um corporativismo militar, e este é entendido como um fenômeno corruptor e anômico, uma das principais fontes de todos os males, do atraso e da instabilidade política no período. A essa tese incluem o clientelismo, prebendalismo, burocratismo, autoritarismo e neopatrimonialismo (sobre este último, Cf. Malloy & Gamarra, 1987). Embora mostrem alguns problemas empíricos relevantes (que aqui não os mencionaremos), em termos gerais, a maioria destes autores utilizam como parâmetro de análise o modelo de revolução burguesa/desenvolvimento capitalista e o vigoroso funcionamento da democracia política burguesa, modelo que dificilmente é encontrado no processo histórico. O

são contraditórios: de um lado, aprofunda o processo de dominação do capital americano preponderante, e de outro, acelera a crise de legitimidade do Estado militar na medida em que ambos partidos carecem de uma base de massas; e, em vez de ampliar sua base social de apoio, eliminam politicamente os partidos tradicionais que poderiam fornecer e ampliar tal base social, o que redundaria no incremento da dose da repressão contra as massas trabalhadoras, setores da pequena burguesia em revolta (estudantes) e de certas camadas médias urbanas (associações de profissionais liberais, como colégios de advogados, economistas, professores etc. que passam à oposição). Nesse contexto, a única classe-apoio do bloco dominante declarada formalmente é o campesinato pobre, mas este é duramente reprimido e cobardemente massacrado pelo Exército no início de 1974. Começa assim um processo político inverso num duplo sentido: o declínio da hegemonia política dirigida pelo capital financeiro americano, a qual se caracterizou como hegemonia vacilante; a aceleração das crises e contradições internas das forças armadas, cuja disciplina e unidade, que já vinha sendo quebrada em cada momento, tende a se aprofundar e a se tornar crônica, o que redundaria no incremento da instabilidade política provocada pela condensação dessas crises, abalando tanto o regime como o sistema político vigente. Numa palavra, a ditadura banzerista entra na sua fase crítica e, no final de 1977, ficará ao borde do colapso: o início de sua crise final.

Em suma, os conflitos e contradições, geradores potenciais de crise e instabilidade política, deslocam-se para o interior do Exército e aprofunda as suas crises internas, conforme vimos no capítulo anterior: crises de unidade e crise ideológica, de sucessão da hierarquia militar, de sucessão presidencial, e crise de legitimidade.

resultado é, a nosso ver, a mistificação da democracia política burguesa e a defesa da tese da incompatibilidade do desenvolvimento capitalista e do autoritarismo (militar ou civil). Trata-se dum modelo contrário defendido pelos autores liberais conservadores (economia e política): a compatibilidade de desenvolvimento capitalista e do autoritarismo (militar ou civil). Já é sobejamente conhecida a paternidade destas teses: Huntington, reproduzidas por Stepan, Malloy, Shmitter, Lavaud e, num grau diverso, por O'Donnel. Ora, o corporativismo militar é constitutivo do Estado militar-ditatorial, o qual fica incrementado devido ao papel crucial desempenhado pelo Exército nessa forma de Estado numa formação social em transição capitalista periférica; e é, no fundamental, determinado pelos interesses de classe dessa categoria social de Estado (burocracia).

5.5 Burocracia estatal, frações subalternas e hegemonia vacilante

Ao longo do item anterior temos tentado demonstrar os principais elementos relacionados com a primeira fase do processo de desestabilização econômico-política. Mais especificamente, temos analisado simultaneamente dois conjuntos de temas: 1) o caráter que adotou a relação entre burocracia estatal e o sistema hegemônico, bem como seu efeito no seio do bloco no poder; 2) o caráter da luta entre as frações de classe dominantes subalternas bolivianas: ganhar posições no bloco no poder e no aparelho de Estado com o fim de influenciar a política econômica e participar no processo de acumulação de capital pela via de transferência de capital público ao setor privado.

Temos tentado demonstrar que o partido militar empenhou-se em organizar o sistema hegemônico no seio do bloco dominante, porém tal função não foi feita sem ocorrência de contradições e conflitos marcantes: uma intensa luta política do sistema hegemônico e, por conseguinte do bloco no poder contra a aliança político-partidária. E tal luta se tornou violenta contra as principais classes-apoio do bloco no poder: de um lado, a expulsão da burguesia de Estado, sob liderança do MNR-Estenssoro, e a diluição da FPN; de outro, a repressão e massacre dos camponeses por se oporem a alguns aspectos da política de estabilidade com desenvolvimento. O golpe de 1974 fechou essa fase de luta política intensa contra as classes-apoio do bloco no poder e reforçou o sistema hegemônico com a consolidação da nova burguesia mineira como fração detentora dominante do aparelho de Estado. Vimos também que o Estado atendeu os interesses econômicos prioritários do grande capital financeiro americano, porém provocou intensa luta das frações subalternas contra a burocracia estatal em torno da forma da elaboração e execução da política de estabilidade, patenteada na política de investimento, em consonância com os interesses do sistema hegemônico. Se a relação entre o partido militar e o sistema hegemônico provocou intensa luta política contra as classes-apoio, a relação entre o Estado e os interesses econômicos restritos do grande capital financeiro/bancário americano, provocou igualmente lutas constantes entre as frações subalternas e a burocracia estatal:

permanente pressão política destas sobre o Estado para que também contemple seus interesses econômicos específicos. E o atendimento de certos interesses econômicos secundários das frações subalternas do bloco no poder revelou que o Estado somente poderia satisfazê-los exercendo sua autonomia relativa³⁷ diante das frações preponderantes do sistema hegemônico. Temos detectado esse fenômeno através da relativa manobra da burocracia estatal para atender tais interesses, porém dentro dos limites colocados pela forma de Estado vigente. Mas tal exercício não esteve isento de conflitos e contradições.

Basta mencionar três exemplos importantes do fenômeno em questão: 1) a organização da hegemonia política da fração dirigente pelo partido militar, função esta que somente poderia ter sido exercida com base de uma mínima estabilidade da cúpula militar (fusão da presidência e do Alto comando do Exército, mesmo com as oscilações acentuadas dos principais órgãos de poder militar, conforme vimos no capítulo anterior); 2) o direcionamento da política econômica alinhada com os interesses econômicos da fração de capital hegemônico, mas também o atendimento dos interesses econômicos das frações subalternas do bloco dominante, mesmo com um alto grau de dificuldade; 3) o empenho da burocracia estatal em propor uma ideologia “industrialista” e “desenvolvimentista” (influência ideológica do grande capital monopolista) ao conjunto da burguesia boliviana, mesmo que tal proposição tenha provocado um efeito contraditório: a rejeição parcial dessa ideologia, e ao mesmo tempo a sua utilização como “consigna” para pressionar o Estado para que atenda os interesses econômicos das frações subalternas; 4) a satisfação dos interesses econômicos próprios da burocracia estatal: descomunal desfalque da empresas estatais e autárquicas, desvio dos recursos do orçamento público, intensificação da corrupção etc. A nossa análise constatou um traço teórico importante do funcionamento constante do Estado burguês segundo o qual este não satisfaz unicamente os interesses econômicos prioritários da classe ou fração hegemônica, mas também os

³⁷ Sobre os elementos teóricos do funcionamento da autonomia relativa do Estado diante as classes dominantes, e sobre o ramo ou sub-ramo de aparelho do Estado dominante onde se joga a mínima estabilidade que possibilitaria uma margem de manobra diante

interesses econômicos secundários das frações subalternas do bloco no poder: a “política de compromisso” entre o Estado e esse bloco.³⁸ O que foi feito através de um processo de definição/redefinição de certos interesses econômicos de algumas frações de classe dominante a favor de outras.³⁹ Vimos que esse processo político não se fez sem conflito e contradições em diversos níveis. No caso que nos ocupa, detectamos uma política de compromisso um tanto precária e instável, marcada por intensos conflitos e contradições em torno da elaboração da política econômica.

Visto isso, passemos agora a analisar os principais aspectos das crises e contradições políticas na segunda fase (1974-77) do processo de desestabilização provocada pela política de estabilização com desenvolvimento, que aparece sob o discurso de “Nova Bolívia”. Nesta fase se intensifica o processo de transferência acelerada de capital público ao setor privado viabilizada por essa política. Veremos que as frações que compõem o sistema hegemônico, sob a égide do grande capital financeiro americano, intensificam sua prática de maximização da extração de matérias-primas e sobrelucros no menor tempo possível, provocando o colapso da economia boliviana. Por outro lado, no seio das frações subalternas do bloco no poder detectamos um processo homólogo (maximização dos lucros imediatos e no menor tempo possível, que adquire um caráter urgente, conforme o discurso governamental e da fração detentora do aparelho de Estado). Este processo aparece como uma luta intraburguesa acirrada e tem uma repercussão devastadora no seio do aparelho de Estado - isto é, tais lutas tendem a se direcionar contra a burocracia estatal, e acelera as crises internas do Exército. Mencionemos, grosso modo, os principais aspectos dessa luta deflagrada em vários níveis: 1) mesmo que

os interesses políticos e econômicos daquelas classes, consultar Poulantzas (1986) e *Fascismo e Ditadura* (cit.).

³⁸ Cf. Saes (2001b), que redefine as observações teóricas sobre a “política de compromisso” feita por Poulantzas (1978).

³⁹ Neste capítulo não analisamos como o Estado definiu/redefiniu os interesses econômicos de certos monopólios americanos/estrangeiros em favor de outros. Acreditamos ter fornecido vários exemplos desse tipo no segundo e terceiro capítulos. Por exemplo, o claro favorecimento dos interesses econômicos da Gulf em relação as outras firmas americanas do setor e as das que operaram no setor mineiro (Grace, SOMCO etc.), bem como a luta dos grandes monopólios do setor mineiro-metalúrgico pelo controle da comercialização/refino dos minérios bolivianos (W. Harvey do grupo Patiño e as firmas americanas). Com a falência da Harvey em 1973, temos detectado que as firmas americanas passaram a deter o controle predominante no setor mineiro. Nosso interesse, neste capítulo, se centrou na análise do sistema hegemônico e sua relação com as frações subalternas do bloco no poder. Na briga entre as frações do grande capital bancário, já mostramos a maior influência do grupo FNCB na economia boliviana. Entretanto, a luta do setor bancário contra a burocracia estatal em junho de 1977, é emblemática, conforme veremos mais à frente.

a burguesia mineira tenha se alçado à condição de fração detentora dominante do aparelho de Estado, ela lutará intensamente contra a política tributária (rebaixamento das regalias mineiras e o imposto às exportações); 2) a ANMM e a CEPB continuarão defendendo a concorrência econômica em “igualdade de condições” com o Estado – isto é, pressionam o Estado militar a não intervir nas operações da empresa privada (estrangeira e nacional) feitas com as empresas estatais (mesmo com o monopólio formal nas mãos do Estado) através de associações, subsídios no refino dos principais minérios, utilização da infraestrutura estatal etc.; 3) as maiores lutas contra a burocracia estatal passam a ser exercidas pela frações burguesas articuladas ao médio e pequeno capital e ao capital não-monopolista.

O que demonstra a constante submissão econômica e política das frações burguesas dominantes bolivianas diante do grande capital financeiro americano e a sua incapacidade de limitar a prática espoliadora deste: deslocam sua luta novamente contra a burocracia estatal. Noutros termos, o processo de desestabilização viabilizado pela espoliação das matérias-primas e do açambarcamento da maior cota de mais-valia e de lucros produzidos no espaço nacional, bem como a extorsão dos empréstimos externos pelo grande capital financeiro/bancário americano, é proporcional ao aumento da luta das classes e frações dominantes bolivianas contra o Estado militar com fim de pressioná-lo a aprofundar o processo de desnacionalização e a acelerar a transferência de capital público ao setor privado. Esta estratégia de luta, reiteramos, acaba se convertendo em outro fator potencial de instabilidade política. O resultado dessa constante pressão é a configuração de um descomunal processo de desestabilização da economia boliviana e do Estado militar.

Visto isso, lancemos a seguinte hipótese de trabalho: é nesta segunda fase do processo de desestabilização que se condensam as crises e contradições, na esfera de relação entre o Estado e as classes dominantes na Bolívia. De um lado, a hegemonia vacilante aparece de forma mais nítida justamente nos anos em que se registra o ponto alto do auge econômico (1975-76) e do processo de aprofundamento da expansão da militarização do Estado, mesmo que este último processo tenha se convertido num poderoso dispositivo de segurança para a operação do grande capital monopolista

americano no país. Noutros termos, os processos de desnacionalização e de transferência acelerada de capital público ao setor privado se relacionam com o intenso e elevado processo de acumulação de capital num curto período de tempo que não tem precedentes na história do país: o “auge econômico” acaba repentinamente e a economia boliviana entra numa fase de acentuada crise e de descomunal falência das empresas estatais. De outro, o discurso ideológico governamental que vigorou na primeira fase (“estabilidade com desenvolvimento”) é praticamente abandonado, voltando a ser adotado o velho discurso: o estabelecimento da “estabilidade política” como condição necessária para o crescimento econômico e para atrair os investimentos estrangeiros (porém os investimentos nunca chegam). O contexto econômico e político esteve marcado por um processo de paralisação intermitente do aparelho produtivo (setores extrativos) e, por conseguinte, do iminente colapso da economia (contudo este processo tendeu a ser retardado: somente começará a explodir em 1979-80), cujas causas fundamentais não estão relacionadas com as permanentes greves dos trabalhadores mineiros e manufatureiros. Estas se converteram em fatores aceleradores desse processo, porém foram uma consequência do recrudescimento da política de ordem, denotativo da descomunal crise do Exército e da crise da ditadura militar. As causas fundamentais da virtual paralisação do aparelho produtivo e do risco do colapso iminente da economia boliviana estiveram relacionadas, em primeiro lugar, com o caráter da intervenção do grande capital monopolista estrangeiro na economia, corroboradas também pelas práticas econômicas espoliadoras das principais classes dominantes e frações de classe dominante bolivianas, e em segundo lugar, com o funcionamento do Estado militar comandado pelo Exército. Estariam, aí, condensadas as principais contradições e crises do funcionamento do Estado militar e a peculiar crise de hegemonia: a hegemonia vacilante. Como podemos notar, esta hipótese, que tentaremos demonstrar logo, se relacionam com a nossa análise feita ao longo deste trabalho.

Para tanto, a demonstração dessa hipótese requer a análise de três temas relacionados com o processo de desestabilização: 1) a luta entre as frações subalternas do bloco no poder, e entre estas e a burocracia estatal;

2) as contradições e crises no interior da burocracia estatal em torno da elaboração da política econômica; 3) o caráter do funcionamento da burocracia estatal e identificação de alguns indicadores relevantes da hegemonia vacilante.

5.5.1 Luta intraburguesa, burocracia estatal e instabilidade política

Nesta fase do processo de desestabilização (1974-77), entra-se num novo ciclo de conflitos e contradições no âmbito da relação entre o Estado e as classes dominantes nos seguintes níveis: entre burocracia de Estado, sistema hegemônico e bloco dominante. O partido militar permanece mantendo estreita relação com o capital monopolista preponderante, ao mesmo tempo que acelera o processo de militarização e a expansão do Estado. No nível das relações entre as classes dominantes bolivianas, os setores que preponderam na economia passam a disputar a representação do grande capital monopolista americano/estrangeiro com o fim de fortalecer suas posições tanto no seio do bloco no poder como no aparelho estatal para tentar conseguir créditos públicos, isenções e subsídios para viabilizar seus “projetos de desenvolvimento”. De outro, tais frações passam a lutar contra a burocracia estatal a fim de minimizar o pagamento de impostos. E a luta intraburguesa passa a se polarizar entre a burguesia mineira mais poderosa e o resto das frações burguesas bolivianas (a burguesia agro-industrial da região leste do país, burguesia manufatureira e médio capital). Para os nossos propósitos, basta mostrar alguns exemplos para ilustrar como se processaram essas lutas.

Em primeiro lugar, a indústria manufatureira pressionou constantemente o Estado para que atenda suas reivindicações econômicas mas não conseguiu materializar seu objetivo. Existem vários exemplos da luta deste setor contra a burocracia estatal. Mencionemos as duas lutas mais importantes. A maior crítica do setor ao governo foi feita em junho de 1975 pelo presidente da CNI, Venegas: “La ley de inversiones es considerada ‘un fracaso’” (*El Diario*, 19/6/75). Tratava-se de uma dura resposta, mesmo que demorada, à política desenvolvimentista do governo, pautada pela lei de investimentos de

1971, e o diagnóstico do setor feito pelo ministério do ramo em 1974.⁴⁰ “A indústria nacional – diz Venegas - não conseguiu desenvolver todo seu potencial já que *tal estatuto* [lei de investimento] *foi inoperante, pois defraudou o empresário privado; é a lei mais liberal do mundo, portanto não funciona*” (grifo nosso). Trata-se da denuncia do claro favorecimento da política econômica ao capital monopolista estrangeiro em detrimento da indústria nacional. Todavia, exige uma reorganização das agências estatais de acesso à participação do setor no processo decisório da política econômica (maiores créditos, subsídios e isenção de impostos etc.). Além do mais, denuncia que o investimento do capital estrangeiro não apenas foi limitado mas também direcionado aos “*setores que já estavam saturados no país*” (quer dizer, concorrência desleal do capital estrangeiro e o bloqueio da “diversificação” propalada pelo governo). Assim, reivindica a redefinição dos critérios sobre o investimento do capital estrangeiro em dois sentidos: 1) o Estado deveria orientar o investimento, buscando fundamentalmente que os recursos sejam destinados aos setores não explorados no país; 2) proteger o montante de capital a ser investido (isto é, que fiquem no país). Logo conclui: “*quando se trata de investir, deve interessar ao país o capital, a transferência de tecnologia e a gestão empresarial, que deverão constituir-se em patrimônio da Nação*” (grifo nosso). Com isso, este setor empresarial não estava defendendo a nacionalização do capital estrangeiro, senão a “execução [substancial] de uma política de desenvolvimento industrial pelo governo”. Pode-se concluir, assim, que tal reivindicação é atravessada pela ambigüidade e contradição: de um lado, denuncia o caráter classista da política econômica (benefício exclusivo ao capital estrangeiro), e de outro, exige maior intervenção do Estado na definição da política de industrialização (atendimento dos interesses

⁴⁰ Em novembro de 1974, o Ministério de Indústria e Comércio havia elaborado um diagnóstico da indústria instalada no país. Naquela ocasião, o ministro Cnl. Miguel Ayoroa, entregou tal diagnóstico aos executivos do CNI, o qual mostrava a situação deplorável do setor, pois a indústria nacional era assolada pela inflação importada, cujos preços de matéria-prima haviam-se elevado a 1.500%, o que repercutia no acentuado acréscimo dos custos de produção e na falência de algumas empresas. Na entrega do documento, Ayoroa argumentou que seu desejo era que os decretos governamentais, com as modificações respectivas a serem feitas, “melhorassem seu alcance, se convertam em um pacote de disposições legais que serão o primeiro passo para a aprovação das bases de uma política de desenvolvimento industrial do país” (ver *Presencia* 8/11/74). O dia seguinte foi deflagrado o autogolpe de Banzer e Ayoroa foi destituído acusado de conspirar numa nova tentativa falida de golpe contra o governo. Assim, a reivindicação do setor praticamente foi inviabilizada pela ascensão da burguesia mineira como fração detentora dominante do aparelho de Estado.

econômicos do setor). Este último aspecto aparece como um discurso constante dos representantes da indústria tradicional na medida em que apelam ao patriotismo e nacionalismo tanto contra os setores econômicos dominantes nacionais, como contra os setores monopolistas do capital estrangeiro. Entretanto, vêem como ameaça o aumento da intervenção do Estado e passam a defender ferreamente a ideologia do *laissez faire*.

Por outro lado, um setor da burguesia comercial não-monopolista aparece, em vários momentos, aliada à burguesia industrial (manufatureira). Mas em geral, ela apoiou politicamente à grande burguesia compradora e à burguesia mineiro-exportadora. Não registramos outra crítica pertinaz semelhante à de Venegas, mesmo ambígua e contraditória. Com o surgimento dos primeiros sinais da crise econômica, a partir de fins de 1976, o setor industrial manufatureiro e o capital não-monopolista adotam o discurso ideológico dos setores dominantes da burguesia boliviana. Assim, os representantes da CNI passam a exigir a “divisão de campos de ação com o Estado” para não duplicar esforços e investimentos. Bem entendido: a CNI critica a expansão da atividade do Estado na economia; mas, por outro lado, exige que amplie seu papel na criação de infraestrutura a serviço do setor privado: “*propomos como regra de ouro a necessidade de que o Estado utilize seu esforço total e sua capacidade econômica-financeira na realização de obras vitais de infra-estrutura, e que atue no campo da produção de bens e serviços com critério subsidiário*”, justifica Castellanos, o novo presidente da CNI (*Presencia*, 01/01/77; grifo nosso). No mês de agosto, a CNI se queixa da “quase permanente invasão do Estado nos campos produtivos em que se desenvolve a iniciativa privada”.⁴¹ Este discurso já foi lançado pela CEPB em 1971-2 na sua luta contra a burocracia estatal por ocasião da elaboração da política econômica e da criação do INI.

⁴¹ Ver: “Industriais preocupados por planos do governo”, *Presencia*, 4/08/77; trata-se do Plano Quinquenal elaborado em 1976 (ver *Plan de Desarrollo Económico y Social*, 1976). Essa postura ambígua do setor praticamente se encontra em todos os documentos e anais do CNI durante o período. Entre suas principais queixas estão: o contrabando, o intervencionismo estatal, falta de uma política de crédito e de incentivos fiscais etc.

Em segundo lugar, a burguesia agro-industrial praticamente passará a intensificar sua crítica à burocracia estatal porque também não satisfaz as reivindicações feitas pelo setor, auto-denominado o “mais dinâmico” e modernizado do país.⁴² O momento é de grande aumento do volume de divisas oriundas dos empréstimos externos. Ela exige créditos, isenções de impostos, subsídios agrícolas. O Estado atende as reivindicações através de empréstimos volumosos para o setor agro-industrial em geral, principalmente para o cultivo de algodão. Mas os empresários deste setor quebram repentinamente (1976), porém continuam pressionando para obter os mesmos objetivos.⁴³ Além do mais, o conjunto das classes e frações de classe dominante da

⁴² Trata-se de um fenômeno ideológico marcado pelo efeito de um processo de ofensiva ideológica do grande capital monopolista americano (com a penetração das grandes firmas petrolíferas que operaram na região) que afeta tanto a ideologia da grande propriedade fundiária como a ideologia de cunho liberalizante da burguesia agro-industrial. Um fenômeno semelhante foi detectado por Gramsci em relação à proximidade da “ideologia liberal” e a “ideologia fascista” no processo de fascistização na Itália. E Poulantzas denominou esse processo como *transmutação ideológica*, que na Alemanha adotou uma forma diversa, porém com o mesmo conteúdo nesse período: “enquanto na Alemanha esta ofensiva se faz através da convivência da ideologia imperialista e da ideologia feudal ‘transformada’, ela se faz aqui, em virtude da contradição grande capital/propriedade agrária e da dominância desta ideologia burguesa específica, por uma tentativa de transmutação, de algum modo, ‘contínua’, desta ideologia ‘nacionalista-liberal’, em ideologia ‘imperialista-fascista’” (1978:137-8). Se a ideologia dos proprietários da mineração média bolivianos adotou também a ideologia dos “barões do estanho” e do grande capital americano (uma adoção e reprodução ideológica que historicamente se processou mais cedo), o processo de adoção da ideologia deste capital pelos “junkers” bolivianos da região leste foi mais rápida, acelerando-se a partir dos anos 50 e 60 com o processo de sua transformação “pelo alto” em burguesia agrária e agro-industrial. Entretanto, justamente nesse processo de transmutação ideológica no seio da grande propriedade fundiária reside a principal contradição ideológica que incide nos conflitos com a burguesia mineira: o processo de adoção da ideologia do grande capital americano foi mais rápida do que o processo de transformação de suas condições de classe proprietária: manteve seu “núcleo” ideológico decorrente da manutenção das relações de produção pré-capitalista que os caracteriza; e, ao mesmo tempo se empenhou em se apresentar como o setor “capitalista” mais modernizado do país. E esse papel é jogado pela burguesia agro-industrial: a “tropa de choque” contra a burguesia mineira, mesmo que os dois setores tenham laços estreitos em diversas atividades econômicas, conforme mostramos no segundo e terceiro capítulos. Por outro lado, o outro aspecto do caráter especulativo deste conjunto de classes proprietárias regionais estaria relacionado com o narcotráfico, fenômeno amplamente analisado por inúmeros autores (cuja verificação, na análise política e sociológica é problemática devido a seu caráter complexo – isto é, uma economia subterrânea), conforme veremos na próxima nota.

⁴³ Segundo os dados do INI, durante o período 1972-78, o subsetor agro-industrial recebeu um volume de empréstimos estrangeiros (64 milhões de dólares) quase equivalente ao conjunto do setor industrial: 31,4% contra 38,2%. Em relação ao créditos internos, somente os empréstimos do Banco Agrícola para a agroindústria de Santa Cruz chegou a 66% (cerca de 70 milhões de dólares) entre 1972-77, o maior de todo o país; e cerca de 78% foi destinado para o setor algodoeiro. Se consideramos os créditos outorgados ao setor agro-industrial em geral, oriundo de fontes interna e externa, eles tenderam a aumentar entre oito e dez vezes. Dunkerley (1987) considera que em 1979 o calote do setor ao Banco Agrícola chegou a 666 milhões de dólares (69% do volume do crédito). Arrieta (1990:272-73) e outros autores mostram que o setor pressionou o governo para que o Estado perdoe suas dívidas (76-77), logo pressionam outro governo (1982) com o mesmo objetivo. Já Rodas sustenta que a ditadura banzerista captou cerca de 1 bilhão de dólares para o desenvolvimento do setor agro-industrial, porém sem lograr esse objetivo. Este autor defende uma tese audaciosa: a elevada movimentação de capital direcionada para a agroindústria, serviu mais para dinamizar indiretamente o narcotráfico, operação que teria sido solapada pelos empréstimos feitos para o cultivo de algodão. Todavia, baseado em dados da revista *Newsweek*, afirma que Banzer teria colocado a disposição cerca de 1,6 bilhão de dólares anuais para a exportação de cocaína (Rodas, 1996:62). Contudo, mesmo com dados díspares e interpretações variadas, trata-se da segunda fração da burguesia interior que mais se beneficiou com os empréstimos com fundo perdido, uma forma de acumulação de capital já conhecida neste trabalho. Cf. Ybarnegaray (1992), Bojanic et al. (1988), Dandler (1984), Sivak (2000). Alguns autores defendem a tese segundo a qual na ditadura banzerista se ergueu o “super-Estado da cocaína”, poder homólogo ao “super-Estado mineiro oligárquico” controlado pelos “barões do estanho”: Rodas (cit.); Bascopé (1982); Canelas e Canelas

região leste do país (burguesia agro-industrial, capital comercial, a burguesia agrária, bem como a grande propriedade fundiária, que formam, difusamente, o capital agroexportador) se caracteriza por sua prática econômica altamente especulativa, e tende a ser representada pela burguesia agro-industrial. Essas classes e frações de classe dominante aparecem constantemente apoiando o capital americano, especialmente o que opera no setor petrolífero. Embora formalmente discordem da forma de desenvolvimento imposta pelo capital estrangeiro aos países pobres, elas passam a defender a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões estratégicas da Bolívia (neste caso, na região leste, onde operam tais setores e o capital petrolífero), chocando-se assim com os interesses econômicos do capital mineiro-exportador, melhor atendido pelo Estado militar, enquanto setor mais organizado e relativamente coeso (ANMM). Detectamos, assim, que seu discurso predominante, contra a outra fração da burguesia interior (mineiro-exportadora), se baseia justamente na defesa da criação de novos pólos de desenvolvimento com o fim de conquistar tanto a diversificação da economia como a modernização do setor produtivo, principalmente na agroindústria (setor agroexportador). Trata-se de um ataque direto e frontal contra o setor mineiro privado; e tal discurso é feito no seio da própria CEPB.⁴⁴ Assim, este fenômeno apareceu como um conflito entre regiões ou como luta entre “oligarquias regionais”

(1983); LAB-IEPALA (1982), entre outros. Conforme já justificamos no primeiro capítulo, não tocamos o tema devido a seu caráter complexo e polêmico.

⁴⁴ Essa crítica foi feita numa reunião da CEPB em Santa Cruz de la Sierra. Consultar “CEPB. Declaración de Santa Cruz” (*Presencia*, 18/3/75). Eles passaram a defender os seguintes pontos: 1) maiores investimentos estrangeiros no setor (pólo de desenvolvimento da região); 2) continuar com o *plano Bohan*. Vejamos um trecho do documento: “a intervenção do capital internacional no desenvolvimento dos países pequenos busca efeito demonstração para a produtividade do capital, o que fortaleceu o princípio da concentração de recursos diante sua dispersão em projetos de pouco efeito [setor mineração] que, por razões políticas regionais os governos estão, às vezes, obrigados a adotar”. Os representantes da mineração média, presentes no congresso, justificam o mesmo discurso de sempre: o setor está em crise, o que os obriga a investir em outros ramos de atividade econômica; 3) dificuldade de colocar seus produtos no mercado mundial (admitem a desleal concorrência das grandes transnacionais); 4) dificuldades administrativas internas; e 5) irracional estrutura tributária imposta pelo Estado. Já o setor agro-industrial se queixa da crise do setor algodoeiro (o contexto é de falência do setor), baixa cotação do produto no mercado mundial. Os dois setores concordam no seguinte: intervencionismo estatal, alta dos preços do transporte interno e externo, bem como elevada carga tributária. Além do mais, o discurso regionalista da burguesia agro-industrial aparece constantemente nas declarações e documentos publicados tanto pela imprensa local como pela CAO e pela CAINCO, filiadas à CEPB.

(região leste, representada pela cidade de Santa Cruz de la Sierra e a região andina, representada pela capital do país: La Paz).

Impõe-se, aqui, um exame adicional do fenômeno do regionalismo e a luta regional, já levantado no terceiro capítulo. É verdade que durante a ditadura banzerista os recursos públicos absorvidos pelo Departamento de Santa Cruz oriundos do governo central (orçamento e créditos com fundo perdido, criação de infraestrutura etc.), não apenas teve um crescimento contínuo, mas também ultrapassou o volume de recursos destinados para o Departamento de La Paz.⁴⁵ O que significa que os recursos públicos foram maiores que os destinados para os outros Departamentos do país. Pois bem, muitos autores se baseiam nesse fenômeno (e outros como o crescimento do PIB, dinamismo da economia, crescimento da cidade de Santa Cruz etc.) para defender a tese segundo a qual a “oligarquia cruceña” deteve a hegemonia política no bloco no poder durante a ditadura banzerista. Para entender essa problemática, quatro fatores importantes devem ser salientados: 1) tais classes e frações de classe dominante mantiveram uma prática regionalista militante (que remonta de longa data devido justamente ao abandono da região pelo Estado) contra a burocracia central com o fim de obter recursos públicos para o desenvolvimento regional; 2) nas décadas de 60 e 70 elas se apresentaram como as portadoras de uma ideologia capitalista modernizante (empresarial, dinâmica etc.), que sofreu grande influência da ideologia do capital estrangeiro que opera no setor petrolífero, além deste passar a se aliar a estes grupos regionais; 3) no golpe de 1971, tais classes passam a representar ideologicamente um bloco no poder praticamente desorganizado e, nesse momento, reforçam sua presença e posição nesse bloco; 4) o nosso trabalho verificou que tais classes tiveram uma posição subalterna no bloco no poder e, a sua condição de aliadas políticas do grande capital

⁴⁵ Sobre o volume dos recursos público destinado à região de Santa Cruz, remetemos a consulta das Memórias do BCB dos anos 70 (ver item sobre o *Presupuesto Nacional*). Em finais de 1977 se desatou uma luta entre o Comité Pró Santa Cruz e o Comité Cívico de La Paz (ver “Los Amigos de la ciudad de La Paz”) sobre o volume de capital recebido pelo primeiro grupo em relação às regalias (imposto petrolífero): estes publicam uma lista na qual mostram os recursos recebidos desde 1968 até 1976: de \$b 35 milhões pulou para 436 milhões (cerca de 21 milhões de dólares nesse último ano), sendo que as maiores quantidades se registram a partir de 1973. Já o segundo grupo contra-ataca e denuncia que tal Comitê teria recebido 200 milhões de dólares anuais. Cf. documento do Comité Pró Santa Cruz: “Santa Cruz expone ante el pueblo boliviano” (*Presencia*, 3/12/77).

estrangeiro que opera no setor do petróleo, conjugado com sua prática regionalista, encorajou-as a *aspirar* à conquista da hegemonia política. Assim, a luta regionalista é uma expressão da luta entre classes dominantes e frações de classe dominante regionais no seio do bloco no poder, o que contribuiu com seu funcionamento instável no período.

Visto isso, a nosso ver, dois argumentos cruciais devem ser destacados: a) a burguesia agro-industrial passou a representar os interesses da grande propriedade fundiária e os do capital agroexportador (já vimos a sua composição); trata-se da segunda fração preponderante da burguesia interior, criada “pelo alto”, como a nova burguesia mineira; b) os altos recursos públicos destinados ao Departamento de Santa Cruz manifestam justamente o seu fortalecimento; c) a canalização de recursos públicos volumosos destinados a essa região revela uma política estatal de longo prazo - que se iniciou nos anos 40 e foi reforçada no pós-52 - cujo objetivo fundamental era o de criar burguesias nacionais que contribuam ao processo de diversificação econômica; e essa política já estava delineada no plano Bohan, sendo executada pelos governos do MNR e pelos governos militares. A ditadura banzerista simplesmente deu continuidade a essa política e, evidentemente, reforçou-a, porém não ao ponto de bloquear a outra parte dessa política de Estado: o reforço do setor mineiro-exportador em detrimento de outros setores de atividade econômica. Assim, na década de 70 a economia boliviana, conforme já foi analisado neste trabalho, continuou sendo mineiro-extrativa e agrário-camponesa.

Em terceiro lugar, mostremos outro exemplo sobre a luta do capital mineiro-exportador contra a burocracia estatal com o fim de manter o modelo de extração de lucros imediatos e diminuir a alíquota impositiva (imposto às exportações e regalias mineiras). No momento mais crucial (maio-junho de 1976) da ascensão da pressão do movimento operário contra a ditadura, e no momento em que oposição burguesa aparece abertamente e as crises internas do regime se agravam (junho de 1977: o governo vive sob o temor de que os militares dissidentes apliquem um golpe de Estado bem sucedido), constatamos vários fatores que estão estreitamente relacionados com a luta mencionada: a) a coincidência do recrudescimento da repressão contra as massas trabalhadoras e a declaração da

prolongação da ditadura militar até 1980; b) o momento de maior alta dos preços do estanho (com média de 4 e 5 dólares a libra fina) e do aumento da exportação de petróleo no período, bem como do maior endividamento externo do Estado (1976-77) - portanto um subperíodo de maior extração de lucros para o grande capital financeiro americano e para o capital mineiro-exportador (este experimenta a maior expansão econômica registrada desde 1974 e que a mineração média denominou “diversificação econômica”); c) o período registra também o maior ataque do capital mineiro-exportador contra a política tributária do Estado: a ANMM exige imposto mínimo ou imposto zero; e d) a CEPB rompe o silêncio e passa a vociferar agressivamente contra os trabalhadores e o perigo “comunista”: “o extremismo busca quebrar a economia do país” (Presencia, 26/6/76), em alusão ao Congresso dos operários mineiros em maio seguida de uma greve indefinida da categoria (é nesse contexto que deve ser também entendida a visita de Kissinger a Bolívia em 1976).

Por outro lado, devido à pressão do setor mineiro-exportador, a burocracia estatal baixou o imposto à exportação de 35% para 6,5%. No período 1973-80, o setor fez permanentes modificações no texto do Código de Mineração, uma espécie de reformas tributárias contínuas, que tinham o claro objetivo de minimizar a taxa impositiva. Isso foi feito através do rebaixamento sistemático das escalas das alíquotas do imposto mineiro, num período de franca elevação dos preços dos metais no mercado mundial.⁴⁶ Um indicador específico do mecanismo de diminuição do pagamento do imposto pode se detectar no próprio conceito tributário sobre as regalías mineiras (legislação que foi feita pelos representantes do grande capital americano que opera no setor conjuntamente com os representantes da mineração média: o código Mineiro de 65), cujo caráter era confuso e contraditório - semelhante ao dos regimes impositivos para os setores petrolífero e bancário, bem como dos impostos sobre renda e os lucros para o grande

⁴⁶ O rebaixamento da alíquota das *regalias* mineiras foi decretado em: 1) outubro de 1972, 2) fevereiro de 1974, 3) setembro de 1975. Entre 1977 e 1978, ficou pendente a definição de novas escalas de *regalias*. Estas serão definidas (e rebaixadas novamente) somente em 1980.

capital. A diversidade de critérios para o cálculo da alíquota dava uma ampla margem tanto para a manipulação da fixação das taxas impositivas, quanto para a evasão fiscal.⁴⁷ Além do mais, o setor conseguiu estabelecer outro tipo de isenção tributária: o bônus de sobreprodução, criado em 1972. O objetivo desse bônus era incentivar a produção de minérios e os investimentos no setor, liberando 50% dos impostos, por um período indefinido, às empresas que ultrapassassem a produção de 1971-1972:

Para incentivar a produção de minérios e fomentar os investimentos e os reinvestimentos dos lucros, libera-se 50% do imposto assinalado no Decreto Supremo N.º 11143 de 6 de outubro de 1973, bem como 50% das *regalias* estabelecidas para todos os minérios, referidos no Artigo 1º deste Decreto, para toda sobreprodução anual, a qual será calculada com base da média de exportação dos anos de 1971 e 1972, durante um período de três anos a partir de 1974. A partir de 1977, se tomará como base a média das exportações dos anos 1972 e 1973, e assim por diante (D.S. 11333, 1974, BCB, 1974).⁴⁸

Para completar esse quadro, o “bônus de sobreprodução” provocou inúmeras fraudes cometidas pelas firmas monopolistas mineiras com o consentimento da burocracia estatal:

O incentivo não está regulamentado pela Aduana, mas através de certidões emitidas pelo Ministério de Mineração e Metalurgia. O exportador somente necessita acreditar, ante esse Ministério, que sua mercadoria para exportação tem efetivamente direito à redução de 50% das *regalias*. O despachante aduaneiro reduz a percentagem das *regalias* e imposto de exportação sobre a base da certidão emitida pelas autoridades governamentais. Mas o Ministério não possui o pessoal suficiente para determinar se a totalidade de um carregamento representa ou não um incremento na produção da firma exportadora, ou meramente os resgates do exportador de outras firmas que, de outra maneira, não teriam direito ao incentivo. Houve várias denúncias [...] de que está ocorrendo uma fraude enorme desse tipo. Seria surpreendente que não acontecesse, dada a facilidade com que se faz. Como resultado, a perda econômica [para o Estado] por causa desse incentivo é maior e o efeito desejado muito pobre.⁴⁹

Finalmente, detectamos intensas lutas e conflitos, em diversos níveis, que se converteram em fatores que incidiram no acréscimo de instabilidade política: entre as diversas frações de capital que preponderam na economia; entre estas e o capital não-monopolista; enfim, entre este e o pequeno e médio capital. Basta mostrar alguns exemplos:

⁴⁷ Para o que segue, ver Moscoso (1993). Os mecanismos de evasão fiscal eram variados. Basta aqui dar um exemplo: a mistura do metal (basicamente de estanho) de alta lei com o de baixa lei, modificando a qualidade do metal, para logo ser vendido à empresa estatal que detinha o monopólio das fundições (ENAF). Esse mecanismo serviu para alterar o preço do pagamento total dos impostos, sendo praticado pelas maiores empresas bem mais equipadas tecnologicamente (COMSUR, EMUSA e Grace), fixando a lei do metal no ponto mais conveniente para elas.

⁴⁸ Em 1974, a *International Mining*, associada à Grace, foi liberada de imposto sobre 61% da produção de wolframita; a EMUSA obteve redução de 100% da sua produção de antimônio; ao passo que a COMSUR obteve 50% de redução de impostos (*regalias* e imposto à exportação) sobre 81% de sua produção total de estanho. Somente nesse ano, o Estado deixou de arrecadar 1,5 milhões de dólares provenientes das *regalias* e do imposto à exportação. A administração da COMIBOL, a empresa de maior produção de estanho, simplesmente se excluiu do benefício do bônus.

⁴⁹ “Informe Howard”, La Paz, diciembre de 1975, Vol. VII, p. 45, apud Moscoso (1993:125).

Primeiro - Concorrência acirrada e desleal do capital industrial associado ao capital estrangeiro contra a indústria tradicional nacional (conforme a denúncia incisiva de Venegas da CNI). Três exemplos emblemáticos: a) luta de uma firma japonesa pelo controle da produção de sacos plásticos utilizados para a exportação de concentrados de minérios, já produzidos por uma pequena indústria nacional de capital familiar ou cooperativo, composta por cerca de 500 trabalhadores mineiros (pequena fábrica chamada “Bolsa Negra”);⁵⁰ b) luta da indústria tradicional do setor têxtil (pequeno e médio capital) contra as novas indústrias (grande capital) instaladas no mesmo setor com participação do capital estrangeiro e com o apoio do Estado: a direção da CNI praticamente não resolveu nenhum problema porque se parcializou pelo grande capital;⁵¹ c) luta da indústria nacional tradicional contra os capitais industrial e financeiro de origem estrangeiro: o que se revela na crítica constante da CNI contra a lei de investimento e contra a política industrial imposta pelo Estado (o setor manufatureiro tradicional praticamente foi assolado pelo contrabando de bens de consumo corrente que ingressaram dos países vizinhos; nesse contexto a CNI passa a defender tanto a proibição de importações como a substituição de importações).

Segundo - Luta do capital mineiro-exportador contra a indústria mineira estatal pelo barateamento dos preços de refino de metais e pela liberação da comercialização de minérios monopolizados pelo Estado, através do BAMIN (conforme a denúncia de Ramírez e Pimentel da

⁵⁰ Ver documento público da cooperativa mineira Bolsa Negra Ltda. (Implabol), que tinha apoio da FSTMB, denunciando a concorrência desleal da “Imbolsa Ltda.”, financiada pelo grande capital japonês (Nichimem Co. Ltda, junto com a firma Nitto Bolivian Mining Co.): “A la opinión pública y al gobierno nacionalista” (*Presencia*, 25/7/74). O INI e o governo tinham se parcializado pelas firmas japonesas. Na batalha jurídica e política instaurada por estas firmas contra a cooperativa mineradora apelam para o argumento de que a base social (os trabalhadores mineiros) da Bolsa Negra seria um perigo contra a paz social e a estabilidade do país, pois a operação do capital estrangeiro seria a melhor fonte de estabilidade. A reação dos trabalhadores da cooperativa é esta: “Basta nossa força moral apoiada por 50 mil trabalhadores mineiros de nosso país. Em relação ao argumento dos advogados da Imbolsa Ltda. sobre a estabilidade interna do país, nos corresponde formular a seguinte pergunta: *quem pode criar mais estabilidade ao país?* As duas ou três firmas que compõem a Imbolsa Ltda. que se limitam a exportar seus lucros ou as 450 famílias mineiras que temos investido com nossas poupanças de toda nossa vida para criar uma empresa privada boliviana?” (Idem; grifo nosso). Ver também: “Organizaciones mineras y fabriles se pronuncian en apoyo de la Cooperativa Minera Bolsa Negra y su proyecto industrial ‘Implabol Ltda.’” (*Presencia*, 14/8/74).

⁵¹ O próprio informe do INI mostrou que a maioria das novas indústrias instaladas entre 1971 e 1978 tinha participação majoritária do capital estrangeiro (ver “Gran parte de expansión industrial es alentada por capital extranjero”, *Presencia*, 24/10/74). As pequenas indústrias lutam contra os novos monopólios instaurados com o apoio do Estado Cf. o caso das fábricas pequenas contra a Sendtex (*Presencia*, 3/1/78). Sobre a pequena e média indústria, que atravessava uma situação mais calamitosa, ver o diagnóstico feito pelo Banco do Estado (BE): *Pequeña y mediana empresa en Bolivia* (1975); e sobre a CNC, ver *El comercio en el conjunto de la economía nacional* (1976) e *Comercio – Su comportamiento en la economía nacional* (1979).

FSTMB); ataque desse capital contra a política tributária e aduaneira do Estado militar: nos dois casos o ataque é feito sistematicamente pela ANMM com ameaças de *lock out* (paralisação da produção e a não exportação de minérios, o mesmo procedimento foi adotado pelo setor agro-industrial com o “tratorazo”). Detectamos também uma luta desse mesmo capital contra as pequenas indústrias associadas na CNM e contra as cooperativas mineiras, composta de capital individual e familiar, associadas na FENCOMIN. E ela se processou em três níveis: a) na definição das cotas de produção de minérios para exportação, b) no acesso às agências estatais que definem os empréstimos externos para o setor da mineração privada e c) no repasse dos maiores custos da produção e do ônus impositivo aos setores da FENCOMIN e da CNM.

Terceiro e derradeiro exemplo - Concorrência acirrada entre setores preponderantes do capital comercial pelo monopólio da importação de bens de consumo duráveis utilizados pelo Estado. A importação de bens de capital (equipamentos e tecnologia) para as empresas estatais dos setores mineiro e petrolífero permanecem nas mãos das casas importadoras/exportadoras americanas (a Casa Grace) ou associadas ao capital estrangeiro (o grupo Hansa etc.). Ataque permanente do capital comercial às políticas tributária e aduaneira imposta pelo Estado, ao mesmo tempo em que vive se queixando do contrabando constante de bens de consumo corrente.

5.5.2 Contradições no seio da burocracia estatal

Para terminar esta parte, devemos examinar alguns casos emblemáticos de algumas contradições marcantes no seio da burocracia estatal. Estes estão relacionados com o processo decisório de implementação dos projetos de desenvolvimentos viabilizados pelas agências e órgãos estatais, projetos que proliferaram depois de 1974. Em geral, a burocracia não deixará de atender,

simultaneamente, os interesses econômicos prioritários do sistema hegemônico - principalmente da fração dirigente - e certos interesses secundários das frações subalternas. Mas o atendimento desses interesses somente se processou através da intensa pressão exercida pelas frações burguesas dominantes: mineração média, grande burguesia compradora, burguesia agro-industrial; já vimos que o setor bancário - privado e nacional - pressionou para que o Banco Central vendesse, com uma taxa de câmbio favorável, a maior quantia de divisas oriundas dos empréstimos externos. Por enquanto, interessa examinar o caráter do funcionamento da burocracia estatal e destacar algumas contradições internas que incidiram no acréscimo de instabilidade política.

No capítulo anterior mencionamos que a burocracia estatal não se constituiu em força social: tanto a burocracia militar como civil permaneceram submetidas politicamente ao grande capital financeiro americano preponderante: foi incapaz de viabilizar um projeto de desenvolvimento sério (SIDERSA, COFADENA, projeto Mutún etc.) e se limitou a reproduzir planos de desenvolvimento econômicos inexecutáveis com fins propagandísticos (Plano Quinquenal). Entretanto, isso não impediu que ela não satisfaça seus próprios interesses econômicos, o que tampouco se processou sem conflitos e contradições no seu seio. Já vimos exemplos de desfalques descomunais das empresas estatais e a sonegação de impostos denunciados por integrantes de um setor da burocracia estatal, bem como os conflitos entre este setor e as frações preponderantes do capital mineiro exportador em relação à defesa de uma política de valorização desse capital a longo prazo (o exemplo do médio escalão da burocracia estatal e a postura de Sanchez de Lozada em relação à política estatal diante do CIE, analisado no terceiro capítulo). Vejamos, a seguir, outro exemplo deste processo contraditório no seio da burocracia estatal, o qual reforça a nossa hipótese do processo de desestabilização viabilizado pelo próprio Estado militar.

Trata-se das denúncias de um funcionário de alto escalão da burocracia estatal - o subsecretário de Planificação do CONEPLAN Enrique Garcia -, sobre o processo de seleção de projetos de investimentos que eram financiados com verbas do Orçamento Público, justamente num momento em que o fluxo de divisas oriundas dos empréstimos externos tinha se duplicado (1975-76: o ponto mais alto do “auge econômico”). Garcia havia elaborado um diagnóstico no qual mostrava que o processo decisório para efetivar tais projetos (90% dos projetos foram aprovados dessa forma e o resto seguiu a legislação formal) atropelavam a própria legislação definida não só por aquela instituição governamental, mas também pela maioria dos órgãos estatais relacionados com a elaboração da política econômica. Vejamos em que consistia o problema. Garcia detecta a existência de quatro “grupos de pressão”, praticamente hierarquizados, que se beneficiavam dos projetos de investimentos, aprovados de forma arbitrária, principalmente daqueles que exigiam o dispêndio de grande volume de capital (o conjunto dos projetos aprovados chegou a 2,3 bilhões de dólares: novo aeroporto de Santa Cruz, instalação da uma indústria ensambladora de automóveis da Ford, projeto Mutún, e usinas mineiro-metalúrgicas). O primeiro e mais importante estava composto de *empresas transnacionais*, vendedoras de tecnologia e bens de capital. Estas influenciavam as agências financeiras governamentais e privadas de seus países de origem para a concessão dos recursos externos requeridos com o objetivo precípua de obter lucros elevados, e não estavam interessadas em implementar projetos de maior envergadura e com qualidade na Bolívia. O segundo grupo estava composto de *firmas comerciais locais*, representantes das empresas transnacionais, cujo interesse fundamental era mais ampliar as vendas de seus associados com o fim de extrair enormes lucros, e não projetos que dinamizassem os setores produtivos nacionais. Os *funcionários* das empresas estatais e governamentais, promotores locais dos projetos, compunham o terceiro grupo, que apoiava incondicionalmente a implementação dos mesmos. E o último grupo estava composto por políticos e representantes das classes ou frações dominantes regionais e locais (os famosos Comitês Cívicos Departamentais e as Corporações de Regionais Desenvolvimento), que agiam em conformidade com

os objetivos dos anteriores grupos. Esses grupos converteram-se no fator de “pressão política mais importante para a aprovação dos projetos respectivos pelo governo”.⁵²

No seu extenso trabalho, no qual também aborda alguns aspectos relacionados com o funcionamento da economia boliviana sob a ditadura banzerista, Arze considerou a avaliação de Garcia como um “patético diagnóstico”, pois manifestaria a “dilapidação” dos investimentos do Estado, o que constituiria um “sério risco para o futuro de um país com a escassez de recursos financeiros” (uma análise semelhante à de Grebe e Toranzo). Tal diagnóstico expressaria, segundo Arze, “a existência de um quarto grupo social na determinação do bloco hegemônico na Bolívia: as empresas transnacionais e os seus agentes nativos”. A ação desses grupos, já nesse período, teria agravado a crise econômica do país (Arze, 1979:474-5).

As análises de Garcia e Arze não fazem mais que confirmar alguns aspectos importantes das nossas hipóteses sobre a existência do sistema hegemônico e a relação deste com as burguesias nativas durante a ditadura banzerista. Trata-se da política de transferência acelerada de capital público ao setor privado, a qual estava enquadrada no processo de desnacionalização da economia boliviana. O grosso desse capital provinha basicamente dos empréstimos externos e dos lucros das empresas estatais. Nessa empreitada, o Estado ultrapassou, de longe, a sua capacidade produtiva, esgotando os seus recursos internos e externos, falência das empresas estatais, bem como elevado déficit fiscal. Como é um Estado que possui fraca capacidade de arrecadação, teve que depender, no fundamental, dos empréstimos externos para tentar sanear tanto o déficit da balança comercial como o déficit fiscal. Estes temas já foram amplamente analisados nos capítulos anteriores.

Baseados nas observações de Garcia podemos chegar a conclusão de que o processo decisório de elaboração da política de Estado pela da burocracia civil é homólogo ao que ocorria no seio do principal ramo de aparelho estatal (Exército): a arbitrariedade reinante, praticada pelos dirigentes do

⁵² Enrique Garcia, “Sobre los grupos de presión y los proyectos de desarrollo” (*Presencia*, 14/11/78). Cf. também Cepal (1983:155).

aparelho estatal em benefício de setores restritos e de seus interesses corporativos. Se o Estado militar se caracteriza por extrapolar ou não cumprir suas próprias regras, passando a ser constante a intervenção estatal, principalmente no plano político, o contrário também é verdadeiro, principalmente no plano econômico: em alguns casos ele não intervém. Este seria, não apenas o caso apresentado por Garcia, mas também em relação às funções fiscalizadora e coletora (arrecadação) em relação ao grande capital monopolista.

5.6 Indicadores da hegemonia vacilante e a crise final do sistema hegemônico

Finalmente, devemos abordar o nosso último ponto relacionado com o processo de desestabilização: a identificação de alguns indicadores importantes da hegemonia vacilante e sua crise final. Interessa saber em que medida os principais agentes econômicos e estatais, ao se empenhar em manter e prolongar um sistema de extrema exploração (acumulação de capital pautado pela extração de mais-valia de tipo absoluta e de sobrelucros rápidos) e de dominação ditatorial-militar, acabam acelerando a crise de hegemonia e o colapso da ditadura. Em consonância com a análise feita ao longo deste capítulo, trata-se de uma situação contraditória provocada pelo desencadeamento de um processo de desestabilização que entrou numa fase avançada, caracterizada por uma descomunal intensificação das principais crises e contradições que se converteram em fatores potenciais de instabilidade na esfera de relação entre o Estado e as classes dominantes (hegemonia política, bloco no poder e forma de Estado). Do ponto de vista das análises feitas no terceiro e quarto capítulos, trata-se da condensação das crises e contradições na esfera do funcionamento do aparelho de Estado e da intensificação da crise de acumulação de capital (que no período entrou numa fase acelerada de desancionalização da economia boliviana). Além dos casos da intervenção/participação do grande capital financeiro americano, amplamente analisados no terceiro capítulo, que controlou os setores chaves da economia boliviana (através de firmas que operaram no país, como a Gulf Oil, P. Brothers,

e os grandes bancos etc.), basta fornecer quatro casos importantes como indicadores da hegemonia vacilante e sua contradição decorrente: o seu empenho em contribuir na prolongação da ditadura militar com o fim de garantir a extração de matérias-primas e sobrelucros de forma intensiva.

Primeiro indicador – Trata-se do discurso ideológico do capital americano que exige, para sua participação no país, uma “condição essencial”: estabilidade política. Por ocasião da inauguração de uma firma financeira e das agências do Banco de Boston em La Paz (1975), estiveram presentes Banzer e o vice-presidente do banco. Este manifestou que estava disposto a investir e financiar projetos no país, além de propor a promoção das exportações bolivianas. No ano seguinte, em pleno auge da economia boliviana, o presidente da financeira, declarou: “se tudo segue com êxito como até agora, creio que eles [a casa matriz] estariam dispostos a aumentar o limite orçamentário para o investimento estipulado para a Bolívia”. Porém enfatizou que tudo dependia da “*estabilidade econômica, política e social do país e da viabilidade dos projetos* nos quais se deseja investir”. E em gratidão e apoio, Banzer manifestou: “os resultados, até aqui, são bons e *existe segurança* para investir” (*Presencia*, 1/12/76; grifo nosso). Já vimos que a exigência da estabilidade resultou uma poderosa arma ideológica para a intervenção desse capital no país: contribuiu decididamente no processo de reprodução da instabilidade política e intensificou a extração de sobrelucros sem investimento direto (eles foram quase nulos). Assim, a manutenção da instabilidade se converteu numa enorme vantagem para o processo de acumulação de capital no país (o mesmo processo foi praticado pelas classes dominantes bolivianas).

Segundo indicador – No momento dos anos do ponto alto do “auge econômico” (elevação do fluxo de divisas via empréstimos financeiros obtidos pelo Estado) os agentes estatais estavam empenhados em aproveitar essa oportunidade para captar maiores recursos externos.⁵³ Tratava-se de uma expectativa alimentada pelo “auge econômico”, porém não correspondia à realidade econômica pela qual atravessava o país, pois em 1976-77 a economia começa a entrar em crise desencadeada pela aceleração do processo de transferência de capital público ao setor privado viabilizado pela política econômica da ditadura. Já a expectativa do grande capital financeiro/bancário americano diante da economia boliviana é ambígua – um claro indício da hegemonia vacilante - : de um lado, alimenta as esperanças de manter o país como uma fonte de reservas para continuar extraindo matérias-primas baratas e sobrelucros relativamente altos, mesmo que o país esteja atravessando uma nova fase de instabilidade política (virtual paralisação do aparelho produtivo devido as permanentes greves provocadas pela intensa repressão das massas trabalhadoras); de outro, se mostrava reticente em fornecer novos empréstimos devido ao “alto risco”, justamente em razão do processo desestabilizador da economia, ao qual ele contribuiu decisivamente. Esta atitude vacilante do grande capital financeiro-bancário é confirmada pelos dados do jornal *The Economist*:

A última estrela no almanaque dos banqueiros é a Bolívia, uma nação que, segundo as palavras de seu próprio ministro de Finanças, Sr. Carlos Calvo, ‘tradicionalmente foi uma das mais pobres economicamente [...] e politicamente mais instável dos países [...] latino-americanos’. Isso é dizer muito. Trata-se de um país que o Eximbank de Estados Unidos ainda outorga a mais baixa qualificação de taxa: ‘D’; e que em 1973 extraiu somente 6 milhões de dólares no mercado de euromonedas, num período em que os banqueiros internacionais *tinham presa* de emprestar um total de 9 bilhões de dólares aos países em desenvolvimento.

[...] O governo boliviano pretende realizar projetos de desenvolvimento com um montante maior a 500 milhões de dólares, a metade dos quais espera financiá-los externamente. *Por que correr o risco? A empresa é atrativa* [...]. O regime, de ala direita [comandado pelo] gal. Banzer, vê com agrado estreitar suas relações e se mostrar amigo dos capitais, incluindo os estrangeiros. Graças ao descobrimento do petróleo as coisas se vêem bem. Os ganhos pelas exportações duplicaram, chegando a 550 milhões; existe um saldo da balança comercial de 172 milhões e as reservas chegam a 200 milhões. [...] Agora uma pausa para pensar. Em novembro de 1975, as reservas baixaram a 136,4 milhões, seguramente seguiram baixando. O que significa que os negócios devem estar decaindo (reproduzido em *Presencia*, 21/03/76; grifo nosso).⁵⁴

⁵³ Conforme vimos no terceiro capítulo, tal interpretação foi feita pelo então ministro de Finanças Ormachea, ex-presidente da agência do Citibank (FNCB) em La Paz, na revista européia *Euromoney*: “Bolivia and the international capital markets”, February 1976, pp. 42-44.

⁵⁴ A revista *Fortune* (maio de 1975, p. 246), já havia publicado dados econômicos, relativamente favoráveis, parecidos aos daquela revista. Classificou o país no segundo melhor grupo (*the poor-poor*; o primeiro grupo era *the rich-poor*) com a seguinte qualificação: *favorable balance-of-payments prospects*. E ocupava o 3º lugar, depois de Argentina e seguido do Brasil. Para se ter uma idéia do contexto internacional (efeito da crise do petróleo e a reciclagem dos “petrodólares” que inundaram o mercado de capitais na Europa – eurodivisas – e principalmente nos Estados Unidos), o maior volume de excedente financeiro dos países da OPEP foi absorvido pelos grandes bancos americanos e ingleses, sem contar com o capital absorvido pelo FMI e BM, sob controle dos Estados Unidos. Vejamos o lugar dos investimentos em ordem de importância em 1974-75: 1) Estados Unidos: 17,5 bilhões

Terceiro indicador - Em maio de 1975 o *Wall Street Journal* revelou que a Gulf Oil (cuja subsidiária na Bolívia foi nacionalizada no governo Ovando em 1969 e a ditadura banzerista pagou uma pesada indenização) tinha subornado os governos militares bolivianos, entre 1966 e 1972, com cerca de 4,2 milhões de dólares. O escândalo, envolvendo os governos Barrientos e Banzer, teve repercussão na imprensa nacional praticamente todo o mês de maio (ver *El Diario* de 4/5/75 a 28/5/75). No seu depoimento no senado americano, o presidente da Gulf Robert Dorsey afirmou ser “extorquido” pelos governos militares envolvidos, que teria pagado em efetivo, “sob terrível pressão”, cerca de um milhão de dólares em efetivo.⁵⁵ A ditadura tentou atenuar o escândalo com encenações de querelas jurídicas contra a Gulf por difamação ao governo boliviano, porém não passou disso. Entretanto, o escândalo contribuiu com a crescente perda de legitimidade em amplos setores das classes trabalhadoras e populares, de setores das camadas médias e certas frações burguesas (que passaram à oposição); e, sobretudo, com a aceleração das crises internas do Exército (ao que se juntou o fiasco da campanha de recuperação do litoral).

Quarto e derradeiro indicador - A ASOBAN (filiada à CEPB) permaneceu o tempo todo em silêncio. Registramos somente um conflito sério entre esse órgão corporativo e a burocracia estatal em 1977. O governo aprova três decretos em 17 de junho com a justificativa de dinamizar sua política monetária e de crédito, racionalizar os custos dos recursos financeiros internos e externos para evitar distorções no sistema financeiro. Por essa via, abria as portas do país para a nova entrada do capital bancário estrangeiro e a instalação de novas agências bancárias de investimento e comerciais, outorgando privilégios, incentivos fiscais e exoneração de impostos. E em troca, o governo exigia

de dólares (19,4%); 2) Inglaterra: 7,5 bilhões (8,3%); 3) outros países desenvolvidos: 12,5 bilhões (13,9%); 4) países em desenvolvimento não-petrolíferos: 7 bilhões (7,8%); 5) organizações internacionais (BM e FMI): 7,5 bilhões (8,3%); 6) mercado de eurodivisas (dominados por grandes bancos americanos e europeus): 28,5 bilhões (31,7%). Ver Pecchioli (1977:64, Quadro 2). O que estamos querendo sublinhar, ao mostrar esses dados, é que o grande capital financeiro americano não apenas não teve limites, no período, de intervenção nos países da periferia do capitalismo, como também sabia muito bem sobre o desempenho destas economias através das suas firmas (nas diversas áreas econômicas) que operaram nestes países.

⁵⁵ As informações são contraditórias. Dorsey afirma que pagou 460 mil dólares ao governo Barrientos; logo, os 4 milhões teriam sido pago em duas cotas ao governo da Coreia do Sul; finalmente afirma que não poderia revelar nomes porque estaria em jogo o patrimônio da firma, com cerca de 700 milhões de dólares (este montante coincide com os nossos cálculos hipotéticos dos lucros da Gulf na Bolívia em 8 anos, conforme vimos no terceiro capítulo).

certas condições para o funcionamento dos bancos, e a principal era a seguinte: os bancos privados seriam obrigados a funcionar como bancos de desenvolvimento, fornecendo empréstimos brandos para a indústria.⁵⁶ A reação do setor bancário foi imediata: estavam em total desacordo com a nova política bancária e exigem a derrogação do decreto governamental. Aproveitamos, aqui, para verificar, de um lado, a validade de nossa hipótese defendida no terceiro capítulo sobre a prática de acumulação desta fração de classe dominante e o tipo de papel jogado pelos bancos na Bolívia; de outro, a hipótese lançada no início deste capítulo: a participação desta fração de capital monopolista no sistema hegemônico, e que aparece como a maior aliada da fração dirigente. Os representantes da ASOBAN justificam que tais medidas eram “nocivas [para o setor] para o desenvolvimento do país”, cujas atividades seriam “sadias” e “responsáveis”, um setor importante empenhado no desenvolvimento integral da economia boliviana. O caráter “nocivo” das novas medidas foi resumido pela ASOBAN em cinco pontos cruciais: 1) exigir aos bancos comerciais que coloquem recursos à vista com empréstimos a médio prazo; 2) *transferir recursos do setor privado ao setor público*; 3) permitir o estabelecimento de novos bancos estrangeiros; 4) limitação rigorosa de toda possibilidade de crescimento do setor bancário já estabelecido no país; e 5) encarecer o custo da moeda (capital-dinheiro).

Assim, numa espetacular operação de justificativa ideológica, o setor inverte os termos do processo real de transferência de capital público ao setor privado. Alegam – conforme o documento público - que o governo não deveria ter modificado a “planificação concertada [leia-se: não-intervenção do Estado nesse setor] que permanentemente constituiu o *pilar da filosofia e da política*

⁵⁶ O conteúdo das medidas para o setor era a seguinte: 1) os bancos deveriam colocar em movimentação uma porcentagem dos recursos captados internamente para dinamizar a economia nacional – 10% para os bancos nacionais, 25% para os estrangeiros e 35% para os novos bancos estrangeiros; 2) de acordo com a Decisão 24 do Acordo de Cartagena (Pacto Andino), os bancos seriam obrigados a contribuir no financiamento dos planos e programas de desenvolvimento econômico do país nos seguintes termos: a) quando o novo investimento for feito por bancos comerciais, estes estariam obrigados a outorgar créditos ao país oriundos das suas casas matrizes com um montante de capital que superasse três vezes o volume de recursos captados internamente; b) o Banco Central criaria um Fundo de Refinanciamento intervindo no sistema bancário-financeiro com o fim de revalorizar o capital disponibilizado e redistribuí-los aos setores demandantes de divisas. Para tanto pagaria uma taxa de juros (Libor) com prazo de seis meses mais 1% de juros anuais (Cf. BCB, 1977). Sobre a reação dos bancos privados a essa medida, Cf. “Bancos privados en ‘total’ desacuerdo con política bancaria” (*Presencia*, 23/7/77).

exitosa do supremo governo” desde 1971. Tais medidas criariam um ambiente de incerteza e insegurança no setor, bem como diminuiria a seriedade que o Estado vinha praticando nos últimos anos, pois pretende “*transformar os bancos comerciais em bancos de desenvolvimento*, com duvidoso resultado, dando as costas ao princípio de especialização universalmente aceita” que o governo “reafirmara recentemente”. E ainda mais, aceleraria uma espiral inflacionária devido ao incremento dos empréstimos aos setores industrial, comercial e serviços, restringindo o crescimento dos bancos nacionais e, principalmente dos estrangeiros; e provocaria a “*mudança radical das regras do jogo*”.⁵⁷

O governo cedeu à pressão do grande capital bancário estrangeiro, pois não tinha capacidade de impor limites ao setor mais especulativo da economia boliviana, capacidade essa que se viu ainda mais diminuída devido à aceleração das crises internas do Exército, da intensa pressão das massas populares, à qual se acoplou a oposição de setores da burguesia; enfim, a ditadura estava entrando na sua fase de crise final. Contudo, a questão fundamental a ser destacada, aqui, é que este conflito (que parece ser o único) entre o grande capital bancário americano/estrangeiro e a burocracia estatal marca o início do fim do sistema hegemônico, o qual se desintegrará com a crise final da ditadura banzerista (crise que se inicia em dezembro de 1977). Para reforçar a nossa hipótese, vejamos o que dizem os técnicos da CEPAL, que analisaram a relação do grande capital bancário/financeiro com a economia boliviana:

Assim, desaparecia uma fonte importante de segurança para os bancos, o que deteriorou amplamente seu conceito das perspectivas de pago da Bolívia [...]. Mas o golpe fatal para os bancos foi a retirada do gal. Banzer nesse ano, que foi seguido por uma série de mudanças de governo e pela incerteza política do período posterior a 1978. Com seu compromisso com o capital internacional, [esse] governo [...] era a última fonte de segurança para os bancos; seu retiro do cenário político e a incerteza que provocava a abertura democrática produziram uma nova reticência dos bancos a continuar com seu apoio financeiro (CEPAL, 1983:48).

⁵⁷ Cf. *Presencia*, 23/7/77; grifo nosso. O capital bancário aparece representando o grande capital financeiro num bloco no poder em franca crise devido a acentuação da crise da hegemonia vacilante. A dominação deste último capital sobre o primeiro foi ostensivo durante todo o período da ditadura banzerista. Acrescentemos mais um exemplo: o maior volume de créditos fornecidos pelos bancos americanos, dominados pelo grande capital financeiro, se evidencia numa única empresa estatal boliviana: a YPFB – ver a composição dos créditos bancários no período 1970-78 no Anexo de Quadros, ver principalmente o Quadro 6.

Vemos assim que o caráter vacilante da hegemonia aparece mais claramente no comportamento do grande capital bancário, sob a direção do grande capital financeiro americano, na economia do país: é o setor mais especulativo que dá o primeiro sinal de desintegração do sistema hegemônico, passando a abandonar seu apoio à ditadura e, por conseguinte, bloquear os novos empréstimos externos para o país, conforme foi amplamente analisado no terceiro capítulo. Em suma, os exemplos apresentados ilustram alguns aspectos das contradições essenciais dos principais agentes econômicos e estatais empenhados em manter um sistema de acumulação e de dominação caracterizado pela dinâmica de um processo profundamente desestabilizador nas esferas econômica e política.

Podemos assim finalizar este capítulo fazendo um resumo sintético das nossas principais conclusões. Vimos que os interesses econômicos do grande capital financeiro foram satisfeitos prioritariamente através da execução da política de Estado, especialmente através dos principais instrumentos da política econômica. E esta esteve atrelada tanto à política de intensificação da política de ordem (que se relaciona com o processo de militarização do aparelho de Estado) como à política de não-intervenção do aparelho de Estado em relação à função fiscalizadora e arrecadadora, em benefício dos setores monopolistas – isto é, temos aqui um caso de um Estado em que abdica da sua capacidade extrativa em benefício do setores privados preponderantes. Todavia, tanto a elaboração como execução dessa política provocou conflitos e contradições no seio do bloco no poder, principalmente entre a burocracia estatal e as frações subalternas, o que redundou na configuração de um bloco no poder movediço e um Estado militar que funcionou com um alto grau de instabilidade política – isto é, esta decorreu fundamentalmente da relação entre as classes dominantes e o Estado. Em suma, a estreita relação da burocracia estatal com as duas frações preponderantes do capital estrangeiro provocou conflitos econômicos e políticos, em diversos níveis, entre a burocracia estatal e as frações subalternas do bloco no poder.

Por outro lado, três elementos devem ser salientados: 1) no seu empenho de participar dos benefícios da política econômica que viabilizou a transferência acelerada de capital público em maior benefício do grande capital financeiro/bancário americano, as frações subalternas do bloco no poder passam a pressionar o Estado para que também contemple seus interesses econômicos específicos; 2) tais frações subalternas também discordam de certos aspectos da elaboração dessa política (políticas cambial, de crédito, de incentivos fiscais, tributária) e, sobretudo, rejeitam a permanência do monopólio estatal detido em certas áreas de atividade econômica; 3) sua luta se sintetizou na defesa da participação nas atividades econômicas em “igualdade de condições” com o Estado, justamente porque não conseguem se opor abertamente ao capital estrangeiro, sob o comando do grande capital americano – isto é, como não podem resistir e atacar, colocando algum limite a ação desse último capital, elas transferem seu ataque ao Estado, confrontando abertamente a burocracia estatal: em vários momentos, tais pressões foram intensas, a ponto de se tornarem ásperas as relações entre ambos setores; 3) a luta se polarizou entre os setores dominantes da burguesia compradora e o Estado: aqueles setores passam a intensificar sua concorrência com a fração mineiro-exportadora pela representação/associação com o grande capital monopolista americano/estrangeiro; 4) ao mesmo tempo, essas frações burguesas dominantes bolivianas se unem na sua luta contra o Estado para obrigá-lo a não intervir no controle e influência da empresa privada sobre as empresas públicas e nacionalizadas, com o fim de intensificar o processo de transferência de capital público ao setor privado; 5) as causas fundamentais do colapso da economia boliviana, que se inicia em 1977, foram provocadas por: a) as intervenções espoliadoras do grande capital financeiro americano em contubérnio com as classes dominantes locais; e b) pelo funcionamento da ditadura militar, que possibilitou as condições necessárias para o estabelecimento de um tipo de acumulação pautado pela prática de extração de mais-valia de tipo absoluta e de lucros no menor tempo possível. Esses dois fatores desencadearam tanto a intensificação do processo de acumulação de capital como o aprofundamento do grau de atraso da economia do país. O que redundou num descomunal processo

de desestabilização da econômica e do Estado militar, evidenciando a acentuação da crise de hegemonia vacilante e o colapso da ditadura banzerista.

CONCLUSÃO

A compreensão da instabilidade política na Bolívia do período delimitado exigiu uma prévia discussão sobre a construção teórica desse fenômeno político como objeto de estudo autônomo – isto é, o processo de reprodução da instabilidade política no quadro de funcionamento do Estado militar do período 1971-78. Para tanto, temos justificado que tal fenômeno está relacionado com a emergência e reprodução de crises políticas no âmbito reprodutivo do Estado burguês. No quadro de funcionamento do Estado militar, a instabilidade política tende a se potencializar devido basicamente à sua tentativa de eliminar a luta de classes no seio do bloco no poder e no conjunto da sociedade, instabilidade que é intensificada em razão da permanente intervenção do Exército através do golpe de Estado. A nossa análise do caso boliviano tentou avançar num exame pormenorizado dos principais fatores políticos que determinaram a reprodução de fontes genéricas potenciais de instabilidade política no Estado militar boliviano do período. Todavia, a nossa análise se afastou dos trabalhos tradicionais, mormente feitos tanto sobre o fenômeno em pauta como da problemática militar.

Com base na nossa metodologia adotada - que delimita a análise da instabilidade tomando em conta um quadro de possibilidades de ocorrência das crises e contradições importantes que produzem fontes potenciais de instabilidade política - , na primeira parte do trabalho examinamos diversos fatores potenciais de instabilidade na esfera socioeconômica e que repercutiram, de uma forma geral, na esfera política. Essa tarefa foi feita nos segundo e terceiro capítulos. Vejamos quais foram as nossas principais conclusões.

Verificamos a ocorrência de fatores genéricos potenciais de instabilidade derivados do funcionamento reprodutivo da formação social boliviana, denominada por nós formação social em transição capitalista periférica. A detecção desses fatores somente poderia ter sido feita através de uma análise aprofundada dos traços essenciais dessa formação social, o que implicou na crítica da caracterização da “formação social abigarrada” (e de suas variantes), predominante nos âmbitos

acadêmicos bolivianos. A maioria dos autores que endossam esse tipo de caracterização tendeu relacionar instabilidade política com fenômenos como, por exemplo, prebendalismo, patrimonialismo, clientelismo e pretorianismo (relações “sociais pré-capitalistas”). Numa palavra, tratar-se-ia de uma formação social constitutivamente caótica, anômica, profundamente violenta e, portanto, que padeceria instabilidade endêmica. Trata-se de uma caracterização que se pauta por critérios de avaliação transhistóricos (a herança índio-ibérica, Estado forte, sociedade civil fraca etc.). No fundamental, tende a identificar as causas da instabilidade socioeconômica e política na participação política do movimento operário e popular. Neste contexto, a intervenção dos militares é entendida como uma consequência da participação “caótica” e “anárquica” desse movimento.

A nossa análise verificou que a formação social boliviana se caracteriza pelo seu acentuado grau de atraso do desenvolvimento capitalista que se patenteia nas suas estruturas mineiro-extrativa e agrário-camponesa: 1) um predomínio das relações de produção capitalista nos setores mineiro-exportador, comercial-bancário, manufatureiro, serviços (público e privado), porém convive com uma ampla produção artesanal e comércio ambulante; 2) um amplo setor de produção camponesa de subsistência que convive com a grande propriedade fundiária: nestes setores predominam ainda relações de produção pré-capitalistas (exploração do trabalho servil, fraca disseminação do trabalho assalariado etc.). Efetivamente, o lento desenvolvimento do capitalismo é patente na Bolívia, mesmo no setor chave da economia (mineiro-extrativo: alta exploração da força de trabalho, baixo investimento no aparelho reprodutivo da força de trabalho etc.), o que bloqueia a disseminação das relações de produção capitalista. Mas tal realidade não autoriza ao sociólogo ou cientista político inferir que essa formação social seja anômica, caótica ou irracional (abigarrada). Temos mostrado que tal formação, mesmo com um acentuado grau de atraso, não se diferencia de outras formações sociais capitalistas periféricas. Inclusive, seguiu a tendência histórica, com suas diferenças pertinentes, das formações sociais capitalistas da periferia européia do século XIX, conforme foi mostrado nas análises de Lenin e Gerschenkron. E o processo de funcionamento reprodutivo dessas formações

sociais regem-se por uma contradição pautada pelo processo de dissolução/conservação de formas e modos de produção pré-capitalistas, com dominância do modo de produção capitalista.

Por outro lado, a revolução de 52, que teve um caráter democrático-burguês, não marca o início da revolução burguesa na Bolívia (nos seus sentidos amplo e restrito), nem cria o Estado burguês. Marca, isto sim, uma nova fase de transição capitalista periférica determinada pelo desenvolvimento de um tipo de capitalismo de Estado: a passagem de uma economia mineiro-exportadora monopolista privada para uma economia mineiro-exportadora monopolista de Estado. Nesta fase a estrutura jurídico-política (o Estado) sofre modificações mais rápidas em relação às transformações socioeconômicas capitalistas: o aparelho estatal passa a se modernizar e o Estado a adotar um papel crucial e redobrado como agente principal do desenvolvimento capitalista. No nível socioeconômico, as transformações capitalistas avançam com um ritmo demasiado lento e tortuoso devido à não eliminação completa de relações de produção pré-capitalistas que, na década de 70 ainda se conservam com relativo vigor no campo (isto é, relações de produção servis que convivem com relações de produção capitalistas, com dominância da primeira). Nesse contexto de transição capitalista periférica, é o Estado burguês boliviano dependente que, simultaneamente, ao cumprir o papel importante de unificar a formação social e ao criar as condições político-ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista, conserva ainda, contraditoriamente, por muito tempo traços de relações de produção pré-capitalistas. Vimos que nos anos 60 e 70 o Estado criou as condições necessárias para o fortalecimento econômico (“pelo alto”) de núcleos de burguesia interior, dentre as quais as mais favorecidas foram a nova burguesia mineiro-exportadora e a burguesia agro-industrial. O comportamento econômico e político destas duas frações burguesas provocou a emergência de fatores genéricos potenciais de instabilidade política na medida em que passaram a incrementar sua luta pela corrida da extração de mais-valia e de lucros imediatos, basicamente pela via extra-econômica: a transferência de capital público para o setor privado (créditos com fundos perdidos etc.).

Em suma, os fatores genéricos potenciais de instabilidade política, na formação social capitalista periférica boliviana, estão relacionados com a dupla estrutura econômica marcante: mineiro-extrativa e agrário-camponesa. De um lado, a preservação da indústria extrativa de minérios fortalece os grandes e médios proprietários da mineração média, bem como a propriedade jurídica dos meios de produção detidos pelo Estado (empresas públicas e nacionalizadas), o que redundará na manutenção da elevada exploração da força de trabalho no setor. De outro, o fortalecimento e expansão da grande propriedade fundiária e a manutenção do campesinato parcelar, que incide num processo de proletarianização e pauperização das massas camponesas. Nesse contexto, o controle do aparelho de Estado torna-se de vital importância para as classes dominantes e frações de classe dominante, o que mormente é feito através da permanente intervenção do Exército: instaura-se assim a sucessão governamental pela via do golpe de Estado.

O grau de atraso econômico dessa formação social fica mais acentuado ainda devido à intervenção/participação do capital estrangeiro, principalmente o de origem americano. Este domina os setores-chaves da economia boliviana: mineração, petróleo, bancos, comércio importador/exportador e setores mais rentáveis dos serviços. No período aqui analisado, o capital americano praticamente controlou os setores produtores de maiores fontes de capital: os setores extrativos (mineração e petróleo) e comercial/bancário. Temos demonstrado que a forma de intervenção/participação deste capital se converteu em outro fator potencial de instabilidade política na Bolívia. A forma de intervenção foi multifacética, porém basicamente utilizou a combinação de duas estratégias peculiares, que denominamos maximização de extração de matérias-primas baratas e de sobrelucros no menor tempo possível: 1) uma intervenção de tipo saqueio, rápida e eficiente; 2) outra intervenção de tipo duradoura, a médio e longo prazos. Esta última teve um relativo predomínio e se manifestou no processo de desnacionalização da economia boliviana. Nos dois casos, o caráter dessa intervenção revelou uma forma de adaptação da relação desse capital com um país considerado altamente instável e com “tradição” de nacionalizações do capital privado (nacional e estrangeiro).

Os fatores genéricos potenciais de instabilidade na formação social boliviana ficam ainda mais reforçados devido ao empenho do capital americano e do aparelho de Estado americano em garantir o país como fonte de fornecimento de matérias-primas batatas. A nossa análise detectou dois tipos de práticas recorrentes viabilizados por esses agentes externos: a ajuda econômica e o fortalecimento do processo de modernização do aparelho de Estado boliviano. A ajuda econômica praticamente contribuiu, simultaneamente, com o estrangulamento do setor exportador e com o bloqueio de uma diversificação industrial no próprio setor chave da economia boliviana (setor mineração): tal ajuda induziu o Estado boliviano a instaurar uma política de extrema abertura da economia ao capital estrangeiro, o que aprofundou a sua vulnerabilidade externa e o atraso econômico - a política liberalizante calcada na “estabilidade com desenvolvimento”. Já a modernização do aparelho de Estado teve um duplo objetivo: 1) a reorganização e fortalecimento do Exército, convertendo-se este em guardião da grande propriedade e contra novos surtos de nacionalizações, o que redundou no reforço de seu papel interventor (um Exército com função de polícia); 2) a modernização da burocracia estatal, adequando-a às exigências e condições para a operação do capital estrangeiro (sistemáticas reformas administrativas, planos econômicos, relatórios sobre a performance dos setores chaves da economia, elaboração de legislações para esses setores etc.) – isto é, contribuiu decididamente com a eliminação dos obstáculos institucionais com o fim de que o capital americano pudesse operar sem restrições, mesmo mantendo o Estado boliviano o monopólio econômico dos setores estratégicos. Em suma, tratou-se de uma modernização conservadora e contraditória. Conservadora, porque contribuiu com reforço das estruturas econômicas mineiro-exportadora e agrário-camponesa e, por essa via, contribuiu com o reforço das classes e frações de classe dominantes locais (burguesia compradora, nova burguesia mineira e a burguesia agro-industrial e a grande propriedade fundiária). Contraditória, porque acabou reforçando o papel interventor do Exército, e por essa via, contribuiu com a intensificação da instabilidade política no país e com o acréscimo da repressão das massas trabalhadoras.

Elaboramos também uma hipótese explicativa sobre o caráter da prática de acumulação de capital pelas classes dominantes bolivianas. Ela se baseou na prática de acumulação da nova burguesia mineira: a “minimização dos riscos e a maximização do lucro”. Trata-se de uma prática de extração de mais-valia e de lucros imediatos que segue a lógica de funcionamento da indústria mineiro-extrativa. Os empresários da mineração média justificam que, devido ao ciclo mineiro se caracterizar pelo seu “alto risco” e pela instabilidade econômica derivada das flutuações constantes dos preços no mercado mundial de metais, as firmas mineradoras geralmente trabalhariam com perda e, portanto, os lucros seriam muito baixos. Essa situação se agravaria com a política tributária “irracional” imposta pelo Estado. Entretanto, os setores dominantes experimentaram uma inusitada expansão e crescimento nos anos 70, cujos investimentos foram deslocados para outros setores da economia ou os excedentes enviados para o exterior. Numa situação como essa, eles recorreram constantemente ao Estado para que forneça o “capital de risco” para iniciar um novo ciclo mineiro. O que foi feito através de um variado mecanismo de transferência de capital público ao setor privado (créditos com fundos perdidos, liberalização da comercialização de minérios etc.). Assim, a minimização do risco e a maximização dos lucros significavam: 1) mínimo investimento de capital para o funcionamento nas unidades produtivas (minas), sem renovação tecnológica, combinada com uma alta taxa de exploração da força de trabalho; 2) máxima obtenção de créditos públicos com fundos perdidos e a otimização da utilização da capacidade instalada mineiro-metalúrgica das empresas estatais pelas empresas privadas.

Além do mais, esses agentes econômicos justificaram a prática de extração de lucros imediatos e no menor tempo possível através de uma operação ideológica *sui generis*: a transformação de uma suposta desvantagem econômica numa vantagem concreta favorável para acumular capital – isto é, viveram se queixando da vulnerabilidade e instabilidade do funcionamento da economia mineira devido à acentuada oscilação dos preços dos metais no mercado mundial, alto

risco no investimento, elevado custo de produção e política impositiva “irracional”. Em suma, os setores econômicos preponderantes da mineração privada, junto com os dirigentes das empresas mineiras estatais, aproveitaram os efeitos positivos do caráter vulnerável e instável do funcionamento do motor da economia boliviana e se lançam na corrida pela maximização dos lucros no menor tempo possível, convertendo uma suposta situação negativa (inculcada ideologicamente no conjunto da sociedade) em uma vantagem concreta. No plano político, eles tendem a transferir as causas da instabilidade política do país à ação do sindicalismo praticado pela COB, que induziria às massas populares e aos camponeses a se revelarem contra a ordem – a luta salarial é vista como um acelerador da instabilidade econômica (paralisação do aparelho produtivo, desencadeamento da inflação etc.) e política (greve, caos, manifestações políticas etc.).

E nesse quadro de ocorrência de fatores genéricos potenciais de instabilidade econômica e política que se insere as nossas principais conclusões da segunda parte deste trabalho (capítulos quatro e cinco). Verificamos que as principais causas da instabilidade política no período em foco foram provocadas pela relação entre o Estado militar e as classes dominantes. As principais causas foram desencadeadas por três crises devastadoras, intimamente relacionadas: a crise de hegemonia, a crise de acumulação de capital e a crise de sucessão militar-governamental. A primeira se patenteou na crise de hegemonia vacilante. A segunda está relacionada com o processo de acumulação de capital pautado pela prática de extração de mais-valia e sobrelucros imediatos pelas classes dominantes, processo esse viabilizado por uma política de desnacionalização da economia boliviana a longo prazo e que, no período, adotou a forma de um processo de transferência acelerada de capital público ao setor privado. E a terceira está relacionada com a condensação das crises internas da instituição castrense, que contribuiu com o agravamento da crise institucional, decalcada na figura do golpe de Estado. As demais crises e contradições políticas deflagradas no período foram praticamente agravadas pelo impacto desestabilizador destas três crises que provocaram instabilidade política permanente. Assim, tanto o funcionamento do Estado militar como o processo de acumulação

estiveram sobredeterminados pela deflagração destas crises, configurando-se esse Estado como um Estado militar-de-crise e como um Estado potencialmente desestabilizador. Nesse contexto, consideramos que o agravamento da crise de legitimidade do governo ditatorial do período seria uma consequência do desencadeamento das crises mencionadas.

A nossa análise detectou a emergência de um tipo particular de crise que temos denominado crise de hegemonia vacilante do grande capital financeiro americano. A emergência e peso específico desta particular crise - que teve uma repercussão incisiva no seio do bloco no poder e no aparelho de Estado, e provocou o incremento de instabilidade política - se deveu a um conjunto de fatores dentre os quais os mais importantes serão identificados a seguir.

Primeiro, o caráter da intervenção praticada por esse capital, o que revelou a natureza contingente da sua participação no país: a extração de matérias-primas e sobrelucros imediatos (intervenção de tipo saqueio) combinada com um tipo de relação desse capital com as empresas estatais e com o capital público e nacionalizado - o processo de desnacionalização da economia boliviana. Este processo adota, no período, a forma de uma transferência acelerada de capital público ao setor privado: o grande capital americano intensifica seu ataque às empresas estatais com o fim de obrigá-lo a assinar contratos de associação (do tipo *holdings* e *joint-ventures*) e passa a controlar os setores chaves da economia boliviana (mineração, petróleo, bancos). Neste contexto, é o Estado boliviano que se converte no principal instrumento do processo de desnacionalização ao manter o monopólio dos setores estratégicos, a serviço desse capital, e ao mesmo tempo no guardião contra as nacionalizações. Assim, o Estado boliviano abdicou de seu papel fiscalizador e extrativo (arrecadador) em favor das firmas monopolistas americanas e dos setores dominantes nacionais.

Segundo, o capital americano preponderante não consegue impor sua dominação ideológica no conjunto da sociedade boliviana e, por conseguinte, uma dominação política duradoura: pressiona o Estado militar a aumentar a dose da exploração e da repressão das massas trabalhadoras a fim de concretizar seus interesses econômicos imediatos - maximização da extração de matérias-primas e do

açambarcamento da maior cota da mais-valia total no menor tempo possível, o que foi feito com um ínfimo investimento de capital no país. Noutros termos, embora tenha se empenhado em fornecer uma certa estabilidade política ao regime ditatorial – através do incremento da ajuda econômica e militar – esse capital não consegue tal objetivo e acaba provocando o seu contrário: o agravamento das crises econômica e política e, por conseguinte, a intensificação da instabilidade política no país. E a principal razão dessa contradição reside no caráter da extração e acumulação de capital patenteada na política de desnacionalização da economia boliviana (a extração de mais-valia de tipo absoluta, combinada com uma intervenção/participação nessa economia de tipo saqueio): a busca deste objetivo somente poderia se concretizar reprimindo à classe trabalhadora boliviana, principalmente ao proletariado mineiro. Esta política de ordem aparece como um interesse geral do bloco no poder, porém foi uma exigência fundamental do grande capital financeiro, pelo menos desde meados dos anos 60 (vimos que ao longo do período que vigorou a ditadura em questão estava afastada a situação revolucionária).

Terceiro, a burguesia mineiro-exportadora boliviana não consegue atenuar o impacto da dominação econômica e política imposto pelo capital americano preponderante. O efeito dessa dominação foi detectado em dois níveis: 1) a sua neutralização política por esse capital a leva a adotar também uma postura vacilante no sistema hegemônico, o que contribuiu com a emergência de novas crises políticas no seio do bloco no poder; 2) o permanente conflito entre ela e o aparelho de Estado, principalmente em torno da definição da política econômica, que repercute no conflito em relação a alguns aspectos dessa política, principalmente as políticas creditícia e tributária. Essa dupla situação acaba agravando o “egoísmo de fração” em detrimento do interesse geral da classe capitalista: ela não se dispõe a sacrificar seus interesses econômicos imediatos (um corporativismo extremado), e passa a polarizar a luta econômica e política com o resto das frações subalternas no seio do bloco no poder. Mais especificamente, acaba deslocando

sua luta contra o resto das frações subalternas e a burocracia estatal e não contra o grande capital americano. E tal luta aparece condensada na sua constante pressão sobre o Estado para que atenda seus interesses econômicos específicos, mesmo tendo-se convertido em fração dominante do aparelho de Estado e tenha participado do sistema hegemônico: pressiona a burocracia estatal para que redefina os mecanismos institucionais de acesso às agências estatais definidoras de crédito, bem como os principais dispositivos da política econômica, com o fim de ampliar sua participação no processo de acumulação de capital e maximizar a extração de lucros no menor tempo possível. Por essa via, se converte na maior defensora tanto do aumento da taxa de exploração da força de trabalho como do incremento da repressão sobre massas trabalhadoras pelo Exército. Em suma, dado que as classes subalternas do bloco no poder não podem colocar limites à intervenção do capital preponderante, estas aumentam a pressão sobre a burocracia estatal para que atenda seus interesses específicos e, simultaneamente pressionam o Exército para incrementar a dose de repressão sobre as massas trabalhadoras. O que redundando tanto no agravamento das crises e contradições no seio do bloco no poder como no aparelho de Estado, agravando assim a crise de legitimidade.

Finalmente, verificamos que o caráter vacilante da hegemonia aparece mais claramente no comportamento do grande capital bancário, sob a direção do grande capital financeiro americano, na economia do país: é o setor mais especulativo que dá o primeiro sinal de desintegração do sistema hegemônico, passando a abandonar seu apoio à ditadura e, por conseguinte, bloquear os novos empréstimos externos para o país.

Em suma, os principais aspectos das crises e contradições políticas essenciais estiveram relacionadas com as três crises fundamentais apontadas acima, as quais se converteram nos principais fatores desencadeadores de instabilidade política no período. Vimos como os principais agentes econômicos e estatais empenharam-se em manter um sistema de acumulação e de dominação

caracterizado pela dinâmica de um processo profundamente desestabilizador nas esferas econômica e política.

Devemos agora apresentar algumas conclusões relevantes que dizem respeito às principais contradições inscritas no funcionamento do poder institucionalizado do Estado militar boliviano e sua relação com a instabilidade política.

Em primeiro lugar, a busca incessante de estabilidade pelo Estado militar acabou redundando no incremento de instabilidade política. Trata-se do processo de militarização/desestabilização. Mesmo se empenhando em manter uma certa estabilidade nos âmbitos do sistema político e do regime político, objetivo imposto pela grande capital financeiro preponderante como condição necessária para “ampliar” sua participação nos investimentos no país (uma política de “estabilidade com desenvolvimento”), o setor militar dirigente que controlou o aparelho estatal não consegue esse objetivo fundamental a médio e longo prazos. Entretanto, consegue tal objetivo a curto prazo e satisfaz os interesses econômicos imediatos desse capital, o que provocou um alto índice de convulsão social e política nas classes trabalhadoras e populares. Na esfera política, o Exército organizou o sistema hegemônico, sob a direção do capital financeiro americano. Na esfera econômica, atendeu prioritariamente os interesses econômicos desta fração de capital, e em segundo lugar, os interesses econômicos do capital bancário estrangeiro e do capital mineiro-exportador. O Estado também conseguiu atender, com certa dificuldade, os interesses econômicos secundários das frações subalternas do bloco no poder, o que foi feito através de uma pressão constante, cheia de conflitos e contradições. A burocracia estatal também consegue satisfazer seus interesses econômicos específicos através da descomunal corrupção, desfalque das empresas estatais etc. Mas tal processo hierarquizado de acumulação de capital, em benefício frações burguesas imperialistas e das classes dominantes nativas, foi conseguido com um alto preço econômico e político para o país: o aprofundamento do grau de atraso da economia boliviana, o que redundou no reforço das atividades mineiro-extrativa e agrário-camponesa, bem como o maior empobrecimento do conjunto das classes

trabalhadoras e camponesas (descomunal sobre-exploração da força de trabalho combinada com uma intensa repressão das massas trabalhadoras). E ainda mais, provocou o colapso precoce da economia boliviana, que se inicia em 1976-77 com a crise econômica, seguida de seu agravamento no período 1978-82 (e seu colapso no período 1982-85). Em suma, o processo de acumulação se intensificou no período 1971-78 e se pautou pelo estabelecimento de uma política de desnacionalização acelerada, ancorada numa dinâmica de transferência, igualmente acelerada, de capital público ao setor privado. E tal processo não poderia ser viabilizado sem a instauração de uma ditadura do grande capital financeiro americano cuja prerrogativa política aparece numa dupla exigência: 1) a condição *sine qua non* do “investimento” era a conquista da estabilidade política do país (já vimos que os investimentos foram quase nulos); 2) tal objetivo somente poderia ser alcançado com a política de ordem/repressão do movimento operário organizado e altamente politizado.

Esse caráter contraditório do funcionamento do Estado militar se acopla a um segundo traço fundamental: dado o agravamento das crises internas da instituição castrense, cujo maior impacto acaba incidindo com maior força na cúpula militar em razão da intensificação da crise de sucessão militar e da crise de sucessão governamental, o setor palaciano não consegue controlar e neutralizar completamente a oposição militar deflagrada em dois níveis: no próprio setor palaciano e no setor da caserna. Ao longo do período o setor palaciano dirigente aplica várias reformas no aparelho militar e na burocracia estatal com o fim de satisfazer às exigências do capital estrangeiro (estabilidade política): organiza/desorganiza a estrutura de poder militar constantemente para manter um certo equilíbrio, porém precário e instável, da correlação de forças no seio do Exército. Abole a circulação dos generais no Alto Comando e, sobretudo bloqueia a possibilidade de qualquer oficial de alta patente conquistar a presidência da república, num contexto em que a aspiração a esse cargo foi considerada como “natural”. O que lhe permite, pelo menos a curto prazo, uma ampla margem de manobra e controle do funcionamento do regime, com o fim de tentar atenuar suas próprias crises e a

descomunal instabilidade política. Assim, o Estado militar-de-crise se configurou como um Estado potencialmente instável.

Em suma, verificamos algumas contradições importantes inscritas no Estado militar. De um lado, induzido pelo discurso ideológico da instauração da estabilidade política como condição necessária para o investimento do capital estrangeiro no país, o Estado atende prioritariamente os interesses econômicos imediatos do grande capital financeiro americano e, assim, acaba acelerando o processo de acumulação de capital no menor tempo possível. Mas também atende, de forma conflituosa e contraditória, os interesses econômicos secundários das frações subalternas do bloco no poder, cedendo às pressões dos “partidos empresariais” e setores da economia organizados: a nova burguesia mineira, agro-industrial e as frações dominantes da burguesia compradora. De outro, o empenho do Estado militar na intensa busca de estabilidade política com o fim de manter e prolongar o regime ditatorial-militar, acaba acelerando o processo de reprodução de suas crises e contradições internas, desencadeadas pela crise de sucessão governamental, o qual se patenteou na proliferação de tentativas golpistas contra o governo, ao mesmo tempo em que este respondeu com o golpe dentro golpe. Tal processo tendeu a ser potencializado pela dinâmica da condensação das crises políticas não resolvidas no período em questão (crise ideológica, crise institucional, crise de unidade). Trata-se de uma contradição no seio do aparelho Estado que se constituiu num fator potencial de reprodução da instabilidade política e que se converteu no fator direto do colapso da ditadura banzerista.

Em segundo lugar, detectamos um segundo tipo de contradição no seio do aparelho de Estado. Trata-se do caráter contraditório do funcionamento do Estado burguês sob a forma ditatorial-militar, um traço essencial desse tipo de Estado, que se especifica pela representação burocrática e a representação propriamente política. O primeiro aspecto da contradição residiu no funcionamento temporário de um sistema político “híbrido” no regime militar boliviano: um fenômeno peculiar que se converteu numa outra fonte importante de instabilidade política na fase 1971-74. Na busca de estabilização do regime, o Estado militar se apoiou na coligação partidária FPN – devido basicamente

às insuficiências dos dispositivos postos em prática pela representação burocrática - e, por essa via possibilitou o funcionamento limitado de alguns elementos da representação propriamente política: convocou eleições para a presidência da república praticamente cada ano, junto com a abertura do processo eleitoral, o que provocou uma acirrada disputa entre os candidatos concorrentes, entre eles Banzer. Na primeira fase do processo político (1971-74), detectamos a tentativa de funcionamento do regime militar combinado com um sistema político com ascendência democrática (como o que funcionou entre 1966-69, no governo Barrientos), restrito à participação, na cena política, dos partidos MNR-Estenssoro e a FSB, integrantes da aliança política (FPN). Trata-se, neste caso, de uma experiência inusitada, mas destinada ao fracasso por duas razões: a) pelo funcionamento contraditório do regime militar-ditatorial na medida em que abriu uma brecha institucional – e este é o fator importante da contradição - que desaguou numa intensa politização das forças sociais presentes na coalizão governante; b) pelo funcionamento do Exército como partido político do conjunto da classe capitalista exploradora (que organiza a hegemonia da fração preponderante do capital americano); c) o bloco no poder luta intensamente contra a FPN até expulsar o partido populista (MNR) e diluir essa frente partidária. O que expressava o grau da crise de representação partidária, num momento em que o Exército reivindicava a instauração de um “partido único”. Esses aspectos do processo político contribuíram com a aceleração das crises e contradições políticas no funcionamento do Estado militar.

Nesse sentido, deparamo-nos com um fenômeno político peculiar, mesmo que esse sistema político “híbrido” tenha tido uma duração efêmera. Vale dizer, a combinação de dois sistemas políticos: um sistema de tipo autoritário (ditatorial), com a outorga de algumas concessões políticas liberalizantes (convocação de eleições, concorrência eleitoral, mobilização político-partidária); outro sistema de tipo democrático, com ascendência “oligárquica”, influenciado pelo funcionamento, na cena política, do partido populista conservador (MNR). Trata-se de um sistema político contraditório no seio do Estado militar, porém tutelado pelo regime ditatorial-militar. E a solução dessa contradição

não poderia ser outra: a liquidação do sistema político democratizante através da intervenção do aparelho de Estado: impõe-se a representação de tipo burocrática, que culmina com o “autogolpe” de Banzer em 1974 e a pulverização da aliança político-partidária. O que acelerou o processo de militarização horizontal e vertical do aparelho de Estado. O Estado passa a se empenhar na busca de legitimidade do regime na posta em prática de dispositivos políticos relacionados com a representação de tipo burocrática: intensifica a inculcação ideológica do patriotismo, nacionalismo, a defesa da soberania nacional etc. E a estratégia mais importante se patenteou na campanha de recuperação do litoral – indicadores do funcionamento de elementos importantes dos mecanismos do funcionamento da representação burocrática, baseada na inculcação da ideologia superclassista: a representação da unidade no Estado-Nação. Mas ao reforçar este tipo de mecanismo, a burocracia estatal aprofunda o processo de isolamento (divisão) e fragmentação no próprio Exército e repercute nos setores das classes dominantes (“egoísmo de fração” patenteado no funcionamento dos partidos corporativos empresariais empenhados na extração de lucros rápidos e no menor tempo possível). Ao mesmo tempo, assiste-se ao reforço do caráter associacionístico dos trabalhadores, caráter esse que decorre da sua própria situação de classe e do lugar ocupado no processo de trabalho: o reforço da unidade da classe operária dinamizada pelas bases sindicais para resistir e lutar politicamente contra a ditadura.

Na última fase (a conjuntura de fim de 1977-julho de 1978), marcada pela abertura política do regime em virtude da resistência e luta crescente das massas populares contra a ditadura, assistimos novamente a um processo político contraditório: a burocrática estatal, pressionada pelas massas populares, se vê obrigada a abrir espaço para o funcionamento da representação propriamente política (outorga de anistia política geral, abertura política, funcionamento dos partidário e sindicatos, eleições nacionais). Porém novamente é liquidada a representação de tipo política com o bloqueio de seu funcionamento através de uma dupla intervenção: fraude eleitoral seguida de um golpe dentro do golpe (julho de 1978). O candidato situacionista foi derrotado fragorosamente pela coalizão FUDP,

mesmo com a descomunal fraude do governo em favor daquele. O governo “anula” as eleições e o candidato derrotado, gal. Pereda, depõe Banzer, situação que abre um novo ciclo de crises políticas e instabilidade política que se prolonga até 1982. Entretanto, este golpe revelou, de um lado, o fracasso da facção nacionalista-militarista conservadora na condução do Estado, e de outro, a crise final da ditadura e a deposição dessa facção: três meses depois, Pereda é deposto pelo gal. Padilla, filiado à facção nacionalista-revolucionária (os “constitucionalistas”), alinhada ideologicamente ao MNR-Estenssoro. Quer dizer, houve uma troca de uma facção militar por outra no comando do aparelho de Estado.

O que significa que, se o Estado militar boliviano não consegue desmobilizar/reorganizar o movimento operário e popular a curto e médio prazos, a forma mais reiterada e violenta de desmobilização – portanto a forma mais eficiente adaptada ao caso boliviano - é feita *através dos permanentes golpes de Estado e da encenação da democracia política* (abertura política, eleições, fraude eleitoral e golpe de Estado). Nesse sentido, a burocracia estatal utilizou os dois tipos de representações (a burocrática e a política) com dominância da representação burocrática, através da permanente intervenção do Exército: um tipo de sucessão governamental pela via do golpe. Este tipo de intervenção teve efeitos políticos a longo prazo em dois sentidos: 1) embora a ditadura não tenha conseguido desmobilizar completamente o movimento operário e popular, na conjuntura de 1978 bloqueia a ascensão radicalizada do movimento operário e das massas populares através de um duplo “golpe”: fraude eleitoral e golpe de Estado; 2) as lideranças da COB adotam a estratégia da luta pela democracia e perdem a direção deste processo para os setores da burguesia democratizante (MNR-Siles), num momento em que as massas populares se radicalizam e rejeitam a ideologia nacionalista revolucionária: trata-se de um momento político de refluxo e de unificação das massas trabalhadoras e camponesas. Na conjuntura de 1979-80 ocorrem mais duas eleições nacionais e novamente a burocracia de Estado bloqueia o processo de ascensão das massas trabalhadoras e populares através

da interrupção do processo eleitoral e da proliferação de golpes de Estado: a esta altura do processo político, o movimento operário e popular aparece ostensivamente abalado e dividido.¹

Em terceiro lugar, detectamos um terceiro tipo de contradição inerente ao aparelho de Estado que se relaciona com a crise de legitimidade e com o caráter da organização interna desse aparelho. De um lado, ao não ser suficiente o funcionamento dos dispositivos da representação burocrática - cujos principais instrumentos de intervenção manifestou-se na posta em prática de mecanismos de desorganização das classes dominadas com o objetivo de reforçar a política de ordem - , o Estado militar empenhou-se em realizar concessões socioeconômicas ao movimento operário em geral, porém com pouco sucesso (isto é, seus efeitos foram limitados): tentou reorganizar os sindicatos através da imposição de uma nova legislação sindical e trabalhista (sindicalismo de Estado), ao mesmo tempo em que instaurou o serviço civil obrigatório para as massas trabalhadoras e camponesas (relações de tipo servil). Analisadas em seu conjunto, tais medidas buscavam o mínimo funcionamento do aparelho produtivo (ameaçado pelas constantes greves), sem o qual a economia do país (dominada pelas atividades mineiro-extrativas) paralisar-se-ia, bloqueando o processo acelerado de acumulação de capital. Na greve de maio-junho de 1976, a ditadura se empenhou em substituir os operários em greve colocando tanto contingentes de recrutas do Exército como de camponeses para trabalhar nas minas, porém não conseguiu seus objetivos imediatos (entretanto os conseguirá a médio prazo, conforme veremos logo), pois os camponeses se recusaram e os recrutas não deram conta do serviço (Cf. Viezzer, 1979). Os trabalhadores mineiros se viram obrigados a levantar a greve depois de quase dois meses de paralisação por falta de alimentos, sem conseguir suas reivindicações salariais. A ditadura praticamente manteve fechado o armazém (*pulperia* mineira), além de bloquear o ingresso de

¹ A perda do processo de democratização pelas lideranças da COB fica patenteada na instauração do regime democrático em 1982: a coligação MNR-Siles/COB deságua no governo UDP-COB (1982-85), acentuando o processo de divisão do movimento operário. Finalmente, assiste-se a recuperação do controle do aparelho de Estado pelos setores mais recalcitrantes da burguesia boliviana (as burguesias mineira, compradora e agro-industrial): a consolidação do Estado democrático e do regime democrático altamente autoritário e o desmonte do Estado anterior com o reajuste neoliberal - a volta a uma situação política semelhante a que vigorou em 1971 no que diz respeito ao processo de acumulação de capital viabilizado pela política de investimento, só que desta vez tal política é mais liberalizante.

alimentos nos distritos mineiros em greve. De outro lado, o Estado militar cede às pressões políticas do bloco no poder (pressões que refletem o “egoísmo de fração”), interessado no recrudescimento da repressão militarizada sobre a classe trabalhadora, principalmente sobre o proletariado mineiro, com o fim de elevar a taxa de exploração da força de trabalho e maximizar a extração de lucros imediatos.

Conclusão, o resultado foi contraditório. O Estado militar não consegue desmobilizar completamente as massas populares nem liquidar politicamente o movimento proletário, mesmo aumentando a dose da repressão. Dinamizados pelo proletariado mineiro, esse movimento contribuiu com o acréscimo da resistência e luta das massas populares contra a ditadura no subperíodo 1976-77. Essa incapacidade do Estado potencializou o agravamento das crises internas do Exército e o conjunto de crises e contradições políticas na formação social boliviana: acirramento da luta de classes, cuja contradição fundamental se patenteou entre o proletariado mineiro e o grande capital financeiro americano (junto com seus aliados locais, principalmente a nova burguesia mineira). Esta situação política acabou acelerando a crise final da ditadura banzerista. Vemos, assim, uma variante histórica de um Estado burguês atrasado, sob a forma ditatorial-militar, que teve um papel fundamental no processo de acumulação de capital viabilizado de uma forma profundamente violenta, o que redundou no grau de atraso do país. O Estado militar acelerou o processo de desnacionalização da economia boliviana mantendo sua função de fator de criar as condições político-ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista na formação boliviana em transição capitalista periférica: a transferência acelerada de capital público para o setor privado, em benefício do grande capital financeiro americano e das classes dominantes locais, num contexto de descomunal instabilidade política.

Em suma, os principais fatores potenciais que reproduziram instabilidade política no Estado militar do período foram desencadeados pela intensificação e agravamento da crise de acumulação de capital, da descomunal crise do Exército e da peculiar crise de hegemonia, denominada hegemonia vacilante. As crises e contradições deflagradas no período estiveram comandadas pelo impacto do

agravamento destas três crises que sobredeterminaram o funcionamento do Estado militar boliviano. E tais crises e contradições políticas convergem com o aguçamento da crise de legitimidade e com mobilização política das massas populares contra a ditadura. Assim, podemos concluir que o Estado boliviano do período adotou uma dupla configuração: de um lado, como um *Estado-militar-de-crise* e, por conseguinte como *um Estado constitutivamente instável*; de outro, como um *Estado potencialmente desestabilizador*, na medida em que condensou três tipos de fontes fundamentais de instabilidade política: 1) a dinamizada pelas classes dominantes: a instabilidade no seio do bloco no poder provocado por um tipo de crise de hegemonia e pela acirrada luta entre as classes subalternas de tal bloco, instabilidade essa que se relaciona com o tipo de acumulação de capital, denotativo da crise de acumulação (maximização da extração de mais-valia e lucros rápidos e no menor tempo possível); 2) a instabilidade reproduzida pelo funcionamento do Estado militar, patenteada na permanente intervenção do Exército através do golpe de Estado (intensificação da crise de sucessão governamental e a permanência da sucessão pela via do golpe); 3) a instabilidade provocada pela constante pressão do movimento operário e popular contra a ditadura: o Estado militar não consegue desmobilizar completamente esse movimento, mas consegue aplicar golpes sistemáticos que bloqueiam as reivindicações substantivas das classes trabalhadoras e populares (isto é, o melhoramento das suas condições sociais de vida) e, por essa via, interdita o controle do aparelho de Estado por estas classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. FONTES PRIMÁRIAS

1. Documentos das associações sindicais

- CENTRAL OBRERA BOLIVIANA. “*Tesis Política de la C.O.B.*”. In: Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz: Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. II.
- _____. “*Declaración Política del V Congreso de la Central Obrera Boliviana*”. In: Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz: Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. II.
- SISTEMA DE DOCUMENTACION E INFORMACION SINDICAL. **Documentos de la Resistencia a la Dictadura de Banzer e García Meza**. La Paz, s/d.

2. Documentos Oficiais

- BANCO CENTRAL DE BOLIVIA (BCB). **Memorias Anuales** de 1970 a 1980.
- BANCO DEL ESTADO (BE). “Pequeña y mediana empresa en Bolivia”. In: **La Pequeña y Mediana Industria en España y los Países Andinos**. ICO (Instituto de Crédito Oficial), Madrid, septiembre, 1975.
- GACETA OFICIAL DE BOLIVIA. Nº 504, La Paz, 4 de maio de 1970.
- _____. Nº 537, La Paz, 18 de Diciembre de 1970.
- _____. Nº 555, La Paz, 23 de Abril de 1971.
- _____. Nº 754, La Paz, 12 de Diciembre de 1974.
- _____. Nº 946, La Paz, 29 de Septiembre de 1977.
- _____. **Ley de Licitación del Sector Público – Ley de Adquisiciones del Sector Público**. La Paz, Diciembre de 1977.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA (INE). **Bolivia en Cifras. Anuario 1973**.
_____. *Bolivia en Cifras 1980*.
- LEY DE LAS FUERZAS ARMADAS DE LA NACIÓN**. Cochabamba, Servando Serrano Torrico Editor, 1993.
- LEY GENERAL DEL TRABAJO**. (Rios Zuazo). La Paz, 1977.
- LEY NACIONAL DE CONTROL DE SUSTANCIAS PELIGROSAS**. La Paz: Juventud, 1974.
- LEY NACIONAL DE CONTROL DE SUSTANCIAS PELIGROSAS**. Ministerio del Interior Migración y Justicia. Subsecretaría de Justicia. La Paz, Bolívia, 1976.
- MINISTÉRIO DE INFORMACIONES, CULTURA Y TURISMO. **Realizaciones, Objetivos y Propósitos del Gobierno Revolucionario de Bolivia**. Mensaje del Presidente de la República, Gral. Alfredo Ovando Candia el 31 de Diciembre de 1969. La Paz.
- MINISTERIO DE INFORMACIONES. **Presidente Banzer. 1973, Año de la Consolidación Económica**. La Paz, 31 de Diciembre de 1972.
- MINISTERIO DE MINERIA Y METALURGIA. **Bolivia Minera en Números. 1975**. La Paz.
- MINISTERIO DE MINERIA Y METALURGIA. **Anuário Estadístico Minero. 1979**. La Paz.
- MINISTERIO DE MINERIA Y METALURGIA. **Política Minero Metalúrgica. 1981-1985**. La Paz, 1981.
- MINISTÉRIO DE FINANZAS. **Informe Musgrave**. La Paz, 1977. 2 Volumes.

- MINISTÉRIO DE PLANEAMIENTO Y COORDINACIÓN. **Plan de Desarrollo económico y social (1976-1980)**. Libro Resumen y 2 Tomos. La Paz, agosto de 1976.
- MINISTÉRIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO. **Memoria Correspondiente al período que comprende del 26 de Noviembre de 1973 al 31 de Diciembre de 1974**. La Paz, 1975.
- MINISTÉRIO DE TRABAJO Y DESARROLLO LABORAL. **Anuario de Estadísticas del Trabajo 1980**. La Paz, 1980.
- PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Libro Blanco de Realizaciones del Gobierno de las Fuerzas Armadas (1971-78)**. La Paz, 6 de agosto de 1978.

3. Documentos de Associações e Órgãos da Empresa Privada

- ASOCIACIÓN NACIONAL DE MINEROS MEDIANOS (ANMM). **La Minería Mediana y la Estrategia Socio-Económica del Desarrollo Nacional**. La Paz. Febrero de 1971.
- _____. **La minería Mediana de Bolivia**. La Paz (1974-75).
- _____. **Informe Anual – Julio 1976-Junio 1977**. La Paz, Setiembre de 1977.
- _____. **Medium Miners Annual Report June 78**. La Paz, agosto de 1978.
- _____. **Medium Miners Annual Report 1978**. La Paz, abril de 1979.
- _____. **Medium Miners Annual Report 1980**. La Paz, abril de 1981.
- _____. **Minería y Economía en Bolivia**. Biblioteca Minera Boliviana, N° 2, La Paz, 1984.
- CÁMARA NACIONAL DE COMERCIO (CNC). **Memorias de 1965 a 1969**. La Paz.
- _____. **LXXV Memoria**. 11 de Junio de 1970.
- _____. **LXXVI Memoria**. 30 de Julio de 1971.
- _____. **LXXVII Memoria**. 25 de Julio de 1972.
- _____. **LXXVIII Memoria**. 7 de Maio de 1973.
- _____. **LXXIX Memoria**. 1° de Abril de 1974.
- _____. **LXXX Memoria**. 1° Septiembre de 1975.
- _____. **Boletín Informativo**. N° 184, 185 e 186, Abril, Maio e Junio de 1972.
- _____. **Comentarios y sugerencias en torno a algunos problemas de la economía nacional**. La Paz, Febrero de 1972.
- _____. **Contrabando – Análisis global – Criterios para su eliminación**. La Paz, Noviembre de 1976.
- _____. **El comercio en el conjunto de la economía nacional**. Documento preparado por la Gerencia para la reunión de coordinadores y gerentes de comercio de la República. La Paz, marzo de 1976.
- _____. **Comercio - Su comportamiento en la economía nacional**. Documento presentado a la Reunión Nacional de Cámaras de Comercio. Trinidad, 23 a 25 de agosto de 1979.
- CÁMARA NACIONAL DE INDUSTRIA (CNI).
- _____. **Memoria 1976-1977**. La Paz.
- _____. **Memoria 1977-1978**. La Paz.
- _____. **Memoria 1978-1979**. La Paz.
- _____. **Memoria 1979-1980**. La Paz.
- CÁMARA DE INDUSTRIA Y COMERCIO (CAINCO). **Resumen de Labores 1978-1979**. Santa Cruz de la Sierra.
- _____. **Memoria Anual 1979-1980**. Santa Cruz.
- _____. **80 Años. 1915-1995**. Santa Cruz de la Sierra, 5 de febrero de 1995.

- CONFEDERACIÓN DE EMPRESARIOS PRIVADOS (CEPB). **Análisis de la Economía Bolivia en la Década 1970-1979 (Alguns aspectos principales)**. La Paz, Diciembre de 1980.
- _____. **Pensamiento de la Empresa Privada Boliviana (Documentos emitidos de Febrero 1977 a Marzo 1981)**. La Paz, Marzo de 1981.
- _____. **Documentos. Congreso Nacional Extraordinario. 27 y 28 de Julio de 1979**. La Paz.
- _____. **Memoria Anual**. Abril 1980-Marzo 1981.

4. Partidos Políticos

- FRENTE DE UNIDAD DEMOCRATICA Y POPULAR. “*Declaración Política del Frente de Unidad Democrática y Popular*”. In: Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz: Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.
- MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIO. “*Movimiento de Izquierda Revolucionario - Bases para una Estrategia Económica, Democrática, Popular y Liberadora*”. In: Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz: Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.
- MOVIMIENTO NACIONALISTA REVOLUCIONARIO. “*Declaración de Principios del Movimiento Nacionalista Revolucionario*”. In: Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz: Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.
- MOVIMIENTO NACIONALISTA REVOLUCIONARIO DE IZQUIERDA. “*Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda - Síntesis de Principios*”. In: Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz: Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.

5. Jornais e Revistas

Aquí: Abril, Mayo, Julio de 1979

El Diario: Abril e Junio de 1975

Hoy: Agosto de 1971

Presencia: Julio de 1971; Septiembre 1971 até Marzo de 1975; Julio de 1975 até Diciembre de 1978

Fortune: Maio de 1975 e Agosto de 1977

II. FONTES SECUNDÁRIAS

1. Livros e artigos

ABARRACÍN Millán, Juan. **El poder minero**. La Paz: Urquizo. 1972

ALAVI, Hamza. “El Estado en sociedades poscoloniales: Pakistán y Bangladesh”. In: SONTAG & VALECILLOS, **El Estado en el capitalismo contemporáneo**. México: Siglo XXI, 1990. 9ª ed.

1990

_____. **Las clases campesinas y las lealtades primordiales**. Barcelona: Editorial Anagrama.

1976

- ALBÓ, Javier. “Bodas de plata o requiem para una Reforma Agrária”, **Revista Paraguaya de Sociología**, nº 35, Enero-Abril, pp. 25-57.
1976
- ALBÓ, Xavier & BARNADAS, Josep. **La cara campesina de nuestra historia**. La Paz: Editora Universo. 2ª ed. 306 pp.
1985
- ALMARAZ, Sergio. **El Poder y la Caída**. La Paz, Los Amigos del Libro. 6ª ed.
1993
- _____. **Requiem para una República**. La Paz, Los Amigos del Libro. 4ª ed.
1988
- ALEXANDER, Robert J. **The Bolivian National Revolution**. New Jersey: New Brunswick.
1958
- _____. **Bolivia: past, present, and future of its politics**. New York: Praeger Publishers.
1982
- ALTHUSSER, Louis. “Ideologías e Aparatos Ideológicos del Estado (Notas para una Investigación)”. In: **La Filosofía como Arma de la Revolución**. México, Pasado y Presente. 16a. ed.
1986
- ALVES, Ananelia Marques. **Estanho: aspectos do setor produtivo no mundo (1970-1987)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, dezembro.
1989
- ALVES, Francisco. “Brasil”, **Mining Annual Review**, London, june. pp. 377-79.
1981
- _____. “Nasce uma nova Comibol”, **Brasil Mineral**, nº 60, novembro, pp. 88-91.
1988
- AMIN, Samir. **Capitalismo periférico y comercio internacional**. Buenos Aires: Ediciones Periferia.
1974
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 4ª ed. pp. 9-23.
1998
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **O “Partido Obrero Revolucionario” na Revolução Boliviana de 1952**, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, Departamento de História.
1996
- _____. **A Comuna de La Paz**. História da Assembléia Popular de 1971. Tese de Doutorado em História, São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH. 365 pp.
2002
- ANTEZANA Ergueta, Luis. **Proceso y sentencia a la Reforma Agrária en Bolivia**. La Paz: Puerta del Sol.
1979
- _____. **Bolivia: De la Reforma a la Contra Reforma Agrária**. La Paz: Juventud.
1992
- ANTEZANA J. Luis H. **La diversidad en Zavaleta Mercado**. La Paz: CEBEM.
1991
- _____. “Sistema y Proceso Ideológico en Bolivia (1935-1979)”. In: ZAVALETA (coord.). **Bolivia Hoy**. México: Siglo XXI, pp. 60-84.
1983
- AS MAIORES EMPRESAS DO SETOR MINERAL. **Brasil Mineral**, nº 5, pp. 14-51, abril.
1984

- ASAMBLEA PERMANENTE DE LOS DERECHOS HUMANOS DE BOLIVIA (APDHB).
Estudio sobre el valor adquisitivo del salario de los mineros. La Paz, marzo.
1978
- ARRIETA, Mario et al. **Agricultura en Santa Cruz: de la encomienda colonial a la empresa modernizada (1559-1985).** La Paz: ILDIS.
1990
- ARZE Cuadros, Eduardo. **La economía de Bolivia. Ordenamiento territorial y dominación externa, 1492-1979.** La Paz: Los Amigos del Libro.
1979
- ASSADOURIAN, Sempat & BONILLA, Heraclio & MITRE, Antonio & PLATT, Tristan. **Minería y espacio económico en los andes – siglos XVI-XX.** Lima: IEP.
1980
- BACARREZA, Francisco Roque. **Los Años del Condor.** Sesenta crónicas del triunfo revolucionario boliviano en plena Guerra Fría. La Paz: Mundy Color.
1995
- BACHELARD, Gaston. **La formación del espíritu científico.** México: Siglo XXI.
1990
- BALDWIN, William L. **The Tin World Market – Political Pricing and Economic Competition.** Durham: Duke University Press.
1983
- BALLIVIAN Calderon, René. **El Futuro de la Empresa Privada.** La Paz: Los Amigos del Libro.
1972
- _____. **La Política liberal y la política intervencionista y sus efectos en la industria minera de Bolivia.** Conferencia sustentada por el Dr. René Ballivian Calderon en Altos Estudios Militares. La Paz, s.ed.
1974
- BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª ed.
1972
- BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista.** Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª ed.
1978
- BARTLEMA, Jan & SOLIZ, Augusto. **Bolivia, Estudio de la Población Económica Activa a nivel Departamental según el Censo de 1976, con algunas comparaciones intercensales.** Proyecto INE-Naciones Unidas, La Paz, marzo de.
1980
- BASAURE Forgues, Pedro. **Banca: el crédito comercial.** La Paz: Los Amigos del Libro.
1984
- BASCOPÉ, René. **La Veta Blanca. Coca y Cocaína en Bolivia.** La Paz: Aquí.
1982
- BEDREGAL, Guillermo. **Los militares en Bolivia.** La Paz: Artes Gráficas E. Burillo.
1971
- _____. **Comibol, una historia épica.** La Paz: Fondo Editorial de los Diputados.
1998
- BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo. Um ensaio sobre a Economia Política.** São Paulo: Brasiliense.
1980
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora UnB.
2000

- BOCCARA, Paul. **Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado**. Lisboa: Editorial Estampa. 1978
- BOITO, Armando. “Os tipos de Estado e os problemas da análise poulantziana do Estado absolutista”, **Crítica Marxista**, Nº 7, São Paulo, Xamã. 1998
- BOJANIC, Alan et al. **Tenencia y uso de la tierra en Santa Cruz**. Evaluación de la estructura agraria en el área integrada de Santa Cruz. La Paz: CEDLA. 213 pp. 1988
- BOTTOMORE, Tom. “Introdução à Edição Inglesa”. In: HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, pp. 9-29. 1985
- BRODERSOHN, Víctor. “Sobre el carácter dependiente de la burguesía industrial”. In: **Chile, Hoy**. México: Siglo XXI, 4ª ed. pp. 322-342. 1972
- BRUCE, Charles Scottie. “Bolivia – its potential and recent activity”. In: **Mining Latin America – Challenges in the mining industry**. Cambridge: The Institutions of Mining and Metallurgy, pp. 17-23. 1994
- BURKE, Melvin & MALLOY, James. **Del populismo nacional al corporativismo nacional. El caso de Bolivia**. spi. 1972
- CAJÍAS DE LA VEGA, Magdalena & JIMÉNEZ Chávez, Iván. **Mujeres en las minas de Bolivia**. La Paz: Ministério de Desarrollo Humano. 1997
- CANELAS Orellana, Amado & CANELAS Zannier, Juan Carlos. **Bolivia: Coca Cocaína. Subdesarrollo y Poder Político**. La Paz: Los Amigos del Libro. 1983
- CALCAGNO, Alfredo Eric. **Informe sobre las inversiones directas extranjeras en América Latina. Cuadernos de la CEPAL**. Santiago de Chile. 114 pp. 1980
- CALDERON, Fernando & LASERNA, Roberto (comp.). **El poder de las regiones**. Cochabamba: CERES. 1983
- CALVO Mirabal, Tristán. **Transnacionales petroleras en Bolivia**. La Paz: La Amistad. 1996
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Sobre los modos de producción coloniales en América”. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat et. al. **Modos de producción en América Latina**. Buenos Aires: Pasado y Presente. 2ª ed., pp.135-159. 1974
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal. 1983
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas, UNICAMP/IE. 10ª ed. 1998
- CARCANHOLO, Reinaldo A . “Sobre a ilusória origem da mais-valia”, **Crítica Marxista**, nº 16, São Paulo, Boitempo. pp. 76-95. 2003

- CASANOVAS, W. Moore. "Capital Accumulation and Revolutionary Nationalism in Bolivia, 1952-85". In: ANGLADE, Christian & FORTIN, Carlos. **The State and Capital Accumulation in Latin America**. London: The Macmillan Press. Volume 2, pp. 32-53.
- 1990
- CASTILLO, Carpio & BALLERSTAEDT, Esther. **Santa Cruz. La Reforma Agrária**. La Paz: Grupo de Estudios Andrés Ibañez-CEUB.
- 1983
- CAVAROZZI, Marcelo. "Los ciclos políticos en la Argentina desde 1965". In: O'DONNEL, Guillermo et al. **Transiciones desde un gobierno autoritário**. Perspectivas comparadas. Barcelona: Paidós, Vol. 2. Pp. 37-77.
- 1994
- CRABTREE, John et al. **The Great Tin Crash. Bolivia and the World Tin Market**. London: Latin America Bureau.
- 1987
- CEPAL. **Economic survey of Latin America 1974**. New York.
- 1976
- _____. **Indicadores del desarrollo económico y social en América Latina**. Santiago de Chile.
- 1976
- _____. **Séries históricas del crecimiento de América Latina**. Santiago de Chile.
- 1978
- _____. **Campesinado y Desarrollo Agrícola en Bolivia**. Santiago de Chile.
- 1982
- _____. **Los bancos transnacionales, el Estado y el endeudamiento externo en Bolivia**. Santiago de Chile.
- 1983
- _____. **El comercio exterior de bienes de capital en América Latina**. Santiago de Chile.
- 1986
- _____. **América Latina y el Caribe: séries regionales y oficiales de cuentas nacionales – 1950-1994**. Santiago de Chile.
- 1996
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 74 pp.
- 1982
- CHAVEZ Alvarez, Gonzalo & TORANZO Roca, Carlos. **Claves y Problemas de la Economía Boliviana**. La Paz: ILDIS.
- 1993
- CHUDNOVSKY, Daniel. **Empresas multinacionales y ganancias monopólicas en una economía latinoamericana**. México: Siglo XXI.
- 1974
- CONTRERAS, Manuel E. **Tecnología moderna en los Andes**. Minería e ingeniería en Bolivia en el siglo XX. La Paz: ANNM-ILDIS.
- 1994
- CONTRERAS, Manuel E. & PACHECO T., Mario Napoleón. **Médio siglo de minería mediana em Bolivia (1939-1989)**. La Paz: ANMM.
- 1989
- CORBETT, Charles. "Military Institutional Development and Socio-political Change: the Bolivian Case", **Journal of Interamerican Studies of World Affairs**, nº XIV/4.
- 1972

- COTLER, Julio. "Crisis política y populismo militar". In: **Perú, Hoy**. México: Siglo XXI. 2ª ed. pp. 87-174.
1971
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olimpo Editora.
1967
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Instabilidade política: o caso argentino, 1955-1970*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.
1977
- CUEVAS Ramírez, Roberto. **Arguedas - Confidencial**. La Paz: Artes Gráficas Latina.
2000
- DANDLER, Jorge. "El desarrollo de la agricultura, políticas estatales y el proceso de acumulación en Bolivia", **Estudios Rurales Latino-Americanos**, Vol. 7, nº 2, pp. 81-149, Mayo-Agosto.
1984
- D'ARC, Hélène Riviere & LAVAUD, Jean-Pierre. "Les fonctions civiles de L'Armée Bolivienne: de l'aménagement a l'industrie", **Cahier Des Ameriques Latines**, Nº 20, 2º semestre 1979, pp. 159-180.
1979
- DELGADO P., Guillermo. "Industrial stagnation and women's strategies for survival at the Siglo XX and Uncía mines". In: GREAVES, Thomas & CULVER, William. **Miners and mining in the Americas**. Manchester: Manchester University Press. pp. 162-170.
1985
- DOMICH, Marcos. **Militares en la Revolución y en la Contra Revolución**. La Paz: IDIS-UMSA.
1993
- _____. **La fascinación del poder. Militares y Ejército en la historia**. La Paz: UMSA.
1997
- DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1975
- _____. **Historia Contemporánea de América Latina**. Madrid, Alianza Editorial. 3ª. ed.
1972
- DUNKERLEY, James. **Rebelión en las Venas. La Lucha Política en Bolivia, 1952-1982**. La Paz: Editorial Quipus.
1987
- DURÁN Gil, Aldo. **O Estado-de-golpe: uma análise do Estado boliviano sob o período de maior instabilidade e crise política (1978-1982)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, Campinas.
1998
- _____. "O narcotráfico nos governos militares e democráticos na Bolívia", **Premissas**, Revista do Núcleo de Estudos Estratégicos – NEE/IFCH-UNICAMP, Nº 21, pp. 55-72, maio de.
2000
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores [1951].
1970
- DE LA CUEVA, Juan Manuel. **Bolivia: Imperialismo y Oligarquía**. La Paz: Ediciones Roalva.
1983
- DELPIROU, Alain & Labrousse, Alain. **Coca Coke**. São Paulo: Brasiliense.
1988
- ECHAZÚ Alvarado, Jorge. **El Militarismo Boliviano**. (La anti-historia de Bolivia). La Paz, Liberación.
1988

- ECKSTEIN, Susan & HAGOPIAN, Francis. "The Limits of Industrialization in the Less Developed World: Bolivia", **Economic Developments na Cultural Change**, University of Chicago Press.
- 1983
- ECKSTEIN, Susan. "El capitalismo mundial y la revolución agrária en Bolivia", **Revista Mexicana de Sociologia**, N° 2, abril-junio de.
- 1979
- _____. "Transformations of a 'Revolution from Below' – Bolivia and International Capital". In: **Comparative Studies of Society and History**, N° 1.
- 1983
- El Sector Minero. Crisis y Perspectivas**. La Paz: FLACSO-ILDIS.
- 1986
- ENGELS, Friedrich. "Ludwin Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana". In: MARX, K. & ENGELS, F. **Obras Escogidas**. Madrid: Editorial Fundamentos. pp. 377-425.
- 1975
- EROSTEGUI, Rodolfo. **Economía, Sindicato y Conflicto Laboral**. La Paz: ILDIS.
- 1996
- ESCOBAR, Filemón. **La mina vista desde el guardatojo**. La Paz: CIPCA.
- 1986
- EVERS, Tilman. **El Estado en la periferia capitalista (Versión española del autor corregida y aumentada)**. México: Siglo XXI. 3ª ed.
- 1985
- FERNANDEZ Daza, Jorge. **El financiamiento externo de Bolivia**. Tesis de Licenciatura en Economía, Universidad Católica Boliviana, La Paz. 124 pp.
- 1977
- FERNANDES, Florestan. "Crescimento econômico e instabilidade política". In: **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp. 134-164.
- 1968
- FLORES, Gonzalo. "Estado, Políticas Agrárias y Luchas Campesinas: Revisión de una Década en Bolivia". In: Fernando Calderon & Jorge Dandler (comp.). **Bolivia: la Fuerza Histórica del Campesinado**. Cochabamba: CERES-UNRISD.
- 1984
- FLORES, Gonzalo & Blanes, José. **Donde vá el Chapare?** Cochabamba: CERES.
- 1984
- FOX, David J. "Bolivia", **Mining Annual Review**, London, pp. 374-377, june.
- 1981
- _____. "Bolivia", **Mining Annual Review**, London, pp. 348-351.
- 1982
- _____. "Bolivian mining, a crisis in the making". In: GREAVES, Thomas & CULVER, William. **Miners and mining in the Americas**. Manchester: Manchester University Press. pp.108-133,
- 1985
- FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: 1967.
- _____. **Latin America: Underdevelopment and Revolution**. New York.
- 1969
- FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia.
- 1969
- GALLARDO Lozada, Jorge. **De Torres a Banzer. Diez meses de emergencia en Bolivia**. La Paz: Editorial G.H. 3ª ed.
- 1991

- _____. **La Nación Postergada**. La Paz: Los Amigos del Libro.
1984
- GALLO, Carmenza. **Taxes and State Power – Political Instability in Bolivia, 1900-1950**. Filadelfia: Temple University Press. 174 pp.
1991
- GARCIA, Antonio. “Reforma Agraria y desarrollo capitalista de Bolivia”. In: **Desarrollo Agrario y la América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 583-633.
1981
- GARCIA, Fernando. **Razón de Estado y el empate histórico boliviano: 1952-1982**. La Paz: Los Amigos del Libro.
1993
- GARCIA Linera, Alvaro. **La condición obrera. Estructuras materiales y simbólicas del proletariado de la Minería Mediana (1950-1999)**. La Paz: IDIS-UMSA.
2001
- GERSCHENKRON, Alexander. **El atraso económico en su perspectiva histórica**. Barcelona: Ediciones Ariel.
1968
- GILLIS, Malcom & PETERSEN, Ulrich. “Perspectives on the Bolivian Mining Sector”. In: GILLIS, Malcom et al. **Taxation and Mining. Nonfuel Minerals in Bolivia and Other Countries**. Cambridge: Ballinger Publishing Co.
1978
- GODOY A., Ricardo. “Entrepreneurial risk management in peasant mining: the Bolivian experience”. In: GREAVES, Thomas & CULVER, William. **Miners and mining in the Americas**. Manchester: Manchester University Press. pp.136-161.
1985
- GODOY, Scarlett O’Phelan. “El Mito de la ‘Independencia Concedida’: Los Programas Políticos del Siglo XVIII y del Temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814)”, in Buisson Inge & Günter Kahle (edit.). **Problemas de la Formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**. Köln, Böhlau Verlag. pp. 55-92.
1984
- GOMEZ, Walter. **La minería en el desarrollo económico de Bolivia**. La Paz: Los Amigos del Libro.
1978
- GONZALEZ, Jorge & ALVES, Francisco. “A recuperação da mineração boliviana”, **Brasil Mineral**, nº 60, pp 84-87, novembro de.
1988
- GORENDER, Jacob. “Apresentação”. In: MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural. pp. VII-LXXII.
1985
- GREAVES, Thomas, ALBÓ, Xavier e SANDOVAL, Godofredo. “Becoming a tin miner”. In: GREAVES, Thomas & CULVER, William. **Miners and mining in the Americas**. Manchester: Manchester University Press. pp. 171-191.
1985
- GREBE López, Horst. “El excedente sin acumulación. La génesis de la crisis económica actual”. In: ZAVALA, René (comp.). **Bolivia, Hoy**. México: Siglo XXI. 2ª ed.
1987
- GRAMSCI, Antônio. **Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno**. Buenos Aires: Nueva Visión.
1972

- GUEVARA Arce, Walter. "Los militares en Bolivia", **Nueva Sociedad**, Caracas, Sept.-Oct.-Nov.-Dic.
- 1981
- HABERMAS, Jürgen. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro. 2ª ed.
- 1994
- HARRIS, Olivia & ALBÓ, Xavier. **Montoneras y guardatojos. Campesino y mineros en el norte de Potosí**. CIPCA.
- 1986
- HEATH, Dwight & ERASMUS, Charles & BUECHLER, Hans. **Land Reform and Social Revolution in Bolivia**. New York: Frederic A. Praeger. 464 pp.
- 1969
- HEALY, Kevin. **Caciques y patrones. Una experiencia de desarrollo rural en el sud de Bolivia**. Cochabamba: CERES. 3ª ed. 431 pp.
- 1987
- _____. **Sindicatos Campesinos y Desarrollo Rural (1978-1985)**. La Paz: Hisbol.
- 1989
- HILFERDING, Rudolf. **O capitalismo financeiro**. São Paulo: Nova Cultural.
- 1985
- HOBSBAWM, Eric. "Introducción". In: MARX, Karl & HOBSBAWM, Eric. **Formaciones económicas precapitalistas**. Buenos Aires: Pasado y Presente.
- 1971
- _____. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2ª ed.
- 1979
- _____. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. [1973].
- 1985
- _____. **Los campesinos y la política**. Barcelona: Editorial Anagrama. pp. 5-45.
- 1976
- _____. **Da revolução industrial ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2ª ed
- 1979
- _____. **Era dos extremos. O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 2ª ed.
- 1999
- HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez Editora.
- 1998
- HUIZER, Gerrit & STAVENHAGEN, Rodolfo. "Movimientos campesinos y reforma agrária en América Latina: México e Bolívia". In: LANDSBERGER, H. A. (ed.). **Rebelión Campesina y Cambio Social**. Barcelona: Editorial Crítica. pp. 383-422.
- 1978
- HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- 1975
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª ed.
- 1977
- _____. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1981

- IÑIGUEZ de Salinas, Elizabeth. **Apuntes Historicos del Banco Central de Bolivia e Instituciones Conexas**. La Paz.
- 1980
- IRIARTE, Gregório. **Galerías de muerte**. La Paz: Tierra Nueva.
- 1972
- JESSOP, Bob. “El gobierno de lo ingobernable: acuerdo en la crisis”, **Revista Mexicana de Sociología**, nº 3, pp.789-813. Julio-Septiembre de.
- 1982
- _____. “A globalização e o Estado nacional”, **Crítica Marxista**, nº 7, São Paulo, Xamã, pp. 9-45.
- 1998
- JETTÉ, CHRISTIAN. **De la Toma del Sielo por Asalto a la Relocalización. Movimiento Popular y Democracia en Bolivia. (1976-86)**. La Paz: HISBOL.
- 1989
- JONES, Patrício. “El desarrollo de la minería con relación al origen del capital”, **Revista de la CEPAL**, nº 30, pp.175-185. Diciembre de.
- 1986
- KALECKI, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec.
- 1980
- _____. *Teoria da dinâmica Econômica. Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. In: **Os Economistas**. Kalecki, Sraffa, Robinson. São Paulo: Abril Cultural. pp. 1-146.
- 1983
- KAUFMAN, Robert. “Liberalización y democratización en América del Sur: perspectivas a partir de la década de 1970”. In: O’DONNEL, Guillermo et al. **Transiciones desde un gobierno autoritário**. Perspectivas comparadas. Barcelona: Paidós. Vol. 3. Pp.137-170,
- 1994
- KLARE, Michael & STEIN, Susan. **Armas y poder en Amércia Latina**. México: Ediciones Era.
- 1978
- KLEIN, Herbert S. **Parties and Political Change in Bolivia, 1880-1952**. Cambridge, Cambridge at the University Press.
- 1969
- _____. **Orígenes de la Revolución Boliviana**. La crisis de la generación del Chaco. La Paz: Juventud. 3ª ed.
- 1995
- KLING, Merle. “Inestabilidad política y cambio económico”. In: KAHL, Joseph. **La industrialización en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 488-515.
- 1965
- KÑAKAL, Jan. “Las empresas transnacionales en el desarrollo minero de Bolivia, Chile y Perú”, **Revista de la CEPAL**, nº 14, pp. 63-83, agosto de.
- 1981
- _____. “El papel del sector público y de las transnacionales en el desarrollo minero de América Latina”, **Revista de la CEPAL**, nº 30, pp. 155-174. Diciembre de.
- 1986
- LAB-IEPALA. **Narcotráfico y Política. Militarismo y Máfia en Bolivia**. Madrid: Iepala.
- 1982

- LACLAU, Ernesto. "Feudalismo y capitalismo en América Latina". In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat et al. **Modos de producción en América Latina**. Córdoba: Pasado y Presente. 2ª ed. pp. 23-46.
- 1974
- LAMBERT, Jacques. **América Latina. Estruturas sociais e instituições políticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1969
- LANDSBERGER, Henry A. "Disturbios campesinos: temas y variaciones". In: LANDSBERGER, H. A. (ed.). **Rebelión Campesina y Cambio Social**. Barcelona: Editorial Crítica. pp. 11-93.
- 1978
- LAVAUD, Jean-Pierre. "Hacia una interpretación de la inestabilidad política en Bolivia (1952-1980), em **Estado y Sociedad**, Revista Boliviana de Ciencias Sociales, N° 4, La Paz, pp. 103-121, diciembre.
- 1987
- _____. **L'instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas bolivien**. Paris: Editions l'Harmattan.
- 1991
- _____. **El Embrollo Boliviano. Turbulencias sociales y desplazamientos políticos 1952-1982**. La Paz: CESU-IFEA-HISBOL.
- 1998
- LAZARTE Rojas, Jorge. **Movimiento Obrero y Procesos Políticos en Bolivia (Historia de la COB 1952-1987)**. La Paz: ILDIS. 289 pp.
- 1989
- LEHMAN, Kenneth D. **Bolivia and the United States: A limited Partnership**. Georgia: University of Georgia Press.
- 1999
- LENIN, Vladimir I. **El Desarrollo del capitalismo en Rusia**. Moscú: Editorial Progreso.
- 1981
- _____. **Sobre la Cuestión Nacional**. Buenos Aires: Editorial Abraxas.
- 1973.
- _____. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates.
- 1980
- _____. **El imperialismo, fase superior del capitalismo**. Moscú: Editorial Progreso.
- 1989
- _____. **La lucha de los pueblos de las colonias y países dependientes contra el imperialismo**. Moscú: Editorial Progreso.
- 1978
- LORA, Guillermo. "Tesis de Pulacayo (Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia)". In: Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz: Futuro. 2ª. ed. Vol. II.
- 1987
- _____. "La Revolución Boliviana". In: **Obras Completas**. Tomo XIV. 1963-1964. La Paz: Ediciones Masas.
- 1996
- _____. **Abajo la Bota Militar!** Análisis de la situación política. La Paz: Ediciones Masas.
- 1965
- _____. **El Proletariado en el proceso político – 1952-1980**. La Paz: Masas.
- 1980 (a)

- _____. **Inviabilidad de la Democracia. Proletariado y Nación Oprimida.** La Paz, Ediciones El Amauta.
- 1980 (b)
- _____. **Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las FF.AA.** La Paz, Ediciones Masas.
- 1983
- _____. “La clase obrera después de 1952”. In: René Zavaleta (comp.). **Bolivia Hoy.** México: Siglo XXI. 2ª ed.
- 1987
- _____. “Bolivia: de la Asamblea Popular al Golpe Fascista”. In: **Estudios Histórico-Políticos Sobre Bolivia.** La Paz: El Amauta.
- 1978
- _____. **Política y Burguesía Narcotraficante.** La Paz: La Colmena.
- 1988
- LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionário” en Bolivia (1920-1939).** Entre nuevas ideas y residuos de la sociedad tradicional. La Paz: Los Amigos del Libro.
- 1994
- LUPORINI, Cesare & SERENI, Emilio. **El concepto de “formación económico-social”.** Buenos Aires: Pasado y Presente.
- 1973
- LUTTWAK, Edward. **Golpe de Estado. Um Manual Prático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1991
- MALLOY, James. **Bolivia: la Revolución Inconclusa.** Cochabamba: CERES.
- 1989
- _____. “Authoritarianism and Corporatism: The Case of Bolivia”. In: Malloy, James (ed.). **Authoritarianism and Corporatism in Latin America.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. pp. 459-485.
- 1977
- MALLOY, James & THORN, Richard (ed.). **Beyond the Revolution - Bolivia Since 1952.** Pittsburgh: Pittsburgh University Press. 402 pp.
- 1971
- MALLOY, James & GAMARRA, Eduardo. “The Transition to Democracy in Bolivia”. In: MALLOY, J. & MITCHEL, A. S. (ed.). **Autoritarians and Democrats. Regime Transition in Latin America.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. pp. 93-119.
- 1987
- MALLOY, James & CONAGHAN, Catherine. **Unsettling Statecraft. Democracy and Neoliberalism in the Central Andes.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- 1994
- MANSILLA, H.C.F. **La Empresa Privada Boliviana y el Proceso de Democratización.** La Paz: Fundación Milenio.
- 1994
- _____. **La Cultura del Autoritarismo ante los Desafíos del Presente.** Ensayo sobre una teoría crítica de la modernización. La Paz: CEBEM.
- 1991
- _____. “Apogeo y declinación del movimiento sindical boliviano (1982-1985)”, **Estado & Sociedad,** Revista Boliviana de Ciencias Sociales, N° 6, pp. 65-82. 1º Trimestre.
- 1989
- MARINI, Rui M. **Dialéctica de la Dependencia.** México: Edições Era.
- 1973

- _____. “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”, **Montly Review**, Nova York, Nº 7., dezembro.
- 1965
- _____. **Subdesarrollo y Revolución**, México: Siglo XXI.
- 1969
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna. A dinâmica das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUSFCar.
- 1995
- MARX, Karl. **El Capital**. Buenos Aires: Editorial Cartago. 3 Tomos.
- 1973
- _____. **Teorias sobre la plusvalía**. Buenos Aires: Editorial Cartago. Vol. I.
- 1974
- _____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 6ª ed.
- 1997
- MARTINO, Orlando. **Mineral Industries of Latin America**. Washington, Bureau of Mines-Unites States Department of Interior. July.
- 1988
- MARSH, Margarita Alexander. **Nuestros Banqueros en Bolivia**. La Paz: Juventud.
- 1980
- MAYER, Arno. **A força da tradição. A persistência do antigo regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras.
- 1990
- MAYORGA, René Antonio. “Empate Histórico y Debilidad Constructiva: la Crisis del Proceso de Democratización en Bolivia (1978-1979)”, In: Julio Labastida Martin del Campo (coord.). **Hegemonía y Alternativas Políticas en América Latina**. México, Siglo XXI. pp. 395-424.
- 1985
- MESA Gisbert, Carlos D. **Presidentes de Bolivia: Entre Urnas y Fusiles (El poder Ejecutivo: los Ministros de Estado)**. La Paz: Editorial Gisbert y Cia. 2ª ed.
- 1990
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Análise Comparativa da Mineração na América do Sul**. DNPM, Brasília.
- 1996
- MIRANDA Pacheco, Mario. **Crisis de poder en Bolivia - Escritos histórico-políticos**. La Paz: Juventud.
- 1995
- MITCHEL, Christopher. **Legacy of Populism in Bolivia: From the MNR to Military Rule**. New York.
- 1977
- MITRE, Antonio. **Los patriarcas de la plata**. Estructura económica de la minería boliviana en el siglo XIX. Lima: IEP. 229 pp.
- 1981
- _____. **El enigma de los hornos**. La Paz: ANMM-ILDIS.
- 1993 (a)
- _____. **Bajo un cielo de estaño**. La Paz: ANMM-ILDIS.
- 1993 (b)
- _____. “Cartelização do estanho: as duas faces do processo”, **Revista de Economia Política**, Nº 2 (50), São Paulo, pp. 146-152, abril-junho.
- 1993 (c)

- MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional, **Primeira Versão**, Nº 91, Ifch/Unicamp, agosto.
- 2000
- MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas: Editora da Unicamp/IFCH.
- 2001
- MORTIMORE, Michael D. “El Estado y los bancos transnacionales. Enseñanzas de la crisis boliviana de endeudamiento público externo”, **Revista de la CEPAL**, Nº 14, pp. 125-150, agosto.
- 1981
- MOSCOSO Zamora, Marcelo. **Minería Mediana y Política Económica Minera. 1971-1978**. Tesis de Licenciatura en Economía. Universidad Mayor de San Simón, Cochabamba, Tomo I y II.
- 1993
- NORTH AMERICAN CONGRESS ON LATIN AMERICA. “U.S. Military and Police Operation in the Third World”, New York, **NACLA**.
- 1970
- _____. “Bolivia: The War Goes On”, New York, **NACLA**.
- 1974
- NASH, June. **We Eat The Mines And The Mines Eat Us. Dependency and Exploitation in Bolivian Tin Mines**. New York: Columbia University Press.
- 1993
- NEEDLEMAN, Ruth. “Bolivia: Brazil’s Geopolitical Prisoner”, Latin America & Empire Report, **NACLA’S**, Vol. VIII (2), feb.
- 1974
- NELSON, Michael. “La transferencia de tecnología en el sector minero: opciones para el Organismo Latinoamericano de Minería (OLAMI)”, **Revista de la CEPAL**, nº 30, pp.147-153. Diciembre.
- 1986
- NUN, José. “Os golpes militares da classe média”. In: Claudio Veliz (coord.). **América Latina – Estruturas em crise**. São Paulo: Ibrasa.
- 1970
- O’CONNOR, Harvey. **O império do petróleo**. Rio de Janeiro: Zahar.
- 1959
- O’CONNOR, James. **USA: A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1977
- OLIVER, Covey T. “Carteles de exportación y justicia internacional”. In: URQUIDI, Víctor L. & TROELLER, Ruth R. (comp.). **El petróleo, la OPEP y la perspectiva internacional**. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 173-197.
- 1977
- OVANDO Candia, Alfredo. **El Pensamiento de la Revolución**. Ministério de Informaciones, Ciudadanía y Turismo. Dirección de Informaciones. La Paz, Diciembre de.
- 1969
- PADILLA, David. **Decisiones y Recuerdos de un General**. La Paz: Urquiza. 2ª ed.
- 1982
- PATCH, Richard. “United States Assistance in a Revolutionary Setting”. In: PATCH, R. & TOMASEK, R. (eds.). **Latin American Politics: Studies of the Contemporary Scene**. New Yor: Doubleday and Company.
- 1966

- PIMENTEL, José. "Evaluación de la experiencia cogestionaria en COMIBOL". In: **El Sector Minero. Crisis y Perspectivas**. La Paz: FLACSO-ILDIS. pp. 122-132.
- 1986
- PEARSE, Andrew. "Campesinado y Revolución: El Caso de Bolivia", in Fernando Calderon & Jorge Dandler (comp.). **Bolivia: la Fuerza Histórica del Campesinado**. Cochabamba: CERES-UNRISD.
- 1984
- PECCHIOI, Rinaldo. "Los excedentes financieros de la OPEP y los mercados internacionales de capital. La experiencia de 1974 y 1975". In: URQUIDI, Víctor L. & TROELLER, Ruth R. (comp.). **El petróleo, la OPEP y la perspectiva internacional**. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 61-79.
- 1977
- PEÑALOZA Cordero, Luis. **Nueva historia económica de Bolivia**. Bolivia: el estaño y los Barones. La Paz: Los Amigos del Libro. 3ª ed.
- 1987
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes. 2ª ed.
- 1986
- _____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- 1975
- _____. **Fascismo e Ditadura**. São Paulo: Martins Fontes.
- 1978
- _____. **A Crise das Ditaduras - Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1976
- _____. "As Transformações Atuais do Estado, a Crise Política e a Crise do Estado". In: Nicos Poulantzas (org.). **Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal.
- 1977
- PRADO Salmon, Gary. **Poder y Fuerzas Armadas. 1949-1982**. La Paz: Los Amigos del Libro. 2ª ed.
- 1987
- PUBLIC ADMINISTRATION SERVICE (PAS). **La Gerencia General y la lógica de la Reforma Administrativa**. Informe. Asesores al Gobierno de Bolivia. La Paz, Chicago, Washington, s.ed.
- 1973
- QUIROGA Santa Cruz, Marcelo. **El Saqueo de Bolivia**. La Paz, Puerta del Sol. 3ª ed.
- 1979
- _____. **Bolivia Recupera la Palabra: Juicio a la dictadura**. La Paz, Ediciones M.E.P.
- 1982 (a)
- _____. **Oleocracia o Patria**. México, Siglo XXI.
- 1982 (b)
- _____. **Derechos Humanos y Liberación Nacional: una sola lucha**. Intervención Ante el Senado de los Estados Unidos, 27 de Septiembre de 1977. Federación Universitaria Local de la Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, Enero.
- 1982
- RAMÍREZ, Edgar. "Fundamentos teóricos y realidad histórica de la cogestion". In: **El Sector Minero. Crisis y Perspectivas**. La Paz: FLACSO-ILDIS. pp. 110-121.
- 1986
- REINAGA, Fausto. **La Revolución India**. La Paz: Partido Indio de Bolivia.
- 1969

- RAMOS Sánchez, Pablo. **Siete Años de Economía Boliviana**. Universidad Mayor de San Andrés. La Paz.
- 1980
- _____. **Radiografía de un golpe de Estado**. Otra vez la democracia en peligro. La Paz: Puerta del Sol.
- 1983
- RIVAS Guerra, Hugo. **Modelo económico y deuda externa**. *El modelo de acumulación y el endeudamiento externo en Bolivia: 1972-1987*. La Paz: CIPCA-UNITAS.
- 1989
- RIVERA, Silvia. “Luchas Campesinas Contemporáneas en Bolivia: el Movimiento ‘Katarista’: 1970-1980”, in René Zavaleta (coord.). **Bolivia Hoy**. México: Siglo XXI. pp. 129-168.
- 1983
- _____. **Oprimidos pero no vencidos. Luchas del campesinado Aymara y Quechua, 1900-1980**. La Paz: HISBOL-CSUTCB.
- 1984
- ROCA, José Luis. **Fisionomía del regionalismo boliviano**. La Paz: Plural Editores. 2ª ed.
- 1999
- RODAS Morales, Hugo. **Huanchaca. Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia**. La Paz: Plural Editores.
- 1996
- SÁBATO, Jorge F. & SCHVARZER, Jorge. “Funcionamento da economia e poder político na Argentina: empecilhos para a democracia”. In: ROQUIÉ, Alan et al. **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense. pp. 155-196.
- 1985
- SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- 1985
- _____. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª ed.
- 1990
- _____. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**. Campinas: IFCH-UNICAMP.
- 1994 (a)
- _____. “Marxismo e História”, **Crítica Marxista**, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 2ª ed.
- 1994 (b)
- _____. “A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas”, **Crítica Marxista**, nº 7, São Paulo, Xamã.
- 1998 (a)
- _____. “O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira”. In: João Quartim de Moraes (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP. Vol. III, pp. 11-122.
- 1998 (b)
- _____. **República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- 2001 (a)
- _____. “Estado capitalista e classe dominante”, **Crítica Marxista**, nº 12, São Paulo, Boitempo Editorial, pp.156-164.
- 2001 (b)
- _____. “Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania”, **Crítica Marxista**, nº 16, São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 9-38.
- 2003

- SANDOVAL Rodríguez, Isaac. **Historia de Bolivia (Desarrollo Histórico-Social)**. Santa Cruz: Sirena Color. 3ª ed.
1999
- _____. **Culminacion y Ruptura del Modelo Nacional-Revolucionario**. Torres en el escenario político boliviano. La Paz: Editora Urquizo.
1979
- _____. **El Proyecto Político Militar - 1971-1982. El Estado de la Seguridad Nacional en Bolivia**. Santa Cruz: Editorial Universitária.
1988
- SELSER, Gregorio. **La CIA en Bolivia**. Buenos Aires: Hernández.
1970
- _____. **Bolivia. El Cuartelazo de los Cocadólares**. México: MEX-SUR.
1982
- SHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural.
1988
- SINGER, Paulo. "A política das classes dominantes". In: IANNI, Octavio et al. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 63-125.
1965
- SIVAK, Martín. **El asesinato de Juan José Torres. Banzer y el Mercosur de la muerte**. Buenos Aires: SERPAJ.
1997
- _____. **El Dictador elegido**. *Biografia não autorizada de Hugo Banzer Suárez*. La Paz: Plural.
2001
- SONNTAG, H. Rudolf. & VALECILLOS, Héctor (comp.). **El Estado en el capitalismo contemporáneo**. México, Siglo XXI. 9ª ed.
1990
- SORIA Galvarro, Carlos. **Con la Revolución en las Venas**. Los Mineros del Siglo XX en la Resistencia Antifascista. La Paz: Roalva.
1980
- _____. **Barbie-Altmann. De la Gestapo a la CIA**. La Paz: Roalva. 2ª ed.
1986
- _____. "Cambia, todo cambia... La COB también?", **Temas Laborales**, *Documento de Trabajo*. La Paz: ILDIS.
1996
- SOTO, César. **Historia del Pacto Militar Campesino**. Entre la Subordinación y la Reciprocidad. Cochabamba: CERES.
1994
- STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press.
1988
- _____. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1980
- STRENGERS, Jeroen. **La Asamblea Popular. Bolivia, 1971**. La Paz: SIDIS.
1992
- _____. **La pesada carga de la deuda**. *Informe Especial CEDOIN*, La Paz. 41 pp.
s/d
- TANZER, Michael. **Os trustes petrolíferos e os países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1972

- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 7ª ed.
1978
- THEOBALD, R. "On the Survival of Patronage in Development Societies", **Archives Européennes de Sociologie**, Cambridge, nº 1, v. XXXIII, pp. 183-191.
1992
- THERBORN, Göran. "The Rule of Capital and the Rise of Democracy", **New Left Review**, nº 103, may-jun., Londres.
1977
- _____. **Como Domina la Clase Dominante? Aparatos de Estado y poder estatal en el feudalismo, el capitalismo y el socialismo**. México: Siglo XXI. 3ª ed.
1982
- _____. "El parto de la democracia latinoamericana". In: **Autodeterminación**, Centro de Estudios Latinoamericanos (CELME), nº 2, La Paz, pp. 7-58.
1987
- _____. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. México: Siglo XXI. 4ª ed.
1995
- THOBURN, John. **Multinationals, Mining and Development. A Study of the Tin Industry**. England: Gower Publishing. 183 pp.
1981
- TORANZO Roca, Carlos. "Banzerato: Un Nuevo Modelo de Acumulación?". In: **Bolivia: Reproducción de Capital y Política**. Santa Cruz: Editorial Universitaria.
1988 (a)
- _____. "La Lucha Política en Bolivia". In: **Bolivia: Reproducción de Capital y Política**. Santa Cruz: Editorial Universitaria.
1988 (b)
- TORANZO Roca, Carlos & ARRIETA Abdala, Mario. **Nueva derecha y desproletarización en Bolivia**. La Paz: UNITAS/ILDIS.
1988
- TORRES G., Juan José. **En Defensa de mi Nación Oprimida**. La Paz: Ediciones Isla. 338 pp.
1985
- URQUIOLA Castrillo, Guillermo. "El desarrollo industrial en la FF.AA. y el desarrollo industrial en el país". In: **Temas Nacionales**, Volumen IX, Biblioteca del Oficial Boliviano, Comando General del Ejército, La Paz, pp. 199-237.
1973
- UGARTECHE, Oscar. **El Estado Deudor. Economía Política de la Deuda: Perú y Bolivia 1968-1984**. Lima: IEP.
1986
- URIOSTE, Miguel. **La economía del campesino altiplánico en 1976**. La Paz: CEDLA.
1989
- VALLE Antelo, Guido & Céspedes Toro, Antonio. **Financiamiento Externo del Desarrollo de Bolivia**. BID, Washington.
1973
- VARAS, Augusto. "Acumulación financiera y gobiernos militares de derecha en la América Latina". In: **La América Latina en el nuevo orden económico internacional**. México: CIDE-Fondo de Cultura Económica. pp. 183-221.
1983

- VICARELLI, Fausto. **Keynes – La inestabilidad del capitalismo**. Madrid: Ediciones Pirámide.
1980
- VIEZZER, Moema. **Se me deixam falar...** São Paulo: Símbolo S.A. 4ª ed.
1979
- VILLEGAS Quiroga, Carlos & AGUIRRE Badani, Alvaro. **Excedente y acumulación en Bolivia: 1980-1987**. La Paz: CEDLA. 248 pp.
1989
- VELASCO, Jose Miguel. **Mito y realidad de la fundiciones en Bolivia**. La Paz: Editorial Burillo.
1964
- VERGOPOULOS, Kostas. “Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo)”. In: AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1977
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora da UnB. 2 Volumes.
1999
- WEFFORT, Francisco C. “Le populisme dans la politique brésilienne”, **Les Temps Modernes**, Nº 257, outubro.
1967
- WILKIE, James. **The Bolivian Revolution and U.S. Aid since 1952**. Los Angeles: University of California.
1969
- WHITEHEAD, Lawrence. “Bolivia: A Matter of Life or Death”, **The Latin-American Review**, nº 1, London.
1975
- _____. “A democratização fracassada da Bolívia: 1977-1980”. In: Guillermo O’Donnel. **Análise do autoritarismo burocrático**. São Paulo: Paz e Terra.
1990
- _____. **The United States an Bolivia. A Case of Neocolonialism**. Osford: Haslemer Group Publications.
1969
- _____. “Sobre el radicalismo de los trabajadores mineros de Bolivia”, **Revista Mexicana de Sociologia**, Nº 4, octubre-diciembre.
1980
- WORLD BANK. **Bolivia – Agricultural Pricing and Investiment Policies**. Washington.
1984
- WOOD, Ellen M. “As origens agrárias do capitalismo”, **Crítica Marxista**, nº 10, São Paulo, Boitempo, pp.12-29.
2000
- WOODHAL, R. **Success in mineral exploration. Confidence in prosperity**. Joublin-James Lecture, University of Toronto.
1983
- YAKSIC Feraudy, Fabián II & TAPIA Mealla, Luis. **Bolivia – Modernizaciones empobrecedoras**. La Paz: Muela del Diablo Editores.
1997
- YBARNEGARAY de Paz, Roxana. **El espíritu del capitalismo y la agricultura cruceña**. La Paz: CERID.
1992

ZAVALETA Mercado, René. "Bolivia – Military Nationalism and the Popular Assembly", **New Left Review**, N° 73, May-June.

1972

_____. "Bolivia: la fuerza de la masa. De Banzer a Guevara Arce", **Nueva Sociedad**, Caracas, N° 47.

1980

_____. **El Poder Dual. Problemas de la teoría del Estado en América Latina**. La Paz: Los Amigos del Libro. 3ª ed.

1987 (a)

_____. "Las masas en Noviembre". In: Zavaleta (comp.). **Bolivia Hoy**. México: Siglo XXI.

1987 (b)

_____. "Forma clase y forma multitud en el proletariado minero en Bolivia". In: Zavaleta (comp.). **Bolivia Hoy**. México: Siglo XXI.

1987 (c)

_____. **Lo nacional-popular en Bolivia**. México: Siglo XXI.

1986

_____. **Clases Sociales y Conocimiento**. La Paz: Los Amigos del Libro.

1988

_____. **El Estado en América Latina**. La Paz: Los Amigos del Libro.

1990

_____. **50 Años de Historia**. La Paz: Los Amigos del Libro.

1992

_____. **La Caída del M.N.R. y la Conjunción de Noviembre**. La Paz: Los Amigos del Libro.

1995

ZONDAG, Cornelius H. **La Economía Boliviana 1952-1965. La Revolución y sus consecuencias**. La Paz: Los Amigos del Libro.

1968

CRONOLOGIA

Cronologia do Processo Político Boliviano: Século XX

Cronologia 1

1899-1920	Período de governos liberais (Partido Liberal)
1921-1934	Período de governos republicanos (facções do Partido Republicano)
1932-1936	<i>Guerra del Chaco</i>
1936	Golpe de David Toro Toro Presidente da Junta Militar (socialismo militar)
1938	Governo Busch (continuação do socialismo militar)
1939	Golpe da coligação conservadora Governos Quintanilla e Peñaranda
1943	Golpe de Gualberto Villarroel Governo RADEPA- MNR
1946	Golpe do PURS-PIR Período chamado de “sexênio” (guerra civil)
1951	Eleições gerais (censitárias) Ganha o candidato do MNR (Vitor Paz Estenssoro) Governo desconhece resultados do pleito eleitoral Mamerto Urriolagoitia entrega o governo a uma Junta Militar (“Mamertazo”)
1952	Golpe do MNR que depõe o general Ballivian: Estenssoro presidente O golpe é seguido de uma insurreição popular Começa a Revolução Nacional (9 de abril) Organizações sindicais e políticas criam a COB
1953	Reforma Agrária
1956	

- Hernán Siles Suazo (MNR) é eleito Presidente da República
Plano Eder
Estabelecimento do Novo Estatuto Eleitoral
- 1960
- Segundo mandato presidencial de Vítor Paz Estenssoro (MNR)
- 1962
- Elaboração de nova Constituição (objetivo: reeleição de Estenssoro)
Empresários criam a CEPB
- 1964
- Terceiro Mandato de Estenssoro
O gal. René Barrientos é eleito Vice Presidente
novembro: Golpe do gal. René Barrientos
O gal. Alfredo Ovando assume o Comando do Exército
- 1967
- Estabelecimento de nova Constituição e nova Lei Eleitoral
Convocação a eleições gerais
Barrientos é eleito Presidente da República
- 1969
- Barrientos morre num acidente aéreo
O vice presidente Luís Adolfo Siles Salina (PDC) assume a Presidência
Golpe do general Alfredo Ovando Candia
- 1970
- Golpe do general Miranda: uma Junta Militar assume o governo
Golpe do general Juan José Torres

Cronologia 2

Processo Político Boliviano: Período 1971-78

- 1971
- 1º de maio: Instaura-se a *Asamblea Popular*
21 de agosto: **Golpe** do cnl. H. Banzer apoiado pela FPN:
MNR-Estenssoro, FSB e a CEPB
Dezembro: Nova Lei de Investimentos
- 1972
- Outubro: desvalorização monetária de 68%
Novembro-dezembro: governo reprime protesto popular contra
Desvalorização: 20 mortos
- 1973
- Janeiro: nova desvalorização monetária
Governo expulsa Estenssoro do país

- 1974
- Novembro: crise de gabinete: assumem os ministérios os empresários Da ANMM e da CEPB
- Janeiro: o Exército massacra cerca de 200 camponeses
Início da campanha de recuperação do Litoral
Novembro: **autogolpe** de Banzer; diluição da FPN
- 1976
- Maio: Congresso da FSTMB (COB) em Corocoro
Greve de operários mineiros (maio-julho)
Assassinato de J. J. Torres
Governo anuncia que permanecerá até 1980
- 1977
- Junho: bancos privados se recusam ser convertidos em bancos de desenvolvimento
Dezembro: início da greve de fome de quatro trabalhadoras mineiras
Exigindo anistia política e o retiro das tropas do Exército das minas
Governo convoca eleições e decreta anistia restrita
- 1978
- Janeiro: governo decreta anistia geral e convoca eleições para julho de 1978
9 de julho: **Primeira eleição Geral**
Descomunal fraude eleitoral do governo
Governo anula eleições
22 de julho: Golpe do gal. Pereda depõe Banzer
24 de novembro: Golpe do gal. Padilla depõe Pereda
Padilla convoca eleições para julho de 1979

Cronologia 3

Processo Político Boliviano: Período 1979-82

- 1979
- Banzer cria seu próprio partido ADN
1º de julho: **Segunda Eleição Geral**
Ganha a UDP com mínima diferença mas não consegue maioria absoluta
Fraude eleitoral do MNR
- 1º de agosto: **Abertura do Parlamento**
- 3-7 de agosto: **Empantanamiento**: Congresso não consegue eleger Presidente
- 8 de agosto: Walter Guevara é eleito Presidente interino do

Congresso

30 de agosto: **Abertura de Inquérito contra Banzer**

Quiroga apresenta provas documentadas dos delitos do governo Banzer

1º de novembro: **Golpe** do cnl. A. Natusch Busch
Carnificina em La Paz desencadeada pelo golpe

16 de novembro: Natusch abandona o Palácio de Governo;
Acordo entre militares, a COB e partidos políticos
designa Lúdia Gueiler Presidente do país

Reabertura do Parlamento

Reabertura do Inquérito contra Banzer

1980

29 de junho: **Terceira Eleição Geral**

Ganha a UDP mas não consegue maioria absoluta

17 de julho: **Golpe** do gal. L. Garcia Meza

1981

5 de agosto: renúncia de Garcia Meza à Presidência

Junta Militar assume o governo

3 de setembro: O gal. Celso Torrelio é designado Presidente
pela Junta Militar

1982

20 de julho: O gal. Jorge Vildoso assume a Presidência

23 setembro: a Corte Nacional Eleitoral declara legítimas
as eleições de 1980

28 setembro: **Instala-se o Congresso de 1980** para eleger
novo Presidente

10 de outubro: **Volta ao regime democrático**

H. Siles (UDP) assume a Presidência

J. Paz (MIR) vice Presidente

ANEXO DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1

Bolivia: Indicadores de la crisis (tasas reales de crecimiento anual)

Año	Exportaciones (bienes y servicios)	Producto interno bruto	Inversión interna bruta	Deuda externa pública	
				Todas las fuentes	Bancos transnacionales
1974	5.5	6.1	^a	- 2.1	76.7
1975	- 3.4	5.1	^a	23.8	57.3
1976	10.8	6.8	- 6.7	25.4	87.0
1977	- 5.6	3.4	2.5	17.3	36.5
1978	- 12.7	3.1	- 7.5	10.5	11.4
1979	- 10.5	2.0	- 13.4	3.1	4.9
1980 (est)	- 9.5	0.3	- 32.5	n.d.	n.d.

Fuente: CEPAL, BCB, Banco Mundial y BID, Apud Mortimore, 1981, p. 126, cuadro 1.

^a Nueva serie que comenzó en 1975.

Quadro 2

Bolivia: la importancia relativa de los bancos transnacionales em el financiamiento externo,^a 1970-1979 (porcentajes)

Año	Financiamiento de los bancos transnacionales como proporción del total de:		
	Desembolsos	Pagos de amortización e interés	Ingresos netos
1970	0.3	2.0	- 0.5
1971-1973 ^b	20.5	16.3	19.4
1974	39.6	19.2	71.3
1975	47.4	23.8	67.6
1976	52.5	32.4	64.2
1977	57.9	46.2	64.7
1978	61.8	73.7	40.8
1979	38.2	52.9	- 31.4

Fuente: CEPAL e BCB, apud Mortimore, 1981, p. 127, cuadro 2.

^a Con garantía del Estado

^b Promedios anuales.

Quadro 3

Bolivia: entradas netas de capital extranjero, 1952-1978, por quinquenios (promedios anuales em millones de dólares estadounidenses de 1970 y porcentajes)

Categoría	1952-54	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1975-78
Donaciones	6.9	31.1	25.8	14.2	8.7	8.4
Inversión extranjera directa	11.2	11.5	13.4	- 3.7	- 20.9	12.0
Préstamos externos	- 3.8	5.2	13.5	27.3	53.7	65.1
Total	14.3	47.8	52.7	37.8	41.5	85.5
Inversión extranjera directa más préstamos como porcentajes de las exportaciones	5.3	12.1	21.0	12.5	11.8	27.3

Fuente: CEPAL e FMI, apud Mortimore, 1981, p. 137, cuadro 5.

Quadro 4

Empréstimos para a indústria através de bancos e instituições estrangeiras por setores 1972-1978 – em milhões de dólares

Ramo De atividade	Total Empréstimo (US\$) (a)	Total Investimento (US\$) (b)	% a/b	% a/c	% b/d
Agroindústria	63,7	82,4	77	31,4	65
Indústria (total)	77,4	101,5	76,3	38,2	10,3
Têxtil	8,3	16,8	49,8		
Alimentos	2,1	6,0	44		
Metalmecânica	19,8	21,8	91		
Química	3,1	2,8	112,5		
Farmaquímica	22,7	22,9	99		
Min. não-metál.	19,4	28,6	68		
Ind. Plástico	1,7	2,3	75		
Mineração	19,2	23,8	80,5	0,1	0,02
Ind. Madeira	4,5	7,9	56,5	0,02	0,008
Serviços (total)	37,7	62,2	61	18,6	6,3
Telecomunic.	23,9	41,9	57		
Hotéis	12,5	17,5	72		
Turismo	1,1	2,7	43		
Total	(c) 202,6	(d) 986,5	20,5		

Fonte: INI, “Flujo de Proyectos de Inversión del 6-3-72 al 22-8-78”, apud De la Cueva (1983), pp. 71-80, Quadro III-3. Os cálculos por setores e percentuais foi feito por nós.

Quadro 5

Fontes de financiamento para o setor industrial 1972-1978 (em milhões de dólares)

Fontes	Montante	Subtotal	% a/b e % total		% a/c a/d	% c/d	% b/e b/f
Externa (a)		195.763.532	51	67,3			
Investimento Direto (ações) (c)	46.759.848				24	31,4	
Crédito bancos Estrangeiros (d)	149.003.684				76	68,6	
Interna (b)		95.254.591	49	32,7			
Aporte próprio Da companhia (e)	54.900.349						57,7
Crédito bancos “nacionais” (f)	40.354.591						42,3
Total		291.018.123	100		100	100	100

Fonte: INI – “Flujos de Projectos de Inversion...”, apud De la Cueva (1983),
p. 82, Quadro III-4. Elaboração própria.

Quadro 6: exemplo sintético do predomínio do grande capital financeiro americano

Bolivia: características de la deuda externa e interna de la YPFB, 1978-1979 (millones de dólares corrientes)

Fuente de financiamiento	Deuda contraída	Año	Períodos (años)		Tasa de interés (%)
			De gracia	De reembolso	
1. Financiamiento externo					
1.1. Bancos transnacionales	240,5				
a) New York State C. R. Fund	14,0	1971	1.5	19.5	7.0
b) Bank of America ^a	35.0	1975	2.5	6.0	2.1 + Libor
c) Anthony Gibbs & Sons ^a	16.2	1976	2.0	7.5	7.5
d) Deltec Bank Corporation	3.0	1976	1.0	3.0	1.9 + Libor
e) Bank of America ^a	15.0	1977	3.0	4.5	1.6 + Libor
f) Citicorp ^a	75.0	1977	3.0	4.5	1.6 + Libor
g) Texas Commerce Bank ^a	15.3	1978	3.0	4.0	1.5 + Libor
h) Arlabank ^a	47.0	1979	3.5	4.5	1.4 + Libor
i) Texas Commerce Bank	5.0	n.d.	5/12	-	1.5 + Libor
j) BIB/Swiss Bank Corp	5.0	n.d.	-	1.0	1.0 + Tipo preferencial
k) Citibank	10.0	n.d.	1/2	-	1.5 + Libor
1.2. Otras fuentes	180.8				
a) BID	3.3	1970	6.0	19.0	6.0
b) Gulf Oil Corp.	78.6	1970	-	9.0	-
c) BIRF	23.3	1971	3.5	18.5	6.5
d) BID	21.8	1971	3.6	16.5	8.0
e) BID	46.5	1975	4.0	14.0	8.0
f) BID	1.2	1975	3.0	7.5	6.0
g) Worthington Pump	1.4	1979	1.0	5.0	7.0
h) Cie. Generales Geophysique	3.5	n.d.	1/3	7.0	7.5
i) Sismograf Service	1.2	n.d.	1/6	7.0	6.5
2. Financiamiento interno					
2.1. Banco Central de Bolivia	79.2	1975,1976,1978			
2.2. Otras fuentes	15.2	1970, n.d.			
Valor total	515,7				

Fuente: YPFB, *Estado de la deuda*, 1978 y 1979, apud Mortimore, 1981, p. 149, cuadro 14. Resumen^a Préstamo de consorcio**Quadro 7**

Bolivia: distribución sectorial del crédito interno y el financiamiento de la inversión interna bruta, 1952-1979 (millones de pesos de 1970 y porcentajes)

Año	Crédito interno		Inversión interna bruta	
	Setor público	Setor privado	Fuente interna	Fuente externa
1970	63	37	88	12
1971	61	39	80	20
1972	58	42	82	18
1973	46	54	92	8
1974	11	89	133	33
1975	23	77	73	27
1976	26	74	83	17
1977	21	79	77	23
1978	26	74	58	42
1979	37	63	50	50

Fuentes: FMI, *IFS - 1980*; Banco Central de Bolivia, *Cuentas Nacionales, 1970-1977*, apud Mortimore, 1981, p. 140, cuadro 6.

Quadro 8

Bolivia: deuda externa publica y su servicio, 1974-1979 (millones de dólares estadounidenses de 1970 y porcentajes)^a

Año	De fuentes privadas ^b	De fuentes oficiales ^c	Total	Servicio de la deuda (porcentaje de las exportaciones)
1974	219	404	623	11
1975	267	504	771	15
1976	385	581	967	16
1977	472	662	1 134	21
1978	508	745	1 253	49
1979	509	787	1 292	30 ^d
Total				

Fuente: BID, *External Public Debt of the Latin American Countries*, Washington D.C., julio de 1980, e informaciones suministradas por el Banco Mundial, apud Mortimore, 1981, p. 141, cuadro 7.

^a Deflactados según el índice de precios al por mayor de los Estados Unidos de América

^b Principalmente proveedores y bancos transnacionales

^c Bilaterales y multilaterales.

^d A base de los pagos efectuados, pagos de amortización atrasados.

Quadro 9

Bolivia: el deficit del sector fiscal, 1974-1979 (millones de pesos de 1970 y porcentajes)

Año	Déficit fiscal	Déficit como porcentaje de:		
		Producto interno bruto	Exportaciones	Ingresos fiscales
1974	161.6	1.0	5.2	9.0
1975	233.6	1.4	8.1	12.4
1976	422.9	2.4	12.9	20.4
1977	896.5	5.0	29.0	43.4
1978	693.9	3.8	23.9	35.2
1979	1 244.2	6.5	43.9	81.1

Fuentes: FMI, *IFS* – 1980; BCB, *Cuentas Nacionales*, 1970-1977. Apud Mortimore, 1981, p. 141, cuadro 8.

Quadro 10

Bolivia: relacion entre los ingresos fiscales del gobierno central^a y el sector externo, 1964-1979 (millones de pesos de 1970 y porcentajes)

Año	Distribución porcentual en el setor externo							
	Aduanas	Regalías ^b		Impuestos a las exportaciones	Sector externo	Tributación interna	Todos los demás	Total
		Minería	Petróleo					
1970	39.1	16.3	-	-	55.4	41.0	3.7	100
1971	34.6	4.2	3.3	-	42.1	50.4	7.4	100
1972	31.4	3.2	4.4	10.5	49.5	45.2	5.2	100
1973	21.0	7.7	11.3	18.3	58.3	36.7	5.1	100
1974	18.7	17.9	17.4	15.8	69.7	25.6	4.6	100
1975	27.2	8.4	14.4	10.9	60.9	30.3	8.7	100
1976	21.2	12.5	18.6	8.6	60.9	34.1	4.9	100
1977	22.2	16.5	12.0	7.0	57.7	36.0	6.4	100
1978	22.9	18.1	10.8	5.5	57.3	37.1	5.6	100
1979	25.0	16.1	0.6	9.8	51.5	42.7	5.8	100

Fuente: BCB, *Boletín Estadístico*, diversos números, apud Mortimore, 1981, p. 143, cuadro 9. Resumen

^a Medidos según los ingresos corrientes del Tesoro Nacional.

^b Aplicadas principalmente a las actividades de exportación.

Quadro 11

Bolivia: poder adquisitivo aparente del peso boliviano, 1973-1979 (1973 = 100)

Año	(1)	(2)	(3)		(4)	(5)	(6)
	Pesos por dólar	Índice del tipo de cambio	Índices de inflación comparativos		Índice de paridad	(5)/(2)	
			Bolivia ^a	EE.UU. ^b			
1973	20.00	100	100	100	100		100
1974	20.00	100	157.9	118.9	132.8		75.3
1975	20.00	100	169.2	129.9	130.3		76.7
1976	20.00	100	184.5	135.8	135.9		73.6
1977	20.00	100	209.8	144.2	145.5		68.7
1978	20.00	100	231.4	155.5	148.8		67.2
1979	20.86	104.3	277.0	174.9	158.4		63.1

Fuente: CEPAL e FMI, apud Mortimore, 1981, p. 143, cuadro 10.

^a Deflactor del producto interno bruto implícito.^b Precio al por mayor.**Quadro 12**

Bolivia: relación de intercambio, promedios quinquenales, 1952-1979 (1970 = 100)

	Períodos					
	1952-54	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1975-79
Promedio	55.7	64.3	66.8	91.9	97.9	120.7

Fuente: CEPAL e informaciones oficiales, apud Mortimore, 1981, p. 135, cuadro 4.

Quadro 13

Bolivia: pagos de impuestos de exportación y regalías al tesoro nacional por las principales empresas públicas exportadoras, 1971-1978 (millones de pesos de 1970, porcentajes)

Año	Pagos de impuestos de exportación y regalías			Porcentaje de ingresos fiscales del Tesoro
	COMIBOL-ENAF	YPFB	Total	
1971-1973 ^a	110.8	109.5	220.3	18.9
1974	307.2	425.6	723.8	40.7
1975	171.2	356.8	528.0	28.1
1976	248.1	467.7	715.0	34.6
1977	317.4	291.7	609.1	29.5
1978	329.7	235.8	565.5	28.6

Fuente: Cálculos basados en informaciones de la Dirección General del Presupuesto del Gobierno Central, apud Mortimore, 1981, p. 144, cuadro 11. Resumen

Nota: Se excluyen los pagos de regalías a las autoridades regionales y los impuestos sobre las ventas locales.

^a Promedios anuales.**Quadro 14**

Lucros de la COMIBOL e ENAF 1977-1980, 1982 (en miles de dólares)

Año	COMIBOL	ENAF
1977	5. 177	2. 491,6
1978	7.153	5.127,9
1979	7. 672	3. 360,8
1980	- 25. 492	- 6. 178,2
1982	- 51. 902	- 657. 491,6 (en miles de \$b)

Fuente: Barragán, 1986, p.37-38. Elaboração própria

Quadro 15

Estrutura das exportações (em milhões de dólares: porcentagens)

Sectores	Anos						
	72	74	76	77	78	79	80
Minero	65	60,1	60,6	68,3	71,2	68,9	61,9
Hidrocarburos	17,1	30	25,8	18,8	16,9	17,4	23,7
Agroindustrial	11,6	9,9	13,6	12,9	11,9	13,7	14,4

Fonte: dados do BCB 1980; elaboração própria.

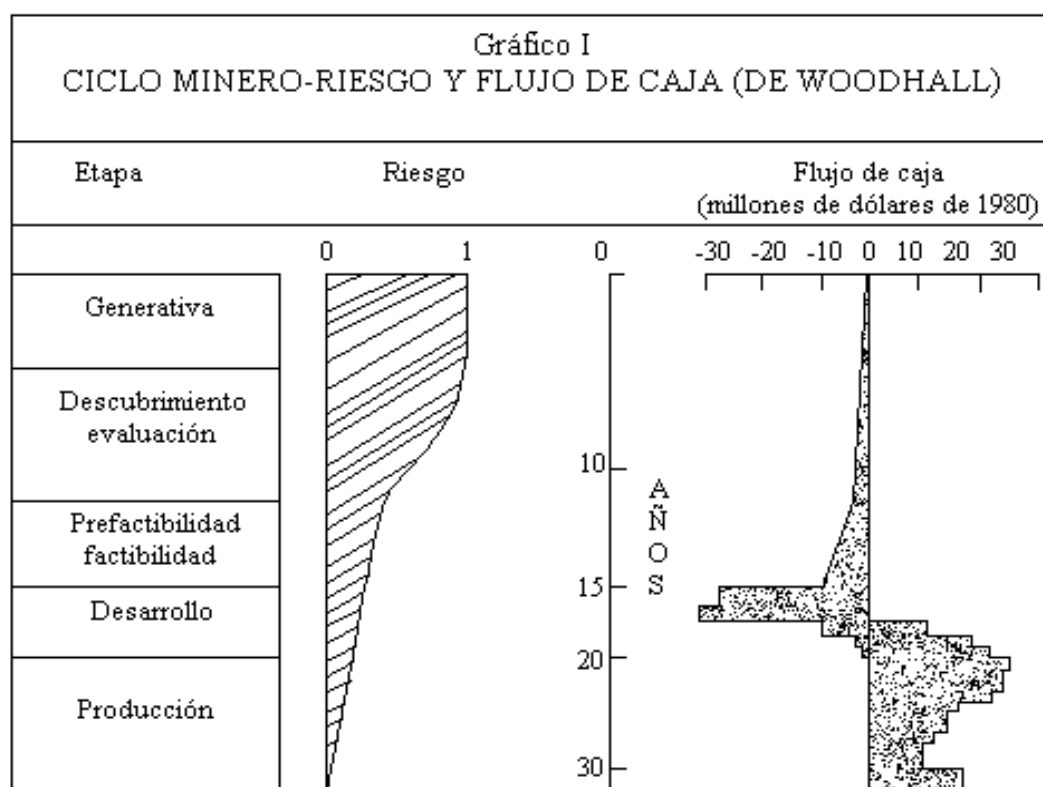
Quadro 16

Gastos militares en Bolivia (1948-1982)

Año	Gastos militares	Gastos del gobierno	
	Mullones De dólares	Porcentaje (%)	
		Militares	Educación
1948	4,4	22,9	22,5
1951	4,3	23,0	23,7
1953	1,3	13,7	18,8
1955	0,8	22,8	16,0
1956	0,9	8,7	22,0
1960	3,3	10,9	15,7
1964	6,7	13,9	15,8
1966	11,9	18,0	24,4
1968	12,1	14,1	31,0
1970	16,6	15,8	30,0
1971	15,7	13,4	30,2
1972	20,6	14,8	26,4
1973	24,6	17,4	24,7
1974	42,0	16,1	25,1
1975	58,0	18,4	23,4
1976	66,3	16,6	23,1
1977	74,2		
1978	90,0		
1979	94,0		
1980	118,0		

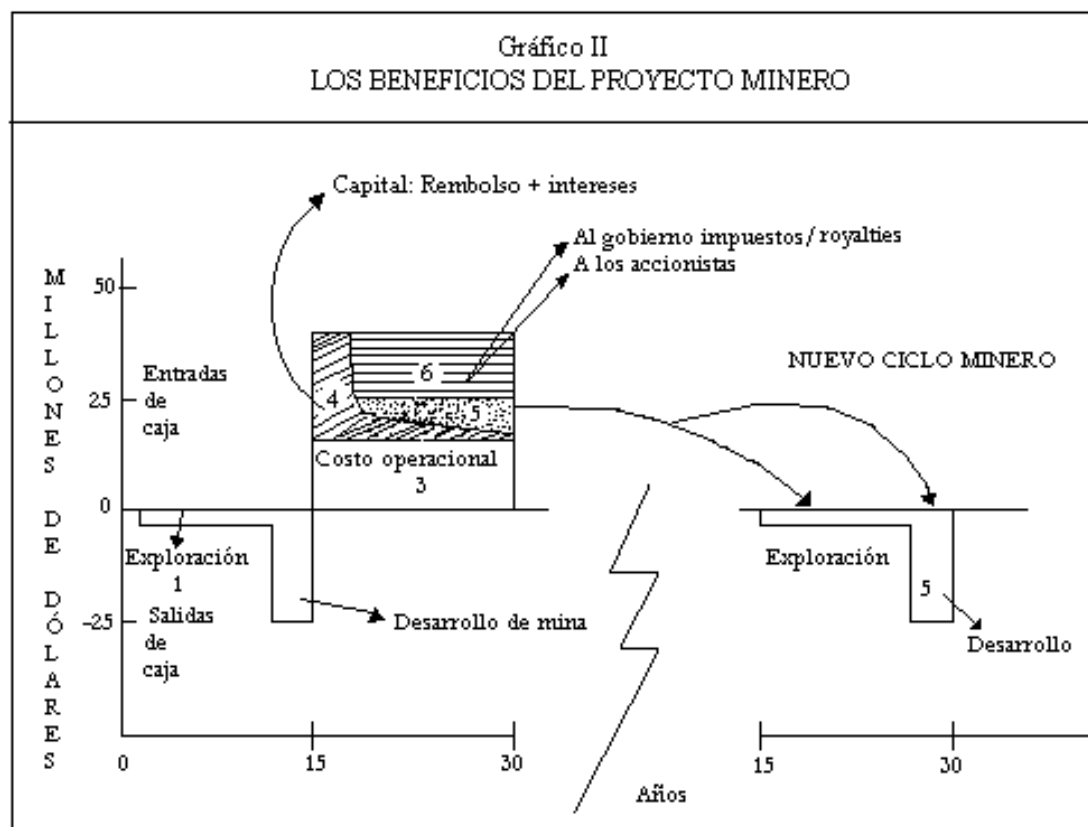
Fonte: Wilkie (1978:114-115); Presupuesto Nacional (1976-1982), apud Lavaud, 1998, p. 99, Quadro 1.

Gráfico 1



Fonte: R. Woodhall, *Success in mineral exploration. Confidence in prosperity*. Joublin-James Lecture, University of Toronto, 1983, apud Patrício Jones, “El desarrollo de la minería con relación al origen del capital”, *Revista de la CEPAL* n° 30, 1986, p. 177.

Gráfico 2



Fonte: Patricio Jones, "El desarrollo de la minería con relación al origen del capital", *Revista de la CEPAL* n° 30, 1986, p. 180.